

ELABORAÇÃO DE UMA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA NOS POLOS TURÍSTICOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONVÊNIO MTUR / SEOBRAS/RJ Nº 702738/2008

POLO SERRA

PROGRAMA NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO DO TURISMO ♦ PRODETUR-RJ

VERSÃO PRELIMINAR/FINAL



Ministério do
Turismo



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DO TURISMO

Ministro: Gastão Dias Vieira

**SECRETARIA NACIONAL DE PROGRAMAS
DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO**

Secretário: Fábio Rios Mota

**DEPARTAMENTO DE PROGRAMAS
REGIONAIS DE DESENVOLVIMENTO DO
TURISMO**

**COORDENAÇÃO GERAL DE PROGRAMAS
REGIONAIS I**

Coordenador: Claudio Corrêa Vasques

Técnica Nível Superior: Luciana Amado
Guimarães

Engenheiro: Ricardo de Sousa Mendes

**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO**

**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS –
SEOBRAS**

Secretário: Hudson Braga

**SUBSECRETARIA DE ESTADO DE
PROJETOS DE URBANISMO**

Subsecretário: Vicente de Paula Loureiro

**SUPERINTENDENCIA DE URBANISMO
METROPOLITANO**

Superintendente: Jelcy Willekens
Trigueiro Filho

**SUPERINTENDENCIA DE ESTRUTURAÇÃO
REGIONAL E METROPOLITANA**

Superintendente: Paulo Gustavo Pereira
Bastos

**SUPERINTENDENCIA DE URBANISMO
REGIONAL**

Superintendente: Paulo César Silva Costa

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO
CONTRATO**

Arquiteto: Paulo César Silva Costa

Arquiteto: Paulo Gustavo Pereira Bastos

Engenheira: Carmen Lúcia Petraglia

BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID

Especialistas: Denise Levy (VPS/ESG) e

Joseph Milewski (RND/CBR)

UNIDADE COORDENADORA DO PROGRAMA (UCP) • PRODETUR–RJ

Coordenador Executivo: Vicente de Paula Loureiro

Coordenador Adjunto de Relacionamento Institucional: Bruno Jorge Vaz Sasson

Gerente de Turismo: Marcos Rogério Garcia Pereira

Gerente de Projetos e Obras: Paulo Gustavo Pereira Bastos

Gerente de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural: Maria Regina Pontim

Gerente de Apoio Operacional e Financeiro: Jaelir Gonçalves Rangel Leite

Gerente de Aquisições e Contratos: Jelcy Willekens Trigueiro Filho

Assessor Jurídico: Jorge Luiz Maruche da Cruz

Assessora de Apoio Técnico: Valéria Maria de Souza Lima

INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – IBAM

SUPERINTENDENCIA GERAL DO IBAM

Superintendente: Paulo Timm

SUPERINTENDENCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL – DES

Superintendente: Alexandre Santos

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO E GERÊNCIA

Supervisão Técnica: Alexandre Santos

Coordenação Técnica: Maria Cristina Tiná Soares de Almeida

Assistente, Gerência de Projetos: Clarice Antoun Martinho

Assistente, Programação e Monitoramento: Ricardo Moraes

Assistente, Análise de Viabilidade: Iara Verocai

Suporte de Pesquisa: Gustavo Rabelo

Apoio de Pesquisa: Gustavo Santos Elpes

Especialista e Cartografia: Evanelza Sabino Quadros e Felipe Cronemberger

APOIO ADMINISTRATIVO

Gerência Financeira: Sergio DeLuiz

Secretaria: Flávia Lopes

Secretaria de eventos: Selma Rodrigues

CONSULTORES TEMÁTICOS

Dinâmica Regional: Claudio Antonio Goncalves Egler e Bianca Borges Medeiros Santos

Desenvolvimento Urbano e Patrimônio Histórico–Cultural: Rui Velloso

Governança e Desenvolvimento Local: Maria da Graça Ribeiro das Neves e Miriam Danowski

Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo: Ana Maria Siems Forte e Heitor de Brito Cintra

Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental: Sonia Lucia Peixoto e Felipe Cronemberger

Saneamento Ambiental: Victor Zveibil

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PRODETUR-RJ¹

POLO SERRA

SUBPOLO AGULHAS NEGRAS

Roberta Dias de Oliveira – Secretária de Turismo de Itatiaia e Secretária Executiva do CONRETUR – Conselho Regional de Turismo da Região das Agulhas Negras

Luis Carlos Alves da Silva – Representante da MauaTur e Vice Presidente do CONRETUR – Conselho Regional de Turismo da Região das Agulhas Negras

Dione Lyrio Barbosa Alves – Diretora de Turismo de Resende e representante do CONRETUR – Conselho Regional de Turismo da Região das Agulhas Negras

SUBPOLO VALE DO CAFÉ

Paulo Roberto dos Santos – Presidente do CONCICLO – Conselho Regional de Turismo da Região do Vale do Café

Carlos Henrique de Souza – Representante da AMA – Associação de Defesa do Meio Ambiente do Médio Paraíba

SUBPOLO SERRA VERDE IMPERIAL

Michel Al Odeh – Secretário de Turismo de Teresópolis e presidente do Conselho Regional da Serra Verde Imperial

Nauro Grehs – Presidente do CMT de Nova Friburgo e representante do Conselho Regional da Serra Verde Imperial

Aníbal Augusto Cordeiro Duarte – Coordenador do Núcleo de Projetos da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis

¹ Indicações dos Conselhos Regionais de Turismo.

APRESENTAÇÃO

A elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR NACIONAL – Rio de Janeiro é objeto do Convênio nº 702.738/2008 celebrado entre a União, através do Ministério de Turismo, e a Secretaria de Obras do Estado do Rio de Janeiro.

No presente documento encontram-se consolidados os relatórios referentes aos Produtos 1, 2, 3, 4 e 5 da Avaliação Ambiental Estratégica nos Polos Turísticos do Estado do Rio de Janeiro em cumprimento às etapas previstas no Contrato nº. 001/2010, firmado entre o Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Estado de Obras e o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM. O contrato foi publicado no DOERJ em 24 de fevereiro de 2010 que corresponde à data de início dos trabalhos. Sua execução é pautada pelo que estabelece o Termo de Referência – PRODETUR/Nacional – Rio de Janeiro e a Proposta de Prestação de Serviço apresentada pela contratada, constantes do processo administrativo nº. E-17/001.731/2009.

Este documento, na parte relativa ao Produto 1 – Relatório de Preparação do Estudo, relata as atividades desenvolvidas e os resultados alcançados durante o período, para o Polo Litoral, que foram organizados segundo as Etapas previstas na Meta 1 do Convênio nº 702.738/2008: Etapa 1.1 Mobilização e Preparação de Equipe; Etapa 1.2 Planejamento do Seminário Interno; e Etapa 1.3 Preparação dos Trabalhos de Campo, que correspondem aos conteúdos do Produto 1 do Contrato nº. 001/2010.

A Etapa de Mobilização e Preparação de Equipe foi dedicada à seleção final e contratação de pessoal e à exposição e debates internos acerca dos principais conteúdos do projeto com vistas à preparação da equipe técnica envolvida. No desenvolvimento da Etapa de Planejamento do Seminário Interno foram tratadas as questões operacionais para viabilizar a realização do evento e a definição e consolidação dos conteúdos que seriam levados a debate. Durante a Etapa de Preparação dos Trabalhos de Campo a equipe desenvolveu uma proposta básica de programação para as Oficinas e promoveu a identificação dos atores sociais relevantes para o projeto, em acordo com as finalidades desses trabalhos.

Além dessas atividades, durante esse período, foi realizado o Seminário Interno do projeto, com o objetivo de apresentar aos órgãos contratantes os procedimentos realizados pela equipe executora durante a fase inicial da Avaliação Ambiental Estratégica e permitir a mobilização, a troca de informações e o nivelamento dos técnicos das instituições convidadas, com vistas ao desenvolvimento da Meta seguinte. Os resultados do Seminário Interno, a serem apresentados no Relatório do Produto 2, atenderam aos objetivos programados e permitiram avançar o entendimento sobre os focos a serem adotados e as alternativas de metodologia mais apropriadas para se alcançar os resultados finais esperados.

Os técnicos e as instituições envolvidas com os estudos mantem a convicção que os resultados alcançados nessa Meta 1 contribuíram para a integração das equipes e para subsidiar os fundamentos que permitirão o aprofundamento e a consolidação dos objetivos da AAE; e a Elaboração da Metodologia, em construção.

Já a parte relativa ao Produto 2 – Metodologia para Elaboração da AAE, apresenta os resultados alcançados durante o período, que foram organizados segundo as Etapas previstas na Meta 2 do Convênio nº 702.738/2008: Etapa 2.1 – Resultados do Seminário Interno; Etapa 2.2 – Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE; e Etapa 2.3 – Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE, que correspondem aos conteúdos do Produto 2 do Contrato nº. 001/2010.

A parte relativa ao Produto 3 – Linha de Base e Diagnóstico Integrado, relata as atividades desenvolvidas durante o período, para o Polo Litoral e Regiões (Subpolos) abrangidas pelo PRODETUR–RJ, referente às Etapas conclusivas da Meta 3 do referido Convênio, apresentando, de forma clara e concisa, a caracterização da situação atual do Polo Litoral e Regiões que integram o cenário aonde se darão as intervenções do Programa. A Linha de Base é resultante dos aspectos mais significativos que compõem as Análises Temáticas, considerados relevantes para a presente Avaliação Ambiental Estratégica, complementados por dados obtidos durante os Trabalhos de Campo.

A forma de apresentação do Diagnóstico tem como base a construção de mapas–síntese de **Fatores Críticos** concernentes a cada subpolo, com um recorte que leva em consideração a organização desses fatores segundo as **Dimensões da Sustentabilidade** adotadas pela AAE e os Pontos Fortes e Pontos Fracos (**Ambiente Interno**), Oportunidades e Ameaças (**Ambiente Externo**) ligados à economia e à gestão do turismo, com a finalidade de delinear uma leitura integrada e de fácil assimilação, e que aponte os fatores mais estratégicos para a construção de uma visão de futuro sobre o desenvolvimento do turismo no contexto do PRODETUR–RJ.

A parte relativa ao Produto 4 – Cenarização reúne os resultados alcançados durante o período, para o Polo Litoral, organizados segundo as Etapas previstas na Meta 4 do Convênio nº 702.738/2008: Etapa 4.1 – Visão de Futuro, Etapa 4.2 – Construção do Cenário de Referência, Etapa 4.3 – Construção do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, Etapa 4.4 – Avaliação Comparativa dos Cenários e Etapa 4.5 – Construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Conforme referido na Metodologia, a construção dos Cenários futuros do PRODETUR–RJ baseia–se nas proposições de Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade e na identificação das Questões–chave condicionantes ao desenvolvimento do turismo sustentável que guardam relação com os temas analisados nas etapas anteriores desta AAE, cujos resultados são apresentados na Etapa 4.1.

A construção do Cenário de Referência, Etapa 4.2, fundamentou–se nos resultados das análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, compreendendo, a partir da situação atual de cada tema, o estudo da evolução dos indicadores e dos processos mais importantes observados em cada Polo, mantendo–se as atuais tendências até o horizonte temporal de 2020.

Para a projeção do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR–RJ adotou–se como base o Cenário de Referência, para o mesmo universo temporal de 2020, considerando a hipótese de que as ações e os projetos do PRODETUR–RJ sejam executados, conforme apresentado na Etapa 4.3.

A partir da configuração dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR–RJ, face aos temas estratégicos e respectivos processos analisados,

foram trabalhados os principais aspectos que permitissem uma Avaliação Comparativa dos mesmos, de acordo com o relatado na Etapa 4.4.

A construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade, Etapa 4.5, é resultado da avaliação comparativa dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ e, fundamentalmente, da avaliação dos Impactos Estratégicos do PRODETUR-RJ à luz da Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade definidos. Da avaliação dos impactos resultaram as Recomendações Estratégicas e as Propostas de Ação que compõem esse Cenário.

Além dessas atividades, foi realizado o 2º Seminário Interno do projeto com o objetivo de apresentar e avaliar os resultados do Diagnóstico Integrado, Etapa 3.3, a Visão de Futuro e os Objetivos de Sustentabilidade e os Cenários Construídos, em versão preliminar.

Por fim, a parte relativa ao Produto 5 – Versão Preliminar da AAE consolida e esclarece o conjunto das recomendações associadas ao Cenário de Sustentabilidade para o Polo Litoral, organizados segundo as Etapas previstas na Meta 5: Etapa 5.1 – Conclusões e Recomendações e Etapa 5.2 – Monitoramento do Programa.

A hierarquização das recomendações que foram associadas aos recursos do PRODETUR-RJ consta do cronograma do Plano de Ações do programa, de forma a garantir a efetividade das ações de prevenção, controle e mitigação. As demais recomendações, igualmente relevantes, deverão ser incorporadas nos orçamentos das Esferas Públicas de Competência indicadas no quadro 3 do presente documento.

A Versão Final da AAE, objeto da Meta 6 (Produto 6) irá consolidar as conclusões obtidas ao longo das etapas do trabalho, incorporando as recomendações resultantes do Seminário de Validação da AAE.

Este Produto é apresentado em 2 (duas) cópias impressas, acompanhadas de 4 (quatro) CD-ROM contendo os respectivos arquivos.

Março de 2011

Revisto em Novembro de 2011

Última revisão em Maio de 2013

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS.....	15
METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA AAE	39
LINHA DE BASE DO POLO LITORAL	64
DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO POLO LITORAL	274
CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO	294
CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E MONITORAMENTO	358
REFERÊNCIAS	380
ANEXOS.....	386

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Polos e Subpolos contemplados pelo PRODETUR–RJ	21
Figura 2 – Circuito–Rede Industrial e Turístico	29
Figura 3 – Estrutura metodológica da AAE	39
Figura 4 – Cenário de Referência	45
Figura 5 – Cenário de Desenvolvimento PRODETUR–RJ.....	46
Figura 6 – Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.....	46
Figura 7 – Esquema para Análise dos Impactos do PRODETUR–RJ e das Recomendações Estratégicas	60
Figura 8 – Esquema de Referência para as Propostas de Ação.....	60
Figura 9 – Esquema de Referência para Composição do Programa de Acompanhamento e Monitoramento	60
Figura 10 – Área de abrangência da AAE do PRODETUR–RJ	71
Figura 11 – Polo Serra, municípios PRODETUR–RJ	70
Figura 12 – PRODETUR–RJ – Ações previstas para o Polo Serra	72
Figura 13– Municípios do Subpolo Agulhas Negras	104
Figura 14 – Municípios do Subpolo Vale do Café	122
Figura 15 – Municípios do Subpolo Serra Verde Imperial.....	145
Figura 16 – Unidades de Conservação do Subpolo Agulhas Negras.	200
Figura 17 – Unidades de Conservação do Subpolo Vale do Café.....	208
Figura 18 – Unidades de Conservação do Subpolo Serra Verde Imperial	Erro!
Indicador não definido.	15
Figura 1 – Polos e Subpolos contemplados pelo PRODETUR–RJ	21
Figura 2 – Circuito–Rede Industrial e Turístico	30
Figura 10 – Área de abrangência da AAE do PRODETUR–RJ	72

FIGURA 19 – CENÁRIO DE REFERÊNCIA	296
FIGURA 20 – CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR–RJ	297
Figura 37 – Sistema Nacional de Gestão de Turismo	Erro! Indicador não definido.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos específicos do PRODETUR–RJ.....	14
Quadro 2 – Composição dos recursos do PRODETUR–RJ, por fonte.....	16
Quadro 3 – Investimentos do PRODETUR–RJ segundo componentes	17
Quadro 4 – Matriz de Indicadores: Temas Estratégicos e Diretrizes de Sustentabilidade.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 5 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: O&G e Petroquímica.....	Erro! Indicador não definido.
Quadro 6 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Siderurgia	Erro! Indicador não definido.
Quadro 7 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Logística e Material de Transporte	Erro! Indicador não definido.
Quadro 8 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Infraestrutura de Renovação Urbana e Turismo	Erro! Indicador não definido.
Quadro 9 – Objetivos da AAE.....	31
Quadro 10 – Quadro Modelo para Seleção dos Indicadores.....	39
Quadro 11 – Metas e Etapas Previstas para Elaboração da AAE	45
Quadro 12 – Objetivos Geral e Específicos do PDTIS–RJ para o Polo Serra.....	67
Quadro 13 – Municípios do Polo Serra – Distancias da capital	69
Quadro 14 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Agulhas Negras	91
Quadro 15 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Vale do Café ..	95

Quadro 16 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Serra Verde Imperial.....	97
Quadro 17 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Agulhas Negras	222
Quadro 18 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Agulhas Negras .	223
Quadro 19 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Vale do Café	225
Quadro 20 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Vale do Café	Erro! Indicador não definido.6
Quadro 21 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Serra Verde Imperial.....	Erro! Indicador não definido.29
Quadro 22 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Serra Verde Imperial	Erro! Indicador não definido.30
Quadro 23 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Agulhas Negras	250
Quadro 24 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Vale do Café	252
Quadro 25 – Estrutura pública de planejamento e gestão urbana no Subpolo Serra Verde Imperial	Erro! Indicador não definido.55
Quadro 26 – Ações do PRODETUR–RJ para o Polo Serra	Erro! Indicador não definido.30
Quadro 27 – Recomendações Estratégicas suplementares	Erro! Indicador não definido.43
Quadro 28 – Análise dos Impactos do PRODETUR–RJ e Recomendações Estratégicas	Erro! Indicador não definido.44
QUADRO 29 – RECOMENDAÇÕES PARA A GESTÃO AMBIENTAL DO PRODETUR–RJ	3599
QUADRO 30 – RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS, PROPOSTAS DE AÇÃO E EFEITOS ESPERADOS – POLO SERRA.....	Erro! Indicador não definido.61

QUADRO 31 – PROPOSTAS DE AÇÃO – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO –
POLO SERRA..... **Erro! Indicador não definido.**70

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Polo Serra: População residente e crescimento relativo (1994–2007) 76

Tabela 2 – Variação Populacional (1991–2007) e Taxa de Urbanização (1991–2000)
..... 77

Tabela 3 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo
Agulhas Negras 78

Tabela 4 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Agulhas Negras..... 79

Tabela 5 – Variação Populacional (1991–2007) e Taxa de Urbanização (1991–2000)
no Subpolo Vale do Café 81

Tabela 6 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo
Vale do Café..... 83

Tabela 7 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Vale do Café..... 85

Tabela 8 – Variação Populacional (1991–2007), taxa de urbanização (1991–2000) no
Subpolo Serra Verde Imperial 87

Tabela 9 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo
Serra Verde Imperial 88

Tabela 10 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Serra Verde Imperial..... 89

Tabela 11 – Quadro Institucional do Polo Serra..... 90

Tabela 12– Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Agulhas Negras 94

Tabela 13– Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Vale do Café 96

Tabela 14 – Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Serra Verde Imperial . 99

Tabela 15 – Clima, solo e recursos hídricos (2010) no Subpolo Agulhas Negras... 103

Tabela 16 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Agulhas Negras 104

Tabela 17 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Agulhas Negras.....	106
Tabela 18 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Agulhas Negras.....	108
Tabela 19 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Agulhas Negras	110
Tabela 20 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Agulhas Negras.....	113
Tabela 21 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Agulhas Negras	113
Tabela 22 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Agulhas Negras	116
Tabela 23 – PIB 2009 no Subpolo Agulhas Negras	117
Tabela 24 – Valor adicionado em 2009 no Agulhas Negras.....	117
Tabela 25 – Clima, solo e recursos hídricos (2010) no Subpolo Vale do Café	124
Tabela 26 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Vale do Café	125
Tabela 27 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Vale do Café	126
Tabela 28 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Vale do Café	128
Tabela 29 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Vale do Café	129
Tabela 30 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Vale do Café	131
Tabela 31 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Vale do Café	132
Tabela 32 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Vale do Café.....	134

Tabela 33 – PIB 2009 no Subpolo Vale do Café	135
Tabela 34 – Valor adicionado em 2009 no Vale do Café.....	135
Tabela 35 – Clima, solo e recursos hídricos do Subpolo Serra Verde Imperial.....	147
Tabela 36 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Serra Verde Imperial.....	146
Tabela 37 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Serra Verde Imperial	Erro! Indicador não definido.
Tabela 38 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Serra Verde Imperial.....	Erro! Indicador não definido.1
Tabela 39 – Manejo e disposição final resíduos sólidos no Subpolo Serra Verde Imperial.....	153
Tabela 40 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Serra Verde Imperial	Erro! Indicador não definido.5
Tabela 41 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Serra Verde Imperial.....	Erro! Indicador não definido.5
Tabela 42 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Serra Verde Imperial	157
Tabela 43 – PIB 2009 no Subpolo Serra Verde Imperial	158
Tabela 44 – Valor adicionado em 2009 no Subpolo Serra Verde Imperial	159
Tabela 45 – Área e população residente nos municípios (2007) do Subpolo Agulhas Negras	168
Tabela 46 – Área e população residente nos municípios (2007) do Subpolo Vale do Café	171
Tabela 47 – Área e população residente nos municípios (2007) do Subpolo Serra Verde Imperial.....	173
Tabela 48 – Infraestrutura turística de Petrópolis	193
Tabela 49 – Variação do Uso–Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Agulhas Negras	196

Tabela 50 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Agulhas Negras	197
Tabela 51 – Evolução Área coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Agulhas Negras.....	198
Tabela 52 – Variação do Uso–Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Vale do Café	204
Tabela 53 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Vale do Café....	205
Tabela 54 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Vale do Café	206
Tabela 55 – Variação do Uso–Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Serra Verde Imperial.....	212
Tabela 56 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Serra Verde Imperial.....	Erro! Indicador não definido. 13
Tabela 57 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Serra Verde Imperial.....	Erro! Indicador não definido. 4
Tabela 58 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Agulhas Negras.....	233
Tabela 60 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Agulhas Negras.....	234
Tabela 61 – Variação da participação relativa do setor terciário na formação do PIB no Subpolo Agulhas Negras.....	235
Tabela 62 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Agulhas Negras	236
Tabela 63 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Vale do Café	238
Tabela 64 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Vale do Café	242
Tabela 65 – Variação da participação relativa do setor terciário na formação do PIB no Subpolo Vale do Café	243

Tabela 66 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Vale do Café	244
Tabela 67 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Serra Verde Imperial	246
Tabela 68 – Taxa de Variação Anual do PIB por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Serra Verde Imperial	246
Tabela 69 – Evolução da Variação da participação relativa do setor terciário no PIB no Subpolo Serra Verde Imperial.....	247
Tabela 70 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Serra Verde Imperial	248

OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

Objetivos do PRODETUR-RJ

O PRODETUR-RJ é uma iniciativa do Governo do Estado do Rio de Janeiro que visa “reforçar a interiorização e integração dos fluxos turísticos a partir da Metrópole, com o objetivo de ampliar os tempos de permanência dos turistas no estado. Para tal pretende-se através dele complementar a rede de acessibilidades, articulando o território fluminense a usuários costumeiros e potenciais de seus produtos turísticos”.

Com esse intuito, o Programa visa contribuir para ampliação da geração das divisas e empregos na atividade turística, melhorando a qualidade de vida da população dos polos turísticos. Compreende como objetivos específicos e resultados estratégicos o que segue:

Quadro 1 – Objetivos específicos do PRODETUR-RJ

Objetivos Específicos	Resultados Estratégicos
Interiorização do Turismo no Estado	<ol style="list-style-type: none">1. Incremento no gasto médio do turista2. Redução da sazonalidade3. Incremento do tempo de permanência turista
Melhoria do Perfil da Demanda Turística	<ol style="list-style-type: none">1. Incremento no gasto médio do turista2. Diversificação dos segmentos turísticos

Fonte: UCP/RJ (2010)

De um modo geral, desenho intencionado pelo PRODETUR-RJ busca, fundamentalmente, potencializar a organização e a sustentabilidade da atividade turística a partir dos recursos e ativos existentes no Estado, considerando também que as macropolíticas que estão em curso deverão promover novas relações entre as regiões do interior do Estado e a Região Metropolitana. Nessa linha, prevê que

(...) a requalificação dos polos e regiões turísticas elencadas pelo PRODETUR-RJ colaborará para a:

- (i) criação de novos negócios e oportunidades de emprego-renda;*
- (ii) melhoria da qualidade de vida da população nelas residente; e*
- (iii) fixação da mão-de-obra e contenção dos fluxos migratórios não desejáveis.*²

Objeto da AAE, Abrangência Territorial e Definições preliminares

As questões abordadas nesse item compreendem um conjunto ordenado de conteúdos que será detalhado e consolidado na Metodologia para a elaboração dessa AAE. Esse conjunto de questões, preparadas especialmente para levá-las ao debate no Seminário Interno, expressa os entendimentos preliminares da equipe do projeto resultante dos debates internos relatados nos itens iniciais do presente Relatório.

Esse item antecipa, portanto, aproximações preliminares em relação às definições mais relevantes a serem definidas como princípios que irão nortear o desenvolvimento da AAE. São eles: (i) o objeto de análise da AAE e a definição do recorte territorial; (ii) a definição da Visão de Futuro; (iii) a definição dos horizontes temporais e dos indicadores; (iv) o resgate regionalizado do PRODETUR/PDITS-RJ; e (v) a identificação das condições de conjuntura-contexto que tendem a (re) definir as condições de contexto vigentes no território objeto do PRODETUR-RJ.

² Fonte: Termo de Referência – PRODETUR/Nacional – Rio de Janeiro

O objeto da AAE e a definição do recorte territorial

O objeto de avaliação da presente AAE é formado pelo conjunto de ações/projetos previstos no PRODETUR-RJ, que são referenciados às ações priorizadas pelo PDITS-RJ.

No âmbito da implantação do PRODETUR-RJ, parte-se do princípio de que os projetos do programa serão objeto de apreciação individual quanto a sua viabilidade econômico-financeira e ambiental. As intervenções de maior porte têm sido ou serão objeto de processos de licenciamento ambiental, algumas inclusive sendo submetidas à Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). A AAE do PRODETUR-RJ, ao contrário dos estudos de impacto ambiental, enfatiza o caráter estratégico que tipifica esse tipo de avaliação, priorizando uma visão de conjuntos regionais (polos e Subpolos turísticos) e uma perspectiva para o horizonte temporal projetado de dez anos.

Em 2008, o Estado do Rio de Janeiro se habilitou junto ao PRODETUR Nacional, propondo um conjunto de ações organizado segundo os componentes do Programa, num total de US\$ 187 milhões, tendo aprovada a viabilidade inicial do contrato de empréstimo junto à Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX. Os montantes dos investimentos orçados para a execução do Programa, dentro do período previsto, constam dos quadros abaixo segundo as fontes dos recursos e os componentes do Programa.

Quadro 2 – Composição dos recursos do PRODETUR-RJ, por fonte

Tipo de Fonte	US\$ (x 1.000)	%
Fonte Externa		
Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID	112.000	60
Fonte Interna		
Contrapartida Nacional / Estado do Rio de Janeiro	75.000	40
Total	187.000	100

Fonte: UCP/RJ (2010)

Os investimentos foram organizados segundo as cinco Componentes do PRODETUR: Estratégia de Produto Turístico, Estratégia de Comercialização, Fortalecimento Institucional, Infraestrutura e Serviços Básicos e Gestão Ambiental.

Quadro 3 – Investimentos do PRODETUR–RJ segundo componentes

Investimento por Componente	US\$ (x 1.000)	%
1 Estratégia de Produto Turístico	66.426	35,52
2 Estratégia de Comercialização	5.400	2,89
3 Fortalecimento Institucional	6.700	3,58
4 Infraestrutura e Serviços Básicos	79.540	42,53
5 Gestão Ambiental	18.460	9,87
Encargos, Gerenciamento, Supervisão e Auditoria	10.474	5,60
Total	187.000	100

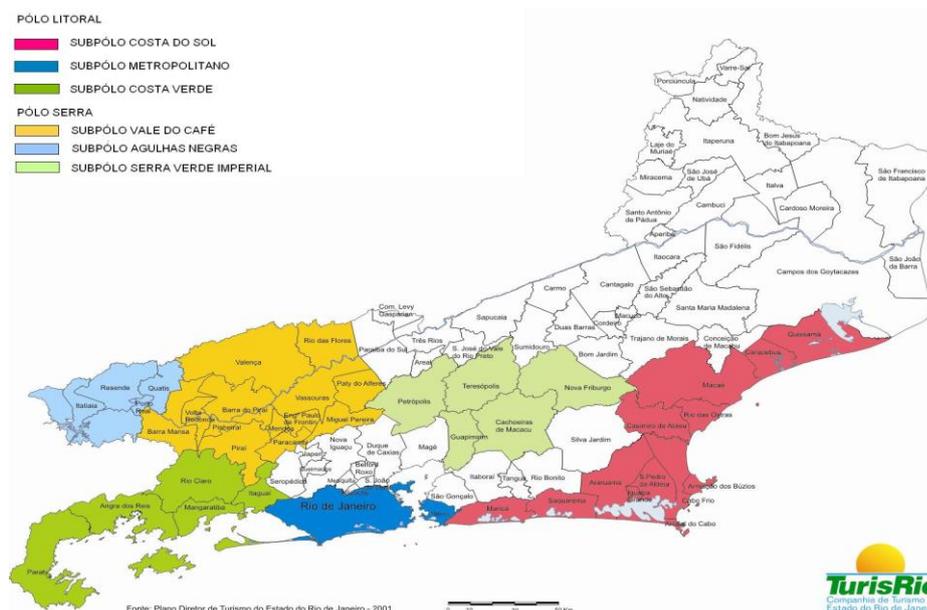
Fonte: UCP/RJ (2010)

A AAE do PRODETUR/PDITS–RJ adotará o caráter estratégico que tipifica esse tipo de avaliação, priorizando uma visão de conjuntos regionais e uma perspectiva de médio/longo como recomenda a experiência acumulada na matéria.

O objeto de avaliação é formado pelo conjunto de ações previstas no PRODETUR–RJ e, em alguma medida, no PDITS RJ. A equipe encarregada da AAE parte do princípio de que tomadas isoladamente as ações previstas já foram objeto de apreciação quanto à sua viabilidade econômico–financeira e ambiental. Sendo que aquelas de maior porte foram, estão sendo ou serão objeto de processos de licenciamento ambiental, algumas inclusive sendo submetidas ao ritual dos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA).

A definição do recorte territorial mais apropriado à realização da AAE do PRODETUR/PDITS RJ tomou por base as referências encontradas na documentação base da AAE. O recorte territorial a ser adotado é, portanto, aquele proposto na documentação de base dessa AAE (documentação do PRODETUR–RJ e do PDITS–RJ), a qual contém repetidas referências aos recortes denominados Polos e Subpolos (ver Figura a seguir).

Figura 1 – Polos e Subpolos contemplados pelo PRODETUR-RJ



Fonte: TurisRio (2010)

Contudo, esse é um recorte territorial que deverá ser empregado de forma flexível de maneira que possa comportar situações particulares que obriguem a AAE a *flutuar entre diferentes escalas*, ora adotando recortes geográficos mais amplos ora mais localizados. Essa previsão deriva da necessidade da AAE analisar processos mais amplos ou características mais localizadas. A análise de possíveis efeitos sinérgicos/cumulativos determinados por PPP's referidas a áreas situadas fora do recorte territorial do PRODETUR/PDITS-RJ serve de exemplo de uma situação que obrigará a adoção momentânea de um recorte territorial mais amplo. A consideração específica de um bem ou recurso de interesse turístico é, por outro lado, outro exemplo de uma situação inversa que recomenda a adoção circunstancial de um recorte territorial mais localizado.

Assim sendo, a AAE será desenvolvida tendo como referência principal o recorte adotado pelo PRODETUR/PDITS-RJ (seu objeto primordial de avaliação), admitindo, contudo, a necessidade/conveniência de *flutuar* por momentos em direção a outros recortes e escalas consideradas oportunas.

Definição da Visão de Futuro

A Visão de Futuro para o caso da economia do turismo no Estado do Rio de Janeiro foi projetada a partir da consulta feita aos conteúdos da documentação base dessa AAE, cujo núcleo principal é formado pelos textos do PRODETUR/PDITS–RJ.

O objetivo da AAE do PRODETUR/PDITS–RJ é o de avaliar as possíveis consequências das estratégias de desenvolvimento propostas no âmbito dessas Políticas Públicas (PPs) e, dessa forma, analisar os méritos e/ou riscos a elas associados, sugerindo, sempre que necessário, correções e complementações que apontem para caminhos alternativos em direção aos objetivos estabelecidos pelas mesmas.

Para isso a AAE parte de uma ideia de futuro desejado que é definida tendo como ponto inicial de referência as diretrizes e estratégias estabelecidas nessas mesmas PPs e no seu TR respectivo. A ideia de futuro desejado servirá como parâmetro de referência para a avaliação em tela. A definição dessa *visão de futuro* orientará os trabalhos desde o momento que são definidos os indicadores a serem pesquisados ao longo da AAE, em especial na fase em que se esteja realizando a avaliação comparativa dos cenários que serão construídos.

A definição da *visão de futuro* considera como primeiras referências alguns elementos centrais que compõem os objetivos e estratégias estabelecidos no conjunto da documentação de base já citada (PRODETUR RJ, PDITS–RJ e TR da AAE).

A esses elementos agregam-se diretrizes estratégicas de sustentabilidade que compõem também parte da visão de futuro que norteia o PRODETUR/PDITS RJ e, portanto, a AAE que será realizada sobre o mesmo. Essas diretrizes estão subordinadas a quatro dimensões da sustentabilidade conforme a seguir discriminado:

- Ecológica e Ambiental: visa assegurar a compatibilidade do desenvolvimento da atividade turística com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos naturais, entendendo-os como patrimônio público e ativos econômicos a serviço da sociedade, e a capacidade de suporte dos ecossistemas em absorver ou recuperar-se das agressões derivadas da ação humana;
- Econômica: visa assegurar que o desenvolvimento da economia do turismo seja economicamente eficaz, de forma a incrementar a participação do setor na composição do PIB das regiões e do Estado, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras;
- Sociocultural: visa assegurar que o desenvolvimento da atividade turística aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo a ampliação da geração de oportunidades de emprego–renda visando à redução do desemprego e a formalização do setor, aumento do IDH dos municípios, melhoria da infraestrutura de serviços coletivos, redução dos índices de criminalidade e violência, preservação/promoção de atividades tradicionais, valores socioculturais e patrimônio construído;
- Político–institucional: visa assegurar a solidez, a continuidade e a ampliação dos laços de coordenação e cooperação entre níveis e setores governamentais,

contribuindo para a ampliação da autonomia dos governos locais através da descentralização de responsabilidades e do fortalecimento da capacidade decisória dos mesmos, prestigiando os mecanismos de representação da sociedade civil e do setor produtivo nos fóruns decisórios das Políticas Públicas.

Definição dos horizontes temporais e indicadores

Dado que a AAE incluirá um exercício de cenarização, é necessário que a escolha dos indicadores se dê de forma associada à definição do horizonte temporal com que se pretende trabalhar.

Como não poderia deixar de ser, o corte temporal foi definido de forma a ajustar àquele adotado pelo PDITS–RJ (10 anos) resultando assim no horizonte para efeito de cenarização da AAE o ano de 2020.

A definição dos indicadores que servirão de base para a AAE, notadamente para a construção da Linha de Base, do Diagnóstico Integrado, dos Cenários futuros (Referência ou Tendencial, Desenvolvimento PRODETUR e de Sustentabilidade), assim como dos mecanismos visando ao acompanhamento–avaliação dos resultados da execução do PRODETUR/PDITS RJ toma por base um conjunto de temáticas prioritárias, as Diretrizes de Sustentabilidade e as categorias de análise prescritas no modelo PEIR como discriminado a seguir:

- as 7 (sete) temáticas definidas como prioritárias compreendem: Dinâmica Regional, Desenvolvimento Urbano, Governança e Desenvolvimento Local, Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo, Patrimônio Histórico / Cultural, Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental e Saneamento Ambiental;
- as 4 (quatro) diretrizes estratégicas adotadas na definição da Visão de Futuro compreendem a sustentabilidade Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político–institucional; e
- as 4 (quatro) categorias de indicadores contempladas no quadro lógico de análise conhecido como Matriz P.E.I.R.: Pressão / Estado / Impacto / Resposta, a partir dos quais serão tratados os dados e as informações relativas aos temas estratégicos, a saber: (a) indicadores de *Pressão* que relacionam as causas dos problemas ambientais sobre as quais devem atuar as respostas do Poder Público e da sociedade para preservar ou melhorar o estado do meio ambiente; (ii) indicadores de *Estado* que descrevem as condições e a qualidade do meio ambiente local; (iii) indicadores de *Impacto* que são orientados a captar os efeitos do estado do meio ambiente sobre diferentes âmbitos de interesse para as atividades humanas; e (iv) indicadores de *Resposta* que refletem a capacidade de gestão/resolução de conflitos (presente e projetada) dos agentes (públicos, produtivos e sociais) presentes nesse território face ao *Estado* em que se encontram os recursos e às *Pressões* exercidas sobre os mesmos.

Conforme ilustra o quadro a seguir apresentado, cada conjunto [tema estratégico x diretriz de sustentabilidade] será detalhado sob a forma de indicadores que contemplem as categorias de indicadores considerados no modelo PEIR, de forma a se compor o conjunto de indicadores que servirá de base para a orientação da AAE.

Quadro 4 – Matriz de Indicadores: Temas Estratégicos e Diretrizes de Sustentabilidade

Temas Estratégicos	Diretrizes de Sustentabilidade	Categorias de Análise (PEIR)			
		Pressão	Estado	Impacto	Resposta
Dinâmica Regional	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Desenvolvimento Urbano	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Governança e Desenvolvimento Local	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Patrimônio Histórico / Cultural	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				
Saneamento Ambiental	Ecológica e Ambiental				
	Econômica				
	Sociocultural				
	Político-institucional				

Os resultados preliminares desse esforço oferecem um conjunto de indicadores que estão sendo trabalhados pelas consultorias temáticas. Esse material será submetido a um tratamento de conjunto pela equipe da AAE e será consolidado num conjunto de indicadores coerente e consistente que orientará, na sequência, a elaboração das diversas Linhas de Base temáticas das quais derivará o Diagnóstico Integrado, base de apoio para a etapa de Cenarização.

Resgate regionalizado do PRODETUR-RJ

O resgate regionalizado das propostas de diretrizes, ações e outras recomendações contidas no PRODETUR/PDITS RJ visa estabelecer uma *leitura* do como se distribuem as definições contidas no Programa, tomando-se como referência seus

componentes (Estratégia de Produto Turístico; Estratégia de Comercialização; Fortalecimento Institucional; Infraestrutura e Serviços Básicos; e Gestão Ambiental), as temáticas definidas no TR e os recortes territoriais considerado de interesse para a AAE (Polos, Subpolos e Territórios Funcionais).

Identificação das condições de conjuntura–contexto

O fato do PRODETUR RJ contemplar a interiorização e integração dos fluxos turísticos como um dos seus objetivos centrais condiz com o entendimento de que a sustentabilidade da economia do turismo do Rio de Janeiro pode ser favorecida através da multiplicação e fortalecimento dos chamados Arranjos Produtivos Locais (APL's) turísticos. Dessa forma, a AAE do PRODETUR/PDITS–RJ se apoiará na ideia de que devem ser prestigiadas, fortalecidas e ampliadas as iniciativas de APL's verificadas nos Polos e Subpolos conforme apontam os estudos de base e as formulações do PRODETUR/PDITS–RJ.

A AAE também se apoiará na ideia de que através desses arranjos é possível alcançar uma maior diversidade, complementaridade e competitividade da “cadeia produtiva” da indústria do turismo. E que esse resultado depende do estabelecimento de um regime de cooperação–coordenação entre os agentes envolvidos, assim como da capacidade de inovação dos mesmos, tanto no que se refere à diversidade como à qualidade dos produtos turísticos. Parte–se assim do suposto de que um modelo de desenvolvimento turístico calcado nesses APL's poderá aumentar significativamente a contribuição que essa atividade pode dar como vetor de desenvolvimento regional e local, preenchendo lacunas deixadas pelos modelos do *turismo de 2ª residência* e dos chamados *resorts* (ou *enclaves territoriais turísticos*).

As diretrizes e ações propostas pelo PRODETUR–RJ serão vistas como parte de uma estratégia do Estado visando ao resgate das práticas de planejamento regional no âmbito do Rio de Janeiro. Esse resgate se dá num momento em que se faz necessário responder ao processo de reestruturação da economia fluminense, no âmbito do que está presente uma expectativa de desenvolvimento sustentável da economia e das regiões turísticas do Rio de Janeiro.

Nesse marco, a contextualização das diretrizes e ações do PRODETUR/PDITS–RJ deve ser analisada também na perspectiva das condições (presentes e projetadas) criadas por outras Políticas, Planos, Programas e Projetos (PPP's), públicos e privados, que possam determinar dinamismos regionais. Admite–se que o dinamismo induzido por essas outras PPP's possa interagir (positiva ou negativamente) com os objetivos e ações propostos pelo PRODETUR–PDITS RJ, seja através de efeitos cumulativos–sinérgicos ou de efeitos de competição.

Com esse propósito, estão sendo compilados dados referentes aos investimentos estruturantes verificados no estado, os quais apresentaram convergência em direção a 4 (quatro) setores de atividade: (i) produção de óleo e gás natural (O&G) e petroquímica; (ii) siderurgia; (iii) logística e material de transporte; e (iv) infraestrutura–renovação urbana e turismo.

Efetivamente, como demonstram os quadros apresentados a seguir, o Rio de Janeiro vem sendo palco de investimentos que, realizados desde a década de 1990, tem

contribuído não só para o reaquecimento da economia fluminense, como também para o reforço ou introdução de novos dinamismos regionais no estado.

Quadro 5 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: O&G e Petroquímica

Setor de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
Produção de Óleo e Gás (O&G) e Petroquímica	Exploração e produção de óleo e gás nas Bacias de Campos e Santos	PETROBRAS	Litoral dos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo
	Consolidação do polo gasquímico de Duque de Caxias e Belford Roxo	PETROBRAS	Baixada Fluminense e Baía de Guanabara
	Implantação do Complexo Petroquímico de Itaboraí (COMPERJ)	PETROBRAS	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Plano de Aceleração da Produção de Gás Natural (PLANGAS)	PETROBRAS	Bacia de Campos, RMRJ e área de influência da rede de dutos
	Ampliação da Refinaria Duque de Caxias (REDUC)	PETROBRAS	Baixada Fluminense e Baía d Guanabara

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

Quadro 6 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Siderurgia

Setor de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
Siderurgia	Ampliação da Usina Presidente Vargas (UPV/CSN)	CSN	Região do Médio Paraíba
	Implantação da mini-mill em Resende	VOTORANTIM METAIS	Região do Médio Paraíba
	Implantação da Cia Siderúrgica do Atlânticos Sul	THYSSEN KRUPP/VALE	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de influência do Porto de Itaguaí e do Arco Metropolitano
	Ampliação da Usina de Santa Cruz (RJ)	GUERDAU	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de influência do Porto de Itaguaí e do Arco Metropolitano
	Implantação da Usina Siderúrgica de Itaguaí (USITA)	CSN	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de influência do Porto de Itaguaí e do Arco Metropolitano
	Projeto de implantação de Usina siderúrgica associada ao	EBX/Grupo Chinês	Região Norte Fluminense

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

Quadro 7 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Logística e Material de Transporte

Setor de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
Logística e Material de Transporte	Ampliação, modernização e concessão do Porto de Itaguaí	Cia. Docas do RJ (CDRJ)	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Melhorias, ampliação e concessão do Porto do Rio de Janeiro	Cia Docas do RJ (CDRJ)	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Implantação de terminais marítimos dedicados à exportação de minério de ferro na Baía de Sepetiba	MMX, VALE, CSN, USIMINAS, BRAZORE	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de influência do Porto de Itaguaí e MRS Logística
	Implantação de terminal marítimo dedicado ao recebimento de gás natural liquefeito na Baía de Guanabara	PETROBRAS	Região Metropolitana do Rio de Janeiro e área de influência da rede de dutos
	Implantação de terminal marítimo dedicado à exportação de minério de ferro (integrado a mineroduto ligando-o à região produtora em MG)	EBX	Região Norte Fluminense e área de influência do mineroduto
	Implantação de estação de tratamento e ampliação de capacidade de processamento de água de produção junto ao TEBIG em Angra dos Reis	TRANSPETRO	Região da Baía da Ilha Grande e área de influência da rede de dutos
	Planejamento de terminal de graneis líquido-sólidos de O&G junto ao Porto de Itaguaí	PETROBRAS	Bacia drenante à Baía de Sepetiba e área de influência do Porto de

Setor de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
			Itaguaí e do Arco Metropolitano
	Reaquecimento da indústria naval no Rio de Janeiro, Niterói e São Gonçalo	Indústria naval em atendimento à indústria de O&G	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Ampliação da rede dutoviária ligando terminais e áreas produtoras de O&G	PETROBRAS	Bacia de Campos, RMRJ e área de influência da rede de dutos
	Modernização e ampliação da capacidade de carga da rede operada pela MRS Logística	MRS Logística	Área de influência da MRS Logística e do Porto de Itaguaí
	Implantação do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Implantação do aeroporto de Cabo Frio	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região da Costa do Sol e Macaé (base logística da Bacia de Campos)
	Implantação do aeroporto de Angra dos Reis	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região da Costa Verde e Angra dos Reis (base logística da Bacia de Campos)
	Implantação do aeroporto de Resende	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região do Médio Paraíba

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

Quadro 8 – Investimentos Determinantes de Dinamismo Regional: Infraestrutura de Renovação Urbana e Turismo

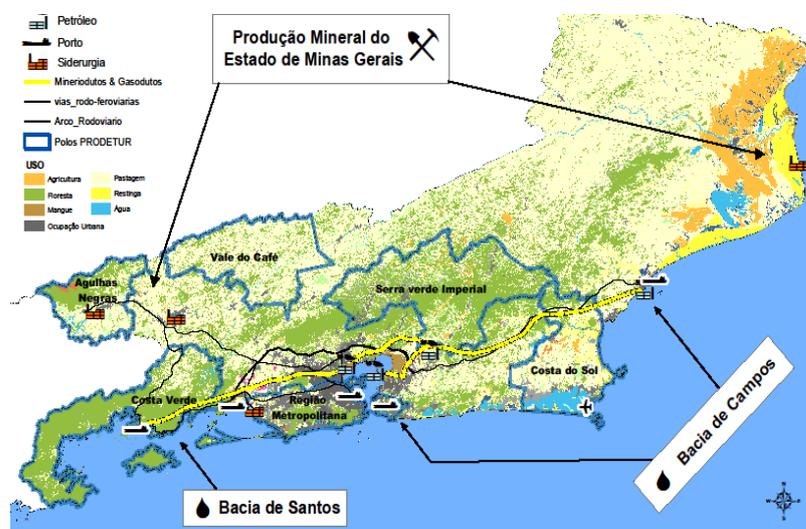
Sector de Atividade	Investimento	Agente Responsável	Área de Influência
Infraestrutura/Renovação Urbana e Turismo	Plano de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG)	Governo do Estado do Rio de Janeiro	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Implantação de projetos de saneamento ambiental e habitação no âmbito do PAC 1	Governos Federal e Estadual	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
	Renovação da Zona Portuária do Rio de Janeiro	Governos Municipal e Federal	Município do Rio de Janeiro
	Obras de infraestrutura dos Jogos Panamericanos	Governos Municipal e Federal	Município do Rio de Janeiro
	Obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014	Governos Municipal e Federal	Município do Rio de Janeiro
	Melhoria e ampliação da rede hoteleira para a Copa do Mundo de 2014	Setor produtivo	Município do Rio de Janeiro
	Obras de infraestrutura para os Jogos Olímpicos de 2016	Governos Municipal, Estadual e Federal	Município do Rio de Janeiro
	Melhoria e ampliação da rede hoteleira para os Jogos Olímpicos de 2016	Setor de hotelaria	Município do Rio de Janeiro
Execução do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo no Rio de Janeiro (PRODETUR RJ)	Governos Federal e do Estado do Rio de Janeiro	Polos e Subpolos contemplados	

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

Ainda que faltem dados e a análise dessas informações não tenha sido concluída, algumas observações de caráter estratégico podem e devem ser antecipadas. A propósito, vale sinalizar preliminarmente em relação a quatro observações que se apoiam nos citados quadros:

- a influência que já exercem (e que tende a ser ampliada) os setores mineração, petroquímica e siderurgia;
- a estreita vinculação entre os investimentos no setor de logística-material de transporte e esses mesmos setores de atividade;
- a diferença de valores investidos, por um lado, nos três primeiros setores (produção de O&G e petroquímica; siderurgia; infraestrutura e material de transporte) *vis-à-vis* aquele aplicado em infraestrutura-renovação urbana e turismo;
- a concentração espacial dos investimentos dedicados ao setor infraestrutura/renovação urbana no município do Rio de Janeiro que assim confirma seu perfil de Subpolo dedicado a grandes eventos.

Figura 2 – Circuito–Rede Industrial e Turístico



Uma vez representados na Figura ao lado, esses investimentos nos levam a especular, ainda que preliminarmente, quanto à *qualidade* das possíveis interações entre essas PPP's e os objetivos/ações do PRODETUR/PDITS-RJ. Nesse sentido, não é de todo descabido admitir que dessas interações podem resultar um número de situações de conflito-concorrência mais elevado que o de efeitos sinérgicos-cumulativos que seriam desejáveis.

Fonte: Estudo temático Dinâmica Regional (2010)

RESULTADOS DO SEMINÁRIO INTERNO

Entre os principais conteúdos previstos para essa Etapa inscrevem-se os resultados do Seminário Interno, realizado ao final da Meta 1 – Preparação dos Estudos e que contou com a participação de representantes das instituições promotoras e colaboradores do projeto. O evento teve por finalidades:

- . Promover o intercâmbio entre as equipes encarregadas da AAE;
- . Validar e detalhar internamente os objetivos gerais e específicos da AAE.

O seminário ocorreu³ conforme planejado, seguindo os itens da pauta acordada, quais sejam:

3 Local: Sede da Instituição Executora; Data: 24/03/2011.

1. PRODETUR–RJ: objetivos e metas do programa e andamento de sua implementação;
2. AAE/PRODETUR: conceitos, abrangência e princípios metodológicos a serem adotados;
3. Esclarecimentos / Debates; e
4. Recomendações finais.

A seguir é apresentada a síntese da memória do evento, organizada segundo a ordem da pauta.

1. PRODETUR–RJ: objetivos e metas do programa e andamento de sua implementação

O tema foi apresentado pelo Coordenador de Relacionamento Institucional da UCP – PRODETUR–RJ, Bruno Sasson, abordando os seguintes pontos:

- . Contextualização e objetivos gerais do PRODETUR nacional e do PRODETUR–RJ;
- . Objetivos específicos do PRODETUR/RJ, com ênfase na busca da interiorização do turismo e na melhoria do perfil da demanda turística;
- . Apresentação das premissas estratégicas e dos dados e informações turísticas que as subsidiaram, com ênfase na questão da mobilidade rodoviária e na importância dada aos destinos indutores;
- . Apresentação dos Polos e Subpolos turísticos definidos no âmbito do PRODETUR–RJ;
- . Apresentação dos 5 (cinco) componentes do Programa; dos seus recursos e respectivas fontes; da distribuição de tais recursos por componente; e do seu cronograma de desembolso;
- . Apresentação de uma amostra de projetos do PRODETUR–RJ e de sua situação de implementação/execução; e
- . Contextualização do estágio atual do PRODETUR–RJ, com o PDITS–RJ elaborado, a AAE em elaboração, o processo de transformação da Unidade Executora Estadual – UEE em UCP, e estudos de viabilidade dos projetos da amostra em execução.

2. AAE/PRODETUR: conceitos, abrangência e princípios metodológicos a serem adotados

O tema foi apresentado pela Coordenadora do Projeto pela Instituição executora, Maria Cristina Soares de Almeida. Os principais pontos abordados foram:

- . Objetivos da AAE, com ênfase na identificação de sinergias e eventuais riscos socioambientais relacionadas às ações do Programa, conjugada com a proposição de ajustes e complementações ao mesmo;
- . Base documental orientadora da AAE e dos princípios que a orientam;

- . Cronograma de execução do projeto e de suas etapas de trabalho, com ênfase na etapa em que se encontra o trabalho (Preparação do Estudo);
- . Proposições de debate, abordando aspectos metodológicos a serem problematizados no seminário, atinentes à (i) definição/pactuação de uma Visão de Futuro como base da AAE; (ii) ao caráter central da sustentabilidade e de suas dimensões para os cenários a serem projetados; (iii) à complexidade ligada à definição dos recortes territoriais/escalas a serem utilizados na construção da Linha de Base e no processo de cenarização, tendo em vista a escassez de dados disponíveis; e (iv) à metodologia de construção dos indicadores de sustentabilidade;
- . Problematização dos quatro itens acima recortados, tendo em vista os materiais e entendimentos já produzidos e elaborados pela equipe do projeto.

3. Debates e Recomendações

Após as apresentações foram realizados debates a seguir relatados.

Os principais pontos debatidos e as recomendações foram organizados segundo três grandes itens: (i) **objetivo e escopo** da AAE/PRODETUR; (ii) **amplitude, escala e metodologia** da análise; e (iii) **subsídios, etapas de trabalho e cronograma** de execução.

- Com relação ao **objetivo e escopo** da AAE/PRODETUR:
 - Denise Levy, do BID, enfatizou o caráter particular da AAE/PRODETUR, uma vez que o Programa representa um conjunto de decisões já tomadas, algumas das quais já estão em fase implementação; Denise Levy levantou ainda a importância de as recomendações/proposições serem o foco prioritário dos produtos da AAE;
 - Joseph Milewski, do BID, informou que a AAE do PRODETUR-RJ está sendo considerada como um “piloto”, que servirá de referência para os outros estados;
 - Luciana Guimarães, do Ministério do Turismo, sublinhou que a AAE deve ser feita tendo como foco as ações prioritárias previstas no PRODETUR-RJ;
 - Denise Levy sublinhou a importância de se entender uma AAE como instrumento focado na abordagem dos impactos indiretos e cumulativos/sinérgicos no território objeto de estudo.
- Com relação à **amplitude, escala e metodologia** da análise a ser realizada:
 - Denise Levy levantou a questão da centralidade do componente de capacitação dos sistemas de gestão, visando melhorar a capacidade de resposta das instituições, e a necessidade de que as recomendações da AAE contemplem propostas de como fortalecer tais instituições; em seguida, recomendou cuidado com a consistência/coerência dos produtos, de forma que ao consultá-los os leitores não precisem fazer um grande esforço de “decodificação”;

- Joseph Milewski sugeriu considerar o uso do modelo de análise estratégica tipo SWOT (pontos fortes e pontos fracos; oportunidades e ameaças) como instrumento para definir agendas especializadas para cada Polo e Subpolo; ele sugeriu também considerar outras Políticas, Planos e Programas (públicos e privados) que possam gerar efeitos cumulativos/sinérgicos ou conflitar/concorrer com os objetivos/ações a cargo do PRODETUR/PDITS-RJ;
 - Alexandre Santos e Rui Velloso, consultor do projeto, levantaram questões relativas à dificuldade de obtenção de dados consistentes que subsidiem a análise, uma vez que não há recursos/tempo disponíveis para a realização de um diagnóstico amplo e, não obstante, o diagnóstico presente no PDITS-RJ não contempla as necessidades da AAE; Rui Velloso deu ênfase à importância das diretrizes e do plano de ação presentes no PDITS-RJ para a AAE;
 - Joseph Milewski sublinhou a importância de se utilizar o conhecimento e a experiência acumulados pela equipe responsável pela elaboração da AAE sobre a dinâmica do Estado do Rio de Janeiro, no sentido de subsidiar uma análise que tenha um caráter parcialmente especulativo, mas com lastro em tal conhecimento adquirido, como forma de (1) contornar as possíveis dificuldades de obtenção de dados e (2) dar corpo e efetivar o caráter analítico e reflexivo de uma Avaliação Ambiental Estratégica;
 - Joseph Milewski sugeriu a combinação, sempre que possível, de abordagens regionais e locais, gerando recomendações em todas as escalas;
 - Carmen Lúcia Petraglia, Coordenadora de Licenciamento Ambiental da SEOBRAS, comentou que a AAE deve partir do princípio de que os projetos/ações contidos no PRODETUR-RJ, especialmente aquelas sujeitas ao processo de licenciamento e, mais ainda, aquelas submetidas ao procedimento de AIA, devem ser considerados como individualmente viáveis, tanto do ponto de vista econômico e financeiro como ambiental e que, portanto, o foco da AAE deve ser o conjunto de ações e diretrizes propostas para os Polos e Subpolos.
- iii. Com relação aos **subsídios**, às **etapas** de trabalho e ao **cronograma** de execução:
- Carmen Lúcia Petraglia ficou de verificar a viabilidade de disponibilizar à equipe da AAE as Licenças (com as exigências pertinentes) e PBA's dos projetos já licenciados, a partir de solicitação feita por Maria Graça Neves, consultora do projeto;
 - Paulo Costa, Superintendente de Urbanismo Regional da SEOBRAS e membro da UCP-RJ, informou que a instituição que representa dispõe de um "mapeamento" dos investimentos a serem realizados nos próximos 10 anos no porto de Angra dos Reis;
 - Luciana Guimarães informou que a expansão do prazo para a execução da AAE é uma questão que pode ser analisada, dentro dos limites dos recursos já disponibilizados.

4. Recomendações finais (grifos nossos)

As principais definições pactuadas e recomendações apresentadas no seminário a serem consideradas na definição da Metodologia da AAE são as seguintes:

- . A AAE/PRODETUR deve ser entendida como uma **análise dos impactos cumulativos e indiretos do conjunto de ações do PRODETUR-RJ** nos Polos e Subpolos recortados, mas levando em consideração também sua articulação com outras políticas, planos e programas;
- . Tal análise deve ter um caráter parcialmente especulativo e analítico, que deve ser **realizado em conjugação e a partir dos dados e indicadores disponíveis e da experiência acumulada pela equipe** de elaboração da AAE acerca da dinâmica socioeconômica do Estado do Rio de Janeiro;
- . A AAE deve adotar um **olhar multi-escalar** em seu processo de análise, no limite dos dados disponíveis, e cuja integração deve ser feita de forma a permitir uma apresentação coerente, objetiva e consistente dos resultados;
- . A AAE deve priorizar, entre seus resultados concretos, a formulação de **recomendações objetivas para implementação do PRODETUR-RJ**;
- . Deve-se levar em consideração a possibilidade de **utilização da metodologia SWOT para a definição de agendas especializadas** em cada Polo e Subpolo.

As apresentações dos slides e a lista de presença constam, respectivamente, dos Anexos IV e V desse Relatório.

CONSOLIDAÇÃO DOS OBJETIVOS DA AAE

Nessa Etapa foram discutidas as principais referências teóricas norteadoras da AAE e consolidados os objetivos e a linha de abordagem da presente AAE.

Apresenta-se a seguir os conceitos e definições considerados nesse contexto inicial do trabalho, com vistas a balizar os principais aspectos relacionados ao processo de elaboração da AAE.

Segundo publicação do MMA, 2002, a AAE é definida como um “**Procedimento sistemático e contínuo de avaliação** da qualidade do meio ambiente e das consequências ambientais decorrentes de visões e intenções alternativas de desenvolvimento, incorporadas em iniciativas, tais como: a formulação de políticas, planos e programas (PPP), de modo a assegurar a integração efetiva dos aspectos biofísicos, econômicos, sociais e políticos, o mais cedo possível, aos processos públicos de planejamento e tomada de decisão.” (grifo nosso)

Importante também destacar nesse contexto as definições de **impacto** de natureza estratégica e dos possíveis **objetos** de aplicação da AAE: as políticas, os planos e os programas.

- . **Impacto estratégico:** aqueles gerados por ações e decisões de natureza estratégica, isto é, linhas de ação que permitam alcançar objetivos de longo prazo; consequência e resultado dessas ações e decisões, também de longo prazo, de acordo com princípios ou pressupostos previamente estabelecidos.
- . **Política:** linha de conduta geral ou direção que o governo está ou estará adotando, apoiada por juízos de valor que orientem seus processos de tomada de decisão.
- . **Plano:** estratégia composta de objetivos, alternativas e medidas, incluindo a definição de prioridades, elaborada para viabilizar a implementação de uma política.
- . **Programa:** conjunto de atividades e projetos a ser implantados em determinada unidade espacial necessários para implementar uma política, podendo ou não se integrar a um plano.

Entre os **objetivos** da AAE, destaca-se aquele direcionado a **facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos ambientais** das estratégias de ação no quadro de desenvolvimento sustentável. O quadro abaixo apresenta os objetivos gerais da AAE de ampla aceitação na literatura técnica.

QUADRO 9 – OBJETIVOS DA AAE

1. Contribuir para um processo de decisão ambiental e sustentável
2. Melhorar a qualidade de políticas, planos e programas
3. Fortalecer e facilitar a AIA de projetos
4. Promover novas formas de tomar decisão.

Segundo TEIXEIRA, 2008, a adoção da AAE fundamenta-se na experiência internacional, “cuja prática está associada a **duas abordagens distintas:** (a) a primeira voltada à **sustentabilidade dos processos de crescimento e de desenvolvimento**, buscando contribuir ou facilitar uma visão de futuro; e (b) a segunda, mais ligada ao **aperfeiçoamento da prática da AIA**, com foco na cumulatividade de impactos ambientais e na prática mais eficiente do licenciamento ambiental.” (grifo nosso)

Ainda que em ambas as abordagens o uso da AAE visem influenciar a gestão de potenciais conflitos e a tomada de decisão que o planejamento do desenvolvimento acarreta. A adoção de uma **abordagem estratégica** na AAE pode contribuir para aumentar as possibilidades de sucesso dos resultados na medida em que é utilizada como instrumento de **reflexão sobre as oportunidades e os riscos** de se optar por determinadas direções de desenvolvimento futuro.

Apresentam-se a seguir os diversos conceitos e informações que permitem ajudar a compreender o que é a **AAE em sua dimensão estratégica**. Definem-se os quatro conceitos básicos em AAE: meio ambiente, sustentabilidade, estratégia e avaliação.

- . **Meio Ambiente** é definido como “*o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas*” (Lei n.º 6938/1981, Art. 3.º Inciso I).
- . **Sustentabilidade** é um conceito que se baseia no termo sustentável, significando “aquilo que pode ser mantido ao longo do tempo”. Está associado ao conceito de desenvolvimento sustentável.
- . **Estratégia** é um conceito associado, normalmente, a objetivos de longo prazo, se distinguido de tática, que corresponde a objetivos de mais curto prazo. Ainda segundo outros autores, as abordagens estratégicas em política e planejamento não se destinam a tentar saber o que pode acontecer no futuro, mas sim a tentar planejar e guiar ações que constituam caminhos possíveis para um futuro desejável. As estratégias de ação estão fortemente associadas à formulação de políticas e são desenvolvidas no contexto de processos de planejamento e programação.
- . **Avaliação** é a ação de avaliar. É determinar o valor que pode ser atribuído a algo, ou ainda a determinação aproximada de uma grandeza ou quantidade sem recorrer à medição direta, com base em estimativas.

Uma das características da AAE de abordagem estratégica é a pré-identificação do seu alcance, na qual é discriminando o que será estudado e analisado. Para atender a essa condição, a metodologia de AAE de base estratégica deve adotar o conceito de **Fatores Críticos para a Decisão (FCD)**, que elegerá aqueles fatores (ou temas) mais relevantes e compatíveis com os prazos para a tomada de uma decisão estratégica.

Quanto às **diretrizes metodológicas**, tem-se identificado que a AAE torna-se mais eficiente em face aos seus objetivos se adotar alternativa de metodologia que **dê prioridade à influência estratégica da AAE no processo de decisão**. Desse modo é exigido que a AAE seja iniciada o mais cedo possível para integrar as questões

ambientais e de sustentabilidade no ciclo de planejamento e programação do PPP; e ainda que a avaliação seja centrada em opções estratégicas plausíveis, envolvendo pensamento estratégico na discussão das opções e na definição de diretrizes para implementação.

Com relação aos **princípios de boa prática** na aplicação da AAE, a literatura sobre o tema tem sublinhado os critérios adotados pela IAIA (*International Association for Impact Assessment*), em 2002, quais sejam: Integração, Orientação para a sustentabilidade, Foco, Verificação, Participação e Interação.

Aspectos igualmente fundamentais para a AAE são os **princípios de responsabilização, participação, transparência e sustentabilidade**, bem como a capacidade de a AAE acompanhar, de modo iterativo e facilitador, os ciclos de preparação, execução e revisão que caracterizam os processos de planejamento de PPPs.

A AAE PRODETUR-RJ

O Termo de Referência aporta a seguinte **definição** para a AAE:

“A AAE é um instrumento que **faculta a incorporação da dimensão ambiental de modo formal e sistemático no planejamento** setorial e regional, pela realização de uma avaliação dos impactos ambientais gerados por conjuntos de ações–investimentos (políticas, planos e programas) que excede, portanto, a esfera de projetos isolados. Contribui, ainda, para **viabilizar a harmonia ou sinergia dos objetivos de desenvolvimento e o uso sustentável dos recursos ambientais** e para **redução das incertezas e riscos associados à questão ambiental** que, muitas vezes, acaba se traduzindo em maiores custos e prazos mais longos para a implementação de empreendimentos e em conflitos entre os diversos agentes sociais envolvidos. A Avaliação Ambiental Estratégica é, portanto, um **procedimento de avaliação da qualidade do ambiente e das consequências de conjuntos de ações–investimentos** decorrentes de uma intenção planejada. No caso presente essas ações–investimentos decorrem dos componentes elencados no PRODETUR-RJ.” (grifo nosso)

Sobre os objetivos da AAE, o citado Termo de Referência faz o seguinte enunciado: “Com a realização dessa AAE pretende–se gerar **elementos de apoio à tomada de**

decisões sobre a implantação dos projetos e ações definidos no programa, definindo possíveis ajustes e complementações, assim como recomendações visando ao estabelecimento das bases para um processo de gestão estratégica.” (grifo nosso)

Os elementos de apoio à tomada de decisão, referidos acima, são esperados como resultado da AAE PRODETUR–RJ e estão contemplados no **Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade** (CDS). Segundo o TR esse Cenário compreende um conjunto de recomendações voltadas para: (i) promover ajustes / correções no PRODETUR–RJ com vistas à mitigação de impactos negativos e potencialização de positivos, (ii) indicação de medidas e instrumentos que o complementem e (iii) proposição de eventuais ajustes / complementações ao PDTIS–RJ.

Com relação às duas categorias de abordagens de AAE, as quais se refere TEIXEIRA, 2008: a) voltada à **sustentabilidade dos processos de crescimento e de desenvolvimento**; e (b) mais ligada ao **aperfeiçoamento da prática da AIA**, a orientação contida nas diretrizes (TR, pag. 11) destaca: “A AAE do PRODETUR–RJ deverá **privilegiar uma abordagem estratégica** e uma escala de análise regionalizada. A **dimensão principal dessa análise é do desenvolvimento sustentável da economia do turismo**. Deverão ser reconhecidas e consideradas as especificidades, potencialidades e oportunidades para cada um dos Polos e das Regiões, assim como para o conjunto por eles formado.” (grifo nosso)

Confirmando a opção da **abordagem estratégica**, há a recomendação de que a elaboração da AAE do PRODETUR–RJ (TR, pag. 16) contemple “a seleção e organização de um grupo de profissionais com especialização e experiência em **áreas temáticas tais como**: Infraestrutura turística e mobilidade; patrimônio histórico e cultural; patrimônio natural e Unidades de Conservação; desenvolvimento urbano–regional; políticas públicas e gestão ambiental; organização social, lideranças e iniciativas da sociedade civil.” (grifo nosso).

No que diz respeito à observância aos princípios da boa prática e aos de responsabilização, participação, transparência e sustentabilidade, entre as diretrizes, há recomendações claras a respeito, referentes à identificação e consulta aos agentes sociais relevantes no contexto da definição de uma estratégia de

desenvolvimento e à instituição, no âmbito desse estudo, do Comitê de Acompanhamento da AAE. (TR, pag.16)

Essa breve contextualização reúne os principais fundamentos que orientaram o detalhamento da metodologia apresentada a seguir.

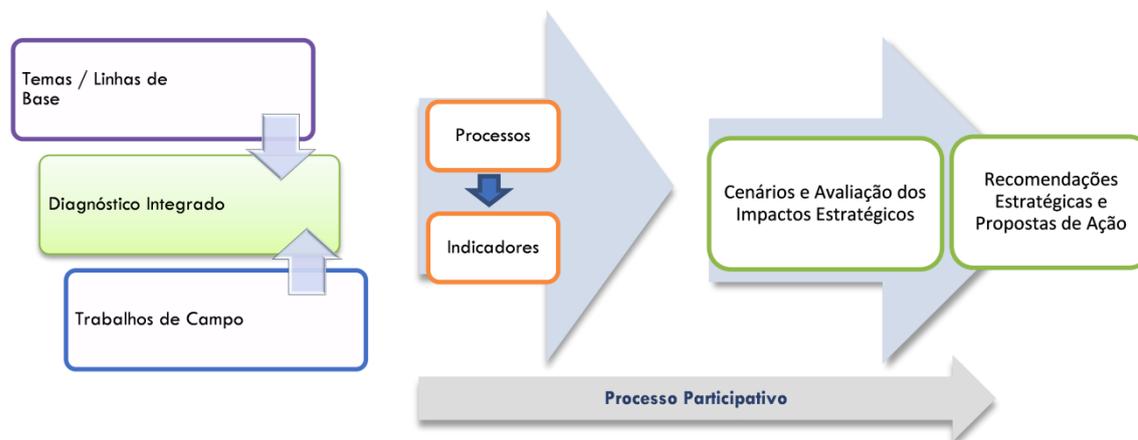
METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DA AAE

Com base no que foi consolidado como objetivos gerais e específicos da AAE, nessa Etapa foram delineados os Princípios Metodológicos e definidos os procedimentos em Plano de Trabalho que irão orientar a elaboração da AAE.

PRINCÍPIOS METODOLÓGICOS

No âmbito técnico da AAE, são parte essencial os estudos prospectivos realizados depois de escolhidos e analisados os temas e processos importantes para a compreensão do objeto de avaliação. Isto porque são eles que permitirão identificar os impactos ambientais estratégicos positivos, referidos como oportunidades, e os impactos estratégicos negativos, referidos como riscos ambientais, para que se possam identificar e fundamentar opções de desenvolvimento e as diretrizes e

Figura 3 – Estrutura metodológica da AAE



recomendações que vão orientar a implementação do programa sob avaliação. Esse instrumental também irá informar as decisões a respeito das ações de natureza estratégica relativas aos próximos passos do processo de planejamento das atividades, com vistas ao desenvolvimento sustentável. A figura a seguir expressa a estrutura metodológica empregada nessa AAE para a construção dos cenários previstos.

Os princípios metodológicos propostos para execução da AAE do PRODETUR-RJ observaram as diretrizes enunciadas no Termo de Referência – PRODETUR Nacional – Rio de Janeiro, considerando os seus aspectos gerais e específicos, bem como as

diretrizes e salvaguardas definidas pelo BID, contidas no Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental (MTur, 2008), além de outras referências, tais como:

- Plano Nacional de Turismo (2007);
- Plano Estadual de Turismo (2001);
- Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade (MTur, 2007);
- Avaliação Ambiental Estratégica (MMA, 2002); e as
- Recomendações resultantes das conclusões do Seminário Interno realizado no âmbito desse trabalho, que teve a participação de representantes do BID, do MTur, da UEE – UCP/PRODETUR–RJ, do INEA, da SEA, além da equipe responsável pela elaboração da AAE (IBAM, 2010).

As diretrizes e salvaguardas definidas pelo BID têm como finalidade internalizar a dimensão da sustentabilidade ambiental em todos os seus projetos. Assim sendo, tais preocupações serão incluídas no escopo do trabalho, materializadas num conjunto de indicadores analíticos empregados na Definição da Linha de Base, nos Diagnósticos Integrados, de caráter estratégico, das regiões e polos turísticos; na Construção e Avaliação dos Cenários propostos; e no Monitoramento do Programa.

A elaboração da AAE também será norteadada por princípios que atendam a integração dos diferentes níveis decisórios e a interrelação dos aspectos ambientais aos de natureza econômica, sociocultural e político–institucional. Nas questões significativas, de natureza estratégica, será focada a participação dos atores relevantes que poderão contribuir para a tomada de decisões.

Quanto à peculiaridade desta AAE para o Estado do Rio de Janeiro, que passa por um processo de recuperação econômica, a principal dimensão da análise deverá tratar do desenvolvimento sustentável da economia do turismo, no que diz respeito às especificidades, potencialidades e oportunidades de cada um dos Polos turísticos. Também foram consideradas as ações previstas no PRODETUR–RJ que contribuem para esse desenvolvimento e para a interiorização e integração dos fluxos turísticos a partir da MetrÓpole.

Dada à natureza do programa e de seus componentes, a AAE contempla sete Temas Estratégicos e centrais de análise, a saber:

1. Dinâmica Regional;
2. Desenvolvimento Urbano;

3. Governança e Desenvolvimento local;
4. Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo;
5. Patrimônio Histórico e Cultural;
6. Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental;
7. Saneamento Ambiental.

Como objetivos estratégicos do PRODETUR–RJ foram resgatados as seguintes indicações:

- Interiorizar e integrar os fluxos turísticos a partir da Metrópole como forma de, entre outros resultados, ampliar os tempos de permanência dos turistas no estado;
- Fortalecer as relações funcionais existentes entre os Subpolos e deles em relação à Metrópole;
- Complementar a rede de mobilidade, articulando o território fluminense a usuários costumeiros e potenciais de seus produtos turísticos.

A esses elementos agregam–se diretrizes estratégicas de sustentabilidade, que compõem também a Visão de Futuro sob o ponto de vista da sustentabilidade ampliada, subordinadas a quatro dimensões:

- **Econômica:** visa assegurar que o desenvolvimento da economia do turismo seja economicamente eficaz, de forma a incrementar a participação do setor na composição do PIB das regiões e do Estado, garanta a equidade na distribuição dos benefícios advindos desse desenvolvimento e gere os recursos de modo que possam suportar as necessidades das gerações futuras;
- **Ecológica e Ambiental:** visa assegurar a compatibilidade do desenvolvimento da atividade turística com a manutenção dos processos ecológicos essenciais à diversidade dos recursos naturais, entendendo–os como patrimônios públicos e ativos econômicos a serviço da sociedade, e a capacidade de suporte dos ecossistemas em absorver ou recuperar–se das agressões derivadas da ação humana;
- **Sociocultural:** visa assegurar que o desenvolvimento da atividade turística aumente o controle das pessoas sobre suas vidas, preserve a cultura e os valores morais da população e fortaleça a identidade da comunidade. Tem por objetivo a ampliação da geração de oportunidades de emprego–renda visando à redução do desemprego e a formalização do setor, aumento do IDH dos municípios, melhoria da infraestrutura de serviços coletivos, redução dos índices de criminalidade e violência, preservação/promoção de atividades tradicionais, valores socioculturais e patrimônio construído;
- **Político–institucional:** visa assegurar a solidez, a continuidade e a ampliação dos laços de coordenação e cooperação entre níveis e setores governamentais, contribuindo para a ampliação da autonomia dos governos locais através da descentralização de responsabilidades e do fortalecimento da capacidade

decisória dos mesmos, prestigiando os mecanismos de representação da sociedade civil e do setor produtivo nos fóruns decisórios das Políticas Públicas.

Dado que a AAE inclui um exercício de cenarização, a escolha dos indicadores se deu de forma associada à definição do horizonte temporal com que se pretende trabalhar: 2020. Os indicadores a serem selecionados orientarão a construção da Linha de Base, do Diagnóstico Integrado, dos Cenários futuros: de Referência, de Desenvolvimento PRODETUR e de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

A definição dos indicadores, assim como dos mecanismos visando ao acompanhamento–avaliação dos resultados da execução do PRODETUR–RJ, tomarão por base os sete Temas Estratégicos e as quatro diretrizes estratégicas adotadas na definição da Visão de Futuro nas dimensões Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político–institucional. Constam dos Anexos deste relatório os quadros que apresentam o detalhamento preliminar dos indicadores que estão sendo estudados por cada um dos temas, segundo o modelo abaixo.

QUADRO 10 – QUADRO MODELO PARA SELEÇÃO DOS INDICADORES

Diretrizes de sustentabilidade	Categorias de análise (PEIR)					Justificativa	Disponibilidade de fontes	Trabalho de campo	Possibilidade de projeção
	Pressão	Estado	Impacto	Resposta					
				Indicador Estratégico	Outros indicadores				
Ecológica e ambiental									
Econômica									
Sociocultural									
Político–institucional									

Abordagem Metodológica da Construção dos Cenários

Para dar suporte à construção dos cenários é imprescindível consolidar a Visão de Futuro, isto é, a proposição do que se espera com a execução do plano ou do programa sob avaliação, em termos do desenvolvimento econômico e social, qualidade ambiental e de vida, determinando-se os Objetivos de Sustentabilidade que se deve perseguir para alcançá-la. A Visão de Futuro e os Objetivos de Sustentabilidade servirão ainda de orientação para a avaliação final dos impactos estratégicos. Também será essencial determinar o contexto no qual as variáveis analisadas se desenvolvem, mas sobre as quais os responsáveis pela estratégia sob análise não têm controle. Tais variáveis serão referidas nesta AAE como Questões-chave condicionantes do turismo sustentável. Essa contextualização será necessária para que fique claro em que condições as análises prospectivas foram realizadas, quer dizer, envolvendo questões que condicionam os cenários, mas que não fizeram parte do escopo do diagnóstico estratégico.

São diversos os métodos e técnicas que podem ser empregados para instrumentar os estudos prospectivos, podendo-se mencionar as técnicas de informatização de dados geográficos, os modelos matemáticos de simulação da dinâmica dos sistemas ambientais, a técnica SWOP, além das técnicas usuais de previsão de impacto ambiental e planejamento. A maioria dos estudos de AAE, realizados no País até 2010, tem utilizado o método de formulação ou construção de cenários, por ser ele um instrumento técnico apropriado para avaliar os prováveis comportamentos de sistemas complexos que tenham a eles associado um alto nível de incerteza, principalmente quando existem limitações de tempo e recursos para o emprego de outros métodos mais exigentes, por exemplo, os modelos de simulação. O método de construção de cenários que tem sido empregada nos estudos de AAE foi desenvolvido pelo Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA) da COPPE/UFRJ.

Os cenários serão construídos a partir da extrapolação de tendências identificadas no passado ou no momento atual, descrevendo as projeções e apresentando um quadro futuro que poderá ser atingido, caso determinadas ações sejam realizadas. Os cenários permitem, assim, comparar uma situação inicial com situações futuras resultantes de condições preestabelecidas.

No âmbito de planos e programas, é frequente que sejam formuladas ações concretas, com a forma de um conjunto de projetos de investimento e atividades de fortalecimento institucional e gestão ambiental, que são propostos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de determinado setor de atividades, como é o caso do PRODETUR-RJ. Na AAE, tais ações são então consideradas, não como fins, mas como os meios que o Poder Público escolheu para atingir os objetivos desse Programa e as diretrizes dos PDITS-RJ. O objeto de avaliação da AAE não é, portanto, cada um dos projetos e atividades propostos para a concretização do PRODETUR-RJ, mas a estratégia de desenvolvimento do turismo que se pretende desenvolver. Ainda assim, sob essa ótica, a análise dos impactos do Programa contemplou todos os componentes, segundo recorte territorial de Polo turístico, avaliando as oportunidades e riscos com vistas ao Cenário de Desenvolvimento e de Sustentabilidade.

Na presente AAE, a abordagem metodológica adotada para a realização da análise prospectiva também consistirá na aplicação da técnica de construção de cenários, de modo a permitir uma decisão fundamentada em torno das melhores alternativas para a consecução dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável nos polos turísticos do Estado do Rio de Janeiro, conforme expressos nos PDITS-RJ, tendo como base as ações a serem desenvolvidas no PRODETUR-RJ. Tais cenários serão estabelecidos por meio da extrapolação dos dados da Linha de Base e por análise técnica integrada, realizada por profissionais com largo conhecimento dos temas sob sua responsabilidade e, preferencialmente, com o envolvimento dos principais atores relacionados com a situação em análise.

Idealizam-se nesta AAE três cenários:

- Cenário de Referência, correspondente à manutenção das tendências de desenvolvimento observadas nos dois polos turísticos e seus Subpolos, com base na análise da linha de base e do diagnóstico integrado, considerando ainda alguns fatores externos (ou exógenos) relacionados às condições econômicas e ambientais sobre as quais o turismo exerce pouca ou nenhuma influência, às políticas, aos planos e aos programas que estão sendo esperados ou em implementação nas regiões;
- Cenário de Desenvolvimento PRODETUR-RJ, cenário de desenvolvimento, que corresponde às consequências estratégicas na qualidade e no uso dos recursos ambientais e nas peculiaridades culturais da realização dos projetos e atividades do PRODETUR e das diretrizes dos PDITS-RJ, em termos de cumulatividade de

efeitos e indução do desenvolvimento tanto do turismo como de outros setores da economia.

- Cenário de Desenvolvimento e de Sustentabilidade – cenário propõe a integração ao Cenário de Desenvolvimento PRODETUR–RJ das novas diretrizes a serem adotadas nas próximas fases do processo de planejamento do turismo no estado, as devidas ações de prevenção e controle dos impactos estratégicos (diminuição e prevenção dos riscos ambientais e potenciação das oportunidades), bem como as atividades de acompanhamento da implementação do programa. Tudo isto para aproximar os resultados da atual fase do PRODETUR–RJ e os programas vindouros de fomento ao turismo no estado à desejada visão de futuro e aos objetivos de sustentabilidade.

A partir da comparação da situação atual e dos cenários, foram identificadas as oportunidades e os riscos ambientais (impactos estratégicos). Estes impactos foram discutidos, aproveitando-se também os resultados da aplicação da matriz SWOT empregada no Diagnóstico Integrado, que permitiram definir as recomendações e medidas de potenciação das oportunidades e prevenção dos riscos ambientais do PRODETUR–RJ. Além disso, foram definidas as ações de acompanhamento em relação: à adoção das medidas preventivas; aos impactos estratégicos; e ao cumprimento das recomendações da AAE.

Os três esquemas apresentados a seguir ilustram os processos que serão utilizados para a configuração dos cenários idealizados na AAE.

FIGURA 4 – CENÁRIO DE REFERÊNCIA



FIGURA 5 – CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR-RJ



FIGURA 6 – CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE



A elaboração da AAE do PRODETUR-RJ será realizada segundo os princípios metodológicos abordados neste item, que foram consolidados em procedimentos relacionados a cada uma das Metas.

PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho expressa os procedimentos metodológicos que serão adotados em cada uma das Metas e Etapas de elaboração da AAE. O quadro apresentado a seguir correlaciona as Metas e Etapas previstas no Convenio MTur / SEOBRAS/RJ nº 702738/2008 às Etapas e Produtos constantes do Termo de Referência da AAE.

Tanto o Plano de Trabalho como o cronograma físico (Anexo VI do presente documento) seguem apresentados segundo as Metas e Etapas previstas no referido Convenio.

QUADRO 11 – METAS E ETAPAS PREVISTAS PARA ELABORAÇÃO DA AAE

Convenio MTur/SEOBRAS/RJ nº 702738/2008		Termo de Referência AAE (pag. 15 e 22)			
Meta	Etapa	Etapa	Produto		
1	Preparação do Estudo	1	Preparação do Estudo		
			1	Preparação do Estudo	
				Mobilização e Preparação da Equipe	
				Planejamento do Seminário Interno	
1.2	Planejamento do Seminário Interno				
1.3	Preparação de Trabalhos de Campo				
2	Metodologia para Elaboração da AAE	2	Metodologia para Elaboração da AAE		
			2.1	Resultados do Seminário Interno	
			2.2	Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE	
			2.3	Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE	
3	Diagnóstico Integrado	2	Definição da Linha de Base e Diagnóstico Integrado		
			3	Diagnóstico Integrado	
				3.1	Consulta aos agentes sociais relevantes
				3.2	Linha de Base dos Polos e Regiões
				3.3	Diagnóstico Integrado
4	Cenarização	3	Construção e Avaliação dos Cenários de Desenvolvimento Turístico		
			4	Cenarização	
				4.1	Visão de Futuro
				4.2	Construção Cenários de Referência
					Construção do Cenário de Referência (CR) e do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR (CDP)

	4.3	Construção Cenários Desenvolvimento PRODETUR			Avaliação Comparativa dos Cenários	
	4.4	Avaliação Comparativa dos Cenários			Construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS)	
	4.5	Construção Cenários de Desenvolvimento e Sustentabilidade				
5	Versão Preliminar AAE		4	Conclusões, Recomendações e Monitoramento do Programa		
	5.1	Conclusões e Recomendações		5	Versão Preliminar AAE	
	5.2	Monitoramento do Programa			Conclusões e Recomendações	
6	Versão Final AAE		5	Validação dos Resultados da AAE		
				Final	Versão Final AAE	
	6.1	Validação AAE			Validação AAE	
	6.2	Versão Final AAE			Versão Final AAE, contendo Resumo Executivo	
6.3	Resumo Executivo					

PREPARAÇÃO DO ESTUDO

Para concretização da Meta “Preparação do Estudo” será necessária a realização das seguintes Etapas:

- 1.1 Mobilização e Preparação da Equipe;
- 1.2 Planejamento do Seminário Interno;
- 1.3 Preparação de Trabalhos de Campo.

MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA EQUIPE

Compreende a efetivação da contratação dos profissionais pré-selecionados e da organização das equipes de acordo com a estrutura organizacional prevista: Núcleo de Coordenação e Gerência, Grupo de Consultores Temáticos e Equipe de Suporte Técnico.

A Preparação da Equipe tem por objetivo promover o nivelamento técnico de seus membros, detalhar e repassar informações sobre o objeto do trabalho, firmar entendimento comum acerca dos objetivos gerais e específicos da AAE, levantar e sistematizar os conteúdos fundamentais contidos nos documentos-base e construir

hipóteses metodológicas que melhor atendam às especificidades do projeto, considerando, inclusive, os custos e prazos de realização das etapas programadas.

As principais referências de interesse para o trabalho estão contidas nos documentos-base, entre os quais se destacam: o Plano Nacional de Turismo, o Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, o Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR, o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS-RJ e o Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental do MTur. Desses conteúdos serão pinçados conceitos, estratégias, diretrizes e metas de interesse para o estudo em questão.

A base de dados secundários e cartográficos para apoio à elaboração da AAE tem como principais fontes: os Estudos desenvolvidos para o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS-RJ e para o Zoneamento Ecológico Econômico - ZEE do Estado do Rio de Janeiro, conforme prevê o Termo de Referência da AAE, complementada por informações de outras fontes específicas de apoio às leituras temáticas e por aquelas obtidas durante a realização dos Trabalhos de Campo.

A necessidade do aporte de informações complementares será avaliada pela equipe, principalmente na etapa de construção da Linha de Base. Ainda nessa etapa é previsto também o levantamento de outros documentos relevantes para a realização da AAE, relacionados às intervenções que irão ocorrer nos Polos e Subpolos selecionados, de natureza econômica, sociocultural, ambiental e físico-territorial.

PLANEJAMENTO DO SEMINÁRIO INTERNO

Essa Etapa envolve um conjunto de atividades preparatórias para a realização do Seminário Interno que tem por finalidades: promover o intercâmbio entre as equipes encarregadas da AAE e validar e detalhar internamente os objetivos gerais e específicos da AAE.

Além de fixar os participantes institucionais, as atividades preparatórias do Seminário Interno preveem a definição e aprovação do conteúdo a debater, do formato do evento e da dinâmica a ser adotada.

Como participantes indispensáveis no evento encontram-se as instituições envolvidas na elaboração da AAE. São elas: o Ministério do Turismo – MTur, o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID; a Unidade Coordenadora do Programa PRODETUR–RJ – UCP–RJ; a Secretaria de Estado de Obras do Rio de Janeiro – SEOBRAS; a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA; a Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – TurisRio e o Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

Ainda nessa Etapa ocorrerá a realização do Seminário de acordo com o planejado. A divulgação dos resultados ocorrerá na Etapa 2.1.

PREPARAÇÃO DE TRABALHOS DE CAMPO

O desenvolvimento dessa Etapa destina-se a planejar os Trabalhos de Campo que tem como objetivos: lançar publicamente o início dos trabalhos da Avaliação Ambiental Estratégica e aportar ao processo de desenvolvimento territorial, informações que são do conhecimento das populações e dos indivíduos onde as ações de intervenção serão implantadas.

O início do processo participativo em torno do PRODETUR–RJ ocorrerá na fase dos Trabalhos de Campo a fim de dar transparência as ações previstas e constituir um canal de participação no processo decisório de elaboração e de acompanhamento da AAE. Os trabalhos de campo visam também a coleta de informações complementares para a construção da Linha de Base e do Diagnóstico Integrado e a formação do Comitê de Acompanhamento da AAE a ser composto por representações regionais dos Subpolos turísticos que integram o PRODETUR–RJ.

Nesse período serão realizadas as atividades preparatórias para a concretização dos trabalhos de campo, compreendendo: o estabelecimento de uma agenda de visitas às Regiões Turísticas (Subpolos) e aos Municípios contemplados pelo PRODETUR–RJ e a identificação dos Agentes Sociais Relevantes para incorporá-los ao processo de elaboração da AAE.

Resultado da Meta 1

Produto 1 – Relatório de Preparação do Estudo

Relatório contendo os resultados das Etapas 1.1, 1.2 e 1.3, compreendendo, respectivamente: os resultados da Mobilização e Preparação de Equipe; do Planejamento do Seminário Interno e da Preparação de Trabalhos de Campo.

METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA AAE

Para alcance da Meta “Metodologia para Elaboração da AAE” é previsto o cumprimento das seguintes Etapas:

- 2.1 Resultados do Seminário Interno
- 2.2 Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE
- 2.3 Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE

RESULTADOS DO SEMINÁRIO INTERNO

Nessa Etapa serão consolidados e apresentados os resultados do Seminário Interno, que foi planejado e realizado ao final da Etapa 1.2. A apresentação deverá compilar as principais contribuições dos participantes, segundo os pontos de pauta do evento.

CONSOLIDAÇÃO / APROFUNDAMENTO DOS OBJETIVOS DA AAE

Durante a realização dessa Etapa serão consolidados e aprofundados os Objetivos da AAE fruto da compilação das referências teóricas *vis-à-vis* as recomendações específicas contidas no Termo de Referencia e do resultado das discussões internas havidas entre os membros da equipe executora.

DETALHAMENTO DA METODOLOGIA PARA A ELABORAÇÃO DA AAE

Com base no que foi consolidado como objetivos gerais e específicos da AAE, nessa Etapa são delineados os Princípios Metodológicos e definidos os procedimentos em Plano de Trabalho que irão orientar a elaboração da AAE, em atendimento às diretrizes metodológicas previstas no Termo de Referencia, segundo as Metas e Etapas previstas no Convenio MTur / SEOBRAS/RJ.

Resultado da Meta 2

Produto 2 – Metodologia para a Elaboração da AAE

Relatório contendo os resultados das Etapas 2.1, 2.2 e 2.3, compreendendo, respectivamente: os resultados do Seminário Interno, da Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE e do Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO

Para concretização da Meta “Diagnóstico Integrado” será necessário desenvolver as seguintes Etapas:

- 3.1 Consulta aos Agentes Sociais Relevantes
- 3.2 Linha de Base dos Polos e Regiões
- 3.3 Diagnóstico Integrado

Nessa fase do trabalho será adotada uma visão abrangente, devendo-se estender o olhar sobre as diferentes escalas territoriais: Polos, Subpolos e Lugares Turísticos (territórios funcionais), de modo a facilitar o entendimento e a avaliação do Programa nos diferentes dimensões em que será desenvolvida a AAE.

A avaliação nessas escalas permitirá a formulação de propostas ajustadas à contextualização, seja a mais ampla, seja ao foco, considerando: a gestão dos governos em suas competências; a identificação da participação de grupos sociais; e a iniciativa de empreendedores.

Nesse período, os trabalhos serão intensivos de pesquisa documental direcionada para levantamento de dados necessário à configuração/consolidação das Linhas de Base e à elaboração dos Diagnósticos Integrados. A base de dados será complementada com as informações obtidas durante os trabalhos de campo nas atividades de visita aos diferentes municípios que compõem a área de abrangência do PRODETUR-RJ, tal como será planejado na Etapa 1.3.

CONSULTA AOS AGENTES SOCIAIS RELEVANTES

Nessa Etapa serão detalhadas as atividades programadas anteriormente. Importante destacar que as consultas aos atores estratégicos, assim como os levantamentos de dados em loco, serão conduzidas de forma a respeitar os limites de tempo e de recursos contratuais. Estes aspectos serão considerados no detalhamento das agendas de visitas para levantamento de informações.

Os contatos serão centralizados pela equipe de coordenação, para que haja organização e para que essa não se torne uma tarefa pulverizada. Entre os atores selecionados, serão privilegiados aqueles que tenham mais influência e representação local, constituindo de fato um canal de interlocução centralizado para tornar o processo eficiente.

Como forma de consulta que atenda às premissas e limitações de tempo e recursos do trabalho prevê-se que, previamente aos levantamentos de campo propriamente ditos, serão enviados aos interlocutores estratégicos questionários sintéticos produzidos pela equipe de consultores temáticos e pela equipe de coordenação. Essa consulta previa poderá incluir o envio por parte desses atores de dados/documentos básicos que possam preencher as lacunas de informação, no que se refere ao preenchimento dos questionários, fornecimento de informações e articulação com outros atores locais. Esse intercâmbio proporcionará algum nível de comprometimento desses interlocutores com o trabalho e, naturalmente, com o programa.

Após o contato realizado à distância e o levantamento das lacunas de informações para as análises temáticas, serão realizadas visitas de campo, de caráter complementar e objetivo, de forma a preencher estas lacunas e colaborar tanto na construção da análise do território como no reconhecimento e na afirmação do compromisso com as interlocuções locais.

O relatório dos trabalhos deverá apresentar:

- . Descrição de cada uma das missões realizadas, amplamente documentados, com vistas a subsidiar a construção das Linhas de Base e a elaboração dos Diagnósticos Integrados;
- . Indicações regionais para a formação do Comitê de Acompanhamento da AAE representativas dos Subpolos turísticos que integram o PRODETUR-RJ.

LINHA DE BASE DOS POLOS E REGIÕES

O cumprimento dessa Etapa envolverá a realização de diversas atividades com vistas à construção da Linha de Base da AAE conforme previsto no TR.

Dada à natureza do programa e de seus componentes, a metodologia adotada para essa AAE contemplou a abordagem de sete temas estratégicos e centrais de análise para os Polos e Regiões (subpolos) selecionados pelo PRODETUR-RJ, a saber:

Dinâmica Regional; Desenvolvimento Urbano dos principais lugares turísticos; Governança e Desenvolvimento local; Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo; Patrimônio Histórico e Cultural como atrativo turístico e como identidade regional; Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental; e Saneamento Ambiental.

Cada uma das Análises Temáticas desenvolverá a sua Linha de Base específica segundo os indicadores pré-selecionados e de acordo com as diretrizes estratégicas de sustentabilidade, como discriminado a seguir:

- . Quatro categorias de indicadores contempladas no quadro lógico de análise conhecido como Matriz P.E.I.R.: Pressão / Estado / Impacto / Resposta, a partir dos quais foram tratados os dados e as informações relativas aos sete temas estratégicos;
- . Quatro diretrizes estratégicas adotadas na definição da Visão de Futuro, compreendendo a sustentabilidade Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político-institucional.

A consolidação da Linha de Base integrará os diferentes resultados das Análises Temáticas, organizando-as por Subpolo, de forma a obter uma leitura da caracterização da situação atual das áreas estudadas de forma clara e concisa.

Nessa linha, buscar-se-á atender aos conteúdos previstos no escopo de abordagem descrito no Termo de Referência, relacionados ao contexto geral do turismo (nos planos nacional, regional e local), à delimitação geográfica da área de abrangência da avaliação, à área de influência direta, à área de influência estratégica do PRODETUR-RJ, às ações e intervenções previstas pelo PRODETUR-RJ, à visão geral da atividade turística e à identificação e análise da gestão da atividade turística local.

A tarefa de consolidação da Linha de Base contemplará ainda a inclusão de informações estratégicas recolhidas durante os trabalhos de campo e aquelas objeto da pesquisa junto aos Conselhos Regionais de Turismo, relacionadas ao tema Governança, a ser promovida pela Instituição executora especialmente para essa AAE.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO

O desenvolvimento dessa Etapa se dará a partir da consolidação das Linhas de Base dos Polos e Regiões.

O Diagnóstico irá considerar os Subsídios Estratégicos indicados pelas Linhas de Base das Análises Temáticas, bem como as questões mais significativas colhidas nas Oficinas dos Trabalhos de Campo. Esses dados serão organizados e levados a uma avaliação coletiva. Para trabalharem as informações serão convidados a participar atores estratégicos convidados, além dos membros da equipe da AAE, com vistas à montagem dos Mapas-síntese dos Fatores Críticos.

A avaliação utilizará o modelo de análise estratégica tipo SWOT como instrumento para definir as agendas dos aspectos considerados estratégicos. A estrutura do mapa-síntese contemplará os pontos fortes e pontos fracos e as oportunidades e ameaças, relacionados aos ambientes interno e externo à economia do turismo, como apresentadas a seguir:

- (i) os Pontos Fortes e Pontos Fracos da economia do turismo nos polos e subpolos, refletindo assim uma análise do setor voltada para o seu Ambiente Interno; e
- (ii) as Oportunidades e Ameaças para a economia do turismo nos polos e subpolos refletindo, em complemento, uma visão do setor em relação ao seu Ambiente Externo (sinergias e conflitos).

Na estrutura do Mapa-síntese esses aspectos são referenciados às Dimensões da Sustentabilidade adotadas pela AAE, quais sejam: Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político-Institucional, com a finalidade de delinear uma leitura integrada e de fácil assimilação e apontar os aspectos estratégicos a serem potencializados ou mitigados quando da cenarização.

Os resultados da análise SWOT serão consolidados nos Mapas-síntese dos Fatores Críticos por Região (subpolo), o que permitirá configurar um Diagnóstico Integrado por Subpolo e consolidar outro mais sintético por Polo. Os Diagnósticos Integrados irão identificar os elementos estratégicos centrais dos Polos e Regiões (Subpolos) que serão considerados na fase de construção dos cenários - de Referência, PRODETUR-RJ e de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Produto relacionado à Meta 3

Produto 3 – Diagnóstico Integrado

Relatório contendo os resultados das Etapas 3.1, 3.2 e 3.3, apresentando, respectivamente os resultados da Consulta aos Agentes Sociais Relevantes, da construção da Linha de Base dos Polos e Regiões e da elaboração do Diagnóstico Integrado, apontando os fatores críticos internos e externos e os parâmetros para serem empregados nos exercícios de cenarização.

CENARIZAÇÃO

Para concretização da Meta “Cenarização” será necessária a realização das seguintes Etapas:

- 4.1 Visão de Futuro
- 4.2 Construção dos Cenários de Referência
- 4.3 Construção dos Cenários de Desenvolvimento PRODETUR
- 4.4 Avaliação Comparativa dos Cenários
- 4.5 Construção dos Cenários de Desenvolvimento e Sustentabilidade

Os conteúdos dessa etapa de Construção e Avaliação de Cenários devem incorporar, observadas a escala adequada a uma AAE, e as limitações para elaboração dessa avaliação, as questões relacionadas a seguir. Essas informações serão, sempre que possível, mapeadas para efeito de análise espacial.

- . Os Investimentos estruturantes verificados no estado, os quais apresentaram convergência em direção a 4 (quatro) setores de atividade: produção de óleo e gás natural (O&G) e petroquímica; siderurgia; logística e material de transporte; infraestrutura – renovação urbana e turismo.
- . O conjunto de intervenções promovido pelo PRODETUR–RJ, como elementos de estruturação dos subpolos e das economias turísticas.
- . As propostas contidas no PRODETUR *vis-à-vis* as Unidades de Conservação, existentes e em processo de criação, assim como algumas situações específicas de proteção do Bioma Mata Atlântica no contexto dos Polos Turísticos Serra e Litoral.
- . Os significados de cada lugar turístico, dos seus parâmetros e culturas, comportamentos e condicionantes, que venham a ganhar expressão na construção do lugar.

O prognóstico dos futuros efeitos do Programa sobre os ambientes característicos dos diferentes Polos e Regiões, assim como do conjunto formado pelas mesmas, deverá estar baseada na formalização dos cenários de Referência (CR) e de Desenvolvimento PRODETUR (CDP).

Após a definição e caracterização dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR para as Regiões e Polos deverá ser realizada a Avaliação Comparativa dos mesmos (Cenário de Referência e do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR) resultando daí a definição do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade (CDS) no qual devem ser explicitadas recomendações voltadas para: (i) promover ajustes / correções no PRODETUR–RJ com vistas à mitigação de impactos negativos e potencialização de positivos, (ii) indicação de medidas e instrumentos que o complementem e (iii) proposição de eventuais ajustes / complementações ao PDTIS–RJ.

VISÃO DE FUTURO

Nessa Etapa será elaborada a proposta de Visão de Futuro e determinados os Objetivos de Sustentabilidade que devem ser perseguidos com vistas ao que foi idealizado. Tanto a Visão de Futuro como os Objetivos de Sustentabilidade deverão ser discutidos e aprovados junto às instituições promotoras da AAE para a avaliação final dos impactos estratégicos.

Ainda nessa Etapa será essencial determinar o contexto no qual as variáveis selecionadas se desenvolvem, mas sobre as quais os responsáveis pela estratégia sob análise não têm controle. Tais variáveis serão referidas nesta AAE como Questões–chave condicionantes do turismo sustentável. Essa contextualização será necessária para que fique claro em que condições as análises prospectivas serão realizadas. São questões que poderão condicionar os cenários, mas que não fazem parte do escopo do diagnóstico estratégico.

CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS DE REFERENCIA

A construção dos Cenários de Referência será fundamentada nos resultados das análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, compreendendo, a partir da situação atual de cada tema, o estudo da evolução dos indicadores e dos processos mais importantes observados em cada um dos Polos, mantendo–se as atuais tendências até o horizonte temporal de 2020.

Além de fundamentar–se nas análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, a construção dos cenários deverá levar em conta os aspectos relevantes

relacionados a: limites ao crescimento da mancha urbana; proteção de paisagens cênicas e da biodiversidade localizadas “na rota” dos vetores de expansão; estabelecimento de transições graduais de uso da terra; potenciação de economias verdes; proteção e divulgação de culturas tradicionais; distribuição equânime de oportunidades e recursos, mitigação de problemas relativos ao saneamento ambiental e ao abastecimento público; e fortalecimento institucional da gestão do turismo, pela presença e participação do Estado.

Na interpretação dos processos de construção dos Cenários, serão avaliados os impactos socioeconômicos e aqueles relacionados à apropriação do território em função das dinâmicas tendenciais e decorrentes dos investimentos programados. Deverá ser uma avaliação complexa que traduz a interdependência dos sistemas e subsistemas que congregam elementos sociais, econômicos, territoriais, culturais, humanos e ecológicos.

Os Cenários de Referência auxiliarão na compreensão do que seria o futuro dos Polos afetados pelo Programa, caso prossigam as tendências atuais de desenvolvimento e sejam implementados os planos e programas governamentais previstos para as áreas de estudo, sem considerar as intervenções previstas no PRODETUR-RJ.

CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR

Os Cenários de Desenvolvimento PRODETUR-RJ serão construídos com base nos Cenários de Referência, para o mesmo universo temporal de 2020, considerando a hipótese de que as ações e os projetos do PRODETUR-RJ sejam executados.

Os investimentos do PRODETUR-RJ poderão gerar efeitos positivos e negativos nas dinâmicas de desenvolvimento regional, dependendo de como se aproveitam as oportunidades e controlam-se os riscos e as ameaças identificadas nesta AAE. Sem um controle de causa e efeito das intervenções do Programa, dependendo da abordagem, tais oportunidades e riscos poderão impulsionar ou comprometer os processos de desenvolvimento pretendidos.

A configuração dos Cenários de Desenvolvimento PRODETUR-RJ avaliarão as possíveis consequências da implementação do Programa, levando-se ainda em

consideração as diretrizes de desenvolvimento do turismo expressas no PDITS–RJ para os Polos Serra e Litoral.

AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS CENÁRIOS

A partir da configuração dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR–RJ, face aos temas estratégicos e respectivos processos analisados, serão trabalhados os principais aspectos que permitirão uma avaliação comparativa entre eles. Para balizar a análise comparativa, também serão utilizados como parâmetros os problemas ambientais e sociais identificados como relevantes durante as análises preparatórias do escopo do PRODETUR–RJ, tais como: as deficiências dos sistemas de saneamento básico, o uso e ocupação desordenados do solo, a falta de educação ambiental, a gestão ambiental quase inexistente a nível municipal, incluindo a gestão de Unidades de Conservação e a degradação de áreas de interesse ambiental, cultural e turístico. Esses e outros aspectos serão tratados na avaliação comparativa dos dois cenários configurados, com vistas a subsidiar a construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade será resultado da avaliação comparativa dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR–RJ e da avaliação dos Impactos Estratégicos do PRODETUR–RJ à luz da Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade definidos durante a AAE. Da avaliação dos Impactos Estratégicos irão resultar as Recomendações Estratégicas e as Propostas de Ação.

Assim, o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade será construído com base na hipótese de que seja adotado o conjunto de recomendações resultantes da comparação dos cenários anteriores e dos impactos estratégicos assim identificados. As recomendações visam potencializar as oportunidades e controlar os riscos ambientais da implementação do PRODETUR–RJ, com vistas a aproximar os resultados do Programa aos objetivos de sustentabilidade do desenvolvimento turístico.

As figuras abaixo ilustram o processo a ser adotado para a construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

FIGURA 7 – ESQUEMA PARA ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PRODETUR-RJ E DAS RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

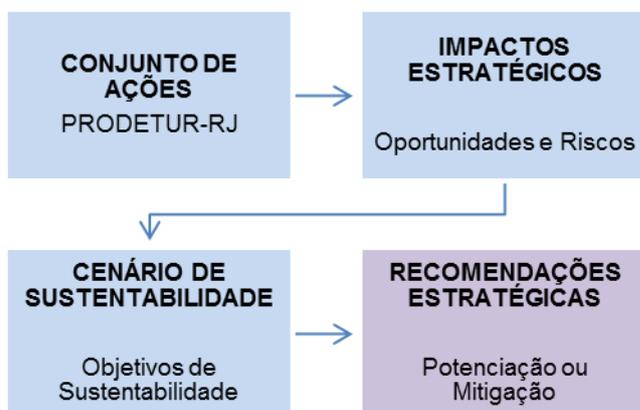


FIGURA 8 – ESQUEMA DE REFERENCIA PARA AS PROPOSTAS DE AÇÃO

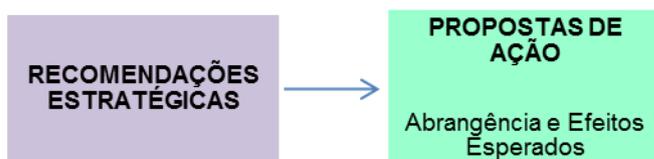
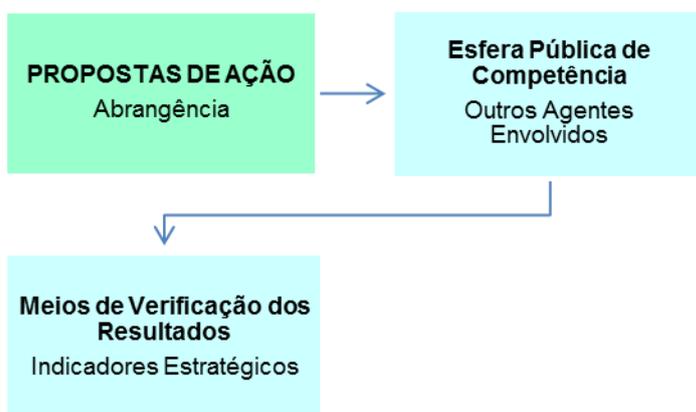


FIGURA 9 – ESQUEMA DE REFERENCIA PARA COMPOSIÇÃO DO PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO



A configuração preliminar dos três cenários (ou mais especificamente o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade), e das propostas de Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade, deverão ser objeto de debate num segundo Seminário Interno, envolvendo os representantes das instituições promotoras da

AAE. A discussão acerca dos resultados preliminares alcançados terá como objetivo colher subsídios para a consolidação do relatório conclusivo dessa meta.

Produto relacionado à Meta 4

Produto 4 – Cenarização

Relatório contendo os resultados das Etapas 4.1, 4.2, 4.3, 4.4 e 4.5 apresentando, respectivamente os resultados da Visão de Futuro, da Construção dos Cenários de Referência, da Construção dos Cenários de Desenvolvimento PRODETUR, da Avaliação Comparativa dos Cenários e da Construção dos Cenários de Desenvolvimento e Sustentabilidade. Deverão também constar do corpo do relatório os resultados referentes ao Seminário Interno.

VERSÃO PRELIMINAR DA AAE

Para concretização da Meta “Versão Preliminar da AAE” será necessária a realização das seguintes Etapas:

- Conclusões e Recomendações
- Monitoramento do Programa

A conclusão da AAE compreenderá a **consolidação do conjunto de resultados e recomendações** tendo em vista o incremento da sustentabilidade do PRODETUR–RJ, contemplando:

- . A formalização de um documento que consolide e esclareça o conjunto das recomendações associadas ao Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade;
- . A hierarquização destas recomendações, traduzidas em um cronograma que deverá ser compatível com aquele previsto no Plano de Ações do programa, de forma a garantir a efetividade das ações de prevenção, controle e mitigação;
- . A submissão desse material ao Comitê de Acompanhamento da AAE, com vista à validação desses resultados.

Como já enunciado, o conjunto de conclusões e recomendações a que se pretende chegar através da AAE dirá respeito à proposição de ajustes, correções e complementações às ações previstas pelo PRODETUR–RJ. Essas propostas poderão, portanto, compreender a indicação de ações em diferentes níveis de agregação que poderão assumir a forma de outras políticas, planos, programas ou ações

específicas e pontuais. Por outro lado, cabe destacar que desse conjunto de propostas também fará parte a seleção de indicadores e mecanismo(s) visando ao futuro monitoramento do Programa (e mesmo dos ajustes propostos).

As propostas irão contemplar as diferentes escalas compreendidas nos estudos – Polos e Regiões (subpolos) e, eventualmente, recortes municipais ou locais, de modo a facilitar o entendimento e o encadeamento compreensivo das ações ambientalmente estratégicas e estruturadas, na escala própria de uma AAE. A abordagem segundo tais escalas permitirá a avaliação e as propostas ajustadas à contextualização ampla ou ao foco, a gestão dos governos em suas competências, a identificação da participação de grupos sociais e a iniciativa de empreendedores.

Produto relacionado à Meta 5

Produto 5 – Versão Preliminar da AAE

Relatório contendo os resultados das Etapas 5.1 e 5.2 apresentando, respectivamente as Conclusões e Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica e o Monitoramento do Programa.

VERSÃO FINAL DA AAE

Para alcance da Meta “Versão Final da AAE” é previsto o cumprimento das seguintes Etapas:

- Validação da AAE
- Versão Final da AAE
- Resumo Executivo da AAE

Durante esse período, os resultados preliminares da Avaliação Ambiental Estratégica serão submetidos à validação pública através da exposição e debate aos membros do Conselho Estadual de Turismo e do Comitê de Acompanhamento da AAE, na condição de representantes dos órgãos públicos, do setor produtivo e da sociedade civil.

Os resultados do processo de consulta farão parte do rol dos ajustes necessários à produção do Relatório Final, que irão incorporar as sugestões/recomendações obtidas no processo de validação pública da versão preliminar da AAE.

Para finalização da meta será produzido um Resumo Executivo a AAE que abordará os principais resultados dos trabalhos desenvolvidos.

Produto relacionado à Meta 6

Produto 6 – Versão Final da AAE

Relatório contendo os resultados das Etapas 6.1 e 6.2 apresentando, respectivamente os resultados do processo de Validação da AAE, a Versão Final da Avaliação Ambiental Estratégica e o Resumo Executivo da AAE.

LINHA DE BASE DO POLO SERRA

Dada à natureza do programa e de seus componentes, a metodologia adotada para essa AAE contemplou a abordagem de sete temas estratégicos e centrais de análise para os Polos e Regiões (subpolos) selecionados pelo PRODETUR-RJ, a saber: Dinâmica Regional; Desenvolvimento Urbano dos principais lugares turísticos; Governança e Desenvolvimento local; Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo; Patrimônio Histórico e Cultural como atrativo turístico e como identidade regional; Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental; e Saneamento Ambiental.

A consolidação do presente Relatório da Linha de Base integra os diferentes resultados das Análises Temáticas, organizando-as por Subpolo, de forma que a leitura da caracterização da situação atual das áreas estudadas seja clara e concisa.

Nessa linha, busca atender aos conteúdos previstos no escopo de abordagem sugerido pelo Termo de Referencia, relacionados ao contexto geral do turismo (nos planos nacional, regional e local), à delimitação geográfica da área de abrangência da avaliação e à área de influência direta e a área de influência estratégica do PRODETUR-RJ.

A tarefa de consolidação contemplou ainda a inclusão de informações estratégicas recolhidas durante os trabalhos de campo e aquelas objeto da pesquisa junto aos Conselhos Regionais de Turismo, relacionadas ao tema Governança, promovida pela Instituição executora da AAE.

Apresenta-se a seguir a **estrutura** consolidada da Linha de Base dos Polos e Regiões:

- **O contexto geral do turismo nacional, regional e local**
- **A delimitação geográfica da área de abrangência da Avaliação**
- **A área de influência direta e a área de influência estratégica do PRODETUR-RJ no Polo**
- **Ações e Intervenções previstas pelo PRODETUR-RJ no Polo Serra**
- **Visão geral da atividade turística no Polo Serra, abordando: *Caracterização geral da área; Situação atual e tendências no contexto regional e local; Síntese do processo de uso-ocupação do solo e desenvolvimento das atividades turísticas***

existentes na região; Identificação, caracterização e mapeamento dos empreendimentos turísticos, considerando aspectos ambientais e sociais; Caracterização dos aspectos ambientais, destacando-se a existência de UC's, a diversidade biológica e a fragilidade dos sistemas naturais.

- **Identificação e análise da gestão da atividade turística local**, abordando: *Identificação e análise das interações institucionais das entidades públicas, privadas e sociais atuantes no turismo da região, a partir da definição de competências, funções, responsabilidades de cada instituição envolvida; Identificação dos principais planos, programas e projetos governamentais de turismo, infra-estrutura e de meio ambiente previstos para a região; Identificação de outras iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento e avaliação de implicações para o desenvolvimento do estudo; Identificação e análise da base legal ambiental e turística e dos instrumentos de uso e ordenamento do solo (aspectos legais relevantes).*

CONTEXTO GERAL DO TURISMO NACIONAL, REGIONAL E LOCAL

No plano nacional, as políticas públicas de turismo tomaram corpo em nosso país a partir da década de 1960, com a adoção de planos e programas federais e estaduais cujas metas pretendiam alavancar o desenvolvimento econômico. Neste período, as atividades do setor se expandiram em territórios identificados como de interesse turístico, especialmente em cidades e vilas localizadas no litoral e na serra, tendo o lazer e o entretenimento como elemento motivador das correntes turísticas. Contribuiu para essa expansão a agregação de outros fatores como a melhoria das infraestruturas públicas de acesso – rodovias, portos, aeroportos e terminais rodoviários, além da efetivação de ações regulatórias.

Tal quadro foi reforçado pelas repercussões derivadas da contínua desconcentração do turismo mundial, que apontou para a redução das desigualdades e para a promoção de um ambiente favorável ao desenvolvimento socioeconômico mais equilibrado. O turismo passou a ser considerado como incluído nas estratégias de luta contra a pobreza, vinculando a atividade aos *Objetivos de Desenvolvimento do Milênio*.

Na década de 1990, organismos como o *World Travel and Tourism Council* – WTTC e a Organização Mundial do Turismo – WTO, encamparam as propostas da Eco-92, Conferência de Cúpula das Nações reunida no Rio de Janeiro, para que a atividade ocupasse um novo espaço na conjuntura econômica e social, no qual as dimensões da sustentabilidade passaram a ser incorporadas às políticas, programas e projetos, tanto na esfera pública como na esfera privada. Assim, novos paradigmas de sustentabilidade foram incorporados à atividade turística, como a preservação ambiental, a valorização da identidade cultural, a inclusão social e a geração e distribuição equilibradas de riqueza e de renda. Esses paradigmas vêm sendo assimilados nos discursos e nas práticas dos mais diferentes atores associados às diversas instancias de gestão.

A gestão do território turístico assumiu novos contornos, apoiada por políticas públicas de descentralização, na qual firma-se a importância do protagonismo da iniciativa privada, a partir da atuação em Conselhos, Comitês ou Grupos, com

ênfase nas regiões de destinação de fluxos do turismo. As novas formas de gestão têm buscado o equilíbrio entre os aspectos ambientais, econômicos e socioculturais, *“sem o qual a atividade torna-se vulnerável e suscetível aos problemas de degradação, massificação e fragmentação que, em última instância, significam a sua autodestruição”* (Turismo no Brasil 2007–2011, MTur).

Segundo este mesmo documento, *“a gestão responsável deverá, também, reproduzir impactos positivos no que se refere ao Turismo interno, propiciando o desenvolvimento da atividade no mercado doméstico, com benefícios por duas vias: (i) pela produção, com a criação de novos postos de trabalho, e consequente ampliação da renda; (ii) e pelo consumo, com a inclusão de novas parcelas de consumidores no mercado turístico”*.

Nesse âmbito, a política pública brasileira atual tem suas diretrizes traçadas com o *Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010*, elaborado a partir de debates regionais com setores públicos e instituições representativas da atividade turística, que procura reorientar esforços e eliminar obstáculos para transformar o turismo em prioridade nacional, em um processo de gestão compartilhada, participativa e descentralizada.

Seguindo as diretrizes do PNT quanto à organização da gestão da atividade, em que o setor passa a ter *status* de Ministério, estados e municípios repetem o modelo, adotando então em suas estruturas, Secretarias, Diretorias ou Departamentos que passam a dialogar com os atores privados, na cogestão do território turístico. Explicita-se dessa forma a necessidade de que o setor privado assuma seu papel na oferta de bens e serviços, em quantidade e qualidade adequadas a atender as necessidades do público frequentador dos destinos turísticos.

No contexto do *Plano Nacional de Turismo*, ganha destaque a criação do *Programa de Regionalização do Turismo*, que propõe o ordenamento da atividade turística no Brasil com ênfase no desenvolvimento regionalizado. O programa incorpora a diretriz da Organização Mundial do Turismo – OMT no que se refere ao planejamento estratégico regional integrado e toma como base a noção de território e de arranjo produtivo.

No plano estadual, a política pública para o turismo do Estado do Rio de Janeiro tem por parâmetro o Decreto nº 31.078/2002 no qual é definido o *Plano Diretor Estadual de Turismo* e é delineado o mapeamento turístico do território fluminense, composto por regiões turísticas que, embora agrupadas geograficamente, são distintas quanto ao grau de desenvolvimento ou maturação da atividade. Esse plano, anterior ao *Plano Nacional de Turismo*, foi posteriormente reavaliado frente ao *Programa de Regionalização* do Ministério do Turismo, sendo respaldado pelo Fórum de Secretarias de Turismo, composto pelos secretários e dirigentes municipais de turismo do estado.

Cumprindo a determinação do *Programa de Regionalização do Turismo*, o Estado priorizou, entre as suas 11 regiões turísticas, aquelas que são consideradas estratégicas para o desenvolvimento e que apresentam melhores condições de competitividade, seja no contexto do turismo internacional, seja no contexto do turismo doméstico. Em paralelo, o Ministério do Turismo selecionou, através do *Projeto Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico*, aqueles municípios que se caracterizam por apresentar infraestrutura básica, turística e atrativos qualificados e que são capazes de atrair e/ou distribuir significativo número de turistas para seu entorno.

A partir dessa seleção e com base em um *Estudo de Competitividade*, realizado pela Fundação Getúlio Vargas, foram elencados 65 *destinos indutores do desenvolvimento turístico*, abrangendo as cinco regiões geográficas do país. As dimensões analisadas no *Estudo de Competitividade* foram: Infraestrutura Geral; Acesso, Serviços e Equipamentos Turísticos; Atrativos Turísticos; Marketing e Promoção do Destino; Políticas Públicas; Cooperação Regional; Monitoramento, Economia Local, Capacidade Empresarial; Aspectos Sociais, Aspectos Ambientais e Aspectos Culturais.

Após a análise realizada, o Estado do Rio de Janeiro foi contemplado com a seleção de cinco destinos capazes de, por sua importância e capilaridade, promover o transbordamento das atividades turísticas em termos regionais. Todos são destinos turísticos consolidados no cenário regional, nacional e internacional, tendo como polarizador a capital, Rio de Janeiro, um dos destinos de referência na chegada de turistas internacionais. Foram selecionados como *destinos indutores*, além do Rio

de Janeiro: Angra dos Reis e Paraty, que integram a região turística da Costa Verde; Armação dos Búzios, inserido na região turística Costa do Sol; e Petrópolis, na região turística Serra Verde Imperial.

A escolha do Brasil para sediar a Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações em 2013, assim como os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos no Rio de Janeiro em 2016, se apresenta como oportunidade excepcional para o desenvolvimento do turismo brasileiro e fluminense, mas também se configura como desafio de grande monta. São eventos esportivos de porte, com grande repercussão nas mais diferentes mídias em todo o mundo, além de significativa capacidade de geração de emprego e renda para os setores envolvidos, direta e indiretamente, em sua realização, principalmente àqueles vinculados ao Turismo. O legado, porém, deve ultrapassar a promoção dos atrativos turísticos nacionais, bem como a melhoria da infraestrutura e a qualidade dos serviços turísticos.

O Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2007–2010) reforça a perspectiva de se atingir um cenário de renovação e prosperidade do estado em 2027. Várias tendências de desenvolvimento econômico e socioambiental previstas no Plano vêm sendo concretizadas e são elas que inspiraram a definição da Visão de Futuro adotada na presente AAE.

As estratégias definidas no Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS–RJ, de 2010, estão alinhadas como a expectativa promissora do Plano Estratégico e prevê a realização de ações e projetos a serem executados nos próximos dez anos.

No plano local, o desenvolvimento do turismo nos Polos Litoral e Serra, em bases sustentáveis, está alinhado às diretrizes do Plano Diretor Estadual de Turismo e aos objetivos gerais e específicos preconizados pelo PDITS–RJ preconizados para cada um dos polos, conforme enunciado no quadro abaixo. As ações decorrentes e prioritárias foram incorporadas à Matriz de Investimentos do PRODETUR–RJ.

Quadro 12 - Objetivos Geral e Específicos do PDTIS-RJ para o Polo Serra

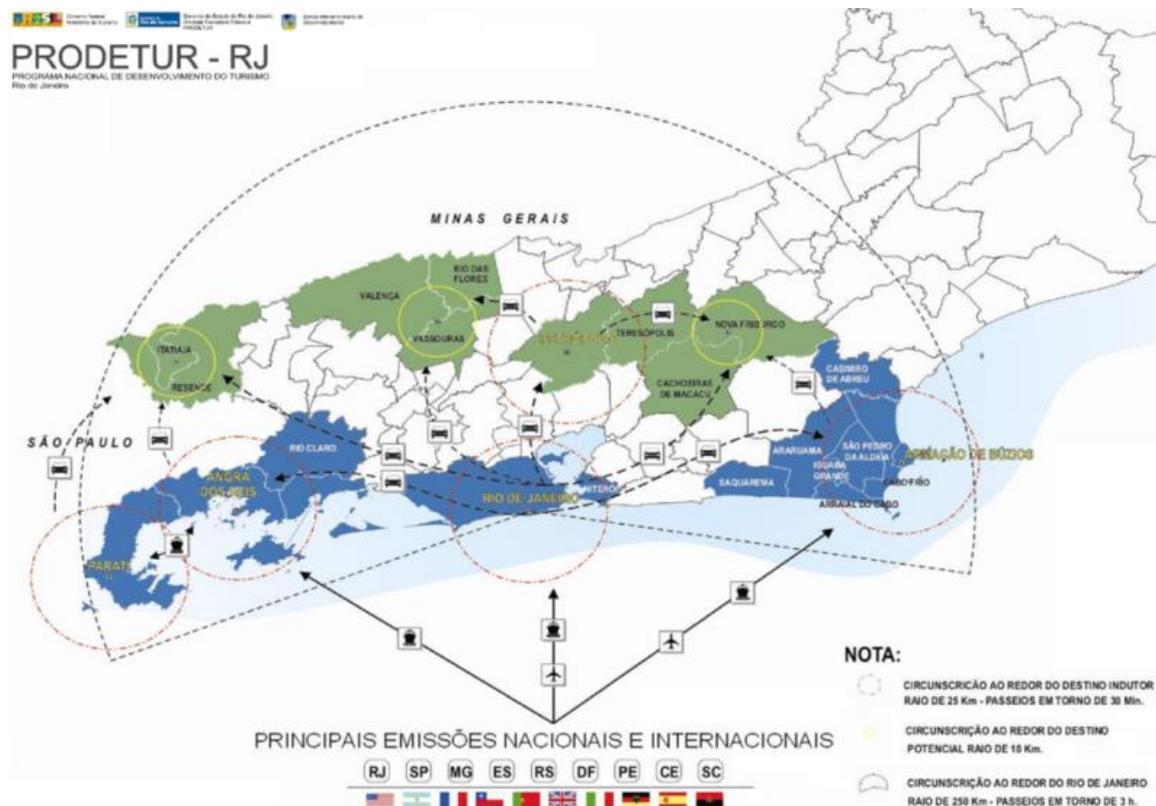
Objetivo Geral	Objetivos Específicos
Ampliar a participação do setor turístico na economia dos municípios do Polo, proporcionando às comunidades locais a inclusão produtiva e o incremento de renda, respeitando os preceitos do desenvolvimento local sustentável.	Dotar os destinos de infraestrutura básica para melhor receber os turistas
	Qualificar o destino, melhorar a qualidade do serviço prestado, da infraestrutura dos atrativos e dos produtos ofertados
	Aumentar o fluxo de turistas, o tempo de permanência média e o gasto diário dos turistas que chegam ao município

Fonte: PDTIS-RJ, 2010

DELIMITAÇÃO GEOGRÁFICA DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA AVALIAÇÃO

O recorte adotado pelo PDTIS/PRODETUR-RJ para definir as áreas prioritárias aonde serão realizados os investimentos do Programa, divide o Estado do Rio de Janeiro em dois compartimentos Polo Litoral e Polo Serra, segundo uma lógica que define pontos estratégicos do território fluminense aonde a integração dos fluxos e o incremento da atividade turística pode servir como fator indutor de desenvolvimento do turismo no Estado. A figura a seguir ilustra a delimitação dos Polos e seus respectivos Subpolos e as relações funcionais a serem reforçadas num raio de 250 km de distancia do núcleo Metropolitano.

Figura 30 – Área de abrangência da AAE do PRODETUR–RJ



Fonte: UCP/RJ, 2010

As distancias das sedes dos municípios que integram os Subpolos do Polo Serra até a capital do Estado são apresentadas no quadro a seguir.

Quadro 13 – Municípios do Polo Serra – Distancias da capital

Polos	Subpolos	Municípios	Distância da Capital
Serra	Agulhas Negras	1. Itaipua	170
		2. Resende	143
	Vale do Café	3. Barra do Piraí	127
		4. Rio das Flores	106
		5. Vassouras	117
		6. Valença	163
	Serra Verde Imperial	7. Petrópolis	65
		8. Teresópolis	91
		9. Cachoeiras de Macacu	92
		10. Nova Friburgo	137

Fonte: Anuário Estatístico do RJ, 2010

No PDTIS–RJ, conceitua–se Polo como um grupo de municípios contíguos que têm atrativos e recursos turísticos complementares, que compartilham impactos diretos e indiretos gerados pelo turismo e que concordam em desenvolver de forma integrada suas capacidades de gerenciamento de fluxos turísticos, ou ainda, municípios não contíguos, que trabalham com um circuito de atrativos complementares. Nesse sentido, o conceito de Polo decorre da compreensão de que tais áreas podem ser compreendidas como corredores capazes de induzir o desenvolvimento do turismo em outros espaços territoriais.

Seguindo a estratégia definida nas diretrizes do PRODETUR/PDITS–RJ, parte–se da premissa de que as relações dinâmicas estabelecidas *no interior de e entre* os diferentes recortes espaciais que definem os subpolos do Polo Serra extrapolam o território dos municípios diretamente atendidos pelo Programa e, portanto, os municípios que sofrerão os impactos indiretos de tais investimentos (e que ainda não foram contemplados com intervenções) não poderiam deixar de ser, na medida do possível, considerados.

Dessa forma, existe a percepção de que os investimentos nos municípios nas áreas consideradas de *influência direta* do Polo Serra induzirão o desenvolvimento da atividade turística para os municípios vizinhos que integram os três subpolos dessa região, constituindo–se em as *áreas estratégicas*. Avalia–se que os municípios do desse Polo que sofrerão reflexos indiretos dos investimentos desta primeira fase do PRODETUR/PDITS–RJ são:

- Subpolo Agulhas Negras: Quatis e Porto Real;
- Subpolo Vale do Café: Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí e Volta Redonda;
- Subpolo Serra Verde Imperial: Guapimirim.

AÇÕES E INTERVENÇÕES PREVISTAS PELO PRODETUR–RJ NO POLO SERRA

As ações e intervenções previstas no âmbito do PRODETUR–RJ para o Polo Serra foram especializadas e são apresentadas de forma sumária na figura a seguir.

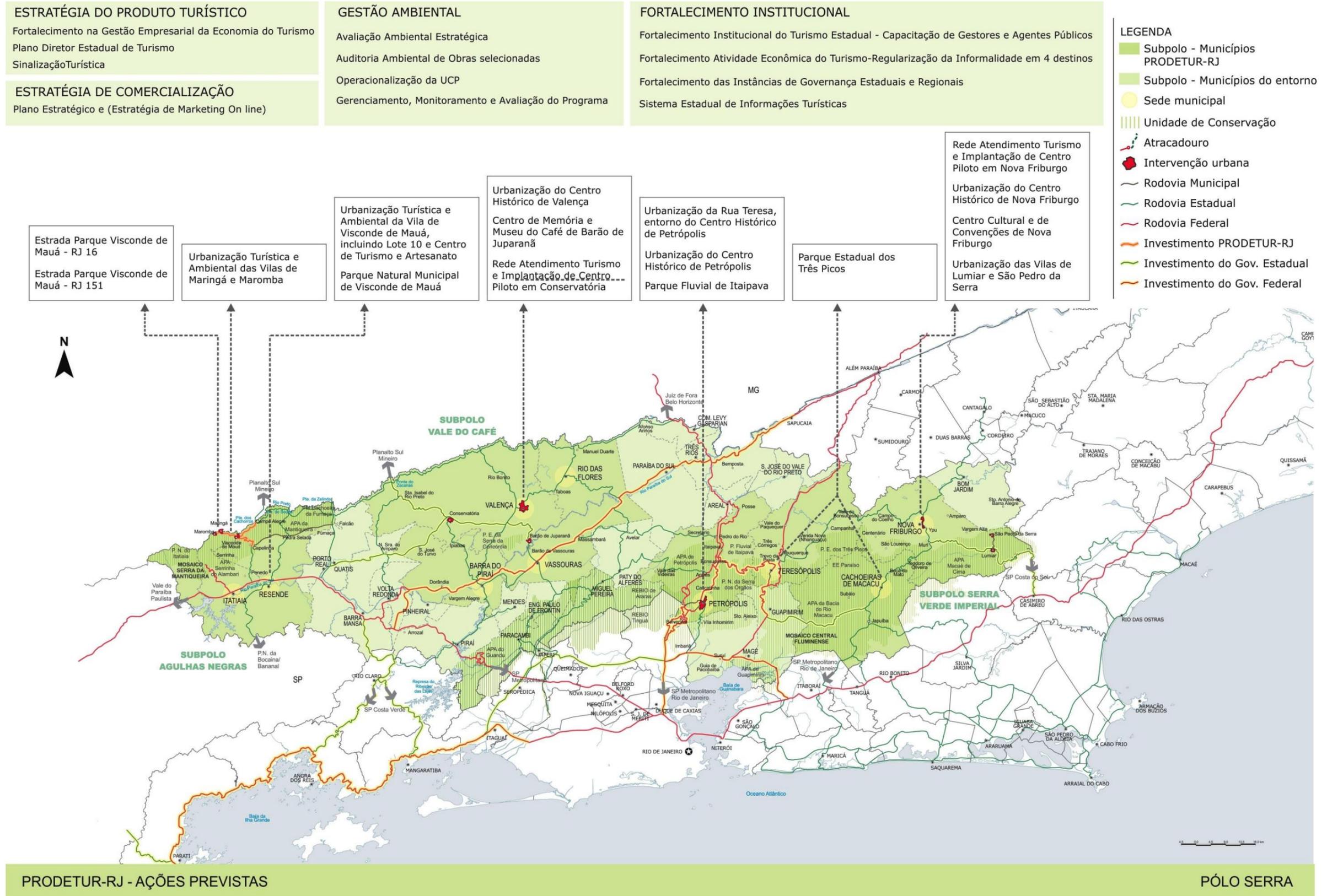


Figura 12 – PRODETUR-RJ – Ações previstas para o Polo Serra

VISÃO GERAL DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO POLO SERRA

Caracterização geral da área

Assim como no Polo Litoral, o Polo Serra, apresenta destinos turísticos importantes no contexto turístico do estado, com identidades e vocações bem definidas e reconhecidas. Seus atrativos são específicos, múltiplos e diferenciados, seja no que se refere aos testemunhos materiais e imateriais de sua história e cultura, seja no que toca ao seu patrimônio ambiental. Os principais atrativos naturais encontram-se protegidos por grandes extensões de áreas florestadas, representativas do bioma Mata Atlântica, situadas nos Subpolos de Agulhas Negras e da Serra Verde Imperial.

Os atrativos culturais estão fortemente relacionados ao processo de ocupação e colonização do *hinterland* fluminense: o desbravamento do interior e a formação dos núcleos ao longo das rotas de passagem para as minas – os Caminhos do Ouro, a partir do século XVII; o povoamento do vale do Rio Paraíba do Sul, no século XVIII, e a pujança da produção cafeeira, no Vale do Café, no século XIX; e o aproveitamento de ambientes serranos pela política de colonização do interior com a migração europeia e pela corte portuguesa, nas Agulhas Negras e na Serra Verde Imperial, século XIX e início do XX.

Aspectos Estratégicos

As regiões Serra Verde Imperial, Vale do Café e Agulhas Negras — que compõem o Polo Serra — reúnem importantes atrativos e equipamentos turísticos, comercializados por agências e operadoras de turismo no próprio estado. Destacam-se, nesse contexto, três municípios nos quais o turismo tem-se desenvolvido com maior intensidade nas últimas décadas: Petrópolis, Teresópolis, Itatiaia, os quais, em conjunto, constituem uma oferta integrada e complementar.

O Polo Serra constitui um importante produto turístico do estado do Rio de Janeiro, principalmente para os que são atraídos pelo contato com a natureza e pelo clima mais ameno da serra. A mobilização de turistas nessa área é facilitada pelas vias de acesso (principalmente rodoviário). A utilização de carro próprio ou alugado possibilita ao turista uma melhor mobilidade entre os municípios que são relativamente menores em termos de população e de extensão, se comparados a alguns subpolos do Polo Litoral.

Importante ressaltar que o Polo Serra não possui acesso aeroviário nem mesmo aquaviário. Dessa forma, para um turista nacional ou internacional chegar ao destino por via aérea, é necessário que ele desça no Aeroporto nacional, Santos Dumont, ou no internacional, Antônio Carlos Jobim (Galeão). Em seguida, deve pegar um ônibus na rodoviária ou alugar um carro para viajar até o local desejado.

As cidades do Polo Serra estão situadas numa distância média de 126km da capital. Cabe destacar que o município de Barra do Piraí é o mais distante da capital (215km). Já os municípios do subpolo Serra Verde distam, em média, 100km da capital Rio de Janeiro, com tempo de deslocamento de aproximadamente uma hora e meia.

É evidente o caráter familiar deste destino, com bastante apelo ao clima frio e ao Ecoturismo proporcionado pelas Serras e Unidades de Conservação da região. Além do município de Petrópolis, atualmente o maior destino dos turistas que chegam ao polo, os municípios que compõem este pólo já se destacam no cenário regional, sobretudo para os Estados de São Paulo e Minas Gerais, sendo a cidade do Rio de Janeiro o principal ponto de partida daqueles que visitam os atrativos nos demais municípios do pólo.

De forma geral, pode-se dizer que o perfil do turista detectado neste pólo é bastante homogêneo, sendo eminentemente nacional, com forte presença do turista regional, sobretudo dos estados de SP e MG, além do próprio estado do Rio de Janeiro, que é o maior emissor. Essencialmente são pessoas com mais de 40 anos que viajam acompanhados da família ou dos amigos e que se hospedam em hotéis urbanos e rurais no entorno das cidades..

A facilidade no deslocamento e a proximidade com os maiores centros emissores do país fazem deste pólo um destino bastante comercializado regionalmente.

Do ponto de vista da oferta, o segmento de turismo cultural e ecoturismo são as principais motivações de viagem dos turistas deste pólo, além dos segmentos de negócios e eventos. Esta diversidade de opções é refletida na diversidade de atrativos presentes no pólo, que oferece opções de destinos diversos e que podem se integrar devido à proximidade espacial e ao fácil deslocamento entre os municípios do pólo.

Aspectos Sócio-demográficos

No Polo Serra, além de ter população numericamente inferior, ocorre um quadro bem diferenciado do Polo Litoral quanto às dinâmicas populacionais dos municípios que integram o PRODETUR-RJ e dos municípios do seu entorno. Enquanto no Polo Litoral estes apresentam taxas de crescimento mais elevadas, sobretudo devido ao baixo crescimento da capital metropolitana, no Polo Serra o quadro se inverte, com os municípios PRODETUR-RJ registrando crescimento mais elevado que os municípios do entorno, porém com diferença menos acentuada.

Em relação à dinâmica populacional dos municípios PRODETUR-RJ é de se destacar o caso de Resende e Itatiaia, no Subpolo Agulhas Negras que, nas últimas duas décadas, cresceram com índices bem acima das médias verificadas no Polo Serra: 94% e 42%, respectivamente, como indica a Tabela 2. No Subpolo Vale do Café, apenas o município de Rio das Flores cresceu acima da média, no mesmo período (27%) e no Subpolo Serra Verde Imperial o município de Cachoeiras de Macacu teve crescimento expressivo (quase 32%), sendo que Petrópolis e Teresópolis também evoluíram acima da média do Polo.

A taxa de urbanização do Polo Serra é sensivelmente inferior que a média estadual, especialmente nos municípios base do PRODETUR-RJ (88,2%). Nas últimas décadas não houve variação significativamente neste indicador.

Tabela 1 – Polo Serra: População residente e crescimento relativo (1994–2007)

Subpolos		POPULAÇÃO RESIDENTE							
		1991		2000		2007	Crescimento Relativo		
		População Total	População Urbana	População Total	População Urbana	População Total	1991 a 2000	2000 a 2007	1991 a 2007
Aguilhas Nebras	Itatiaia	16.073	11,65%	24.739	40,40%	31.185	53,92%	26,06%	94,02%
	Resende	83.429	87,21%	104.549	91,79%	118.547	25,31%	13,39%	42,09%
	Total Subpolo	99.502	83,00%	129.288	83,24%	149.732	29,94%	15,8%	50,5%
Vale do Café	Barra do Pirai	79.199	93,58%	88.503	95,83%	96.282	11,75%	8,79%	21,57%
	Rio das Flores	6.451	59,93%	7.625	70,35%	8.192	18,20%	7,44%	26,99%
	Valença	60.805	82,70%	66.308	86,45%	70.850	9,05%	6,85%	16,52%
	Vassouras	28.649	60,96%	31.451	63,23%	32.495	9,78%	3,32%	13,42%
	Total Subpolo	177.095	82,29%	195.887	85,45%	209.826	10,61%	7,12%	18,48%
Serra Verde Imperial	Cachoeiras de Macacu	40.208	79,68%	48.460	84,75%	53.037	20,52%	9,44%	31,91%
	Nova Friburgo	167.081	86,40%	173.321	87,59%	177.376	3,73%	2,34%	6,16%
	Petrópolis	255.468	97,50%	286.348	94,46%	306.645	12,09%	7,09%	20,03%
	Teresópolis	120.709	83,85%	138.019	83,49%	150.268	14,34%	8,87%	24,49%
	Total Subpolo	583.466	90,27%	646.148	89,54%	687.326	10,7%	6,4%	17,8%
Total Polo Serra		860.063		971.323		1.046.884	12,94%	7,78%	21,72%
Total Polo Litoral		6.288.121		6.851.933		7.217.837	8,97%	5,34%	14,78%
TORAL PRODETUR		7.148.184		7.823.256		8.264.721	9,44%	5,64%	15,62%

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000 e 1991 e Contagem da População 2007).

Tabela 2 – Polo Serra: Informações sobre IDH médio (1991–2000)

Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM– Renda, 1991	IDHM– Renda, 2000	IDHM– Longevidade, 1991	IDHM– Longevidade, 2000	IDHM– Educação, 1991	IDHM– Educação, 2000	Ranking no Estado, 2000	Ranking no País, 2000
Nova Friburgo	0,735	0,81	0,706	0,758	0,698	0,788	0,801	0,885	4	375
Resende	0,753	0,809	0,693	0,758	0,721	0,75	0,844	0,918	5	396
Petrópolis	0,751	0,804	0,717	0,773	0,719	0,751	0,818	0,888	7	489
Itatiaia	0,749	0,8	0,688	0,723	0,755	0,783	0,805	0,895	8	562
Teresópolis	0,7	0,79	0,683	0,758	0,649	0,751	0,768	0,861	17	815
Barra do Piraí	0,724	0,781	0,662	0,71	0,686	0,727	0,823	0,906	24	1023
Vassouras	0,678	0,781	0,657	0,717	0,615	0,745	0,761	0,881	26	1039
Valença	0,723	0,776	0,659	0,706	0,688	0,726	0,822	0,895	32	1167
Cachoeiras de Macacu	0,664	0,752	0,594	0,673	0,685	0,756	0,713	0,828	54	1811
Rio das Flores	0,678	0,739	0,633	0,646	0,678	0,726	0,723	0,845	64	2187

Fonte: PNUD

A seguir, outros dados dos aspectos sócio-demográficos são apresentados por subpolo.

No Subpolo Agulhas Negras

Crescimento populacional

Como indicam os dados da base do IBGE, seguindo uma tendência geral verificada na região, todos os municípios diminuíram o ritmo de crescimento populacional entre os períodos de análise. O crescimento é bem mais intenso em Itatiaia e Resende do que nos municípios do entorno (à exceção de Porto Real). Em Itatiaia a taxa de urbanização apresentou variação muito significativa, declinando de 61,2% em 1991 para 47,4% em 2000.

Tabela 2 – Variação Populacional (1991–2007) e Taxa de Urbanização (1991–2000)

Subpolo e “Entorno”	Municípios	População residente 2007	Taxa de variação anual (%)				Taxa de urbanização (%)	
			2007–1991	2007–2000	2000–1991		2000	1991
					Total	Urbana		
Agulhas Negras	Itatiaia	31.185	4,23	3,37	4,90	1,98	47,4	61,2
	Resende	118.547	2,22	1,82	2,53	3,12	91,8	87,2
	total	149.732	2,59	2,13	2,95	2,99	83,3	83,0
“Entorno”	Barra Mansa	175.315	0,44	0,39	0,48	0,41	96,7	97,3
	Quatis	12.031	1,98	1,69	2,20	2,30	87,7	87,0
	Porto Real	14.503	3,53	2,63	4,23	16,20	94,15	35,39
	Volta Redonda	255.653	0,93	0,78	1,05	1,06	100,0	99,9
	total	457.502	0,76	0,65	0,84	0,82	98,3	98,5
Total Subpolo		592.731	1,17	1,01	1,30	1,23	94,8	95,4

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (censos e contagem da população) ⁴

No entorno, Porto Real registrou a taxa mais elevada de crescimento urbano da década de 90, levando a um intenso processo de urbanização neste município.

Aumento de veículos e taxa de motorização

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje Fundação CEPERJ), em 2007 foram emplacados 41.981 veículos no Subpolo Agulhas Negras, dos quais 29.875 eram automóveis particulares. O município que mais contribuiu para este aumento foi Resende, com 36.594 veículos, dos quais 26.345 autos particulares. Este volume representou um crescimento de 43% na frota de veículos, entre os anos de 2001 e 2007.

Na Região, o índice de crescimento da frota ficou um pouco abaixo do índice do Subpolo (36%). Em 2007 foram emplacados 177.032 veículos (132.280 autos), cabendo a Volta Redonda e Barra Mansa as maiores contribuições para o aumento da frota, com 86.842 e 40.773 veículos, respectivamente.

Estes números expressam não apenas o crescimento dos municípios do Subpolo e da Região, mas também a melhoria do padrão de sua população, que se refletem nos índices de motorização de veículos/habitante e automóveis/habitante, como os apresentados na tabela a seguir.

Os índices de motorização do Subpolo Agulha Negras são também os mais altos dentre os subpolos do PRODETUR-RJ, inferiores apenas aos índices dos Subpolos Metropolitano e Serra Verde Imperial. Em 2007, os índices mais altos das Agulhas

⁴ A taxa de variação anual foi calculada por média geométrica. A taxa de urbanização foi definida como a proporção entre a população residente em áreas urbanas, assim definidas pelo IBGE, e a população residente total.

Negras eram: 0,262 auto/habitante em Volta Redonda; 0,249 auto/habitante em Porto Real; 0,224 em Barra Mansa; e de 0,222 em Resende.

Tais indicadores cresceram no período 2001–2007, sendo que o incremento mais notável ocorreu em Porto Real, cujos índices saltaram de 0,145 veículo/habitante e 0,9 auto/habitante em 2001 para 0,321 veículo/habitante e 0,249 auto/habitante em 2007, mais do que dobrando o primeiro índice e quase triplicando o segundo índice. Resende também apresentou um grande aumento no período, quando os dois índices de motorização dobraram.

Os aumentos expressivos ocorridos nos índices de Porto Real espelham, uma vez mais, o intenso processo de crescimento do município na última década, devido à instalação do parque industrial automotivo.

Tabela 3 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Agulhas Negras

MUNICIPIOS		VEICULOS EMPLACADOS				TAXA DE MOTORIZAÇÃO			
		2001		2007		TM – 2001		TM – 2007	
		Total Veículos	Automóveis	Total Veículo	Automóveis	Veículo / Hab.	Autom. / Hab.	Veiculo / Hab.	Autom. / Hab.
Subpolo	Itatiaia	4.212	2.976	5.387	3.530	0,164	0,116	0,173	0,113
	Resende	25.066	18.545	36.594	26.345	0,156	0,116	0,309	0,222
	Total Subpolo	29.278	21.521	41.981	29.875	0,157	0,116	0,280	0,200
TOTAL REGIÃO		130.204	98.067	177.032	132.280	0,208	0,157	0,292	0,218
Entorno	Total Entorno	100.926	76.546	135.051	102.405	0,230	0,174	0,295	0,224
	Barra Mansa	32.657	23.582	40.773	29.889	0,191	0,138	0,233	0,170
	Porto Real	1.797	1.123	4.649	3.612	0,145	0,090	0,321	0,249
	Quatis	2.511	1.617	2.787	1.845	0,230	0,148	0,232	0,153
	V. Redonda	63.961	50.224	86.842	67.059	0,262	0,206	0,340	0,262

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Déficit habitacional

Os *déficits habitacionais* apurados nos municípios da região em 2000, segundo dados da Fundação CEPERJ foram:

- . Déficit nos municípios *PRODETUR*: Itatiaia – 582 unidades; Resende – 2.417 unidades; déficit total no Subpolo de 2.999 unidades;
- . Déficit nos municípios do *entorno*: Barra Mansa – 3.499 unidades; Porto Real – 335 unidades; Quatis – 143 unidades Volta Redonda – 4.478 unidades; déficit total de 8.455 unidades;
- . Déficit total na Região: 11.454 unidades.

Tabela 4 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Agulhas Negras

MUNICIPIOS	Total	Urbano	Urbano / Total	Município / Subpolo	Município / Região
Itatiaia	582	360	61,75%	19,42%	5,08%

Resende	2.417	2.302	95,25%	80,58%	21,10%
Total Subpolo	2.999	2.662	88,74%	100,00%	26,19%
Total Região					
Total Entorno	8.455	8.298	98,15%	100,00%	73,81%
Barra Mansa	3.499	3.371	96,35%	41,38%	30,55%
Porto Real	335	322	96,03%	3,96%	2,92%
Quatis	143	128	89,21%	1,69%	1,25%
Volta Redonda	4.478	4.478	100,00%	52,96%	39,09%

Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro. CEPERJ, 2009

No Subpolo Vale do Café

Crescimento populacional

Segundo a base de dados do IBGE, neste Subpolo a situação geral é de baixo crescimento, especialmente nos municípios do entorno. Além disso, à exceção de Piraí, todos os municípios sofreram declínio na taxa de crescimento da população entre a década de 90 e o período recente. Nos municípios do entorno, contudo, o declínio foi muito mais intenso (de 1,35% para 0,37%); tal declínio deveu-se sobretudo a Miguel Pereira e Paty do Alferes, levando o entorno a registrar crescimento inferior ao dos municípios base.

Tabela 5 – Variação Populacional (1991–2007) e Taxa de Urbanização (1991–2000) no Subpolo Vale do Café

Subpolo e “Entorno”	Municípios	População residente 2007	Taxa de variação anual (%)				taxa de urbanização (%)	
			2007–1991	2007–2000	2000–1991		2000	1991
					total	Urbana		
Vale do Café	Barra do Piraí	96.282	1,23	1,22	1,24	1,51	95,8	93,6
	Rio das Flores	8.192	1,50	1,05	1,86	3,69	70,3	59,9
	Valença	70.850	0,96	0,95	0,96	1,46	86,4	82,7
	Vassouras	32.495	0,79	0,49	1,02	1,43	63,2	61,0
	Total	207.819	1,08	1,00	1,13	1,55	86,3	83,2
“Entorno”	Eng. Paulo de Frontin	12.544	0,25	0,44	0,09	2,10	72,1	60,3
	Mendes	17.242	0,24	-0,05	0,47	0,43	99,0	99,3
	Miguel Pereira	24.585	1,48	0,41	2,31	2,59	84,0	82,0
	Paty do Alferes	25.132	1,10	-0,24	2,16	3,32	68,0	61,5
	Piraí	24.170	1,10	1,30	0,94	1,87	81,7	75,2
	Total	103.673	0,92	0,37	1,35	2,03	80,6	75,9

	Barra do Pirai	96.282	1,23	1,22	1,24	1,51	95,8	93,6
	Total Subpolo	311.492	1,02	0,79	1,21	1,70	84,4	80,8

Fonte: IBGE (Censos Demográficos 2000 e 1991 e Contagem da População 2007)⁵

Aumento de veículos e taxa de motorização

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ), em 2007 foram emplacados 47.512 veículos no Subpolo Vale do Café, dos quais 32.310 eram automóveis. O município que mais contribuiu para este aumento foi Barra do Pirai, com 24.258 veículos, dos quais 15.921 automóveis. Este volume representou um crescimento de 127% na frota de veículos, entre os anos de 2001 e 2007, índice expressivo e acima da média dos demais subpolos, sendo apenas inferior aos índices observados nas Agulhas Negras, Costa Verde e Costa do Sol.

Na Região, o índice de crescimento da frota ficou acima do índice do Subpolo (130%) e nos municípios do *entorno* o incremento foi ainda maior (134%), puxado pelos altos índices verificados em Miguel Pereira (164%), o mais alto de toda a região do Vale do Paraíba e de Pinheiral (160%). Em 2007 foram emplacados 33.500 veículos (22.2560 autos), cabendo a Miguel Pereira e Pinheiral as maiores contribuições para o aumento da frota, com 6.598 e 4.444 veículos, respectivamente.

Os índices de motorização do Subpolo Vale Café estão um pouco acima da média dos demais subpolos do PRODETUR-RJ. Em 2007, os índices mais altos do Vale Café eram: 0,398 veículo/habitante em Miguel Pereira; 0,285 auto/habitante em Vassouras; 0,28 em Eng. Paulo Frontin; e de 0,252 em Barra do Pirai.

⁵ A taxa de variação anual foi calculada por média geométrica. A taxa de urbanização foi definida como a proporção entre a população residente em áreas urbanas, assim definidas pelo IBGE, e a população residente total.

Tais indicadores cresceram no período 2001–2007, sendo que o incremento mais notável ocorreu em Miguel Pereira, cujos índices saltaram de 0,145 veículo/habitante e 0,9 auto/habitante em 2001 para 0,321 veículo/habitante e 0,249 auto/habitante em 2007.

Estes números expressam não apenas o crescimento dos municípios do Subpolo e da Região, mas também a melhoria do padrão de sua população, que se refletem nos índices de motorização de veículos/habitante e automóveis/habitante, como os apresentados na tabela a seguir.

Tabela 6 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Vale do Café

MUNICIPIOS		VEICULOS EMPLACADOS				TAXA DE MOTORIZAÇÃO			
		2001		2007		TM – 2001		TM – 2007	
		Total Veículos	Automóveis	Total Veículos	Automóveis	Veículo / Hab.	Automóvel / Hab.	Veículo / Hab.	Automóvel / Hab.
Subpolo	Barra do Piraí	18.060	12.558	24.258	15.921	0,202	0,140	0,252	0,165
	Rio das Flores	1.301	961	1.521	1.046	0,169	0,125	0,186	0,128
	Valença	10.130	7.830	12.471	9.103	0,151	0,117	0,176	0,128
	Vassouras	7.885	5.258	9.262	6.240	0,250	0,166	0,285	0,192
	Total Subpolo	37.376	26.607	47.512	32.310	0,191	0,136	0,229	0,155
TOTAL REGIÃO		62.358	43.640	81.012	54.566	0,197	0,138	0,244	0,164
Entorno	Total Entorno	24.982	17.033	33.500	22.256	0,207	0,141	0,269	0,179
	Eng. Paulo Frontin	3.478	2.281	3.509	2.310	0,285	0,187	0,280	0,184
	Mendes	3.403	2.180	3.955	2.581	0,197	0,126	0,229	0,150
	Miguel Pereira	5.961	4.360	9.786	6.598	0,248	0,182	0,398	0,268
	Paty do Alferes	5.213	3.380	7.393	4.444	0,209	0,135	0,294	0,177
	Pinheiral	1.887	1.435	3.032	2.260	0,096	0,073	0,145	0,108
	Piraí	5.040	3.397	5.825	4.063	0,225	0,152	0,241	0,168

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Déficit habitacional

Os *déficits habitacionais* apurados nos municípios da Região em 2000, segundo dados da Fundação CEPERJ:

- Déficit nos municípios *PRODETUR*: Barra do Pirai – 2.133 unidades; Rio das Flores – 206 unidades; Valença – 1.727 unidades; Vassouras – 785 unidades; déficit total no Subpolo de 4.851 unidades.
- Déficit nos municípios do *entorno*: Eng. Paulo de Frontin – 237 unidades; Mendes – 407 unidades; Miguel Pereira – 535 unidades; Paty Alferes – 340 unidades; Pinheiral – 344 unidades; Pirai – 459 unidades; déficit total de 2.322 unidades.
- Déficit total na Região: 7.137 unidades.

Tabela 7 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Vale do Café

MUNICIPIOS	Total	Urbano	Urbano / Total	Município / Subpolo	Município / Região
Barra do Pirai	2.133	2.095	98,23%	43,97%	29,74%
Rio das Flores	206	117	56,89%	4,25%	2,87%
Valença	1.727	1.555	90,06%	35,60%	24,08%
Vassouras	785	509	64,88%	16,18%	10,94%
Total Subpolo	4.851	4.277	88,17%	100,00%	67,63%
Total Região	7.173				
Total Entorno	2.322	1.846	79,49%	100,00%	32,37%
Eng. Paulo de Frontin	237	189	79,69%	10,20%	3,30%
Mendes	407	407	100,00%	17,52%	5,67%
Miguel Pereira	535	434	81,15%	23,04%	7,46%
Paty do Alferes	340	191	56,17%	14,65%	4,74%
Pinheiral	344	293	85,24%	14,80%	4,79%
Pirai	459	332	72,23%	19,79%	6,41%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

No Subpolo Serra Verde Imperial

Crescimento populacional

Segundo a base de dados do IBGE, este Subpolo apresentou o menor nível de crescimento na década de 90 dentre os subpolos deste estudo, ficando ligeiramente acima do Vale do Café no período 2000–2007.

Dentre seus municípios, Nova Friburgo apresenta o menor nível de crescimento da população, próximo de estabilizar. Todos os municípios enfraqueceram o crescimento entre os períodos em análise.

É interessante verificar que a taxa de urbanização agregada deste Subpolo sofreu leve declínio na década de 1990.

Tabela 8 – Variação Populacional (1991–2007), taxa de urbanização (1991–2000) no Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios	População residente 2007	Taxa de variação anual (%)				taxa de urbanização (%)	
		2007–1991	2007–2000	2000–1991		2000	1991
				total	Urbana		
Nova Friburgo	177.376	0,37	0,33	0,41	0,56	87,6	86,4
Petrópolis	306.645	1,15	0,98	1,28	0,92	94,5	97,5
Teresópolis	150.268	1,38	1,22	1,50	1,45	83,5	83,9
total	634.289	0,97	0,85	1,07	0,93	89,9	91,1

Fonte: elaboração própria a partir de dados do IBGE (censos e contagem da população)⁶

Aumento de veículos e taxa de motorização

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ), em 2007 foram emplacados 244.905 veículos no Subpolo Serra Verde Imperial, dos quais 170.519 eram automóveis particulares. O município que mais contribuiu para este aumento foi Petrópolis, com 103.308 veículos, dos quais 74.532 autos particulares. Em 2007 foram emplacados 251.087 veículos (174.194 autos), cabendo a Petrópolis e Nova Friburgo as maiores contribuições para o aumento da frota.

Estes números expressam não apenas o crescimento dos municípios do Subpolo e da Região, mas também a melhoria do padrão de sua população, que se refletem nos índices de motorização de veículos/habitante e automóveis/habitante, como os apresentados na tabela a seguir.

Os índices de motorização na Serra Verde são também os mais altos dentre os subpolos do PRODETUR–RJ, inferiores apenas aos índices do Subpolo Metropolitano.

⁶ A taxa de variação anual foi calculada por média geométrica. A taxa de urbanização foi definida como a proporção entre a população residente em áreas urbanas, assim definidas pelo IBGE, e a população residente total.

Em 2007, os índices mais altos encontrados foram: 0,295 auto/habitante em Nova Friburgo; 0,246 auto/habitante em Teresópolis; e de 0,243 em Petrópolis.

Tais indicadores cresceram no período 2001–2007, sendo que o maior incremento ocorreu em Teresópolis, cujos índices saltaram de 0,286 veículo/habitante e 0,208 auto/habitante em 2001 para 0,363 veículo/habitante e 0,246 auto/habitante em 2007.

Tabela 9 – Veículos emplacados e taxa de motorização (2001–2007) no Subpolo Serra Verde Imperial

SUBPOLO	MUNICIPIOS		VEICULOS EMPLACADOS				TAXA DE MOTORIZAÇÃO			
			2001		2007		TM – 2001		TM – 2007	
			Total Veículos	Automóveis	Total Veículos	Automóveis	Veículos / Hab.	Auto m. / Hab.	Veículos / Hab.	Auto m. / Hab.
SERRA IMPERIAL	Subpolo	Cachoeiras de Macacu	7.269	4.691	11.385	6.733	0,148	0,095	0,215	0,127
		Nova Friburgo	63.321	44.524	75.608	52.295	0,364	0,256	0,426	0,295
		Petrópolis	84.969	64.345	103.308	74.532	0,294	0,222	0,337	0,243
		Teresópolis	39.937	29.056	54.604	36.959	0,286	0,208	0,363	0,246
		Total Subpolo	195.496	142.616	244.905	170.519	0,300	0,219	0,356	0,248
	TOTAL REGIÃO		199.627	145.219	251.087	174.194	0,289	0,210	0,343	0,238
	Entorno	Total Entorno	4.131	2.603	6.182	3.675	0,106	0,067	0,138	0,082
		Guapimirim	4.131	2.603	6.182	3.675	0,106	0,067	0,138	0,082

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Déficit habitacional

Os *déficits habitacionais* apurados nos municípios da região em 2000, segundo dados da Fundação CEPERJ foram:

- Déficits nos municípios *PRODETUR*: Petrópolis – 4.889 unidades; Nova Friburgo – 2.694 unidades; Teresópolis – 1.994 unidades; e Cachoeiras de Macacu – 688 unidades, totalizando um déficit total no Subpolo de 10.264 unidades;
- Déficit total na Região: 10.953 unidades.

Tabela 10 – Déficit Habitacional (2000) no Subpolo Serra Verde Imperial

MUNICIPIOS	Total	Urbano	Urbano / Total	Município / Subpolo	Município / Região
Cachoeiras de Macacu	688	591	85,97%	6,70%	6,28%
Nova Friburgo	2.694	2.446	90,81%	26,25%	24,60%
Petrópolis	4.889	4.582	93,72%	47,63%	44,63%
Teresópolis	1.994	1.682	84,36%	19,43%	18,21%
Total Subpolo	10.264	9.302	90,62%	100,00%	93,71%
Total Região	10.953				
Total Entorno	688	500	72,62%	100,00%	6,29%
Guapimirim	688	500	72,62%		

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Os déficits habitacionais se ampliaram sobremaneira em função das fortes chuvas que castigaram a região no início de 2011. Mesmo com os recursos mais vultosos direcionados pelo governo federal para a construção de casas, acumulam-se o déficit anterior e as novas perdas desse período.

Aspectos Institucionais

No caso dos municípios que compõem o Polo Serra, todos possuem Secretaria de Turismo (exclusiva ou compondo com outras pastas) ou empresa municipal de turismo. A atividade turística ainda está em fase de desenvolvimento no pólo, mas alguns municípios – como Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo – já começam a despontar como destino bastante freqüentado pelos turistas que se deslocam a partir da cidade do Rio de Janeiro. Sendo assim, facilita a compreensão por parte do governo municipal da importância da atividade turística na composição da economia local e na geração de postos de trabalho.

Importante também ressaltar que a quase totalidade dos municípios do pólo possuem

instâncias de governança municipal ativa, em formato de conselhos, e que também se fazem representar nos conselhos regionais dos subpolos (as exceções são os municípios de Vassouras e Rio das Flores). Apenas como registro, ressalta-se que os municípios do pólo estão estruturados em função dos conselhos regionais e adotam esta esfera de discussão para como principal meio de articulação. Apenas os municípios de Nova Friburgo, Barra do Piraí e Itatiaia responderam que participam

do Conselho Estadual de Turismo, porém todos os municípios participam de algum conselho regional.

Por fim um último dado importante neste contexto do quadro institucional do Polo Serra é a constatação de que apenas o município de Nova Friburgo não possui Plano Diretor em funcionamento. A tabela abaixo resume as informações do Quadro Institucional dos municípios do Polo Serra.

Tabela 11 – Quadro Institucional do Polo Serra

MUNICÍPIO	TEM SECRETARIA DE TURISMO?	POSSUI EMPRESA DE TURISMO MUNICIPAL?	POSSUI INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL ATIVA?	QUAL O FORMATO DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA MUNICIPAL?	PARTICIPA DE ALGUMA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL?	QUAL A INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA REGIONAL?	PARTICIPA DO CONSELHO ESTADUAL DE TURISMO?	POSSUI PLANO DIRETOR?	O TURISMO É CONTEMPLADO NO PLANO DIRETOR?
PETRÓPOLIS	Não	Sim	Sim	Conselho	Sim	CONSELHO REGIONAL SERRA VERDE IMPERIAL	Não	Sim	Sim
TERESÓPOLIS	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	CONSELHO REGIONAL SERRA VERDE IMPERIAL	Não	Sim	Sim
CACHOEIRAS DE MACACU	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	CONSELHO REGIONAL SERRA VERDE IMPERIAL	Não	Sim	Sim
NOVA FRIBURGO	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	CONSELHO REGIONAL SERRA VERDE IMPERIAL	Sim	Não	N/A
VASSOURAS	Sim	Não	Não	N/A	Sim	CONCICLO	Não	Sim	Sim
VALENÇA	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	CONCICLO	Não	Sim	Sim
BARRA DO PIRAI	Sim	Não	Sim	Comitê Municipal	Sim	CONSELHO REGIONAL VALE DO CAFÉ	Sim	Sim	Sim
RIO DAS FLORES	Sim	Não	Não	N/A	Sim	CONSELHO REGIONAL VALE DO CAFÉ	Não	Sim	Sim
RESENDE	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	CONRETUR	Não	Sim	Sim
ITATIAIA	Sim	Não	Sim	Conselho	Sim	CONSELHO REGIONAL VALE DO CAFÉ	Sim	Sim	Sim

Em relação à área de meio ambiente é apresentado a seguir o que foi identificado para cada Subpolo.

No Subpolo Agulhas Negras

Gestão Ambiental

Quanto à estrutura para gestão ambiental municipal, observa-se que Itatiaia e Resende possuem secretarias de meio ambiente exclusivas, sendo que em Resende este setor está diretamente vinculado ao Executivo Municipal. Ambos os municípios dispõem de Conselhos Municipais de Meio Ambiente – o de Itatiaia foi criado em 1990 e o de Resende, mais recente, em 2005 –, estando os dois em atividade, apoiados por Fundos Municipais de Meio Ambiente. Quanto ao licenciamento ambiental municipal, decorrente de convênio firmado com o Estado, através do INEA, Resende tem essa prerrogativa, mas Itatiaia, não, uma vez que não atende às condicionantes, como por exemplo, a existência de Código Ambiental aprovado e sendo implementado (as normas ambientais, no caso de Itatiaia, estão na Lei Orgânica municipal). Itatiaia também não está desenvolvendo a Agenda 21, enquanto em Resende está em elaboração o Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Quadro 14 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Agulhas Negras

Municípios	Itatiaia	Resende
Variáveis		
Possui órgão gestor?	Sim Secretaria exclusiva	Sim Setor subordinado diretamente à chefia do executivo
Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente ? Ano de criação?	Sim 1990	Sim 2005
O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?	Sim	Sim
Possui Fundo Municipal de Meio Ambiente?	Sim	Sim
Realiza licenciamento Ambiental?	Não	Sim

Municípios	Itatiaia	Resende
Variáveis		
Possui legislação específica para o meio ambiente? Forma?	Sim Capítulo ou artigo da Lei Orgânica	Sim Código Ambiental
Possui processo de elaboração de Agenda 21? Estágio?	Não	Sim Elaboração do plano Desenvolvimento Sustentável

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 205.

Foram identificados os seguintes instrumentos de gestão ambiental na região:

- . Plano Diretor de Ecodesenvolvimento da Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira no Perímetro do Município de Resende.
- . Programa de Gestão Socioambiental na APA da Mantiqueira. (Crescente Fértil)
- . Decretos de recategorização: Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba
- . Parque Natural Municipal do Rio Pombo – ParPombo (Serrinha) Resende.
- . Portaria INEA de criação da RPPN Reserva Agulhas Negras.

A experiência de gestão mais recente na região das Agulhas Negras é o Mosaico Mantiqueira, criado pelo Ministério do Meio Ambiente por meio da Portaria nº. 351 (dez/2006) com o objetivo de integrar e ampliar as ações já existentes para a conservação do patrimônio natural e cultural da região. O Mosaico Mantiqueira é composto por 16 Unidades de Conservação públicas, além de diversas Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN), abrangendo parte do território de 39 municípios, sendo 24 em Minas Gerais, dois do Rio de Janeiro (Resende e Itatiaia) e 13 em São Paulo.

A área do Mosaico Mantiqueira abrange cerca de 750 mil hectares, sendo que 434 mil hectares correspondem à APA da Serra da Mantiqueira. O Conselho Consultivo do Mosaico Mantiqueira é integrado por 35 membros, sendo em sua maior parte os gestores de todas as UCs que o compõe, além de representantes da sociedade civil.

Das 16 UCs públicas que compõem o Mosaico Mantiqueira 7 são de proteção integral e 9 são de uso sustentável, além das RPPN cujo número cresce constantemente. Um dos principais desafios da gestão das unidades de proteção integral é a regularização fundiária. As UCs do Mosaico Mantiqueira estão em diferentes níveis de implementação. A maioria já conta com conselhos consultivos, mas apenas uma pequena parte possui plano de manejo elaborado e implementado.

Com relação à existência de planos de regulação de uso do solo, sublinha-se que os Planos Diretores locais não estão implementados (Mauá, Maringá e Maromba).

Ressalta-se também o Programa de Gestão Socioambiental na APA da Mantiqueira; o Programa de Gestão da APA Municipal da Serrinha do Alambari, que conta com o aprimoramento do Plano de Manejo e criação do Conselho Gestor deliberativo; o Código Ambiental de Itatiaia, que está pronto e vai para aprovação, trazendo para o município a possibilidade de licenciamento facilitado de pequenas obras de baixo impacto. O IPEA dispõe de um programa de capacitação dos municípios relacionado a esse conteúdo.

Recentes iniciativas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, buscam avançar na regularização fundiária, a exemplo do que ocorre no Parque Nacional do Itatiaia, que possui apenas 30% de sua área regularizada e é foco de um amplo programa de regularização iniciado em março de 2010.

O maior aporte de recursos financeiros para a gestão ambiental municipal ocorreu a partir de 2007 com a aplicação da Lei do ICMS Verde, pois as prefeituras que investem na preservação ambiental contam com maior repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A porção do imposto que cada município tem direito de receber é apurado pela SEA, anualmente, segundo os investimentos ambientais municipais aplicados em unidades de conservação, qualidade da água e gestão dos resíduos sólidos. Os repasses são proporcionais às metas alcançadas nessas áreas e quanto melhores os índices, mais recursos as prefeituras recebem. Ainda assim, para se habilitar a receber os recursos, os municípios devem dispor de Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por

órgão executor de política ambiental, um conselho e um Fundo de Meio Ambiente, além de guarda ambiental.

Com relação ao critério “unidades de conservação”, que se refere à existência e a efetiva implantação de áreas protegidas, este Subpolo, em 2010, apresentou os índices a seguir.

Tabela 12- Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Agulhas Negras

Planilha de calculo para distribuir 45% do ICMS Verde por município segundo critérios relacionados à existência e efetiva implantação de áreas protegidas						
Município	Índice de Área Protegida	Índice de Área Protegida (acumulado)	Índice Relativo de Área Protegida (%)	Índice de Área Protegida Municipal	Índice de Área Protegida Municipal (acumulado)	Índice Relativo de Área Municipal (%)
Itaiaia	12,0407006	95,4361740	0,0471213	-	4,8736130	-
Resende	9,9383411	192,2427959	0,0388937	4,8329964	22,3302800	0,1714826

Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos na Secretaria de Estado do Ambiente do RJ

No Subpolo Vale do Café

Gestão Ambiental

Quanto à estrutura para gestão ambiental, observa-se que todos os municípios do Subpolo possuem secretarias de meio ambiente exclusivas. Todos esses municípios dispõem de Conselhos Municipais de Meio Ambiente – o de Barra do Piraí e Rio das Flores foram criados em 2001, o de Valença em 1995, sendo o mais recente, o de Vassouras, criado em 2006, estando todos em atividade, apoiados por Fundos Municipais de Meio Ambiente. Quanto ao licenciamento ambiental municipal, decorrente de convênio firmado com o Estado, através do INEA, Barra do Piraí e Vassouras tem essa prerrogativa, mas Rio das Flores e Valença, não, uma vez que não atendem às condicionantes, como por exemplo, a existência de Código Ambiental aprovado e sendo implementado (as normas ambientais, no caso desses dois municípios, estão na Lei Orgânica municipal). Com respeito a Agenda 21, Barra

do Pirai está na etapa de sensibilização e mobilização. Os demais municípios não aderiram ao processo.

No âmbito da gestão ambiental, é apontada a falta de interlocução entre os gestores públicos municipais, os órgãos gestores do Patrimônio Natural (IBAMA, ICMBio, etc.) e os órgãos responsáveis pelo acesso a esses bens (DNIT, etc.).

Quadro 15 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Vale do Café

Municípios	Barra do Pirai	Rio das Flores	Valença	Vassouras
Variáveis				
Possui órgão gestor?	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva
Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente?	Sim	Sim	Sim	Sim
Ano de criação?	2001	2001	1995	2006
O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?	Sim	Sim	Sim	Sim
Possui Fundo Municipal de Meio Ambiente?	Sim	Sim	Sim	Sim
Realiza licenciamento Ambiental?	Sim	Não	Não	Sim
Possui legislação específica para o meio ambiente? Forma?	Sim Código Ambiental	Sim Capit. ou artigo da Lei Orgânica	Sim Capit. ou artigo da Lei Orgânica	Sim Código Ambiental
Possui processo de elaboração de Agenda 21? Estágio?	Sim Sensibilização / Mobilização	Não	Não	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 205.

O maior aporte de recursos financeiros para a gestão ambiental municipal ocorreu a partir de 2007 com a aplicação da Lei do ICMS Verde, pois as prefeituras que investem na preservação ambiental contam com maior repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A porção do imposto que cada município tem direito de receber é apurado pela SEA, anualmente, segundo os investimentos ambientais municipais aplicados em unidades de conservação, qualidade da água e gestão dos resíduos sólidos. Os repasses são proporcionais às metas alcançadas nessas áreas e quanto melhores os índices, mais recursos as prefeituras recebem. Ainda assim, para se habilitar a receber os recursos, os municípios devem dispor de Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por órgão executor de política ambiental, um conselho e um Fundo de Meio Ambiente, além de guarda ambiental.

Com relação ao critério “unidades de conservação”, que se refere à existência e a efetiva implantação de áreas protegidas, este Subpolo, em 2010, apresentou os índices a seguir.

Tabela 13– Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Vale do Café

Planilha de calculo para distribuir 45% do ICMS Verde por município segundo critérios relacionados à existência e efetiva implantação de áreas protegidas						
Município	Índice de Área Protegida	Índice de Área Protegida (acumulado)	Índice Relativo de Área Protegida (%)	Índice de Área Protegida Municipal	Índice de Área Protegida Municipal (acumulado)	Índice Relativo de Área Municipal (%)
Barra do Piraí	0,0188219	22,7044711	0,0000737	0,0188219	0,8004781	0,0006678
Rio das Flores	-	199,7527394	-	-	23,6352613	-
Valença	0,1341424	254,8392109	0,0005250	0,0113066	27,6188625	0,0004012
Vassouras	0,0371850	254,8763959	0,0001455	-	27,6188625	-

Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos na Secretaria de Estado do Ambiente do RJ

No Subpolo Serra Verde Imperial

Gestão Ambiental

Quanto à gestão ambiental municipal, como pode ser observado no quadro abaixo, os quatro municípios contam com Secretaria de Meio Ambiente exclusiva e Conselho Municipal de Meio Ambiente constituído, sendo o de Petrópolis o mais antigo (2006). O de Cachoeiras do Macacu foi criado em 2009, e os de Nova Friburgo e Teresópolis em 2008. No entanto, o de Nova Friburgo não se reúne há mais de 1 (um) ano. Todos possuem Fundo Municipal de Meio Ambiente aprovado e apenas Nova Friburgo não realiza licenciamento ambiental. Registre-se que apenas Cachoeiras do Macacu dispõe de Código Ambiental. Quanto ao processo de elaboração da Agenda 21, todos os municípios do Subpolo estão envolvidos, em estágios diferentes – em Cachoeiras de Macacu e Teresópolis está em elaboração o Plano de Desenvolvimento Sustentável e em Nova Friburgo as ações estão sendo implementadas.

Quadro 16 – Estrutura pública para a gestão ambiental no Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios Variáveis	Cachoeiras de Macacu	Nova Friburgo	Petrópolis	Teresópolis
Possui órgão gestor?	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva	Sim Secretaria exclusiva
Possui Conselho Municipal de Meio Ambiente ? Ano de criação?	Sim/2009	Sim/2008	Sim/2006	Sim/2008
O Conselho se reuniu nos últimos 12 meses?	Sim	Não	Sim	Sim
Possui Fundo Municipal de Meio Ambiente?	Sim	Sim	Sim	Sim
Realiza licenciamento Ambiental?	Sim	Não	Sim	Sim
Possui legislação específica para o meio ambiente?	Sim / Código Ambiental	Sim / cap. ou artigo da Lei Orgânica	Sim / cap. ou artigo da Lei Orgânica	Não

Forma?				
Possui processo de elaboração de Agenda 21? Estágio?	Sim Elaboração do plano Desenvolvimento sustentável	Sim / implementação de ações	Sim / Não informado	Sim Elaboração do plano Desenvolvimento sustentável

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 204

A experiência de gestão das Unidades de Conservação mais recente na Serra Verde Imperial é o Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense, criado pelo Ministério do Meio Ambiente em dezembro/2006, com o objetivo de integrar e ampliar as ações já existentes para a conservação do patrimônio natural e cultural da região.

No Estado do Rio de Janeiro o Mosaico inclui 22 Unidades de Conservação públicas e Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Dessas UCs 15 delas estão situadas no Subpolo, a saber:

7 (sete) UCs de proteção integral, sendo: 2 (duas) federais (Parque Nacional da Serra dos Órgãos e Reserva Biológica do Tinguá); 2 (duas) estaduais (Parque Estadual dos Três Picos e Reserva Biológica Araras); e 3 (três) municipais (Parque Natural Municipal de Petrópolis; Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis e Monumento Natural da Pedra do Colégio, Cachoeiras de Macacu).

8 (oito) UCs de uso sustentável sendo: 1 (uma) federal (APA de Petrópolis); 4 (quatro) estaduais (Áreas de Proteção Ambiental Bacia dos Frades, Jacarandá e da Bacia do Macacu, estando as duas primeiras situadas em Teresópolis e a última em Nova Friburgo⁷) e Área de Proteção Ambiental Macaé de Cima; e 1 (uma) municipal (Monumento Natural Pedra do Elefante, Petrópolis); e 2 (duas) RPPNs (Graziela Maciel

⁷ Essas UCs estão se tornando núcleos do Parque Estadual dos Três Picos.

Barroso, Petrópolis e Fazenda Suspiro, Teresópolis).No que se refere ao aproveitamento das UCs no fortalecimento do produto turístico do subpolo, destaca-se a falta de interlocução entre a gestão ambiental e a do turismo.

O maior aporte de recursos financeiros para a gestão ambiental municipal ocorreu a partir de 2007 com a aplicação da Lei do ICMS Verde, pois as prefeituras que investem na preservação ambiental contam com maior repasse do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). A porção do imposto que cada município tem direito de receber é apurado pela SEA, anualmente, segundo os investimentos ambientais municipais aplicados em unidades de conservação, qualidade da água e gestão dos resíduos sólidos. Os repasses são proporcionais às metas alcançadas nessas áreas e quanto melhores os índices, mais recursos as prefeituras recebem. Ainda assim, para se habilitar a receber os recursos, os municípios devem dispor de Sistema Municipal de Meio Ambiente, composto por órgão executor de política ambiental, um conselho e um Fundo de Meio Ambiente, além de guarda ambiental.

Com relação ao critério “unidades de conservação”, que se refere à existência e a efetiva implantação de áreas protegidas, este Subpolo, em 2010, apresentou os índices a seguir.

Tabela 14 – Cálculo para a distribuição do ICMS no Subpolo Serra Verde Imperial

Planilha de calculo para distribuir 45% do ICMS Verde por município segundo critérios relacionados à existência e efetiva implantação de áreas protegidas						
Município	Índice de Área Protegida	Índice de Área Protegida (acumulado)	Índice Relativo de Área Protegida (%)	Índice de Área Protegida Municipal	Índice de Área Protegida Municipal (acumulado)	Índice Relativo de Área Municipal (%)
Cachoeiras de Macacu	17,3561670	42,4223432	0,0679234	-	1,6273817	-
Nova Friburgo	7,7499134	141,9394749	0,0303293	0,0740124	14,6571401	0,0026261
Petrópolis	9,0989640	179,7521638	0,0356088	0,0102284	17,4835900	0,0003629
Teresópolis	13,6059302	254,6463971	0,0532468	-	27,6075560	-

Fonte: elaboração própria a partir de dados obtidos na Secretaria de Estado do Ambiente do RJ

Aspectos Físicos, Econômicos e Culturais

No Subpolo Agulhas Negras

Aspectos Físicos

A figura a seguir apresenta os limites do subpolo, suas principais cidades e ligações viárias.

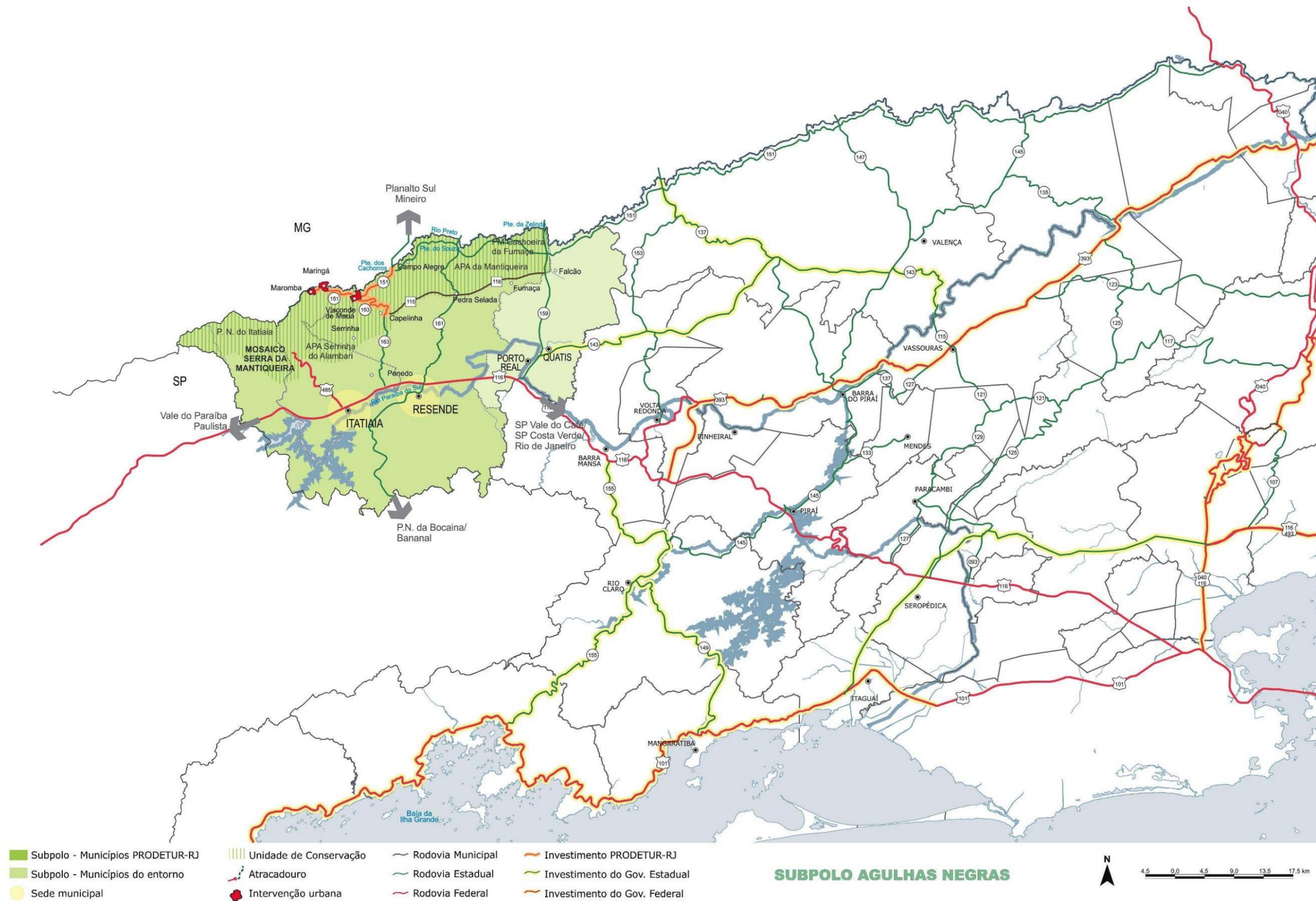


Figura 13- Municípios do Subpoio Agulhas Negras

O Subpolo Agulhas Negras se insere nas depressões do planalto do médio curso do rio Paraíba do Sul, entre o reverso da serra do Mar e as escarpas da serra da Mantiqueira.

Na serra da Mantiqueira destaca-se o maciço alcalino do Itatiaia, onde se encontra o pico das Agulhas Negras, ponto culminante do estado, que se eleva a 2.787m de altitude. Apresenta clima bastante frio e vegetação de campos de altitude. Esta região compreende altitudes que variam de 400 a até 2787 m (Embrapa, 2003).

A região consolida sua ocupação a partir de meados do século XIX com a exploração intensiva do café; passa por uma crise econômica ao final desse mesmo século e procura se reerguer através da nova política de colonização calcada na imigração, no início do século XX. São dessa época os Núcleos Coloniais de Itatiaia e de Visconde de Mauá que receberam recebeu famílias de imigrantes alemãs, suíças e austríacas. Dado o insucesso da política, as terras do Núcleo de Itatiaia são apropriadas e tornam-se o embrião do atual Parque Nacional de mesmo nome. A trajetória de Visconde de Mauá é um pouco diferente, perdurando um pouco mais com a produção agrícola, vindo a se tornar agropecuária a partir dos anos 1930/40 com a venda de terras a fazendeiros mineiros. À vocação leiteira de Visconde de Mauá daquela época, associa-se um embrião da atividade turística que passa a atrair turistas vindos do Rio de Janeiro e até da Alemanha. A atividade de veraneio continua secundária na região até 1970/1980, quando a crise leiteira abre espaços para a economia do turismo: um turismo alternativo, no segmento ecológico nascente.

Por ser a principal via de ligação entre Rio de Janeiro e São Paulo e devido à infraestrutura existente desenvolveram-se importantes núcleos urbano-industriais nesta região, com destaque para o polo metal-mecânico de Resende – Porto Real.

Abrange a extremidade sudeste do Estado do Rio de Janeiro, estabelecendo divisa com o Estado de São Paulo e o Estado de Minas Gerais. O mapa a seguir apresenta os limites do subpolo e suas as principais cidades e vilas, bem como aquelas situadas fora de seus limites.

Clima, solo e recursos hídricos

Na tabela abaixo, são apresentadas informações sobre o clima, solo e recursos hídricos deste Subpolo.

Tabela 15 – Clima, solo e recursos hídricos (2010) no Subpolo Agulhas Negras

Municípios	Clima (Temperaturas Médias Anuais / Precipitações ***)		Solo (Geomorfologia**)	Recursos Hídricos (Regiões Hidrográficas*)
	Verão (°C) / (mm)	Inverno (°C) / (mm)		
Itatiaia	22º / 1121 mm	22º / 1121 mm	Serras Escarpadas, Colinas e Morros	RH IX - Baixo Paraíba do Sul
Resende				

Fonte: Regiões Hidrográficas, Geomorfologia, Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

* Regiões Hidrográficas segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

** Geomorfologia segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

*** Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

Expansão da área urbana

Segundo resultados de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e para o ZEE do Rio de Janeiro (SEA, 2007), a taxa de crescimento urbano deste subpolo foi de 85% na última década, o equivalente a uma área de 13 km². O município do núcleo do Subpolo de maior índice de expansão urbana no período 1994 / 2007 foi também Itatiaia, com 107,7% (aumento de 4,2 km²), confirmando sua dinâmica populacional recente. Em valores absolutos a maior expansão ocorreu em Resende, com um acréscimo de 9,2 km², correspondendo também a um significativo aumento percentual (77,97%), apesar de inferior ao de Itatiaia.

A expansão de área urbana nos municípios do *entorno* foi 23,6 km² no período (expansão média de 52,8%). No total dos municípios da Região a expansão somou 37 km² no período, com um índice médio de 61,2%. Ainda assim, a área urbana total nos municípios *PRODETUR-RJ* correspondia em 2007 a pouco mais de 2,1% da

superfície dos territórios (29 km²). Já nos municípios do *entorno* este índice era de 6,4 % (68,3 km²) e em toda a Região era de 4,05% (97,4 km²).

Tabela 16 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Agulhas Negras

MUNICIPIOS		ÁREA TOTAL			ÁREA URBANA					
		Em 2007 Km2	% do Subpolo	% da Região	1994		2007		1994 a 2007	
					Km2	% Total	Km2	% Total		
AGULHAS NEGRAS	PRODETUR	Itatiaia	239,8	17,92%	9,97%	3,9	1,63%	8,1	3,38%	107,69%
		Resende	1.098,3	82,08%	45,67%	11,8	1,07%	21,0	1,91%	77,97%
		Total PRODETUR	1.338,1	100,00%	55,65%	15,7	1,17%	29,1	2,17%	85,35%
	TOTAL REGIÃO		2.404,6			60,4	2,51%	97,4	4,05%	61,26%
	Entorno	Total Entorno	1.066,5	100,00%	44,35%	44,7	4,19%	68,3	6,40%	52,80%
		Barra Mansa	547,2	51,31%	22,76%					
		Porto Real	50,8	4,76%	2,11%					
		Quatis	285,9	26,81%	11,89%					
		Volta Redonda	182,6	17,12%	7,59%					

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007).

Vulnerabilidade urbana

O CBMERJ registrou os seguintes desastres naturais ocorridos nos municípios do Subpolo, no período 2000 – 2007, provavelmente devido à exposição muito elevada a inundações:

- . Itatiaia – 20 eventos de características variadas, sendo 7 inundações;
- . Resende – 13 eventos de características variadas, sendo 3 alagamentos e 6 inundações.

Durante esses desastres naturais muitos prédios foram afetados, acarretando danos físicos e causando prejuízos financeiros. Os dados registrados pelo CBMERJ no período 2000 – 2007 foram:

- . Itatiaia – 31 prédios afetados, envolvendo prejuízos de R\$ 421 mil;
- . Resende – 1.226 prédios afetados, envolvendo prejuízos de R\$ 1,746 milhões.

Em consequência dos desastres naturais acima relatados, inúmeras pessoas foram envolvidas e prejudicadas, sendo muitas afetadas, outras deslocadas de suas moradias e ainda outras feridas ou mortas. Os números apurados pelo CBMERJ entre 2000 e 2007 são os seguintes:

- . Itatiaia – 209 pessoas envolvidas, sendo 73 pessoas afetadas e 136 pessoas deslocadas;
- . Resende – 13.488 pessoas envolvidas, sendo 12.000 pessoas afetadas, 1.390 pessoas deslocadas e 98 pessoas mortas ou feridas.

Apesar dessas cifras, em valores absolutos, não figurarem entre as mais elevadas dos demais Subpolos do PRODETUR–RJ, têm alto significado quando se considera o tamanho das populações residentes nos dois municípios. Por exemplo: em Itatiaia, 1 pessoa em cada 130 habitantes foi envolvida ou atingida nos sinistros ocorridos naquele período; no caso de Resende este índice sobe para 1 pessoa envolvida em cada 8 habitantes. Na média do Subpolo Agulhas Negras, o índice fica em torno de 1 pessoa em cada 10 habitantes, o que ainda é muito alto.

Saneamento Ambiental

Do ponto de vista do saneamento ambiental e dos componentes do saneamento básico, não podem ser utilizados os dados disponíveis para os municípios onde formalmente essas áreas se inserem, a saber, Itatiaia e Resende. Como a maioria dos dados referentes ao saneamento se refere às áreas urbanas, no caso deste subpolo, para fins de análise do componente saneamento ambiental, é necessário assumir olhar específico para a área que engloba as vilas de Maromba e Maringá, no município de Itatiaia, e a vila de Visconde de Mauá, pertencente ao município de Resende, assim como o núcleo da Capelinha, também pertencente a Resende.

Trata-se aqui de uma área da serra da Mantiqueira que, pelas dificuldades de acesso e distância dos principais centros (RJ e SP), logrou se preservar e garantir uma característica de turismo diferenciada, onde os hotéis, as pousadas e as residências ocupam áreas maiores, portanto, pouco adensadas. Contudo, os núcleos

de Maromba, Maringá e a vila de Visconde de Mauá passaram a concentrar atividades ligadas ao turismo e lazer, hotéis, bares e restaurantes, assim como áreas de moradia da população residente e trabalhadora no setor turismo, com maior densidade urbana e problemas específicos ligados ao saneamento básico e ao meio ambiente, cujos efeitos se refletem desde já, na qualidade diferenciada que é o atrativo fundamental da região.

Abastecimento de água

Segundo dados do SNIS, os sistemas de abastecimento de água são realizados em Resende pela CAAN, uma empresa privada. Entretanto, a página da prefeitura indica a ESAMUR, como a empresa de saneamento do município de Resende, que conta ainda com uma Agência de Saneamento Básico (Sanear). As fontes indicam 98 e 100% como índices de atendimento urbano de água. Quando abordado como índice de atendimento total, o SNIS aponta um número da ordem de 93%, função do não atendimento nas zonas rurais do município. No caso de Itatiaia, os serviços são realizados por administração direta da prefeitura, indicando 100% de atendimento no índice urbano e 100% no total do município, valor evidentemente errado, já que há grande extensão de área rural não atendida por esses serviços, incluindo-se Penedo, Maromba e Maringá.

Tabela 17 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Agulhas Negras

Município	Prestador	Código Abrangência Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN023 - Índice de atendimento urbano de água [%]	IN055 - Índice de atendimento total de água [percentual]
Resende	CAAN	1	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	98,0	93,4
Itatiaia	PMI	1	LOCAL	Administração pública direta	ÁGUA E ESGOTO	100,0	100,0

Fonte: SNIS 2008

Focando-se nos núcleos e áreas rurais de Maromba, Maringá e Visconde de Mauá, objeto das ações do PRODETUR-RJ, a questão do abastecimento de água não se configura especial fator restritivo, considerando as características de inúmeras nascentes, da malha hídrica formada pelo rio Preto, seus afluentes e as nascentes

em seu entorno, bem como das chuvas constantes. Historicamente, todas as propriedades sempre tiveram acesso à água corrente de nascentes ou do próprio rio, de excelente qualidade, assim como os núcleos urbanos, em seus primórdios.

Contudo, o aumento de densidades, o parcelamento do solo e a remoção de vegetação e, principalmente, a disposição de efluentes de esgoto sem tratamento no rio Preto, mudaram essa configuração: é necessário maior cuidado na identificação de nascentes não comprometidas com esgotamento sanitário e o Rio Preto passou a receber grande carga de efluentes que compromete, em vários trechos, a qualidade de suas águas. Os reservatórios dos núcleos, por essa razão, utilizam como fontes nascentes a montante do próprio rio.

Esgotamento sanitário

Assim como no caso do abastecimento de água, os indicadores apontados pelas empresas de Resende e Itatiaia para os sistemas de esgotos sanitários não traduzem as condições no Subpolo Agulhas Negras, configurando-se dados referidos apenas às áreas urbanas principais desses municípios. Mesmo assim, vale chamar a atenção para os baixíssimos índices de coleta e tratamento de esgotos, esses últimos sem qualquer tratamento (26% em Resende e 0% em Itatiaia) e, por conseguinte, sendo despejados “in natura” no rio Paraíba do Sul.

Tabela 18 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Agulhas Negras

Município	Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN024 - Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água [%]	IN016 - Índice de tratamento de esgoto [%]
Resende	CAAN	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	91,3	26,0
Itatiaia	PMI	LOCAL	Administração pública direta	ÁGUA E ESGOTO	56,8	0,0

Fonte: SNIS 2008

Tratando-se dos núcleos de Maromba, Maringá e Visconde de Mauá, deve-se ressaltar que, todo o esgoto dos núcleos urbanos – bem como efluentes de fossas das propriedades rurais ao longo do rio Preto – vem sendo despejados sem tratamento nesse rio, no qual já há indicadores negativos de coliformes fecais. O adensamento do número de hotéis e pousadas e seu porte, faz com que mesmo as fossas sépticas, quando existentes, já não deem conta do tratamento adequado. Em Visconde de Mauá destaca-se a área do chamado Lote 10, bairro que concentra a população de baixa renda, trabalhadora na região.

Por essa razão, no caso dos investimentos previstos pelo PRODETUR para a região, que impactarão em significativo aumento do fluxo de turistas e densidades urbanas, as negociações preliminares levaram ao prévio direcionamento de recursos para os sistemas de esgotamento sanitário – redes e tratamento. Com a melhoria desses sistemas, ficará preservada a qualidade das águas do Rio Preto, bem como sua balneabilidade. Estão sendo alocados recursos do FECAM da ordem de R\$ 7 milhões, pela SEA e INEA, para a implantação do sistemas de esgotos (redes e ETEs) nos 3 núcleos urbanos. As ETEs já foram inauguradas, mas as redes coletoras ainda carecem de complementação e, principalmente, das ligações de cada unidade á essa rede. Por outro lado, os núcleos localizados do lado oposto do Rio Preto, já no Estado de Minas Gerais, como Bocaina de Minas, não participam desse mesmo esforço e podem seguir comprometendo a qualidade das águas nesse rio.

Durante as visitas de campo verificou-se notícias sobre uma ideia de delegação da operação dos sistemas de saneamento à empresa operadora do município de Resende. Contudo, deve-se estar atento à necessidade de planos específicos para ocupação urbana, plano geral de saneamento básico nos núcleos e planos de gestão de resíduos sólidos, como parte dos planos de saneamento básico. A Secretaria Estadual do Ambiente está apoiando a elaboração dos Planos de Saneamento Básico, sendo que o de Itatiaia já está em fase final de diagnóstico.

Apresenta-se aqui ainda um aspecto institucional importante a ser solucionado: refere-se à operação e manutenção dos sistemas de saneamento – redes e ETEs, bem como dos custos associados. Ou seja, implantados pela SEA/INEA, mas considerando-se que se trata de dois municípios responsáveis sobre os três núcleos urbanos, quem operará os sistemas? Como serão cobradas e apropriadas as tarifas?

Resíduos sólidos

Como nos itens anteriores, os dados indicados na tabela adiante, além de frágeis, não correspondem à área de interesse específico para o subpolo Agulhas Negras.

A única informação disponível aponta que os resíduos coletados pelas prefeituras de Itatiaia e Resende, nos núcleos urbanos e nas principais estradas rurais, seguem para o aterro controlado de Resende, portanto no Vale do Paraíba. O antigo lixão de Itatiaia foi coberto com argila (merece averiguação das condições do local) e o antigo lixão de Resende transformou-se no aterro controlado que recebe os resíduos de ambos os municípios.

Tabela 19 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Agulhas Negras

Municípios	Informações Gerais	RSU			
	Órgão Ambiental	Empresa de Coleta/Órgão municipal responsável	Qtd. t/dia	Área de transbordo	Destino
Itatiaia	Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Locanty	15	N	Aterro Controlado de Resende
Resende	Agencia de Meio Ambiente	Loncanty	83	N	Aterro Controlado de Resende

Fonte: Diagnóstico de Resíduos Sólidos do Estado RJ. – INEA/UERJ – 2009

Configura-se nos núcleos da Mantiqueira um cenário de altos custos de deslocamento dos resíduos, além de permanente imprevisibilidade da própria geração dos mesmos. Isto porque se tratam de cenários extremamente díspares, quando atendida a população permanente e a população flutuante, esta mesmo, dependente de outros fatores, como chuvas e condições das estradas. Além disso, também se verifica queima de resíduos, com alto risco para a flora, considerando-se tratar de área de proteção ambiental. Não se têm notícias de iniciativas de coleta seletiva na região.

A região dos núcleos de Maromba, Maringá e Visconde de Mauá, estendendo-se até Bocaina de Minas, configuram o caso típico de situação no qual se torna essencial a redução do lixo gerado por moradores, pousadas, hotéis e residências de temporada. Programas de reciclagem, compostagem doméstica e coleta seletiva podem tornar muito menores os custos de operação dos sistemas, por transportar menos resíduos até o aterro sanitário.

Drenagem urbana

Para o manejo das águas pluviais nesta região, apesar de sujeita a longos períodos de chuva com grande intensidade, não se configuram riscos mais graves às questões de drenagem urbana, mormente pelo fato de que a topografia faz com que todas as águas de chuva percorram as vertentes que conduzem ao rio Preto. Em

período de cheias deste, há alguns pontos de alagamento junto à rodovia e estradas vicinais, porém as faixas de matas ciliares vêm sendo objeto de fiscalização e preservação. Nesse campo, portanto, é necessário observar todas as normas ambientais que garantem a proteção da cobertura vegetal, nas encostas, nos topos de morro e nas matas ciliares. Na vila de Maringá, as devidas distâncias do rio Preto não foram preservadas, configurando-se algum risco sob fortes chuvas.

Outros aspectos de drenagem devem ser observados no projeto de pavimentação da rodovia Capelinha–Mauá, e Mauá–Maromba, evitando-se ampliação dos riscos naturais da configuração topográfica e de chuvas da região.

Cumprе frisar que os investimentos PRODETUR no território de Visconde de Mauá, no Alto Rio Preto são totalmente inseridos na APA da Serra da Mantiqueira. Assim sendo, deverão ser consideradas as capacidades e as proposições sobre as limitações do suporte territorial e natural, incluindo o conjunto de vilas citadas, cujos crescimentos deverão ser limitados e estabelecidos sob condições específicas de maneira a que os problemas associados ao saneamento ambiental não se ampliem.

Incidência de doenças de veiculação hídrica

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS, neste Subpolo, Barra Mansa e Volta Redonda, os municípios mais populosos, urbanizados, e com cobertura de serviços de coleta de lixo e esgotamento sanitário dentre os mais elevados do Estado (como se pode perceber das tabelas abaixo), destacam-se também pelos piores indicadores de incidência de doenças de veiculação hídrica no Subpolo, assim como patamares especialmente elevados de leptospirose (0,057 e 0,058, respectivamente). Os demais municípios, em geral, apresentam indicadores em nível inferior que a média do PRODETUR.

Tabela 20 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Agulhas Negras

Subpolo e "Entorno"	Municípios e "Entorno"	DIARRÉIA				
		Total de casos (1996 a 2007)	taxa de mortalidade infantil por mil habitantes			
			média (ano 2000)	1996	2000	2007
Agulhas Negras	Itatiaia	5	0,017	0,047	0,000	0,000
	Resende	18	0,014	0,011	0,019	0,025
	total	23	0,015	0,017	0,015	0,020
"Entorno"	Barra Mansa	45	0,022	0,060	0,047	0,006
	Quatis	2	0,016	0,000	0,000	0,000
	Porto Real	-	ND	ND	ND	ND
	Volta Redonda	65	0,022	0,052	0,021	0,012
	total	112	0,021	0,053	0,030	0,009
Total Subpolo		135	0,020	0,045	0,027	0,012

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Tabela 21 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Agulhas Negras

Subpolo e "Entorno"	Municípios e "Entorno"	LEPTOSPIROSE				
		Total de óbitos (1995 a 2008)	taxa de morbidade por mil habitantes			
			média (ano 2000)	1996	2000	2007
Agulhas Negras	Itatiaia	5	0,014	0,000	0,040	0,000
	Resende	26	0,018	0,000	0,010	0,042
	total	31	0,017	0,000	0,015	0,033
"Entorno"	Barra Mansa	135	0,057	0,054	0,182	0,063
	Quatis	1	0,007	0,101	0,000	0,000
	Porto Real	1	0,006	0,115	0,000	0,000
	Volta Redonda	197	0,058	0,095	0,359	0,020
	total	334	0,055	0,079	0,271	0,035
Total Subpolo		365	0,046	0,062	0,213	0,035

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Acessos e Mobilidade

A atratividade dos territórios turísticos, cujas paisagens levam cada vez mais visitantes e novos residentes à região, é favorecida pela posição privilegiada entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo. A região é cortada pelo principal eixo rodoviário entre as duas capitais, a Via Dutra, BR 116. Este eixo não só facilita a circulação entre os dois estados como articula os municípios do Subpolo Agulhas Negras e seu entorno com o Subpolo Vale do Café e o restante da região do Médio Paraíba. A BR 393, Rodovia Lucio Meira, é coadjuvante neste papel de articulação, conectando municípios do Vale do Café (Volta Redonda, Barra do Piraí, Vassouras) e conduzindo ao Noroeste do estado.

Os acessos para o Vale do Rio Preto, a partir do principal eixo rodoviário do Vale do Paraíba do Sul, são feitos por diversas rodovias estaduais “diametrais”: a RJ 163 que, saindo da BR 116, leva a Visconde de Mauá, passando por Penedo (Itatiaia), pelo vale da Serrinha e pela vila da Capelinha (ambos em Resende); a RJ 161 que sai da sede de Resende, passa por Pedra Selada e vai até a Ponte do Sousa, na divisa com Minas Gerais, permitindo o acesso ao município de Bocaina de Minas; a RJ 159, que sai da localidade de Floriano (em Porto Real), na BR 116, passa pela sede municipal de Porto Real, segue próximo à sede de Quatis, passa pela vila de Falcão (Quatis) e vai até a Ponte da Zelinda (Resende), na divisa com Minas Gerais, permitindo acesso aos municípios mineiros de Carlos Euler e Passa Vinte.

Dentre essas rodovias, destaca-se a RJ 163, que é a mais utilizada pelos visitantes que demandam aos vales da Serrinha e do Rio Preto e em cujo percurso vislumbram-se paisagens de rara beleza. Apesar de apresentar um traçado tortuoso sobre as duas vertentes serranas, tanto no vale do Paraíba como no vale do Rio Preto, a presença de inúmeros pontos de mirantes e a preservação das matas das encostas justifica a proposta de transformá-la em estrada-parque.

Há ainda outras duas rodovias que cumprem função “diametral”: a BR 354 que, saindo da Via Dutra na cidade de Engenheiro Passos (Resende), segue junto à divisa com o Estado de São Paulo e segue em direção ao sul do Estado de Minas Gerais; a BR 485 que parte da BR 116 junto à sede municipal de Itatiaia, sobe o Parque Nacional até próximo do Pico das Agulhas Negras e segue em direção ao Estado de

Minas Gerais, dentro do município de Resende, encontrando-se com a BR 354 já em território mineiro.

Uma das mais importantes rodovias da região é a RJ 151 que, além de dar acesso aos núcleos de Maromba, Maringá e Visconde de Mauá, a partir da RJ 163, percorre todo o Vale do Rio do Preto, próximo à margem direita do curso d'água, atravessando os municípios de Resende, Quatis, Valença, Rio das Flores e Paraíba do Sul. A rodovia estende-se por 185 km, ao longo dos limites com o Estado de Minas Gerais, até o município de Comendador Levy Gasparian, onde o Rio Preto desemboca no Rio Paraibuna. A RJ 151 ainda não está totalmente implantada, sendo interrompida em alguns trechos nos municípios de Resende, Quatis e Valença. Quando completada, integrará o circuito externo dos territórios dos Subpolos Agulhas Negras e do Vale do Café. É a rodovia que dá acesso à cachoeira da Fumaça, pouco conhecida dada a precariedade do trecho que passa próximo à queda d'água, que dificulta o acesso à área.

Há ainda a RJ 143 que parte da RJ 159, próximo à sede municipal de Quatis, passa pelas localidades de N.S^a. do Amparo (Volta Redonda), S. José do Turvo (Barra do Piraí), Conservatória (Valença), cruza a RJ 145, que dá acesso à sede municipal de Valença, passa pela vila de Barão de Juparanã, cruza o Rio Paraíba do Sul e vai até a sede de Vassouras. Esta rodovia longitudinal interliga a região interna do vale do Paraíba, atravessa territórios de relevo suave com pequenas colinas, onde ainda subsiste a atividade rural.

Investimentos em infraestrutura urbana

A dinâmica regional e urbana observada exige capacidade de resposta do poder público para lidar com demandas de infraestrutura urbana. Para medir essa capacidade de resposta adotamos como indicador a parcela do investimento total das prefeituras que é destinada a geração/melhoria da infraestrutura urbana.

De acordo com os dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA, Secretaria do Tesouro Nacional), neste Subpolo, as variações não foram tão acentuadas como nos demais (à exceção da Serra Verde Imperial), o município que registrou menor média anual foi Porto Real (9,2%) e o maior foi Barra Mansa (17,3%).

Tabela 22 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Agulhas Negras

Subpolo e "Entorno"	Municípios	Investimento percentual em urbanismo e saneamento							Média anual (%) 2002 a 2008
		2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
Agulhas Negras	Itatiaia	ND	ND	ND	5,2	ND	8,7	14,0	9,3
	Resende	18,8	16,8	25,1	16,0	15,3	19,7	6,2	16,9
	total	18,8	16,8	25,1	13,9	15,3	16,8	8,7	16,5
Entorno	Barra Mansa	15,7	13,1	14,7	11,3	19,8	20,6	26,1	17,3
	Quatis	3,7	7,3	5,4	7,1	19,7	5,1	22,8	10,1
	Porto Real	7,3	8,6	12,9	7,9	9,4	ND	ND	9,2
	Volta Redonda	14,0	8,6	7,7	7,7	7,3	8,9	12,0	9,5
	total	14,2	10,0	9,7	8,7	11,3	11,9	16,7	11,8
Total do Subpolo		15,1	11,3	13,3	9,9	12,2	13,1	14,9	12,9

Fonte: elaboração própria a partir de dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA), Secretaria do Tesouro Nacional

Não há informação de Itatiaia quanto ao percentual de investimento em urbanismo e saneamento dos últimos cinco anos, já que o município apenas teve suas contas aprovadas 3 dos 7 anos da série analisada, praticamente inviabilizando sua interpretação.

Resende registrou média anual elevada 16,9%, fechando a série com percentual acima da média (18,8%).

Aspectos Econômicos

Podem ser destacados como pontos fortes:

- ✓ Existência de pequenas e médias empresas na região, o que fortalece o desenvolvimento econômico local.
- ✓ Participação de empresários de turismo no processo de planejamento regional.
- ✓ Diversificação de segmentos da economia do turismo.
- ✓ Boa infraestrutura turística instalada em Penedo e na Região de Visconde de Mauá.
- ✓ Existência de programa municipal em Itatiaia voltado para redução da informalidade da atividade.
- ✓ Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Turismo de Itatiaia e Resende atuantes, foco em Visconde de Mauá.

Por outro lado, destacam-se as seguintes fragilidades:

- ✓ Sazonalidade na demanda turística.
- ✓ Carência de programa para treinamento de mão de obra.
- ✓ Alto índice de informalidade das atividades relacionadas ao turismo.

Tabela 23 – PIB 2009 no Subpolo Agulhas Negras

Municípios	PIB a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009	PIB per capita a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009
Itatiaia	657.369,65	18.477,38
Resende	5.011.075,14	38.536,36

Fonte: CEPERJ

Tabela 24 – Valor adicionado em 2009 no Agulhas Negras

Municípios	Administração Pública (1000 R\$)	Agropecuária (1000 R\$)	Indústria (1000 R\$)	Serviços (1000 R\$)	Valor Total (1000 R\$)
Itatiaia	128.653,67	2.929,35	314.963,63	282.882,79	600.775,76
Resende	461.303,81	26.810,95	2.443.193,95	2.034.617,64	4.504.622,54

Fonte: CEPERJ

Aspectos Culturais

A região apresenta um conjunto de elementos positivos, tais como:

- ✓ Forte identificação da comunidade local com os territórios turísticos e com as marcas “Penedo” e “Visconde de Mauá”.
- ✓ Heranças materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico do território referenciado a vários momentos do processo de ocupação da região.
- ✓ Grande variedade de equipamentos e serviços turísticos.

Por outro lado, há algumas fragilidades, sendo as de maior relevância apresentadas a seguir:

- ✓ Pouca divulgação do legado cultural, à exceção da cultura finlandesa (Penedo).

- ✓ Baixa produção artesanal local; e rara produção de artesanato de raiz.
- ✓ Infraestrutura e equipamentos turísticos (públicos e privados) sem acessibilidade universal.
- ✓ Precária infraestrutura e serviços públicos de recepção e atendimento ao turista na região de Visconde de Mauá, em épocas fora da estação.
- ✓ Infraestrutura de acesso e sinalização precárias; e meios de transporte irregulares até a região de Visconde de Mauá.
- ✓ Inexistência de roteiros ou circuitos turísticos regionais integrados; de calendário de eventos; formatação de produtos turísticos; e de infraestrutura de acesso e mobilidade adequado interligando às regiões do Vale do Café e da Costa Verde.

Patrimônio Histórico e Cultural

Além das florestas e notáveis paisagens existentes na região, que integram um patrimônio natural ímpar, encontram-se nos municípios do Subpolo inúmeros bens representativos da história do vale do Paraíba, entre eles diversos edifícios públicos localizados nas sedes municipais e dezenas de imóveis rurais.

Em Resende, destacam-se como principais símbolos da cidade: a ponte Nilo Peçanha, localizada sobre o Rio Paraíba do Sul, e o edifício da Prefeitura Municipal, antiga Casa de Câmara e Cadeia de Resende, ambos tombados pelo INEPAC. A estrutura da Ponte Metálica, ou *Ponte Velha* foi pré-fabricada da Bélgica, sendo trazida da Europa em navio. Sua construção foi iniciada no final do século XIX e inaugurada em 1905 pelo então Presidente Nilo Peçanha. A antiga Casa de Câmara e Cadeia de Resende foi construída a partir de 1824, juntamente com as obras iniciais da cadeia, com recursos doados pela população, e inaugurada em 1854. Hoje, abriga a sede da Fundação Casa da Cultura Macedo Miranda.

Outros 60 bens de interesse cultural, localizados na sede e em seus distritos, são tombados pelo Patrimônio Histórico Municipal. No Centro Histórico há a rua XV de Novembro – antiga Rua Direita, que é uma das vias mais antigas da cidade, mantendo parte de suas feições originais. O Mercado Municipal e a Estação Ferroviária também são símbolos históricos de Resende. Dentre os exemplares da arquitetura religiosa estão a Igreja Matriz de N^a. S^a da Conceição (construída entre

1756 e 1813 e reconstruída em 1945, após incêndio), a Igreja do Rosário (1825) e a Igreja dos Passos (1827).

Como bem natural de excepcional beleza cênica há a Cachoeira da Fumaça, localizada no Rio Negro, um dos poucos rios não poluídos no Estado, e que é formada por uma extensa e abrupta queda d'água. É Tombada pelo INEPAC.

Neste município existem diversos exemplares significativos da época do cultivo do café na região. No recente *Inventário das Fazendas Históricas do Vale do Café*, realizado sob a coordenação do INEPAC, foram identificadas oito sedes de fazendas do século XIX, dentre as quais destacamos: a Fazenda Babilônia; a Fazenda Boa Esperança (séc. XIX) situada na RJ 163, km 8, na direção de Visconde de Mauá; Fazenda do Castelo; e a Fazenda Monte Alegre, atual Santa Teresinha do Monte Alegre.

Em Barra Mansa, também no Centro Histórico, há a Sede da Câmara Municipal, que é um imponente edifício de estilo neoclássico, de meados do século XIX e a bela praça fronteira à Câmara Municipal, projetada pelo paisagista francês *Auguste Glaziou*. A Estação Ferroviária é um marco histórico no desenvolvimento da cidade, tendo sido inaugurada em 1857 pela princesa Isabel e pelo conde d'Eu. Estes três bens culturais são tombados pelo INEPAC.

O *Inventário das Fazendas Históricas do Vale do Café* levantou mais de dez sedes de fazenda em Barra Mansa, sendo a mais antiga a da Fazenda da Posse, do século XVIII. Outros exemplares importantes, todas construídas no século XIX, são: a Fazenda Bocaina, a Fazenda Sobradinho e Fazenda São José – antiga Fazenda do Turvo, todas no Distrito de Rialto; a Fazenda Ribeirão Claro, na Estrada de Santa Isabel, e a Fazenda do Sobrado, na Rodovia Presidente Dutra, km 262.

As fazendas inventariadas não foram tombadas, mas deve ser mencionado que trabalhos de inventário como os que foram realizados representam significativa contribuição à preservação dos bens culturais. Isto porque, o levantamento e o registro de suas características e a publicização de sua existência, constituem medida acauteladora de proteção, conforme estabelece nossa Constituição Federal.

Com relação à preservação das florestas, não apenas o Parque Nacional do Itatiaia e a Área de Proteção Ambiental de Mantiqueira protegem a cobertura vegetal existente nos municípios da Região. Há ainda a proteção dos remanescentes da Serra do Mar e Mata Atlântica, efetivada através do tombamento realizado pelo INEPAC. Este tombamento, justificado pelos atributos naturais e culturais das matas, se estende por quase todo o Estado do Rio de Janeiro, abrangendo parte do território de 38 municípios fluminenses.

Herança cultural – patrimônio imaterial

O Jongo e o Caxambu, danças de terreiro de origem africana que, integram o conjunto das formas de samba no Brasil, estão presentes na região. A presença mais marcante dessa notável expressão da população quilombola encontra-se no município de Valença, como veremos adiante.

Há registros de que, em Barra Mansa, uma família de pescadores promove há quase 50 anos uma festa em homenagem a Nossa Senhora Aparecida, que tem como ponto culminante uma procissão de canoas no Rio Paraíba do Sul.

Dentre as festas religiosas mais celebradas no subpolo está a de N. Sa. da Conceição, que ocorre no início dos meses de dezembro. É a padroeira de Resende e sob cuja invocação está a Igreja Matriz da cidade.

Principais Núcleos Urbanos

- . Sedes Municipais; Penedo (Itatiaia); Maringá e Maromba (Itatiaia); Visconde de Mauá e Falcão (Resende).
- . Outros núcleos: Serrinha, Capelinha, Pedra Selada, Campo Alegre, Fumaça e Jacuba (Resende).

Paisagens Notáveis

Nas matas preservadas da APA da Mantiqueira, criada em 1985, integrada por parte dos territórios dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, encontram-se:

- . Parque Nacional (Parna) de Itatiaia, que é o primeiro parque nacional criado no país (1937), cobrindo mais de 128 Km² distribuídos nos dois municípios do Subpolo. O parque foi pioneiro nas atividades de visitação pública, com a instalação de abrigos para visitantes, alguns dos quais ainda estão em funcionamento;
- . Pico das Agulhas Negras, ponto culminante da região, situado no interior do Parna, desenvolvem-se as prateleiras do maciço, cuja extraordinária paisagem, de feições quase “lunares” atrai excursionistas e pesquisadores, desde há muito tempo. Sob esse cume expandem-se as florestas que recobrem as encostas voltadas para as duas bacias hidrográficas da região;
- . A cachoeira da Fumaça é uma das mais deslumbrantes paisagens do Estado, sendo protegida pelo INEPAC como bem natural de excepcional beleza cênica. É um sítio pouco conhecido, dada a dificuldade de acesso;
- . Vale do Rio Preto e a Pedra Selada.

A Serrinha do Alambari, APA municipal que abrange a parte alta das microbacias dos rios Alambari e Pirapitinga.

Bens/conjuntos relevantes e protegidos, patrimônio imaterial.

Patrimônio Cultural:

- . Edifícios públicos históricos nas Sedes Municipais;

Imóveis rurais (arquitetura erudita e vernácula) antigas fazendas de café localizadas em alguns núcleos urbanos (Barra Mansa e Resende) e nas áreas rurais de todos os municípios da região.

No Subpolo Vale do Café

Aspectos Físicos

A figura a seguir apresenta os limites do subpolo, suas principais cidades e ligações viárias.



Figura 14 – Municípios do Subpolo Vale do Café

O Subpolo Vale do Café apresenta uma série de características correlatas ao Subpolo Agulhas Negras, no que tange à sua morfologia e ocupação ao longo do Médio Vale do Paraíba. Situado sobre o mesmo planalto encerrado entre as serras do Mar e da Mantiqueira, apresenta relevo que varia de suave colinoso a forte ondulado, mais conhecido como “mar-de-morros”.

Essa região foi historicamente explorada no limiar dos séculos XVIII e XIX, para abrigar a cultura cafeeira, ciclo de uma economia agroexportadora, que lhe rendeu um rápido e intenso desenvolvimento de povoados, cidades e grandes sesmarias, ocupadas por casarões imponentes. O turismo na região aparece vinculado a uma arquitetura histórica distribuída por um espaço preponderantemente rural, com fazendas históricas, sedes distritais, vilas, povoados e cidades pequenas, em um circuito turístico ligado às estradas que cortam a região.

A degradação ambiental da região, legado dos séculos passados quando expressivas áreas de Mata Atlântica foram devastadas para dar lugar a plantações de café, provocou erosão e esgotamento de seus solos. Atualmente, este domínio é marcado por um cenário de pastagens subaproveitadas.

O clima predominante é caracterizado por apresentar temperatura amena (média anual na faixa de 19 a 22°C) e valores médios de precipitação (entre 1300 e 1700mm), com épocas secas bastante definidas (junho–agosto). (Embrapa, 2003)

Clima, solo e recursos hídricos

Na tabela abaixo, são apresentadas informações sobre o clima, solo e recursos hídricos deste Subpolo.

Tabela 25 – Clima, solo e recursos hídricos (2010) no Subpolo Vale do Café

Municípios	Clima (Temperaturas Médias Anuais / Precipitações ***)		Solo (Geomorfologia**)	Recursos Hídricos (Regiões Hidrográficas*)
	Verão (°C) / (mm)	Inverno (°C) / (mm)		
Barra do Piraí	24º / 540 mm	15º / 80 mm	Serras Isoladas e Serras Locais de Transição, Colinas e Morros	RH III - Médio Paraíba do Sul
Rio das Flores				
Valença				
Vassouras				

Fonte: Regiões Hidrográficas, Geomorfologia, Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

* Regiões Hidrográficas segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

** Geomorfologia segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

*** Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

Expansão da área urbana

Segundo resultados de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e ZEE do Rio de Janeiro (SEA, 2007), o crescimento da mancha urbana deste Subpolo foi, no período aqui analisado, da ordem de 53%, equivalente a uma área de 10 km². Foi, como se vê, um crescimento muito modesto, com destaque para Barra do Piraí responsável por pouco mais da metade do aumento verificado (5.5 km²). Esse município, o mais urbano e industrializado do Subpolo, foi também aquele que apresentou a maior taxa de crescimento (71%) no período.

Os municípios de Valença e Vassouras também apresentaram um crescimento urbano moderado (algo como 42%), com aumento em área de 2,5 km² e 2 km², respectivamente. Estes municípios apresentam um centro histórico mais bem

preservado e são conhecidos por suas universidades que atraem estudantes de todo o médio vale do Paraíba do sul e além. O município de Rio das Flores é pouco urbanizado e praticamente não apresentou nenhum crescimento nesta última década.

Os municípios do “entorno” apresentam manchas urbanas mais amplas que o núcleo do Subpolo, correspondendo a 2% da área total do mesmo, e um ritmo de crescimento urbano no período similar aos de Valença e Vassoura (na faixa de 38% ou equivalente a 7 km²).

Tabela 26 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Vale do Café

SUBPOLO	MUNICÍPIOS		ÁREA TOTAL			ÁREA URBANA				
			Em 2007 Km2	% do Subpolo	% da Região	1994		2007		1994 a 2007
						Km2	% Total	Km2	% Total	
VALE DO CAFÉ	PRODETUR	Barra Pirai	582,3	20,09%	13,56%	7,8	1,34%	13,3	2,28%	70,51%
		Rio das Flores	478,5	16,51%	11,14%	0,5	0,10%	0,5	0,10%	0,20%
		Valença	1.301,9	44,92%	30,32%	5,9	0,45%	8,4	0,65%	42,37%
		Vassouras	535,7	18,48%	12,48%	4,9	0,91%	6,9	1,29%	40,82%
		Total Subpolo	2.898,4	100,00%	67,51%	19,1	0,66%	29,1	0,10%	52,36%
	TOTAL DA REGIÃO		4.293,5			37,6	0,88%	54,7	0,65%	45,48%
	Entorno	Total Entorno	1.395,1	100,00%	32,49%	18,5	1,33%	25,6	1,83%	38,38%
		Eng. Paulo de Fontin	140,9	10,10%	3,28%					
		Mendes	96,2	6,90%	2,24%					
		Miguel Pereira	289,1	20,72%	6,73%					
		Paty do Alferes	295,5	21,18%	6,88%					
		Pinheiral	81,8	5,86%	1,91%					
		Pirai	491,6	35,24%	11,45%					

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico - Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007)

Vulnerabilidade urbana

Não obstante o quadro satisfatório de drenagem verificado no Vale do Café, o CBMERJ registrou os seguintes desastres naturais ocorridos nos municípios do Subpolo, no período 2000 – 2007, provavelmente devido à exposição muito elevada a inundações:

- . Barra do Piraí: 10 eventos de características variadas, sendo 7 inundações e 1 alagamento.
- . Rio das Flores: 3 eventos de características variadas, sendo 2 inundações.
- . Valença: 3 eventos de características variadas, sendo 2 inundações.
- . Vassouras: não sofreu nenhum tipo de alagamento ou inundação, confirmando a sua baixa exposição à inundações e a qualidade de seu sistema de drenagem.
- . Total no Subpolo – 16 eventos de características variadas, sendo 1 alagamento e 11 inundações.

Saneamento Ambiental

Abastecimento de água

Os serviços de abastecimento de água são prestados pela CEDAE em Vassouras e Barra do Piraí e pela Prefeitura Municipal, por administração direta, em Rio das Flores, todos com 100% de atendimento da população urbana. Em Valença os serviços foram recentemente concedidos à CEDAE e, por essa razão, os dados correspondentes não aparecem no SNIS 2008 e também não são disponibilizados na página da prefeitura.

Tabela 27 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Vale do Café

Município	Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN023 - Índice de atendimento urbano de água [%]	IN055 - Índice de atendimento total de água [percentual]
Vassouras	CEDAE	REGIONAL	Sociedade de economia mista	ÁGUA	100,0	89,2
Barra do Piraí	SMOAE / CEDAE	LOCAL / REGIONAL	Administração pública direta / Sociedade de economia mista	ÁGUA ESGOTO	100,0	100,0
Rio das Flores	PMRF	LOCAL	Administração pública direta	ÁGUA ESGOTO	100,0	70,5
Valença			passou recentemente à CEDAE			

Fonte: SNIS 2008

Considerando que a principal demanda de hospedagem para turismo na região ocorre em hotéis fazenda e em algumas fazendas históricas, cada uma dispendo de sistemas de abastecimento de água independentes baseados em nascentes ou poços, não se verificam momentos de “pico” de demanda ou sazonalidades que comprometem os sistemas de abastecimento nas cidades. Apenas no distrito de Conservatória essa sazonalidade é relevante.

Esgotamento sanitário

Os dados sobre esgotamento sanitário nos quatro municípios são bastante díspares e frágeis, já que não há informações sobre Valença. Os percentuais de atendimento por rede de esgotamento sanitário variam de 56% em Vassouras, a 100% em Rio das Flores. Apenas em Rio das Flores há informação sobre índice significativo de tratamento dos esgotos coletado, bem acima da média nacional e estadual. Em Valença os esgotos são lançados nos córregos que cortam a cidade e que sempre receberam também efluentes das indústrias têxteis, com total comprometimento da qualidade das águas. Em Vassouras e Barra do Piraí, os efluentes acabam lançados no rio Paraíba do Sul, sem tratamento. A despolição desse rio, que recebe grandes cargas poluidoras das inúmeras cidades e de todo o parque industrial situado ao

longo de seu leito – incluindo-se, poucos km à montante, Barra Mansa e Volta Redonda, é desafio que, há anos mobiliza os municípios e os estados que atravessa.

As estações de amostragem da Bacia do Rio Paraíba do Sul – calha principal, permitirão monitorar a qualidade das águas. Os planos de saneamento básico dos municípios estão previstos para serem desenvolvidos ao longo de 2012, em parceria entre a Secretaria Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro – SEA/RJ e o comitê de recursos hídricos da bacia do Rio Paraíba – CEIVAP.

Tabela 28 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Vale do Café

Município	Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN024 - Índice de atendimento urbano de esgoto referido aos municípios atendidos com água [%]	IN016 - Índice de tratamento de esgoto [%]
Vassouras	CEDAE	REGIONAL	Sociedade de economia mista	ÁGUA	56	s.i.
Barra do Piraí	SMOAE / CEDAE	LOCAL / REGIONAL	Administração pública direta / Sociedade de economia mista	ÁGUA ESGOTO	73,4	0,0
Rio das Flores	PMRF	LOCAL	Administração pública direta	ÁGUA ESGOTO	100,0	85,4

Fonte: SNIS 2008 – * cálculo a partir da pg. PM Vassouras

Resíduos sólidos

Dos quatro municípios, apenas Rio das Flores dispõe de unidade de triagem e compostagem, sem informar para onde seguem os rejeitos. Os outros três dispõem inadequadamente, sendo que Barra do Piraí indica ter aterro controlado – significa apenas que há recobrimento do lixo recebido, sem tratamento, isolamento ou controle de contaminação. O lixão de Vassouras está sendo remediado, com operação concomitante, com previsão de encerramento total até o final de 2011, quando os resíduos passarão a ser encaminhados ao novo aterro sanitário. Este aterro sanitário, construído pela SEBRAS e SEA, com recursos FUNASA e FECAM, tem uma célula inicial construída com vistas a atender ao município de Vassouras,

porém foi ampliado visando atender aos municípios de Vassouras, Valença, Rio das Flores e parte de Barra do Piraí, prevendo-se sua entrada em operação total até abril de 2012.

O PEGIRS - RJ já indicava como caminho para a adequada disposição final dos resíduos sólidos a formação de consórcios. Para a região estava previsto o consórcio Vale do Café I, englobando Vassouras, Valença, Rio das Flores e Barra do Piraí (Distritos Sede e Ipiabas). Este último também tem participação prevista no consórcio Sul Fluminense I, considerando os Distritos de Califórnia, Dorândia, São José do Turvo e Vargem Alegre, e que envolve os municípios de Volta Redonda e Pinheiral. O consórcio está em fase final de implantação, voltando-se inicialmente para a operação do aterro sanitário regional.

Considerando as vocações da região para o turismo e os riscos de contaminação do solo e das águas pluviais, trata-se de aspecto prioritário que vem sendo enfrentado. Além disso, verificando-se que a maior produção sazonal de resíduos ocorre de maneira dispersa, em hotéis-fazenda, é necessário verificar como são manejados e destinados os resíduos produzidos nesses locais.

Tabela 29 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Vale do Café

Municípios	Informações Gerais		RSU		
	Órgão Ambiental	Empresa de Coleta/Órgão municipal responsável	Qtd. t/dia	Área de transbordo	Destino
BARRA DO PIRAÍ	Sec. Mun. de Meio Ambiente e Agricultura	Empresa Limpatec / Secretaria de Serviços Públicos	54	N	Aterro Controlado de Barra do Piraí
RIO DAS FLORES	Secretaria do Meio Ambiente	Prefeitura	4,2	N	UTC
VALENÇA	Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente	Prefeitura / Locanty	45	N	lixão
VASSOURAS	Secretaria de Meio Ambiente	Locanty	17	N	Lixão

Fonte: Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Estado RJ. – INEA/UERJ – 2009

Drenagem urbana

Como a incidência de chuvas na região não é tão forte como em outras áreas serranas do Estado, não se verificam problemas graves quanto à drenagem urbana, apesar de deslizamentos e alagamentos pontuais e da quase inexistência total de sistemas estruturados. Rio das Flores e Conservatória são as áreas com maior incidência de chuvas e onde a questão da drenagem é mais relevante. Apenas em períodos de cheias muito fortes do rio Paraíba, suas águas atingem várias áreas de Barra do Piraí, inclusive a área central.

Incidência de doenças de veiculação hídrica

De acordo com os dados disponibilizados pela Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e o DATASUS, neste subpolo, ambos os indicadores de doenças de veiculação hídrica são registrados em níveis pouco superiores que a média do PRODETUR. A diarreia destaca-se pela redução contínua nos anos selecionados. Como se pode perceber pelos dados das tabelas abaixo, em geral nos municípios PRODETUR são registradas taxas significativamente mais elevadas do que nos municípios do “entorno”.

Tabela 30 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Vale do Café

Subpolo e "Entorno"	Municípios e "Entorno"	DIARRÉIA				
		Total de casos (1996 a 2007)	Taxa de mortalidade infantil por mil habitantes			
			Média (ano 2000)	1996	2000	2007
Vale do Café	Barra do Piraí	36	0,034	0,082	0,011	0,010
	Rio das Flores	-	ND	ND	ND	ND
	Valença	25	0,031	0,065	0,015	0,000
	Vassouras	15	0,040	0,034	0,096	0,000
	total	76	0,033	0,066	0,026	0,005
"Entorno"	Engenheiro Paulo de Frontin	1	0,007	0,000	0,000	0,000
	Mendes	1	0,005	0,000	0,000	0,000
	Miguel Pereira	4	0,014	0,050	0,000	0,000
	Paty do Alferes	4	0,013	0,045	0,000	0,000
	Piraí	2	0,008	0,042	0,045	0,000
	total	12	0,010	0,031	0,010	0,000
total subpolo		88	0,025	0,054	0,020	0,003

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Tabela 31 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Vale do Café

Subpolo e "Entorno"	Municípios e "Entorno"	LEPTOSPIROSE				
		Total de óbitos (1995 a 2008)	taxa de morbidade por mil habitantes			
			média (ano 2000)	1996	2000	2007
Vale do Café	Barra do Piraí	17	0,014	0,000	0,057	0,000
	Rio das Flores	5	0,047	0,000	0,000	0,488
	Valença	38	0,041	0,000	0,196	0,028
	Vassouras	11	0,025	0,000	0,191	0,031
	total	71	0,026	0,000	0,124	0,034
"Entorno"	Engenheiro Paulo de Frontin	4	0,023	0,000	0,000	0,000
	Mendes	3	0,012	0,000	0,000	0,000
	Miguel Pereira	1	0,003	0,000	0,000	0,000
	Paty do Alferes	2	0,006	0,045	0,000	0,000
	Piraí	10	0,032	0,000	0,091	0,124
	total	20	0,014	0,010	0,020	0,029
Total Subpolo		91	0,022	0,004	0,088	0,032

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Acessos e Mobilidade

Os principais eixos de articulação rodoviária com o Subpolo Vale do Café, levando-se em consideração sua relevância para a economia do turismo, são as BRs 116 e 393 – ambas tiveram suas operações concedidas à iniciativa privada. Os resultados dos investimentos em melhorias deverão resultar em impactos relevantes para o acesso aos destinos do subpolo e para a mobilidade intrarregional.

Da conectividade da BR 393 com a Rodovia Presidente Dutra (BR 116), e sua articulação transversal com as rodovias estaduais que cortam a região e se constituem como possíveis eixos de ligação com Minas Gerais, notadamente através da Rodovia RJ 137, que liga Conservatória a Santa Izabel do Rio Preto, e RJ 147 (Valença – Rio Preto), que continua pelo território mineiro (MG-353) em direção a Juiz de Fora, articulando-se com as Rodovias BR 267 e BR 040 (ver figura 6).

Vale também ressaltar a importância da recente pavimentação de alguns trechos da Rodovia RJ 143, estabelecendo uma rápida ligação entre Valença e Conservatória, principal destino turístico da região; as obras de pavimentação verificadas no trecho que da mesma rodovia, e que liga Quatis a Conservatória, passando por São José do Turvo, pode se tornar um ponto importante de acesso a Conservatória a partir da BR 116, especificamente no que se refere ao fluxo proveniente do Estado de São Paulo.

A Rodovia RJ 151 pode vir a se configurar como uma importante via de articulação entre os Subpolos Vale do Café e Agulhas Negras, notadamente por seu potencial turístico (acompanhando o leito do Rio Preto ao longo dos limites com o Estado de Minas Gerais). A RJ 151 ainda não está totalmente implantada, com interrupções em alguns trechos nos municípios de Resende, Quatis e Valença. Quando completada, poderá cumprir esse papel integrador.

Investimentos em infraestrutura urbana

A dinâmica regional e urbana observada exige capacidade de resposta do poder público para lidar com demandas de infraestrutura urbana. Para medir essa capacidade de resposta adotamos como indicador a parcela do investimento total das prefeituras que é destinada a geração/melhoria da infraestrutura urbana.

Segundo os dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA, Secretaria do Tesouro Nacional), nesta região verifica-se grande variação entre municípios, com os municípios do entorno apresentando média 2 p.p. acima da média dos municípios base. Valença apresentou menor média anual (3%), porém a tendência aponta crescimento nos últimos anos da série.

Rio das Flores apresentou a maior média dentre os municípios prioritários do estudo (17,5%) e também tendência de crescimento. E Engenheiro Paulo de Frontin destaca-se pela grande variação intertemporal, com percentuais variando desde 3,9% em 2005 até 26,6% em 2007.

Tabela 32 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Vale do Café

Subpolo e “Entorno”	Municípios	Investimento percentual em urbanismo e saneamento							Média anual (%) 2002 a 2008
		2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
Vale do Café	Barra do Piraí	11,7	9,7	8,1	8,1	14,4	9,2	25,0	12,3
	Rio das Flores	19,0	23,8	16,5	16,0	14,0	17,1	16,5	17,5
	Valença	7,7	4,3	5,7	9,5	ND	4,3	7,1	6,4
	Vassouras	6,2	9,3	1,6	ND	0,2	0,2	0,8	3,0
	total	9,9	10,1	6,8	10,0	8,6	6,8	12,5	9,2
Entorno	Eng. Paulo de Frontin	5,3	26,6	25,5	3,9	5,9	13,3	9,2	12,8
	Mendes	15,6	18,6	17,5	3,0	16,2	3,8	20,5	13,6
	Miguel Pereira	20,3	23,5	19,9	16,1	16,6	12,9	15,9	17,9
	Paty do Alferes	12,1	13,6	11,1	9,9	10,4	6,9	8,0	10,3
	Piraí	6,0	3,9	4,5	6,7	12,4	5,6	10,9	7,2
	total	11,1	14,3	12,7	8,1	12,6	7,7	12,0	11,2
Total do Subpolo		10,5	12,2	9,8	8,9	11,1	7,2	12,3	10,3

Fonte: elaboração própria a partir de dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA), Secretaria do Tesouro Nacional

Aspectos Econômicos

Podem ser destacados como pontos fortes:

- ✓ Investimentos na recuperação de imóveis de valor histórico, nas áreas urbanas e rurais (antigas sedes de fazenda), que se incorporaram como ativo no turismo cultural.
- ✓ Boa infraestrutura de serviços turísticos, com destaque para os hotéis–fazenda.
- ✓ Opções de hospedagens diversificadas em hotéis–fazenda (segmento de Turismo Rural, mais procurado na região).
- ✓ Turismo Cultural como alternativa econômica sustentável, econômica e socialmente, para o Vale do Café.

- ✓ Presença de Arranjo Produtivo Local (APL) de Entretenimento (1º do país) em Conservatória/Valença.

Por outro lado, destacam-se as seguintes fragilidades:

- ✓ A atividade turística não se configura como importante no contexto das atividades econômicas locais.
- ✓ Sazonalidade na demanda turística.
- ✓ Baixa participação dos empresários nas decisões do terceiro setor.
- ✓ Altos custos de conservação e dificuldades de manutenção das instalações das fazendas históricas e de seus acervos.
- ✓ Infraestrutura de atendimento precária em toda a região, em épocas fora de estações, à exceção daquelas oferecidas pelos grandes hotéis.
- ✓ Carência de produtos formatados com características comerciais.
- ✓ Falta de integração na comercialização dos destinos.
- ✓ Ausência de empresas que atuem no receptivo turístico.
- ✓ Baixa capacitação de mão de obra local para atendimento ao turista, no que diz respeito à cultura local.

Tabela 33 – PIB 2009 no Subpolo Vale do Café

Municípios	PIB a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009	PIB per capita a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009
Barra do Piraí	1.201.515,78	11.571,62
Rio das Flores	293.115,43	33.357,85
Valença	756.277,18	9.974,77
Vassouras	361.800,79	10.560,75

Fonte: CEPERJ

Tabela 34 - Valor adicionado em 2009 no Vale do Café

Municípios	Administração Pública (1000 R\$)	Agropecuária (1000 R\$)	Indústria (1000 R\$)	Serviços (1000 R\$)	Valor Total (1000 R\$)
Barra do Piraí	338.878,93	19.363,92	243.989,68	840.202,72	1.103.556,32
Rio das Flores	38.288,24	7.530,35	8.393,04	265.564,02	281.487,40
Valença	264.368,46	19.656,70	117.848,29	579.330,88	716.835,88
Vassouras	124.598,24	12.868,30	28.836,59	299.190,16	340.895,05

Fonte: CEPERJ

Aspectos Culturais

A região apresenta um conjunto de elementos positivos, tais como:

- ✓ Heranças materiais e imateriais do patrimônio histórico-cultural do território referenciadas à cultura indígena, quilombola (Quilombo São José da Serra) e ao apogeu da cultura do café no séc. XIX (núcleos urbanos, fazendas e estações ferroviárias).
- ✓ Variados ambientes urbanos e rurais de valor histórico-cultural.
- ✓ Artesanato regional com alguma influência indígena e quilombola.
- ✓ Divulgação de grupos folclóricos (Folia de Reis, o Jongo, a Capoeira, o Maculelê, a Caninha-Verde, o Calango e os Rezadores) em eventos regionais.
- ✓ Promoção dos eventos: Café, a Cachaça e Chorinho e o Festival Vale do Café[1] (8ª edição), que integram o calendário turístico anual da região; e do Festival CineMúsica (4ª edição) e de apresentações de seresta em Conservatória, que contribuem para dinamizar o turismo cultural do subpolo.
- ✓ Elaboração de estudo preliminar para implantação do Parque Nacional do Café na Fazenda Santa Mônica no distrito de Juparanã (convenio CONCICLO/Sebrae).

Por outro lado, há algumas fragilidades, sendo as de maior relevância apresentadas a seguir:

- ✓ Baixa identificação da comunidade local com a marca "Vale do Café".
- ✓ Falta de educação patrimonial de cunho histórico para valorização da identidade cultural da região.

- ✓ Falta de estímulo, orientação técnica e direcionamento comercial para incrementar o artesanato de raiz (indígena e quilombola) e a agroindústria alimentícia.
- ✓ Rede de pequenos museus (públicos e privados) sem infraestrutura e serviços adequados (ICOM/UNESCO).
- ✓ Precariedade da sinalização tanto de acesso às cidades quanto a sinalização dos roteiros turísticos e seus atrativos.
- ✓ Falta de articulação entre os meios de hospedagem rurais (hotéis-fazendas) com a cidade na promoção do turismo cultural.
- ✓ Precários serviços de recepção e atendimento ao turista na região, haja vista a boa rede de Postos de Informações Turísticas.
- ✓ Inexistência de roteiro turístico regional integrado, de caráter permanente.
- ✓ Infraestrutura e equipamentos turísticos (públicos e privados) sem acessibilidade universal.
- ✓ Precária rede de infraestrutura de acesso e mobilidade interligando a região das de Agulhas Negras e Costa Verde.

Patrimônio Histórico e Cultural

A rede de núcleos que se espalhou no médio vale do Paraíba do Sul foi condicionada, como já vimos, pelas tramas de caminhos que se consolidaram ao longo dos séculos de desbravamento e exploração das terras altas das sesmarias paulistas e mineiras. Na verdade, muitos desses caminhos já existiam antes da incursão dos colonizadores europeus, pois que eram as trilhas abertas pelos nativos e que foram batidas durante séculos, em suas perambulações entre o planalto e o litoral.

Mas é certo que a tessitura daquela trama consolidou-se com a abertura dos caminhos alternativos que facilitaram o escoamento rápido e seguro do ouro das Minas Gerais até os portos fluminenses. Os núcleos mais antigos da região formaram-se a partir dos pontos de parada e pernoite dos comboios tropeiros.

Valença

Implantada sobre sítio originalmente ocupado por aldeamentos indígenas, cercado pelas encostas da Serra dos Mascates, Valença se desenvolveu devido à cultura do

café e atingiu o apogeu no final do século XIX. Em 1823 foi reconhecida como Vila, já em 1857 era elevada à categoria de cidade e, na segunda metade do século, consolidou sua posição no Vale do Paraíba, crescendo e recebendo inúmeros melhoramentos que a tornaram uma das cidades mais bem equipadas da região. Obras de iluminação pública, ajardinamento, calçamento, água encanada e chafarizes se somaram à construção de um teatro, muitas residências e importantes edificações: o Paço Municipal, a Cadeia, a Santa Casa da Misericórdia, a conclusão das igrejas de N. S. do Rosário e da Matriz de N. S. da Glória. Dentre o variado acervo urbano ainda hoje existente, destacam-se as praças: amplas, de esmerada execução e muito arborizadas, que contaram com a participação de paisagistas renomados, como Auguste Glaziou.

Após o término do ciclo cafeeiro e da estagnação da economia, a cidade só retomou a atividade produtiva com a instalação de fábricas de tecidos e a expansão do sistema ferroviário regional, no início do século XX, reforçada em seguida pelo crescimento da produção leiteira. Essas atividades se desenvolveram ao longo do século passado, favorecendo a expansão da cidade, mas preservando seus conjuntos urbano-paisagísticos e seus mais importantes exemplares arquitetônicos. Nas últimas décadas, a produção fabril foi redirecionada e as atividades de comércio cresceram na economia local, na qual os serviços de turismo e hotelaria ganham cada vez mais destaque.

Até recentemente, todo o acervo urbano da sede municipal encontrava-se sem proteção. Em 2004, o INEPAC determinou o tombamento da maior parte do conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico do Centro Histórico de Valença. Os estudos de tombamento basearam-se no *Inventário dos Bens Culturais Imóveis de Valença*, elaborado pela Prefeitura Municipal de Valença, em consequência de Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Estadual. O tombamento compreendeu a proteção de:

- Quatorze bens tombados isoladamente (parte I); dentre os quais estão as Praça XV de Novembro e Visconde do Rio Preto; a Catedral de Nossa Senhora da Glória; a sede da Câmara Municipal, o antigo Palacete Visconde do Rio Preto; e a Santa Casa da Misericórdia.

- . Sete Conjuntos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos integrados por bens imóveis especialmente tombados e áreas de proteção da ambiência – Setores I,II,III,IV,V,VI e VII (parte II);
- . O Sítio Histórico e Paisagístico da Serra dos Mascates (parte III);
- . O Monumento Cultural Mirante do Cruzeiro (parte IV).

Fora da sede municipal, destacam-se os núcleos de Conservatória e Barão de Juparanã, que também se desenvolveram devido à expansão da cultura do café na segunda metade do século XIX Ambos abrigam significativos acervos de conjuntos urbanos e exemplares da arquitetura daquele período. Em Conservatória, considerada a capital fluminense da seresta, todo o casario do centro histórico ainda se encontra preservado, tendo como destaque a Igreja Matriz de Santo Antonio (1850 – 1868), que domina o ambiente da Praça Getúlio Vargas, e a Casa de Cultura de Conservatória (1858), vizinha à Igreja Matriz e tombada pelo INEPAC em 2001.

Barão de Juparanã, um dos Distritos de Valença, era conhecido no século XIX como Desengano e deve seu nome ao barão que foi um de seus grandes beneméritos. O termo Juparanã é de origem indígena e quer dizer, em tupi guarani, *rio grande*, referindo ao Rio Paraíba do Sul, que corta a região. Muitas fazendas foram implantadas nas margens valencianas do Rio Paraíba do Sul, sendo a de Santa Mônica uma das principais. Na sede desta fazenda faleceu o Duque de Caxias, cuja família ali viveu no período áureo do café. A Casa-sede, localizada na rodovia RJ 115 e próxima ao núcleo urbano, é um grande sobrado que pertenceu ao Marquês de Baependi cujas iniciais "MB" estão na bandeira de ferro batido da porta principal. O nome "Santa Mônica" é uma homenagem à sua esposa – Francisca Mônica – pais do Barão de Santa Mônica, sogros do Duque de Caxias. A monumental sede é tombada pelo IPHAN desde 1973 e hoje abriga instalações da EMBRAPA. Próximo ao centro do distrito encontra-se outra edificação histórica: o solar da antiga Fazenda Monte Scylene, que pertenceu a Princesa Isabel. No final da década de 1880, a princesa e o conde D'Eu criaram nesta propriedade um internato de menores que funcionou até pouco tempo. Adquirida pelo Estado a propriedade foi adaptada e transformou-se na primeira clínica pública de recuperação de dependentes químicos do interior do Estado. A estação ferroviária do núcleo de Barão de

Juparanã, inaugurada em 1865, é uma imponente obra de engenharia e, na época de sua construção, era uma das maiores e mais bem equipadas da região.

Próximo a Barão de Juparanã está o Parque Estadual da Serra da Concórdia, criado em 2002, com o objetivo de preservar o mais importante remanescente da Mata Atlântica, localizado na margem esquerda do médio Paraíba do Sul. Além da preservação, o manejo do Parque deverá restaurar a cobertura vegetal que se apresenta fragmentada e pouco uniforme, mas que abriga espécies em risco de extinção. Na Serra da Concórdia há também o Santuário de Vida Silvestre que é uma Reserva Florestal Legal criada em 1992 pelo projeto “Santuário de Vida Silvestre” da Fundação Pró-Natureza, com a finalidade de contribuir para a preservação da fauna e da flora do ecossistema da Serra da Concórdia.

Outras paisagens notáveis da região são a Serra do Cavalo Ruço e a Serra da Beleza, ambas localizadas entre Conservatória e a vila de Santa Isabel do Rio Preto. Na primeira está localizado o ponto culminante da região, o Pico do Cavalo Ruço, com 1393m de altura. Na Serra da Beleza está a conhecida Ponte dos Arcos, situada às margens do rio Prata, em um pequeno e profundo vale. Inaugurada em 1883, com a visita de D. Pedro II, prestou importantes serviços no escoamento da produção cafeeira, por onde passaram as composições da antiga Cia. Estrada de Ferro Santa Isabel do Rio Preto, e posteriormente, da Rede Mineira de Viação. Santa Isabel firmou-se como núcleo na primeira metade do século XIX, quando da expansão da cultura cafeeira no Vale do Rio Preto, inclusive devido à sua proximidade com a vila de Santa Rita de Jacutinga, já na região cafeeira de Minas Gerais. Com a queda da produção cafeeira, o gado de leite substituiu a principal atividade econômica de Santa Isabel durante o século XX, que prosperou até o início da década de 1960, quando a ferrovia paralisou suas atividades e a vila se isolou.

Vassouras

No início do século XIX, os principais caminhos que cruzavam a região eram o Caminho Novo do Tinguá, aberto em 1750, que partia do Rio de Janeiro, subia a serra do Tinguá e se conectava ao caminho de Garcia Rodrigues na Fazenda do Pau Grande; a Estrada do Comércio, finalizada em 1819, que partia do Iguazu e também

subia a serra do Tinguá, e chegava até o rio Paraíba; a estrada da Polícia, que passava pela freguesia da Sacra Família e Vassouras chegando até Valença.

A ocupação na região se deu ao longo desses caminhos. Alguns núcleos derivaram de sesmarias ou concessões de terra dadas pela Coroa Portuguesa. Outros decorreram de ranchos situados nas encruzilhadas de caminhos com maior movimentação de tropas, destinados a prover os tropeiros e seus animais de carga. Na virada do século XVIII para o século XIX, a redução da atividade de lavra nas minas atraiu uma nova população para a região, que já começava a plantar o café. Na segunda década do século XIX a cafeicultura havia se expandido e já se formavam grandes fazendas produtoras. Em 1828, a produção cafeeira no Rio é de 5.122 contos, enquanto São Paulo produzira 250 apenas contos de café em 1825.

O período áureo de Vassouras ocorre na metade do século: em 1833, Pati do Alferes perde o título de Vila para o povoado de Vassouras, que é elevada à categoria de cidade em 1857. A prosperidade trouxe para a cidade as benfeitorias do progresso urbano: nova iluminação, sistemas hidráulicos e obras de embelezamento.

O principal logradouro de Vassouras, a Praça Barão de Campo Belo, é um ambiente urbano *sui generis*, por sua implantação e configuração. A praça, que se desenvolve em aclave, já foi denominada *Praça da Matriz*, do *Comércio*, da *Concórdia* e *Aquidabã*, e é dominada pela presença da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição (1828, reformada no século XX), localizada em sua extremidade mais alta. Obra realizada ao longo de alguns anos, foi concluída em 1857, quando foram plantadas as palmeiras e construídas as calçadas das ruas ascendentes. A praça é uma referência da cidade e está tombada pelo IPHAN, desde 1958, juntamente com seu monumental chafariz. Também integram este tombamento federal: a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição; a Praça Sebastião Lacerda, com o chafariz de Dom Pedro II; a Praça Eufrásia Teixeira Leite; a Praça Cristóvão Corrêa e Castro; a Rua Barão de Tinguá, até o cemitério, inclusive, e outras ruas adjacentes (Barão de Vassouras, Barão de Capivari, Custódio Guimarães, Barão do Tinguá, Barão de Massabará e Guilherme Werneck).

O mais antigo bem protegido pelo patrimônio nacional em Vassouras é a Casa da Hera ou Chácara da Hera. Tombada em 1952 pelo então SPHAN é uma edificação

datada de 1820 e suas paredes externas são recobertas de hera. Em 1965 transformou-se em museu, que contem um rico e variado acervo de pintura, mobiliário, mapas, gravuras e vestuário do século XIX, além de uma vasta biblioteca com cerca de 3 mil periódicos e mil livros versando sobre a época do Império. Abriga o Escritório Técnico Regional do IPHAN. Há ainda a proteção sobre a Fazenda Santa Eufrásia, que inclui a casa, bosque e parque, todos tombados pelo IPHAN desde 1970.

Em Vassouras estão protegidos pelo INEPAC os seguintes bens: Solar do Barão de Massambará, tombado em 1985; e a Fazenda do Pocinho, localizada às margens do ribeirão do Pocinho, na divisa com o município de Barra do Piraí, tombada em 1979.

Outro bem de interesse histórico-cultural, a antiga Casa de Câmara e Cadeia é um dos mais belos prédios da cidade. Foi construída a partir de 1849, sendo concluída em 1874. Em 1934, a Coletoria, o Júri e a Cadeia foram transferidos para o prédio do Fórum, ficando o Paço Municipal para uso exclusivo da Prefeitura e Câmara Municipal.

Herança cultural – patrimônio imaterial

O Jongo e o Caxambu, danças de terreiro de origem africana que, segundo Édison Carneiro, integram o conjunto das formas de samba no Brasil, estão presentes na região. Um dos principais núcleos onde se pratica o jongo é o Quilombo da Fazenda de São José da Serra, localizado na Serra da Beleza, no Distrito de Santa Izabel do Rio Preto, em Valença. Instalado naquela área desde 1850, o Quilombo é hoje uma referência da cultura negra na região. Além das manifestações de música e dança, a comunidade quilombola é conhecida pela prática do sincretismo religioso, conjugando o catolicismo com a umbanda, e pelo conhecimento de ervas medicinais. Sua tradição mais recente é o artesanato de bonecas, produzidas em palha de milho, bucha vegetal e tecido reciclado.

Dentre as festas religiosas da região se destaca a de N. Sa. da Conceição, comemorada sempre no início de dezembro, principalmente em Vassouras e Pinheiral. Em Barão de Juparanã, há a tradição dos festejos de São Jorge, em 23 de

abril, com procissão acompanhada de cavaleiros. São Cristóvão é festejado em Valença, com carreatas em homenagem ao santo.

Além das festas religiosas, já se incorporou ao calendário regional o *Festival do Vale do Café*, que inclui em sua programação desde palestras, cursos de canto, de instrumentos e de gastronomia, até manifestações populares, shows e concertos em igrejas, casarões, praças e fazendas históricas. Em sua edição de 2010, o festival estendeu suas atividades a todas as cidades da região, onde artistas das mais variadas formações se apresentaram nas fazendas Florença, São Luiz da Boa Sorte, Guarita, Santo Antônio, São João da Prosperidade, Taquara, Vista Alegre, São João da Barra, Cananéia, Pao Grande, Cachoeira Grande e Chacrinha. O *Cortejo de Tradições*, que também integrou a programação, deu espaço às principais manifestações culturais das comunidades do Vale do Paraíba, como caxambus, jongos, caninhas verdes e calangueiros e as tradicionais folias de reis (www.festivalvaledocafe.com).

Ações recentes

Como já referido na parte relativa ao Subpolo Agulhas Negras, O *Inventário dos Caminhos Singulares do Café*, executado entre 2003 e 2004, e o *Inventário das Fazendas Históricas do Vale do Café*, que vem sendo realizado desde 2007, ambos sob a coordenação do INEPAC, identificaram quase duas centenas de imóveis rurais localizadas no médio Vale do Paraíba. No Subpolo Vale do Café, foram inventariadas 45 sedes de antigas fazendas, localizadas nos municípios da Área de Inventário II (Piraí, Pinheiral, Barra do Piraí, Mendes, Vassouras, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira e Paty do Alferes). Na Área de Inventário III (Valença e Rio das Flores), foram identificadas e registradas mais de 50 sedes de fazendas.

Em consequência desses inventários, em 2008 foi tombado pelo INEPAC um conjunto de doze fazendas representativas do Ciclo do Café. Em Barra do Piraí foram colocadas sob a tutela do órgão estadual as sedes das seguintes fazendas: Fazenda Espuma, em Vargem Alegre; Fazenda Ponte Alta, no Parque Santana; Fazenda Ribeirão Frio, em Dorândia; e Fazenda São Luiz da Boa Sorte, na Rodovia Lucio Meira BR 343, km 85. Esta última é das mais importantes e bem conservadas da região, sendo aberta à visitação pública e oferecendo circuitos turísticos dentro da propriedade.

Em Valença, foram protegidas as sedes das fazendas: Santa Rita, Santo Antônio do Paíol e Vista Alegre, na sede municipal; e da Fazenda São Paulo, em Conservatória. No Município de Rio das Flores foi tombada a Fazenda da Forquilha, localizada no Distrito do Abarracamento.

É de se registrar a recente conclusão do documento *Ações Estratégicas de Revitalização do Vale do Café* realizado pelo Instituto de Preservação e Desenvolvimento do Vale do Paraíba - PRESERVALE e pelo Conselho Regional de Turismo do Vale do Ciclo do Café - CONCICLO, com o patrocínio da Secretaria de Estado de Cultura e Instituto Cultural Light e o apoio do INEPAC. A elaboração do documento teve por *objetivo proporcionar uma visão em perspectiva da região (...), que possibilite a elaboração de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional, tomando por partida os patrimônios culturais e ambientais que a caracterizam*. O trabalho contém levantamentos, pesquisas e propostas de medidas e ações – de curto, médio e longo prazos, para a preservação / revitalização do patrimônio histórico-cultural e para a promoção do turismo cultural no Vale do Paraíba.

Principais Núcleos Urbanos

- . Sedes municipais; Conservatória, Santa Izabel do Rio Preto, Ipiabas, Barão de Juparanã (Valença); Barão de Vassouras (Vassouras);
- . Outros núcleos: Vargem Alegre e São José do Turvo (Barra do Piraí) Rio Bonito e Parapeúna (Valença); Taboas e Manuel Duarte (Rio das Flores); Santanésia (Piraí).

Paisagens Notáveis: Serra da Beleza; Serra da Taquara; Serra das Coroas; Represa da Light.

Bens culturais e conjuntos históricos: exemplares da arquitetura urbana (civil e religiosa) dos séculos XVIII e XIX; Imóveis rurais: antigas fazendas de café ainda existentes, localizadas em alguns núcleos urbanos e nas áreas rurais de quase todos os municípios da região.

Herança cultural, patrimônio imaterial: caxambus, jongos, caninhas verdes e calangueiros, que são danças e cantos de origem africana praticadas em diversos festejos, além das tradicionais folias de reis.

No Subpolo Serra Verde Imperial

Aspectos Físicos

A figura a seguir apresenta os limites do subpolo, suas principais cidades e ligações viárias.

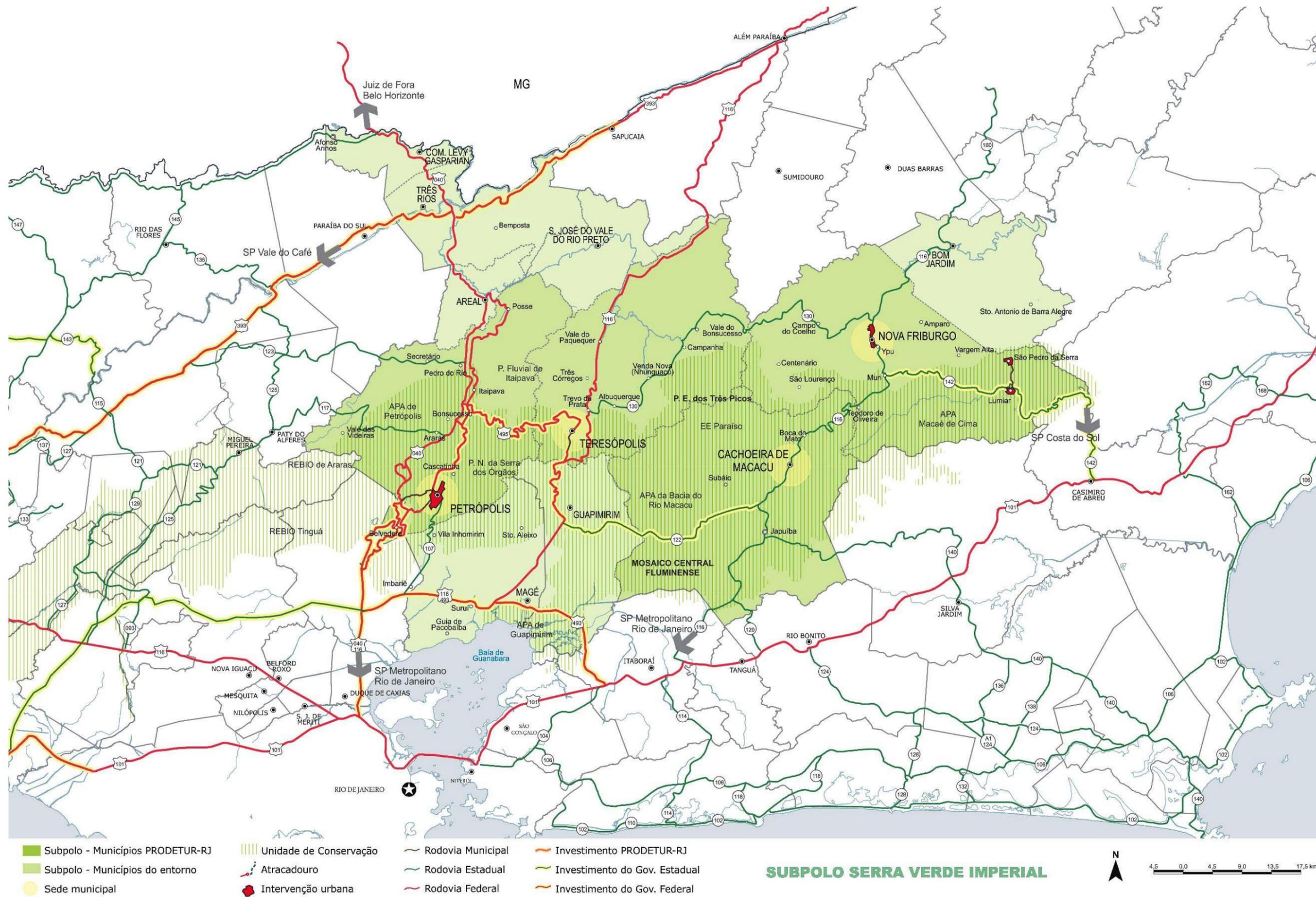


Figura 15 – Municípios do Subpoio Serra Verde Imperial

O Subpolo Serra Verde Imperial está localizado na área central do Estado do Rio de Janeiro, inserido na Serra do Mar na região de escarpamento serrano, distantes do oceano em cujo reverso observam-se algumas zonas planálticas, de relevo montanhoso, entre os municípios de Petrópolis e Nova Friburgo. Apresentam elevadas amplitudes topográfica, que acarretam sérias limitações à ocupação humana e alto potencial de ocorrência de movimentos de massa. A preservação das extensas áreas de mata atlântica deve-se, em grande parte, à criação de Unidades de Conservação.

Esta região apresenta variações climáticas, relacionadas ao efeito orográfico, tendo em vista que as altitudes variam desde o nível do mar até 2310 m. Ocorre uma acentuada amplitude térmica. As temperaturas são maiores nas cotas inferiores a 500 m, atingindo valores médios anuais de 22 a 24°C. Na medida em que se alcança altitudes mais elevadas as temperaturas vão se tornando mais amenas, culminando com médias anuais de 11 a 12°C nas posições mais altas, com a possibilidade de geadas, em altitudes acima de 1000m, onde a mínima absoluta pode ficar entre 0 e 4°C (Embrapa, 2003). As precipitações anuais variam de 1100 a 3000 mm Os maiores valores, relacionados a direção das encostas, em especial nas faces a barlavento e na cimeira das serras, com totais anuais superiores a 1600 mm, praticamente sem estiagem. O clima em geral é Subtropical de altitude de úmido a super úmido nas partes superiores a 500 m e tropical úmido a super úmido nas partes inferiores.

A ocupação da região se consolidou nas vertentes mais suaves e nos fundos de vales mais planos a partir da segunda metade do século XIX, durante o segundo império, sob forte influência da migração europeia, conferindo a algumas cidades vestígios de cenários urbano-arquitetônicos próprio daquela época. A região foi uma das áreas pioneiras para o desenvolvimento do turismo interno no estado dada a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro.

Além dos atrativos culturais, a riqueza das paisagens e a diversidade dos ambientes naturais formam um grande complexo de atrativos para o turismo ecológico e de aventura.

Clima, solo e recursos hídricos

Na tabela abaixo, são apresentadas informações sobre o clima, solo e recursos hídricos deste Subpolo.

Tabela 35 – Clima, solo e recursos hídricos (2010) no Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios	Clima (Temperaturas Médias Anuais / Precipitações ***)		Solo (Geomorfologia**)	Recursos Hídricos (Regiões Hidrográficas*)
	Verão (°C) / (mm)	Inverno (°C) / (mm)		
Cachoeiras de Macacu	26º / 540 mm	21º / 80 mm	Colinas, Morros e Serras Escarpadas	RH V - Região Hidrográfica da Baía da Guanabara
Nova Friburgo	22º / 1121 mm	12º / 317 mm	Serras Escarpadas	RH VII - Dois Rios/RH VIII - Macaé e das Ostras
Petrópolis				
Teresópolis				RH IV - Piabanha

Fonte: Regiões Hidrográficas, Geomorfologia, Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

* Regiões Hidrográficas segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

** Geomorfologia segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

*** Temperaturas Médias Anuais e Precipitações segundo os Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro – INEA – 2010

Expansão da área urbana

Segundo resultados de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e para o ZEE do Rio de Janeiro (ZEE, 2007), a taxa de crescimento urbano deste subpolo foi de 35% na última década, o equivalente a uma área de 35 km². O município *PRODETUR-RJ* de maior índice de expansão urbana no período 1994 / 2007 foi Cachoeiras de Macacu, com 53,49% (aumento de 4,6 km²). A área urbana total nos municípios *PRODETUR-RJ* correspondia em 2007 a 3,96% da superfície dos territórios (136,8 km²).

Em todas as sedes municipais observa-se um crescimento urbano desordenado nas zonas de acesso a cidade, com núcleos de favelização que poderão comprometer atividades turísticas a curto e médio prazo.

Tabela 36 – Expansão da área urbana (1994 a 2007) no Subpolo Serra Verde Imperial

SUBPOLO	MUNICIPIOS		ÁREA TOTAL			ÁREA URBANA				
			Em 2007 Km2	% do Subpolo	% da Região	1994		2007		1994 a 2007
						Km2	% Total	Km2	% Total	
SERRA IMPERIAL	PRODETUR	Cachoeiras de Macacu	955,9	27,69%	25,09%	8,6	0,90%	13,2	1,38%	53,49%
		Nova Friburgo	933,4	27,04%	24,50%	19,8	2,12%	27,4	2,94%	38,38%
		Petrópolis	792,3	22,95%	20,80%	41,4	5,23%	56,5	7,13%	36,47%
		Teresópolis	770,7	22,32%	20,23%	31,1	4,04%	39,7	5,15%	27,65%
		Total Subpolo	3.452,3	100,00%	90,61%	100,9	2,92%	136,8	3,96%	35,58%
	TOTAL REGIÃO		3.810,0							
	Total Entorno		357,7	100,00%	9,39%					
	Guapimirim		357,7							

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico - Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007)

Vulnerabilidade urbana

No período 2000 - 2007 o CBMERJ registrou 110 desastres naturais ocorridos nos municípios do Subpolo Serra Verde Imperial, dos quais 51 eventos ocorreram em Petrópolis, 38 em Teresópolis e 16 em Nova Friburgo.

Durante esses desastres naturais, a maior parte deles identificados como deslizamentos de encostas e inundações, muitos prédios foram afetados, acarretando danos físicos e causando prejuízos financeiros. Os dados registrados pelo CBMERJ no período 2000 - 2007 foram:

- . Petrópolis - 3.327 prédios afetados, envolvendo prejuízos de R\$ 45.218 milhões;
- . Teresópolis - 301 prédios afetados, envolvendo prejuízos de R\$ 17.473 milhões;

- . Nova Friburgo – 988 prédios afetados, envolvendo prejuízos de R\$ 56.164 milhões.

Em consequência dos desastres naturais acima relatados, inúmeras pessoas foram envolvidas e prejudicadas, sendo muitas afetadas, outras deslocadas de suas moradias e ainda outras feridas ou mortas. Os números apurados pelo CBMERJ entre 2000 e 2007 totalizaram para essa região: 237.313 pessoas envolvidas nesses eventos, sendo 226.192 pessoas afetadas, 10.297 pessoas deslocadas e 824 pessoas mortas ou feridas.

Os desastres naturais observados no início de 2011 foram os mais graves da história da região, com um número próximo de 1.000 mortos e milhares de desabrigados. A região, até o momento, ainda não se recuperou desses eventos extremos.

Saneamento Ambiental

Este subpolo engloba cidades implantadas em áreas bastante acidentadas, junto às escarpas da serra do Mar. Os municípios se estendem por vales, no caso de Nova Friburgo e Teresópolis, por trás da serra, em direção a áreas mais planas do interior do estado; Cachoeiras de Macacu incorporando parte das planícies contributivas da bacia da baía da Guanabara; e Petrópolis, por diversos vales espremidos ao longo dos cursos d'água entre montanhas. Por essas características de relevo, somadas à expansão urbana sem planejamento, bairros inteiros – seja de população de classe média e alta, seja de baixa renda – formais e informais, desmatam e ocupam encostas com forte declividade, muito frágeis e sujeitas a deslizamentos em todas as estações chuvosas. Os sistemas de drenagem, mesmo quando existentes, não são suficientes para conter o volume de água e os rios e córregos receptores de esgotos domésticos – também transbordam. Ano após ano, verificam-se, nos períodos de chuva, deslizamentos, com perdas de vida e de casas, fato que, como já citado, se repetiu de maneira extremamente grave no início de 2011.

Os quatro municípios são responsáveis por serviços ambientais para toda a região metropolitana do Rio de Janeiro, uma vez que as áreas encostas e de matas, que compõem um conjunto de UCs, são responsáveis por um cinturão verde e pela produção da água consumida em vários municípios.

Abastecimento de água

Teresópolis e Cachoeiras do Macacu concedem os serviços de abastecimento de água à CEDAE. Petrópolis e Nova Friburgo, que detinham tradicionais serviços municipais (o de Nova Friburgo era considerado como dos mais antigos e eficientes do país), concederam os mesmos ao setor privado, há poucos anos, ambos a empresas do grupo Águas do Brasil. Conforme indica a tabela abaixo, os índices de atendimento de água de Teresópolis (CEDAE) atingiam, em 2007, a quase a totalidade das áreas urbanas; esses índices são menores em Petrópolis e Nova Friburgo e extremamente baixos em Cachoeiras do Macacu. Tal cenário pode ser creditado ao fato da CEDAE atender apenas ao núcleo urbano do distrito-sede, enquanto que outros distritos são atendidos por sistemas isolados, pela administração local. Para Petrópolis, os dados disponibilizados e atualizados pela CAI indicam a quase universalização do atendimento: em 1998 existia uma única estação de tratamento de água – a ETA Itaipava – cujo tratamento limitava-se à cloração da água, e apenas 3% da população consumia água tratada. Registra-se que o abastecimento de água regular no município de Nova Friburgo tem sido afetado durante os longos períodos de estiagem na região, sobretudo, nas áreas mais altas.

Tabela 37 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de água no Subpolo Serra Verde Imperial

Nome Município	Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN023 - Índice de atendimento urbano de água [percentual]	IN055 - Índice de atendimento total de água [percentual]
Petrópolis	AI	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	86,0	82,8
Teresópolis	CEDAE	REGIONAL	Sociedade de economia mista com administração pública	ÁGUA	98,9	83,6
Cachoeiras de Macacu	CEDAE	REGIONAL	Sociedade de economia mista com administração pública	ÁGUA	11,0	9,3
Nova Friburgo	ANF	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	82,6	72,3

Fonte: SNIS 2008

Esgotamento sanitário

Como no caso do abastecimento de água, os serviços de esgotamento sanitário foram privatizados em Petrópolis e Nova Friburgo. As redes coletam 92% e 80% dos esgotos nos domicílios servidos por água, entretanto, apenas Petrópolis aponta índice de tratamento da ordem de 65,6% dos esgotos coletados. Nova Friburgo não traz indicadores, mas a Águas de Friburgo tem recentemente entregue trabalhos de saneamento nas vilas de Lumiar e São Pedro da Serra. Teresópolis e Cachoeiras do Macacu aparentemente concederam apenas os serviços de abastecimento de água à CEDAE e não os de esgotamento sanitário, portanto, não há indicações no SNIS nem nas páginas dos municípios.

Consideradas as características turísticas desses municípios, cortados por tantos cursos d'água, não apenas a coleta, mas o tratamento de esgotos é aspecto essencial para garantia de qualidade ambiental para a população local e atração do turismo.

Tabela 38 – Prestação dos serviços e indicadores de atendimento urbano de esgoto no Subpolo Serra Verde Imperial

Nome Município	Prestador	Abrangência Prestador	Natureza Prestador	Serviço	IN015 - Índice de coleta de esgoto [percentual]	IN016 - Índice de tratamento de esgoto [percentual]
Petrópolis	AI	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	91,9	65,6
Teresópolis	CEDAE	REGIONAL	Sociedade de economia mista com administração pública	ÁGUA		
Cachoeiras de Macacu	CEDAE	REGIONAL	Sociedade de economia mista com administração pública	ÁGUA		
Nova Friburgo	ANF	LOCAL	Empresa privada	ÁGUA E ESGOTO	80,0	0,0

Fonte: SNIS 2008

Em Petrópolis, os serviços de coleta e tratamento de esgotos estão sendo ampliados, utilizando tecnologias inovadoras: biodigestores que tratam os esgotos

de aproximadamente três mil pessoas, sem cobrança de tarifa pelo tratamento e com aproveitamento do biogás gerado pelo Biodigestor, na própria comunidade. Para construção de seus filtros são utilizados milhares de pneus e garrafas PET, acrescentando aos Biodigestores uma ação despoluidora, pois além de tratar esgotos, reutilizam resíduos altamente poluentes e que, normalmente, poderiam contribuir com enchentes e deslizamentos. A meta para 2012 é o tratamento de 85% de esgotos.

Nova Friburgo tem como projetos tratar 90% dos esgotos coletados até 2012, conforme notícia em sua página. Teresópolis e Cachoeiras do Macacu não possuem qualquer estação de tratamento de esgotos.

Resíduos sólidos

O desafio do manejo de resíduos sólidos urbanos nos municípios da Serra Verde Imperial envolve aspectos ligados à coleta, em áreas íngremes, irregulares e muitos distritos e vilas, à sazonalidade da geração, bem como ligados à questão de espaços adequados para a implantação de aterros sanitários, em função do relevo e hidrografia.

Petrópolis foi dos primeiros municípios do Estado do Rio de Janeiro a contar com aterros sanitários adequadamente estruturados, com usinas de reciclagem e compostagem associados, no início da década de 1990. Entretanto o manejo e gestão dos serviços tem tido períodos positivos e negativos, com eventuais retrocessos. O consorciamento intermunicipal para disposição final na chamada região Serrana II, incluindo Três Rios, Petrópolis, Paraíba do Sul, Com. Levy Gasparian, Sapucaia e Areal já está formado e Petrópolis passará a destinar seus resíduos sólidos urbanos, num prazo de 2 anos, para o futuro aterro regional que será construído pelo estado em Três Rios.

Teresópolis tinha lixão em péssimas condições à beira da estrada para Paraíba do Sul/Friburgo, portanto, à vista de grande parte do fluxo turístico, além das questões ambientais e de saúde pública. Este lixão já foi desativado em função da implantação de um adequado aterro sanitário consorciado, conforme previsto para a

região Serrana I, que inclui, além de Teresópolis, Carmo, São José do Vale do Rio Preto, já em operação.

Nova Friburgo dispõe no aterro controlado gerido pela empresa terceirizada de coleta. Já em Cachoeiras do Macacu o lixo coletado pela empresa é depositado no lixão de Areia Branca, passando, em breve, a ser depositado no novo aterro sanitário construído em Itaboraí, pelo setor privado.

As informações sobre coleta seletiva nesse subpolo apontam apenas para iniciativas

Tabela 39 – Manejo e disposição final de resíduos sólidos no Subpolo Serra Verde Imperial

pontuais pela COMDEP em alguns bairros de Petrópolis e para as atividades do ECO Centro da Ong PC Vida.

municípios	Informações gerais			RSU			
	Área (Km2)	Pop. 2008	Órgão Ambiental	Empresa de Coleta/Órgão municipal responsável	Qtd. t/dia	Área de transbordo	Destino
CACHOEIRAS DE MACACU		53.037	Sec. Mun. de Meio Ambiente	Thales	30		Lixão de areia Branca
NOVA FRIBURGO		177.376		EBMA	155		Aterro Controlado EBMA
PETRÓPOLIS*		306.645		CONDEP	250		aterro Pedro do Rio
TERESÓPOLIS		150.268		Prefeitura	130		ainda para AC do Fisher, mas vai AS Teresópolis

Fontes: Diagnóstico dos Resíduos Sólidos Estado RJ. – INEA/UERJ – 2009

Drenagem urbana

Como antes apontado, as condições de relevo e pluviosidade tornam a questão da drenagem – associada ao perfil da ocupação urbana e de loteamentos para turismo – bastante grave e prioritária para toda a região. A manutenção das principais linhas de drenagem, a retirada dos esgotos, o florestamento das margens de rios e encostas são aspectos essenciais para evitar os desastres reiterados observados nos quatro municípios.

Já se verificavam iniciativas locais e pontuais para remoção de famílias em áreas de risco, associadas a reflorestamento, assim como alguns projetos de maior porte para recuperação de bacias. Em Cachoeiras do Macacu, iniciativa do INEA se propõe ao replantio de mudas e fiscalização para recuperação da bacia do rio Macacu. Em Teresópolis, o reflorestamento é destacado como solução para áreas de risco.

Em Petrópolis fortes investimentos em esgotamento sanitário, estação de tratamento, drenagem e urbanização se propõem a recuperar a orla do Rio Piabanha e Santo Antônio, na região de Itaipava. Originalmente previstos para o PRODETUR-RJ, esses investimentos foram incluídos no PACII.

Contudo, os graves desastres do início de 2011 modificaram profundamente as condições de drenagem de vastas áreas da região. O governo estadual, através da SEA, do INEA e da SEOBRAS, com recursos federais e do FECAM, tem realizado enormes esforços para a recuperação dos leitos dos rios, assoreados na catástrofe, incluindo novo mapeamento das áreas e a criação de parques fluviais lineares, delimitando o novo perfil de áreas sujeitas às enchentes.

Incidência de doenças de veiculação hídrica

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS, neste Subpolo e no Vale do Café é verificado o nível mais elevado do indicador de diarreia, contudo com pouca diferença em relação a média do PRODETUR (0,025 contra 0,018). Já a leptospirose apresenta patamar bastante superior que a media do PRODETUR (0,032 contra 0,019), e é nítida a evolução negativa nos anos selecionados, crescendo seguidamente.

Petrópolis destaca-se por registrar os dois indicadores em nível mais elevado que seus vizinhos, e na leptospirose, em especial, devido ao crescimento contínuo nos anos selecionados.

Tabela 40 – Taxa de mortalidade infantil (por mil habitantes) por diarreia no Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios	DIARRÉIA				
	Total de casos (1996 a 2007)	taxa de mortalidade infantil por mil habitantes			
		Media (ano 2000)	1996	2000	2007
Nova Friburgo	54	0,026	0,018	0,017	0,017
Petrópolis	98	0,029	0,044	0,017	0,046
Teresópolis	30	0,018	0,056	0,022	0,007
total	182	0,025	0,039	0,018	0,028

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Tabela 41 – Taxa de morbidade (incidência) de leptospirose no Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios	LEPTOSPIROSE				
	Total de óbitos (1995 a 2008)	taxa de morbidade por mil habitantes			
		Media (ano 2000)	1996	2000	2007
Nova Friburgo	45	0,019	0,000	0,006	0,056
Petrópolis	193	0,048	0,037	0,059	0,085
Teresópolis	30	0,016	0,016	0,014	0,007
total	268	0,032	0,021	0,033	0,058

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ) e DATASUS

Acessos e Mobilidade

A análise inicial em relação à acessibilidade considera a região privilegiada e bastante suficiente, através de rodovias qualificadas, diametrais à metrópole de Rio de Janeiro (ver figura 8).

A acessibilidade às principais cidades de maior significado na região, como Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo, é propiciada pela rede de rodovias federais e estaduais. Como eixos radiais estruturantes destacam-se as rodovias:

- . A BR 040 – que liga o Rio de Janeiro ao Estado de Minas Gerais, passando pela Baixada Fluminense em direção ao município de Petrópolis e, em seguida, ao subpolo Caminhos Coloniais. O trecho da antiga Rio – Petrópolis foi considerada, por muito tempo, a melhor rodovia da América do Sul;
- . A BR 116 – que, a partir da litorânea BR 101, faz a ligação entre o Rio de Janeiro e os Estados do Nordeste do país, passando, no Estado do Rio de Janeiro, entre outros, pelos municípios de Guapimirim e Teresópolis, seguindo em direção ao subpolo Caminhos Coloniais. É reconhecida como a principal rodovia brasileira; e
- . A RJ 116, que se inicia na BR 101 – em Itaboraí, passando por Cachoeiras de Macacu em direção à Nova Friburgo e, em seguida, ao subpolo Caminhos da Serra. É a maior rodovia estadual do Rio de Janeiro.

Transversalmente, o território está estruturado pelas rodovias relacionadas abaixo que, no seu conjunto, compõem um corredor de grande potencial turístico para o subpolo. Esse corredor tem a virtude de articular regionalmente as principais cidades turísticas do subpolo e propiciar importante ligação das cidades e vilas lindeiras com o subpolo Costa do Sol. São elas:

- . A BR 495 que interliga as BRs 040 e 116 entre os municípios de Petrópolis (Itaipava) e Teresópolis. É conhecida como Estrada das Hortênsias, e foi, até a inauguração da BR 040 (1959), a única ligação do Rio de Janeiro a Teresópolis;
- . a RJ 130, que liga Teresópolis e Nova Friburgo, conhecida como Terê-Fri;
- . a RJ 142, conhecida também como Serramar, que estabelece ligação entre Nova Friburgo e Casimiro de Abreu. No primeiro trecho, a estrada liga os distritos de Muri e Lumiar, ambos pertencentes à Nova Friburgo; e daí segue em direção Casimiro de Abreu, passando pela APA de Macaé de Cima, no seu entroncamento com a BR 101. Foi asfaltada em 2005/06, embora não tenha tido a oportunidade de implantar o projeto típico de uma estrada-parque, conforme proposto no documento Carta de Lumiar, de 2002.

Observa-se que as ligações transversais desse subpolo com o do Vale do Café podem ser feitas por rodovias estaduais 117 e 123/492, que ainda dispõem de leitos viários pouco adequados. Essas estradas ligam a rodovia BR 040 à RJ 125, cruzando a Serra de Araras e chegando ao município de Pati do Alferes.

As estradas mais vulneráveis a acidentes naturais são a BR 495 e as RJs 116 e 142, sujeitas a recorrentes deslizamentos de encostas.

Investimentos em infraestrutura urbana

A dinâmica regional e urbana observada exige capacidade de resposta do poder público para lidar com demandas de infraestrutura urbana. Para medir essa capacidade de resposta adotamos como indicador a parcela do investimento total das prefeituras que é destinada a geração/melhoria da infraestrutura urbana.

Segundo dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA, Secretaria do Tesouro Nacional), neste Subpolo, as variações percentuais dos investimentos em infraestrutura urbana face ao total anual despendido não foram tão acentuadas, mantendo-se numa média de 10 pontos nos últimos anos. Nota-se, no entanto, que o município de Teresópolis tem se mantido bem abaixo da média. Em compensação, Petrópolis, nos últimos anos, tem ficado acima dessa média.

No último ano de 2008, Nova Friburgo registrou uma participação de 13,6% – percentual esse bem superior ao que vem ocorrendo na região.

Tabela 42 – Investimento percentual das prefeituras em infraestrutura urbana (2002 a 2008) no Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios	Investimento percentual em urbanismo e saneamento							Média anual (%) 2002 a 2008
	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	
Nova Friburgo	13,6	9,4	10,6	12,4	9,6	10,6	11,5	11,1
Petrópolis	ND	12,2	12,8	11,7	9,7	9,0	8,9	10,7
Teresópolis	7,0	6,5	8,5	7,9	11,6	8,5	6,9	8,1
total	10,2	10,1	11,2	10,9	10,1	9,2	9,1	10,1

Fonte: elaboração própria a partir de dados do relatório Finanças do Brasil (FINBRA), Secretaria do Tesouro Nacional

Aspectos Econômicos

Podem ser destacados como pontos fortes:

- ✓ Diversificação de segmentos do turismo: ecoturismo, turismo de lazer e turismo de negócios.
- ✓ Boa infraestrutura turística instalada nas sedes municipais de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo; em Itaipava e arredores; e ao longo dos circuitos turísticos consolidados.
- ✓ Presença de Arranjo Produtivo Local (APL) de Entretenimento (2º do país) em Mury, Lumiar e São Pedro da Serra, Nova Friburgo.

Por outro lado, destacam-se as seguintes fragilidades:

- ✓ Baixa articulação dos empresários do turismo com os dos outros seguimentos econômicos.
- ✓ Baixa capacitação de mão de obra local para atendimento ao turista.
- ✓ Falta de ações organizadas entre os empresários do setor para minimizar os efeitos da sazonalidade.
- ✓ Falta de integração na comercialização dos destinos.
- ✓ Pouca valorização do segmento de turismo de veraneio ou segunda residência nas políticas e programas locais.

Tabela 43 – PIB 2009 no Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios	PIB a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009	PIB per capita a Preços de Mercado (1000 R\$) 2009
Nova Friburgo	2.638.733,47	14.770,16
Petrópolis	5.831.205,12	18.504,77
Teresópolis	2.388.091,91	14.734,49

Fonte: CEPERJ

Tabela 44 – Valor adicionado em 2009 na Serra Verde Imperial

Municípios	Administração Pública (1000 R\$)	Agropecuária (1000 R\$)	Indústria (1000 R\$)	Serviços (1000 R\$)	Valor Total (1000 R\$)
Nova Friburgo	612.483,43	46.029,24	396.116,65	1.992.363,56	2.434.509,44
Petrópolis	1.099.215,09	12.838,70	1.522.039,57	3.807.184,15	5.342.062,42
Teresópolis	535.624,62	118.240,52	326.859,92	1.736.631,88	2.181.732,32

Fonte: CEPERJ

Aspectos Culturais

A região apresenta um conjunto de elementos positivos, tais como:

- ✓ Heranças materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico do território referenciado a vários momentos do processo de ocupação da região.
- ✓ Boa promoção dos destinos turísticos relacionados ao segmento cultural, notadamente no município de Petrópolis.
- ✓ Existência de novos destinos turísticos em processo de consolidação: Brejal, em Petrópolis e em Lumiar e São Pedro da Serra, em Nova Friburgo.
- ✓ Boa divulgação dos atrativos turísticos e dos principais monumentos e bens de interesse culturais municipais (Petrópolis – *Nosso Patrimônio é você*, Friburgo e Teresópolis).
- ✓ Implantação de Roteiro Turístico–Histórico Integrado de abrangência regional.
- ✓ Revitalização do Centro Histórico de Petrópolis, um dos principais atrativos da Região.

Por outro lado, há algumas fragilidades, sendo as de maior relevância apresentadas a seguir:

- ✓ Infraestrutura inadequada para promoção do turismo de negócio e de eventos.
- ✓ Precária oferta de serviços de recepção e atendimento ao turista na baixa temporada e durante a semana.

- ✓ Precária oferta de serviços e estabelecimentos ligados ao APL de entretenimento na baixa temporada e durante a semana.
- ✓ Pouca divulgação sobre a riqueza do artesanato.

Patrimônio Histórico e Cultural

Petrópolis

Petrópolis é a cidade que abriga o maior acervo de arquitetura neoclássica e eclética do estado, fora do Rio de Janeiro, sendo também o núcleo urbano com o maior número de tombamentos fora da capital. Mas a importância do patrimônio ambiental urbano da Cidade Imperial ultrapassa o mero valor intrínseco de suas edificações e monumentos. Seu mérito deve ser especialmente reconhecido pelo caráter peculiar, e ao mesmo tempo exemplar, de seu plano urbanístico. Perfeitamente amoldada à exuberante paisagem serrana da Floresta Atlântica, instalou-se, em pleno século XIX, um novo modelo de cidade, cujos valores perseguidos por seus idealizadores tinham como princípio a busca do equilíbrio entre o quadro construído e o meio natural.

Os primeiros atos de proteção da Cidade Imperial foram os tombamentos realizados pelo IPHAN do Museu Imperial (1938), do Palácio da Princesa Isabel (1939) e da Casa Encantada, antiga residência de Santos Dumont (1952). Na década de 1960 o órgão federal iniciou a preservação do acervo urbano e paisagístico da Vila Imperial, tombando o conjunto arquitetônico e urbanístico da Avenida Koeller (1964) e o conjunto da Praça da Confluência, com o Palácio de Cristal (1967).

Em 1979, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN criou comissão com o objetivo de analisar a legislação urbanística municipal e estudar a criação de instrumentos legais de âmbito local para proteger e valorizar a paisagem natural e o acervo edificado da Cidade Imperial. Em consequência, foi realizado um trabalho em parceria, envolvendo as administrações federal, estadual e municipal, denominado *Projeto Petrópolis*, sob a coordenação da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM. Dos levantamentos e estudos, realizados nos anos de 1980 e 81, resultou um inventário de bens culturais de interesse para preservação, pesquisados e identificados em

todos os distritos do município, além proposta de aperfeiçoamento da legislação urbanística local de modo a garantir o equilíbrio entre o desejado desenvolvimento da cidade e a indispensável preservação de seus patrimônios cultural e natural.

Em 1981 foi editado o Decreto Municipal nº 90/81, que regulamentou a Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo – LUPOS. Entre 1981 e 1982, IPHAN efetivou todos os tombamentos sugeridos pelo *Projeto Petrópolis*, sendo inscritos no Livro Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico: as calhas dos rios da Cidade Imperial, as vertentes florestadas, quatro conjuntos urbanos, além do Palácio Itaboraí, do Asilo do Amparo e da Fábrica São Pedro de Alcântara, juntamente com outros conjuntos urbanos e alguns bens isolados selecionados pelo próprio IPHAN. Em 1983, como decorrência das recomendações formuladas ao INEPAC pelo *Projeto Petrópolis*, o Estado do Rio de Janeiro tombou variada gama de edificações exemplares da arquitetura petropolitana, construídas no final do século XIX e início do século atual, todos localizados dentro dos limites do Plano Koeller. Os tombamentos incluíam tanto a antiga residência e a chancelaria do Barão do Rio Branco, localizadas no *Quarteirão Westfalia*, como o reservatório de águas do *Quarteirão Francês*, o centenário Hospital Santa Teresa, no *Quarteirão Ingelheim*, o eclético castelinho da Fábrica de Tecidos Santa Isabel, no *Palatinato Inferior*, além dos tradicionais Colégios Santa Isabel e D. Pedro II e o prédio dos Correios e Telégrafos, todos situados no centro da *Vila Imperial*.

As propostas encaminhadas pelo *Projeto Petrópolis* ao Município foram objeto de estudo e detalhamento pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico e Artístico, criado na ocasião em consequência do processo de preservação implementado a partir do Projeto Petrópolis. Entre os anos de 1985 e 1987, a Prefeitura de Petrópolis decretou o tombamento de varias centenas de bens imóveis, inclusive os que haviam já sido protegidos pelo IPHAN e pelo INEPAC.

No inicio da década de 1990, em consequência da mobilização de setores preservacionistas petropolitanos, preocupados com pressões dos setores imobiliários locais para que fossem destombados os bens protegidos pelo município nos anos anteriores, levou o INEPAC a efetivar, em 1991, extenso tombamento abrangendo 17 conjuntos urbano-paisagísticos e arquitetônicos que se estendem por cerca de três dezenas de ruas. Nestes conjuntos localizam-se mais de 300

imóveis, incluindo edificações notáveis, diversificado casario e estabelecimentos industriais, espalhados por quase todos os *quarteirões* do Centro Histórico. Com este ato de proteção, confirmado pelo Conselho Estadual de Tombamento no final da década, ficou garantida a preservação das paisagens natural e edificada da Cidade Imperial.

Teresópolis

Cidade de estrutura linear, implantada ao longo dos caminhos que recebiam os tropeiros vindo das Minas, não guardou testemunhos edificados de seu primeiro século de existência, a não ser sua configuração urbana original.

Dentre os registros construídos mais antigos havia a pequena capela da Várzea, na então Praça Provincial, cuja obra foi iniciada em 1855 sob a invocação de Santa Claudiana, depois Santa Teresa D'Ávila, padroeira da Paróquia e da cidade de Teresópolis. A construção da Matriz de Santa Teresa data da segunda metade do século XIX, sendo que em 1927, a capela então existente foi demolida. A Matriz foi reformada e modificada em diversos momentos do século XX, sendo a última em 1955. A Igreja pouco guarda de suas feições originais.

Mais recente, existe a edificação eclética da Praça Baltasar da Silveira, 91, construída na década de 1920 pelo então prefeito José Lino de Oliveira Leite. Já funcionou como escola – o Ginásio Teresópolis – hotel e ainda como sede de uma empresa de manutenção de aparelhos eletrônicos. Em 1987, a propriedade foi desapropriada pela Prefeitura de Teresópolis, sendo em seguida tombada pelo INEPAC, tornando-se sede da Biblioteca Municipal. Atualmente, com a denominação de Casa da Memória Arthur Dalmasso, vai abrigar o Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural de Teresópolis e a sede administrativa da Secretaria de Cultura, além de uma biblioteca.

A edificação conhecida como Palacete Granado, na Avenida Delfim Moreira, foi construída em 1913 para moradia do Sr. José Antônio Coxito Granado, que fundou a Drogaria Granado, no Rio de Janeiro, além do primeiro laboratório de análises do Rio. Na propriedade o empresário instalou uma chácara modelo, desenvolvendo a floricultura, pomicultura e, especialmente, vinhedos e plantas medicinais. Após sua

morte, em 1935, ali funcionou o Colégio Teresa Cristina (1940 a 1976), sendo hoje a sede cultural do SESC em Teresópolis, com biblioteca, espaço para artes plásticas, oficina de artes com aulas de pintura, desenho e artesanato, entre outros.

O Paço Municipal, também conhecido como Palácio Teresa Cristina, na Avenida Feliciano Sodré, foi inaugurado parcialmente na década de 1920, sendo concluído no final da década de 1950. É considerado um dos mais bonitos da cidade e já abrigou o Fórum, a Câmara Municipal e órgãos do Estado. Atualmente é a sede Administração Municipal.

O Mirante da Granja Guarani é um dos raros exemplares de arquitetura neocolonial da região, apresenta painéis de azulejaria representando cenas do romance O guarani, de José de Alencar. É um monumento tombado pelo INEPAC desde 1988.

Fora da sede municipal, na Rodovia Teresópolis – Friburgo (RJ – 130), em Venda Nova, 3º distrito, há um sobrado que foi sede de antiga fazenda de café do século XIX, hoje denominado *Sobrado José Francisco Lippi – Memória – Arte – Cultura* que abriga acervo iconográfico e documentação histórica sobre a origem da localidade de Venda Nova.

Nova Friburgo

O ecletismo étnico da antiga colônia alemã, que também se expressou na variedade de vocações funcionais da cidade neste último século, está gravado em seu acervo edificado. São variadas as manifestações de sua cultura que foram tombadas pelas diferentes instâncias da administração pública.

A união protegeu através de tombamentos do IPHAN os seguintes bens e conjuntos:

- . O Conjunto arquitetônico e paisagístico da Praça Getúlio Vargas (tombado em 1972), obra do botânico e paisagista francês *Auguste Marie Glaziou*, de final do século XIX, que visava ao mesmo tempo conferir ao logradouro especial feição paisagística e sanear uma área alagadiça ali existente.
- . O *Parque São Clemente*, assim como sua casa sede, foi propriedade do Barão de Nova Friburgo. Seus jardins também foram projetados e executados por *Auguste Marie Glaziou*, na segunda metade do século XIX. Em 1913, a propriedade foi

adquirida por Eduardo Guinle, que reformou o parque e a casa, e ampliou a área ajardinada obedecendo ao risco original. O conjunto foi tombado em 1957.

- . O *Hotel do Parque São Clemente* é obra de mestre Lucio Costa, projetado e construído em meados do século XX, utilizando materiais rústicos da região, mas adotando uma linguagem modernista. Está tombado desde 1985.
- . A maior parte dos tombamentos de bens e conjuntos de interesse histórico-cultural em Nova Friburgo foram efetivados pelo INEPAC, nas últimas três décadas.
- . A antiga Estação Ferroviária da Leopoldina Railway, que hoje abriga a sede da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, na Avenida Alberto Braune (Tombamento de 1988) é uma edificação novecentista de estilo neocolonial, que foi abandonada após a erradicação do ramal ferroviário, sendo restaurada e adaptada pela administração local.
- . Câmara Municipal e Biblioteca de Nova Friburgo, foi residência urbana do Barão de Nova Friburgo, construída no século XIX diante da praça central ajardinada pelo paisagista francês *Auguste Glaziou*. A edificação, uma das mais antigas do local, tem as características da arquitetura tradicional do período imperial, com linguagem classicizante e foi tombada em 1988.
- . A Catedral Metropolitana de São João Batista, na Praça Demerval Barbosa Moreira foi erguida entre 1869 e 1870, para instalação da Diocese de Nova Friburgo, sendo dedicada à São João Batista, padroeiro da cidade. A fachada principal, de pequena testada, é fortemente marcada por torre sineira central, que lhe confere verticalidade. Também foi tombada em 1988.
- . Na Praça Demerval Barbosa Moreira existe ainda a Escola Estadual Ribeiro de Almeida. É uma edificação imponente, de arquitetura eclética do início do século XX, tombada em 1988. O gosto germânico está presente nas formas robustas e assimétricas, no telhado de grande inclinação e na imitação de madeira estrutural deixada à vista nas partes superiores.
- . Na Rua Augusto Spinelli e suas imediações há três bens notáveis, que refletem as várias culturas arquiteturas da cidade, todos tombados em 1988: a antiga residência à Rua Augusto Spinelli, nº. 154, onde funcionou a Legião Brasileira de Assistência, exemplar de arquitetura eclética, construída na fase mais do desenvolvimento industrial da cidade; o Colégio Nossa Senhora das Dores,

naquele logradouro, entre as ruas Monsenhor Miranda e Farinha Filho, que é uma edificação neoclássica de grandes dimensões e aspecto palaciano, construída na década de 1870; e a Cúria Metropolitana de Nova Friburgo, construção residencial urbana de dois pavimentos e porão habitável, com arquitetura de gosto romântico ao estilo chalé, na esquina das ruas Augusto Spinelli e Monsenhor Miranda, ocupada pela Mitra Diocesana de Nova Friburgo.

Além desses bens o INEPAC colocou sob sua tutela a Faculdade de Odontologia de Nova Friburgo – FONF da UFF; o Sanatório Naval de Nova Friburgo Localização: Avenida Governador Geremias de Matos Fontes e o Conjunto da antiga Estação Ferroviária de Rio Grandina. Localização: Riograndina, 2º distrito .

Cachoeiras de Macacu

Do período colonial de Cachoeiras de Macacu, cuja sede era o povoado de Santo Antônio de Casseribu restaram apenas as ruínas da Igreja de São José da Boa Morte, localizadas na antiga Fazenda de São José da Boa Morte, próxima à RJ 122, que foram tombadas pelo INEPAC em 1989.

Herança cultural – patrimônio imaterial

São Pedro da Serra realiza todo dia 25 de junho a tradicional festa de seu padroeiro, quando as atividades religiosas são complementadas por festejos profanos.

Ações recentes

Como uma ação proativa de ampliação e diversificação da proteção do patrimônio serrano, a Municipalidade de Nova Friburgo assumiu recentemente a tutela de dois conjuntos notáveis de bens patrimoniais: o tombamento de edificações urbanas ecléticas e o reconhecimento do Maciço da Caledônia como Monumento Natural.

O tombamento edificações ecléticas abrange um conjunto de mais de cem imóveis, de épocas diferentes e variada linguagem arquitetônica – colonial, art-déco, modernista, art nouveau e arquitetura de influência suíça, entre os quais estão casas remanescentes no entorno da Praça Getúlio Vargas, como a antiga residência do Barão de Nova Friburgo (hoje Oficina-Escola de Artes), a Casa da Cultura (antigo Fórum Júlio Zamith), o edifício Spinelli e sobrados usados por lojas, além do Hotel

São Paulo e o Colégio Nossa Senhora das Dores. Está prevista a extensão da tutela municipal a outros bens de interesse localizados nos demais núcleos distritais e na zona rural. Lumiar, São Pedro, Amparo e Salinas estão na lista. Em Salina está a Fazenda Rio Grande que é o imóvel mais antigo da região, construído no século XVIII, antes da criação da colônia de Nova Friburgo. A prefeitura pretende criar um Centro Histórico no entorno da Praça Getúlio Vargas e implementar o roteiro "Caminhos do Barão", ligando as principais propriedades remanescentes do Barão de Nova Friburgo.

O Monumento Natural Caledônia será uma Unidade de Proteção Integral de Uso Indireto, formada por um conjunto de 13 montanhas no entorno da área urbana da sede municipal, que está sendo concebida na forma estabelecida pela Lei do SNUC (Lei nº. 9.985/2000), *“o MNC terá como finalidade preservar sítios raros; singulares, de grande beleza cênica, proteger a fauna, a flora, as nascentes e os cursos d’água; garantir o equilíbrio ambiental e, por conseguinte, a segurança e a qualidade de vida da cidade situada ao seu sopé, impedindo-a de expandir-se para as impróprias áreas elevadas.”* (texto extraído do documento elaborado pela Secretaria do Meio Ambiente – Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, apresentando as justificativas para criação do Monumento Natural do Caledônia, submetido à Audiência Pública de criação do MNC).

Também no Subpolo Serra Verde Imperial cabe registro do trabalho de levantamento que está sendo executado desde 2007 pelo Instituto Cidade Viva, coordenado pelo INEPAC e sob os auspícios do Instituto Light de Desenvolvimento Urbano e Social: *Inventário das Fazendas Históricas do Vale do Café*. Entre as sedes de fazendas inventariadas até hoje, mais de duas dezenas estão localizadas na Área de Estudo V, que abrange os Municípios de Petrópolis, São Jose do Vale do Rio Preto e Sapucaia, entre elas: Fazenda Águas Claras; Fazenda Belém; Fazenda Cachoeira (antigo Sítio Cachoeira) ; Fazenda Córrego Sujo; Fazenda do Roçadinho; Fazenda Paraíso; Fazenda Santana do Alto do Pegado; Fazenda Santo Antônio da Boa Esperança e Fazenda Sant’Anna do Vale

Principais Núcleos Urbanos

- . Sedes Municipais; Itaipava, Araras, Vale das Videiras; Secretário, Correias, Posse e Brejal (Petrópolis); Muri, Lumiar e São Pedro da Serra (Friburgo).

Paisagens Notáveis

As principais paisagens notáveis podem ser apreciadas ao longo das estradas, entre as quais se destacam:

- . BR 040 – no trecho Rio – Petrópolis, de onde se observa a amplitude da baixada fluminense e as florestas protegidas pela Rebio Tinguá; e no trecho Petrópolis – Juiz de Fora, cujas margens são ladeadas por matas e escarpas rochosas da Serra das Araras, situadas no interior da APA Petrópolis;
- . BR 116 – no trecho entre Guapimirim e Teresópolis, de onde se tem a oportunidade de vislumbrar as matas formações rochosas protegidas pelo Parna Serra dos Órgãos, em especial o pico do Dedo-de-Deus, e pelo PE dos Três Picos; e, do mirante do Soberbo, a vista panorâmica do em torno da baía de Guanabara;
- . RJ 116 – no trecho entre Cachoeiras de Macacu e Muri, adentra-se em área florestada continua recortada por topografia bastante acidentada, protegida pelo PE dos Três Picos e pela APA de Macaé de Cima;
- . RJ 142 (Serramar) – entre Lumiar e Casemiro de Abreu, de onde se pode observar a Pedra Riscada e a diversidade da paisagem que ladeiam o trajeto na descida da serra, situados no interior da APA de Macaé de Cima;

RJ 130 (Terê–Fri) – de onde se pode avistar as outros compartimentos da paisagem natural da Serra do Subaio, protegida também pelo PE dos Três Picos, onde se destaca o conjunto montanhoso de formação rochosa conhecido como Mulher de Pedra e o conjunto de Três Picos, em Salinas.

Situação atual e tendências no contexto regional e local

No Subpolo Agulhas Negras

Municípios Envolvidos

Os municípios diretamente beneficiados pelos investimentos previstos no Programa são: Itatiaia e Resende. O PDTIS considera como beneficiários indiretos Porto Real e Quatis e os estudos de dinâmica regional e urbana incluíram ainda como entorno os municípios de Barra Mansa e Volta Redonda.

Tabela 45 – Área e População Residente (2007) nos Municípios do Subpolo Agulhas Negras

Municípios	Área	População Residente
Beneficiários diretos		
Itatiaia	239,8	31.185
Resende	1.093,38	118.547
Total 1	1.338,1	149.732
Beneficiários indiretos		
Barra Mansa:	547,2	255.653
Quatis	285,9	175.315
Porto Real	50,8	10.730
Volta Redonda.	182,6	12.095
Total 2	1.066,5	457.502
Total da região (1+2)	2.404,6	607.234

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ

Localizado no eixo Rio – São Paulo, o Subpolo Agulhas Negras encontra-se articulado com três grandes economias do país – Rio, São Paulo e Minas Gerais.

O fluxo turístico na região ocorre durante todo o ano. Tem nos recursos naturais e áreas preservadas seus principais atrativos turísticos. Capitaneados pela atratividade das montanhas com formações rochosas diferenciadas e do bioma Mata Atlântica, configuram-se importantes destinos com características de relevante infraestrutura turística, governanças estabelecidas, preocupações com os recursos naturais e reflexos de pioneirismo na organização local para o turismo.

Apesar da regularidade, a intensificação do fluxo turístico ocorre nos meses de inverno, em função da localização deste subpolo nas montanhas da Serra da Mantiqueira. Os recursos paisagísticos estão conservados, e se destacam aspectos culturais como a colônia finlandesa de Penedo, os sertões do Parque Nacional do Itatiaia e de outras áreas legalmente protegidas, o contato com a natureza, a rica avifauna e os hotéis-fazenda. Dessa forma dentre os perfis de turista que frequentam os subpolo estão principalmente os ecoturistas, os aventureiros, os observadores de aves e campistas, além dos apreciadores da boa cozinha e do vinho, os veranistas, os que buscam simplesmente bucolismo e descanso com a família nas fazendas e os casais.

Vale mencionar o recente crescimento do turismo de negócios e técnico-industrial, resultado da instalação na região de grandes indústrias nacionais e multinacionais, principalmente no setor automotivo. Esta e outras ofertas de desenvolvimento econômico regional trarão benefícios econômicos para o mercado turístico e devem ser motivadores de investimentos, justificando também a preocupação de um planejamento que leve em conta todas as dimensões da sustentabilidade.

Outra característica do perfil do turismo está associada aos visitantes de segunda residência, que formam um segmento sólido do turismo local. Correspondem a proprietários de imóveis localizados principalmente em Penedo, ao redor do Parque Nacional de Itatiaia e no distrito da Serrinha do Alambari (Resende).

O município de Resende se encontra entre os que serão contemplados com uma estação do trem de alta velocidade, um projeto que objetiva fazer a ligação entre as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo. Esta outra possibilidade de acesso certamente configura-se como oportunidade de atrair maior fluxo turístico para o local.

Tendências Recentes (destinos e atrativos)

Mercado consumidor:

- . Turistas Nacionais da própria Região das Agulhas Negras; de todo Estado e de outros estados, principalmente São Paulo;
- . Turistas internacionais (maioria da França e Alemanha);

- . Perfil do turista consumidor – de 25 a 60 anos.

Principais Segmentos Turísticos

- . Ecoturismo; Turismo cultural; de aventura; de negócios e eventos; rural; de lazer e descanso; científico, com presença de ornitólogos na região.

Principais Atrativos Turísticos Reconhecidos

- . Penedo e sua colônia Finlandesa (museu, Casa de Papai Noel, grupo folclórico);
- . Parque Nacional do Itatiaia, tanto em sua parte mais baixa (cachoeira, museu, fauna e flora) como em sua parte elevada (Pico das Agulhas Negras, Planalto e Prateleiras);
- . Serrinha do Alambari (*campings*, cachoeiras e pesque-pague);
- . Vila da Capelinha, com seu alambique;
- . Visconde de Mauá, Maringá, Maromba, Pedra Selada e região (vilas, cachoeiras, lagoas e restaurantes).

Novos Atrativos Turísticos

- . Cachoeira da Fumaça (Resende)
- . Núcleos rurais, como Campo Alegre, Fumaça e Falcão (Resende) e Ribeirão de São Joaquim (Quatis);

Sedes de antigas fazendas de café recentemente inventariadas pelo INEPAC, localizadas em Resende (8 sedes), Barra Mansa (13 imóveis) Quatis (2 sedes) e Volta Redonda (8).

No Subpolo Vale do Café

Municípios Envolvidos

No Subpolo Vale do Café são beneficiários diretos dos investimentos do PRODETUR-RJ os municípios de Barra do Piraí, Rio das Flores, Valença e Vassouras; e beneficiários indiretos os municípios de Eng. Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paty dos Alferes, Pinheiral e Piraí (conforme as recomendações do PDITS e a lógica adotada nesta avaliação).

Tabela 46 – Área e População Residente (2007) nos Municípios do Subpolo Vale do Café

Municípios	Área	População Residente
Beneficiários diretos		
Barra do Piraí	582,4	96.282
Rio das Flores	478,5	8.192
Valença	1.301,9	70.850
Vassouras	535,7	32.495
Total 1	2.898,5	207.819
Beneficiário indireto		
Eng. Paulo de Frontin	140,9	12.544
Mendes	96,2	17.242
Miguel Pereira	289,1	24.585
Paty dos Alferes	295,5	25.132
Pinheiral	81,8	20.885
Piraí	491,6	24.170
Total 2	1.395,1	124.558
Total do subpolo (1+2)	4.293,5	334.384

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ

A maior referência de atrativos turísticos do Subpolo Vale do Café está focada na arquitetura e nos costumes tradicionais da variada quantidade de antigas fazendas localizadas na região. Outra importante referência é cidade de Conservatória, no município de Valença. A ênfase dos atrativos da região reúne os aspectos históricos e culturais da arquitetura rural do século XIX e da música representada e apresentada durante as tradicionais serestas.

Uma forma de produção turística que também é responsável pela atração de milhares de visitantes à região, movimentando a economia nos municípios que dela fazem parte, são os eventos culturais e gastronômicos organizados regularmente a cada ano. O *Festival do Vale do Café* e o evento *Café, Cachaça e Chorinho* levam aos

palcos e às fazendas pessoas interessadas na história e na arte dos solares imperiais, na gastronomia, na música erudita, na música popular e nos aspectos culturais dos hábitos que permeiam o turismo no espaço rural.

A marca produzida pela existência dos palacetes e da economia rural do Ciclo do Café é bastante forte e possui potencial o desenvolvimento de modalidades de turismo ainda praticamente desconhecidas no Brasil, entre elas a do turismo de habitação, resultado da busca dos turistas pela experiência em pernoitar e vivenciar o modo de vida das casas e palacetes centenários, prática muito comum em alguns países da Europa.

Tendências Recentes (destinos e atrativos)

Mercado consumidor:

- . Turistas Nacionais da própria Região do Vale do Café; de todo Estado e de outros estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais;
- . Turistas internacionais (maioria da Alemanha, Japão, Itália e Portugal);
- . Perfil do turista consumidor – terceira idade e grupos familiares.

Principais Segmentos Turísticos

- . Ecoturismo; Turismo cultural; de aventura; rural; de negócios e eventos.

Principais Atrativos Turísticos Reconhecidos

- . Fazendas de Café por toda a região;
- . Centro Histórico de Valença;
- . Centro Histórico de Conservatória;
- . Morro do Cruzeiro, em Valença;
- . Parque Municipal Açude da Concórdia e Santuário da Vida Silvestre de Concórdia, Valença;
- . Estação Ferroviária de Rio das Flores;
- . Conjunto Urbanístico e Arquitetônico de Vassouras;
- . Alambiques, instalações para pesca, museus diversos e parques municipais e estaduais por toda a região.

No Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios Envolvidos

No Subpolo Serra Verde Imperial são beneficiários diretos dos investimentos do PRODETUR-RJ os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu; e beneficiário indireto o município de Guapimirim.

Tabela 4 – Área e População Residente (2007) nos Municípios do Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios	Área	População Residente
Beneficiários diretos		
Cachoeiras de Macacu	955.9	53.037
Nova Friburgo	933.4	177.376
Petrópolis	792.3	306.645
Teresópolis	770.7	150.268
Total 1	3452.3	687.326
Beneficiário indireto		
Guapimirim	357.7	44.692
Total 2	357.7	44.692
Total do subpolo (1+2)	3.810	732.018

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CEPERJ

O subpolo Serra Verde Imperial apresenta destinos turísticos importantes no contexto turístico do estado, com identidades e vocações bem definidas e reconhecidas, como a cidade Imperial de Petrópolis.

Petrópolis, como destino indutor é a que apresenta condições mais adequadas na gestão pública, a partir da Fundação de Turismo e Cultura. Teve seu Plano Diretor de Turismo atualizado em 2009, além de contar com Inventário Turístico⁸.

Em Nova Friburgo, Mury, Lumiar e São Pedro da Serra são destinos locais, tendo no público da região metropolitana do Rio de Janeiro seu principal emissor. Pesquisas de demanda encontram-se defasadas, sendo a última realizada em 2004 para o Plano de Marketing Turístico⁹, único documento considerado de planejamento pela Prefeitura. As características culturais e históricas da cidade de Nova Friburgo apresentam-se em um período de revalorização, com a retomada da vertente da colonização suíça, primeira experiência a ser realizada em solo brasileiro por ordem de D. João VI.

Teresópolis apresenta características de turismo de segunda residência, com algumas iniciativas recentes na área de eventos.

O turismo na região sofre interferências diretas das mudanças nos padrões econômicos da população da região metropolitana, tanto criando um público novo de cidades circunvizinhas, como afastando públicos tradicionais da zona sul e norte da cidade do Rio de Janeiro. Também o custo e o baixo uso das segundas residências são fatores que devem ser monitorados, embora não existam dados em nenhum dos municípios.

⁸ Em fase de finalização com recursos do MTur e do Instituto IDEIAS.

⁹ Realizado pelo Instituto IDEIAS e SEBRAE.

A questão da segurança no Grande Rio e em suas áreas de acesso afetou o perfil do turismo na região, com a diminuição no número de pernoites nos períodos de fim de semana.

Uma das dificuldades da região serrana é a sazonalidade vinculada à vocação/identidade do destino, e a ausência de eventos catalizadores que contribuam para a quebra dessa sazonalidade.

Tendências Recentes (destinos e atrativos)

Mercado consumidor

- . Turistas Nacionais da região; de todo Estado; de outros estados, principalmente São Paulo e Minas Gerais;
- . Turistas internacionais (maioria origina-se dos Estados Unidos, da Argentina, da Alemanha e França);
- . Perfil do Consumidor: terceira idade, grupos familiares, jovens entre 18 e 30 anos e estudantes.

Principais Segmentos Turísticos

- . Ecoturismo; Turismo cultural; de aventura; de negócios e eventos; rural; de saúde; gastronômico; pedagógico; e científico.

Principais Atrativos Turísticos Reconhecidos

- . Em Cachoeiras de Macacu: Circuito Pedra do Colégio.
- . Em Nova Friburgo: Centro Histórico; Teleférico de Nova Friburgo (o maior do País – 1.450 m de comprimento e 1.320 m de altura, em dois estágios); Praça das Colônias; Pico da Caledônia; Parque Ecológico do Cão Sentado; Polo de Moda Íntima; Circuito Mury, Lumiar e São Pedro da Serra; Circuito Eco – Rural Ponte Branca; Parque Nacional das Serra dos Órgãos; Circuito Terê–Fri.
- . Em Petrópolis: Museu Imperial; Museu Casa Santos Dumont; Catedral São Pedro de Alcântara; Palácio de Cristal; Palácio Quitandinha; Palácio da Princesa Isabel; Itaipava e arredores; Pousadas e Hotéis Fazenda; Circuito Eco–Rural Caminhos do Brejal; Rua Teresa, shopping a céu aberto que perpetua a tradição de indústria têxtil da cidade;

- . Em Teresópolis: Feirarte – Feira de malharias e artesanato; Parque Nacional das Serra dos Órgãos; Circuito Terê–Fri.
- . No Subpolo em geral: Parque Estadual dos Três Picos (abrangendo os municípios de Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Guapimirim e Silva Jardim).

Os Circuitos

- . Circuito Pedra do Colégio – evento, promovido pela Prefeitura de Cachoeiras de Macacu, com caminhadas pelas matas situadas nos arredores do Poço Samambaia (integra o calendário de circuitos do Anda Brasil);
- . Circuito Eco–Rural Caminhos do Brejal – localizado na Posse, distrito de Petrópolis. O Brejal é o lugar perfeito para se conhecer a diversidade do meio rural no mais pleno contato com a natureza, onde produtores rurais, haras, sítios, fazendas e pousadas abrem suas porteiras à visitação turística;
- . Circuito Terê–Fri – na rodovia RJ 130, que liga as cidades de Teresópolis e Nova Friburgo, em 68 km de lugares encantadores. Segundo os promotores o roteiro é “cenário ideal para passeios, aventuras, esportes e descobertas, brindados com a temperatura amena e agradável da região”. Acesso principal ao PE dos Três Picos, tendo como principais atrações: o Jardim do Nêgo, com suas lindas esculturas talhadas no barranco; a Mulher de Pedra e o conjunto dos Três Picos;
- . Circuito de Ecoturismo e Arte de Lumiar e São Pedro da Serra – localizado nas montanhas de Nova Friburgo, berço da colonização suíça, envolvido pela Mata Atlântica, rios e cachoeiras, o Circuito Lumiar & São Pedro da Serra oferece aos visitantes uma programação variada que envolve aventura, lazer, cultura e gastronomia;
- . Circuito Eco – Rural Ponte Branca – em meio à encantadora natureza de Nova Friburgo, o Circuito Ponte Branca disponibiliza aos visitantes de todo o mundo as delícias da vida rural em seu estado mais puro. Segundo os promotores, o circuito “é composto por um conjunto de fazendas, que abrem suas porteiras para quem deseja conhecer a vida no campo como ela é: percorrendo as propriedades no ritmo calmo da roça, admirando o requinte e o capricho das belezas naturais e das construções interioranas de um lugar que parece ter

parado no tempo”. O Circuito Ponte Branca é o primeiro circuito turístico brasileiro balizado pelo ICORD, instituto francês que incentiva o turismo rural.

Novos Atrativos Turísticos

- . Parque Estadual dos Três Picos em Cachoeiras de Macacu e em Teresópolis, no Vale da Revolta;
- . Circuito Serramar (estrada Serramar): São Pedro da Serra, Lumiar, Mury e Sana; e Circuito Caminhos do Barão, em Nova Friburgo;
- . Circuito dos demais núcleos distritais e áreas rurais – Araras; Vale das Videiras; Secretário; Correias; Posse e Brejal, em Petrópolis;
- . Parque Fluvial do Rio Piabanha em Itaipava, Petrópolis.

Síntese do processo de uso-ocupação do solo e desenvolvimento das atividades turísticas existentes na região

No Subpolo Agulhas Negras

Os primeiros habitantes da região eram os índios *Puris* – “gente miúda e mansa” em tupi, que ocupavam o vale do Paraíba, distribuídos em diversos aldeamentos. Uma das concentrações de *puris* ficava próximo ao Rio Preto, na vila da Fumaça (em Resende), até hoje chamada pelos locais de aldeia.

A região foi desbravada no período “bandeirista paulista”, sendo colonizada quando da abertura dos caminhos alternativos que facilitaram o escoamento do ouro das Minas Gerais até o litoral. Os núcleos mais antigos da região formaram-se a partir dos pontos de parada e pernoite dos comboios tropeiros.

Na virada do século XVIII para o século XIX, o esgotamento das reservas mineiras de ouro, somado à crise no mercado internacional do açúcar e à boa adaptação da cultura do café no vale do Rio Paraíba, produto que vinha apresentando grande demanda no mercado internacional, levou o novo Governo Colonial a impulsionar a lavoura no início do século XIX.

Durante o século XIX, toda a região do Vale do Paraíba do Sul desenvolveu-se com a cafeicultura, sendo que os caminhos iniciais do café aproveitaram-se da rede dos “caminhos do ouro”.

Na região de Itatiaia, que em tupi significa *penhasco cheio de pontas*, formaram-se grandes fazendas de café, como a da Cachoeira, a Itatiaia, a Belos Prados, Campo Belo, da Serra e a Fazendinha. A fazenda do Barão de Mauá (Irineu Evangelista de Souza), além de uma das maiores da região era a que tinha as matas mais preservadas, já que o Barão não dedicou as terras à cultura cafeeira. Essa propriedade corresponde à atual área do Parque Nacional do Itatiaia.

Com o avanço da ocupação do Vale do Paraíba foram abertos novos caminhos carroçáveis, estabelecendo-se uma nova rede de circulação que unia as unidades produtivas aos núcleos urbanos. Essas vias davam suporte à atividade de comercialização, levando a produção até os portos de Iguaçu e Rio de Janeiro.

Com a implantação da Estrada de Ferro D. Pedro II, na segunda metade do século XIX, foi estabelecida uma nova ordem na região em função dos aspectos de acessibilidade: Barra do Piraí passou a exercer a polarização regional, no lugar de Vassouras.

Durante o século XX, com a transformação funcional dos principais centros urbanos do Vale do Paraíba, a rede rodoviária expandiu-se, sendo implantadas novas rodovias federais e estaduais.

No Vale do Rio Preto, foi criado em 1908 o Núcleo Colonial de Visconde de Mauá, que recebeu colonos suíços e alemães e teve existência breve. Com o fim das atividades do núcleo colonial, as terras que haviam sido desapropriadas para sua instalação foram ocupadas por pecuaristas mineiros, oriundos do no planalto sul mineiro (Rio Grande) e que pouco desenvolveram a região.

Em meados do século passado, a região do Vale do Rio Preto começou a oferecer atrativos turísticos, desenvolvendo-se nos anos 80 em diante e consolidando-se nas últimas décadas, inclusive com a criação de uma identidade própria – a “marca” de Visconde de Mauá.

Próximo à Via Dutra, Penedo, antiga colônia finlandesa fundada em 1929, consolidou-se como alternativa de veraneio e segunda residência, sendo hoje muito visitada por turistas fluminenses e paulistas e frequentada cotidianamente por habitantes da própria região.

Os recursos naturais e as áreas preservadas são os principais atrativos turísticos dessa região, configurando-se em importantes destinos com características de relevante infraestrutura turística, governanças estabelecidas, preocupações com os recursos naturais e reflexos de pioneirismo na organização local para o turismo.

O fluxo turístico na região ocorre durante todo o ano, mas há uma intensificação do fluxo turístico nos meses de inverno, em função da localização deste subpolo nas montanhas da Serra da Mantiqueira. Dessa forma dentre os perfis de turista que frequentam os subpolo estão principalmente os ecoturistas, os aventureiros, os observadores de aves e campistas, além dos apreciadores da boa cozinha e do vinho, os veranistas, os que buscam simplesmente bucolismo e descanso com a família nas fazendas e os casais.

Vale mencionar o recente crescimento do turismo de negócios e técnico-industrial, resultado da instalação na região de grandes indústrias nacionais e multinacionais, principalmente no setor automotivo.

Outra característica do perfil do turismo está associada aos visitantes de segunda residência, que formam um segmento sólido do turismo local. Correspondem a proprietários de imóveis localizados principalmente em Penedo, ao redor do Parque Nacional de Itatiaia e no distrito da Serrinha do Alambari (Resende).

No Subpolo Vale do Café

A rede de núcleos que se espalhou no médio vale do Paraíba do Sul foi condicionada, como já vimos, pelas tramas de caminhos que se consolidaram ao longo dos séculos de desbravamento e exploração das terras altas das sesmarias paulistas e mineiras. Na verdade, muitos desses caminhos já existiam antes da incursão dos colonizadores europeus, pois que eram as trilhas abertas pelos nativos e que foram batidas durante séculos, em suas perambulações entre o planalto e o litoral. Mas é certo que a tessitura daquela trama consolidou-se com a abertura dos

caminhos alternativos que facilitaram o escoamento rápido e seguro do ouro das Minas Gerais até os portos fluminenses. Os núcleos mais antigos da região formaram-se a partir dos pontos de parada e pernoite dos comboios tropeiros.

Ao longo do século XVIII, necessidade de ampliar a rede de caminhos entre o Rio de Janeiro e as Minas Gerais, na direção das regiões auríferas, derrubou na prática a proibição de abertura de estradas no sertão fluminense, imposta pelo Conselho Ultramarino com a finalidade de coibir o contrabando do ouro. No início do século XVIII, Garcia Rodrigues Paes abriu o *Caminho Novo* que chegava às Minas Gerais atravessando a Serra do Mar e passando por Pati do Alferes, Paraíba do Sul e Paraibuna. Substituiu o *Caminho Velho* ou *Caminho dos Guaianás* que partia de Parati e chegava à região do ouro, via Taubaté e Guaratinguetá. Em meados daquele século foi aberto o *Caminho Novo do Tinguá* que partia do Rio de Janeiro, cruzava a Serra do Tinguá e se conectava ao caminho de Garcia Rodrigues Paes na Fazenda do Pau Grande. A partir destes, outros caminhos foram desbravados antes do término do século: o *Caminho de Bernardo Proença*, o *Caminho de Terra Firme*, o *Caminho do Comércio* e outros.

Dentre estes caminhos, um dos mais importantes para a ocupação do médio Vale do Paraíba do Sul foi o do *Comercio*, transformado em estrada no início do século XIX, com obra finalizada em 1819. Partindo de Iguaçu, transpunha a Serra do Tinguá e, em seguida, passava pelas serras de Sant'Ana, da Viúva, e da Pirahira, até atingir o rio Paraíba. Também a estrada *da Polícia* desempenhou importante papel na consolidação da região, já que passava pela freguesia da Sacra Família e Vassouras chegando até Valença. A expansão e a melhoria da rede estradas fluminenses foi impulsionada com a chegada da família real no Brasil, pois D. João VI estava determinado a transformar o estado em grande produtor e exportador e sabia ser vital o escoamento da nascente produção cafeeira no Vale do Paraíba.

A ocupação na região se deu ao longo desses caminhos. Alguns núcleos derivaram de sesmarias ou concessões de terra dadas pela Coroa Portuguesa. Outros decorreram de ranchos situados nas encruzilhadas de caminhos com maior movimentação de tropas, destinados a prover os tropeiros e seus animais de carga. Na virada do século XVIII para o século XIX, a redução da atividade de lavra nas minas atraiu uma nova população para a região, que já começava a plantar o café.

Acresce que a cafeicultura não demandava recursos de monta para obtenção do produto – plantio, colheita e beneficiamento, como ocorria na produção canavieira, facilitando a disseminação da nova cultura. Assim, nas primeiras décadas do século XIX o café já se espalhava pelas propriedades da região paraibana. Este foi o processo que levou à consolidação da rede de núcleos do Vale e promoveu sua expansão e riqueza.

Assim como as demais sesmarias da região, Valença se desenvolveu no século XIX devido à cultura do café, apesar de ter sua origem relacionada à missão de catequese dos índios Coroados, então habitantes da região juntamente com os Puris, por ordem regia de D. Maria I de Portugal (de 1789). Depois de apaziguados e reunidos em Conservatória, a sede da sesmaria foi implantada sobre sítio originalmente ocupado por aldeamentos indígenas, cercado pelas encostas da Serra dos Mascates. Em 1823 o núcleo foi reconhecido como Vila, já em 1857 era elevado à categoria de cidade e, na segunda metade do século, consolidou sua posição no Vale do Paraíba, crescendo e recebendo inúmeros melhoramentos que a tornaram uma das cidades mais bem equipadas da região. Após o declínio do ciclo cafeeiro veio a estagnação da economia. A cidade só retomou a atividade produtiva com a instalação de fábricas de tecidos e a expansão do sistema ferroviário, no início do século XX, que foi reforçada pelo crescimento da produção leiteira. Tais atividades se desenvolveram ao longo do século passado, favorecendo a expansão da cidade, mas preservando seus conjuntos urbano-paisagísticos e seus mais importantes exemplares arquitetônicos. Nas últimas décadas, a produção fabril foi redirecionada e as atividades de comércio cresceram na economia local, na qual os serviços de turismo e hotelaria ganham cada vez mais destaque.

Conservatória, um dos Distritos de Valença, é um dos locais onde os índios da região foram confinados. Segundo registros de época, uma aldeia de índios Ararís teve sua organização oficializada em 1789, durante o vice-reinado de D. Luiz de Vasconcellos, mas o aldeamento somente foi implantado em 1824. *Conservatória significa Registro dos Índios, tal qual um cartório, termo esse que até hoje é usado em Portugal* (<http://valenca.rj.gov.br/distritos>). Na sede do distrito, considerado a capital fluminense da seresta, todo o casario do centro histórico ainda se encontra preservado, tendo como destaque a Igreja Matriz de Santo Antonio (1850), que

domina o ambiente do principal logradouro da cidade, a Praça Getúlio Vargas. Atualmente, há intensa movimentação turística na região, existindo na cidade e em seu entorno grande concentração de pousadas, hotéis e hotéis-fazenda. Em 2009, Conservatória foi reconhecida como Polo Cultural, Histórico e Turístico, através da Lei estadual nº. 5.564/09,

Barão de Juparanã, outro Distrito de Valença, era conhecido no século XIX como Desengano e deve seu nome ao barão que foi um de seus grandes beneméritos. O termo Juparanã é de origem indígena e quer dizer, em tupi guarani, Rio Grande, referindo ao Rio Paraíba do Sul, que cortava a vila. Muitas fazendas foram implantadas nas margens valencianas do Rio Paraíba do Sul, sendo a de Santa Mônica uma das principais. Na sede desta fazenda faleceu o Duque de Caxias, cuja família viveu no período áureo do café. Em Barão de Juparanã ainda existe uma das maiores e mais bem equipadas estações ferroviárias da região, construída em 1865, que reflete a importância da região na época áurea da cafeicultura.

Santa Isabel do Rio Preto foi criada como curato em 1849, transformada em freguesia em 1851 e em distrito de Valença, em 1892. O núcleo e a região firmaram-se em meados do século XIX, durante a expansão da cafeicultura no Vale do Paraíba, quando foi construída a estrada *Presidente Pedreira* que conectou a então a localidade de Macacos (atual Paracambi) ao sul de Minas, passando por Conservatória, Santa Isabel e Santa Rita de Jacutinga. Como ocorreu com os demais núcleos “de passagem” para o interior, Santa Isabel prosperou como parada obrigatória para os tropeiros. No final do século XIX tornou-se um dos importantes pontos da rede de ferrovias que ligava esta região a Barra do Pirai, principal entroncamento ferroviário do Vale do Paraíba, com a inauguração, em 1889 da Estrada de Ferro Santa Isabel do Rio Preto. Após a queda da produção cafeeira, o gado fez do Distrito um dos maiores produtores de leite da região. Com a queda da produção cafeeira, o gado de leite substituiu a principal atividade econômica de Santa Isabel durante o século XX, que prosperou até o início da década de 1960, quando a ferrovia paralisou suas atividades e a vila se isolou.

A história de Vassouras está vinculada à doação da “*Sesmaria de Vassouras e Rio Bonito*” ao açoriano Francisco Rodrigues Alves, em 1782, que 10 anos após receber suas terras da Cora já tinha cafezais produzindo para consumo próprio. No início do

século XIX a cafeicultura se expandiu na região e já se formavam grandes fazendas produtoras. O maior crescimento de Vassouras ocorreu na metade do século: em 1833, Pati do Alferes perdeu o título de Vila para o povoado de Vassouras, que foi elevado à categoria de cidade em 1857. A prosperidade trouxe para a cidade as benfeitorias do progresso urbano: nova iluminação, sistemas hidráulicos, obras de embelezamento e muitas mansões urbanas e imponentes desde rurais. Por essas razões, Vassouras recebe o título de *Princesinha do Café* e pela quantidade de títulos concedidos aos seus fazendeiros é também conhecida como a *Cidade dos Barões*.

Na segunda metade do século XIX, a cidade de Vassouras viveu seu apogeu. A produção era crescente: em meados da década de 1820, o Rio de Janeiro produzia 5.122 contos de café, enquanto a produção de São Paulo mal ultrapassava 250 contos. Entre 1879 e 1884, a região ainda contribuía com cerca de 60% do total da exportação cafeeira. A partir de 1894, com a abolição da escravatura e o avanço da cafeicultura em São Paulo, a produção despencou para apenas 20% do total exportado pelo Brasil. A crise que atinge todo o Vale também paralisa as atividades econômicas em Vassouras. No século XX, o gado sustentou parte da atividade econômica do município. Nas últimas décadas, se transformou em centro universitário e desenvolveu as atividades de comércio e serviços de turismo. Em 1984, Vassouras foi declarada Estância Turística.

Pode-se dizer que Barra do Piraí surgiu em 1843, quando Antônio Gonçalves de Moraes comprou um sítio na foz do Rio Piraí com o rio Paraíba do Sul. Também proprietário da fazenda São João da Prosperidade, em Ipiabas, onde já se produzia café em abundância. Dez anos depois, o fazendeiro construiu uma ponte sobre o rio Piraí, permitindo a ocupação da outra margem, onde se instalou o povoado de São Benedito. O povoado recebia os tropeiros que traziam café e levavam víveres para as fazendas. Em posição privilegiada, junto a cursos d'água então navegáveis, era um ponto estratégico de escoamento da produção. A implantação da rede de estradas de ferro na região favoreceu a já então Barra do Piraí, que se transformou no principal entroncamento ferroviário do Vale. Em 1881, foi criada a estrada de ferro Santa Izabel do Rio Preto, depois chamada de estrada de ferro de Sapucaý, Rede Sul Mineira e, finalmente, Rede Mineira de Viação. Para viabilizar a transposição do rio,

foi construída uma ponte metálica sobre o rio Paraíba, ainda hoje existente. Tornou-se município em 1890, constituído de territórios desmembrados de Valença (Vila de Sant'Ana), de Piraí (freguesia de Barra do Piraí) e de Vassouras (Vila dos Mendes). Nesta época, o café entrava em declínio, mas o município já sediava algumas fabricas, que se beneficiavam da posição estratégica na rede de circulação regional. Esta posição perdura enquanto a Central do Brasil ali manteve seu parque ferroviário. A implantação da Rodovia Pres. Dutra e a redução do transporte ferroviário no Vale diminuíram sua importância estratégica.

Rio das Flores nasceu em torno da *Fazenda Cachoeira do Bom Sucesso*, depois *Fazenda Santa Thereza*, uma das paradas obrigatórias para os tropeiros que transitavam entre a vila de Valença e Porto das Flores, na divisa com a Província de Minas. Em 1851, foi reconhecida como curato sob a invocação de Santa Tereza, subordinada a freguesia de Nossa Senhora da Glória da Vila de Valença, e em 1855 foi elevada à categoria de freguesia. Como as demais, desenvolveu-se com a cultura do café, sendo muitas as sedes de fazendas que ainda se encontram na região. Recentemente, o município vem se desenvolvendo devido à proximidade ao novo polo industrial automotivo que está se consolidando na região.

O turismo no subpolo Vale do Café – beneficiado pela proximidade com a cidade do Rio de Janeiro, seu principal emissor de turistas, e pela passagem da rodovia Rio – São Paulo – é considerado uma atividade econômica fundamental para o desenvolvimento econômico e social da região e, em muitos casos, para a manutenção e a sobrevivência do patrimônio cultural e histórico construído no período do Ciclo do Café.

As apostas no turismo incluem a possibilidade do resgate e da fixação em bases mais sólidas e da comercialização do artesanato tradicional em cestaria, tecelagem, bordados e doces, entre outros.

No Subpolo Serra Verde Imperial

A abertura e a consolidação do *Caminho Novo* de Garcia Paes e do *Caminho Novo do Tinguá*, ocorridas no século XVIII, determinaram no século seguinte repercussões significativas na província fluminense: de um lado, o declínio de Paraty, como porta de penetração para as Minas Gerais e como porto de escoamento das riquezas

produzidas no planalto; de outro lado, o povoamento do recôncavo da Baía de Guanabara e a ocupação das Serras da Estrela, da Maria Comprida e da Mantiqueira. Já no século XIX, o *Caminho do Proença* e sua *Variante* favoreceram a ocupação da região que ia do Porto de Nossa Senhora da Estrela, no fundo da Baía da Guanabara, até o Rio Paraíba do Sul.

Os viajantes que passavam pela serra, em demanda ou retornando das Minas Gerais, faziam parada obrigatória na Fazenda do Padre Corrêa, extenso e rico latifúndio que se espalhava pelo vale do Rio Piabanha, desde a sua confluência com o Rio Itamaraty ao cume da serra dos Órgãos. O Imperador D. Pedro I, após visitá-la diversas vezes, pretendeu comprá-la, encontrando forte negativa do cônego que lhe recomendou a aquisição de propriedade situada no alto da Serra da Estrela, denominada Córrego Seco. A fazenda adquirida pelo monarca era modesta, mas implantada em paisagem privilegiada, de clima ameno e águas abundantes, abrangendo terras que iam do topo da Serra ao alto do Morro do Quissamã. Era o único ponto de abrigo para quem vencia a Serra pelo Caminho do Proença e a ela se referiam Spix e Martius em suas narrativas como um *pobre povoado localizado a 2.260 pés franceses acima do nível do mar*, onde existiam apenas uma modesta casa de habitação, dois ranchos e duas ferrarias.

Petrópolis

Nas terras da Fazenda do Córrego Seco foi implantada por ordem do jovem Imperador D. Pedro II, em meados do século XIX, a colônia agrícola e urbana de Petrópolis, um dos mais importantes feitos da política de colonização do império. Projetada, construída e administrada pelo Engenheiro-Major da Guarda Nacional Júlio Frederico Koeller, nascido e formado na Alemanha, a colônia inaugurada em 1845 apresentava peculiaridades notáveis. Seu plano urbanístico adaptava a repartição das terras agrícolas para os colonos às características do sítio, sendo os rios utilizados como vias naturais de penetração. A partir dos caminhos que os margeavam dispunham-se os “prazos” de terra. As construções eram obrigatoriamente implantadas junto aos caminhos, com o objetivo de preservar as encostas. No centro da colônia, foi implantada a Vila Imperial, estruturada em “prazos” menores e dotada de ruas pavimentadas, água encanada e outras

facilidades urbanas, ali construindo o Palácio do Imperador e a igreja matriz, em atendimento às obrigações constantes do contrato de arrendamento da fazenda.

As atividades agrícolas, entretanto, não prosperaram como previsto, pois as terras eram de má qualidade para o cultivo e muitos colonos não tinham experiência na lida do campo. Em compensação, desde a fundação da colônia desenvolveu-se o artesanato caseiro, além da atividade de extração e beneficiamento da madeira, de tal modo que no final da década de 1850 a indústria já superava a agricultura. Ao mesmo tempo em que se consolidou como centro industrial, a antiga colônia agrícola firmou-se como sede alternativa da corte imperial e recanto de veraneio da burguesia fluminense, que para lá se transferiam durante longos períodos, fugindo das condições insalubres da capital que se agravavam na época do verão. Assim, a vila desenvolveu-se e já nos últimos anos do século XIX contava com hotéis de elevado padrão, bons colégios e restaurantes, além de boa infraestrutura. Este processo permitiu o surgimento de variada arquitetura, que transitava do neoclássico puro e elegante do Palácio Imperial, do Palacete da Princesa Isabel e das casas do Barão de Ubá e do Visconde de Mauá, ou adaptado com elementos da arquitetura brasileira – como os avarandados e os alpendres – ao ecletismo, em suas diferentes expressões, aplicadas tanto em requintadas mansões como em modestas residências.

A concentração de atividades industriais foi favorecida pela abundância das águas e disponibilidade de energia, que eram na época insumos fundamentais à instalação de indústrias têxteis. No final do século XIX muitas fábricas ali se estabeleceram, sendo pioneiras a Cia. Petropolitana de Tecidos, fundada em 1873 no vale da Cascatina, e a Fábrica São Pedro Alcântara, instalada em 1890 próxima à Vila Imperial. Na primeira metade do século XX, a renovação de alguns trechos da cidade fez desaparecer parte das edificações produzidas nas décadas iniciais da colônia, acrescentando, em compensação, alguns bons exemplos da nova arquitetura que surgia.

Na década de 1940, a inauguração do hotel cassino Quitandinha impulsionou a atividade turística em Petrópolis e em toda a região, vocação que se desenvolveu na segunda metade do século XX e se consolidou nas últimas décadas. Atualmente, os

distritos abrigam inúmeras pousadas e hotéis-fazenda, sendo Itaipava uma referência de visitação, principalmente de gastronomia.

Teresópolis

A região aonde viria se estabelecer o núcleo de Teresópolis no início do século XIX também era cortada por caminhos que, vindos das Minas Gerais, desciam a serra dos Órgãos rumo ao fundo da Baía de Guanabara. Há notícias de que a região começou a ser ocupada na década de 1820, quando o português de origem inglesa George March adquiriu uma grande gleba na área onde atualmente fica do bairro do Alto, então chamado de Santo Antônio do Paquequer, e ali instalou uma fazenda. O núcleo que se formou no entorno da fazenda acompanhava o caminho, em seu percurso pelo vale. Durante a primeira metade do XIX, desenvolveu-se neste formato, impulsionado pelo crescente movimento de tropas e condicionado pela topografia.

Em 1855 o povoado foi elevado à categoria de freguesia, com a mesma denominação da localidade, sendo a freguesia alçada à condição de município em 1891, passando a denominar-se Teresópolis, quando desmembrado do município de Magé. Supõe-se que a denominação seja uma homenagem à Imperatriz Teresa Cristina que, em companhia de seu esposo D. Pedro II, conheceu a região e teria se encantado com as belezas naturais e o clima da serra.

No século XX, assumiu vocação turística, favorecida pela instalação do jogo, e transformou-se em cidade de veraneio, recebendo muitas residências temporárias e equipamentos de lazer. A proibição do jogo não reduziu sua vocação, que ainda permanece, aliada à produção agrícola. Teresópolis integra o cinturão verde do estado que produz a maior parte de hortigranjeiros consumidos na capital e no interior. Diversificou a atividade comercial e abriga uma das maiores feirinhas a céu aberto do país, onde são vendidos bens tão variados como moda feminina e infantil, móveis, bijuterias e artesanato em geral. Recentemente, foi dinamizada uma tradicional indústria de bebidas do Município, ali instalada no início do século XX em função da qualidade de suas águas.

Nova Friburgo

Toda a região serrana foi impulsionada pelas ligações ferroviárias no final do século XIX: Petrópolis conectou-se ao Rio de Janeiro em 1854 e Nova Friburgo em 1873. As novas ligações dinamizaram a economia regional, que se apoiou nas atividades dos colonos e no plantio do café. Inserida em região montanhosa que também conheceu a prosperidade do ciclo do café, Nova Friburgo teve origem semelhante à de Petrópolis, mas sua fundação ocorreu antes. Em 1818, D. João VI, decidiu estabelecer uma colônia de famílias suíças na Fazenda do Morro Queimado, em terras de Cantagalo. Além do núcleo principal que se transformou na sede municipal, estabeleceram-se outros pequenos povoados periféricos, onde ainda residem descendentes dos colonos pioneiros, como Mury, Lumiar Amparo e São Jose. Não apenas suíços chegaram à colônia, sendo que imigrantes de outras nacionalidades favoreceram o desenvolvimento dos núcleos urbanos e das propriedades rurais.

A expansão da atividade cafeeira na região favoreceu o desenvolvimento da colônia e, em 1871, Nova Friburgo foi elevada à categoria de Vila, tornando-se independente de Cantagalo, sendo poucos anos depois elevada à categoria de cidade, em 1890. Durante o século XX, tornou-se um importante centro industrial de fiação e tecelagem, especializando-se em produtos de algodão, cuja produção declinou em consequência da introdução dos fios sintéticos no mercado brasileiro. Ainda assim, o Município aproveita hoje sua tradição desenvolvendo a indústria de moda íntima que movimenta intenso comércio e impulsiona parte das atividades turísticas.

A vocação agrícola também não se perdeu, tendo a olericultura se firmado na economia local, já que Nova Friburgo também integra o *cinturão verde* de agricultura. Recentemente, registra-se o crescimento do setor secundário, em especial o setor metal mecânico. O turismo incorporou-se às demais atividades produtivas do Município, que divulga entre seus atrativos o fato de possuir uma das maiores áreas de Mata Atlântica do Brasil e oferecer variadas paisagens. A municipalidade enfatiza ainda que as áreas urbanas da cidade e as vilas ocupam apenas 4% do território, enunciando o dístico: *Nova Friburgo – Município-parque e um Parque com uma cidade dentro.*

Cachoeiras de Macacu

O primeiro povoado de Cachoeiras de Macacu instalou-se ao redor da antiga capela de Santo Antônio, então denominado Santo Antônio de Casseribu, em sítio fértil onde se cultivava mandioca, milho, cana-de-açúcar, arroz e feijão. Em 1879 o povoado foi elevado à categoria de vila com o nome de Santo Antônio de Sá, que deu origem ao município homônimo.

Em 1868, a sede foi transferida para a Freguesia de Santíssima Trindade de Sant'Ana de Macacu, posteriormente denominada Sant'Ana de Japuiba, em consequência da crise que se abateu sobre o município com o surto de febre que ocorreu entre 1831 e 1835, e dizimou parte de sua população. No final do século XIX, a chegada do ramal da estrada de ferro para Friburgo e Cantagalo impulsionou o núcleo urbano, que durante décadas sediou as oficinas da ferrovia. Com a desativação do ramal a sede perdeu importância na segunda metade do século XX, mas nas últimas décadas os Distritos de Japuiba e Papucaia se desenvolveram com atividades agropecuárias.

Recentemente, Cachoeiras de Macacu vem assumindo uma vocação relacionada à preservação das matas, em vista da extensão e exuberância das florestas existentes nas encostas da Serra dos Órgãos. Atualmente, quase todo o seu território localizado na Serra dos Órgãos está inserido no Parque Estadual dos 3 Picos, que tem sua sede no Município. Esta situação tem favorecido o crescimento de modalidades especiais de turismo, entre os quais o turismo de aventura.

A oferta turística é compatível com a demanda nos períodos de alta temporada, no caso durante os meses de inverno, e há diversidade de atrativos – culturais e naturais. Todas as cidades apresentam características de segunda residência e Cachoeiras de Macacu enquadra-se no contexto de destino de passagem, até o momento. Nenhum estudo foi identificado quanto à instalação do COMPERJ e de sua repercussão nas questões de mercado turístico.

Identificação, caracterização e mapeamento dos empreendimentos turísticos, considerando aspectos ambientais e sociais

No Subpolo Agulhas Negras

Infraestrutura e Produtos Turísticos

Apesar do Subpolo contar com um conjunto expressivo de atrativos e uma estrutura hoteleira e gastronômica razoável, apresenta deficiências na formação dos produtos turísticos e da infraestrutura de apoio. Esses problemas estão assentados no elevado grau de informalidade dos empreendimentos de hotelaria e alimentação e na inexistência de agências legalizadas de receptivo que organizem programas e roteiros para os atrativos locais.

Resende possui trinta e três (33) meios de hospedagem cadastrados, a maioria estabelecida na região de Visconde de Mauá, dos quais apenas 30% em situação legal. Entre os trinta e sete (37) restaurantes cadastrados pela Diretoria de Turismo do município, nenhum deles possui situação legalizada, o que caracteriza uma forte tendência à informalidade, prejudicando a economia e o processo de desenvolvimento local.

A informalidade também é uma das características dos serviços turísticos de Itatiaia, onde 48% dos equipamentos de hospedagem não se encontram legalizados. O município possui cinquenta e cinco (55) restaurantes, a maioria localizada em Penedo (assim como os hotéis), de acordo com a prefeitura municipal e todos legalizados.

Sublinhem-se entre as dificuldades relacionadas ao desenvolvimento do turismo neste Subpolo, os conflitos de interesse e uso do solo entre os administradores das unidades de conservação, os empreendedores em hotelaria e as comunidades tradicionais, localizados nos limites do Parque Nacional do Itatiaia e seu entorno.

Alguns estabelecimentos hoteleiros estão fechados em função das dificuldades provocadas por posicionamentos que se opõem entre as necessidades de conservação dos recursos naturais e sua harmonização com atividades econômicas necessárias ao desenvolvimento social e econômico da região. Estas questões são

potencializadas em função de problemas fundiários não resolvidos pelo poder público responsável.

Em suma, a infraestrutura regional para o turismo é adequada para as necessidades atuais, mas deverá ser mais bem planejada para as necessidades futuras – principalmente no que se refere à qualidade – porque ainda existem deficiências que podem prejudicar o ambiente e o desenvolvimento do turismo local.

Segundo informações colhidas junto às Secretarias de Turismo, em 2009 os municípios fizeram gastos pequenos em infraestrutura turística: Itatiaia despendeu cerca de R\$ 102.000 e Resende aplicou apenas R\$ 20.000.

No Subpolo Vale do Café

Infraestrutura e Produtos Turísticos

Nessa região, destaca-se a cidade de Conservatória como um destino consolidado porém com uma demanda de visitantes focada nos finais de semana e feriados. Sua infraestrutura e oferta turística e, por isso, a economia local, que dependem fundamentalmente do turismo, ficam ociosos entre segunda e sexta-feira. A falta de visitantes durante a semana e, conseqüentemente, do não funcionamento de uma das atividades econômicas mais importantes no subpolo, bloqueia o interesse e os investimentos dos proprietários das fazendas históricas próximas, pessoas de poder aquisitivo mais alto e que, por isso, não dependem do turismo para a sua manutenção e a de suas propriedades. Esta falta de interesse inibe as iniciativas de maior e melhor produção turística na modalidade de visitação às fazendas históricas.

A região, incluindo os municípios vizinhos, reúne aproximadamente 25 fazendas com interesse turístico, porém poucas delas possibilitam alguma forma regular e estruturada de visitação que reúna características de um produto turístico com comercialização segura.

O setor de hotelaria, notadamente em Valença, Vassouras, Rio das Flores e Barra do Pirai apresenta uma oferta que atende as demandas atuais nas épocas de alta utilização. Boa quantidade dos empreendimentos de acomodação é caracterizada por hotéis-fazenda com operação consolidada, apesar das oscilações em sua

ocupação, pois apresentam uma ociosidade comprometedora na baixa temporada. Este problema poderá vir a ser sanado por alguns municípios com a organização de eventos, além dos mais tradicionais e conhecidos já mencionados, entre eles o Festival CineMúsica de Conservatória e o Festival Internacional Estudantil de Cinema de Barra do Piraí, mas que ainda não apresentam resultados significativos para a ocupação hoteleira e conseqüentemente para a economia local.

Barra do Piraí possui 35 estabelecimentos hoteleiros, 90% deles legalizados, a maioria delas na modalidade hotel-fazenda, localizadas no espaço rural. Algumas foram transformados basicamente para uso em atividades turísticas, com apresentações teatrais relacionadas à história e aos modos de vida locais nos anos 1800, outras mantêm atividades rurais produtivas tais como a suinocultura, a pecuária leiteira e a fabricação de cachaça. Os restaurantes são 35, todos legalizados, de acordo com as informações da Diretoria de Turismo do município.

O mesmo perfil de estabelecimentos hoteleiros se aplica aos municípios de Valença, onde incluindo Conservatória estão localizados 19 equipamentos de hotelaria, em Rio das Flores abrigando 6 e em Vassouras, com apenas 5. As prefeituras destes municípios, consultadas, na apresentaram informações que pudesse acrescentar detalhes quanto às características dos equipamentos e suas condições de registro legal.

A marca fazendas do ciclo do café e as manifestações histórico-culturais são os pontos mais importantes trabalhados no marketing de atração de visitantes para o subpolo. É pequena a quantidade de agências de turismo na região e a maioria não possui produtos formatados para comercialização. As operações de receptivo e os programas turísticos são basicamente organizados pelos hotéis e as próprias fazendas que definem os roteiros e as atividades oferecidas.

Não existe um foco de planejamento que busque a criação de produtos para ampliar o público-alvo que visita a região, assim como que busque a melhoria no atendimento e na prestação de serviços, através de capacitação turística especializada para cada modalidade. A base de um planejamento é a coleta de informações feita através de inventários e outras ferramentas; neste aspecto, apenas o município de Valença possui um inventário turístico recente e atualizado que

possibilite a tomada de decisões baseadas em uma realidade pesquisada, possibilitando maior controle na proposição de prognósticos, metas e estratégias para o desenvolvimento do turismo.

A grande ameaça para o desenvolvimento do turismo está relacionada à expansão urbana desordenada. Alguns atrativos turísticos com valor histórico cultural estão sendo rodeados por ocupação territorial urbana que descaracteriza a ambiência da paisagem histórico-cultural. Cabe mencionar explicitamente a degradação patrimonial que ocorre no distrito de Barão de Juparanã, em Valença.

No Subpolo Serra Verde Imperial

Infraestrutura e Produtos Turísticos

Em Petrópolis, o distrito de Itaipava, nos últimos 15 anos se consolidou como um polo de gastronomia e hospedagem. Os resultados dessa dinâmica econômica podem ser observados nos dados apresentados na tabela a seguir que resume alguns resultados do inventário turístico referido anteriormente.

Tabela 48 – Infraestrutura turística de Petrópolis, Subpolo Serra Verde Imperial

Petrópolis	Meios de hospedagem	Empreendimentos Alimentação	Agências de Viagens
Total do município	95	366	16
Distrito de Itaipava	79	126	2
Participação de Itaipava sobre o total do município	83%	34%	12%

Fonte: Inventário Turístico, em fase de finalização

A cidade integra atualmente o programa do *tour* da experiência com a formatação de novos produtos.

Comercialmente, integra passeios turísticos de um dia ofertados na cidade do Rio de Janeiro, em especial para passeios aos atrativos culturais do centro histórico como o Museu Imperial, a Catedral de São Pedro de Alcântara. Outro segmento importante relaciona-se ao turismo de compras nas malharias e lojas de vestuário da Rua Teresa, considerado um polo de moda. Os fluxos, porém, caracterizam-se nesses casos como visitantes, sem o uso de pernoites.

Em Nova Friburgo, o turismo se apresenta de forma espontânea, sem a existência de produtos formatados por agências de viagem, mesmo fato que ocorre com Teresópolis. A cidade de Nova Friburgo assume o papel de microcentralidade para a região na oferta de serviços de educação e saúde, fato que já ocorria desde o século XIX, no período dos barões de Café que ali se instalaram como o imponente Colégio Anchieta e os exemplares da arquitetura civil nos palacetes do Barão de São Clemente e de Nova Friburgo. Os atrativos naturais, como a Pedra do Cão, o Encontro dos Rios e o pico da Caledônia não apresentam estruturas compatíveis com grandes fluxos turísticos devendo ser tratados como complementares e não como atrativos principais, para garantia de sua própria sustentabilidade.

Em Teresópolis, o Parque Nacional da Serra dos Órgãos é reconhecido como um destino internacional para escaladores e montanhistas, com infraestrutura adequada a esse público.

Assim como Petrópolis, Nova Friburgo apresenta um turismo de compras expressivo no mercado de moda íntima e lingerie, porém identificado como visitação nos dias úteis.

Caracterização dos aspectos ambientais, destacando-se a existência de UC's, a diversidade biológica e a fragilidade dos sistemas naturais

No Subpolo Agulhas Negras

Dinâmica Urbana

O conjunto formado pelo núcleo do Subpolo (Resende e Itatiaia) e seu “entorno” (Porto Real, Quatis, Barra Mansa e Volta Redonda) apresenta uma situação contrastante, senão conflitante. Por um lado verifica-se uma área-envoltória formada por uma matriz de pastagens com remanescentes florestais significativos no topo das montanhas (Serra da Mantiqueira e do Mar). Nas partes planas, ao longo do vale do rio Paraíba do Sul, situa-se uma rede de cidades de médio porte (notadamente Volta Redonda, Barra Mansa, Resende e Itatiaia) que abriga um complexo industrial onde predominam unidades vinculadas aos gêneros, siderúrgico, metal-mecânico, automobilístico e químico-farmacêutico.

Esse complexo passou por um período de clara estagnação, retomando força a partir da primeira metade da década de 1990. Esse movimento de retomada da dinâmica econômica desse parque industrial deu lugar a uma clara expansão de áreas ocupadas por atividades industriais, que têm avançado na direção de Resende e Itatiaia. Nesses dois municípios foram ou serão instalados empreendimentos produtivos de porte, como uma siderúrgica do tipo *mini-mill* (propriedade da Votorantim Metais, em Resende) e, no futuro próximo, uma nova unidade da Michelin e da Hyundai, a serem implantadas no recém criado Distrito Industrial de Itatiaia.

Recursos Naturais

Áreas Florestadas

Segundo a interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010), o município de Itatiaia possui uma grande área preservada de mata situada na Serra da Mantiqueira, com 106 km², equivalente a 47% da área total do município. Já Resende possui 304 km² de área florestada também na serra da Mantiqueira, formando um vasto corredor florestal ao longo do eixo Leste–Oeste da serra, porém apenas 27% área municipal é recoberta por florestas.

Nos municípios do *entorno* só restaram 12% de área florestada em 133 km², isto deve ao fato de possuir relevo pouco inclinado de mares de morros e pela localização central no Vale do Paraíba. A taxa de desmatamento para o subpolo foi moderada com perdas de 24 km² de área florestada o equivalente a diminuição de 5.5% de área. Resende foi o município com maior área desmatada 20 km² cerca de 6% da área florestada em 1994, o município de Itatiaia teve perda de 4 km² de área florestada com uma taxa de desmatamento de 3.5%. Os municípios de entorno tiveram um desmatamento de quase 9 km² a uma taxa de 6% da área em 1994.

O avanço das áreas antropizadas sobre os remanescentes florestais totaliza uma perda de 5,5% (24km²) da área florestada no total do Subpolo, no intervalo 1994–2007. A tabela abaixo permite analisar a variação do uso e cobertura do solo.

Tabela 49 – Variação do Uso-Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Agulhas Negras

Municípios e “Entorno”	Área Total (km ²)	Área Urbana (Km ²)		Variação 1994- 2007 (%)	Área Florestal (Km ²)		Variação 1994- 2007 (%)
		2007	Variação 1994-2007		2007	Variação 1994-2007	
Itatiaia	225	8.1	4.2	108.1	106.4	-3.9	-3.5
Resende	1.114	21.0	9.2	77.1	304.5	-20.0	-6.2
Subpolo	1.339	29.1	13.4	84.8	410.9	-23.9	-5.5
“Entorno”	1.065	68.3	23.6	52.7	133.3	-8.6	-6.1

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010)

Biodiversidade

As Agulhas Negras inscrevem-se numa região caracterizada pela presença de recursos naturais abundantes e pela existência de inúmeras áreas de preservação. Apresenta uma variada tipologia vegetal com *florestas ombrófilas densas e estacionais semi-decíduais*, além dos refúgios vegetacionais dos campos de altitude. A consequência disso é o alto índice de biodiversidade.

Entretanto, o desmatamento generalizado nas partes baixas do Vale do Paraíba do Sul e, em menor medida, das partes baixas da Serra da Mantiqueira tem levado a uma perda contínua da biodiversidade local. Segundo dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008) e de acordo com a metodologia empregada, estima-se que a região possa ter perdido, nesta última década, cerca de 30 espécies de vertebrados ou quase 1,5% do total de espécies existentes na região.

Os municípios que compõem o “entorno” deste Subpolo também têm sofrido processos de desmatamento similares. Contudo, por abrigarem áreas florestadas de menor porte e, por via de consequência, uma menor biodiversidade, estima-se que esses municípios estejam experimentando índices de extinção local mais reduzidos, com um desaparecimento ao redor de 20 espécies ou 1,5% do *estoque* existente na região.

Tabela 50– Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Agulhas Negras

PRODETUR	Área Km ² – 1994	Nº. Espécies	Variação Km ²	Perda de Espécies	% perda
Agulhas Negras	435	1943	410.9	-27	-1.4
Entorno	142	1265	133.3	-20	-1.6

Fonte: elaboração própria com base em dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008)

Unidades Conservação

A proteção de grandes áreas florestadas com a criação de UCs é essencial para manutenção da diversidade de fauna e flora. Para a estabilização do quadro de desmatamento é importante a adequação ambiental das propriedades rurais nos municípios do Subpolo e seu entorno, coadjuvado com a criação de novas áreas de proteção da cobertura florestal.

O Subpolo tem uma boa extensão de áreas protegidas que somam 737km² de área ou cerca de 60% da área total de seu território. A maior parte do território do município de Resende corresponde a UCs; 58% da sua superfície ou o equivalente a 636km². Itatiaia tem 101 km² coberto por UCs, correspondendo a 42% de seu território. Embora com uma proporção um pouco menor de UCs/território municipal, Resende tem a maior parte da área protegida integrada à categoria de proteção integral o que significa uma maior garantia de preservação dos remanescentes florestais. A mais importante Unidade de Conservação da região é o Parque Nacional de Itatiaia, primeiro parque do país, criado em 1937, com uma área de 128 km² e abrangendo área dos dois municípios do núcleo do Subpolo.

A criação de novas unidades de conservação nesta última década tem sido constante, com destaque para as de uso sustentável, tais como a APA da Serra da Mantiqueira com 278 km². O município de Resende teve sua área de UC dobrada com a criação desta APA, enquanto Itatiaia manteve-se estável.

Nos municípios que compõem o “entorno” do Subpolo foi notável o aumento da área protegida sob a forma de UCs. Contudo, ainda que a área dedicada a UCs tenha quase quintuplicado no período, passando de 3km² (ou 0,3% da área total) para 14.5km² (ou 1,4% da área total), devemos chamar atenção para o fato de que essa é

uma proporção muito pequena da área total desses municípios. E assim deverá permanecer pelo fato de que a área florestada dos seus territórios não ultrapassada os 12% o que funcionará sempre como um teto que só será superado caso se realize um trabalho amplo e intensivo de recuperação da cobertura vegetal na região.

Tabela 51 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Agulhas Negras

Município	Ano 1ª	Área Total (km ²)	1994		2008		Variação no Período (%)	2008	
			Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)	Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)		UCs de Proteção Integral (km ²)	Proporção Área Total das UCs (%)
Itatiaia	1937	240	101	42.1	101	42.1	0	79.5	78.7
Resende	1937	1098	302.6	27.6	636.2	57.9	30.4	51.4	8.1
Total		1338	403.6	30.2	737.2	55.1	24.9	130.9	17.8
Barra Mansa	1985	547	1.1	0.2	1.4	0.3	0.1	0	0
Quatis	N/D	286		0	0.2	0.1	0.1	0.2	100
Volta Redonda	1985	183	1.9	1.1	12.9	7.1	5.2	2.1	16.3
Total		1016	3.0	0.3	14.5	1.4	1.1	2.3	15.9

Fonte: elaboração própria com base em dados do ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2010)

Dentre as UCs municipais registra-se o Parque Natural Municipal do Rio Pombo/Resende, situado no interior da APA Municipal da Serrinha do Alambari e o Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba/Resende, ao longo do Rio Preto. A APA da Serrinha do Alambari, situada na face leste do Parque Nacional do Itatiaia, funciona como importante “zona de amortecimento” desta unidade de

conservação. A APA tem um Plano Diretor e dispõe de um Conselho Gestor ativo, responsável pela boa gestão dos aspectos ambientais da área.

Com o cenário delineado, marca-se a necessidade de revisão da atual política de uso e ocupação do solo, restringindo a abertura de novos condomínios e incentivando a criação de mais Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPN). Essas unidades, além do papel de preservação da natureza, são importantes também do ponto de vista da geração de trabalho e renda para os moradores locais. As atividades consideradas compatíveis com essas unidades de conservação de uso sustentável são: ecoturismo, educação ambiental, apoio operacional para pesquisadores científicos, produção e venda de artesanato local e produção cultural.

Com relação às Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs com Portaria definitiva é possível listar: Santo Antônio, Portaria INEA 80, de 01/12/2009 (538,59 ha) em Resende. Entre as com Portaria de Criação Provisória estão RPPN Santa Mônica, Portaria 262 de 10/11/2008, com (207,48 ha) em Resende. Enquanto as RPPNs ainda em Análise são a RPPN Agulhas Negras e a Jardim Mukunda.

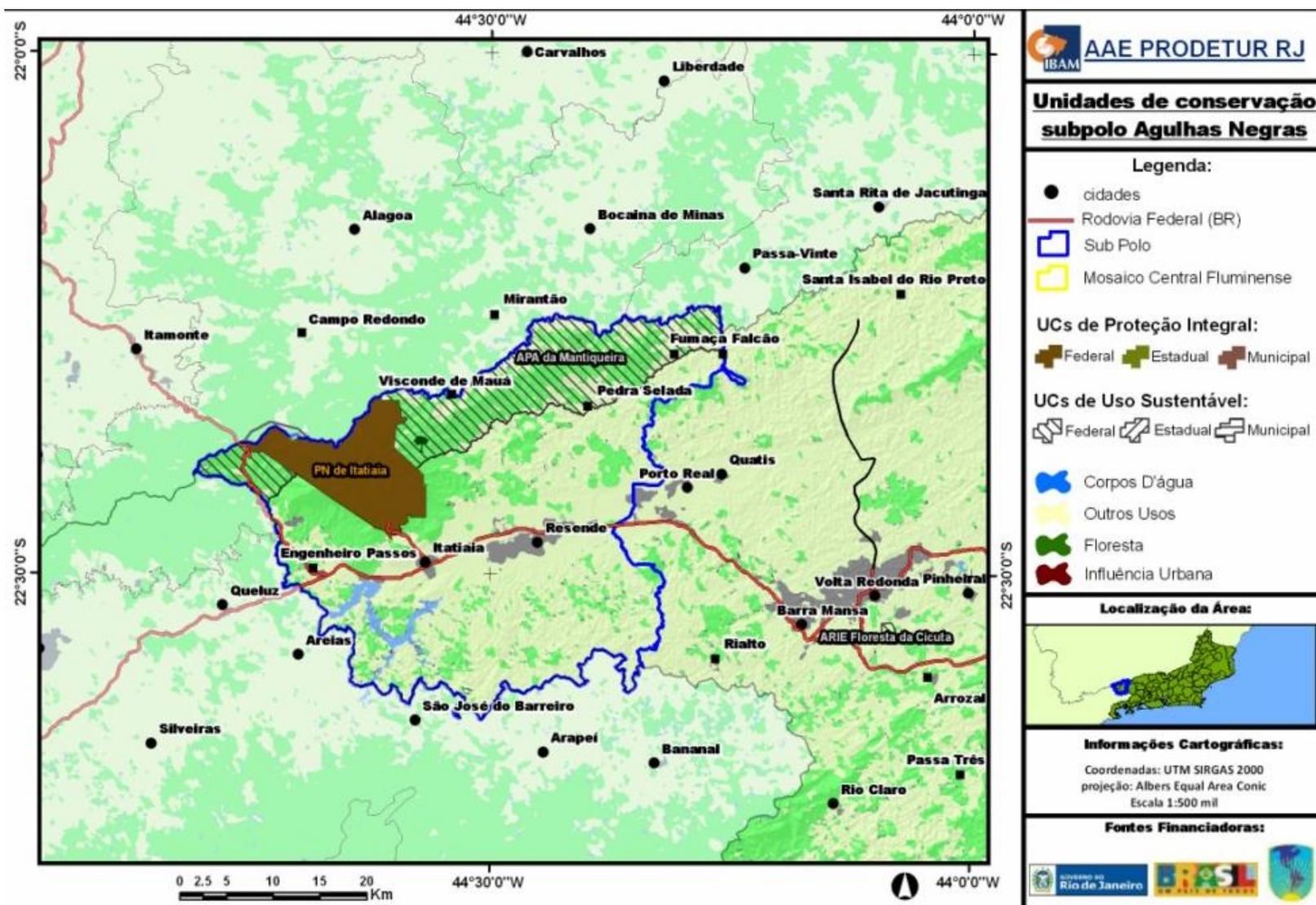


Figura 16 – Unidades de Conservação do Subpolo Agulhas Negras

Fragilidade dos Sistemas Naturais

A publicação em 2010 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ambiente – SEA e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com vistas a revelar para fins de planejamento e gestão os indicadores que identificam o Patrimônio Natural e Ambiental e também para alertar para os impactos ambientais decorrentes da pressão antrópica sobre o meio ambiente e a consequente fragilidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Para tal o Governo apresenta o relatório como instrumento de apoio à decisão, fornecendo uma base de dados confiável e análises–sínteses das dez Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

O batimento entre estes dados e análises com as áreas dos subpolos turísticos fornecem uma caracterização, com a visão de Estado, para a presente AAE.

De forma geral foram identificados como indicadores de Fragilidade Ambiental no Estado os itens: Tratamento de Esgoto; Destinação Final de Resíduos sólidos e Gestão Ambiental dos Municípios. Segundo a Publicação oficial, estes indicadores “permitem estabelecer o grau de conservação, regeneração e fragilidade do território, além daqueles obtidos nos programas estaduais instituídos, tendo como meta as sustentabilidades”.

De modo geral o Polo Serra apresenta bom grau de institucionalização ambiental; quanto ao tratamento de esgoto sanitário atinge, em cerca de 30%, o nível secundário de tratamento e o restante nível primário ou não conta com sistema. Quanto aos resíduos sólidos cerca de 60% conta com aterro controlado e o restante utilizam outras formas de destino

Para a caracterização específica dos três Subpolos do Polo Serra, atendendo a estes conceitos de estado analisamos (no item 1.5.5), o saneamento ambiental, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos entre outros itens também considerados como de influência para a caracterização das fragilidades dos Sistemas Naturais; e no item 1.6.2 identificamos as estruturas públicas para a gestão ambiental dos subpolos.

Para o Polo Serra a Fragilidade do Meio Físico se localiza nas regiões com cotas acima de 200m e apresentam de média a alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.

A síntese dos fatores críticos do Subpolo Agulhas Negras é:

- A maior parte apresenta áreas ambientalmente resistente e médias, com exceção das áreas da bacia sedimentar de Resende que é considerada ambientalmente frágil.
- Com grandes áreas de pastagem apresenta variação de média a alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.
- Poucos investimentos em infraestrutura de uso público e na gestão das UCs municipais de Resende: Parque Natural Municipal do Rio Pombo, APA Municipal da Serrinha do Alambari e Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba.
- Baixa eficiência no controle dos danos ao meio natural, principalmente florestas e recursos hídricos situados fora dos limites do Parna Itatiaia.
- Avanço das áreas antropizadas (ocupações licenciadas ou não) com impactos sobre a paisagem e sobre os remanescentes florestais e ocorrência de incêndios florestais (perda de 5,5% – 1994 a 2007).
- Conflitos de usos e ocupações decorrentes da falta de regularização fundiária do Parna Itatiaia.
- Inexistência de infraestrutura de esgotamento sanitário (coleta e tratamentos dos efluentes), ocasionando contaminação dos recursos hídricos, um dos grandes atrativos locais.

- Ausência de plano de gestão integrada de resíduos sólidos para a região de Visconde de Mauá (incluindo Bocaina de Minas) – configurando altos custos de operação e riscos de poluição do solo e das águas – Protocolo de Intenções para constituição do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Gestão Ambiental integrada celebrado em 2008.
- Aumento da demanda turística pode comprometer ainda mais os recursos naturais, caso não haja controle do uso do solo e infraestrutura de saneamento compatíveis com previsões futuras.

No Subpolo Vale do Café

Dinâmica Urbana

O território do Subpolo Vale do Café apresenta uma ínfima parcela (1% ou 29km²) dedicada ao uso urbano. A maior parte de seu território (79% ou 2.300km²) foi desmatada para abrigar o uso agropecuário, que não se mostra mais presente nessa proporção. Sua paisagem é herança direta da colonização do vale que vem sendo ocupado desde o Século XVIII, marcado pelo café e, posteriormente, o gado a partir do Século XIX. O legado deixado está formado por vastas pastagens degradadas, enormes processos erosivos e pequenos capões de matas em fundos de vale e beiras de rios.

Recursos Naturais

Áreas Florestadas

Segundo a interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010), em termos de área florestada, este Subpolo apresenta um dos piores quadros de toda a área de abrangência do PRODETUR–RJ, tendo apenas 20% (ou 577 km²) de seu território coberto por vegetação em bom estado de conservação. Os municípios de Rio das Flores e Vassouras têm apenas 18% de sua área florestada (86 km² e 100 km², respectivamente). Valença e Barra do Pirai têm índices pouco melhores, com 20% e 22% de área florestada, respectivamente.

Apesar de já acumular um longo histórico de desmatamento, o Vale do Café ainda consegue ser, dentre os Subpolos do PRODETUR–RJ, aquele que apresentou a maior perda de área florestada (18% ou cerca de 130 km²) na última década. O município de Vassouras registrou a maior perda de área florestada (quase 40 km²), bem como a maior taxa de desmatamento (28% de área desmatada). Rio das Flores teve a segunda maior perda com 25% ou o equivalente a 30 km² de área desmatada. Valença teve uma perda florestal correspondente a 12% do seu território ou cerca de 40 km². Barra do Pirai teve 20 km² de área desmatada o que equivale a 14% do seu território.

Os municípios de “entorno” apresentam uma relação mais favorável entre área total e florestada. Cabe ressaltar que por estarem situados nos interflúvios do Vale do Paraíba seus territórios acabam sendo um pouco mais irregulares (ou montanhosos), apresentando uma maior ocorrência de nascentes e pequenos riachos. Entretanto, mesmos assim, eles apresentaram perdas de áreas florestadas muito próximas do verificado no núcleo do Subpolo; foram 97 km² de área desmatada equivalendo a 17% de seus territórios.

Tabela 52 – Variação do Uso–Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Vale do Café

Municípios e “Entorno”	Área Total (km ²)	Área Urbana (Km ²)		Variação 1994–2007 (%)	Área Florestal (Km ²)		Variação 1994–2007 (%)
		2007	Variação 1994–2007		2007	Variação 1994–2007	
Barra do Pirai	578	13.3	5.5	71.0	129.4	-20.4	-13.6
Rio das Flores	478	0.5	0.0	0.2	85.9	-29.5	-25.5
Valença	1305	8.4	2.5	43.1	261.3	-35.2	-11.9
Vassouras	552	6.9	2.0	41.1	100.1	-39.8	-28.4
Subpolo	2913	29.2	10.1	52.8	576.7	-124.8	-17.8
“Entorno”	1395	25.6	7.1	38.1	522.2	-96.7	-15.6

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico – Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010)

Biodiversidade

A transformação da matriz florestal em pastagens é um processo que vem se dando na região ao longo de séculos. Contudo, ainda assim não se esgotaram os fragmentos florestais que continuam a ser desmatados a uma taxa bastante elevada (17%). Segundo dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008), a perda de biodiversidade para o subpolo foi estimada em 60 espécies de vertebrados ou quase 5% do total existente. Em relação ao seu “entorno”, a estimativa de extinção local envolve cerca de 50 espécies de vertebrados ou 4% do total existente.

Esses números são alarmantes. Caso o processo de desmatamento da região continue no mesmo ritmo, a viabilidade das populações locais declinará a ponto de só permanecerem espécies totalmente adaptadas à presença humana, como ratos e gambás. Outro fator de risco a considerar é a quebra da conectividade ecológica entre as serras dos Órgãos e da Bocaina.

Tabela 53 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Vale do Café

PRODETUR	Área Km ² – 1994	Nº. Espécies	Variação Km ²	Perda de Espécies	% perda
Vale do Café	701.5	1265	576.7	-60	-4.8
“Entorno”	618.9	1265	522.2	-52	-4.2

Fonte: elaboração própria com base em dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008)

Unidades Conservação

O Subpolo Vale do Café tem apenas 1,5% de sua área coberta por UCs. Essa é a pior situação verificada dentre os Subpolos em que se divide a área de abrangência do PRODETUR–RJ. São apenas 37 km² de área em UCs, proporção muito baixa e preocupante que não atinge o mínimo recomendável para manutenção dos serviços ambientais na região.

O município de Rio das Flores é o único do PRODETUR–RJ que não possui UC em seu território. Nesse Subpolo o único município a contar com UC de proteção integral é o de Valença onde está situado o PE da Serra da Concórdia (2002). De fato, somente

a partir de 2002 foram criadas UCs na região, predominando unidades pertencentes à categoria de uso sustentável.

O “entorno” deste Subpolo apresenta uma condição bastante mais favorável, contando com 45% (ou 415km²) de sua área total coberta por UCs, em sua maior parte criadas depois de 2007. O destaque a ser feito cabe à APA Guandu que cruza todos os municípios do “entorno”. O município de Miguel Pereira é o que possui maior área em UC; são 252km² ou o equivalente a 87% de seu território. A importância desses números está vinculada ao fato desse município drenar tanto para a bacia hidrográfica do rio Guandu como para o Vale do Paraíba do Sul, desempenhando assim uma função de proteção de mananciais e preservação da disponibilidade hídrica nessas duas importantes bacias. Além disso, as áreas florestadas protegidas presentes em Miguel Pereira fazem “fronteira” ou estão localizadas nas proximidades de importantes UCs de outras regiões, em especial a REBIO Tinguá.

Tabela 54 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Vale do Café

Município	Área Total (km ²)	1994		2008		Variação no Período (%)	2008	
		Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)	Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)		UCs de Proteção Integral (km ²)	Proporção Área Total das UCs (%)
Barra do Piraí	578	0.0	0.0	15.3	2.6	2.6	0.0	0.0
Rio das Flores	478	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Valença	1305	0.0	0.0	11.6	0.9	0.9	9.8	85.0
Vassouras	552	0.0	0.0	10.0	1.9	1.9	0.0	0.0
Total	2913	0.0	0.0	36.8	1.5	1.5	9.8	26.7

Município	Área Total (km ²)	1994		2008		Variação no Período (%)	2008	
		Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)	Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)		UCs de Proteção Integral (km ²)	Proporção Área Total das UCs (%)
Eng. Paulo de Frontin	141	0.0	0.0	44.2	31.4	31.4	0.0	0.0
Mendes	96	0.0	0.0	2.4	2.5	2.5	0.2	7.7
Miguel Pereira	289	9.8	3.4	252.0	87.2	83.8	11.2	4.5
Paty do Alferes	295	0.0	0.0	15.7	5.3	5.3	0.0	0.2
Piraí	492	0.0	0.0	100.3	20.4	20.4	0.2	0.2
Total	1314	9.8	3.9	414.7	44.6	40.7	11.6	2.8

Fonte: elaboração própria com base em dados do ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2010)

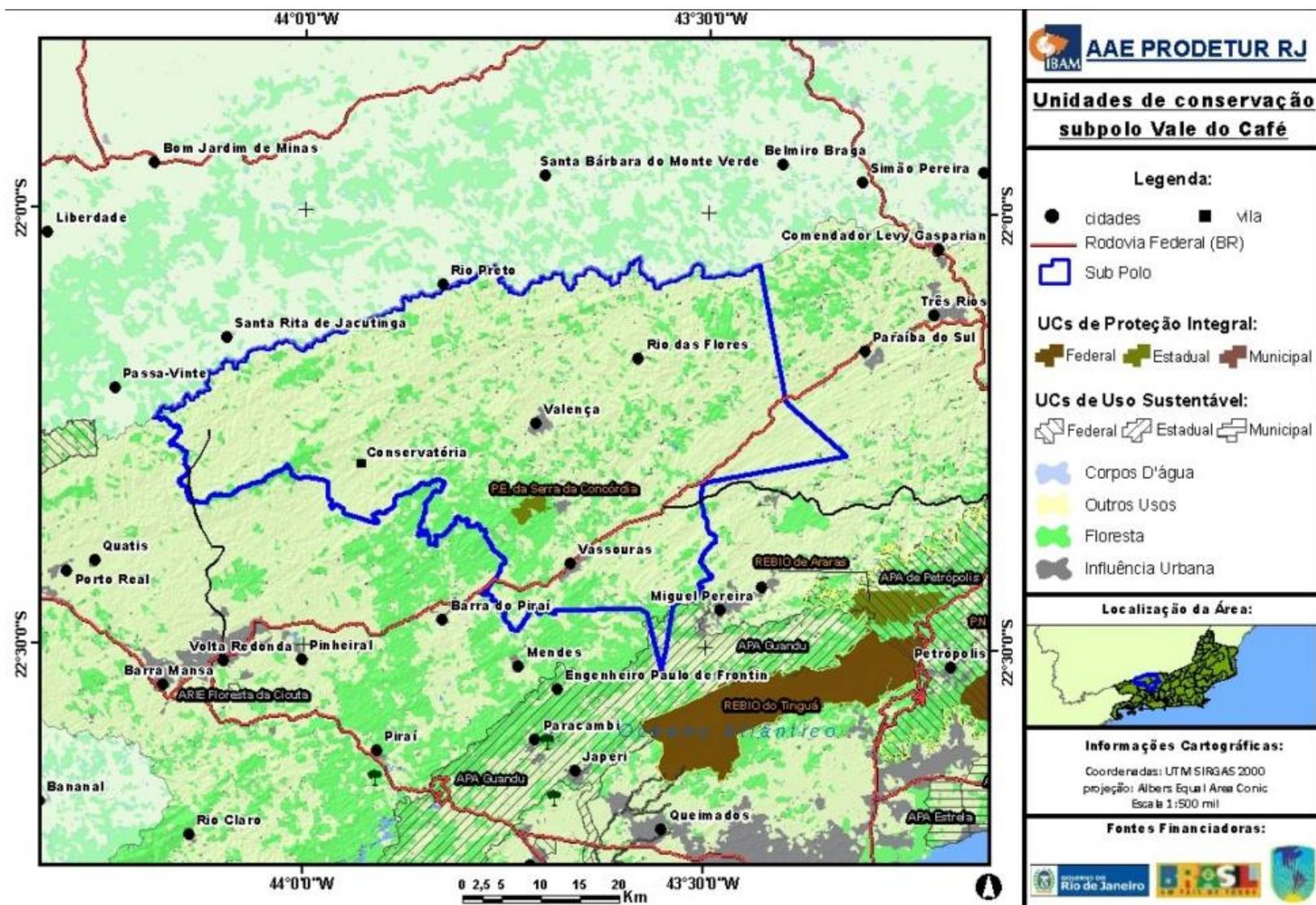


Figura 17 – Unidades de Conservação do Subpolo Vale do Café

Fragilidade dos Sistemas Naturais

A publicação em 2010 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ambiente – SEA e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com vistas a revelar para fins de planejamento e gestão os indicadores que identificam o Patrimônio Natural e Ambiental e também para alertar para os impactos ambientais decorrentes da pressão antrópica sobre o meio ambiente e a consequente fragilidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Para tal o Governo apresenta o relatório como instrumento de apoio à decisão, fornecendo uma base de dados confiável e análises–sínteses das dez Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

O batimento entre estes dados e análises com as áreas dos subpolos turísticos fornecem uma caracterização, com a visão de Estado, para a presente AAE.

De forma geral foram identificados como indicadores de Fragilidade Ambiental no Estado os itens: Tratamento de Esgoto; Destinação Final de Resíduos sólidos e Gestão Ambiental dos Municípios. Segundo a Publicação oficial, estes indicadores “permitem estabelecer o grau de conservação, regeneração e fragilidade do território, além daqueles obtidos nos programas estaduais instituídos, tendo como meta as sustentabilidades”.

De modo geral o Polo Serra apresenta bom grau de institucionalização ambiental; quanto ao tratamento de esgoto sanitário atinge, em cerca de 30%, o nível secundário de tratamento e o restante nível primário ou não conta com sistema. Quanto aos resíduos sólidos cerca de 60% conta com aterro controlado e o restante utilizam outras formas de destino

Para a caracterização específica dos três Subpolos do Polo Serra, atendendo a estes conceitos de estado analisamos (no item 1.5.5), o saneamento ambiental, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos entre outros itens também considerados como de influência para a caracterização das fragilidades dos Sistemas Naturais; e no item 1.6.2 identificamos as estruturas públicas para a gestão ambiental dos subpolos.

Para o Polo Serra a Fragilidade do Meio Físico se localiza nas regiões com cotas acima de 200m e apresentam de média a alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.

A síntese dos fatores críticos do Subpolo Vale do Café é:

- De forma geral apresenta áreas médias e resistentes quanto à fragilidade ambiental.
- Menor percentual de área florestada dentre as regiões do PRODETUR RJ – 20% do território coberto por vegetação em bom estado de conservação; maior perda de área florestada na última década – ampliação das pastagens.
- Apenas 1,5% da área do subpolo estão protegidas por UCs – não atingindo o mínimo recomendável para manutenção dos serviços ambientais na região.
- Perda de biodiversidade estimada em 60 espécies de vertebrados ou quase 5% do total existente.
- Com grandes áreas de pastagem apresenta variação de média a alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.
- Contaminação dos cursos de água por efluentes domésticos e industriais, principalmente o rio Paraíba do Sul – não se identificou projeto de saneamento básico para a região.
- Serviço de limpeza urbana precário nos fins de semana; destino final de resíduos sólidos na região sem tratamento apropriado.
- Inexistência de campanhas de educação ambiental sistemáticas.

No Subpolo Serra Verde Imperial

Dinâmica Urbana

O Subpolo Serra Verde Imperial é formado por municípios com áreas urbanas consolidadas, dotadas de uma estrutura econômica que mistura atividades industriais, um setor de serviços bastante desenvolvido e um patrimônio natural/construído que exerce forte atração. Apesar de manterem relações de interfuncionalidade, esses municípios e seus núcleos urbanos principais, ainda que vizinhos, gozam de uma autonomia e mantêm identidades próprias. (PDTIS-FGV, 2010)

Recursos Naturais

Áreas Florestadas

Segundo a interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico - Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2010), o Subpolo Serra Verde Imperial apresenta cerca de 60% de sua área total (1.454 km²) coberta por florestas. É o segundo melhor índice dentre todas as demais regiões turísticas, perdendo apenas para a Costa Verde, sendo provedor de serviços ambientais para a região metropolitana do Rio de Janeiro, no que diz respeito à amenização do clima e da qualidade do ar e à produção da água potável.

Tabela 55 – Variação do Uso-Cobertura do Solo (1994 a 2007) no Subpolo Serra Verde Imperial

Dentre os municípios que o compõem, Nova Friburgo é o que apresenta a maior área florestada, com 617 km² ou o equivalente a 66% de seu território. Em seguida coloca-se o município de Petrópolis com 437 km² ou o equivalente a 56% de seu território. Contudo, durante a última década estes municípios vêm perdendo áreas florestadas, especialmente os municípios de Teresópolis e Petrópolis que experimentam decréscimos de suas áreas florestadas a um ritmo de quase 1% ao ano. Petrópolis é o que perdeu mais área (55 km²) e Teresópolis a maior relação de área (11.5%).

Municípios	Área Total (km²)	Área Urbana (Km²)		Variação 1994-2007 (%)	Área Florestal (Km²)		Variação 1994-2007 (%)
		2007	Variação 1994-2007		2007	Variação 1994-2007	
Nova Friburgo	933	27.4	7.6	38.4	617.3	-8.6	-1.4
Petrópolis	775	56.5	15.1	36.6	437.0	-54.6	-11.1
Teresópolis	771	39.7	8.6	27.8	399.7	-51.4	-11.4
Subpolo	2479	123.5	31.4	34.0	1454.1	-114.6	-7.3

Fonte: elaboração própria a partir de interpretação de imagens de satélite realizadas para o PROBIO (MMA, 2004) e Zoneamento Econômico - Ecológico ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA 2007)

Biodiversidade

Segundo dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008), a Serra Verde Imperial possui uma das maiores taxas de biodiversidade, acima de 1.850 espécies de vertebrados, podendo haver ainda muito mais espécies não conhecidas. Nessa região estão presentes todos os ecossistemas de Floresta Ombrófila Densa e ainda vegetações relictuais dos campos de altitude.

Entretanto pressões antrópicas têm causado, especialmente nos municípios de Petrópolis e Teresópolis, uma diminuição da vegetação nativa com decorrentes perdas em matéria de biodiversidade. De acordo com a metodologia adotada na presente avaliação, estima-se a extinção local de 35 (trinta e cinco) espécies de vertebrados ou quase 2% do total existente. Taxas como essas são consideradas alarmantes. Ainda que haja grandes fragmentos florestais em bom estado de conservação, por si só isto não é suficiente para assegurar a preservação e continuidade das espécies.

Tabela 56 – Variação da Biodiversidade (1994–2007) no Subpolo Serra Verde Imperial

Subpolo	Área Remanescente Florestal 1994 (km ²)	Potencial de Espécies (No.)	Variação de Área no Período (km ²)	Perda de Espécies no Período (No.)	Perda de Espécies no Período (%)
Serra Verde Imperial	1568.6	1851	294.1	-35	-1.9

Fonte: elaboração própria com base em dados do projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ, 2008)

Unidades Conservação

O Subpolo Serra Verde Imperial conta com quase 43% de área coberta por Unidades de Conservação, a maior parte de Uso Sustentável (69% ou 1063 km²). A região onde se situa esse Subpolo abriga grandes UCs com o PARNA da Serra dos Órgãos, um dos mais antigos do Brasil, cuja área (200 km²) abrange os municípios de Petrópolis e Teresópolis, o PE Três Picos (588 km²) e a APA Petrópolis (586 km²). Vale chamar atenção para o fato de que essas UCs formam um corredor florestal com mais de 100 km de extensão.

O município de Petrópolis tem a maior extensão de área dentro de UC. Desde 1982 cerca de 450 km² (ou 57%) do seu território encontram-se protegidos. O município de Teresópolis possui 208 km² (ou 27%) do seu território incluído em UCs que, na maior parte (mais da metade), foi criada antes da década de 1990. O município de Nova Friburgo tem 407 km² (ou 44%) de seu território incluído em áreas protegidas, entre as quais: a APA Macaé de Cima e o PE Três Picos, criados em 2001 e 2002, respectivamente.

Tabela 57 – Evolução da Área Coberta por Unidades de Conservação (1994–2008) no Subpolo Serra Verde Imperial

Municípios	Área Total (km ²)	1994		2008		Variação no Período (%)	2008	
		Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)	Área Total das UCs (km ²)	Proporção Área dos Municípios (%)		UCs de Proteção Integral (km ²)	Proporção Área Total das UCs (%)
Nova Friburgo	933	0	0.0	406.9	43.6	43.6	92.6	22.8
Petrópolis	792	442.5	55.9	448.7	56.6	0.8	75.2	16.8
Teresópolis	771	114.7	14.9	207.7	26.9	12.1	161.1	77.6
Total	2496	557.2	22.3	1063.3	42.6	20.3	328.9	30.9

Fonte: elaboração própria com base em dados do ZEE do Estado do Rio de Janeiro (SEA, 2007)

Com relação às Reservas Particulares do Patrimônio Natural – RPPNs 22 delas foram propostas por seus proprietários e tiveram reconhecimento pelos órgãos federal e estadual de meio ambiente, conforme elencadas a seguir.

13 RPPNs instituídas pelo ICMBio, sendo: 6 (seis) em Nova Friburgo (Sítio Azul, Vila São Romão, Reservas do Sossego I e II, Jardim das Delicias e Fattoria Grigea); 5 (cinco) em Petrópolis (Fazenda Limeira, Graziela Maciel Barroso, Pilões, Rogério Marinho e Pedra dos Amarilis); e 2 (duas) em Teresópolis (Maria Francisca Guimarães e Fazenda Suspiro).

9 RPPNs instituídas pelo INEA, sendo: 8 (oito) em Nova Friburgo (Bello e Kerida, Woodstock, Córrego Frio, Panapaná, Vale do Paraíso, Bacchus, Sítio da Luz e Recanto Saudoso), estando a ultima ainda com portaria provisória; e 1(uma) em Teresópolis (Sítio Serra Negra, também com portaria provisória).

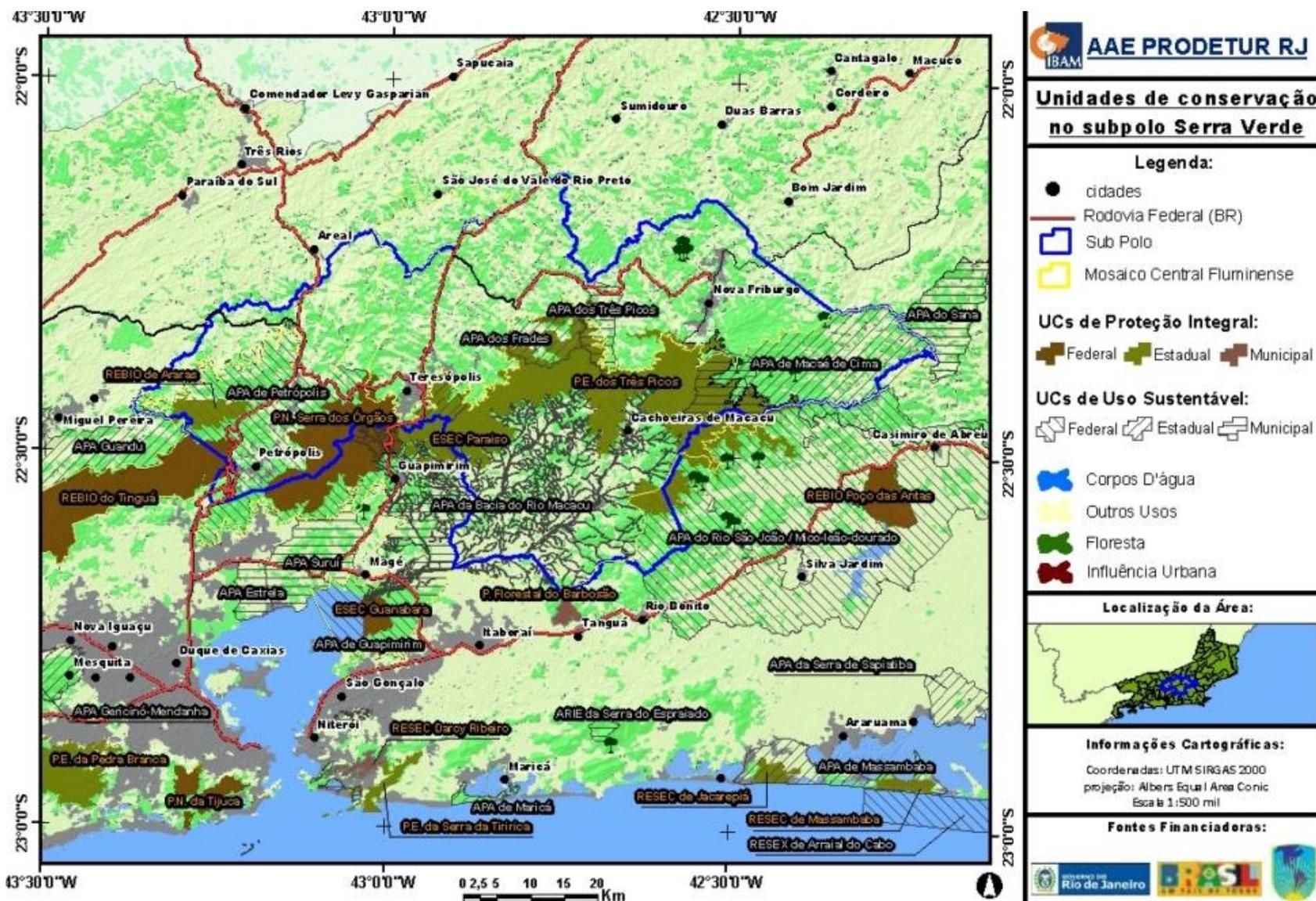


Figura 18 – Unidades de Conservação do Subpolo Serra Verde Imperial

Fragilidade dos Sistemas Naturais

A publicação em 2010 pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, através da Secretaria de Estado de Ambiente – SEA e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA, com vistas a revelar para fins de planejamento e gestão os indicadores que identificam o Patrimônio Natural e Ambiental e também para alertar para aos impactos ambientais decorrentes da pressão antrópica sobre o meio ambiente e a consequente fragilidade ambiental no Estado do Rio de Janeiro. Para tal o Governo apresenta o relatório como instrumento de apoio à decisão, fornecendo uma base de dados confiável e análises–sínteses das dez Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro.

O batimento entre estes dados e análises com as áreas dos subpolos turísticos fornecem uma caracterização, com a visão de Estado, para a presente AAE.

De forma geral foram identificados como indicadores de Fragilidade Ambiental no Estado os itens: Tratamento de Esgoto; Destinação Final de Resíduos sólidos e Gestão Ambiental dos Municípios. Segundo a Publicação oficial, estes indicadores “permitem estabelecer o grau de conservação, regeneração e fragilidade do território, além daqueles obtidos nos programas estaduais instituídos, tendo como meta as sustentabilidades”.

De modo geral o Polo Serra apresenta bom grau de institucionalização ambiental; quanto ao tratamento de esgoto sanitário atinge, em cerca de 30%, o nível secundário de tratamento e o restante nível primário ou não conta com sistema. Quanto aos resíduos sólidos cerca de 60% conta com aterro controlado e o restante utilizam outras formas de destino

Para a caracterização específica dos três Subpolos do Polo Serra, atendendo a estes conceitos de estado analisamos (no item 1.5.5), o saneamento ambiental, o esgotamento sanitário, os resíduos sólidos entre outros itens também considerados como de influência para a caracterização das fragilidades dos Sistemas Naturais; e no item 1.6.2 identificamos as estruturas públicas para a gestão ambiental dos subpolos.

Para o Polo Serra a Fragilidade do Meio Físico se localiza nas regiões com cotas acima de 200m e apresentam de média a alta suscetibilidade à ocorrência de incêndios.

A síntese dos fatores críticos do Subpolo Serra Verde Imperial é:

- Apresenta áreas ambientalmente frágeis nas regiões com cotas acima de 200m.
- Apresenta variação de média a alta suscetibilidade à ocorrência de incêndio, com destaque para as áreas de pastagem típicas do norte e noroeste Fluminense.
- Decréscimos da área florestada a um ritmo de quase 1% ao ano em Teresópolis e Petrópolis, decorrente de pressões antrópicas.
- Crescimento urbano desordenado afetando as paisagens urbanas e pressionando os recursos naturais do entorno.
- Fragilidade das encostas urbanas com ocorrência de deslizamentos.
- Conflitos ambientais decorrentes do uso ilegal do solo.
- Precariedade de infraestrutura básica de saneamento nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu, ocasionando poluição e assoreamento de cursos d'água.
- Problemas no tratamento e disposição final dos resíduos em Petrópolis e Nova Friburgo.
- Poucas iniciativas de proteção ambiental-urbana pelas prefeituras.

IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DA GESTÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA LOCAL

Identificação e análise das interações institucionais das entidades públicas, privadas e sociais atuantes no turismo da região, a partir da definição de competências, funções, responsabilidades de cada instituição envolvida

No Subpolo Agulhas Negras

O subpolo Agulhas Negras é constituído pelos municípios estratégicos de Resende e Itatiaia. Além desses, integram o subpolo os municípios de Porto Real e Quatis, beneficiários indiretos do PRODETUR. O subpolo não conta com nenhum Destino Indutor do Turismo Regional, mas Resende e Itatiaia visam essa qualificação, promovendo estudos de competitividade com apoio do MTur e FGV.

Nos 2 (dois) municípios estratégicos deste Subpolo – Resende e Itatiaia – os órgãos municipais encarregados da gestão do turismo são secretarias de governo ligadas à administração direta da prefeitura. Ainda na instância municipal, tanto Resende, quanto Itatiaia contam com Conselhos Municipais de Turismo ativos, segundo FGV-PDTIS, 2010.

Os dados obtidos do PDTIS foram atualizados junto às secretarias de turismo e consultores do Instituto IDEIAS. A pesquisa objetivou inventariar a existência local

Quadro 17 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Agulhas Negras

de alguns dos principais instrumentos de gestão do turismo e conhecer detalhes básicos sobre elas. As informações levantadas e apresentadas a seguir, possibilitam a projeção de um painel sobre a situação da gestão turística no subpolo e exercitar comparações sobre a atuação das organizações de governança municipais.

Instrumento de Gestão	Resende		Itatiaia	
	Sim	Observações	Sim	Observações
Secretaria Municipal de Turismo	X	e Comércio	X	
Plano Diretor Municipal	X	zonas turísticas definidas	X	zonas turísticas definidas
Plano de Desenvolvimento Turístico	X		X	

Fundo Municipal de Turismo			X	
Conselho Municipal de Turismo	X		X	
Inventário turístico	X	desatualizado	X	desatualizado
Desenvolvimento de indicadores	x	estudo de competitividade da FGV	x	estudo de competitividade da FGV
Programa de qualidade para o turismo				
Programas de capacitação	X		X	
Convention Bureau	X		X	

Quadro 18 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Agulhas Negras

Fonte: FGV-PDTIS, 2010 com atualização junto às secretarias municipais de turismo e consultores do Instituto Idéias.

O Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras (CONRETUR), instituído em 1998, é composto por representantes dos órgãos de turismo dos municípios do Subpolo e de outras instituições¹⁰, publicas e privadas que representam o seguimento do turismo na região.

Com o objetivo de melhor conhecer a sua atuação, foi realizada, em outubro desse ano, uma pesquisa junto à direção regional do CONRETUR, da qual extraímos as principais questões.

¹⁰ AHRSI – Associação de Hoteleiros e Similares de Itatiaia, ACVM – Associação Turística e Comercial de Visconde de Mauá, Associação Empresarial PRÓ-PENEDO, MAUATUR – Associação Comercial e Turística da Região de Visconde de Mauá, AGUIMAN – Associação de Guias de Turismo, Monitores e Condutores da Região das Agulhas Negras, Associação Comercial, Empresarial e Turística, Amigos de Penedo, Associação de Lojistas da Pequena Finlândia, CDL – Câmara de Dirigentes Lojistas, SEBRAE – Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, PNI – Parque Nacional de Itatiaia, ABAV – Delegacia Regional da Associação Brasileira das Agências de Viagens, TURISRIO – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, ACESA – Associação Comercial e de Empresários da Serrinha do Alambari, Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Barra Mansa – SHRBS.

Principais Questões	Resposta obtida
Composição paritária (representação governamental e não governamental)	não
Periodicidade das reuniões	mensal
Participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho	> 70%
Existência de estrutura apoio	sim
Recursos financeiros próprios	não
Website	não
Interrupções no funcionamento	não
Carece de capacitação de seus membros	sim
Elabora Estudos/projetos para a sua região	Sim (convênios)

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa IBAM, 2010

Ainda sobre os resultados da pesquisa, destacam-se alguns resultados adicionais: (i) sobre as vitórias alcançadas, cita a Oficialização do Nome da Região Turística; (ii) com relação à sugestão para aumentar a eficácia da gestão regional do turismo na região menciona “Alguma forma de auxílio para um maior envolvimento e comprometimento dos empresários neste processo”: (iii) quanto às questões de interesse regional por grau de importância, foram elencadas como muito importantes: Roteiros turísticos integrados, Calendário de eventos regionais, Formatação de produtos turísticos, Capacitação dos empreendedores, Qualidade de Produtos e Serviços Turísticos oferecidos, Desenvolvimento do turismo em forma sustentável, Regularização das atividades turísticas e Planejamento Regional de Turismo.

No Fórum Estadual de Secretários de Turismo, o Subpolo Agulhas Negras integra a diretoria executiva, através da representação do município de Quatis uma das vice-presidências regionais

Considera-se no conjunto dos municípios atendidos pelo PRODETUR que o subpolo Agulhas Negras, apresenta a melhor configuração em termos de instrumentos de gestão, em especial quanto à governanças estabelecidas tanto a nível municipal como regional, e ainda a representatividade das instituições privadas que, por sua vez, se fazem representar nos conselhos municipais e no CONRETUR. Quanto aos

demais instrumentos, mesmo que carecendo de atualizações e revisões, a preocupação e a identificação com a economia do turismo são percebidas nos aspectos levantados.

No Subpolo Vale do Café

O subpolo Vale do Café é constituído pelos municípios estratégicos de Vassouras, Valença, Barra do Piraí, Rio das Flores. Além desses, integram o Vale do Café os municípios de Barra Mansa, Eng. Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí e Volta Redonda, beneficiários indiretos do PRODETUR. O subpolo não conta com nenhum Destino Indutor do Turismo Regional, mas Vassouras e Valença visam essa qualificação, promovendo estudos de competitividade com apoio do MTur e FGV.

Os 6 (seis) municípios deste Subpolo possuem órgãos municipais de turismo próprios ligados às administrações diretas das prefeituras municipais. Com exceção de Vassouras e Rio das Flores, todos os demais municípios têm Conselho Municipal de Turismo, sendo que o de Barra do Piraí é denominado de Comitê Municipal, segundo PDITS – FGV 2010.

Os dados obtidos do PDTIS foram atualizados junto às secretarias de turismo e **Quadro 19 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Vale do Café** consultores do Instituto IDEIAS . A pesquisa objetivou inventariar a existência local de alguns dos principais instrumentos de gestão do turismo e conhecer detalhes básicos sobre elas. As informações levantadas e apresentadas a seguir, possibilitam a projeção de um painel sobre a situação da gestão turística no subpolo e exercitar comparações sobre a atuação das organizações de governança municipais.

Instrumento de Gestão	Vassouras		Valença		Rio das Flores		Barra do Piraí	
	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações
Secretaria Municipal de Turismo	X	com cultura	X	com cultura	X	com cultura	X	diretoria
Plano Diretor	X	contempla o	(*)		X		X	zonas

Municipal		turismo					turísticas definidas
Plano de Desenvolvimento Turístico			(*)		X	não está sendo aplicado totalmente	
Fundo Municipal de Turismo			(*)				
Conselho Municipal de Turismo		inativo, deve voltar em março	(*)		X	não está atuante	
Inventário turístico	X		X	apenas Conservatória	X	sendo atualizado	

Quadro 20 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Vale do Café

Desenvolvimento de indicadores	X	estudo de competitividade e da FGV	(*)	estudo de competitividade e da FGV			
Programa de qualidade para o turismo			(*)				
Programas de capacitação	X	em parceria com Secretaria Estadual do Trabalho	(*)			X	
Convention Bureau			(*)				

Fonte: FGV-PDTIS, 2010 com atualização junto às secretarias municipais de turismo e consultores do Instituto Idéias. (*) não foi possível obter as informações junto à prefeitura municipal.

A instância regional de governança é representada pelo Conselho Regional de Turismo do Vale do Café (CONCICLO), instituído em 1998. Participam do conselho representantes das seguintes instituições: Sebrae, Secretarias de turismo de treze Municípios, Instituto Preservale, Centros Culturais, Associações Comerciais, Fazendas Históricas, Hoteleiros.

Com o objetivo de melhor conhecer a sua atuação, foi realizada, em outubro desse ano, uma pesquisa junto à direção regional do CONCICLO, da qual extraímos algumas questões relevantes.

Principais Questões		Resposta obtida
Composição paritária (representação governamental e não governamental)		não
Periodicidade das reuniões		quinzenal
Participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho		> 70%
Existência de estrutura apoio		não
Recursos financeiros próprios		sim
Website		sim
Interrupções no funcionamento		não
Influencia as políticas públicas de Turismo	estadual	-
	regional	sim
	municipal	-
Carece de capacitação de seus membros		sim
Elabora Estudos/projetos para a sua região		sim ¹¹ (contratos)

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa IBAM, 2010

Ainda sobre os resultados da pesquisa, destacam-se alguns resultados adicionais: (i) sobre as vitórias alcançadas, faz referencia a “inúmeros projetos em parceria com o Sebrae”; (ii) com relação à sugestão para aumentar a eficácia da gestão regional do turismo na região menciona a “necessidade urgente de uma boa sinalização tanto de acesso às cidades quanto a sinalização dos roteiros turísticos e seus atrativos, assim como um projeto de marketing para o Vale do Café”; (iii) quanto às questões

¹¹ Pré-estudo de implantação do Parque Nacional do Café na Fazenda Santa Mônica no distrito de Juparanã, em convenio com o Sebrae. Inúmeros cursos oferecidos aos hoteleiros, eventos turísticos regionais como, por exemplo, (Café, Cachaça e Chorinho), participação em feiras de turismo.

de interesse regional por grau de importância, foram elencadas como muito importantes: Roteiros turísticos integrados, Formatação de produtos turísticos, Capacitação dos empreendedores, Qualidade de Produtos e Serviços Turísticos oferecidos, Desenvolvimento do turismo em forma sustentável, Participação em feiras, exposições, convenções, Capacitação dos gestores, Treinamento de mão-de-obra, Regularização das atividades turísticas e Planejamento Regional de Turismo.

Apesar da constituição do Conselho Regional, através do CONCICLO, o subpolo apresenta no conjunto de seus municípios, uma maior fragilidade quanto aos instrumentos de gestão existentes, sendo que a atividade turística não se configura como importante no contexto das atividades econômicas locais, o que reflete diretamente na ausência dos instrumentos. A participação dos municípios no Conselho Regional por sua vez esvazia o processo da participação privada do setor.

No Fórum Estadual de Secretários de Turismo, o Subpolo Vale do Café integra a diretoria executiva, através da representação do município de Barra Mansa uma das vice-presidências regionais.

No Subpolo Serra Verde Imperial

O Subpolo Serra Verde Imperial é constituído pelos municípios estratégicos Petrópolis, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo. O município de Guapimirim, beneficiário indireto do PRODETUR, também integra o subpolo. Petrópolis é reconhecido como Destino Indutor do Turismo Regional; e Nova Friburgo e Teresópolis estão pleiteando o mesmo reconhecimento, promovendo estudos de competitividade com apoio do MTur e da FGV.

Com relação à gestão do turismo no nível municipal, Petrópolis e Cachoeiras de Macacu, compartilham a gestão do turismo com outra pasta de governo; e Teresópolis e Nova Friburgo têm o turismo em secretaria independente. Todos os 4 (quatro) municípios possuem Conselho Municipal de Turismo, em atividade, segundo PDITS – FGV 2010.

Quanto à promoção da atividade, os órgãos municipais de Turismo, não têm sido capazes de formular e implementar políticas públicas capazes de promover sua

harmonização com a preservação do magnífico patrimônio ambiental, ativos turísticos que marcam o diferencial desses destinos.

Os dados obtidos do PDTIS foram atualizados junto às secretarias de turismo e consultores do Instituto IDEIAS . A pesquisa objetivou inventariar a existência local de alguns dos principais instrumentos de gestão do turismo e conhecer detalhes básicos sobre elas. As informações levantadas e apresentadas a seguir, possibilitam a projeção de um painel sobre a situação da gestão turística no subpolo e exercitar comparações sobre a atuação das organizações de governança municipais.

Instrumento de Gestão	Petrópolis		Teresópolis		Nova Friburgo		Cachoeiras de Macacu	
	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações	Sim	Observações
Secretaria Municipal de Turismo	X	(fundação) - com Cultura	X		X		x	com Desenvolvimento Econômico e Cultura
Plano Diretor Municipal	X		X		X		x	em reformulação
Plano de Desenvolvimento Turístico	X		X			apenas planejamento de marketing	x	
Fundo Municipal de Turismo							x	
Conselho Municipal de Turismo	X		X		X		x	
Inventário turístico	X		X		X			
Desenvolvimento de indicadores	X	Destino Indutor	x	estudo de competitividade da FGV	x	estudo de competitividade da FGV		
Programa de qualidade para o turismo			X				x	Em elaboração (pousadas e restaurantes)

Quadro 21 – Instrumentos de gestão do turismo (nível municipal) no Subpolo Serra Verde Imperial

Programas de capacitação	X		X				x	hotelaria, condutor de visitantes
Convention Bureau	X		X		X		x	

Fonte: FGV-PDTIS, 2010 com atualização junto às secretarias municipais de turismo e consultores do Instituto Idéias.

A instância regional de governança é representada pelo Conselho Regional de Turismo da Serra Verde Imperial¹², instituído em 2005. Com o objetivo de melhor conhecer a sua atuação, foi realizada, em outubro desse ano, uma pesquisa junto à direção regional do CONRETUR, da qual extraímos as principais questões.

Principais Questões	Resposta obtida
Composição paritária (representação governamental e não governamental)	não
Periodicidade das reuniões	quinzenal
Participação dos conselheiros nas reuniões do Conselho	< 50%
Existência de estrutura apoio	sim
Recursos financeiros próprios	não
Website	sim

Quadro 22 – Atuação do órgão regional de turismo no Subpolo Serra Verde Imperial

Interrupções no funcionamento		não
Influencia as políticas públicas de Turismo	estadual	não
	regional	não
	municipal	não
Carece de capacitação de seus membros		sim

¹² Compõem o Conselho: representantes do Poder Público dos Municípios de Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Nova Friburgo, Petrópolis, Teresópolis, São José do Vale do Rio Preto, Areal, Comendador Levy Gasparian, Três Rios, Magé e representantes das instituições SEBRAE, ABRAJET Rio, ABIH Rio, ABAV, ABBTUR, TURISRIO, ABRATUR; do Parque dos Três Picos, Parque Nacional da Serra dos Órgãos; e das Associações Comerciais.

Elabora Estudos/projetos para a sua região

sim¹³
(contratos)

Fonte: elaboração própria a partir dos resultados da pesquisa IBAM, 2010

Ainda sobre os resultados da pesquisa, destacam-se alguns resultados adicionais: (i) sobre as vitórias alcançadas, cita Roteiro Turístico-Histórico e Roteiro Integrado; (ii) com relação à sugestão para aumentar a eficácia da gestão regional do turismo na região menciona “maior participação nas decisões dos empresários no terceiro setor”; (iii) quanto às questões de interesse regional por grau de importância, foram elencadas como muito importantes: Roteiros turísticos integrados, Calendário de eventos regionais, Arrecadação para o Turismo, Capacitação dos gestores e Treinamento de mão-de-obra.

Da composição do Grupo Gestor do Destino Indutor de Turismo Regional de Petrópolis, fazem parte: SEBRAE, FIRJAN, ABIH, ABRASEL, TurisRio, Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis, Clube 29 de julho de Tradições Germânicas, Convention Bureau Petrópolis, Universidade Católica de Petrópolis, Museu Imperial e Secretaria Municipal de Meio Ambiente. O GG de Petrópolis já tem uma câmara regional, que começa a trabalhar com a dimensão regional. (Fonte: TurisRio).

¹³ Capacitação de Gestores, Estudos Estratégicos.

Identificação dos principais planos, programas e projetos governamentais de turismo previstos para a região

Na tabela abaixo estão listados os projetos previstos em turismo para o Polo Serra.

Nome do Plano, Programa ou Projeto	Órgão responsável	Situação Atual
Desenvolvimento de Rede de Atendimento de Turismo e Implantação de Centros Pilotos (Nova Friburgo e	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Elaboração de Conteúdo e Informações de Centros Pilotos.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Fortalecimento na Gestão Empresarial da Economia do Turismo.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Identificação de novas oportunidades de Negócios Turísticos na Ilha Grande (Angra dos Reis) para o programa de	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Sinalização Turística - Projeto e Implantação .	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Elaboração do Plano Estratégico (período Ano 1 a Ano 4) + (Estratégia de Marketing On-line)	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Fortalecimento da Atividade Econômica do Turismo - Regularização da Informalidade (Visconde de Mauá e	SETUR	Processo de licitação para contratação dos serviços já iniciado.
Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual - Capacitação do gestor Público .	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Fortalecimento Institucional da SETUR e da TURISRIO.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Sistemas de Gestão Integradas de Destinos - Desenho e Implantação de projeto Piloto Rio de Janeiro (Cartão	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Identificação de Melhores Práticas e Proposição de Marcos Legais de Turismo no âmbito Estadual e um novo	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Fortalecimento das instancias Participativas de Gestão Estadual, Regional e Municipal Estadual.	SETUR	Termo de Referência em elaboração.
Pesquisas para monitoramento e avaliação do Programa (Ano 1 e Ano 4)	SEOBRAS	Licitação para contratação dos serviços em andamento.
Estudo de Demanda Atual e Potencial dos mercados emissores nacional e internacional para Destinos Turísticos	SETUR	Processo de licitação para contratação dos serviços já iniciado.
Estudo de Oferta dos Destinos Turísticos.	SETUR	Processo de licitação para contratação dos serviços já iniciado.
Pesquisa de Ambiente Empresarial (REVPAR de Rede Hoteleira) .	SETUR	Termo de Referência em elaboração.

Identificação dos principais planos, programas e projetos governamentais de meio ambiente previstos para a região

Na tabela abaixo estão listados os projetos previstos em meio ambiente para o Polo Serra.

Nome do Plano, Programa ou Projeto	Órgão responsável	Situação Atual
Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica incluindo Potencial RPPN.	SEA	Termos de Referência em fase de elaboração.

Identificação dos principais planos, programas e projetos governamentais de infraestrutura previstos para a região

Na tabela abaixo estão listados os projetos previstos em infraestrutura para o Polo Serra.

Nome do Plano, Programa ou Projeto	Órgão responsável	Situação Atual
Obras de Urbanização de Orlas, Centros Históricos e Paisagísticos (Valença, Petrópolis e Nova Friburgo).	SEOBRAS	Projetos em fase de revisão.
Centro Cultural, Eventos e Exposições em Nova Friburgo.	SEOBRAS	Concurso Público para a escolha da empresa que desenvolverá os projetos em fase de planejamento.
Infraestrutura Física, hardware , software e sistema de informação .	SEOBRAS	Termo de Referência em elaboração.

Identificação de outras iniciativas públicas e privadas de desenvolvimento e avaliação de implicações para o desenvolvimento do estudo

No Subpolo Agulhas Negras

Dinâmica Regional

O Subpolo das Agulhas Negras compreende dois ambientes diversos. Convivem lado a lado o núcleo turístico que constitui a marca desse Subpolo (Penedo, Serrinha, Visconde de Mauá, Maromba, Maringá etc.) e o complexo urbano-industrial que se estende de Itatiaia a Volta Redonda. Esse complexo – onde predomina a siderurgia, metal-mecânica, automobilística e químico-farmacêutica – atravessa, desde a década de 1990, um franco processo de expansão. Esse processo redobrou suas forças nessa primeira década do século e avança com força em direção aos municípios de Resende e Itatiaia.

Aqui também foram observados problemas em relação à *Capacidade de Resposta* oferecida pelas políticas públicas, especialmente no plano dos governos locais. Com poucas exceções (como Volta Redonda, Barra Mansa e Resende) também no Polo Serra os governos locais têm mostrado dificuldades no sentido de buscar soluções para problemas instalados e formas de prevenir/mitigar problemas futuros.

Em que pese a movimentação do setor de turismo, são as atividades industriais (de alto valor agregado) e o setor terciário associado (contando com a prestação de serviços sofisticados) que mais contribuem para a elevação do PIB per capita dos municípios.

Nessa Região das Agulhas Negras, à exceção de Barra Mansa e do pequeno município de Quatis, predominam atividades industriais de alto valor agregado, apresentando PIB *per capita* bastante elevados. Em Volta Redonda e Resende a elevada participação do setor terciário e o elevado PIB *per capita* parecem indicar o desenvolvimento de atividades terciárias sofisticadas, possivelmente complementarmente às atividades industriais e como fruto do dispêndio local de salários elevados.

Os dois municípios PRODETUR apresentaram trajetórias completamente distintas. Em Resende, a queda na taxa de crescimento do setor terciário (tabelas a seguir), foi

compensada pela recuperação do setor industrial, cuja taxa negativa de -1,6% no período 2002-1996 se reverteu em elevada taxa de crescimento no período recente (6,1% a.a.), mantendo assim elevada a taxa de crescimento. Já em Itatiaia, à exceção do setor público, todos os setores registravam perdas expressivas no valor de sua produção no período 1996-2002, e arrefeceram este processo no período recente, porém mantendo índices negativos.

Nos demais municípios, à exceção de Porto Real o quadro é de piora entre os períodos, com Barra Mansa entrando em recessão e Volta Redonda em estagnação, ambos devido à retração do setor industrial.

Tabela 60 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2002-1996).

MUNICÍPIOS		PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
PRODETUR	Itatiaia	-3,3	-3,5	-2,1	-3,6	0,6
	Resende	5,2	-4,3	6,1	3,8	3,1
"Entorno"	Porto Real	10,1	-19,8	10,1	7,5	8,8
	Resende + Porto Real	7,0	-5,3	7,8	4,7	3,8
	Barra Mansa	-2,1	-13,9	-5,4	-0,4	0,2
	Quatis	1,1	-11,1	6,6	0,3	1,1
	Volta Redonda	-0,2	9,1	-4,5	1,5	-0,2

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Tabela 58 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007-2002) no Subpolo Agulhas Negras

MUNICÍPIOS		PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
PRODETUR	Itatiaia	-9,0	-8,8	-6,9	-21,7	23,0

	Resende	5,1	-2,3	-1,6	6,5	25,7
"Entorno"	Porto Real	NA	NA	NA	NA	NA
	Resende e Porto Real	13,1	-0,8	7,1	11,3	28,3
	Barra Mansa	0,8	4,0	-8,0	0,5	31,7
	Quatis	4,5	-3,6	-4,7	-2,2	36,9
	Volta Redonda	1,6	-5,4	-4,2	1,2	21,9

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

A partir da análise da participação do setor terciário no PIB é possível atentar para a redução progressiva desta participação no período de 1996 para 2007 no total do Estado do Rio de Janeiro, mas com destaque para o município de Itatiaia, confirmando a predominância das atividades industriais de alto valor agregado na região.

Em Itatiaia o indicador registrou queda vertiginosa no período 1996–2002 devido a forte retração do setor terciário. No período recente o setor terciário arrefeceu a retração para patamar próximo ao do PIB, mantendo assim estável a relação setor terciário/PIB. Em Resende, assim como nos municípios de entorno, o indicador sofreu pequenas variações nos períodos em análise.

Tabela 61 – Variação da participação relativa do setor terciário na formação do PIB no Subpolo Agulhas Negras

MUNICÍPIOS		Participação relativa do setor terciário (*) no PIB total		
		2007	2002	1996
Total do Estado RJ		43,7	47,9	54,3
PRODETUR	Itatiaia	24,4	24,7	60,9
	Resende	31,3	33,4	30,9
"Entorno"	Porto Real	16,5	18,5	NA
	Resende + Porto Real	25,2	28,2	30,9
	Barra Mansa	43,3	39,7	40,4
	Quatis	37,8	39,4	58,7
	Volta Redonda	39,0	35,9	36,7

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Nota (*): excluído "administração pública".

Na realidade, constata-se que o crescimento econômico do Subpolo está alavancado por Resende, confirmando a importância da indústria no cenário econômico regional. Além disso, constata-se o baixo desempenho econômico de Itatiaia nos últimos anos.

Com relação aos postos de trabalho nas atividades turísticas na região, segundo os dados da RAIS, em Itatiaia desapareceram os únicos 3 postos de trabalho do setor turístico existentes em 2000. Em Resende, houve pequeno crescimento no período, porém com queda na proporção. Na área de entorno, Volta Redonda aparece como polarizador dos postos de trabalho formais diretamente ligados ao turismo.

Tabela 62 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Agulhas Negras

MUNICÍPIOS		2008			2000		
		Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)	Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)
PRODETUR	Itatiaia	5.536	0	0,000%	4.981	3	0,060%
	Resende	27.290	16	0,059%	21.576	14	0,065%
“Entorno”	Barra Mansa	29.874	10	0,033%	23.662	7	0,030%
	Porto Real	8.922	0	0,000%	1.963	0	0,000%
	Quatis	1.452	0	0,000%	1.154	0	0,000%
	Volta Redonda	64.358	46	0,071%	51.340	29	0,056%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da RAIS, Ministério do Trabalho¹⁴

Segundo dados do Sebrae/RJ, região conta com uma APL de Turismo, organizada nos municípios de Itatiaia e Resende, voltadas para o setor hoteleiro.

Assim, de forma resumida, podem ser destacadas as seguintes evidências em relação ao Subpolo Agulhas Negras:

- Esse Subpolo apresenta como peculiaridade o fato dos dois municípios que integram o PRODETUR–RJ (Itatiaia e Resende) apresentarem desempenho dos indicadores referentes à dinâmica de uso/ocupação do solo acima da média do Polo. Ou seja, destacam-se por que suas áreas urbanas crescem acima da média

¹⁴ Referente aos seguintes ramos conforme classificação de atividades CNAE 2.0: “agências de turismo”, “Operadores turísticos” e “Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente”.

do Polo, assim como também os indicadores de redução da área florestada e de perda de biodiversidade;

- No que se refere aos indicadores de dinamismo econômico os indicadores de Pressão (variação do PIB total) e de Estado (variação do PIB do setor serviços) apontam para os resultados do crescimento do nível de atividades iniciado em meados da década de 1990;

A presença de ações de apoio à consolidação de APLs turísticos na região turística de Barão de Mauá e arredores serve também para indicar o possível fortalecimento do setor serviços turísticos na região. Contudo, esse movimento ainda não foi capaz de *mover* (acima da média do Polo) o indicador que retrataria o crescimento de empregos associados ao setor turístico.

No Subpolo Vale do Café

Dinâmica Regional

O Subpolo Vale do Café é o menos acessível e menos conhecido dentre aqueles que constituem o Polo Serra. Sua geografia é diversa dos subpolos Agulhas Negras e Serra Verde Imperial e os remanescentes florestais são bem menos extensos. A imagem da região está frequentemente associada à presença das fazendas do café, às sedes distritais e a pequenas vilas/povoados. Salvo atividades isoladas, as possibilidades de sua estrutura econômica passam em parte pela integração com os destinos–fluxos turísticos de outras regiões, sejam aqueles situados nas Agulhas Negras ou em Minas Gerais.

No Vale do Café destaca-se de maneira geral a pequena presença de atividades industriais, exceção feita a Piraí, e uma maior predominância de atividades agropecuárias relativa ao conjunto do Estado do Rio de Janeiro. Um caso a parte é o pequeno município de Rio das Flores, com apenas 8 mil habitantes, onde atividades terciárias propiciam a geração de elevado valor agregado.

À exceção de Rio das Flores e do conjunto Piraí e Rio das Flores, o quadro geral é de estagnação ou retração econômica, numa clara reversão do quadro apresentado no período anterior. Muito dependentes do setor público, os municípios desta região, sem exceção, apresentaram queda muito significativas das taxas de crescimento deste setor entre os períodos de análise e, fora os municípios mencionados, não

parecem apresentar setores dinâmicos capazes de alavancar seu desenvolvimento econômico.

Rio das Flores apresentou elevadíssima taxa de crescimento econômico recente baseado na expansão do setor de serviços, contudo trata-se de um pequeno município com PIB de apenas R\$ 185 milhões em 2007. As informações apresentadas podem ser vistas nas tabelas a seguir.

MUNICÍPIOS		PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
PRODETUR	Barra do Piraí	1,4	-13,0	1,0	1,1	1,8
	Rio das Flores	22,1	-10,8	17,1	42,6	2,5
	Valença	-0,1	-9,4	0,9	-0,6	0,4
	Vassouras	-0,6	-10,9	-0,7	-1,2	1,1

Tabela 52 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Vale do Café

“Entorno”	Eng. Paulo de Frontin	0,0	-18,3	3,6	0,2	-1,5
	Mendes	-0,9	-7,7	-5,8	-1,3	1,4
	Miguel Pereira	0,5	-8,1	0,5	0,2	1,4
	Paty do Alferes	0,0	-11,1	0,3	0,1	0,9
	Pinheiral	1,3	6,2	-0,6	0,5	1,9
	Piraí	5,8	-9,6	9,5	2,9	2,1
	Pinheiral + Piraí	5,0	-7,3	9,0	2,1	2,0

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Tabela 64 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2002–1996) no Subpolo Vale do Café

MUNICÍPIOS		PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
PRODETUR	Barra do Piraí	2,6	-4,2	-5,2	0,2	39,2
	Rio das Flores	1,7	5,0	-8,8	-7,5	23,7
	Valença	4,1	2,2	-11,2	2,6	176,2
	Vassouras	6,8	-2,8	-10,3	6,3	40,9
"Entorno"	Eng. Paulo de Frontin	6,1	-10,9	-3,7	0,9	37,5
	Mendes	0,7	21,6	-16,7	0,3	46,5
	Miguel Pereira	3,3	23,2	-19,1	4,5	40,3
	Paty do Alferes	6,8	15,1	-4,4	-0,5	35,8
	Pinheiral	NA	NA	NA	NA	NA
	Piraí	-3,8	3,2	-10,8	-4,0	15,7
	Pinheiral + Piraí	-0,3	5,2	-9,9	2,7	25,7

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Nesta região a tendência geral é de ligeira e gradativa queda na relação setor terciário/PIB, com exceção para Rio das Flores no período 2002–2007 devido ao já comentado processo de forte expansão econômica baseado no setor terciário.

Tabela 65 – Variação da participação relativa do setor terciário na formação do PIB no Subpolo Vale do Café

MUNICÍPIOS		Participação relativa do setor terciário (*) no PIB total		
		2007	2002	1996
Total do Estado RJ		43,7	47,9	54,3
PRODETUR	Barra do Piraí	40,9	41,3	47,4
	Rio das Flores	71,5	32,9	57,9
	Valença	45,9	47,2	51,3
	Vassouras	49,5	51,1	52,3
“Entorno”	Eng. Paulo de Frontin	38,9	38,5	52,1
	Mendes	44,9	45,8	47,0
	Miguel Pereira	50,4	51,2	47,7
	Paty do Alferes	38,6	38,6	58,7
	Pinheiral	40,4	42,1	NA
	Piraí	17,8	20,4	20,6
	Pinheiral + Piraí	21,4	24,6	20,6

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Nota (*): excluído “administração pública”.

Com relação aos postos de trabalho nas atividades turísticas, segundo os dados da RAIS, nesta região os pouquíssimos postos de trabalho formais diretamente gerados por atividades turísticas encontram-se em Barra do Piraí e em Valença, conforme se pode observar a partir da análise da evolução desse indicador.

Tabela 66 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Vale do Café

MUNICÍPIOS		2008			2000		
		Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)	Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)
PRODETUR	Barra do Piraí	15.865	4	0,025%	12.266	2	0,016%
	Rio das Flores	2.948	0	0,000%	931	0	0,000%
	Valença	11.349	5	0,044%	11.213	2	0,018%
	Vassouras	5.557	0	0,000%	4.687	0	0,000%
“Entorno”	Eng. Paulo de Frontin	1.480	0	0,000%	1.371	0	0,000%
	Mendes	2.387	0	0,000%	2.155	0	0,000%
	Miguel Pereira	3.813	0	0,000%	2.842	0	0,000%
	Paty do Alferes	3.407	0	0,000%	1.593	0	0,000%
	Pinheiral	2.602	0	0,000%	1.185	0	0,000%
	Piraí	6.264	0	0,000%	4.217	0	0,000%
	Barra do Piraí	15.865	4	0,025%	12.266	2	0,016%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da RAIS, Ministério do Trabalho¹⁵

¹⁵ Referente aos seguintes ramos conforme classificação de atividades CNAE 2.0: “agências de turismo”, “Operadores turísticos” e “Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente”.

Essa situação (e tendências derivadas) encontra-se refletida nos indicadores pesquisados, e seus efeitos podem ser resumidos a partir das seguintes evidências:

- . O Vale do Café apresenta, em todas as três vertentes de análise (uso do solo, econômica e populacional) um desempenho situado, em geral, abaixo da média do Polo. Trata-se de fato do subpolo de menor dinamismo de todos os seis que compõem o território do PRODETUR-RJ;
- . O único destaque de maior expressão diz respeito à evolução acima da média do Polo dos investimentos realizados pelos municípios em matéria de saneamento e infraestrutura urbana;

Afora isso, também merece atenção a existência de esforços realizados pelo poder público estadual e pelo SEBRAE no sentido de apoiar a consolidação de um Arranjo Produtivo Local (APL) associado às fazendas do café.

No Subpolo Serra Verde Imperial

Dinâmica Regional

Segundo dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ), os municípios do Subpolo Serra Verde Imperial – Teresópolis, Petrópolis e Nova Friburgo – apresentam padrão de municípios mais antigos e desenvolvidos, população de mais de 150 mil habitantes, PIB acima de R\$1 bilhão, PIB per capita acima de R\$11 mil e predominância de atividades terciárias, com Petrópolis destacando-se por uma maior presença da indústria e, conseqüentemente, PIB per capita mais elevado. Destaca-se em Teresópolis a agropecuária respondendo por 3,5% do PIB.

Em diferentes magnitudes, na Região da Serra Verde Imperial o desempenho econômico piorou no período recente, devido a queda do setor terciário e, principalmente, aos gastos do setor público. Por outro lado, a indústria, que estava em retração nos três municípios, reverteu o quadro, contudo, em Nova Friburgo permanecendo em moderada retração.

Em todos os municípios, o setor terciário registrou taxa de crescimento baixa ou média no período 1996–2007, porém reduzidas no período recente (2002–2007), conforme demonstram as tabelas abaixo:

MUNICÍPIOS	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
Nova Friburgo	-0,1	-0,3	-2,8	0,3	1,0
Petrópolis	2,6	-8,7	10,2	0,7	0,4
Teresópolis	1,0	-7,0	3,7	0,8	1,2

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

MUNICÍPIOS	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	Adm. Pública
Nova Friburgo	1,8	-3,9	-13,7	4,1	51,9

Tabela 67 – Taxa de Variação Anual do PIB, por Setor de Atividade (2007–2002) no Subpolo Serra Verde Imperial

Petrópolis	3,0	2,2	-4,6	1,3	43,8
Teresópolis	3,1	-1,6	-14,7	6,2	34,8

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Em Nova Friburgo e Teresópolis, o indicador cresceu no período 1996–2002 devido ao elevado crescimento do setor terciário. No período recente, o indicador estabilizou devido as baixas taxas de variação do setor terciário e do PIB.

Em Petrópolis, o indicador diminuiu gradativamente, devido a pequena taxa de crescimento do setor terciário em relação ao PIB.

Tabela 69– Evolução da Variação da participação relativa do setor terciário no PIB no Subpolo Serra Verde Imperial

MUNICÍPIOS	Participação relativa do setor terciário (*) no PIB total		
	2007	2002	1996
Total do Estado RJ	43,7	47,9	54,3
Nova Friburgo	53,2	52,2	45,7
Petrópolis	45,6	50,2	55,6
Teresópolis	53,2	53,8	44,8

Fonte: elaboração própria a partir de dados da Fundação CIDE (hoje CEPERJ)

Nota (*):excluído “administração pública”.

Registra-se ainda a ocorrência de programas de apoio à formação/consolidação de APLs (Arranjos Produtivos Locais) em alguns municípios, que vem contribuindo para o desenvolvimento da economia local, como: a APL Têxtil-Vestuário, em Petrópolis; a APL de Moda Íntima, em Nova Friburgo; e a APL de Entretenimento em Mury, Lumiar e São Pedro da Serra, distritos de Nova Friburgo, a segunda a ser implantada no Estado e no País.

Com relação aos postos de trabalho nas atividades turísticas na região, segundo os dados da RAIS, Petrópolis aparece com o maior número absoluto, maior proporção e maior variação no período. Os demais municípios também apresentaram melhoria no indicador, contudo a participação do setor turismo no conjunto dos postos de trabalho formais é baixa.

Tabela 70 – Postos de trabalho vinculados às atividades turísticas no Subpolo Serra Verde Imperial

MUNICÍPIOS	2008			2000		
	Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)	Total (a)	Turismo (b)	Proporção (b/a)
Nova Friburgo	46.507	49	0,105%	36.270	30	0,083%
Petrópolis	65.253	174	0,267%	51.571	47	0,091%
Teresópolis	28.561	22	0,077%	20.493	12	0,059%

Fonte: elaboração própria a partir de dados da RAIS, Ministério do Trabalho¹⁶

De forma resumida, pode ser destacado que, no que se refere ao desempenho econômico geral (variação no PIB total), o Subpolo Serra Verde Imperial apresenta resultados sempre abaixo da média do Polo, embora deva ser chamada a atenção para o fato dos indicadores de “empregos associados ao setor turismo” e à “ocorrência de programas de apoio à formação/consolidação de APLs” (Arranjos Produtivos Locais) turísticos se destacarem nos municípios de Petrópolis e Nova Friburgo, respectivamente.

¹⁶ Referente aos seguintes ramos conforme classificação de atividades CNAE 2.0: “agências de turismo”, “Operadores turísticos” e “Serviços de reservas e outros serviços de turismo não especificados anteriormente”.

Identificação e análise da base legal ambiental e turística e dos instrumentos de uso e ordenamento do solo (aspectos legais relevantes)

No Subpolo Agulhas Negras

Gestão do Território

Foram identificados os seguintes instrumentos de gestão urbana na região:

- . Política de Desenvolvimento Urbano de Resende.
- . Lei das Edificações na Região da Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira (Vila de Visconde de Mauá, Lote 10, Vila da Pedra Selada e Vila da Fumaça), elaborado pela Prefeitura de Resende.
- . Plano Diretor de Maringá–Maromba, elaborado pela Prefeitura de Itatiaia.
- . Plano Diretor de Penedo, elaborado pela Prefeitura de Itatiaia.
- . Plano Municipal de Turismo de Itatiaia.

As características singulares de Visconde de Mauá, território turístico com inserção geográfica em três municípios (Itatiaia, Resende e Bocaina de Minas) e dois Estados da federação (Rio de Janeiro e Minas Gerais), com histórico de abandono dos poderes públicos em políticas descontinuadas, incentivaram a formação da MauaTur, e, posteriormente, do Conselho Gestor da Região de Visconde de Mauá como representantes dos anseios locais.

Quadro 23 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Agulhas Negras

Municípios	Itatiaia	Resende
Variáveis		
Dispõe de Plano Diretor?	Sim	Sim
Tem Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar?	Não	Sim 2009
Possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial? Tipo?	Sim Ambiental, Histórico, Cultural e Paisagístico	Sim Ambiental, Histórico e Cultural
Lei de Parcelamento do Solo?	Sim	Sim
Lei de Zoneamento ou equivalente?	Sim	Sim
Código de Obras?	Sim	Sim
Lei específica de Impacto de Vizinhança?	Não	Sim

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 215

Entre as questões urbanas fundamentais a serem enfrentadas, destacam-se:

- a revisão do perímetro urbano tanto da sede municipal como dos demais núcleos, bem como o controle da expansão urbana, priorizando a região de Visconde de Mauá;
- o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão do território instituindo mecanismos de controle social e de sistema de informação que permita o monitoramento da ocupação do território;
- a revisão das normas de uso e ocupação e de edificações, particularizando-as às peculiaridades dos diversos ambientes paisagísticos, e aplicação das devidas sanções e penalidades ao descumprimento das mesmas;
- a articulação dos instrumentos da política urbana com os de proteção aos patrimônios ambiental e cultural com vistas à produção de normas complementares eficazes.

Gestão do Patrimônio Cultural

Além das tradicionais disposições inseridas nas Leis Orgânicas Municipais que estabelecem como competência do poder público “*promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local*”, não foram identificados instrumentos legais e institucionais específicos para sua concretização, tanto em Itatiaia quanto em Resende.

Em Itatiaia, o Plano Diretor do Município (Lei Complementar nº. 010/2007) prevê a criação de Unidades de Proteção do Ambiente Histórico e Cultural – UPAHCs (art. 10º) para promover a “*valorização de bens imóveis especiais que contribuam para a preservação da memória coletiva e da paisagem cultural de Itatiaia*”. Segundo o PDMI, as UPAHCs constituem bens de interesse protegidos contra demolição, modificação, uso e ocupação inadequados ou qualquer ato que possa alterá-los ou descaracterizá-los (§1º). Mas não há registro de que tenha sido criada qualquer UPAHC no Município.

O Plano Diretor do Município de Resende (Lei nº. 2260/2000) inscreve dentre as *Diretrizes Básicas para o desenvolvimento urbano* (Art. 6º) a preservação, proteção e recuperação daquilo “*que for estabelecido como patrimônio cultural, histórico, arquitetônico ou paisagístico*”, destacando o tombamento como um dos *Instrumentos Jurídicos* (Art. 16) para dar suporte ao controle urbanístico. Como mencionado acima, a Prefeitura de Resende já realizou mais de 60 tombamentos de bens de interesse cultural. É possível ter sido este o fundamento da proteção, já que não foram identificados instrumentos legais relacionados aos atos de tutela.

O Município de Resende dispõe de lei que “*Estabelece incentivos fiscais à realização de atividades culturais*” (Lei nº. 1.805/93), mas que não abrange diretamente o patrimônio histórico-cultural, sendo voltada ao fomento de atividades relacionadas às artes dramáticas, à música, ao folclore, à dança, à literatura e às artes plásticas. Ainda em Resende há Fundação Casa da Cultura Macedo Miranda, sediada em um dos bens culturais tombados pelo Município, a antiga Casa de Câmara, cuja principal missão é divulgar as atividades culturais locais.

No Subpolo Vale do Café

Gestão do Território e do Patrimônio Cultural

Importante destacar que todas as municipalidades do Subpolo Vale do Café informam dispor de Plano Diretor, sendo que os Municípios de Barra do Pirai e de Valença confirmam que dispõem de *legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial Ambiental, Histórico e Cultural*. Entretanto em nenhum dos sites pesquisados estão disponíveis informações sobre a existência de Planos Diretores ou sobre atividades de revisão e/ou implementação, muito menos sobre normas específicas relativas à proteção do patrimônio ambiental e histórico cultural. Na maior parte dos casos, as páginas oficiais das Prefeituras Municipais dedicadas ao Plano Diretor se encontram “*em construção*” ou “*em atualização*”.

Municípios	Barra do Pirai	Rio das Flores	Valença	Vassouras
Variáveis				
Dispõe de Plano Diretor?	Sim	Sim	Sim	Sim

Quadro 24 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Vale do Café

Tem Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar ?	Sim 2008	Não	Sim 2005	Não
Possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial? Tipo?	Sim Ambiental, Histórico e Cultural	Não	Sim Ambiental, Histórico, Cultural, Paisagístico	Não
Lei de Parcelamento do Solo?	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei de Zoneamento ou equivalente?	Sim	Sim	Sim	Sim
Código de Obras?	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei específica de Impacto de Vizinhança?	Não	Sim	Sim	Sim

--	--	--	--	--

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 205.

Assim, não foi possível verificar como cada Município do Vale do Café está instrumento para tratar seu precioso e diversificado patrimônio cultural, além das tradicionais disposições inseridas nas Leis Orgânicas Municipais que estabelecem como competência do poder público “*promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local*”. Mas sabe-se que nenhum dos Municípios do subpolo promoveu o tombamento ou qualquer outro tipo de medida acauteladora para a proteção de bens culturais, sejam materiais ou imateriais.

Em Valença, há a Lei nº. 1471/87, conhecida como a Lei de Proteção Cultural de Conservatória, que criou a Área Especial de Proteção Cultural da cidade, a AP-CON. Iniciativa municipal pioneira, teve como finalidade *preservar o conjunto urbanístico e arquitetônico tradicional ali formado historicamente e o quadro natural que o envolve e integra a sua paisagem, bem como as fazendas e imóveis e conjuntos (...), fora do contexto urbano* (Art. 1º). Esta lei tem contribuído para a proteção da vila histórica, aliada às ações do INEPAC, sob cuja tutela se encontram alguns bens, mas muitos consideram o instrumento e sua aplicação insuficientes para as necessidades de preservação do conjunto urbano-paisagístico e arquitetônico de Conservatória.

Mesmo neste Município, onde o INEPAC efetivou em 2004 o tombamento de um variado conjunto de bens naturais e materiais histórico-paisagístico em seu Centro Histórico e no entorno da cidade, a administração local não dispõe de instrumentos legais e institucionais pra dar sequência às providências previstas na Ação Civil Publica que determinou o inventário e a proteção de seu acervo cultural, motivos do tombamento estadual. O desenvolvimento dos trabalhos de preservação dos bens tombados estão sendo realizados por técnicos do Escritório Regional do INEPAC em Valença, apenas acompanhados pela administração local, mas sem seu sistemático apoio técnico e institucional, como previsto na ACP.

Ainda em Valença, Lei Complementar n.º 075/2007, que dispôs sobre a nova Estrutura Administrativa do Município, reorganizou a administração municipal, criando a Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Art. 10º), com a finalidade de, entre outras, *elaborar e desenvolver (...) os planos, os programas, projetos e*

atividades culturais e artísticas e promover a realização e publicação de trabalhos sobre as características, belezas naturais e pontos turísticos do Município; elaborar e difundir o calendário de festas e outras atividades culturais e turísticas. Mas dentre os objetivos e finalidades desta nova Secretaria não consta qualquer menção à proteção e/ou promoção do patrimônio cultural local, apesar de também ter sido criado um *Departamento do Serviço de Patrimônio Histórico* a ela vinculado, sem definições de atribuições ou competências. Apesar da boa estrutura de promoção do turismo que dispõe a Prefeitura de Valença, como atestam as frequentes e exitosas atividades no Município, não se sabe se o recém criado *Departamento do Serviço de Patrimônio Histórico* chegou a ser implantado e quais suas atividades.

É certo que todas as municipalidades divulgam em suas páginas oficiais a história de seus territórios e os atrativos turísticos locais, mas poucos atribuem o devido valor aos atributos culturais de seus bens, assim como pouco se referem à sua inserção dentro do conjunto do patrimônio histórico da região. Raras são as referências sobre a existência de proteção sobre o patrimônio cultural, sendo que Vassouras é a única municipalidade que cita o tombamento de seu centro histórico, talvez devido à existência do Escritório Regional do IPHAN, sediado há décadas na cidade. A presença deste escritório técnico tem sido fundamental na preservação do patrimônio cultural do Vale do Café, devido à atuação competente e enérgica de seus quadros.

Registre-se a recente criação do Escritório Regional do INEPAC em Valença, em consequência do extenso tombamento realizado em 2004. Ainda em fase de organização, é de se esperar que, devidamente estruturado, este escritório técnico também venha a contribuir na preservação do patrimônio cultural da região.

No Subpolo Serra Verde Imperial

Gestão do Território

Todos os municípios que integram o Subpolo Serra Verde Imperial promoveram a atualização dos seus Planos Diretores. No entanto, os resultados da regulamentação desses Planos, que envolvem a atualização das leis complementares: de perímetro

urbano, de parcelamento, de uso e ocupação do solo urbano e de edificações, encontram-se defasados.

Essa lacuna, aliada à precariedade de estruturas administrativas municipais que possam exercer o poder de fiscalização urbano e ambiental, tem favorecido a proliferação de ocupações e edificações irregulares, que, entre outros, trazem enormes prejuízos à paisagem de muitas vilas e cidades, que em muitos casos afetam os atrativos turísticos.

Municípios	Cachoeiras de Macacu	Nova Friburgo	Petrópolis	Teresópolis
------------	----------------------	---------------	------------	-------------

Quadro 25 – Estrutura pública de Planejamento e Gestão Urbana no Subpolo Serra Verde Imperial

Dispõe de Plano Diretor?	Sim	Sim	Sim	Sim
Tem Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar ?	Não	Não	Sim/2008	Sim/2007
Possui legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial? Tipo?	Sim / ambiental	Sim / ambiental, histórico, cultural, paisagístico, arquitetônico	Sim Ambiental	Sim Ambiental
Lei de Parcelamento do Solo?	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei de Zoneamento ou equivalente?	Sim	Sim	Sim	Sim
Código de Obras?	Sim	Sim	Sim	Sim
Lei específica de Impacto de Vizinhança?	Sim	Sim	Não	Não

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2009, apud PDTIS, 2010; 214

Entre as questões urbanas fundamentais a serem enfrentadas, destacam-se:

- . a revisão do perímetro urbano tanto da sede municipal como dos demais núcleos, bem como o controle da expansão urbana, priorizando os locais de maior afluxo turístico;
- . o aperfeiçoamento dos instrumentos de planejamento e gestão do território instituindo mecanismos de controle social e de sistema de informação que permita o monitoramento da ocupação do território;
- . a revisão das normas de uso e ocupação e de edificações, particularizando-as às peculiaridades dos diversos ambientes paisagísticos, e aplicação das devidas sanções e penalidades ao descumprimento das mesmas;
- . a articulação dos instrumentos da política urbana com os de proteção aos patrimônios ambiental e cultural com vistas à produção de normas complementares eficazes.

Gestão do Patrimônio Cultural

Deve ser mencionado que, assim como foi constatado nos demais Subpolos do Polo Serra, todas as municipalidades do Subpolo Serra Verde Imperial informam dispor de Plano Diretor (cf. tabela acima) e que dispõem de *legislação específica sobre zona e/ou área de interesse especial Ambiental*. Os Municípios de Petrópolis e de Teresópolis confirmam ter *Conselhos de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar* e Nova Friburgo informa dispor de *área de interesse especial Histórico, Cultural, Paisagístico e Arquitetônico*. Entretanto em nenhuma das páginas oficiais das municipalidades que foram pesquisadas estas informações estão disponíveis. Apenas Petrópolis e Teresópolis informam sobre a existência de Plano Diretor e disponibilizam seus arquivos, mas silenciam sobre os demais temas. Todos são omissos a respeito de normas específicas relativas à proteção do patrimônio ambiental e histórico cultural.

Petrópolis

Como referido acima, não é apenas a arquitetura que caracteriza a Cidade Imperial, mas também o traçado urbano e sua integração com a paisagem, que permaneceram como testemunhos do plano urbanístico do Major Koeller, além das normas por ele estabelecidas, relativas à preservação dos rios e das matas e que

garantiram as características da paisagem natural e o equilíbrio ambiental da região. Essas normas perduraram durante toda a segunda metade do século XIX, sendo consolidadas no primeiro Código de Posturas da cidade, aprovado em 1893.

Apesar das transformações ocorridas ao longo do último século, a gestão da Petrópolis ainda está centrada no binômio representado pelos atos de proteção de seu patrimônio histórico-cultural, decretados pelas três esferas administração pública, e pelo conjunto de normas legais, ambientais, urbanísticas e edilícias, no âmbito municipal. Os tombamentos efetivados até hoje têm garantido suficiente proteção ao patrimônio ambiental urbano. Aos atos, se somam as atuações dos Escritórios Técnicos do IPHAN e do INEPAC, ambos sediados em Petrópolis, e que são responsáveis pela fiscalização de projetos e obras realizadas em bens tombados de toda a região do Subpolo Serra Imperial.

Em relação às normas municipais, há a Lei de Uso, Parcelamento e Ocupação do Solo – LuPOS, que foi reformulada em 1981 com base nas recomendações do *Projeto Petrópolis*, passou por modificações em meados da década de 1990, e se mantém como uma proteção subsidiária ao patrimônio local. A Lei nº. 6070/2003, que reviu e atualizou o Plano Diretor de Petrópolis, definiu a LUPOS como uma das Leis Complementares ao PDP, além do Código de Obras e do Código de Posturas. Estabeleceu ainda como Leis de Permanente Interação o Código Tributário, o Código Florestal e o Plano Plurianual (Art. 3º).

Em relação à Cultura, a Lei de atualização do Plano Diretor fixou como *Ações Mestras*, entre outras a *Promoção e divulgação do inventário dos bens culturais do Município* e a *plena e imediata reativação* do Conselho Municipal de Tombamento Histórico, Cultural e Artístico (CMCTHCA). Ambos os instrumentos, de grande importância na preservação do patrimônio histórico-cultural, encontravam-se paralisados à época da revisão do PDP e, pelo que se tem notícias, ainda não foram reativados.

Em 2008, a Lei nº. 6614 dispôs sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do *Conselho Municipal da Cidade de Petrópolis – ComCidade*, definido como *órgão colegiado de natureza deliberativa e consultiva, integrante da estrutura do Município de Petrópolis, vinculado à Secretaria Municipal de*

Planejamento e Desenvolvimento Econômico, que tem por finalidade estudar e propor as diretrizes para a formulação e implementação da Política Municipal de Desenvolvimento Urbano, Ambiental e Socioeconômico do Município e do território sob a sua área de influência, bem como acompanhar e avaliar a sua execução, conforme dispõe a Lei n.º. 10.257, de 10 de Julho de 2001 – Estatuto da Cidade.

Em 2010, a Lei municipal n.º. 6771 aprovou o *Plano Petrópolis Imperial – Plano Diretor para Turismo da cidade de Petrópolis* para o período de 2010 a 2019, com base nas diretrizes e ações mestras do Plano Diretor /2003 que previa entre as *Ações Mestras para o Turismo* o desenvolvimento de produtos temáticos interativos relacionados com o patrimônio natural e histórico-cultural de Petrópolis . O órgão responsável pelas ações relacionadas à cultura é a Fundação Municipal de Cultura e Turismo, vinculada à Secretaria de Planejamento e Urbanismo, já que a Prefeitura não dispõe de Secretaria Municipal de Cultura.

Nova Friburgo

No plano dos instrumentos legais, o Município de Nova Friburgo dispõe de Plano Diretor aprovado em 2007, mas que não é divulgado em sua página oficial na rede. Trata-se de um Plano Diretor bem completo, que tratou o tema da preservação de forma integrada, considerando os aspectos da proteção dos bens e conjuntos de interesse cultural associados à proteção dos ambientes naturais. Em seu *Capítulo V – Da Proteção do Patrimônio Ambiental e Cultural* está previsto que a *proteção do patrimônio ambiental e cultural de Nova Friburgo, atendendo às disposições do Plano Diretor Participativo, requer normas específicas para as seguintes Zonas de Especial Interesse Ambiental e Cultural – ZEIPAC: ZEIPAC Centro; ZEIPAC Riograndina; ZEIPAC Amparo* (Art. 47).

Especialmente em relação à proteção do patrimônio cultural há a recente Lei Municipal n.º. 3.794, aprovada em 2009 e que garante cuidados especiais às edificações mais antigas. Foi com base nessa Lei que a Prefeitura determinou o tombamento de mais de uma centena de imóveis de interesse cultural, mencionados no Item *Ações Recentes* acima.

No plano institucional, a Prefeitura também não disponibiliza na página oficial informações sobre a preservação de seu patrimônio, inclusive sobre as instituições

envolvidas. Informa apenas que, na estrutura administrativa municipal existe uma Secretaria de Cultura. Sabe-se que há um Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, vinculado à Secretaria de Cultura, que tem desenvolvido estudos técnicos e inventários de bens culturais. Existe ainda um Conselho Municipal do Patrimônio Cultural formado por representantes de ONGs locais como a Associação de Artistas de Friburgo e de órgãos e entidades federais e estaduais como IPHAN, INEPAC, IAB e CREA-RJ. Esse Conselho é atuante e tem sido responsável por diversas iniciativas, entre elas as proposições para a edição da Lei nº. 3.794/09 para os tombamentos acima referidos.

Em meados deste ano de 2010, a Prefeitura oficializou a existência da Fundação Municipal Dom João VI, que substituirá o antigo Centro de Documentação Dom João VI, ONG formada por pesquisadores e personalidades locais, que há três décadas vem preservando parte do acervo histórico do Município. A nova instituição nasce com comprometida em *zelar pela história de Nova Friburgo, seu patrimônio histórico e cultural, assim como a guarda e difusão dessa memória em benefício das gerações futuras.*

A despeito dessas iniciativas é de se registrar que, durante as reuniões realizadas pela equipe do IBAM em Nova Friburgo, foi constatada pouca divulgação do seu patrimônio histórico e cultural, principalmente no que se refere aos circuitos turísticos que incluem fazendas do ciclo do café (cujo inventário está em andamento e teve como exemplo o circuito “Caminhos do Barão”) e ao fato de que o destino turístico da cidade está excessivamente vinculado à imagem da indústria de moda íntima.

Teresópolis

O Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável de Teresópolis foi aprovado pela Lei Complementar nº. 079/2006. O PDDST afirma que a política municipal de desenvolvimento sustentável de Teresópolis tem como objetivos, entre outros, *valorizar a identidade cultural e o patrimônio histórico-cultural (...) tendo em vista sua privilegiada localização na Serra dos Órgãos e na Mata Atlântica* (Art. 2º – VI). Na Seção III, *Do Fortalecimento do Turismo Sustentável*, a estratégia de fortalecimento do turismo sustentável objetiva (Art. 14): *promover a valorização e o*

aproveitamento sustentável do patrimônio natural, da paisagem, das Unidades de Conservação, das propriedades rurais, da diversidade cultural, respeitando a capacidade de suporte dos atrativos turísticos. E em relação à estratégia de acesso à cultura, ao esporte e ao lazer, a todos os cidadãos (Art. 32), objetiva oferecer espaços e oportunidades de atividades e eventos culturais, esportivos e de lazer, elevando a qualidade de vida no Município, que será implementada mediante: I – inventariação e classificação dos espaços culturais existentes; II – recuperação e adoção de medidas de acautelamento do patrimônio arquitetônico de valor cultural, inclusive mediante parceria com o setor privado; III – recuperação do patrimônio natural e arqueológico do Município.

Desde a aprovação do PDDST, não há registros de ações sistemáticas de inventariação, de acautelamento, de recuperação, de valorização e de aproveitamento sustentável do patrimônio arquitetônico de valor cultural ou do patrimônio natural e arqueológico do Município.

No Capítulo VIII – *Do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana* há a indicação de que o *Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana* compõe-se de (Art. 119): I – *Conselho da Cidade*; II – *Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável*; III – *Órgão Central do Sistema de Planejamento e Gestão Municipal e Urbana*, no âmbito do Poder Executivo; IV – *Fundo Municipal de Desenvolvimento Sustentável*; V – *Sistema Municipal de Informações*. O *Conselho da Cidade* está previsto no PDDST como um colegiado consultivo *constituído pelos principais atores sociais, comprometidos com o desenvolvimento municipal* e o *Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável* pretende ser um *órgão deliberativo, vinculado ao Gabinete do Prefeito, composto por representantes do Poder Público Municipal e da sociedade civil organizada, de forma paritária*. Não há notícias de que esses conselhos tenham sido instalados, nem de seu funcionamento.

No plano institucional, a Prefeitura de Teresópolis dispõe de uma Secretaria de Cultura. Há informação de que teria sido criado um Serviço de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural do Município que estaria sediado na Casa da Memória Arthur Dalmaso, mas não se tem notícias de suas atividades. Quanto a órgão colegiado de

preservação, sabe-se que Teresópolis já teve um Conselho de Proteção do Patrimônio Cultural, mas foi extinto há algumas décadas.

A municipalidade adota um interessante instrumento de gestão que são as Audiências Públicas realizadas anualmente sobre temas selecionados pela administração local, quando são relatadas as ações desenvolvidas pela Prefeitura no ano em curso e apresentadas as metas e atividades previstas para o ano seguinte. Na Audiência Pública de Cultura, realizada em 2009 para o Tema Cultura foram registradas, entre outras, as ações de: inauguração da *Casa da Memória*; realização do *Projeto Cultura de Raiz e de Concertos na Matriz*; elaboração de *Mapa Cultural do Município*; realização de uma etapa do *Seminário do Sistema Estadual de Museus*. Não há registro de Audiências Públicas em 2010.

Identificação das principais tensões e potenciais conflitos entre o desenvolvimento do turismo e outras propostas de uso de ativos ambientais na região

Nos municípios de influência direta do Polo Serra pode-se afirmar que as atividades turísticas não apresentam conflitos e/ou tensões potenciais significativas. Ao contrário, há uma enorme expectativa da população em geral pelo desenvolvimento desse setor por compreenderem que as demandas por emprego, trabalho e renda poderão ser atendidas, em grande parte, a partir da implementação das políticas e ações integrantes do PRODETUR-RJ.

Nesse sentido, são apresentados abaixo, para cada um dos três Subpolos, os pontos críticos que foram identificados como potencialmente conflitantes com a utilização dos ativos ambientais para a atividade turística.

No Subpolo Agulhas Negras

- ✓ Inexistência ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais.
- ✓ Pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais situados fora dos limites do Parna Itatiaia.
- ✓ Baixa incidência de RPPNs, se comparada com outras regiões do estado.
- ✓ Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação.
- ✓ Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental.
- ✓ Inexistência de acesso ao Parna Itatiaia pela região de Visconde de Mauá.
- ✓ Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações

No Subpolo Vale do Café

- ✓ Número reduzido de atrativos naturais.
- ✓ PE da Serra da Concórdia fechado à visitação.
- ✓ Inexistência ou falta de divulgação de roteiro aos poucos ambientes naturais.
- ✓ Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.

No Subpolo Serra Verde Imperial

- ✓ Baixa eficiência no controle dos danos ao meio natural, principalmente florestas e recursos hídricos situados fora dos limites das UCs de proteção integral.
- ✓ Segmento do ecoturismo e do turismo de aventura ainda pouco divulgado face a sua potencialidade.
- ✓ Falta de atualização e divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais.
- ✓ Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação.
- ✓ Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental.

- ✓ Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.

Conhecimento da situação existente na Região e do potencial de comprometimento do desenvolvimento do setor produtivo em função dos eventuais conflitos identificados e das tendências

As informações relativas a esse tópico encontram-se, como pode ser comprovado, distribuídas ao longo dos tópicos anteriores, todas relevantes para a elaboração do Diagnóstico Integrado. Entretanto, é apresentada abaixo uma síntese, para cada Subpolo, dos pontos mais significativos, tanto como perspectiva de desenvolvimento como as potenciais ameaças.

No Subpolo Agulhas Negras

NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Pontos Positivos

- ✓ Expansão da atividade industrial notadamente nos municípios de Itatiaia e Resende, com repercussões positivas na economia do turismo.
- ✓ Investimentos do PAC previstos para o município de Resende que poderão representar melhorias diretas para a região.
- ✓ Predomínio de atividades industriais de alto valor agregado, com crescimento econômico alavancado por Resende.

Pontos Negativos

- ✓ Eventuais conflitos entre as atividades econômicas em crescimento com a do turismo, devido à tradicional baixa sinergia entre elas.

NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Pontos Positivos

- ✓ Alto índice de biodiversidade: recursos naturais abundantes, variada tipologia vegetal e existência de extensas áreas protegidas por UCs (UCs de proteção integral e de uso sustentável federais e municipais).
- ✓ Criação de Parque Natural Municipal em Visconde de Mauá (Resende).
- ✓ Institucionalização do Mosaico da Mantiqueira – gestão integrada das UCs.

Pontos Negativos

- ✓ Poucos investimentos em infraestrutura de uso público e na gestão das UCs municipais de Resende: Parque Natural Municipal do Rio Pombo, APA Municipal da Serrinha do Alambari e Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba.
- ✓ Baixa eficiência no controle dos danos ao meio natural, principalmente florestas e recursos hídricos situados fora dos limites do Parna Itatiaia.
- ✓ Avanço das áreas antropizadas (ocupações licenciadas ou não) com impactos sobre a paisagem e sobre os remanescentes florestais e ocorrência de incêndios florestais (perda de 5,5% – 1994 a 2007).
- ✓ Conflitos de usos e ocupações decorrentes da falta de regularização fundiária do Parna Itatiaia.
- ✓ Inexistência de infraestrutura de esgotamento sanitário (coleta e tratamentos dos efluentes), ocasionando contaminação dos recursos hídricos, um dos grandes atrativos local.
- ✓ Ausência de plano de gestão integrada de resíduos sólidos para a região de Visconde de Mauá (incluindo Bocaina de Minas) – configurando altos custos de operação e riscos de poluição do solo e das águas – Protocolo de Intenções para constituição do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Gestão Ambiental integrada celebrado em 2008.
- ✓ Aumento da demanda turística pode comprometer ainda mais os recursos naturais, caso não haja controle do uso do solo e infraestrutura de saneamento compatíveis com previsões futuras.

NA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Pontos Positivos

- ✓ Predomínio de ambientes urbanos integrados às paisagens naturais e culturais (nos territórios turísticos).
- ✓ Boa localização no eixo RJ – SP.
- ✓ Boa infraestrutura de acesso viário e meios de transporte regular até os portais Penedo e Parna Itatiaia no eixo Rio – São Paulo (BR 116).
- ✓ Potencial para implantação de estradas-parque nas RJs 163, 151 e 161.
- ✓ Bons serviços municipais de limpeza urbana.

Pontos Negativos

- ✓ Aumento da demanda turística sem projetos de fortalecimento da identidade cultural coloca em risco a memória histórica e cultural da região.
- ✓ Falta de investimentos em infraestrutura básica, principalmente de acesso e mobilidade, pode comprometer o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável.
- ✓ Precária conservação dos equipamentos e da infraestrutura urbana instalada.

NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Pontos Positivos

- ✓ Existência de estrutura pública de planejamento e gestão urbana e ambiental em Itatiaia e Resende.

Pontos Negativos

- ✓ Inexistência de gestão compartilhada para a Região de Visconde de Mauá (territorial e de serviços urbanos) que abrange parcela de 2 estados e 3 municípios.
- ✓ Falta de integração entre as ações de gestão do turismo com as de gestão ambiental e do patrimônio cultural.
- ✓ Baixa efetividade da gestão urbano-ambiental nos territórios turísticos: aumento da incidência de parcelamento do solo e ocupação de áreas rurais para fins urbanos sem licenciamento.

No Subpolo Vale do Café

NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Pontos Positivos

- ✓ Potencialidade para diversificação de produtos e segmentos, como por exemplo, o turismo de habitação (rural) e o turismo de negócios.
- ✓ Eventuais conflitos entre as atividades econômicas em crescimento com a do turismo, devido à tradicional baixa sinergia entre elas.
- ✓ Investimentos do PAC previstos para os municípios de Barra do Pirai e Valença, que poderão representar melhorias diretas para a região.

Pontos Negativos

- ✓ Falta de investimentos sistemáticos (públicos e privados) na recuperação/manutenção do patrimônio histórico da região concorre para diminuição do acervo patrimonial histórico, urbano e rural.
- ✓ Existência de cursos especializados em tecnologia de alimentos e cervejarias do SENAI, em Vassouras; e de formação de Guias de Turismo, em Valença.
- ✓ Baixa consciência governamental local acerca da potencialidade do turismo para fortalecimento da economia em bases sustentáveis contribui para a estagnação da atividade.

- ✓ Expansão da atividade industrial notadamente no município de Volta Redonda, com repercussões positivas na economia do turismo da região.
- ✓ Dificuldades operacionais nos negócios advindos de carências de infraestrutura logística (acessibilidade e telecomunicação).

NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Pontos Positivos

- ✓ Paisagem natural de grande valor cênico, conhecida como “mar de morros” (destacando a Serra da Beleza) e da paisagem beira rio Preto, ao longo da RJ 151 em Rio das Flores.
- ✓ Aumento do turismo ecológico quando da implementação do PE da Serra da Concórdia.
- ✓ Implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, em Rio Claro, abrangido pelo subpolo Costa Verde, mas com escopo temático relacionado ao Café.
- ✓ Prevista a criação de consórcio Vale do Café I, englobando Vassouras, Valença, Rio das Flores e Barra do Piraí (Distritos Sede e Ipiabas) – PEGIRS/RJ, para a adequada disposição final dos resíduos sólidos.

Pontos Negativos

- ✓ Menor percentual de área florestada dentre as regiões do PRODETUR RJ – 20% do território coberto por vegetação em bom estado de conservação; maior perda de área florestada na última década – ampliação das pastagens.
- ✓ Apenas 1,5% da área do subpolo estão protegida por UCs – não atingindo o mínimo recomendável para manutenção dos serviços ambientais na região.
- ✓ Implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, em Rio Claro, abrangido pelo subpolo Costa Verde, mas com escopo temático relacionado ao Café.
- ✓ Perda de biodiversidade estimada em 60 espécies de vertebrados ou quase 5% do total existente.

- ✓ Contaminação dos cursos de água por efluentes domésticos e industriais, principalmente o rio Paraíba do Sul - não se identificou projeto de saneamento básico para a região.
- ✓ Serviço de limpeza urbana precário nos fins de semana; destino final de resíduos sólidos na região sem tratamento apropriado.
- ✓ Inexistência de campanhas de educação ambiental sistemáticas.

NA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Pontos Positivos

- ✓ Facilidades de visitação pela boa localização no eixo rodoviário (RJ-SP-MG) e articulação viária com a região da Costa Verde.
- ✓ Boa conservação dos principais bens imóveis de interesse cultural.
- ✓ Potencial para implantação de estradas-parque nas RJs 137, 149 e 155.

Pontos Negativos

- ✓ Aumento da demanda turística sem projetos de fortalecimento da identidade cultural coloca em risco a memória histórica e cultural da região.
- ✓ Crescimento desordenado dos núcleos urbanos nas áreas de entorno das sedes municipais e distritais, afetam a atratividade turística.
- ✓ Falta de investimentos em infraestrutura básica, principalmente de acesso e mobilidade, pode comprometer o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável.
- ✓ Pouca divulgação oficial do patrimônio imaterial existente
- ✓ Pouco investimento local na conservação do patrimônio urbano de valor histórico-cultural.
- ✓ Falta de projetos para melhoria da circulação viária em Valença e em Conservatória - trânsito pesado afeta as edificações históricas.
- ✓ Revisão da legislação de proteção do patrimônio material de Conservatória.

NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Pontos Positivos

- ✓ Realização do inventário de mais de 100 fazendas do café (INEPAC, Instituto Light, Instituto Cidade Viva); e proposta de criação de um “Selo das Fazendas Históricas”, para as fazendas inventariadas.
- ✓ Atuação dos Escritórios Técnicos do IPHAN, em Vassouras; e do INEPAC, em Valença.
- ✓ Ampliação de bens protegidos – tombamentos recentes do INEPAC, em Valença na área urbana e rural.

Pontos Negativos

- ✓ Dificuldades de articulação das administrações locais com órgãos estaduais e federais
- ✓ Estruturas (institucional e técnica de proteção ao patrimônio) locais deficientes, com ausência de instancias participativas.
- ✓ Ausência de normas e de orientação técnica objetiva para recuperação e manutenção do patrimônio; e demora excessiva na resposta por parte dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural.
- ✓ Falta de integração entre as ações de gestão do turismo com as de gestão ambiental e do patrimônio cultural.
- ✓ Baixa efetividade da gestão publica urbano-ambiental nos territórios turísticos: aumento da incidência de parcelamento do solo e ocupação de áreas rurais para fins urbanos sem licenciamento.

No Subpolo Serra Verde Imperial

NA DIMENSÃO ECONÔMICA

Pontos Positivos

- ✓ Expansão de negócios na região em razão da implantação do COMPERJ.
- ✓ Crescimento da indústria da moda em Friburgo e Petrópolis.
- ✓ Existência de pequenas e médias empresas na região, o que fortalece o desenvolvimento econômico local.

Pontos Negativos

- ✓ Alteração na dinâmica econômica da área de acesso a Cachoeiras de Macacu pela implantação/operação do COMPERJ, que concorre para eventuais conflitos de uso e ocupação do solo.
- ✓ Conflitos entre os interesses da atividade econômica do turismo e da APL de moda íntima em Nova Friburgo.

NA DIMENSÃO AMBIENTAL

Pontos Positivos

- ✓ Elevado potencial de recursos e atrativos naturais (2º maior do estado); e uma das maiores taxas de biodiversidade.
- ✓ Investimentos em infraestrutura e serviços para melhoria do uso público no PE dos Três Picos em Cachoeiras de Macacu e Teresópolis; e no Parque Estadual Fluvial do Rio Piabanha, em Itaipava.
- ✓ Iniciativas de proteção local: criação do Monumento Natural Caledônia, em Nova Friburgo; e do Parque Municipal de Teresópolis (Parque Fluvial do Paquequer).
- ✓ Grande número de RPPNs criadas que poderão compor roteiros de visitação integrados aos das UCs.
- ✓ Implementação da fiscalização ambiental conjunta das UCs integrantes do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (combate aos incêndios ou outros desastres ambientais).

- ✓ Adequado tratamento e disposição final dos resíduos em Teresópolis; e implantação de aterros sanitários consorciados – essenciais para garantir melhorias nas condições atuais.
- ✓ Implantação de estações de tratamento de esgotos previstas em Petrópolis e Nova Friburgo.

Pontos Negativos

- ✓ Decréscimos da área florestada a um ritmo de quase 1% ao ano em Teresópolis e Petrópolis, decorrente de pressões antrópicas.
- ✓ Crescimento urbano desordenado afetando as paisagens urbanas e pressionando os recursos naturais do entorno.
- ✓ Fragilidade das encostas urbanas com ocorrência de deslizamentos.
- ✓ Conflitos ambientais decorrentes do uso ilegal do solo.
- ✓ Precariedade de infraestrutura básica de saneamento nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu, ocasionando poluição e assoreamento de cursos d'água.
- ✓ Problemas no tratamento e disposição final dos resíduos em Petrópolis e Nova Friburgo.
- ✓ Poucas iniciativas de proteção ambiental–urbana pelas prefeituras.

NA DIMENSÃO SOCIOCULTURAL

Pontos Positivos

- ✓ Proximidade dos principais centros emissores de turistas do País (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais).
- ✓ Proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e consequente recepção de fluxos de turistas de um dia, em especial no período dos grandes eventos esportivos previstos.
- ✓ Grande maioria dos ambientes urbanos integrado à paisagem dos territórios turísticos.
- ✓ Trajetos viários de grande beleza cênica com potencial para implantação de estradas–parque, principalmente nas RJs 116 (entre Cachoeiras de Macacu e Muri) e a 142 (Serramar) (entre Lumiar e Casemiro de Abreu).

- ✓ Boa infraestrutura de acesso viário e meio de transporte regular aos principais destinos turísticos – sedes e subsedes municipais.
- ✓ Infraestrutura de acesso interligando esse subpolo ao da Costa do Sol a ser trabalhada para implantação de circuito turístico integrado.
- ✓ Conservação adequada dos principais bens imóveis de interesse cultural.

Pontos Negativos

- ✓ Falta de reconhecimento e divulgação do patrimônio imaterial.
- ✓ Falta de reconhecimento (apesar das ações de divulgação e do inventário em andamento) do acervo histórico-cultural ligado ao ciclo do café, importante fator de atratividade em outras regiões.
- ✓ Deslizamento de encostas, curvas acentuadas e neblina na serra podem prejudicar o acesso ao subpolo.
- ✓ Ênfase excessiva na indústria da moda íntima na promoção da imagem de Nova Friburgo.
- ✓ Risco de descaracterização dos pequenos distritos com potencial turístico, notadamente Lumiar e São Pedro da Serra, se não respeitadas as características locais (arquitetônicas e de sociabilidade) na execução de investimentos e sua capacidade de suporte.
- ✓ Pouca atenção dada à importância da preservação/manutenção da Praça Getúlio Vargas, em Nova Friburgo, como um dos principais espaços de socialização da cidade com importância cultural e histórica.

NA DIMENSÃO INSTITUCIONAL

Pontos Positivos

- ✓ Existência de UCs de proteção integral e de uso sustentável federais e municipais, além de Parques Estaduais e a criação de RPPNs na região.
- ✓ Presença ativa dos Escritórios Técnicos do IPHAN e do INEPAC em Petrópolis.
- ✓ Inventário de circuitos turísticos que incluem fazendas da época do ciclo do café em andamento (exemplo dos Caminhos do Barão).

Pontos Negativos

- ✓ Estruturas (institucional e técnica) locais deficientes, com ausência de conselhos e outras instâncias participativas para gestão do patrimônio cultural.
- ✓ Baixa articulação entre as políticas de turismo e de proteção ao meio ambiente.
- ✓ Sinalização turística (e rodoviária) nos acessos a Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo ofuscada pela ocupação do espaço visual por letreiros e propagandas do Polo de Moda Íntima.
- ✓ Pouca participação efetiva da população dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra no planejamento/execução de intervenções com potencial de modificar suas características arquitetônicas e de sociabilidade.
- ✓ Falta de ações de iniciativa pública para promover complementaridade entre os setores do turismo e da moda íntima na região.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO POLO SERRA

O desenvolvimento dessa Etapa se deu a partir da consolidação da Linha de Base do Polo Serra, em cumprimento aos seguintes Componentes: **3.Fortalecimento Institucional; 4.Infraestrutura e 5.Gestão Ambiental.**

O Diagnostico considerou os Subsídios Estratégicos indicados pelas Linhas de Base das Análises Temáticas, bem como as questões mais significativas colhidas nas Oficinas dos Trabalhos de Campo. Esses dados foram organizados e levados a uma avaliação coletiva¹⁷ com vistas à montagem dos Mapas-síntese dos Fatores Críticos.

A avaliação utilizou o modelo de análise estratégica tipo SWOT como instrumento para definir as agendas dos aspectos considerados estratégicos. A estrutura do mapa-síntese contemplou os pontos fortes e pontos fracos e as oportunidades e ameaças, relacionados aos ambientes interno e externo à economia do turismo, como apresentadas a seguir:

- (i) os **Pontos Fortes e Pontos Fracos** da economia do turismo nos polos e subpolos, refletindo assim uma análise do setor voltada para o seu Ambiente Interno; e
- (ii) as **Oportunidades e Ameaças** para a economia do turismo nos polos e subpolos refletindo, em complemento, uma visão do setor em relação ao seu Ambiente Externo (sinergias e conflitos).

¹⁷ Da qual participaram os membros da equipe da AAE e atores estratégicos convidados.

Na estrutura do Mapa-síntese esses aspectos são referenciados às Dimensões da Sustentabilidade adotadas pela AAE, quais sejam: Ecológica e Ambiental, Econômica, Sociocultural e Político-Institucional, com a finalidade de delinear uma leitura integrada e de fácil assimilação e apontar os aspectos estratégicos a serem potencializados ou mitigados quando da cenarização.

Os resultados da análise SWOT foram consolidados nos Mapas-síntese dos Fatores Críticos por Região (subpolo), o que permitiu configurar um Diagnóstico Integrado por Subpolo e consolidar um mais sintético por Polo. Os resultados obtidos levaram à identificação dos **elementos estratégicos centrais dos Polos e Regiões (Subpolos)** que foram considerados na fase de construção dos cenários - de Referência, PRODETUR-RJ e de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Apresenta-se abaixo a síntese do Diagnóstico Integrado para o Polo Serra, seguido dos Diagnósticos realizados para cada Subpolo.

A forma de apresentação literal reflete a estrutura dos Mapas-síntese concernentes a cada Subpolo, com um recorte que leva em consideração a organização desses fatores segundo as **Dimensões da Sustentabilidade** e os **Pontos Fortes e Pontos Fracos** (Ambiente Interno), **Oportunidades e Ameaças** (Ambiente Externo).

SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO INTEGRADO

Não se pretende, nessa avaliação, impor ao Polo Serra uma homogeneidade fictícia. Efetivamente, os subpolos que o compõem têm trajetórias e fisionomias muito diferentes, e apresentam um quadro que, ao contrário do caso do Polo Litoral, torna bastante complexa a tarefa de propor uma visão de conjunto.

Na apresentação das questões consideradas mais relevantes e estratégicas para os subpolos Agulhas Negras, Vale do Café e Serra Verde Imperial, caracterizadas nesse documento, pode-se observar a existência de uma série de fatores que se constituem como pontos comuns a esses territórios, assim como características específicas e problemas que incidem sobre eles de forma desigual e descontínua.

A Serra Verde Imperial é formada por municípios com áreas urbanas consolidadas, dotadas de uma estrutura econômica que mistura atividades industriais (hoje menos importantes que no passado), um setor de serviços bastante desenvolvido e um patrimônio natural/construído que exerce forte atração. Apesar de manterem boas relações de interfuncionalidade, esses municípios e seus núcleos urbanos principais, ainda que vizinhos, gozam de uma autonomia e mantêm identidades próprias.

O Subpolo do Vale do Café é menos acessível e menos conhecido. Sua geografia é diversa da Serra Verde Imperial e os remanescentes florestais muito menos extensos. A imagem da região está frequentemente associada à presença das fazendas do café, às sedes distritais e a pequenas vilas/povoados. Salvo atividades isoladas, as possibilidades de sua estrutura econômica passam em parte pela integração com os destinos-fluxos turísticos de outras regiões, sejam aqueles situados na Serra Verde Imperial, nas Agulhas Negras ou em Minas Gerais.

O Subpolo das Agulhas Negras corresponde a um terceiro e muito diverso caso. Ele compreende dois ambientes diversos. Convivem lado a lado; por um lado o núcleo turístico que constitui a marca desse subpolo (Penedo, Serrinha, Visconde de Mauá, Maromba, Maringá e região) e, por outro, o complexo urbano-industrial que se estende de Itatiaia a Volta Redonda. Esse complexo – onde predomina a siderurgia, a indústria metal-mecânica, automobilística e químico-farmacêutica – atravessa, desde a década de 1990, um franco processo de expansão. Esse processo redobrou suas forças nessa primeira década do século e avança com força em direção aos municípios de Resende e Itatiaia.

Portanto, os pontos destacados abaixo têm a pretensão de congregar, sem a ilusão de considerar o território homogêneo, algumas características e problemas comuns – de caráter estratégico – e, ainda, algumas questões atinentes a territórios específicos que, por seu grau de importância, devem ser tratados com destaque, formando uma visão mínima de conjunto e de suas agendas comuns.

Do Quadro Síntese por subpolo extraímos as seguintes evidências e indicações estratégicas para o caso do Polo Serra:

Na Dimensão Econômica:

- . Como principal *ponto forte* observado no Polo Serra para essa dimensão, destaca-se a existência de **Arranjos Produtivos Locais (APLs)** de Entretenimento (os dois primeiros do país, em Conservatória e Nova Friburgo) e de Turismo (Visconde de Mauá) nos três subpolos que o compõem, mostrando a força das ações de desenvolvimento econômico local nessas regiões;
- . Alguns dos *pontos fracos* comuns aos três subpolos em questão são, também, características da economia do turismo em todo o Estado, como os problemas relacionados ao alto índice de **informalidade** das atividades ligadas ao setor e a baixa oferta de **capacitação** de mão de obra local; outros, como a questão da **sazonalidade** da demanda turística e da falta de regularidade na oferta dos principais destinos em épocas de **baixa temporada** são problemas encontrados em todo o Estado, mas muito mais graves no Polo Serra; destaca-se, aqui, a **pouca representatividade** e a precariedade da situação do setor turístico no **Vale do Café**;
- . As *oportunidades* ligadas à dimensão econômica têm características semelhantes nos Polos Serra e Litoral, e dizem respeito à série de **grandes investimentos** projetados – ou em andamento – para o Estado do Rio de Janeiro, destacando-se aí a expansão da atividade industrial e os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) em vários dos municípios que compõem ou são adjacentes ao Polo, além das oportunidades geradas em todo o Estado pela realização de grandes eventos esportivos internacionais;
- . Como principal *ameaça* pode-se destacar os potenciais **conflitos de atividade** decorrentes da pouca sinergia historicamente observada na região entre os setores industriais (e outros com forte dinamismo) e do turismo.

Na Dimensão Ecológica e Ambiental:

- . O *ponto forte* mais destacado neste Polo (com a exceção do Vale do Café) diz respeito à boa promoção de alguns dos seus destinos para o segmento do **Ecoturismo**, notadamente nos casos dos Parques Nacionais de Itatiaia e da Serra dos Órgãos, que contam com adequada infraestrutura de visitação;
- . Como *pontos fracos* comuns aos três subpolos nesta dimensão, podemos destacar a ausência de **licença ambiental** por parte de grande número de estabelecimentos e empreendimentos turísticos que utilizam recursos ambientais; a falta, também generalizada, de uma **cultura de sustentabilidade ecológica** aplicada às edificações; e a falta de dimensionamento da **capacidade de carga** dos destinos. Tais problemas podem ser considerados comuns aos Polos Serra e Litoral;
- . A boa cobertura do território dos subpolos Agulhas Negras e Serra Verde Imperial por **áreas protegidas** deve ser considerada uma *oportunidade* deste Polo, ainda que novamente tal situação não se aplique ao Vale do Café; outro destaque deve ser dado ao grande número de **Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs)** criadas na Serra Imperial, criando a possibilidade de composição de roteiros de visitação integrados aos das Unidades de Conservação da região;
- . No caso das *ameaças*, merece destaque a situação de **degradação ambiental** e o baixíssimo percentual de áreas florestadas, (com as maiores perdas nas últimas décadas, se comparadas a de todos os outros subpolos), biodiversidade e áreas protegidas verificados no **Vale do Café**; no conjunto do Polo, destacam-se os problemas ligados ao **crescimento urbano desordenado**, à **fragilidade das encostas** (confirmada nos eventos de 2011 na Serra verde Imperial) e ao **esgotamento sanitário**.

Na Dimensão Sociocultural:

- . Como principais *pontos fortes*, temos: a **riqueza do patrimônio** histórico, cultural e arquitetônico presente no território do Polo Serra, com destaque para a

representatividade das antigas sedes de fazendo do Ciclo do Café no Vale do Café e na Serra Verde Imperial: e a presença de **novos destinos**, com grande potencial, em processo de consolidação, como no caso de Lumiar e São Pedro da Serra. Merece destaque especial como ponto forte, nesta dimensão, a identificação e o comprometimento dos atores locais da região de Visconde de Mauá com a “**marca Mauá**”;

- . A pouca divulgação de seu legado cultural e de seu **patrimônio imaterial**; e a deficiente infraestrutura de **serviços de recepção e centros de atendimento** ao turista são considerados os principais *pontos fracos* no que se refere à dimensão sociocultural;
- . Quanto às *oportunidades*, destaca-se para o Polo Serra a proximidade de seus territórios dos **três principais centros emissores** de turistas do país (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), além de um conjunto significativo de trajetos viários que contam com **grande beleza cênica**;
- . Problemas relacionados ao **crescimento urbano desordenado** devem ser destacados como *ameaças* também nesta dimensão, com potencial de prejudicar ainda mais a oferta de infraestrutura e de serviços públicos à população dos destinos. Além disso, deve-se atentar, especialmente neste Polo, para o **risco de descaracterização** (tanto no sentido arquitetônico quanto de sociabilidade) dos pequenos distritos com potencial turístico, tendo em vista o aumento dos fluxos e dos investimentos. Com exceção da Serra Verde Imperial, percebe-se também uma **conservação inadequada do patrimônio** material no conjunto do Polo.

Na Dimensão Político Institucional:

- . Como principal *ponto forte*, deve-se destacar a existência, nos três subpolos, de **órgãos municipais e regionais de turismo** consolidados e atuantes;
- . Assim como em todo o restante do território do Estado objeto desta Avaliação, no Polo Serra temos como principal *ponto fraco* para esta dimensão a **insuficiência de estudos, pesquisas e dados** disponíveis para o setor turístico. Trata-se de um problema geral com grandes consequências para o processo de planejamento e gestão da atividade em todas as esferas;
- . Como *oportunidades*, pode-se destacar: a **variedade de propostas e articulações** para tentar solucionar a questão do saneamento ambiental, tais como a implantação de estações de tratamento (Petrópolis, Nova Friburgo e Visconde de

Mauá), e a criação de consórcios para disposição final de resíduos sólidos (Vale do Café e Serrana 2) – estão previstos para o ano de 2012 a elaboração dos planos municipais de saneamento básico, conforme preconizado na legislação federal; e a existência, em geral, de uma **sociedade civil atuante**;

As *ameaças* ligadas à dimensão político institucional dizem respeito à tradicional **falta de integração e complementaridade** entre as políticas de turismo, as políticas ambientais e outras políticas setoriais, problema verificado em todos os subpolos recortados pelo PRODETUR-RJ; destacam-se, ainda, os **conflitos de gestão** ligados ao território tradicionalmente conhecido como **Visconde de Mauá** (que inclui também os distritos de Maringá e Maromba), por se situar na jurisdição de três municípios (Resende, Itatiaia e Bocaina de Minas) e dois estados (Rio de Janeiro e Minas Gerais).

DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO SUBPOLO AGULHAS NEGRAS

A leitura integrada da situação do Subpolo Agulhas Negras, no que diz respeito ao turismo nos seus ambientes interno e externo, delineia um cenário em que o seu destino mais consolidado, Visconde de Mauá, conta com um conjunto de atores ligados ao setor com grande capacidade de organização e pactuação de interesses comuns, mas se depara com uma série de obstáculos e problemas de gestão relacionados à peculiaridade de se situar no território de três municípios e dois estados, à acessibilidade da região, à alta sazonalidade, à informalidade, e à falta de infraestrutura de saneamento ambiental.

Novos investimentos industriais e em infraestrutura em Resende e Itatiaia poderão gerar uma série de oportunidades de sinergias com a economia do turismo, assim como potenciais conflitos de atividades e com o meio ambiente. Destaca-se a localização privilegiada da região, situada entre os dois maiores centros urbanos e populacionais do país, e a existência de uma boa rede viária até a sede do Parque Nacional de Itatiaia e Penedo, que deve ser complementada com interligações mais funcionais com Visconde de Mauá e com os subpolos Vale do Café e Costa Verde.

Detalhamos abaixo, por cada dimensão da sustentabilidade e de forma sintética e objetiva, as questões consideradas mais relevantes e estratégicas tendo em vista o ambiente interno do turismo (pontos fortes e pontos fracos) e seu ambiente externo (oportunidades e ameaças) no Subpolo Agulhas Negras. Tais fatores são

fundamentais para se construir uma visão integrada das principais questões atinentes ao Subpolo e ao Polo Serra, assim como para o exercício de construção de cenários objetos das próximas etapas da AAE.

Na **dimensão econômica**, pode-se dizer que entre os *pontos fortes* destacam-se: a predominância de pequenas e médias empresas atuando em diversificados segmentos da atividade, fato que tem fomentado o desenvolvimento econômico local; a boa infraestrutura turística instalada em Penedo e na Região de Visconde de Mauá; e atuação do empresariado organizado em torno do Arranjo Produtivo Local (APL) de Turismo de Itatiaia e Resende, com foco em Visconde de Mauá, sendo apoiado pelo Sebrae/RJ. Entre os *pontos fracos* que tem afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a sazonalidade na demanda turística, principalmente na Região de Visconde de Mauá; o alto nível de informalidade da atividade; e a carência de programa para treinamento de mão de obra. A existência de programa da Secretaria de Turismo de Itatiaia atuando no sentido de promover o licenciamento das atividades concorre para mitigar o problema da informalidade.

Como *oportunidades*, destacam-se: a expansão da atividade industrial (notadamente nos municípios de Itatiaia e Resende); o predomínio de atividades industriais de alto valor agregado, com crescimento econômico alavancado por Resende; e os investimentos do PAC previstos para o município de Resende – investimentos estes que poderão representar melhorias diretas para a região. Quanto às *ameaças* mais diretas, estão os eventuais conflitos entre as atividades econômicas em crescimento com as atividades econômicas do turismo, em razão da tradicional baixa sinergia entre elas.

Na **dimensão ecológica e ambiental** são destaques os seguintes *pontos fortes*: a boa promoção do destino turístico para o segmento de ecoturismo (em especial para o Parna Itatiaia) e a adequada infraestrutura de visitação. Entre os *pontos fracos* atinentes a essas dimensões e que tem afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais situados fora dos limites do Parna Itatiaia; a baixa incidência de RPPNs (se comparada com outras regiões do estado); estabelecimentos e empreendimentos de turismo que se utilizam de recursos ambientais sem licença ambiental; a falta de uma cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações; e a inexistência

ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais.

Como *oportunidades*, destacam-se: o alto índice de biodiversidade, ou seja, a existência de recursos naturais abundantes, variada tipologia vegetal e existência de extensas áreas protegidas por UCs (de proteção integral e de uso sustentável federais e municipais); a criação de Parque Natural Municipal em Visconde de Mauá (Resende); e a institucionalização do Mosaico da Mantiqueira. Quanto às *ameaças* mais diretas, foram identificadas as seguintes possibilidades: pouco investimento em infraestrutura de uso público e na gestão das UCs municipais de Resende; a baixa eficiência no controle dos danos ao meio natural (principalmente àqueles relacionados às florestas e aos recursos hídricos situados fora dos limites do Parna Itatiaia); o avanço das áreas antropizadas (ocupações licenciadas ou não), com impactos sobre a paisagem e sobre os remanescentes florestais, somando-se ainda à ocorrência de incêndios florestais; os conflitos advindos do uso e ocupação indevida, decorrentes da falta de regularização fundiária do Parna Itatiaia. Em relação à rede de infraestrutura, os problemas mais críticos dizem respeito à inexistência de infraestrutura de esgotamento sanitário (coleta e tratamentos dos efluentes), ocasionando contaminação dos recursos hídricos (um dos grandes atrativos da região) e à ausência de plano de gestão integrada de resíduos sólidos para a região de Visconde de Mauá (incluindo Bocaina de Minas) – configurando altos custos de operação e riscos de poluição do solo e das águas. Vale destacar que o aumento da demanda turística pode comprometer ainda mais os recursos naturais, caso não haja controle do uso do solo e construção de um suporte adequado de infraestrutura de saneamento compatíveis com previsões futuras.

Na **dimensão sociocultural** são destaques os seguintes *pontos fortes* do ambiente interno: a forte identificação da comunidade local com os territórios turísticos (especialmente em “Penedo” e “Visconde de Mauá”); um significativo repertório de heranças materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico, referenciado aos vários momentos do processo histórico de ocupação da região; e a grande variedade de equipamentos e serviços turísticos na região. Entre os *pontos fracos*, foram identificados: a pouca divulgação do legado cultural (à exceção da cultura finlandesa em Penedo); e a baixa produção artesanal local. Outros aspectos contribuem negativamente para o desenvolvimento do turismo na região: a precária

infraestrutura e a baixa qualidade dos serviços públicos de recepção e atendimento ao turista na região de Visconde de Mauá (principalmente em épocas de baixa temporada), assim como a falta de acessibilidade universal aos equipamentos turísticos (públicos e privados) e aos serviços básicos de infraestrutura (a exemplo dos meios de transporte irregulares que servem a região de Visconde de Mauá); e a realidade precária e inadequada das sinalizações e do acesso (a exemplo da fragilidade de serviços que interligue a região ao Vale do Café e à Costa Verde, ou a inexistência de acesso ao Parna Itatiaia pela região de Visconde de Mauá).

Como *oportunidades*, destacam-se: o predomínio de ambientes urbanos integrados às paisagens naturais e culturais (nos territórios turísticos); a boa localização da região entre o eixo Rio de Janeiro – São Paulo; a boa infraestrutura de acesso viário e meios de transporte regulares até os portais Penedo e Parna Itatiaia no eixo RJ SP (BR 116); grande potencial para implantação de estradas-parque nas Rodovias RJ 163, RJ 151 e RJ 161; e a existência de serviços municipais de limpeza urbana adequados. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: o aumento da demanda turística sem projetos de fortalecimento da identidade cultural (o que pode colocar em risco a memória histórica e cultural da região); a falta de investimentos em infraestrutura básica (principalmente de acesso e mobilidade) e a precária conservação dos equipamentos e da infraestrutura urbana instalada podem comprometer o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável.

Na **dimensão político-institucional**, entre os *pontos fortes* do ambiente interno destacam-se: a existência de órgãos municipais de turismo consolidados com programas e projetos em curso; a existência de órgão regional de turismo consolidado e atuante (o “Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras – CONRETUR”); a forte organização social em torno da marca Visconde de Mauá; os Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Turismo de Itatiaia e Resende atuantes (com foco em Visconde de Mauá); a boa representatividade das instituições privadas nos conselhos municipais e no CONRETUR; e a apresentação das candidaturas de Itatiaia e Resende para serem reconhecidas enquanto Destinos Indutores Regionais (MTur).

Entre os pontos fracos, foram identificados: as precárias relações de interfuncionalidade entre as administrações municipais de Itatiaia e Resende (aplicadas, principalmente, à Região de Visconde de Mauá); a falta de estudos e

pesquisas e de dados sobre a atividade do turismo na região; a inexistência de um plano regional para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável; a falta de investimentos na capacitação dos empreendedores para a gestão do turismo local e regional, assim como a falta de estratégia e de mecanismos para envolver um maior número de empreendedores no desenvolvimento de atividades turísticas.

Como *oportunidade*, podemos destacar a existência de estrutura pública de planejamento e de gestão urbana e ambiental em Itatiaia e Resende. O Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme preconizado na legislação federal, já está em elaboração em Itatiaia, e previsto em Resende para 2012. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: a inexistência de gestão compartilhada para a Região de Visconde de Mauá; a falta de integração entre as ações de gestão do turismo com as de gestão ambiental e do patrimônio cultural; e a baixa efetividade da gestão urbano-ambiental nos territórios turísticos – resultando no aumento da incidência de parcelamento do solo e na ocupação de áreas rurais, com finalidade de urbanização, sem licenciamento.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO SUBPOLO VALE DO CAFÉ

A leitura integrada da situação do Subpolo Vale do Café, no que diz respeito ao turismo nos seus ambientes interno e externo, delinea um cenário em que a presença do primeiro APL de entretenimento do país (Conservatória) e de inúmeras sedes de fazendas históricas do ciclo do café contrastam com a pouca representatividade e força do turismo como atividade econômica prioritária na região.

Apesar do histórico de degradação ambiental, as belezas paisagísticas da região, como a Serra da Beleza e o caminho que percorre as margens do Rio Preto até a região de Agulhas Negras, a riqueza do patrimônio material e imaterial de cunho histórico-cultural e o Parque Estadual da Concórdia constituem-se como importantes fatores de atratividade, tendo em vista os investimentos em mobilidade e acessibilidade previstos para a região e a perspectiva de retomada de seu dinamismo econômico.

Detalhamos abaixo, por cada dimensão da sustentabilidade e de forma sintética e objetiva, as questões consideradas mais relevantes e estratégicas tendo em vista o ambiente interno do turismo (pontos fortes e pontos fracos) e seu ambiente externo (oportunidades e ameaças) no Subpolo Vale do Café. Tais fatores são fundamentais

para se construir uma visão integrada das principais questões atinentes ao Subpolo e ao Polo Serra, assim como para o exercício de construção de cenários objetos das próximas etapas da AAE.

Na **dimensão econômica**, pode-se dizer que entre os *pontos fortes* destacam-se: os investimentos na recuperação de imóveis de valor histórico e na recuperação das áreas urbanas e rurais (como as antigas sedes de fazenda), que se incorporaram como ativo no turismo cultural; a boa infraestrutura de serviços turísticos, com destaque para a rede diversificada de opções de hospedagens em hotéis-fazenda (segmento de Turismo Rural, bastante valorizado nesta região); o turismo cultural como alternativa econômica sustentável; e a presença, na região de Valença/Conservatória, de considerável Arranjo Produtivo Local (APL) de Entretenimento (1º do país). Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, é preocupante o fato de que a atividade turística não se configura como elemento importante no contexto das atividades econômicas locais. Em torno deste problema, outros se configuram, tais como: a baixa participação dos empresários nas decisões do terceiro setor; a carência de produtos formatados com características comerciais; os altos custos de conservação e as dificuldades de manutenção das instalações das fazendas históricas e de seus acervos. Seguem-se ainda problemas de natureza infraestrutural, como: a precariedade em relação ao atendimento em toda a região (à exceção daquelas oferecidas pelos grandes hotéis); a falta de integração na comercialização dos destinos; a ausência de empresas que atuem no receptivo turístico; e a baixa capacitação de mão de obra local para atendimento ao turista.

Como *oportunidades*, destacam-se: a potencialidade para diversificação de produtos e segmentos como, por exemplo, o turismo de habitação (rural) e o turismo de negócios; os investimentos do PAC previstos para os municípios de Barra do Piraí e Valença podem vir a representar melhorias diretas para a região; a existência de cursos especializados em tecnologia de alimentos e cervejarias em Vassouras (SENAI), e de formação de Guias de Turismo em Valença; as repercussões positivas na economia do turismo da região devido à expansão da atividade industrial (mais notável no município de Volta Redonda). Quanto às *ameaças* mais diretas, são elas: os eventuais conflitos entre as atividades econômicas em crescimento com a do turismo, devido à tradicional baixa sinergia entre elas; a falta

de investimentos sistemáticos (públicos e privados) na recuperação/manutenção do patrimônio histórico da região; a baixa consciência governamental local acerca da potencialidade do turismo para o fortalecimento da economia em bases sustentáveis; e as dificuldades operacionais nos negócios advindos de carências de infraestrutura logística (acessibilidade e telecomunicação).

Na **dimensão ecológica e ambiental**, em relação aos *pontos fortes* do ambiente interno, nenhum aspecto significativo foi identificado. No entanto, entre os *pontos fracos* atinentes a essa dimensão e que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: número reduzido de atrativos naturais; a inexistência de divulgação de roteiro para estes poucos ambientes naturais; o fechamento para a visitação do PE da Serra da Concórdia; e a falta de uma “cultura da sustentabilidade ecológica” aplicada às edificações.

Como *oportunidades*, destacam-se: o grande valor cênico de paisagens naturais, a exemplo do “mar de morros” (destacando-se a Serra da Beleza) e da paisagem às margens do Rio Preto (ao longo da RJ-151 em Rio das Flores); o aumento do turismo ecológico quando da implementação do PE da Serra da Concórdia; a implantação do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, em Rio Claro (abrangido pelo subpolo Costa Verde, mas com escopo temático relacionado ao Vale do Café); e a criação do consórcio Vale do Café I (englobando Vassouras, Valença, Rio das Flores e Barra do Piraí – Distritos Sede e Ipiabas, PEGIRS/RJ) já com solução definitiva para a adequada disposição final dos resíduos sólidos. Quanto às *ameaças* mais diretas, foram identificadas: o menor percentual de área florestada dentre as regiões do PRODETUR-RJ e a maior perda de área florestada na última década, dada a ampliação das pastagens; a baixíssima proteção por UCs da área do subpolo (não atingindo o mínimo recomendável para manutenção dos serviços ambientais na região); a considerável perda de biodiversidade; a contaminação dos cursos de água por efluentes domésticos e industriais, principalmente no rio Paraíba do Sul; e a precariedade do serviço de limpeza urbana nos fins de semana – ao qual o destino final de resíduos sólidos não tem tratamento apropriado.

Na **dimensão sociocultural** são destaques os seguintes *pontos fortes* do ambiente interno: a ampla variedade de ambientes urbanos e rurais de valor histórico-cultural, com destaque para as heranças materiais e imateriais do patrimônio

histórico-cultural do território referenciadas à cultura indígena e quilombola (Quilombo São José da Serra) e ao apogeu da cultura do café no séc. XIX (núcleos urbanos, fazendas e estações ferroviárias); a presença de artesanato regional com alguma influência indígena e quilombola; a divulgação de grupos folclóricos (Folia de Reis, o Jongo, a Capoeira, o Maculelê, a Caninha-Verde, o Calango e os Rezadores) em eventos regionais; a promoção de eventos que integram o calendário turístico anual da região e contribuem para dinamizar o turismo cultural do subpolo. A região conta ainda com a elaboração de estudo preliminar para implantação do Parque Nacional do Café na Fazenda Santa Mônica no distrito de Barão de Juparanã (convenio CONCICLO/Sebrae). Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a baixa identificação da comunidade local com a marca “Vale do Café”; a falta de educação patrimonial de cunho histórico para valorização da identidade cultural da região; a falta de estímulo, orientação técnica e direcionamento comercial para incrementar o artesanato “de raiz” (indígena e quilombola) e a agroindústria alimentícia. Outros aspectos contribuem negativamente para o desenvolvimento do turismo na região: a presença de uma rede de pequenos museus (públicos e privados) sem infraestrutura e serviços adequados (ICOM/UNESCO); a precariedade da sinalização (tanto de acesso às cidades quanto a sinalização dos roteiros turísticos e de seus atrativos); a falta de articulação entre os meios de hospedagem rurais (hotéis-fazendas) com as cidades na promoção do turismo cultural; os precários serviços de recepção e atendimento ao turista na região (a despeito da boa rede de Postos de Informações Turísticas); a precária rede de infraestrutura de acesso e mobilidade interligando a região do Vale do Café às de Agulhas Negras e Costa Verde; e a inexistência de roteiro turístico regional integrado, de caráter permanente.

Como *oportunidades*, destacam-se: as facilidades de visitação pela boa localização no eixo rodoviário (RJ-SP-MG) e articulação viária com a região da Costa Verde; a boa conservação dos principais bens imóveis de interesse cultural; e o potencial para implantação de estradas-parque nas RJs 137, 149 e 155. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: o aumento da demanda turística sem projetos de fortalecimento da identidade cultural; o crescimento desordenado dos núcleos urbanos nas áreas de entorno das sedes municipais e distritais, afetando diretamente a atratividade turística; a pouca divulgação oficial do patrimônio imaterial existente e o baixo investimento local na conservação do patrimônio

urbano de valor histórico-cultural; a ausência de projetos para melhoria da circulação viária em Valença e Conservatória (onde o trânsito pesado pode afetar as edificações históricas); e a revisão da legislação de proteção do patrimônio material de Conservatória.

Na **dimensão político-institucional**, entre os *pontos fortes* destacam-se: existência de órgão regional de turismo consolidado e atuante (Conselho Regional de Turismo do Vale do Ciclo do Café - CONCICLO); a permanência de uma organização social em torno da marca Vale do Café, principalmente dos proprietários de fazendas históricas (representada pelo Instituto Preservale); a concepção do Projeto “Ações Estratégicas de Revitalização do Vale do Café” com vistas à realização de Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (Instituto Preservale/2010); e as iniciativas de Vassouras e de Valença de desenvolver estudos de competitividade para almejar o reconhecimento como Destino Indutor do Turismo Regional. Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a fraca atuação dos órgãos municipais de turismo na governança local e a baixa participação governamental dos municípios no Conselho Regional de Turismo (CONCICLO); a baixa integração das ações governamentais para desenvolvimento do turismo regional; e a carência de investimentos sistemáticos na capacitação dos empreendedores, dos gestores e de treinamento de mão-de-obra para o desenvolvimento do turismo local e regional.

Como *oportunidades*, podemos destacar: a realização do inventário de mais de 100 fazendas do café (INEPAC, Instituto Light, Instituto Cidade Viva) e a proposta de criação de um “Selo das Fazendas Históricas” para as fazendas inventariadas; a atuação dos Escritórios Técnicos do IPHAN, em Vassouras, e do INEPAC, em Valença; e a ampliação de bens protegidos, com tombamentos recentes do INEPAC em Valença (na área urbana e rural). Estão previstos para o ano de 2012, a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico para todos os municípios, conforme preconizado na legislação federal. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: as dificuldades de articulação das administrações locais com órgãos estaduais e federais; a persistência de estruturas (institucional e técnica de proteção ao patrimônio) locais deficientes, com ausência de instancias participativas; e a ausência de normas e de orientação técnica objetiva para recuperação e manutenção

do patrimônio, associada à demora excessiva na resposta por parte dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO DO SUBPOLO SERRA VERDE IMPERIAL

A leitura integrada da situação do Subpolo Serra Verde Imperial, no que diz respeito ao turismo nos seus ambientes interno e externo, delinea um cenário em que a boa infraestrutura turística da região e seu elevado potencial de recursos e atrativos naturais, culturais e históricos convivem com uma dinâmica de crescimento urbano desordenado e problemas de sazonalidade que afetam a qualidade e a regularidade da oferta dessa infraestrutura e dos serviços turísticos. A boa articulação funcional intrarregional, com Minas Gerais e com os subpolos Metropolitano e Costa do Sol são fortes fatores de dinamismo para a atividade no subpolo.

A forte presença do APL de Moda Íntima em Nova Friburgo ainda não significou para a região a construção de complementaridades e sinergias sólidas com a economia do turismo, e os dois setores são vistos, muitas vezes, como concorrentes ou conflitantes. Pequenos distritos da região, como Lumiar e São Pedro da Serra, com forte potencial turístico, configuram-se ao mesmo tempo como territórios cujas oportunidades de desenvolvimento através do turismo devem ser matizadas pelas ameaças a sua capacidade de suporte.

Detalhamos abaixo, por cada dimensão da sustentabilidade e de forma sintética e objetiva, as questões consideradas mais relevantes e estratégicas tendo em vista o ambiente interno do turismo (pontos fortes e pontos fracos) e seu ambiente externo (oportunidades e ameaças) no Subpolo Serra Verde Imperial. Tais fatores são fundamentais para se construir uma visão integrada das principais questões atinentes ao Subpolo e ao Polo Serra, assim como para o exercício de construção de cenários objetos das próximas etapas da AAE.

Na **dimensão econômica**, pode-se dizer que entre os *pontos fortes* destacam-se: a diversificação de segmentos do turismo (ecoturismo, turismo de lazer e turismo de negócios); a boa infraestrutura turística instalada nas sedes municipais (Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo, Itaipava e arredores e ao longo dos circuitos turísticos consolidados); e a presença de Arranjo Produtivo Local (APL) de Entretenimento (2º do país) em Mury, Lumiar, São Pedro da Serra e Nova Friburgo. Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, puderam ser identificados:

a baixa articulação dos empresários do turismo com os dos outros seguimentos econômicos; a baixa capacitação de mão de obra local para atendimento ao turista; a falta de integração na comercialização dos destinos; a pouca valorização do segmento de turismo de veraneio ou segunda residência nas políticas e programas locais; e a falta de ações organizadas entre os empresários do setor para minimizar os efeitos da sazonalidade.

Como *oportunidades*, destacam-se: a expansão de negócios na região em razão da implantação do COMPERJ; o crescimento da indústria da moda em Friburgo e Petrópolis; e a existência de pequenas e médias empresas na região (o que fortalece o desenvolvimento econômico local). Quanto às *ameaças* mais diretas, são elas: a alteração na dinâmica econômica da área de acesso a Cachoeiras de Macacu pela implantação/operação do COMPERJ; e o surgimento de conflitos entre os interesses da atividade econômica do turismo e da APL de moda íntima em Nova Friburgo.

Na **dimensão ecológica e ambiental**, em relação aos *pontos fortes* do ambiente interno, destacam-se: a boa promoção do destino turístico para o segmento de ecoturismo (em especial para o Parna Serra dos Órgãos, com adequada infraestrutura de visitação); e o incremento do Turismo Científico. Entre os *pontos fracos* atinentes à essas dimensões e que tem afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a baixa eficiência no controle dos danos ao meio natural, principalmente florestas e recursos hídricos situados fora dos limites das UCs de proteção integral; a baixa divulgação, em face de sua potencialidade, do segmento do ecoturismo e do turismo de aventura; a falta de atualização e divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais; a presença de estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental; a indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação; e a falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.

Como *oportunidades*, destacam-se: o elevado potencial de recursos e atrativos naturais (2º maior do estado), com uma das maiores taxas de biodiversidade; algum investimento em infraestrutura e serviços para melhoria do uso público no PE dos Três Picos (em Cachoeiras de Macacu e Teresópolis) e no Parque Estadual Fluvial do Rio Piabanha (em Itaipava); as iniciativas de proteção local (como a criação do

Monumento Natural Caledônia, em Nova Friburgo, e do Parque Municipal de Teresópolis); o acréscimo no número de RPPNs criadas que poderão compor roteiros de visitação integrados aos das UCs; a implementação da fiscalização ambiental conjunta das UCs integrantes do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (combate aos incêndios ou outros desastres ambientais); a existência de uma rede adequada de tratamento e disposição final dos resíduos em Teresópolis; a implantação de aterros sanitários consorciados – essenciais para garantir melhorias nas condições atuais; e a implantação de estações de tratamento de esgotos previstas em Petrópolis e Nova Friburgo.

Quanto às *ameaças* mais diretas, foram identificadas: o decréscimo da área florestada em Teresópolis e Petrópolis, decorrente de pressões antrópicas; o crescimento urbano desordenado afetando as paisagens urbanas e pressionando os recursos naturais do entorno; a fragilidade das encostas urbanas, com ocorrência de deslizamentos; a permanência de conflitos ambientais decorrentes do uso do solo ilegal; a precariedade de infraestrutura básica de saneamento nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu, ocasionando poluição e assoreamento de cursos d'água; os problemas no tratamento e disposição final dos resíduos em Petrópolis e Nova Friburgo; e a insuficiência das iniciativas de proteção ambiental-urbana por parte das prefeituras.

Na **dimensão sociocultural** são destaques os seguintes *pontos fortes* do ambiente interno: a ampla variedade de ambientes de valor histórico-cultural, com destaque para as heranças materiais e imateriais do patrimônio histórico-cultural do território, referenciadas à seus vários momentos do processo de ocupação da região; a boa promoção dos destinos turísticos relacionados ao segmento cultural (notadamente no município de Petrópolis); a existência de novos destinos turísticos em processo de consolidação (Brejal, em Petrópolis; e Lumiar e São Pedro da Serra, em Nova Friburgo); a boa divulgação dos atrativos turísticos e dos principais monumentos e bens de interesse culturais municipais em Petrópolis, Friburgo e Teresópolis; a implantação de Roteiro Turístico-Histórico Integrado de abrangência regional; e a revitalização do Centro Histórico de Petrópolis, um dos principais atrativos da Região. Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a infraestrutura inadequada para promoção do turismo de negócio e de eventos; a precária oferta de serviços de recepção e

atendimento ao turista e a precária oferta de serviços e estabelecimentos ligados ao APL de entretenimento na baixa temporada e durante a semana; e a pouca divulgação sobre a riqueza do artesanato.

Como *oportunidades*, destacam-se: a proximidade dos principais centros emissores de turistas do País (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais); a proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e a consequente recepção de fluxos de “turistas de um dia” (em especial no período dos grandes eventos esportivos previstos); a grande maioria dos ambientes urbanos é integrado à paisagem dos territórios turísticos; a existência de vários trajetos viários de grande beleza cênica, com potencial para implantação de estradas-parque, principalmente nas RJs 116 (entre Cachoeiras de Macacu e Muri) e 142 (Serramar, entre Lumiar e Casemiro de Abreu); a boa infraestrutura de acesso viário e meios de transporte regulares aos principais destinos turísticos – sedes e subsedes municipais; a infraestrutura de acesso interligando esse subpolo ao da Costa do Sol (a ser trabalhada para implantação de circuito turístico integrado); e a conservação adequada dos principais bens imóveis de interesse cultural. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: a falta de reconhecimento e divulgação do patrimônio imaterial; os deslizamentos de encostas, as curvas acentuadas e a neblina na serra podem prejudicar o acesso ao subpolo; o aumento da demanda turística sem projetos de fortalecimento da identidade cultural, colocando em risco a memória histórica e cultural; e a falta de investimentos em infraestrutura básica, que pode comprometer o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável.

Na dimensão **político-institucional**, entre os *pontos fortes* do ambiente interno destacam-se: as boas relações de interfuncionalidade entre os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo; a atuação efetiva dos órgãos municipais de turismo com programas e projetos em curso; a existência de um órgão regional de turismo consolidado e atuante (Conselho Regional de Turismo Serra Verde Imperial); e o reconhecimento de Petrópolis como Destino Indutor do Turismo Regional, estando Nova Friburgo e Teresópolis desenvolvendo estudos de competitividade para buscar o mesmo reconhecimento. Entre os *pontos fracos* que têm afetado a economia do turismo na região, foram identificados: a falta de estudos e pesquisas e de dados sobre a atividade e a demanda turísticas e a ausência de um sistema de informações regional; a existência de poucas ações visando diversificar as opções

de lazer e produtos turísticos; a falta de um calendário turístico regional; a inexistência de plano integrado de ecoturismo e de turismo de aventura; a ausência de um plano de gestão e sustentabilidade das instâncias regionais; a descontinuidade da gestão pública do turismo para o setor; a pouca divulgação dos destinos nos principais centros emissores (Rio de Janeiro e São Paulo) e a falta de um plano de marketing e turismo mais amplo e sistemático; e a falta de políticas de incentivos para a baixa temporada.

Como *oportunidades*, podemos destacar: a existência de UCs de proteção integral e de uso sustentável federais e municipais, além de Parques Estaduais e a criação de RPPNs na região; a presença ativa dos Escritórios Técnicos do IPHAN e do INEPAC em Petrópolis; e a construção (em andamento) de um inventário de circuitos turísticos que incluem fazendas da época do ciclo do café. Quanto às *ameaças* mais diretas, podemos destacar: a deficiência das estruturas (institucional e técnica) locais, com ausência de conselhos e outras instâncias participativas para gestão do patrimônio cultural; a baixa articulação entre as políticas de turismo e proteção do meio ambiente; a precariedade da sinalização turística (e rodoviária) nos acessos a Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo, ofuscada pela ocupação do espaço visual por letreiros e propagandas do Polo de Moda Íntima; a pouca participação efetiva da população dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra no planejamento/execução de intervenções com potencial de modificar suas características arquitetônicas e de sociabilidade; e a falta de ações de iniciativa pública para promover complementaridade entre os setores do turismo e da moda íntima na região.

CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO

A realização da Meta 4 compreende cinco etapas de execução, quais sejam: Etapa 4.1 – Visão de Futuro, Etapa 4.2 – Construção do Cenário de Referência, Etapa 4.3 – Construção do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, Etapa 4.4 – Avaliação Comparativa dos Cenários e Etapa 4.5 – Construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

Para dar suporte à construção dos cenários, foi necessário, primeiramente, definir a **Visão de Futuro**, isto é, a proposição do que se espera com a execução do plano ou do programa sob avaliação, em termos do desenvolvimento econômico e social, qualidade ambiental e de vida, determinando-se os **Objetivos de Sustentabilidade** que se deve perseguir para alcançar o que foi idealizado. A visão de futuro e os objetivos de sustentabilidade também servirão de orientação para a avaliação final dos impactos estratégicos.

Também essencial foi determinar o contexto no qual as variáveis analisadas se desenvolvem, mas sobre as quais os responsáveis pela estratégia sob análise não têm controle, referidos nesta AAE como **Questões-chave** condicionantes do turismo sustentável. Essa contextualização foi necessária para que ficasse claro em que condições as análises prospectivas foram realizadas, quer dizer, envolvendo questões que condicionam os cenários, mas que não fizeram parte do escopo do diagnóstico estratégico.

Dessa forma, apresentam-se os **Cenários** que fundamentaram a avaliação dos impactos estratégicos, antecedidos da proposta de visão de futuro para o desenvolvimento do turismo sustentável, dos respectivos objetivos de sustentabilidade e das questões-chave condicionantes desenvolvimento do turismo, que, guardam relação com os temas analisados nas etapas anteriores desta AAE, e podem influenciar a formulação dos cenários.

São diversos os métodos e técnicas que podem ser empregados para instrumentar os estudos prospectivos. A maioria dos estudos de AAE, realizados no País até 2010, tem utilizado o método de formulação ou construção de cenários, por ser ele um instrumento técnico apropriado para avaliar os prováveis comportamentos de sistemas complexos que tenham a eles associado um alto nível de incerteza, principalmente quando existem limitações de tempo e recursos para o emprego de outros métodos mais exigentes, por exemplo, os modelos de simulação. O método de construção de cenários que tem sido empregada nos estudos de AAE foi

desenvolvido pelo Laboratório Interdisciplinar de Meio Ambiente (LIMA) da COPPE/UFRJ¹⁸.

Os cenários são construídos a partir da extrapolação de tendências do passado, descrevendo as projeções e apresentando uma visão de futuro que possa ser atingida ou evitada apenas se certas ações forem ou não forem realizadas. Os cenários permitem, assim, comparar uma situação inicial com situações futuras resultantes de condições preestabelecidas.

No âmbito de planos e programas, é frequente que sejam formuladas ações concretas, com a forma um conjunto de projetos de investimento e atividades de fortalecimento institucional e gestão ambiental, que são propostos com o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável de determinado setor de atividades, como é o caso do PRODETUR-RJ. Na AAE, tais ações são então consideradas, não como fins, mas como os meios que o Poder Público escolheu para atingir os objetivos desse Programa e as diretrizes dos PDITS. O objeto de avaliação da AAE não é, portanto, cada um dos projetos e atividades propostos para a concretização do PRODETUR-RJ, mas a estratégia de desenvolvimento turismo que se pretende desenvolver.

Na presente AAE, a abordagem metodológica adotada para a realização da análise prospectiva também consistiu na aplicação da técnica de construção de cenários, de modo a permitir uma decisão fundamentada em torno das melhores alternativas para a consecução dos objetivos de desenvolvimento do turismo sustentável nos polos turísticos do Estado do Rio de Janeiro, conforme expressos nos PDITS, tendo como base as ações a serem desenvolvidas no PRODETUR-RJ. Tais cenários são estabelecidos por meio da extrapolação dos dados da Linha de Base e por Análise Técnica integrada, realizada por profissionais com largo conhecimento dos temas sob sua responsabilidade e, preferencialmente, com o envolvimento dos principais atores relacionados com a situação em análise.

Idealizam-se nesta AAE três cenários:

1. **Cenário de Referência**, correspondente à manutenção das tendências de desenvolvimento observadas nos dois polos turísticos e seus subpolos, com base na análise da linha de base e do diagnóstico integrado, considerando ainda alguns fatores externos (ou exógenos) relacionados às condições econômicas e ambientais sobre as quais o turismo exerce pouca ou nenhuma influência, às

¹⁸ LIMA/COPPE/UFRJ. Avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Desenvolvimento do Setor Produtivo de Corumbá e Influências sobre a Planície Pantaneira. Produto 2: Diagnóstico. Rio de Janeiro. Dezembro de 2007. n .p.

- políticas, aos planos e aos programas que estão sendo esperados ou em implementação nas regiões;
2. **Cenário de Desenvolvimento PRODETUR**, cenário de desenvolvimento, que corresponde às consequências estratégicas na qualidade e no uso dos recursos ambientais e nas peculiaridades culturais da realização dos projetos e atividades do PRODETUR–RJ e das diretrizes dos PDITS, em termos de cumulatividade de efeitos e indução do desenvolvimento tanto do turismo como de outros setores da economia.
 3. **Cenário de Desenvolvimento e de Sustentabilidade** – cenário propõe a integração ao Cenário de Desenvolvimento PRODETUR das novas diretrizes a serem adotadas nas próximas fases do processo de planejamento do turismo no estado, as devidas ações de prevenção e controle dos impactos estratégicos (diminuição e prevenção dos riscos ambientais e potenciação das oportunidades), bem como as atividades de acompanhamento da implementação do programa. Tudo isto para aproximar os resultados da atual fase do PRODETUR–RJ e os programas vindouros de fomento ao turismo no estado à desejada visão de futuro e aos objetivos de sustentabilidade.

A partir da comparação da situação atual e dos cenários, identificam-se as oportunidades e os riscos ambientais (impactos estratégicos). Estes impactos são discutidos, aproveitando-se também os resultados da aplicação da matriz SWOT empregada no Diagnóstico Integrado, de modo a se definirem as recomendações e medidas de potenciação das oportunidades e prevenção dos riscos ambientais PRODETUR–RJ, assim como as ações de acompanhamento, tanto dos impactos estratégicos e do cumprimento das recomendações como da adoção das medidas preventivas.

Os três esquemas apresentados a seguir ilustram os processos utilizados para a configuração dos Cenários idealizados na AAE: de Referência, de Desenvolvimento PRODETUR e de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

FIGURA 49 – CENÁRIO DE REFERÊNCIA

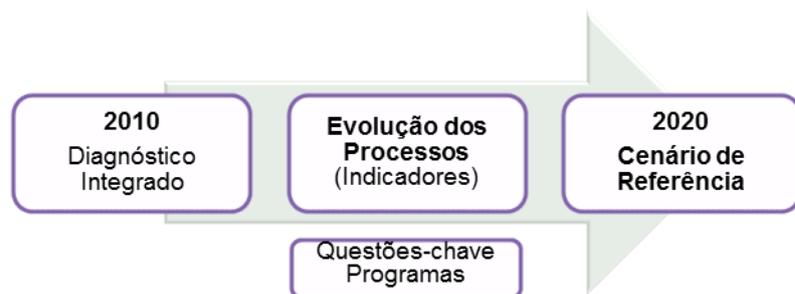


FIGURA 50 – CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR-RJ

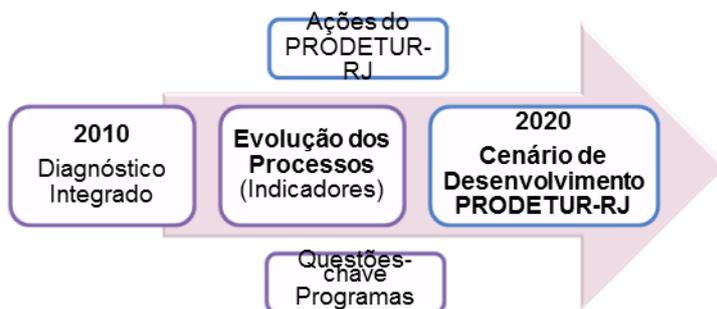
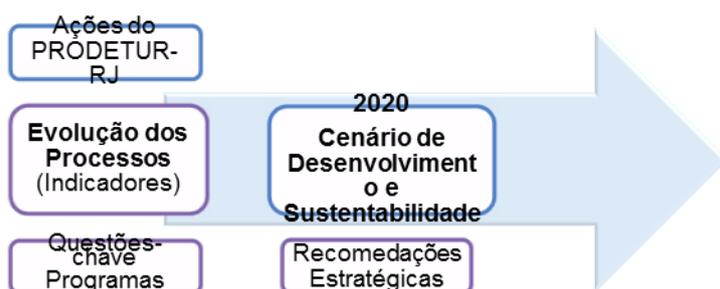


FIGURA 21 – CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE



Em todos os esquemas adotados para a construção dos três Cenários observa-se que esses processos, resultados das Análises Temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, que configura a situação atual, estão calcados no estudo da **Evolução dos Processos/indicadores** mais importantes, até o horizonte temporal de 2020, nos casos de que: (i) se mantenham as atuais tendências – Cenário de Referência; e (ii) se implemente o PRODETUR-RJ, mantendo-se as diretrizes de desenvolvimento do turismo expressas nos PDITS Serra e Litoral – Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, conforme descrito nos itens referentes às Etapas 4.2 e 4.3 e nos Quadros-síntese das análises temáticas que compõem o Anexo IX deste documento.

A comparação desses cenários sugeriu com conjunto de diretrizes a serem adotadas na construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade. Esse Cenário de Sustentabilidade foi construído também tendo em vista a identificação das oportunidades e riscos ambientais que formam o conjunto dos impactos estratégicos do PRODETUR-RJ.

VISÃO DE FUTURO

Conforme referido na Metodologia, a construção dos Cenários futuros do PRODETUR–RJ fundamenta–se nas proposições de Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade e na identificação das Questões–chave condicionantes ao desenvolvimento do turismo sustentável que guardam relação com os temas analisados nas etapas anteriores desta AAE.

A *Visão de Futuro para o Estado do Rio de Janeiro*, tal como proposta no Plano Estratégico do Governo do Estado do Rio de Janeiro (2007–2010) delinea a perspectiva de se atingir um cenário de “*transformação renovadora com prosperidade*”, em cujo contexto estão inseridos, junto à prosperidade estritamente econômica, os imperativos da segurança pública, da sustentabilidade ambiental e da valorização da educação e da cultura.

Entre os fatores e impactos previstos sobre o território do estado, que subsidiaram a construção dessa perspectiva de futuro, algumas tendências consideradas pelo Plano Estratégico como consolidadas e, em grande medida, invariantes nos contextos mundial, nacional e regional, podem ser destacados: a tendência de crescimento do fluxo turístico em escala global associado a um aumento das pressões sociais pela preservação e conservação do meio ambiente em todas as escalas, em um contexto nacional e regional de retomada do dinamismo econômico, decorrente do aumento das pressões sobre o meio ambiente e sobre os espaços urbanos, e do aumento e diversificação das atividades do setor turístico.

Essa mudança de perspectiva, com relação ao setor turístico em particular, pode ser dimensionada levando–se em consideração um dos aspectos do desdobramento da Visão de Futuro proposto pelo Plano Estratégico; a perspectiva de que em 2027 o ambiente fluminense terá como uma de suas características o fato de ser um território *diferenciado* (assim como eficiente, competitivo, educado, inovador, próspero, seguro, saudável e sustentável) se manifesta na proposição de um indicador (número de visitantes por ano) que guarda estreita relação com o aproveitamento satisfatório de seu potencial turístico e com a qualidade de suas atividades culturais e esportivas, prevendo um aumento do número de visitantes entre 2006 e 2027 que vai de aproximadamente sete milhões para a casa dos quinze milhões.

Assim, e tendo em vista as prioridades estabelecidas pelo processo de planejamento de longo prazo do Governo do Estado do Rio de Janeiro e as diretrizes e os objetivos específicos do objeto (PDITS/PRODETUR–RJ) desta Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), foi enunciada a *Visão de Futuro para o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado do Rio de Janeiro para o ano de 2020*. Essa proposta foi apresentada e validada pelos representantes das instituições governamentais envolvidas diretamente no processo de construção da AAE, em Seminário Interno de Avaliação do Diagnóstico Integrado e dos Cenários Construídos (23/02/2011).

No Estado do Rio de Janeiro, em 2020, o desenvolvimento sustentável do turismo se faz assegurando a interiorização do turismo, a diversidade e a boa qualidade dos destinos e dos produtos turísticos, permitindo a integração dos fluxos por meio de uma adequada rede de mobilidade entre os destinos e da articulação dinâmica com outras forças produtivas, potencializando o uso sustentável dos recursos naturais e culturais, criando novos negócios e oportunidades de emprego, trabalho e inclusão

produtiva, fixando a mão de obra local capacitada e melhorando a qualidade de vida nos Polos Litoral e Serra.

Essa Visão de Futuro deve ser entendida como a base orientadora da proposição de diretrizes e recomendações que constitui o Cenário de Sustentabilidade, síntese final do exercício de cenarização e da análise dos impactos estratégicos que serão apresentados neste documento. É necessário, portanto, explicitar o conjunto de objetivos que permita visualizar de forma mais clara as ações necessárias para se atingir o futuro desejável.

À luz das diretrizes gerais contidas no Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro (2007–2010) e aquelas definidas pelo PDITS/PRODETUR–RJ, o desenvolvimento do turismo no Estado se dará a partir dos seguintes fatores: expansão e melhoria da infraestrutura e da logística de transportes; qualificação da mão de obra e inclusão social; promoção e valorização da cultura e do esporte; recuperação dos grandes passivos ambientais do estado; expansão do sistema de saneamento; diversificação da estrutura econômica, com distribuição menos desigual no território fluminense; e fortalecimento da gestão pública.

OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE

Esse contexto orientador, ladeado pelos objetivos estratégicos do Programa, conduz a um conjunto de *Objetivos de Sustentabilidade* para o desenvolvimento do turismo no Estado do Rio de Janeiro, referenciados às dimensões da sustentabilidade. São eles:

- Na *dimensão econômica*: o desenvolvimento da economia do turismo deve se dar promovendo a inserção competitiva de seus destinos/produtos nos mercados nacional e internacional e articulando-os à demanda potencial de serviços turísticos de outras atividades econômicas presentes nos seus territórios, ampliando, portanto, o tempo de permanência e o gasto médio dos turistas no Estado e reduzindo o nível de informalidade do setor.
- Na *dimensão ambiental*: o desenvolvimento da atividade turística deve se dar assegurando o controle e a proteção dos recursos ambientais e dos atrativos naturais face aos efeitos negativos do uso intensivo e da ocupação desordenada do solo e da insuficiência na oferta de infraestrutura e de serviços públicos, com a adoção de práticas sustentáveis de eficiência energética e de consumo mínimo, e observando os limites definidos para a capacidade de suporte de destinos e atrativos.
- Na *dimensão sociocultural*: o desenvolvimento do turismo deve se dar estabelecendo e fortalecendo relações funcionais e de mobilidade entre os Subpolos turísticos, promovendo a interiorização e a integração dos fluxos a partir da cidade do Rio de Janeiro e de outros estados, gerando trabalho e renda para as populações locais e melhorando a qualidade de vida nos destinos turísticos, e assegurando a proteção, o respeito e a promoção dos bens materiais e imateriais do patrimônio histórico-cultural e turístico e dos valores e atividades socioculturais tradicionais.
- Na *dimensão político-institucional*: o desenvolvimento da atividade turística deve se dar contando com sistemas eficientes de prestação de informações e de acompanhamento, monitoração e controle da evolução/situação do setor integrados com índices e indicadores de outros setores estratégicos para a sua economia, e com instituições capacitadas técnica e financeiramente para a gestão

do turismo, assim como para o manejo adequado das Unidades de Conservação e para fiscalização de serviços turísticos de potencial poluidor.

Esse conjunto de objetivos de sustentabilidade é que deram origem aos indicadores estratégicos definidos a partir dos impactos estratégicos do Programa e embasaram as Propostas de Ação recomendadas por essa AAE. Tais indicadores servirão também para o acompanhamento da implementação e o Monitoramento do Programa.

QUESTÕES-CHAVE

O conjunto das Questões-chave condicionantes do turismo sustentável também foi identificado e compõe o contexto em que se desenvolvem os processos referentes aos temas estudados no Diagnóstico Integrado desta AAE. Como já referido, as questões-chave correspondem a algumas variáveis que influem na formulação dos cenários, mas sobre as quais não se tem qualquer tipo de controle embora mantenham alguma relação com os temas analisados e ajudem a entender o contexto em que o programa e suas ações estratégicas estão sendo avaliados. Nelas, estão incluídos ainda eventos e investimentos previstos no horizonte da presente AAE.

Neste sentido, é importante identificar quais os aspectos relacionados às tendências de desenvolvimento econômico no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro, inclusive no setor de turismo, que de alguma forma repercutem sobre a execução do PRODETUR-RJ e que possam ser consideradas na evolução dos temas estratégicos e respectivos processos que compõem a AAE. Nos textos apresentados a seguir são tratadas questões relacionadas às expectativas de evolução da economia e sua relação com o crescimento do turismo, face ao conjunto de investimentos previstos na próxima década, além das expectativas referentes às políticas e atividades de saneamento ambiental e às de proteção do meio ambiente.

Expectativas de Desenvolvimento

O Estado do Rio de Janeiro encontra-se exposto a um conjunto de oportunidades-pressões sem precedentes na sua história, correspondente a uma agenda de investimentos de caráter estruturante da economia regional. A densidade dessa agenda determinou o início de um processo de requalificação de seu território do que poderá resultar num cenário de desenvolvimento seja no plano estadual, regional e/ou local. Contudo, a resultante desse processo de requalificação dependerá, dentre outras condições, da capacidade de resposta do Poder Público no que diz respeito ao reordenamento desse mesmo território.

Na presente abordagem é dado um panorama das agendas dos principais investimentos previstos para o horizonte dessa AAE que poderão repercutir sobre os Polos Turísticos e, portanto, sobre das ações do PRODETUR-RJ, consideradas as ações setoriais (públicas e privadas) identificadas. Entre os principais financiadores públicos dessa pauta destaca-se o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), iniciativa do Governo Federal em parceria com o estado e municípios envolvidos e o investidor privado.

As principais agendas estão relacionadas a:

- Investimentos nos setores econômicos de exploração e produção (E&P) de óleo e gás natural (O&G); da atividade petroquímica, além da siderurgia e da indústria naval;

- Investimentos na área da logística de transporte, tais como ampliação, modernização e dragagem de portos, construção e requalificação da malha rodoviária, entre outros;
- Infraestrutura de apoio aos grandes eventos esportivos, principalmente aqueles voltados para receber a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016.

Estudos que analisam a pauta dos investimentos previstos para os principais setores econômicos do Estado do Rio de Janeiro indicam que essa agenda envolve um montante de recursos superior a R\$300 bilhões, que estariam sendo investidos ao longo do período 2007–2015. Desse total, cerca de 50% (R\$155 bi) concentram-se nas atividades offshore de exploração e produção (E&P) de óleo e gás natural (O&G) realizadas na Bacia de Campos, em fase de ampliação pela entrada em produção dos blocos localizados na Bacia de Santos e pelo início das atividades de E&P nas camadas do pré-sal.

Em relação às atividades realizadas *on shore*, destaca-se o aglomerado metropolitano do Rio de Janeiro que concentra cerca de 40% do total de R\$300 bilhões. O restante dessa agenda está comprometida com projetos localizados na região da Costa do Sol e Litoral Norte (cerca de 6%), assim como no Médio Vale do Paraíba (cerca de 3%).

Em relação aos setores de atividade associados a essa agenda, destaca-se também a produção offshore de O&G com 54% do total dos recursos. Das atividades realizadas on shore destacam-se a petroquímica e a siderurgia (com 14%), assim como a indústria naval e a logística de transporte com 12% cada qual. Merece ainda destaque a participação do setor de geração de energia ao qual correspondem 5% desse total, quase todo ele dedicado a termoeletricas (movidas a óleo, gás natural e nuclear).

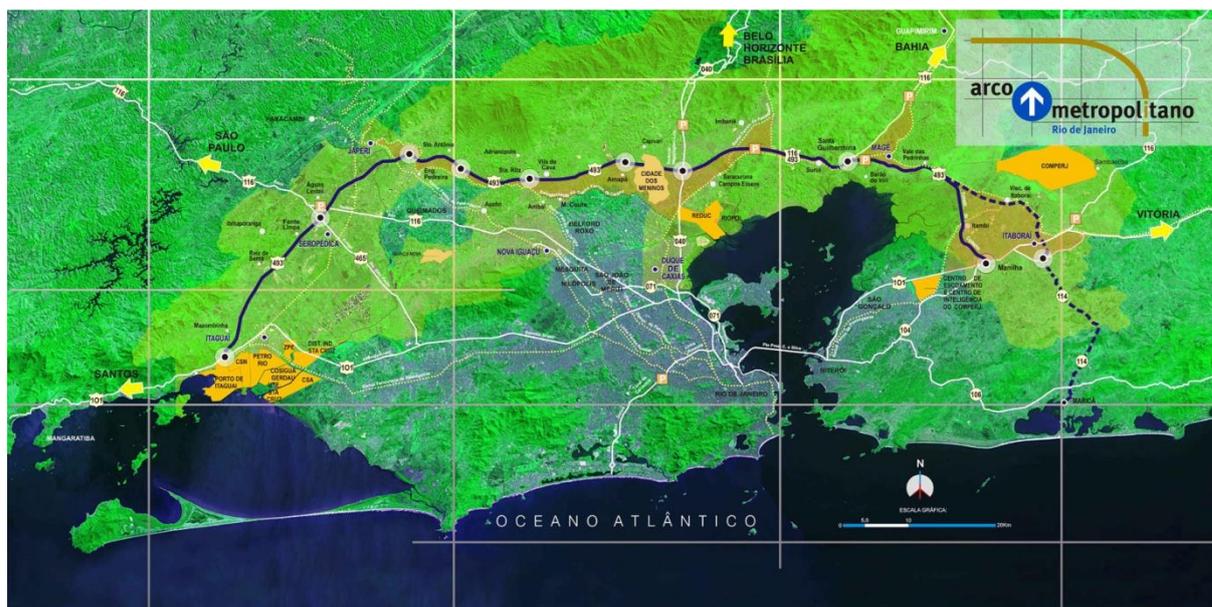
Dentre os projetos a destacar estão os investimentos ao longo da cadeia produtiva de O&G realizados pela Petrobrás, notadamente aqueles relacionados ao Plano de Antecipação da Produção de Gás (PLANGAS) e ao Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ), que induzem um amplo número de desdobramentos tais como a ampliação da rede de dutos e terminais, assim como as encomendas dirigidas à indústria da construção naval.

Na área de siderurgia e metal-mecânica podem ser contabilizados: a construção e a operação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) parceria entre as empresas Thyssen Krupp e Cia. Vale do Rio Doce; a ampliação da COSIGUA do Grupo Gerdau, em Itaguaí; a implantação da mini-mill da Votorantim Metais, em Resende; a ampliação e a diversificação da produção da Usina Presidente Vargas da Cia. Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda; e a instalação de novas unidades da fábrica de pneus Michelin e da montadora de carros da Hyundai, ambas em Itatiaia.

Entre os investimentos na área da logística de transporte, além daqueles citados acima, chama a atenção os projetos liderados pela CSN/Petrobrás/Gerdau para o Porto de Sepetiba, em Itaguaí, e a implantação do Arco Rodoviário Metropolitano, na Baixada Fluminense.

A implantação do Arco Rodoviário Metropolitano tem por finalidade estabelecer a conexão entre a BR-101 norte e a BR-101 sul, ligando o COMPERJ, em Itaboraí, ao Porto de Sepetiba, em Itaguaí. Nesse percurso, atravessa a Baixada Fluminense, induzindo o desenvolvimento de áreas até então inacessíveis. Sua implantação está compartilhada entre os governos federal e estadual e a conclusão das obras está prevista para 2012. Apesar do foco prioritário no desenvolvimento industrial, o Arco Rodoviário Metropolitano irá favorecer o fluxo turístico de integração entre os Subpolos, evitando a atual passagem obrigatória pela capital do estado.

Figura 22 – Arco Metropolitano



Fonte: SEOBRAS/RJ, 2010.

Ainda nesse quadro, é interessante ressaltar que a malha rodoviária do Estado do Rio de Janeiro também conta uma pauta de investimentos que irá favorecer a mobilidade no território fluminense. O plano visa encurtar as distâncias entre o Rio de Janeiro, Belo Horizonte e São Paulo, beneficiando vários setores econômicos, além de melhorar o acesso aos destinos turísticos do interior do estado e integrá-los a destinos dos estados vizinhos, estimulando a retomada do turismo rodoviário.

A par dos grandes investimentos que vem sendo realizados na Baixada Fluminense para implantação do Arco Rodoviário Metropolitano, o Polo Litoral conta com estradas recuperadas recentemente ou com obras em curso, a cargo do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem (DER-RJ), pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e de empresas das concessionárias. As figuras que ilustram o item 3.2. Cenário de Desenvolvimento PRODETUR-RJ apresentam a rede de intervenções descritas a seguir.

Melhorias rodoviárias no Subpolo Costa Verde – destacam-se as RJ-165 (Paraty-Cunha, SP), RJ-155 e RJ-149 (Mangaratiba-Rio Claro) e a BR-101 (Rio-Santos). O traçado da RJ-165, em boa parte, segue o da antiga Estrada Real do Caminho do Ouro (Caminho Velho), que vem sendo recuperado com vistas a adequá-lo aos preceitos de uma Estrada-Parque. As melhorias esperadas viabilizarão a ligação entre a Costa Verde e o Vale do Paraíba do Sul paulista. A RJ-155, principal ligação dos Subpolos de Agulhas Negras e Vale do Café com a Costa Verde, interligando a BR-101 e a BR-116, passou, recentemente, por obras de recuperação. A RJ-149, que liga Mangaratiba a Rio Claro, é considerada a primeira estrada de rodagem do

país, aberta no século XIX para ligar o antigo município de São João Marcos ao porto de Mangaratiba, facilitando o escoamento da produção cafeeira e a entrada de mão-de-obra escrava para a lavoura do Val e do Paraíba Fluminense. Nessa rodovia estão sendo realizadas obras de revitalização dentro dos preceitos de uma Estrada-Parque, viabilizando outra ligação da Costa Verde com o Vale do Café. Essa estrada também dá acesso ao recém inaugurado Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. Na BR-101, no trecho compreendido entre os municípios do Rio de Janeiro e Paraty, vem sendo implementadas obras de duplicação (trecho Santa Cruz-Itacuruçá, segmento que integra o Arco Metropolitano), além daquelas de contenção de encostas, fundamentalmente entre Mangaratiba e Paraty. Essa rodovia, que estrutura longitudinalmente a Costa Verde, percorrendo o litoral junto às baías de Sepetiba e da Ilha Grande, é de suma importância para o desenvolvimento turístico da região.



Figura 23 – Obras de recuperação das RJs 165 e 149.
Fonte: IBAM, 2010

No Polo Serra também está ocorrendo a recuperação de importantes rodovias: a RJ-163 (Capelinha-Mauá) e RJ-151 no Subpolo Agulhas Negras; a RJ-143 e RJ-137 no Subpolo Vale do Café; a RJ-122, RJ-142 (Serramar) e as BRs-393, 116, 495 e 040 no Subpolo Serra Verde Imperial.

Melhorias rodoviárias no Subpolo Agulhas Negras – a requalificação da RJ-163 e da RJ-151 está incluída no PRODETUR-RJ e os resultados visam fomentar o aproveitamento turístico local e a interligar esse território turístico ao Planalto Sul Mineiro. A RJ-163 tem início na BR-116 (Rio-São Paulo) e liga Penedo (Itatiaia) a Visconde de Mauá (Resende). As obras de recuperação/revitalização previstas irão transformá-la na primeira Estrada-Parque do Estado do Rio de Janeiro. Para a RJ-151, que margeia, em grande parte, o Rio Preto, divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, o trecho a ser requalificado está situado entre Maromba e a Ponte dos Cachorros, em Visconde de Mauá.



Figura 24 – Obras de recuperação da RJ-163 e vista do rio Preto.
Fonte: IBAM, 2010

Melhorias rodoviárias no Subpolo Vale do Café – os investimentos foram direcionados para melhorias na RJ-143 e RJ-137 e para a BR-393. A RJ-143, que liga Quatis a Barão de Juparanã (Valença), passando por Conservatória, recebeu inúmeras benfeitorias em 2010. Representa uma alternativa de ligação entre os Subpolos de Agulhas Negras e o Vale do Café e promove a integração dos roteiros locais. A RJ-137 articula a BR-116 e a BR-393 com o Planalto Sul Mineiro, através de Santa Rita de Jacutinga, passando por Barra do Piraí, Ipiabas, Conservatória e Santa Isabel do Rio Preto. O trecho que liga Conservatória à divisa com Minas Gerais, atravessando a deslumbrante Serra da Beleza, está sendo revitalizado. Os investimentos irão fomentar o aproveitamento turístico local e a interligação com o Estado de Minas Gerais. A BR-393, no trecho fluminense que atravessa o Vale do Café, entre Barra Mansa e Vassouras, está sendo beneficiado com melhorias viárias que deverão atuar positivamente no fluxo turístico intra e interregional.



Figura 25 – Ponte dos Arcos e vista da Serra da Beleza (RJ-137).
Fonte: IBAM, 2010

Melhorias rodoviárias no Subpolo Serra Verde Imperial – foram incluídas no rol de investimentos as RJs-122 e 142 e as BRs-116, 495 e 040. A RJ-122, que interliga a BR-116 a RJ-116 (entre Guapimirim e Cachoeiras de Macacu), representa uma importante rota alternativa de acesso à região sem atravessar a ponte Rio-Niterói. A RJ-142 (Estrada Serramar) liga Mury e Lumiar (Nova Friburgo) a Casimiro de Abreu, viabilizando uma rota de integração direta entre a Serra Verde Imperial e a Costa do Sol. Essa estrada, que atravessa a APA de Macaé de Cima, foi, recentemente, objeto de obras de recuperação, mas não a trataram dentro dos princípios de Estrada-Parque. O trecho da serra da BR-116, situado entre Guapimirim e Teresópolis, encontra-se em obras de duplicação há algum tempo, rodovia considerada de grande relevância para a economia fluminense. A BR-495 (Estrada das Hortênsias), que liga Teresópolis a Itaipava (Petrópolis), é uma das estradas com pavimentação em concreto mais antigas do país e que há três anos vem sendo objeto de obras de recuperação. Outra obra significativa para a região é aquela que está sendo programada para a BR-040 (trecho Rio-Juiz de Fora). O projeto prevê a duplicação do atual leito de descida do trecho Rio-Petrópolis, na Serra das Araras, e a construção de um túnel rodoviário com cinco quilômetros de extensão. O atual leito de subida será transformado em Estrada-Parque. O prazo de execução é de três anos.

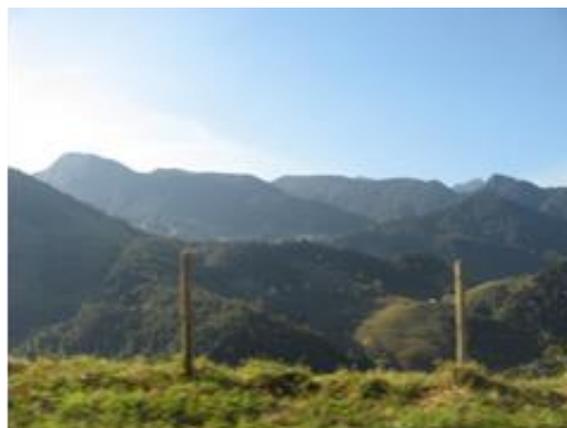


Figura 26 – Obras de recuperação da RJ-142 e paisagem da APA de Macaé de Cima.
Fonte: IBAM, 2010

Os grandes eventos esportivos programados para os próximos cinco anos resultarão em um aumento considerável na movimentação de turistas domésticos e estrangeiros. Assim, a preparação, a operação e os resultados obtidos nas melhorias dos sistemas de transporte, no curto, médio e longo prazos, serão tão mais positivos quanto forem as ações de planejamento dedicadas à sua consecução. De outro lado, a estabilidade política e o crescente desenvolvimento econômico e social no Brasil refletem-se numa grande oportunidade para o turismo, na medida em que possibilita às diferentes camadas sociais realizar mais viagens e usufruir dos serviços turísticos, incrementando o desenvolvimento do setor.

Para sediar a os grandes eventos esportivos – Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos e Paraolímpicos Rio 2016 – além das instalações de competição, o Rio de Janeiro tem como maior desafio a melhoria da infraestrutura de mobilidade urbana e regional (rede, terminais e transportes de massa) e das condições de

acessibilidade universal na área urbana e em seus equipamentos, sejam públicos ou privados.

Somam-se aos investimentos citados anteriormente, em termos de infraestrutura logística de apoio à realização desses eventos, a construção do trem-bala (conectando o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas); e investimentos em corredores de ônibus, na expansão e modernização do metrô, na melhoria da acessibilidade aos estádios e na ampliação e modernização dos portos e aeroportos. Afora a implantação do trem-bala e do Arco Metropolitano, todos os demais recursos são direcionados para a capital do estado. Também serão beneficiados o aeroporto internacional Tom Jobim e o porto do Rio de Janeiro, infraestrutura logística de porte regional. Há ainda os projetos para a revitalização da área portuária do Rio: o Porto Maravilha e o Museu do Amanhã, em início de construção.

Dentre o rol de ações complementares também são previstas obras de urbanização de algumas das maiores favelas cariocas, já iniciadas, bem como projetos ambientais, tais como: a proteção do sistema lagunar de Jacarepaguá e da Lagoa Rodrigo de Freitas; a melhoria e recuperação dos parques naturais; monitoramento da qualidade do ar, da água e das praias; a balneabilidade de praias e lagoas; e o controle de enchentes no entorno do Maracanã.

O quadro de investimentos para dotar a cidade de condições de sediar os grandes eventos esportivos é bastante expressivo. Se ocorrerem como programados, os êxitos não serão apenas esportivos, mas deixarão legados em infraestrutura e socioculturais expressivos para o Rio de Janeiro, diferentemente do que ocorreu nos Jogos Panamericanos de 2007, cujo legado se limitou aos equipamentos esportivos, alguns deles superdimensionados para o uso corrente.

Conforme já sugerido, esse conjunto de investimentos (alguns já bastante avançados) tende a induzir um processo de requalificação territorial do qual resultarão certamente novas dinâmicas regionais que poderão influenciar a positivamente economia do turismo.

A permanência das tendências associadas a esses fatores exógenos ao “território” do PRODETUR-RJ nos obrigaria a especular sobre cenários que envolvem muitas incertezas. A permanência desse dinamismo no plano do Estado do Rio de Janeiro (e mesmo da economia brasileira) depende em larga medida de fatores associados à conjuntura política, ambiental e econômica no nível mundial.

Além dos grandes investimentos estruturantes que serão aplicados no Estado do Rio de Janeiro, outras oportunidades poderão se fazer presentes e deverão ser consideradas e aproveitadas na obtenção de impactos positivos e sustentáveis para o desenvolvimento do turismo.

Por outro lado, ameaças também podem surgir no horizonte, decorrentes, ou não, dos mesmos processos de investimentos, ou de fatores externos, que poderão produzir impactos negativos ou retrocessos nos processos de desenvolvimento. Podem ser citados, entre outros se encontram totalmente fora de controle de todas as esferas envolvidas no Programa, as mudanças climáticas decorrentes dos procedimentos de produção e consumo das sociedades humanas, que produzem desastres naturais a alteram de forma radical as condições sociais, econômicas e paisagísticas dos destinos turísticos, comprometendo sua atratividade e reduzindo a quantidade de visitantes.

Expectativas para o Saneamento Ambiental

Do ponto de vista dos atrativos turísticos, as principais demandas associadas ao saneamento ambiental referem-se de forma mais imediata à qualidade dos recursos hídricos (balneabilidade de rios e praias) e aos padrões de limpeza urbana. Estes estão associados de forma indireta à incidência de doenças de veiculação hídrica, epidemias e segurança contra riscos de deslizamentos e enchentes. Tais aspectos, por sua vez, são resultantes da qualidade da infraestrutura e dos serviços de saneamento básico, incluindo o abastecimento de água, a coleta e tratamento dos esgotos sanitários, ao manejo e disposição final dos resíduos sólidos e ao manejo das águas pluviais urbanas, que são exatamente os componentes do saneamento básico.

Como é sabido, trata-se do campo nos quais as chamadas “dívidas sociais e ambientais” são mais relevantes e os índices encontrados em todo o País, com poucas exceções, são extremamente baixos, com graves consequências na qualidade de vida urbana e na saúde da população. Nessa perspectiva, os riscos para o desenvolvimento das atividades turísticas e seu incremento estão conectados de maneira indissociável aos padrões de saneamento básico passíveis de serem alcançados em horizontes de curto e médio prazo.

Mais além do marco jurídico federal recentemente aprovado sobre o tema e de algumas leis específicas sancionadas no Estado do Rio de Janeiro que moldam o processo indutor de políticas e ações para o setor público e privado nesse campo, vem sendo desenvolvido um conjunto de programas de investimento federais e estaduais para suprir os déficits verificados no campo do saneamento básico. Não se trata somente de responder às demandas específicas associadas a grandes eventos previstos, como a Copa do Mundo e as Olimpíadas, ou outros grandes investimentos de âmbito regional, como o COMPERJ ou o Arco Metropolitano, mas sim de uma política e uma estratégia do Governo do Estado do Rio de Janeiro com metas expressivas de investimentos e melhoria da gestão neste campo. Isto faz antever, no contexto do saneamento ambiental, uma perspectiva inteiramente favorável para que se alcance no ano de 2020 um quadro sem problemas de saneamento ambiental, que venham a influir positivamente no desenvolvimento do turismo.

Os principais programas e projetos que fazem parte da estratégia do governo no campo do saneamento básico compreendem:

- O Pacto pelo Saneamento, que envolve as Secretarias de Estado do Ambiente (SEA), de Agricultura, Pesca e de Abastecimento (SEAPPA) e de Obras; a Companhia Estadual de Águas e Esgoto (CEDAE) e Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). O Pacto é dividido em dois Subprogramas:
 - Subprograma Rio+Limpo, que tem como meta duplicar os índices de esgotos coletados e tratados, passando dos 30% atuais para 60% em quatro anos, e atingir 80% de esgotos tratados em dez anos. Os recursos são do Fundo Estadual do Meio Ambiente (FECAM), da ordem de R\$ 100 a 120 milhões por ano, do Fundo Nacional de Recursos Hídricos (FUNDRHI), advindo da cobrança pelo uso da água (cerca de 30 milhões por ano), do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e da FUNASA, com previsão de recursos do PAC II. Também são direcionados recursos para o desenvolvimento institucional, com a contratação e elaboração de planos municipais de saneamento básico (PMSB), com foco especial em abastecimento de água e

esgotamento sanitário, especialmente na região dos Lagos, nas bacias do Rio Paraíba do Sul e da Baía da Guanabara (em parceria com os conselhos de recursos hídricos) e para projetos de sistemas de esgotamento sanitário. Incluem-se:

- . Convênio CEIVAPARASEA/AEMERJ: 53 municípios fluminenses na bacia do Rio Paraíba do Sul, em andamento;
- . Entorno da Baía de Guanabara: 15 municípios já aprovados pelo Comitê (parte do PSAM);
- . Comitê Guandu: sete municípios – já aprovados pelo Comitê;
- . Comitê Macaé e Rio das Ostras: três municípios – já aprovados pelo Comitê;
- . Comitê Lagos São João: oito municípios – já aprovados pelo Comitê.
- . Este subprograma também prevê ações voltadas para a regulação estadual e a sustentabilidade operacional.
- Subprograma Lixão Zero: tem como meta a erradicação dos lixões com sua remediação e construção de aterros sanitários regionais em até cinco anos. São previstos recursos de 25 a 30 milhões/ano, com projetos em fase de elaboração, de licitação, de construção e alguns já em funcionamento. Está sendo elaborado o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS), com recursos do Ministério do Meio Ambiente, que define as bases para a regionalização e a formação de consórcios públicos intermunicipais para implantação dos aterros sanitários.
- . O Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios da Bacia da Baía da Guanabara (PSAM) tem como objetivo principal promover a reversão da degradação ambiental da Baía da Guanabara e do Sistema Lagunar da Barra da Tijuca e Jacarepaguá, através de: implantação de sistemas complementares de esgotamento sanitário; fortalecimento institucional das entidades envolvidas; promoção da sustentabilidade das políticas públicas de saneamento dos municípios beneficiados; aproveitamento pleno e complementação das instalações de saneamento instaladas pelos PDBG e PSBJ; melhoria da qualidade de vida e da saúde pública da população do entorno da bacia; geração de emprego; efeito positivo para o setor de turismo, devido à melhoria ambiental das praias, das lagoas de Barra de Tijuca e da Baía de Guanabara. Neste programa inclui-se também, na componente de desenvolvimento institucional, 15 Planos de Saneamento Básico Municipais com foco em abastecimento de água e esgotamento sanitário, a serem realizados com recursos do projeto e do Conselho de Recursos Hídricos.
- . O Plano de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande (BIG) foi elaborado pelo INEA em parceria com a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e tem como propósito orientar as práticas setoriais de gestão do território e seus recursos naturais com o objetivo de harmonizar as sobreposições e os conflitos e desta forma garantir a qualidade ambiental necessária à manutenção da integridade ecológica e da biodiversidade da região, aspectos fundamentais para garantir a qualidade de vida e o desenvolvimento socioeconômico da região. A partir de 2011 o Plano deverá realizar um conjunto articulado de ações e estratégias de gestão que contará com os recursos do GEF e do Governo do Estado do Rio de Janeiro, totalizando

US\$9,8 milhões e com duração de cinco anos. O resultado deste processo estruturará um programa estratégico de longo prazo, com duração prevista de 25 anos.

Expectativas de Proteção do Meio Ambiente

As perspectivas em termos das políticas ambientais brasileiras de interesse para o PRODETUR são de progressão das tendências observadas nos últimos anos, que se caracterizam pelo avanço continuado da Política Nacional do Meio Ambiente. A legislação ambiental tende a ser cada vez mais aprimorada, tanto pela regulamentação mais adiantada e completa no campo do controle ambiental das atividades econômicas como nas iniciativas de aprimoramento da conservação dos recursos naturais.

A isto se acrescenta o avanço mundial no trato das questões ambientais ditas globais, como a proteção da biodiversidade e da camada de ozônio, as medidas de prevenção e adaptação às mudanças climáticas e a racionalização do uso de recursos ambientais, como a água, que se reflete cada vez mais nas políticas de proteção do meio ambiente. Por outro lado, prossegue a procura pela eficiência do controle ambiental das atividades econômicas, motivada pelas normas internacionais de desempenho das atividades produtivas, como as pertinentes à ISO 14000, pelo incentivo à produção ambientalmente sustentável e pelas barreiras alfandegárias a produtos agrícolas e industriais em desacordo, com as exigências do mercado mundial.

No âmbito internacional, esta tendência deve-se manter na próxima década, não só pela contínua evolução da consciência ambiental e das conseqüentes demandas do mercado internacional por produtos certificados, mas pelas políticas de sustentabilidade praticadas pelas agências internacionais de desenvolvimento, como a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), as agências bilaterais de cooperação econômica e os bancos e programas de cooperação do sistema das Nações Unidas. Entre estes últimos, destaque-se a Organização Mundial para o Turismo (UNWTO), que desenvolve trabalhos e oferece aos países membros cooperação específica para a integração, nos próximos anos, de critérios de qualidade e sustentabilidade às políticas e planos de desenvolvimento nacionais, regionais e locais.

No Brasil, as expectativas são análogas. Os requisitos de compensação ambiental do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e seus regulamentos, ao aportarem recursos financeiros proporcionais aos investimentos em empreendimentos de grande porte, favorecerão cada vez mais a implementação das políticas conservacionistas, principalmente a formulação de planos de manejo e a gestão ambiental mais organizada nas diversas categorias de áreas protegidas. No que interessa ao presente estudo, destacam-se as políticas públicas de conservação e uso sustentável das Unidades de Conservação que servem de suporte a atividades turísticas, ora em desenvolvimento no âmbito do Governo Federal em parceria com os estados, que dizem respeito a: (i) a identificação de mosaicos de unidades de conservação de proteção integral e de uso sustentável; (ii) o conceito e a implantação de gestão participativa e compartilhada dos recursos e a capacitação de técnicos, gestores e tomadores de decisão. Além disto, tende a crescer, cada vez mais, o registro de reservas particulares do patrimônio natural (RPPN), muitas delas com finalidade de visitação e proteção de atrativos turísticos.

Quanto às questões de controle das atividades poluidoras ou que, de alguma forma, utilizam recursos ambientais, seguem as tendências de emprego de instrumentos avançados de política e gestão, como a auditoria ambiental. As negociações em torno da terceira fase do Programa Nacional de Meio Ambiente (PNMA) confirmam recursos significativos para a instrumentalização do licenciamento ambiental em todas as suas fases, enfocando a racionalização dos procedimentos, a normalização técnica e a capacitação das entidades de meio ambiente. As atividades programadas para a próxima fase do PNMA alcançam tanto as entidades federais (IBAMA, ICMBio) como as estaduais.

Resta mencionar a extensão do emprego da Avaliação Ambiental Estratégica em vários setores do Governo Federal, como consequência da proposta de regulamentação formulada pelo Ministério do Meio Ambiente, que se espera seja em breve editada pelo Governo Federal. Embora aplicável, especificamente, à formulação de políticas e ao planejamento na esfera federal, as repercussões da edição dos regulamentos da AAE, bem como a publicação de guia metodológico de apoio à sua aplicação nos próximos anos, devem ter como resultado, em todo o País, a melhor qualidade das políticas, dos planos e dos programas dos setores

responsáveis pela infraestrutura de energia, transporte, saneamento e, conseqüentemente, de desenvolvimento sustentável do turismo.

Na esfera do Governo do Estado do Rio de Janeiro, observa-se a tendência de fortalecimento da estrutura institucional, e da capacitação técnica para as ações de controle ambiental por parte da Secretaria de Estado do Ambiente – SEA e do Instituto Estadual do Ambiente – INEA.

A exemplo disso, considera-se que a própria criação do INEA, por meio da integração dos três órgãos estaduais – SERLA, FEEMA e IEF, representa um grande avanço do Governo do Estado na formação, otimização e articulação de uma gestão integrada e capaz, que concilie as responsabilidades de licenciamento, fiscalização, monitoramento, planejamento para conservação efetiva dos recursos naturais. E que, a partir disso, articule esse órgão estadual com as demais entidades civis, públicas e privadas, em diferentes esferas governamentais, com capitação de recursos e técnica e elaboração de políticas públicas participativas.

Como programa de governo representativo desta integração, bem como, da síntese das principais demandas da política ambiental do Estado, têm-se o ICMS-Ecológico, consolidado nos últimos anos no estado, como um instrumento da política pública, desenvolvido a fim de uma justa distribuição de recursos aos municípios, correspondente a um percentual fixado sobre o total da arrecadação fiscal, proporcionalmente aos investimentos locais em gestão ambiental.

Ainda sobre os aspectos de fortalecimento da estrutura institucional e da capacitação técnica, o INEA reforçou o seu quadro técnico através de concurso público estadual; revitalizou e integrou a sua ação descentralizada junto as diversas regiões do estado; e tem incentivado a formação de órgãos de gestão ambiental colegiados regionais (comitês de bacias e consórcios municipais) e a participação dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente no Programa Descentralização do Licenciamento Ambiental estadual.

A respeito dos temas estratégicos Saneamento Ambiental e Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental, a SEA e o INEA desenvolveram diversos programas nos quais os municípios são diretamente contemplados, tendo em vista as emergências diagnosticadas, ou ainda, por meio de credenciamentos voluntários e mobilizações feitas por região do estado, como: educação ambiental,

Agenda 21 e os vinculados ao “Pacto pelo Saneamento”, este último relatado no item anterior. Sob esta mesma ótica, ressaltam-se os instrumentos de planejamento ambiental e ordenamento do território, em desenvolvimento no estado, como: o Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado do Rio de Janeiro (ZEE/RJ); o Gerenciamento Costeiro no Estado do Rio de Janeiro (GERCO/RJ), que responde por programas como o Projeto Orla (Gestão Integrada da Orla Marítima) e o Projeto de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande (BIG), os quais tiveram avanços recentes na direção da gestão integrada das áreas protegidas, terrestres e marinhas; e o Inventário Florestal do Rio de Janeiro.

Como instrumento consolidado e efetivo de conservação dos recursos naturais, menciona-se a Câmara de Compensação Ambiental e o Fundo da Mata Atlântica – mecanismos financeiros que buscam a eficiência na aplicação de recursos para a criação, a regularização e a estruturação das Unidades de Conservação (UCs) sob tutela do governo estadual.

Neste sentido, considerem-se as ações de organização e estruturação dos órgãos públicos de gestão ambiental e os programas de governo e os investimentos que o estado foi capaz de formular e executar. Tem-se como perspectiva para a continuidade de desenvolvimento da Política Ambiental do estado, a elaboração de planos para cada uma das temáticas que aperfeiçoem e capitaneiem mais investimentos, estabelecendo metas a cumprir, dimensionando o desenvolvimento das regiões e a conservação de recursos naturais necessários a qualidade de vida humana tais como: Plano Estadual de Conservação da Biodiversidade; Plano de Restauração de Ecossistemas Naturais; Plano de Monitoramento Ambiental; Plano de Recursos Hídricos Interestadual; Plano Estadual de Fortalecimento Municipal; e o Plano de Gestão Integrada do Ecossistema da Baía da Ilha Grande.

Nos itens a seguir são apresentados os Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ, para cada um dos temas estratégicos, construídos com base na evolução dos processos identificados nos Polos Litoral e Serra, e levando em conta as questões chave acima descritas, além das propostas contidas no PRODETUR-RJ.

Na construção dos Cenários, foram avaliados os impactos socioeconômicos e aqueles relacionados à apropriação do território em função das dinâmicas

decorrentes dos investimentos programados. Trata-se de avaliações complexas que traduzem a interdependência dos sistemas e subsistemas que congregam elementos sociais, econômicos, territoriais, culturais, humanos e ecológicos.

CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS DE REFERENCIA

A construção dos Cenários de Referência fundamentou-se nos resultados das análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, compreendendo, a partir da situação atual de cada tema, o estudo da evolução dos indicadores e dos processos mais importantes observados no Polo Litoral e no Polo Serra, mantendo-se as atuais tendências até o horizonte temporal de 2020.

Além de fundamentar-se nas análises temáticas consolidadas no Diagnóstico Integrado, a construção dos cenários levou em conta aspectos relevantes relacionados a: limites ao crescimento da mancha urbana; proteção de paisagens cênicas e da biodiversidade localizadas “na rota” dos vetores de expansão; estabelecimento de transições graduais de uso da terra; potenciação de economias verdes; proteção e divulgação de culturas tradicionais; distribuição equânime de oportunidades e recursos, mitigação de problemas relativos ao saneamento ambiental e ao abastecimento público; e fortalecimento institucional da gestão do turismo, pela presença e participação do Estado.

Na interpretação dos processos de construção dos Cenários, foram avaliados os impactos socioeconômicos e aqueles relacionados à apropriação do território em função das dinâmicas tendenciais e decorrentes dos investimentos programados. É uma avaliação complexa que traduz a interdependência dos sistemas e subsistemas que congregam elementos sociais, econômicos, territoriais, culturais, humanos e ecológicos.

Desta forma, os Cenários de Referência auxiliam na compreensão do que seria o futuro dos Polos afetados pelo Programa, caso prossigam as tendências atuais de desenvolvimento e sejam implementados os planos e programas governamentais previstos para as áreas de estudo, sem considerar as intervenções previstas no PRODETUR-RJ.

A apresentação do **Cenário de Referência para o Polo Serra** está estruturada segundo os Temas Estratégicos, que orientaram esta Avaliação, e principais processos analisados por cada um deles.

Ao contrário do quadro descrito para o Polo Litoral na síntese da *Linha de Base* e do *Diagnóstico Integrado*, o Polo Serra nota-se uma diferença flagrante entre os indicadores de dinâmica territorial referentes aos três Subpolos: Serra Verde Imperial, Vale do Café e Agulhas Negras.

- O Subpolo Serra Verde Imperial é integrado por municípios com áreas urbanas consolidadas, dotadas de uma estrutura econômica caracterizada por atividades industriais, que já foram mais importantes no passado, por um setor de serviços bastante desenvolvido e por seu patrimônio natural e cultural que exerce forte atratividade turística. Apesar de existirem relações de interfuncionalidade, esses municípios e seus principais núcleos urbanos, têm desempenhos autônomos e mantêm identidades próprias.
- No Subpolo Agulhas Negras, convivem quadros bem diferenciados: de um lado os núcleos turísticos que constituem a marca desse Subpolo – Penedo, Serrinha do Alambari, Visconde de Mauá, Maromba e Maringá, entre outros; e de outro, o complexo urbano-industrial que se estende ao longo do Médio Vale do Rio Paraíba do Sul, de Itatiaia a Volta Redonda. A atividade industrial, na qual predomina a siderurgia, metal-mecânica, automobilística e química-farmacêutica, atravessa desde a década de 1990, um franco processo de expansão. Esse processo redobrou suas forças na primeira década deste século e avança territorialmente com força em direção aos municípios de Resende e Itatiaia.
- O Subpolo Vale do Café é o menos acessível e o menos conhecido. Sua geografia é diversa da Serra Verde Imperial e os remanescentes florestais muito menos extensos. A imagem da região está frequentemente associada à presença das antigas fazendas de café, às sedes distritais e a pequenas vilas/povoados. Salvo atividades isoladas, as possibilidades de sua estrutura econômica passam pela integração com os destinos-fluxos turísticos de outras regiões, sejam os localizados nas Agulhas Negras, sejam os da região mineira da bacia do Rio Preto e, mais distantes, aqueles situados na Serra Verde Imperial.

Assim como no Polo Litoral, também no Polo Serra são observados problemas com a *Capacidade de Resposta* dada pelas políticas públicas, especialmente no plano dos governos locais. As administrações municipais têm mostrado dificuldades no sentido de implementar soluções para problemas já instalados e de buscar formas

de prevenir/mitigar problemas futuros, sendo de se registrar exceções em Volta Redonda, Barra Mansa e Resende.

TEMA ESTRATÉGICO – DINÂMICA REGIONAL

Evolução da Estrutura Econômica – A tendência é de continuidade do protagonismo da expansão econômica calcada no complexo urbano-industrial (particularmente no Médio Vale do Rio Paraíba) e nas atividades comerciais. Em relação ao turismo, a tendência é de expansão das atividades resultantes dos embriões de Arranjos Produtivos Locais – APL (envolvendo gastronomia, ecologia, confecções, etc.), face às políticas específicas implementadas pelo Governo do Estado e pelo BNDES.

Evolução do Uso do Solo – Deve permanecer a ausência de iniciativas voltadas para o reordenamento territorial na esfera do Polo, dos Subpolos e dos municípios, repercutindo em pressões crescentes sobre os remanescentes florestais, sobre a biodiversidade e qualidade ambiental em geral.

Crescimento Populacional e Qualidade de Vida – O dinamismo econômico verificado em alguns dos Subpolos permite projetar uma tendência de crescimento de arrecadação, o que pode significar a continuidade e até ampliação dos investimentos em saneamento e infraestrutura urbana, com o consequente aumento do número de domicílios ligados à rede e a redução dos índices de doenças de veiculação hídrica.

TEMA ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO URBANO

Consolidação dos Atrativos Turísticos – Petrópolis deverá aumentar a atratividade turística, beneficiando-se do *status* de Destino Indutor de Turismo Regional; Itatiaia, Resende, Valença, Vassouras, Nova Friburgo e Teresópolis deverão alcançar o mesmo *status*. Novos atrativos tendem a se consagrar, em função da melhoria da mobilidade nos Subpolos e do aumento da divulgação de seus atributos paisagísticos: Vale do Rio Preto (Cachoeira da Fumaça, outros ambientes naturais e antigos núcleos da região) no Subpolo Agulhas Negras; Serras da Beleza (e “*mar de morros*” no entorno), do Cavalu Ruço, da Taquara, das Coroas e da Concórdia e antigas fazendas de café, no Subpolo Vale do Café; núcleos do Brejal, Lumiar e S. Pedro da Serra, Caminhos do Barão, no Subpolo Serra Verde Imperial. É de se prever o fortalecimento das marcas turísticas (*Penedo, Visconde e Mauá, Vale do Café, Nosso Patrimônio é você* – Petrópolis, *Um Parque com uma Cidade dentro* – Nova

Friburgo), assim como o surgimento de outras, associadas aos novos atrativos. Apesar de alguns esforços dos poderes locais, deverão permanecer as relacionadas a estudos sobre turismo, planos de marketing e à sinalização dos bens históricos e culturais.

Pressões sobre os sistemas de mobilidade e acessibilidade universal

- **Sistemas rodoviários** – A rede de mobilidade no Polo Serra é estruturada pelas rodovias BR-040, BR-116, BR-393 e RJ-116. As rodovias federais pedagiadas têm passado por melhorias para atender às demandas crescentes, assim como às necessidades de circulação com segurança. Dentre as demais rodovias federais, destaque para a BR-495 (Estrada das Hortênsias) que, apesar de cobrir curta distância, faz importante ligação entre Petrópolis e Teresópolis, percorrendo áreas de grande beleza cênica. Há três anos vem sendo objeto de obras de ampliação recuperação, facilitando a circulação dentro do Subpolo Serra Verde Imperial. Outra intervenção significativa para a região é a obra que está sendo programada para a BR-040, no trecho Rio-Juiz de Fora. O projeto prevê a duplicação do atual leito de descida do trecho Rio-Petrópolis, na Serra das Araras, e a construção de um túnel rodoviário com cinco quilômetros de extensão. A rede estadual intrarregional (dentro dos subpolos) e interregional (entre os subpolos) e suas conexões com as principais rodovias federais do Polo Litoral estão demandando intervenções de melhoramentos. Algumas dessas rodovias estaduais têm sido beneficiadas com obras de ampliação e de requalificação como: a RJ-155, Angra dos Reis – Barra Mansa, alternativa de ligação dos Subpolos Vale do Café e Agulhas Negras ao Subpolo Costa Verde; a RJ-116, Itaboraí-Bom Jardim, no trecho entre Cachoeiras de Macacu e Mury; e a RJ-142, Serramar, no trecho entre Lumiar e Casimiro de Abreu, alternativa de ligação do Subpolo Serra Verde Imperial ao Subpolo Costa do Sol. No período até 2010 é de se prever a execução de melhorias em outras rodovias estaduais, inclusive através de requalificação como *estradas-parque*, para o aproveitamento de potencial turístico que representam os acervos paisagísticos notáveis localizados nas seguintes rodovias do Polo Serra: RJ-151, no trecho ao longo



Figura 27 – Trem da Mata Atlântica.
Fonte: IBAM, 2010

das margens do Rio Preto, de Visconde de Mauá até o município de Rio das Flores, passando pela Cachoeira da Fumaça; RJ-161, que conecta a região da Bocaina ao vale do Rio Preto, no trecho de Resende a Pedra Selada.

- **Sistemas ferroviários** – A intervenção de maior significado para o Polo Serra, na verdade para os Subpolos Agulhas e Vale do Café, será a implantação do *Trem Bala*, que conectará o Rio de Janeiro a São Paulo e Campinas, passando pelo Vale do Rio Paraíba do Sul. Mesmo que sejam poucas as paradas na região, o novo modal de transporte facilitará o acesso aos atrativos turísticos dos Subpolos a partir das duas metrópoles. Destaque também para o *Trem Ecoturístico da Mata Atlântica*, com características e alcances bem diversos, que será implantado entre Angra dos Reis e Lídice (Rio Claro). Este trecho inicial, de responsabilidade da Prefeitura de Angra dos Reis, deverá ser expandido até Barra Mansa, cuja administração está demonstrando interesse na empreitada.
- **Infraestrutura aeroportuária** – As deficiências existentes nos aeroportos no Subpolo Vale do Café devem permanecer, pois não há previsão de intervenções na infraestrutura aeroportuária, mesmo face à movimentação crescente.
- **Acessibilidade universal** – Tendência de que ocorram apenas adaptações pontuais e esporádicas em áreas urbanas e edificações, restringindo a mobilidade de PDFs e desfavorecendo a atividade turística– garantir a acessibilidade universal é atitude ética, além de obrigação legal.

Qualidade do Ambiente Urbano

- **Impactos ambientais** – É de se esperar pouca reversão no quadro dos impactos decorrentes do crescimento urbano (Subpolo Agulhas Negras perdeu 5% da área florestada entre 1994 e 2007; Subpolo Vale do Café tem apenas 20% do território coberto por vegetação em bom estado de conservação; no Subpolo Serra Verde, Petrópolis e Teresópolis têm redução de quase 1% ao ano da área florestada). Algumas deficiências em infraestrutura de saneamento ambiental, que ocasionam poluição e provocam assoreamento dos cursos d'água, poderão ser revertidas pelas ações previstas no *Pacto pelo Saneamento*.
- **Vulnerabilidade urbana** – Apesar das ações em execução e das intervenções programadas, deve permanecer o quadro de vulnerabilidade urbana que ocorre em cidades do Subpolo Serra Verde: fragilidade de encostas, com riscos permanentes e pela ocorrência de deslizamentos sistemáticos.
- **Gestão eficiente de energia** – Também no Polo Serra deve permanecer a tendência de que poucas administrações locais desenvolvem ou desenvolveram

ações de eficiência energética em seus municípios (como Petrópolis, Barra Piraí e Eng. Paulo de Frontin), a despeito dos incentivos oferecidos, há mais de uma década, pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL.

Instrumentos de gestão do território – A existência de órgãos regionais de turismo (CONRETUR no Subpolo Agulhas Negras, CONCICLO no Subpolo Vale do Café e Subpolo Serra Verde Imperial) e a presença de forte organização social devem continuar influenciando na gestão dos recursos locais e poderão pressionar, de forma crescente, os poderes públicos locais no sentido de aperfeiçoar a gestão do território. No geral, o quadro tende a permanecer face às deficiências institucionais já referidas e pelo reduzido controle social sobre o aperfeiçoamento e a implementação dos instrumentos de gestão do território. Essa tendência poderá ser modificada em Resende, Itatiaia (principalmente na região de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba), Valença e Petrópolis, caso seus Conselhos de Política Urbana passem a atuar de forma constante e efetiva. Espera-se que Itatiaia, Vassouras e Rio das Flores (Subpolo Vale do Café), Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu (Subpolo Serra Verde Imperial) venham a criar Conselhos, pois atualmente não dispõem. A articulação entre os órgãos locais deve permanecer tênue ou inexistente, mas em Itatiaia e Resende as relações poderão ser incrementadas, em consequência das demandas geradas pelo aumento da atratividade turística da região.

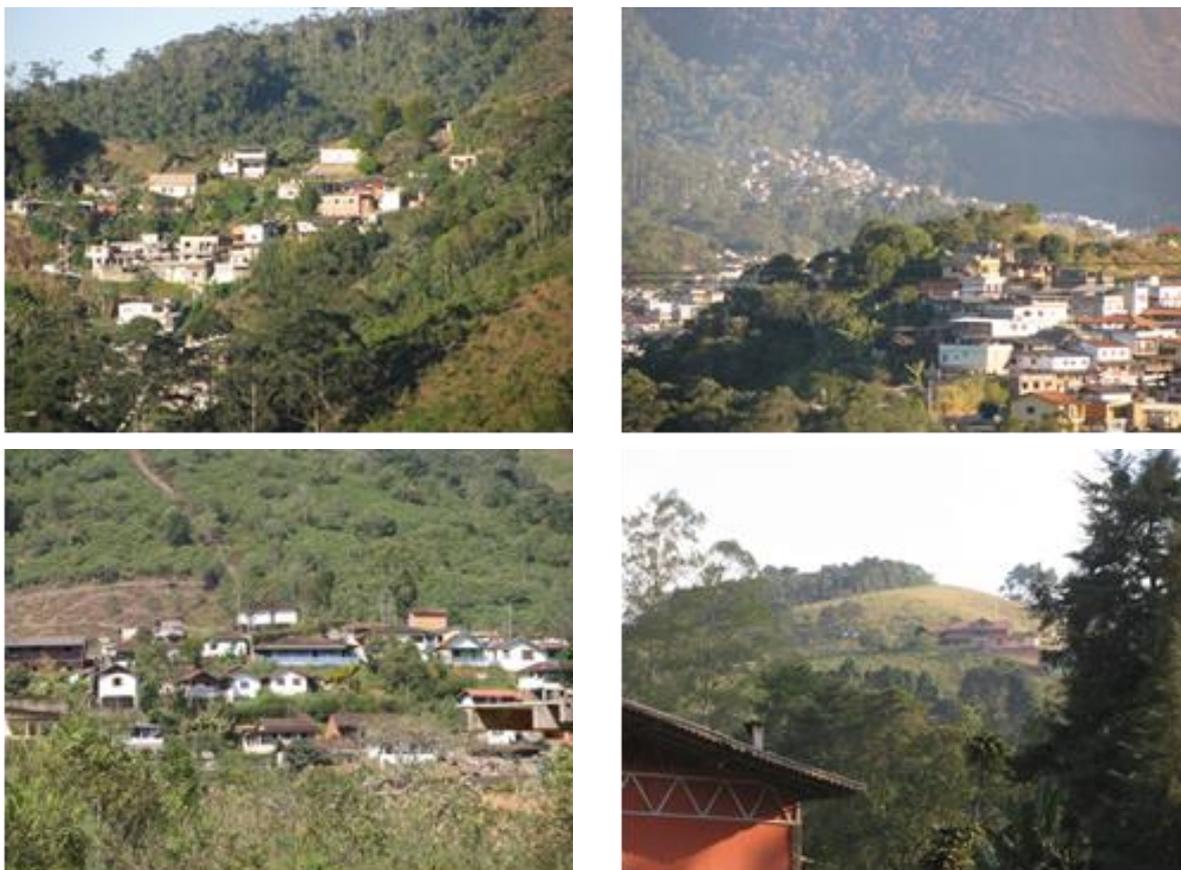


Figura 28 – Ocupação de encostas em Nova Friburgo e Visconde de Mauá.
Fonte: IBAM, 2010

TEMA ESTRATÉGICO – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Consolidação dos Atrativos Turísticos – A tendência é de valorização dos atributos culturais e naturais existentes como atrativos turísticos. Os eventos devem se multiplicar, promovendo as manifestações tradicionais da região. O patrimônio imaterial tende a ser mais valorizado e melhor divulgado como atrativo. Também haverá incremento na interação entre circuitos tradicionais e novos atrativos. A falta de pesquisas e estudos deve permanecer, mas ocorrendo algumas iniciativas isoladas. As ações de sinalização dos atrativos turísticos, inclusive do patrimônio cultural, continuarão sendo de alcance limitado.

Proteção do patrimônio cultural – Centros históricos e conjuntos de bens culturais protegidos não deverão sofrer pressões. É de se esperar uma atuação mais intensa

das Prefeituras na conservação dos bens patrimoniais. O mesmo poderá ocorrer com as atividades de inventariação e proteção dos patrimônios material e imaterial (Petrópolis e Nova Friburgo tem se destacado), mas essas atividades continuarão sendo realizadas primordialmente pelo IPHAN e INEPAC (inventários recentes: *Caminhos Singulares*; *Antigas Fazendas de Café*; Centro Histórico de Valença). Poderão ocorrer novos tombamentos, já anunciados por Petrópolis e N. Friburgo. As manifestações tradicionais tendem a se manter, mesmo com pouco apoio oficial.

Gestão do patrimônio cultural – No geral, o quadro tendencial é de atuação pouco efetiva dos órgãos municipais na proteção e valorização do patrimônio cultural (exceção de Petrópolis, pela forte presença do IPHAN e do INEPAC, e de Nova Friburgo, que está reestruturando seu órgão de proteção). Nesses, o controle social sobre a gestão do patrimônio cultural deve se ampliar, devido à importância de seus bens culturais como atrativos turísticos e face à recente reativação de seus Conselhos de Proteção. Nos demais municípios, devem permanecer o reduzido controle social sobre a gestão do patrimônio cultural e a pouca articulação entre as políticas de gestão do turismo e do patrimônio. A presença do IPHAN (com escritórios técnicos em Petrópolis e Vassouras) e do INEPAC (escritório técnico em Petrópolis e representação em Valença) deve continuar forte no Polo Serra.

TEMA ESTRATÉGICO – INFRAESTRUTURA E PRODUTOS TURÍSTICOS

Uso responsável de recursos naturais – Deve crescer o número de empreendimentos turísticos com práticas sustentáveis, em razão de aspectos gerenciais da apropriação do conceito de responsabilidade ambiental e de melhor imagem e visibilidade junto aos consumidores.

Demanda e maior uso das infraestruturas turísticas – A tendência é de ocorrer aumento no valor de investimentos em infraestrutura turística em função da expansão das atividades econômicas e dos fluxos turísticos, resultantes do crescimento da classe média no país, e em especial no estado, e de seu poder de consumo.

Demandas por qualidade e legalidade – É possível projetar-se informalidade quase nula nas atividades turísticas (serviços e equipamentos de hotelaria, agenciamento,

alimentação, organização de eventos e transporte turístico) em decorrência da aplicação das normas legais e reguladoras do setor.

Procura por serviços turísticos com qualidade – Deve ocorrer ampliação da oferta de programas de capacitação e qualificação por diferentes instituições públicas e privadas em decorrência da dinâmica do mercado turístico.

Intensificação do fluxo turístico – É de se prever melhores resultados nos fluxos turísticos, em decorrência de ações de planejamento de médio e longo prazos para os municípios indutores nacionais e estaduais e em função do alinhamento dessas ações com os planos macrorregionais, estaduais, regionais e municipais do turismo.

TEMA ESTRATÉGICO – RECURSOS NATURAIS

Gestão de Unidades de Conservação – O quadro projetado é de consolidação e melhoria nas principais Unidades de Conservação com: regularização fundiária; planos de manejo; planos de uso público e infraestrutura física para recepção de visitantes. Os Parques Estaduais dos Três Picos (Teresópolis e Cachoeiras de Macacu, no Subpolo Serra Verde Imperial) e da Serra da Concórdia (em Valença, no Subpolo Vale do Café) deverão estar implementados e o Parque Nacional de Itatiaia será recategorizado. É possível prever a ampliação de projetos de criação e implantação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs, tendo em vista os recursos disponíveis para essa finalidade, custeados pela Câmara de Compensações Ambientais – CCA, sob a gerência do INEA/SEA e do FUNBIO (estão sendo aplicados de cerca de R\$ 7 milhões em projetos, dois quais R\$ 700 mil para criação de RPPNs) . Deverá ocorrer um aumento de Unidades de Conservação Municipal, criadas por incentivo do ICMS–Ecológico e do fomento turístico regional. É de se prever a consolidação dos mosaicos (*Mosaicos Mantiqueira e Central Fluminense*), porém ainda sem uma gestão integrada entre as UCs e entre os mosaicos em suas áreas e recursos.



Figura 29 – Parque Estadual dos Três Picos, instalações do Núcleo Macacu.
Fonte: IBAM, 2010

Gestão Ambiental – O cenário futuro é de ampliação das formas participativas na gestão ambiental, através da atuação de órgãos, colegiados, agendas regionais e organizações civis (o Subpolo Agulhas Negras apresenta alto grau de institucionalização e desenvolvimento no Sistema de Gestão Ambiental, com alto nível de integração aos demais níveis hierárquicos de governo e dispõe de Agenda 21 Local, com boa participação de ONGs; o Subpolo Serra Imperial apresenta médio grau de institucionalização de Sistema, alto nível de integração aos níveis hierárquicos e dispõe de Agenda 21 Local, com presença de ONGs; o Subpolo Vale do Café apresenta baixo grau de institucionalização, baixo nível de integração e não dispõe de Agenda 21 Local, sendo poucas as ONGs existentes). A ampliação desses processos deverá contar também com a parceria do Governo do Estado e do Governo Federal. É de se prever um aumento na arrecadação de ICMS–Ecológico e consequente aumento no repasse para as secretarias municipais de Meio Ambiente.

TEMA ESTRATÉGICO – SANEAMENTO AMBIENTAL

Abastecimento de água – Na Serra Verde Imperial pode-se projetar um quadro de recuperação das ETAs existentes e universalização do atendimento, mesmo considerando novas áreas de expansão urbana. No Vale do Café, onde as demandas sazonais não comprometem os sistemas de abastecimento nas cidades (a sazonalidade ocorre em hotéis-fazenda, que dispõem de sistemas de abastecimento independentes; apenas no distrito de Conservatória, em Valença a sazonalidade é relevante para o sistema urbano) deverá ser executada a manutenção / expansão dos sistemas atuais, assim como a fiscalização e controle dos sistemas independentes.

Esgotamento sanitário – Na Serra Verde Imperial, onde existem sistemas privatizados em Petrópolis e Nova Friburgo, a tendência é de universalização da coleta de esgotos nos distritos principais, com estações de tratamento implantadas pelas empresas. Estão previstas obras de saneamento ambiental nas vilas de Lumiar e São Pedro da Serra, em Nova Friburgo dentro do escopo do Programa do Pacto Estadual pelo Saneamento.

Em Teresópolis e Macacu, atendidos pela CEDAE, as metas previstas pelo Programa RIO + LIMPO incluem 60% dos esgotos coletados. No Vale do Café, onde há redes precárias, sem tratamento e que comprometem diversos cursos d'água e o rio Paraíba do Sul; (apenas o Município de Rio das Flores tem 85% da rede tratada), deverão ser atendidas as demandas por expansão das redes de coleta e ETEs através de Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB, executados com recursos do FECAM/FUNDRHI. No Subpolo Agulhas Negras é de se destacar a execução de redes e sistemas de tratamento em Visconde de Mauá, Maringá e Maromba, por iniciativa da Secretaria de Estado do Ambiente; que trará melhorias naquele polo turístico. O cumprimento dessas metas terá como importante repercussão a despoluição dos principais cursos d'água do Polo Serra. Especial atenção deverá ser dada ao atendimento das exigências relativas à captação de água e tratamento doméstico de esgotos nas áreas não urbanas, principalmente no caso de hotéis e pousadas.



Figura 30 – Construção das ETES de Visconde de Mauá e de Maringá.
Fonte: IBAM, 2010

Manejo e disposição final de resíduos sólidos – Na Serra Verde Imperial é prevista a recuperação das áreas de depósitos (bota-fora) com parques e planos de manejo, mas há a necessidade de solucionar as questões de tratamento e disposição final dos resíduos, especialmente em Petrópolis e Nova Friburgo (em Teresópolis a questão foi solucionada), com os aterros sanitários previstos – PEGIRS. No Vale do Café só ocorreram avanços em Rio das Flores, os demais municípios (que ainda fazem a disposição final dos resíduos em lixões) deverão implantar soluções adequadas. Em vários núcleos das Agulhas Negras, a coleta é inadequada e a disposição final ainda não foi solucionada. Questão prioritária a ser resolvida na região de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba, onde o transporte é realizado pela rodovia Capelinha – Mauá até aterro de Resende e não há plano de gestão integrada de resíduos sólidos para os 3 núcleos (que deverá incluir o município de Bocaina de Minas–MG). A garantia de manejo e coleta de lixo adequada, significa reduzir riscos de acúmulo em encostas, que podem contribuir para deslizamentos.

Manejo de águas pluviais urbanas – No geral, as tendências são positivas, sendo de se prever: a recuperação de mata ciliar e reflorestamentos nas bacias do rio Macacu e Piabanha, com implantação dos Parques Fluviais do Santo Antônio e do Piabanha; implementação e fiscalização das APPs urbanas ao longo dos rios e córregos; execução de sistemas de drenagem pluvial em áreas de encostas, especialmente em Valença, Rio das Flores e Conservatória; nas Agulhas Negras, observância das UCs, e APPs, sendo preservadas as encostas. Além disso, os Planos Diretores e os Planos

Municipais de Saneamento Básico – PMSBs deverão estar em execução ou implantados.

Qualidade das águas – Na Serra Verde Imperial, a balneabilidade dos rios que cruzam as cidades poderá ser recuperada em função das novas redes de esgotos e ETEs. No Vale do Café, a melhoria da qualidade das águas dependerá das ações de despoluição do Paraíba do Sul – CEIVAP /AGEVAP – e da implantação dos PMSB, com recursos FECAM/FUNDRHI. Nas Agulhas Negras, a despoluição deve ser garantida com a implantação das redes e ETEs em todos os distritos, destacando-se as obras executadas com recursos da Secretaria de Estado do Ambiente Visconde de Mauá, Maringá e Maromba.

TEMA ESTRATÉGICO – GOVERNANÇA

Gestão governamental Estadual do Turismo (SETUR/TURISRIO/CET) – A perspectiva é de consolidação da estrutura de gestão do turismo no estado, além da renovação e atualização do quadro técnico e dos instrumentos de planejamento e gestão. Está prevista a ampliação de recursos destinados ao setor, em função do progressivo crescimento da atividade na economia fluminense, com destaque para os megaeventos esportivos.

Gestão Regional do Turismo (instâncias participativas regionais) – O quadro futuro é de que o processo de descentralização e interiorização do Turismo no Estado permanecerá insuficiente, fragilizando as instâncias regionais de governança. Da mesma forma, é de se esperar que os governos municipais continuem como mais capacitados para atender as demandas, fruto de investimentos econômicos regionais e do ingresso de novas classes sociais no mercado, principalmente nos destinos indutores. As instâncias locais devem permanecer mais participativas, principalmente as dos destinos indutores. Devem ser implantados novos destinos indutores: Nova Friburgo e Teresópolis, Vassouras e Valença, Resende e Itatiaia (Polo Serra) e de Arraial, Cabo Frio e Niterói (Polo Litoral).

CONSTRUÇÃO DOS CENÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO PRODETUR

Conforme já referido, os Cenários de Desenvolvimento PRODETUR–RJ foram construídos com base nos Cenários de Referência, para o mesmo universo temporal de 2020, considerando a hipótese de que as ações e os projetos do PRODETUR–RJ sejam executados.

Os investimentos do PRODETUR–RJ podem gerar efeitos positivos e negativos nas dinâmicas de desenvolvimento regional, dependendo de como se aproveitam as oportunidades e controlam-se os riscos e as ameaças identificadas nesta AAE. Sem um controle de causa e efeito das intervenções do Programa, dependendo da abordagem, tais oportunidades e riscos poderão impulsionar ou comprometer os processos de desenvolvimento pretendidos.

Assim, os Cenários de Desenvolvimento PRODETUR–RJ permitem avaliar as possíveis consequências da implementação do Programa, levando-se ainda em consideração as diretrizes de desenvolvimento do turismo expressas no PDITS para os Polos Serra e Litoral.

COMPONENTES DO PRODETUR–RJ

Os investimentos e as ações previstas no PRODETUR–RJ foram definidas pelo PDITS–RJ para os Polos Litoral e Serra, em consonância com a estruturação estabelecida pelo Ministério do Turismo.

Componente 1 – Produtos Turísticos: O foco deste componente é o apoio ao desenvolvimento de novos produtos turísticos associados às diversas modalidades de turismo cultural, turismo rural, ecoturismo e aventura, visando incrementar a interiorização da atividade e a aumentar a permanência dos turistas, tanto na serra quanto no litoral e, conseqüentemente, incrementar as despesas diárias dos visitantes. Entre as intervenções de valorização dos atrativos turísticos se destacam a sua sinalização adequada e a recuperação e preservação de patrimônio natural e histórico-cultural. Para efeito de melhor organizar as ações e os investimentos acima, o componente foi estruturado nos seguintes Subcomponentes:

- Subcomponente 1.1 – Parques Urbanos Turísticos: Implantação de parques urbanos turísticos, além do planejamento, produção e implementação de Roteiros Temáticos de Visitação;
- Subcomponente 1.2 – Centros de Atendimento Turístico: Desenvolvimento e implantação de Rede de Atendimento aos turistas e instalação de Centros Piloto de Atendimento;
- Subcomponente 1.3 – Centros de Memória: Construção de Centros de Memória e Centros Culturais, de Eventos e de Exposições em diversos municípios, além da Implantação de um Museu do Café;
- Subcomponente 1.4 – Urbanização de Centros Históricos: Urbanização de áreas, orlas e de Centros Históricos de atração turística;

- Subcomponente 1.5 – Estudos Turísticos, Qualificação e Capacitação: Fortalecimento da gestão empresarial da economia do turismo; Atualização do Plano Estadual de Turismo;
- Subcomponente 1.6 – Centros Culturais, de Eventos e de Exposições; e
- Subcomponente 1.7 – Sinalização Turística: Sinalização e interpretação dos destinos e atrações turísticas.

Componente 2 – Comercialização: Este componente prevê ações destinadas a reforçar a imagem dos destinos e dos produtos turísticos, além de assegurar a eficácia e eficiência dos canais de comercialização e de promoção selecionados. As ações foram organizadas em um único Subcomponente:

- Subcomponente 2.1 – Plano de Imagem e Marketing. – Elaboração do Plano Estratégico de Marketing para ambos os Polos, incluindo a implementação de Estratégia de Marketing On-line; e Elaboração e implementação de Planos Operativos Anuais.

Componente 3 – Fortalecimento Institucional: Neste componente estão englobadas ações voltadas ao aprimoramento das capacidades locais para planejar e gerenciar o desenvolvimento do turismo e para gerar os mecanismos necessários de coordenação entre o estado e o setor público municipal. Além disso, estão previstas ações destinadas a reforçar a associação de profissionais de turismo e a apoiar a gestão integrada dos destinos turísticos, com vistas a alcançar um desenvolvimento ordenado e consensual. Entre as ações de fortalecimento institucional previstas, destacam-se:

- Subcomponente 3.1 – Fortalecimento: Capacitação do gestor público; Fortalecimento institucional do Turismo Estadual; Fortalecimento institucional da SETUR e TURISRIO; Elaboração de projeto para a regularização da informalidade do setor turístico; e Elaboração de proposta técnica e de um quadro jurídico para introduzir um Novo Modelo de Gestão do turismo em nível estadual, com base nas melhores práticas; Desenvolvimento de sistemas de gestão integrada dos destinos turísticos; e
- Subcomponente 3.2 – Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas: Institucionalização de um Núcleo de Estudos e Pesquisas em turismo, incluindo infraestrutura física, hardware e software de um sistema de informação e apoio à coleta de informações para alimentar o núcleo; Elaboração de estudos de demanda e oferta nos destinos turísticos.

Componente 4 – Infraestrutura e Serviços Básicos: As intervenções previstas neste componente visam melhorar a acessibilidade aos destinos turísticos, prover os serviços públicos adequados através do saneamento ambiental e da urbanização de áreas turísticas e a realização de investimentos importantes destinados a desenvolver e valorizar os recursos turísticos. Para efeito de melhor organizar as ações e os investimentos acima, o componente foi estruturado nos seguintes Subcomponentes:

- Subcomponente 4.1 – Mobilidade e Acessibilidade: Elaboração de projetos e execução de obras civis para melhorar o acesso e a recepção ao turista, envolvendo melhorias em rodovias, estações de embarque e desembarque, e em centros de atendimento ao turista; e
- Subcomponente 4.2 – Saneamento e Drenagem: Execução de obras de saneamento e drenagem.

Componente 5 – Gestão Ambiental: Este componente contempla ações de apoio ao desenvolvimento sustentável do setor, garantindo a preservação e o uso adequado dos recursos naturais que constituem a base da atividade turística, principalmente no quadro atual do Estado, onde importantes áreas protegidas estão sob forte pressão populacional. As ações previstas para aperfeiçoamento da gestão ambiental foram agrupadas em dois Subcomponentes:

Subcomponente 5.1 – Unidades de Conservação: Implementação das recomendações priorizadas pela Avaliação de Impacto Ambiental e pelo monitoramento socioambiental das obras selecionadas; Elaboração de Planos para Preservação, Manejo e Uso Público dos recursos naturais e culturais vulneráveis às atrações turísticas; e Realização de Estudos de Capacidade de Carga e de Uso Público; e Implementação de Sistemas de Gestão de fluxos turísticos nos locais selecionados.

Subcomponente 5.2 – Auditoria, Encargos Contratuais, Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingência: prevê ações relacionadas à implementação e monitoramento do Programa.

As ações e intervenções previstas no âmbito do PRODETUR–RJ foram especializadas sob as formas de quadro e figura, sendo apresentadas a seguir.

Quadro 26 – Ações do PRODETUR-RJ para o Polo Serra

PRODETUR-RJ			
Item	POLO SERRA		
	Subpolo AGULHAS NEGRAS	Subpolo VALE DO CAFÉ	Subpolo SERRA IMPERIAL
COMPONENTE 1. PRODUTOS TURÍSTICOS			
Subcomponente 1.1 - Parques Urbanos Turísticos- Rio de Janeiro e Niterói			
1			
2			
3			
Subcomponente 1.2 - Redes de Centros de Atendimento Turístico			
4		Desenvolvimento de Rede Atendimento Turismo e Implantação de Centro Piloto em Conservatória (Valença)	Desenvolvimento de Rede Atendimento Turismo e Implantação de Centro Piloto em Nova Friburgo
5		Elaboração de Conteúdo de Informações do Centro Piloto	Elaboração de Conteúdo de Informações do Centro Piloto
6		Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Centro Piloto	Infraestrutura de Tecnologia da Informação do Centro Piloto
Subcomponente 1.3 - Centros de Memória do Vale do Café			
7		Centros de Memória e Museu do Café - Estação Barão de Juparanã (Valença)	
8		Conteúdos dos Centros de Memória e Museus	
9		Identificação de novas Oportunidades de Negócios Turísticos para programa de fomento INVESTRIO	
Subcomponente 1.4 - Urbanização de áreas, Orlas e de Centros Históricos			
10	Urbanização de Visc. Mauá (2ª Etapa), de Maromba e de Maringá (Resende e Itatiaia)		
11			Urbanização da Rua Teresa (Petrópolis)
12			Urbanização de Lumiar e São Pedro da Serra (Nova Friburgo)
13		Obras de Urbanização de Centro Histórico de Valença	Urbanização Centro Histórico de Petrópolis e Nova Friburgo
14		Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	
Subcomponente 1.5 - Estudos Turísticos, Qualificação e Capacitação			
15		Fortalecimento na Gestão Empresarial da Economia do Turismo	
16	Planificação Interpretativa da Estrada Parque Capelinha Mauá (Resende)		
17		Atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo	
18	Identificação de novas Oportunidades de Negócios Turísticos em Visc. Mauá (Resende e Itatiaia) para programa de fomento INVESTRIO		
Subcomponente 1.6 - Centros Culturais, Eventos e de Exposições			
19			Centro Cultural, Eventos e Exposições de Nova Friburgo
Subcomponente 1.7 - Sinalização Turística			
20		Sinalização Turística (Projeto e Implantação)	
COMPONENTE 2. COMERCIALIZAÇÃO			
Subcomponente 2.1 - Plano de Imagem e Marketing			
21		Elaboração do Plano Estratégico (período Ano 1 a Ano 4) + (Estratégia de Marketing On line)	
22		Elaboração e Implantação dos Planos Operativos Anuais (2 Planos)	
COMPONENTE 3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL			
Subcomponente 3.1 - Fortalecimento			
23	Fortalecimento Atividade Econômica do Turismo- Regularização da Informalidade em Visc. Mauá (Resende e Itatiaia)	Fortalecimento Atividade Econômica do Turismo- Regularização da Informalidade em Conservatória (Valença)	
24		Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual - Capacitação do Gestor Público	
25		Fortalecimento Institucional da SETUR e da TURISRIO	
26			
27		Identificação de Melhores Práticas e proposição de Marcos Legais de Turismo no âmbito Estadual e um novo modelo de gestão	
28		Fortalecimento das Instâncias Participativas de Gestão Estadual, Regional e Municipal	
Subcomponente 3.2 - Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas			
29		Infraestrutura física, hardware, software e sistema de informação	
30		Pesquisas no Polo Serra p/ Monitoramento e Avaliação do PRODETUR-RJ (Ano 1 e Ano 4)	
31		Estudos de demanda (atual e potencial) dos Mercados Emissores (nacional e internacional) p/ Destinos Turísticos do Polo Serra	
32		Estudo de Oferta dos Destinos Turísticos do Polo Serra	
33		Pesquisa de Ambiente Empresarial no Polo Serra (REVPAR da Rede Hoteleira)	
COMPONENTE 4 . INFRAESTRUTURA			
Subcomponente 4.1 - Mobilidade e Acessibilidade			
34	Estrada Parque Capelinha-Mauá - RJ 163 (Resende)		
35	Estrada Parque Visconde de Mauá-Maromba-Pte Cachorros - RJ 151 (Resende e Itatiaia)		
36			
Subcomponente 4.2 - Saneamento e Drenagem			
37			
38			
COMPONENTE 5 . GESTÃO AMBIENTAL			
Subcomponente 5.1 - Unidades de Conservação			
39		Auditoria Ambiental de Obras selecionadas	
40		Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica incluindo potencial RPPN	
41			
42			Estudos e Implantação no Parque Fluvial Itaipava
43			
44			Estudos e Implantação no Parque dos Três Picos
5.2 - Auditoria, Encargos Contratuais , Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingencia			
45		Auditoria Externa	
46		Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa	
47		Supervisão de Obras	
48		Operacionalização da UCP	
49		Avaliações Intermediária e Final do Programa	
50		Publicações de Aquisições	

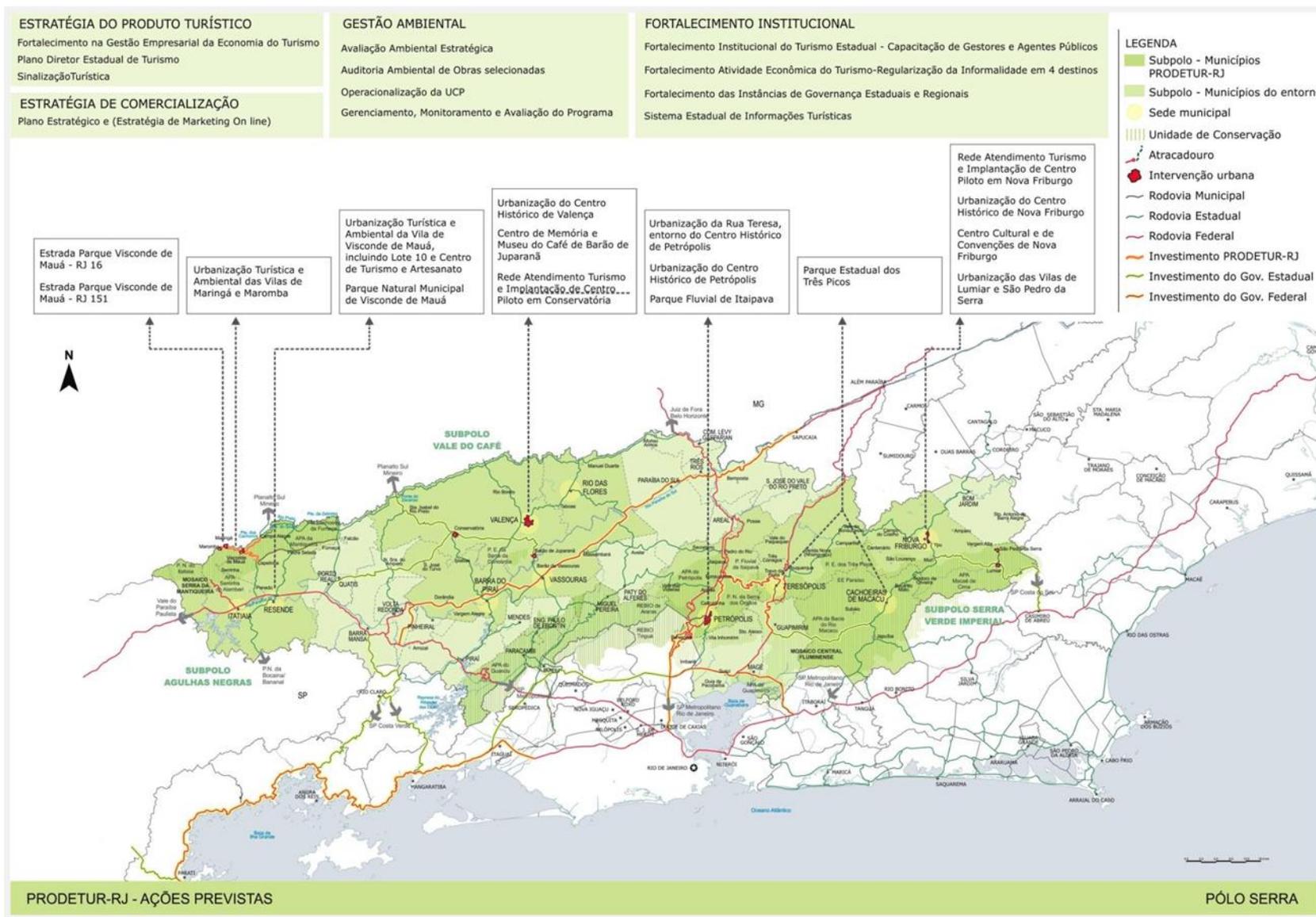


Figura 31 – Mapa das Ações previstas do PRODETUR–RJ para o Polo Serra

A apresentação dos **Cenários de Desenvolvimento PRODETRUR-RJ para o Polo Serra** está estruturada segundo os Temas Estratégicos abordados e os principais processos analisados.

Deve ser destacado que os principais elementos estruturadores das propostas estão relacionados à melhoria da infraestrutura dos destinos turísticos e à requalificação dos ambientes urbanos. Dentre essas intervenções encontram-se aquelas destinadas a recuperar as condições de acesso às localidades turísticas.

Em consequência, as intervenções programadas poderão desencadear muitos e diversificados efeitos na ocupação territorial dos espaços rurais e urbanos, tanto nos corredores de passagem como nas localidades de destino.

TEMA ESTRATÉGICO – DINÂMICA REGIONAL

Evolução da Estrutura Econômica – O PRODETUR-RJ deverá contribuir para um melhor aproveitamento das oportunidades vinculadas aos atrativos turísticos localizados no Polo Serra. Espera-se uma variação positiva nos postos de trabalho vinculados ao setor turismo como resultado direto do Programa.

Evolução do Uso do Solo – As consequências das ações do Programa sobre os indicadores desse processo no Polo Serra podem ser consideradas pouco relevantes, à exceção de uma melhoria na gestão das Unidades de Conservação.

Crescimento Populacional e Qualidade de Vida – Não se projeta modificação significativa desses indicadores em decorrência das ações do PRODETUR-RJ.

TEMA ESTRATÉGICO – DESENVOLVIMENTO URBANO

Consolidação dos Atrativos Turísticos – As intervenções previstas no Polo (urbanização de centros e revitalização do patrimônio cultural) contribuirão para aumento da atratividade turística daquelas cidades, assim como o Centro de Eventos projetado para Nova Friburgo e o Museu do Café, na estação Ferroviária de Barão de Juparanã, em Valença, deverão reforçar o poder de atratividade desses municípios. O escopo das intervenções de sinalização turística é amplo, contemplando rodovias e destinos turísticos.

Sistemas de mobilidade e acessibilidade universal

- **Sistemas rodoviários** – A requalificação, como *estradas-parque*, das rodovias RJ-163 (no trecho Capelinha – Visconde de Mauá) e RJ-151 (no trecho Visconde de Mauá – Maringá – Maromba), incluindo sua Planificação Interpretativa, constituem intervenção pioneira no território fluminense e favorecerão a mobilidade intra e interregional, com repercussões positivas para o desenvolvimento turístico no Subpolo Agulhas Negras. Afora essa intervenção, o quadro se manterá como descrito no Cenário de Referência.
- **Infraestrutura aeroportuária** – No PRODETUR-RJ não há previsão de recursos para melhoria da infraestrutura aeroportuária.
- **Gestão eficiente de energia** – Não estão previstos projetos relacionados a ações de eficiência energética nos municípios.
- **Acessibilidade universal** – Também não há previsão de recursos para adaptação de ambientes urbanos e/ou equipamentos turísticos às condições de acessibilidade universal, apesar de constarem propostas relacionadas ao tema no PDTIS.



Figura 32 – Lumiar e São Pedro da Serra, Nova Friburgo
Fonte: IBAM, 2010

Qualidade do Ambiente Urbano

- **Impactos ambientais** – As intervenções de urbanização e de revitalização urbana, previstas pelo PRODETUR–RJ em diversos núcleos do Polo Serra (Visconde Mauá, Maringá, Maromba, Valença, Juparanã, Petrópolis, Lumiar, São Pedro da Serra e sede de Nova Friburgo) contribuirão, certamente, para a mitigação de impactos diretos ou indiretos sobre o território. A edição dos *Manuais de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas* também poderá oferecer contribuições para a redução de impactos ambientais, através de ações e medidas.
- **Vulnerabilidade urbana** – Da mesma forma, os projetos intencionados do Programa poderão minimizar situações de vulnerabilidade urbana e, quando necessário e possível, contribuir para a elaboração de planos de contingência. Idem, em relação à edição dos *Manuais de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas*.
- **Gestão eficiente de energia** – O PRODETUR–RJ não prevê projetos relacionados a ações de eficiência energética nos municípios do Polo Serra.

Instrumentos de gestão do território – Não são previstas no PRODETUR–RJ quaisquer ações de fortalecimento institucional relacionados à gestão do território e ao controle urbano. Os outros projetos intencionados no Programa não evidenciam a obrigação de compromissos por parte das administrações locais. Assim, o Cenário permanece inalterado, sendo o mesmo previsto para o Cenário de Referência.

TEMA ESTRATÉGICO – PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Consolidação dos Atrativos Turísticos – As intervenções projetadas para os Centros Históricos devem reforçar o poder de atratividade dos núcleos e dos municípios beneficiados: Conservatória, Valença, Petrópolis e Nova Friburgo. Como referido acima, o escopo das intervenções de sinalização turística é amplo, contemplando rodovias, destinos turísticos e atrativos culturais.

Proteção do patrimônio cultural – Essas intervenções nos Centros Históricos também representam importante contribuição à valorização dos bens culturais dos municípios. O Programa não prevê recursos para atividades de inventário e/ou divulgação dos patrimônios material e imaterial, mas os Centros de Memória e o Museu do Café poderão constituir núcleos de referência para essas atividades. O

Programa também não explicita outras atividades de apoio ao saber fazer tradicional e às manifestações das comunidades locais.

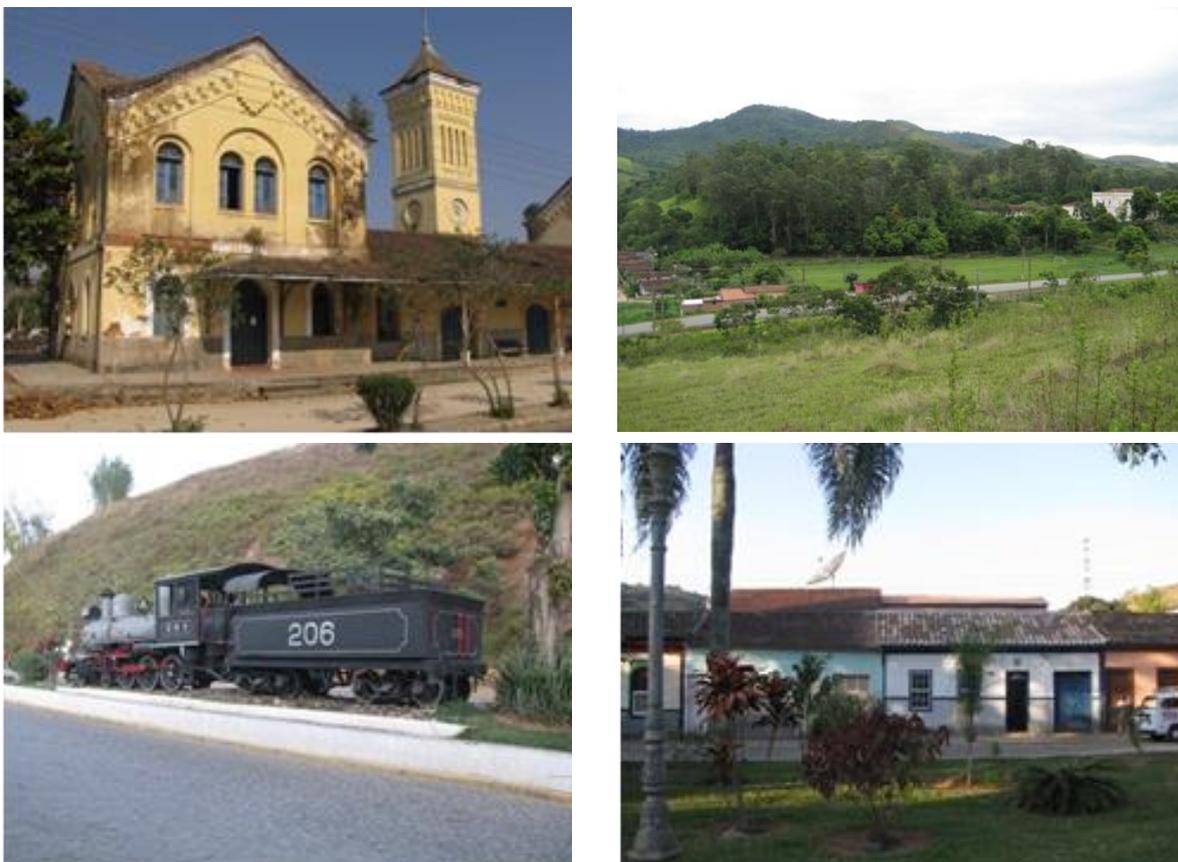


Figura 33 – Barão de Juparanã e Conservatória, Valença.
Fonte: IBAM, 2010

Gestão do patrimônio cultural – O PRODETUR-RJ não explicita ações de fortalecimento institucional relacionados ao patrimônio cultural, apenas em relação à gestão do turismo. Os projetos intencionados no Programa não evidenciam a obrigação de compromissos por parte das administrações locais. Cenário idêntico ao Cenário Tendencial.

TEMA ESTRATÉGICO – INFRAESTRUTURA E PRODUTOS TURÍSTICOS

Uso responsável de recursos naturais – Não existem investimentos previstos especificamente para empreendimentos e serviços turísticos com práticas de ações de sustentabilidade.

Demanda e maior uso das infraestruturas turísticas – É de se prever que as ações do Programa voltadas para a valorização e comercialização dos produtos turísticos, entre outras, venham induzir novos investimentos públicos e privados nos municípios abrangidos e em eventuais municípios do entorno.

Demandas por qualidade, segurança e legalidade – A previsão para o período 2010–2020 é de se atingir uma informalidade quase nula em Visconde de Mauá,

Maringá, Maromba e Conservatória, fruto das ações e dos investimentos previstos no Programa. Nos demais núcleos do Polo deverão ocorrer outras ações de formalização da atividade, em função da expansão da economia do turismo e das ações governamentais.

Procura por serviços turísticos com qualidade e segurança – Em decorrência dos investimentos realizados no âmbito do fortalecimento institucional no Polo Serra (projetos de *Fortalecimento da Atividade Econômica* e estudos de *Demanda e Oferta dos Mercados e Destinos* e pesquisas de *Ambiente Empresarial*) deverá ser atingida uma melhoria na qualidade do produto turístico, favorecendo a inserção competitiva dos destinos abrangidos no mercado.

Intensificação do fluxo turístico – É de se prever o aumento no fluxo turístico em todos os Subpolos, fruto das ações de planejamento e das medidas decorrentes de estudos de oferta, demanda e estratégias setoriais.

TEMA ESTRATÉGICO – RECURSOS NATURAIS

Gestão de Unidades de Conservação – As ações do PRODETUR-RJ incluem estudos e implantação do Parque Estadual Fluvial de Itaipava, em Petrópolis, Também estão previstos estudos para criação do Parque Natural Municipal de Visconde de Mauá, em trecho da Serra da Mantiqueira dentro dos limites do Município de Resende. A criação desta UC será uma importante medida coadjuvante às intervenções previstas para a região. Há previsão de incentivos à criação e implantação de Reservas Particulares de Patrimônio Natural – RPPNs que poderão reforçar as ações em curso, custeadas com recursos da Câmara de Compensações Ambientais, sob a gerência do INEA/SEA e do FUNBIO. Apesar de suas repercussões positivas no quadro da conservação ambiental, esses investimentos são considerados de pequena monta, diante do universo abrangido pelo Programa e da importância das UCs como atrativos turísticos.

Gestão Ambiental – O PRODETUR-RJ não prevê nenhum recurso ou atividade destinada à melhoria da gestão ambiental nos municípios ou a nível regional.

TEMA ESTRATÉGICO – SANEAMENTO AMBIENTAL

Abastecimento de água – Não há recursos previstos no Programa para melhoria dos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água para os núcleos turísticos do Polo Serra.

Esgotamento sanitário – Do mesmo modo, a conclusão das obras de saneamento ambiental, já referidas, terá repercussão altamente positiva para a atratividade turística da região. Não há recursos previstos no Programa para melhoria dos sistemas de esgotamento sanitário nos núcleos turísticos do Polo Serra.

Manejo e disposição final de resíduos sólidos – Não há investimentos ou iniciativas do PRODETUR-RJ relacionados a esse tema.

Manejo de águas pluviais urbanas – É de se destacar os cuidados na implantação da estrada-parque Capelinha-Mauá (RJ-163) e Mauá-Maromba (RJ-151), relativos aos sistemas de drenagem e de dispositivos para redução dos riscos de deslizamentos, principalmente nos trechos urbanos. A ampliação dos fluxos turísticos, decorrentes dos investimentos do PRODETUR-RJ, poderá acelerar os processos de expansão urbana, e até de ocupação desordenada do solo, sobrecarregando as capacidades das administrações municipais em solucionar problemas de drenagem.

Qualidade das águas – Como mencionado acima, não há no PRODETUR-RJ recursos previstos para o aperfeiçoamento dos sistemas de abastecimento d'água, em geral,

nem para a melhoria da qualidade da água, ou da balneabilidade dos rios, no Polo Serra.

TEMA ESTRATÉGICO – GOVERNANÇA

Gestão governamental Estadual do Turismo (SETUR/TURISRIO/CET) – O cenário de Desenvolvimento PRODETUR–RJ no período 2010–2020 é positivo: o Plano Diretor Estadual de Turismo estará atualizado e em implementação; as estruturas de gestão e as instâncias participativas estaduais serão aperfeiçoadas, com a execução de ações de *Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual* (SETUR e TurisRio) e com a implantação de novo marco legal e novo modelo de gestão. Apesar das ações previstas na rubrica *Capacitação do Gestor Público*, os resultados poderão ser pouco expressivos, caso não se promovam concursos públicos. É de se prever a implementação de uma nova cultura de Gestão do Turismo, a partir da criação e funcionamento da Unidade Coordenadora do Programa–UGP. Como previsto no Subcomponente *Núcleo de Estudos e Pesquisas*, deverá ser implantado o Sistema de Informações de turismo, que servirá de importante instrumento de apoio à gestão das atividades. Deverão ser formulados e implementados novos projetos, no âmbito do PRODETUR–RJ II, contemplando propostas do PDITS que não tenham sido incluídas no presente PRODETUR–RJ.

Gestão Regional do Turismo (instâncias participativas regionais) – No período, serão executados os *Planos Estratégicos Regionais de Desenvolvimento do Turismo e Planos de Marketing*. Está previsto o fortalecimento das instâncias participativas de gestão, no âmbito regional e nos Municípios, influenciando nas políticas públicas estaduais e municipais do setor. Deverá ser reduzida a excessiva centralidade do Subpolo Metropolitano, com o estabelecimento de complementaridade entre esse e os demais destinos turísticos. Estão previstos investimentos realizados com recursos federais e estaduais. As ações e as medidas executadas pelo PRODETUR–RJ contribuirão para a elaboração e implantação de roteiros regionais integrados.

AVALIAÇÃO COMPARATIVA DOS CENÁRIOS

A partir da configuração dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ, face aos temas estratégicos e respectivos processos analisados, foram trabalhados os principais aspectos que permitissem uma avaliação comparativa entre eles. De um modo geral, avalia-se que parte dos problemas ambientais e sociais identificados como relevantes durante as análises preparatórias do escopo do PRODETUR-RJ já tem encaminhamento programado nas agendas governamentais. Naquela ocasião, foram ressaltados como problemas mais relevantes: as deficiências dos sistemas de saneamento básico; o uso e ocupação desordenados do solo; a falta de educação ambiental; a gestão ambiental quase inexistente a nível municipal, incluindo a gestão de Unidades de Conservação e a degradação de áreas de interesse ambiental, cultural e turístico. Esses e outros aspectos são tratados a seguir como resultados da avaliação comparativa dos dois cenários configurados, com vistas a subsidiar a construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

O sistema de saneamento básico (abastecimento de água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos e drenagem) em todos os Subpolos turísticos deverá estar implantado e em funcionamento, em decorrência dos programas governamentais que serão executados pela Secretaria de Estado do Ambiente, em parceria com consórcios e comitês de bacias. A eficiência e eficácia dos investimentos dependerão de ações complementares dos municípios envolvidos, pelo poder público e pela sociedade, de forma que as cadeias de cada sistema funcionem de acordo com o previsto. No Polo Litoral, o PRODETUR-RJ complementarará essas ações em Paraty e na Vila do Abraão, na Ilha Grande.

As análises realizadas assinalam a participação das UC no planejamento estratégico das regiões, por meio da composição de mosaicos de uso do território e da gestão integrada, de modo a garantir a manutenção e o acesso aos recursos naturais – atributos fundamentais da economia turística, e a participação no desenvolvimento das denominadas *economias verdes*, entre elas a restauração de ecossistemas e o turismo ecológico.

A gestão das áreas protegidas, a cargo da união (ICMBio) e do estado (INEA), aponta para um cenário de consolidação dessas UCs, seja pelo aprimoramento dos instrumentos de gestão, seja pelos investimentos aplicados na regularização fundiária e em benfeitorias e serviços voltados para uso público. Ainda assim, a maior parte das UCs carece de estudos de capacidade de carga. A gestão das UCs municipais requer maior investimento em medidas de requalificação e conservação das áreas protegidas. Em geral, essa situação reflete a reduzida capacidade de gestão dos órgãos municipais ambientais, em termos de pessoal envolvido, capacitação técnica e recursos orçamentários.

O PRODETUR-RJ, em sua proposta de investimentos em UCs, sintetiza a necessidade de um planejamento integrado entre a economia turística e a política de conservação dos recursos naturais. Sua abrangência é singela, mas motivada pela necessidade de potencializar os atrativos naturais como produto turístico, de modo a compatibilizar os interesses de preservação da biodiversidade, o uso público e o ordenamento territorial. Entre as ações previstas para o Polo Litoral, há aquelas que contribuem com forte ênfase para a requalificação ambiental-urbana da vila do Abraão, porta de entrada do PE da Ilha Grande, e para a definição da capacidade de carga e controle de fluxo turístico para essa ilha. Para o Polo Serra também são

previstos investimentos pontuais no PE dos Três Picos e no Parque Fluvial do Piabanha.

São auspiciosos os cenários de recuperação e preservação ambiental no universo dos municípios abrangidos pelo PRODETUR–RJ, em consequência da ação descentralizada e articulada do INEA junto aos órgãos afins e da atuação proativa dos municípios face aos benefícios advindos do ICMS Ecológico e da participação da sociedade civil.

A gestão do patrimônio cultural também aponta para cenários mais promissores que o quadro atual, tendo em vista a atuação governamental proativa do IPHAN e do INEPAC, além da contribuição de ONGs e instituições privadas. A tendência é de valorização do patrimônio cultural existente, tanto os bens materiais quanto os intangíveis, como atrativos turísticos. No entanto, a falta de recursos para desenvolvimento de projetos voltados para a recuperação de sítios históricos e para resgate do patrimônio imaterial poderá comprometer os resultados almejados. De um modo geral, a atuação das administrações locais na gestão do patrimônio cultural é insipiente, à exceção de alguns municípios (entre eles Rio de Janeiro, Niterói e Paraty, no Polo Litoral; e Nova Friburgo e Petrópolis, no Polo Serra). Os recursos previstos no PRODETUR–RJ são direcionados para a recuperação dos centros históricos, como os de Paraty, Arraial do Cabo e Cabo Frio, no Polo Litoral e os de Valença, Petrópolis e Nova Friburgo, além da construção de Centros de Memória, do Museu do Café e de Centros de Artesanato, no Polo Serra. Estas são intervenções voltadas para o reconhecimento e valorização da diversidade do patrimônio cultural fluminense. A edição dos Manuais de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas, também poderá contribuir para a promoção do nosso patrimônio cultural, orientando ações e medidas práticas voltadas para a educação patrimonial e a requalificação dos espaços urbanos.

Com relação à qualidade ambiental–urbana dos destinos turísticos, os processos de expansão urbana em todos os Subpolos decorrentes do aumento da atratividade turística ou não, devem continuar a gerar impactos negativos sobre o território, afetando as paisagens urbanas e pressionando os recursos naturais. O quadro de vulnerabilidade urbana observado nas cidades dos Subpolos Metropolitano, Costa Verde, Serra Verde Imperial deve permanecer haja vista o grande passivo ambiental decorrente da ocupação indiscriminada das áreas frágeis de baixadas e de encostas, ao longo das últimas décadas, e das alterações climáticas recentes. As intervenções urbanas programadas pelo PRODETUR–RJ deverão requalificar núcleos e vilas reconhecidos como destinos turísticos de valor cultural e ambiental, como é o caso daquelas situadas na região de Visconde de Mauá, de Lumiar e São Pedro da Serra (Nova Friburgo) e de Conservatória (Valença), todas situadas no Polo Serra.

A requalificação da rede de estradas estaduais e federais favorecerá a mobilidade em todos os destinos, principalmente a partir da capital do estado, ensejando a revisão das condições e dos meios de transportes. O PRODETUR–RJ complementarará, no Polo Serra, a rede rodoviária na região das Agulhas Negras, implantando a 1ª estrada–parque do estado em Visconde de Mauá, Maringá e Maromba, e viabilizará a realização de um Plano Estratégico para a região que, entre outros aspectos, definirá a capacidade de carga e as alternativas de controle de fluxo turístico. No Polo Litoral, as melhorias na infraestrutura de mobilidade terrestre serão complementadas por investimentos em equipamentos hidroviários (*piers* e atracadouros) que deverão favorecer o turismo náutico na baía da Ilha Grande e na Costa do Sol. Além disso, são previstos investimentos em equipamentos turístico–ferroviários na Costa Verde e no Vale do Café. A mobilidade aérea entre os destinos

regionais deverá permanecer nas condições atuais, já que estão previstas apenas benfeitorias em infraestrutura aeroviária no aeroporto internacional do Rio de Janeiro.

As precárias condições de atendimento ao turista deverão ser substituídas por melhores serviços, em função da implantação de rede e centros de atendimento em alguns dos destinos e dos resultados dos programas de capacitação previstos no PRODETUR-RJ. Deverá ser reduzida a excessiva centralidade do Subpolo Metropolitano, com o estabelecimento de complementaridade entre a metrópole e os demais destinos turísticos através, entre outras medidas, da implantação e gestão de roteiros turísticos integrados.

A gestão governamental do turismo estadual deverá ser aperfeiçoada a partir dos resultados das ações de fortalecimento institucional a serem implementadas pelo PRODETUR-RJ, que incluem a implantação de novo marco legal e novo modelo de gestão e a atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo. As gestões locais e regionais do turismo também deverão se fortalecer, assumindo a capacidade de influir nas políticas públicas estaduais e municipais do setor. É de se prever maior interlocução do setor turismo com segmentos afins, seja no âmbito governamental seja fora dele, com vistas à construção de uma agenda comum ou complementar, em função dos resultados da capacitação dos gestores públicos, dos empreendedores e das instancias participativas atuantes na economia do turismo.

CONSTRUÇÃO DO CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade é resultado da avaliação comparativa dos Cenários de Referência e de Desenvolvimento PRODETUR-RJ apurada no item anterior e, fundamentalmente, da avaliação dos Impactos Estratégicos do PRODETUR-RJ à luz da Visão de Futuro e dos Objetivos de Sustentabilidade definidos durante a AAE. Da avaliação dos impactos resultaram as Recomendações Estratégicas e as Propostas de Ação.

Assim, o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade foi construído com base na hipótese de que seja adotado o conjunto de recomendações resultantes da comparação dos cenários anteriores e dos impactos estratégicos assim identificados. As recomendações visam potencializar as oportunidades e controlar os riscos ambientais da implementação do PRODETUR-RJ, com vistas a aproximar os resultados do Programa aos objetivos de sustentabilidade do desenvolvimento turístico. As figuras abaixo ilustram o processo final adotado para a construção do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade.

FIGURA 34 – ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PRODETUR-RJ E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS PARA O CENÁRIO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



FIGURA 35 – RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS E PROPOSTAS DE AÇÃO

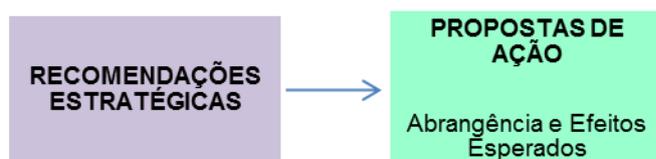
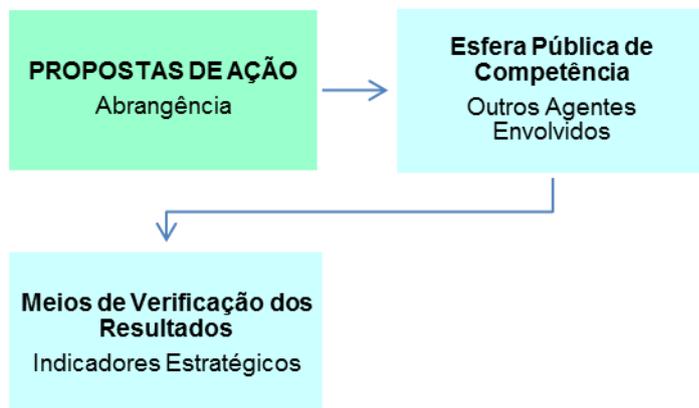


Figura 36 – Componentes do Programa de Acompanhamento e Monitoramento



ANÁLISE DOS IMPACTOS ESTRATÉGICOS DO PRODETUR–RJ E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Ao se identificar as ações indutoras dos impactos estratégicos no conjunto das ações previstas pelo Programa, constata-se que prevalecem investimentos de caráter essencialmente local, setorial e de curto prazo. É entendimento da presente AAE que esses investimentos e ações não terão força para induzir impactos estratégicos que alcancem todo o território do estado, ou grandes porções do seu território, como o seu litoral ou o seu interior. Porém, isto não impede que se tracem diretrizes, recomendações e propostas de ação destinadas a compor o Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade a serem implementadas pelo programa em benefício do turismo sustentável em todos os polos e Subpolos.

Da comparação das projeções dos temas estratégicos no Cenário de Referência com as do Cenário de Desenvolvimento PRODETUR, além da definição de diretrizes para o futuro planejamento e o desenvolvimento do turismo sustentável, podem ser identificados os principais impactos estratégicos positivos (Oportunidades) e negativos (Riscos ambientais) da implantação do objeto da AAE, tomando como referência as ações estruturantes e os respectivos investimentos e, como critério de avaliação, o atendimento aos objetivos de sustentabilidade.

Ao mesmo tempo, é possível relacionar as ações que podem facilitar o melhor aproveitamento, ou potenciação, das oportunidades e aquelas voltadas para a prevenção e mitigação de cada risco ambiental identificado, de acordo com o que segue apresentado no quadro 3. Das 15 Recomendações estratégicas, apenas uma delas refere-se à mitigação de potencial risco ambiental. As demais têm o caráter de potencializar as ações programadas pelo PRODETUR–RJ.

O quadro abaixo reúne um conjunto de Recomendações Estratégicas que não constam do quadro 14, uma vez que as essas recomendações não puderam ser associadas a qualquer ação de potenciação ou mitigação dos projetos propostos. No entanto, há ações propostas relacionadas a essas estratégicas que seguem indicadas nos quadros apresentados a seguir.

Quadro 27 – Recomendações Estratégicas suplementares

RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS SUPLEMENTARES	DIMENSÕES / OBJETIVOS DE SUSTENTABILIDADE
Articulação da economia do turismo com os outros setores econômicos "âncora"	<p>Econômica</p> <p>Promover sinergias entre a economia do turismo e os setores econômicos "âncora" presentes nos Polos ou em Subpolos que mantenham (ou possam desenvolver) relações funcionais entre si</p>
Harmonização dos vetores de uso e ocupação dos territórios turísticos	<p>Sociocultural</p> <p>Fortalecer o diálogo e vinculação entre as políticas estaduais de desenvolvimento regional, ordenamento territorial e turismo</p> <p>Fortalecer a capacidade de respostas das Prefeituras frente aos agentes de pressão sobre os ambientes naturais, culturais e sobre os atrativos turísticos</p>
Melhorias em infraestrutura hidroviária, ferroviária e aeroportuária	<p>Sociocultural</p> <p>Aprimorar a mobilidade entre os destinos turísticos através da melhoria dos sistemas hidroviário, ferroviário e de transportes aéreos</p>
Acessibilidade universal	<p>Sociocultural</p> <p>Garantir a acessibilidade universal a todos os usuários dos atrativos turísticos e dos sistemas de transportes</p>
Gestão eficiente da energia	<p>Sociocultural</p> <p>Promover a gestão eficiente da energia nos municípios e nas edificações relacionadas às atividades turísticas</p>
Ações de monitoramento e fiscalização ambiental	<p>Ambiental</p> <p>Promover ações de monitoramento e fiscalização ambiental nos territórios turísticos objetos do PRODETUR-RJ</p>

QUADRO 28 – ANÁLISE DOS IMPACTOS DO PRODETUR–RJ E RECOMENDAÇÕES ESTRATÉGICAS

Polo Serra	PRODETUR–RJ		Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
	Subpolo	Conjunto de Ações	Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
Componente 1. Produtos Turísticos								
1.1 – Parques Urbanos Turísticos								
-								
1.2 – Redes de Centros de Atendimento Turístico								
Vale do Café e Serra Verde	Desenvolvimento de Rede de Atendimento e Implantação de Centro Piloto em Conservatória (Valença) e Nova Friburgo	Implantação de sistemas de informações sobre produtos e serviços turísticos nos destinos selecionados			Político– institucional e Econômica Promover os destinos e produtos turísticos e favorecer a economia do turismo	Rede e Centros de Atendimento implantados dinamizam a economia e podem auxiliar no monitoramento das atividades do setor	Ampliar a Rede e os Centros de Atendimento aos demais destinos do Polo	
1.3 – Centros de Memória do Vale do Café								
Vale do Café	Implantação de Centros de Memória e Museu do Café – Estação Barão de Juparanã (Valença); Identificação de novas Oportunidades de Negócios Turísticos para o INVESTRIO	Resgate da tradição cafeeira no Médio Vale do Paraíba fluminense e geração de novas oportunidades de negócios associados			Sociocultural e Econômica Potencializar a atividade turística a partir do reconhecimento e valorização do patrimônio cultural regional	Centro de Memória e Museu do Café, implantados e integrados a rede turística regional, consagram a tradição cultural	Valorizar o antigo polo cafeeiro, desdobrando e complementando as ações previstas	

1.4 – Urbanização de áreas, Orlas e de Centros Históricos

Vale do Café e Serra Verde	Obras de Urbanização de Centro Histórico de Valença, Petrópolis e Nova Friburgo	Valorização dos centros históricos beneficiados – repercussão positiva em outros conjuntos de bens culturais e centros urbanos	Ambiental e Sociocultural Melhorar a qualidade ambiental-urbana dos destinos turísticos com a recuperação dos bens culturais e áreas de entorno	Centros históricos recuperados e conservados valorizam a identidade cultural e dão vitalidade à atividade turística	Estender os projetos de revitalização a outros centros históricos e conjuntos urbanos não contemplados
----------------------------	---	--	---	---	--

Polo Serra	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
		Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
Subpolo	Conjunto de Ações						
1.4 – Urbanização de áreas, Orlas e de Centros Históricos							
Agulhas Negras e Serra Verde	Urbanização de Visconde de Mauá, Maringá e Maromba (Itatiaia e Resende); de Lumiar e São Pedro da Serra (Nova Friburgo) e requalificação da Rua Teresa (Petrópolis)	Recuperação e valorização ambiental-urbana de destinos turísticos consagrados		Ambiental e Sociocultural Recuperar a qualidade ambiental-urbana dos destinos turísticos e áreas de em torno	Infraestrutura e equipamentos urbanos implantados incluídos nas atividades de conservação permanente dos governos locais		
Todos	Elaboração de Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	Orientação às ações de conservação e valorização do patrimônio cultural urbano e Apoio a atividades de educação patrimonial		Sociocultural Difundir valores e atividades socioculturais tradicionais da região contribui a conservação de vilas e centros históricos	Formação cultural e técnica como fundamentos da preservação e conservação do patrimônio cultural		Promover a educação patrimonial nos Centros Históricos e em locais de atrativos culturais
1.5 – Estudos Turísticos, Qualificação e Capacitação							
Todos	Fortalecimento na Gestão	Capacitação de		Econômica	Empresariado e		

	Empresarial da Economia do Turismo	empresários e empreendedores envolvidos nos serviços turísticos	Aprimorar a qualidade dos serviços prestados em função da demanda potencial de serviços turísticos	empreendedores capacitados, organizados e comprometidos com o fortalecimento da economia sustentável do destino turístico
Agulhas Negras	Planificação Interpretativa da Estrada-parque Capelinha – Mauá (Resende)	Levantamentos acerca dos atributos ambientais da 1ª estrada-parque do estado	Ambiental e Sociocultural Conhecer o ambiente natural para fins de fruição, controle e proteção dos recursos e dos atrativos	Apropriação dos resultados da planificação interpretativa nas atividades de ecoturismo e de educação ambiental potencializa o uso sustentável dos recursos naturais

Polo Serra	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
		Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
Subpolo	Conjunto de Ações						
1.5 – Estudos Turísticos, Qualificação e Capacitação							
Todos	Atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo	Aprimoramento dos instrumentos de planejamento e gestão do turismo estadual		Político-institucional Desenvolver a atividade turística de forma planejada e integrada com outros setores estratégicos para a sua economia	Plano Diretor Estadual de Turismo atualizado estabelece diretrizes e metas a serem alcançadas para o desenvolvimento do turismo estadual	Promover a integração (e a complementariedade) da política de desenvolvimento do turismo com as políticas de valorização e proteção dos ativos ambientais e culturais	
Agulhas Negras	Identificação de novas Oportunidades de Negócios Turísticos em Visconde de Mauá (Resende e Itatiaia) para o INVESTIRIO	Levantamento de novos nichos de negócios (produtos e serviços) passíveis de fomento		Econômica e Socioambiental Aumentar e diversificar a oferta de produtos e serviços, promovendo a inserção competitiva do destino turístico	Negócios consolidados fortalecem a economia e criam oportunidades de emprego, trabalho e inclusão produtiva		
1.6 – Centros Culturais, Eventos e de Exposições							

Serra Verde	Implantação de Centro de Eventos e Exposições em Nova Friburgo	Implantação de equipamento adequado para atender à demanda de diversificação da atividade turística	Econômica e Sociocultural Promover a inserção competitiva do destino selecionado com vistas à redução dos impactos da sazonalidade	Centros Culturais, de Eventos e de Exposições implantados contribuem para a diversificação da atividade, geração de trabalho e renda para as populações locais e melhoria da qualidade de vida no destino turístico
-------------	--	---	--	---

1.7 – Sinalização Turística

Todos	Implantação de Sinalização Turística	Divulgação e interpretação dos roteiros e dos atrativos culturais e naturais nas rodovias e nos destinos turísticos	Político– institucional e Sociocultural Divulgar os destinos e atrativos promove a interiorização e a integração dos fluxos turísticos	Sinalização turística implantada, atualizada e bem conservada promove os destinos e atrativos turísticos
-------	--------------------------------------	---	--	--

Polo Serra	PRODETUR–RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
		Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
Subpolo	Conjunto de Ações						

Componente 2. Comercialização

2.1 – Plano de Imagem e Marketing

Todos	Elaboração do Plano Estratégico (c/ Estratégia de Marketing <i>On line</i>)	Fortalecimento da gestão estadual do turismo	Político–institucional Elaborar e implantar instrumentos de planejamento e gestão para efetivação do Programa	Instrumentos de planejamento e gestão do turismo implantado como ferramentas indispensáveis para avaliação / efetivação do programa
	Elaboração e Implantação dos Planos Operativos Anuais			

Componente 3. Fortalecimento Institucional

3.1 – Fortalecimento

Agulhas Negras e Vale do Café	Fortalecimento da Atividade Econômica do Turismo– Regularização da Informalidade em Visconde de Mauá (Resende e Itatiaia) e em Conservatória (Valença)	Realização de projetos–piloto voltados para regularização da atividade econômica nos destinos selecionados	Econômica Reduzir o nível de informalidade do setor	Empresas prestadoras de serviços turísticos regularizadas contribuem para o desenvolvimento local	Estender as experiências de regularização da informalidade aos demais destinos turísticos contemplados pelo PRODETUR
Todos	Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual – Capacitação do Gestor Público	Capacitação técnica dos gestores e agentes públicos e Aperfeiçoamento das instituições responsáveis com vistas a uma atuação conjunta e integradas na gestão do turismo no Estado	Político–institucional Fortalecer técnica e financeiramente as instituições e instâncias responsáveis pela gestão do turismo estadual	Sistema Nacional de Turismo implantado no estado com instituições capacitadas técnica e financeiramente e com canais de participação fortalecidos	Fortalecer a gestão integrada como estratégia para a interiorização do Turismo

gestão

Fortalecimento das Instâncias
Participativas de Gestão
Estadual, Regional e Municipal
(TurisRio, CET, FEST, CRTur,
CMTur)

Polo Serra	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
		Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
3.2 – Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas							
Todos	Infraestrutura física, hardware, software e sistema de informação	Implantação de Sistema de Informações municipais o processo decisório de gestão do turismo		Político-institucional Montar Sistema de Informações que permita o acompanhamento dos planos e programas do setor	Sistema de Informações implantado, atualizado periodicamente e compartilhado com as instituições envolvidas na gestão do turismo e do território abrangido pelo programa		
	Pesquisas p/ Monitoramento e Avaliação do PRODETUR-RJ	Avaliação do Programa nos 1º e 4º anos					
	Estudos de demanda (atual e potencial) dos Mercados Emissores (nacional e internacional) p/ Destinos Turísticos Estudo de Oferta dos Destinos Turísticos	Identificação das condições atuais e potenciais da demanda e da oferta e sistematização dos dados obtidos		Econômica e Político-institucional Conhecer e promover a inserção competitiva dos destinos (produtos e serviços)	Resultados dos estudos sobre oferta e demanda realizados com regularidade ajudam a monitorar os resultados da política estadual para o setor		
	Pesquisa de Ambiente Empresarial (REVPAR da Rede Hoteleira)	Realização do REVPAR da Rede Hoteleira nos destinos objeto do		Econômica e Político-institucional			

programa

Conhecer e
monitorar a
evolução do setor,
pelo indicador
selecionado

Polo Serra	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos		Dimensões / Objetivo de Sustentabilidade	Cenário de Sustentabilidade	Recomendações Estratégicas	
		Oportunidades	Riscos			Potenciação	Mitigação
Componente 4. Infraestrutura							
4.1 – Mobilidade e Acessibilidade							
Agulhas Negras	Construção da Estrada-parque Capelinha-Mauá – RJ 163 (Resende); e Estrada-parque Visconde de Mauá-Maromba-Ponte dos Cachorros – RJ 151 (Resende e Itatiaia) Inclui ainda: Construção do Centro de Turismo e Artesanato, Elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento da região de Visconde de Mauá e Estudo para criação do Parque Natural Municipal	Requalificação dos acessos ao destino turístico com fortes componentes ambientais		Sociocultural e Ambiental	Melhorias no sistema de mobilidade e acessibilidade entre os destinos turísticos asseguram a proteção dos recursos ambientais face aos efeitos negativos do uso intensivo e da ocupação desordenada do solo	Valorizar os atributos paisagísticos e ambientais da rede de circulação entre os destinos turísticos implantando benfeitorias típicas de estrada-parque	
		Formulação de diretrizes/ações para o desenvolvimento turístico na região em bases sustentáveis		Requalificar os acessos entre os destinos turísticos		Incentivar a implementação das ações propostas no Plano Estratégico de Visconde de Mauá (5.1)	

		Melhoria dos acessos viários trazem pressões de ocupação ao longo das vias e nos destinos beneficiados pelos investimentos		Promover o disciplinamento e o controle do uso do solo das áreas beneficiadas pelas melhorias rodoviárias no estado, inclusive as empreendidas fora do PRODETUR-RJ
	Divulgação e valorização das tradições locais		Estender a criação de Centro de Turismo e Artesanato a outros municípios com fortes tradições locais	Promover o saber-fazer e as tradições das comunidades de Mauá, estendendo a experiência para outros destinos

4.2 - Saneamento e Drenagem

Polo Serra	PRODETUR-RJ	Impactos Estratégicos	Dimensões /	Cenário de	Recomendações Estratégicas
------------	-------------	-----------------------	-------------	------------	----------------------------

Subpolo	Conjunto de Ações	Oportunidades	Riscos	Objetivo de Sustentabilidade	Sustentabilidade	Potenciação	Mitigação
Componente 5. Gestão Ambiental							
5.1 – Unidades de Conservação							
Todos	Auditoria Ambiental de Obras selecionadas Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	-					
Serra Verde	Estudos e Implantação do Parque Fluvial Itaipava e do PE dos Três Picos	Complementação das ações governamentais para a implantação da UC		Ambiental Assegurar a proteção dos recursos ambientais e dos atrativos naturais	Resultados das intervenções previstas nas UCs contribuem para implantação das mesmas	Incentivar a criação de UCs em áreas ambientalmente críticas (recursos naturais a proteger ou a recuperar)	
5.2 – Auditoria, Encargos, Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingencia							
Todos	Auditoria Externa Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa Supervisão de Obras Operacionalização da UCP Avaliações Intermediária e Final do Programa Publicações de Aquisições	-		Sociocultural e Ambiental	Instrumentos de planejamento e gestão implantados como ferramentas indispensáveis para avaliação / efetivação do programa	Elaborar estudo para estabelecer a base dos indicadores estratégicos indicados pela AAE para monitoramento das recomendações	

Assegurar o cumprimento das condicionantes ambientais do programa

Promover ações de monitoramento e fiscalização ambiental nos territórios turísticos objeto do PRODETUR-RJ

CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E MONITORAMENTO

As Recomendações Estratégicas consubstanciam as Conclusões apontadas por esta AAE e contemplam Propostas de Ação voltadas, entre outras, para: imposição de limites ao crescimento da mancha urbana, proteção de paisagens cênicas e da biodiversidade localizadas “na rota” dos vetores e áreas de expansão, estabelecimento de transições graduais de uso da terra, potenciação de economias verdes, proteção e divulgação culturas tradicionais, distribuição equânime de oportunidades e recursos, fortalecimento pela presença e participação do estado e a mitigação de problemas relativos aos serviços públicos.

De antemão, vislumbra-se que o alcance do Cenário de Desenvolvimento e Sustentabilidade pressupõe deslançar um processo desafiador para as administrações, notadamente para a Unidade Coordenadora do Programa (UCP) e para os órgãos estaduais diretamente envolvidos, bem como para empreendedores e lideranças regionais e locais. Entre os principais desafios cita-se a adoção das ferramentas de planejamento e monitoramento eficientes, a implantação de serviços e infraestrutura adequados por parte do Poder Público e da cadeia produtiva do turismo e o controle do crescimento dos fluxos para os destinos turísticos objeto do PRODETUR-RJ, com vistas a alcançar a sustentabilidade desejada. Tal condição é pressuposto fundamental para que se consiga atrair novos investimentos, seja governamental ou não, em prol dos objetivos fins do Programa.

O mercado atual do turismo oferece importantes oportunidades que, se bem aproveitadas pelo Poder Público e pela iniciativa privada, poderão acrescentar maior diversidade nas possibilidades de desenvolvimento do setor.

A implementação das Recomendações da AAE é de responsabilidade do gestor público estadual, UCP e demais órgãos envolvidos diretamente na execução do PRODETUR-RJ. Em apoio à ação da UCP, a implementação deverá ser compartilhada com os órgãos municipais envolvidos na execução do Programa e com empreendedores e demais segmentos da sociedade civil.

Grande parte das Recomendações diz respeito ao aperfeiçoamento da gestão do turismo nos ambientes interno e externo:

- Interno, fortalecendo os gestores governamentais e as instancias de governança que compõem o Sistema Nacional de Gestão do Turismo, atraindo a participação dos atores relevantes em cada Subpolo que integram o Programa, de acordo com o modelo de gestão descentralizada, concebido pelo Plano Nacional de Turismo (ver figura 1);

Figura 37 – Sistema Nacional de



- Externo, promovendo sinergias e uma agenda comum com os órgãos governamentais e instituições não governamentais relacionados ao desenvolvimento econômico, infraestrutura e gestão ambiental e cultural, nas esferas da união, do estado e dos municípios integrantes do Programa.

Das 28 Propostas de Ação, foram selecionadas apenas cinco, que deverão ser executadas com os recursos previstos no PRODETUR-RJ, Componente Gestão Ambiental, relacionados aos Subcomponentes e Itens indicados no Cronograma abaixo. Essa recomendação não discrimina o montante a ser repartido entre os Polos.

Nesse Cronograma também é proposta uma pequena alteração, antecipando o início da implementação das Recomendações da AAE para o Ano I e, naturalmente, um remanejamento dos recursos previstos para o item 40, sem, no entanto, aumentar o montante previsto.

Quadro 29 – Recomendações para a Gestão Ambiental do PRODETUR-RJ

CRONOGRAMA	ANOS (US\$ x 1.000)				TOTAL
	I	II	III	IV	
COMPONENTE 5 . GESTÃO AMBIENTAL	7.712,00	13.702,00	4.048,00	2.238,00	27.700,00
Subcomponente 5.1 – Unidades de Conservação	3.500,00	7.300,00	1.650,00	150,00	12.600,00
39 Auditoria Ambiental de Obras selecionadas		300,00	150,00	150,00	600,00
40 Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica	500,00	1.000,00	500,00		2.000,00
Estudo de Capacidade de Carga e Educação Ambiental para Destinos Turísticos e UCs integrados aos roteiros de visitação	*	*	*		
Estudos para criação de UCs nos Subpolos Serra Verde, Vale do Café, Agulhas Negras e Costa Verde		*	*		
Cartilha para difusão das aplicações voltadas para a eficiência energética em áreas urbanas e edificações			*		
41 Estudo de Capacidade de Carga e Uso Público da Ilha Grande e Implantação do Sistema de Gestão dos fluxos turísticos e monitoramento (Angra dos Reis)	500,00				500,00
42 Estudos e Implantação no Parque Fluvial Itaipava		2.500,00			2.500,00
43 Estudos e Implantação no Parque Estadual da	2.500,00	2.500,00			5.000,00

	Ilha Grande					
44	Estudos e Implantação no Parque dos Três Picos		1.000,00	1.000,00		2.000,00
Subcomponente 5.2 – Auditoria, Encargos Contratuais, Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingencia		4.212,00	6.402,00	2.398,00	2.088,00	15.100,00
45	Auditoria Externa	120,00	120,00	120,00	120,00	480,00
46	Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa	3.577,00	3.577,00	1.533,00	1.533,00	10.220,00
	Estudo-base dos indicadores estratégicos para monitoramento das recomendações da AAE	*				
	Mapeamentos sistemáticos das coberturas do solo e ações de fiscalização ambiental	*	*	*	*	
47	Supervisão de Obras	250,00	2.250,00	500,00		3.000,00
48	Operacionalização da UCP	225,00	225,00	225,00	225,00	900,00
49	Avaliações Intermediária e Final do Programa		200,00		200,00	400,00
50	Publicações de Aquisições	40,00	30,00	20,00	10,00	100,00

* itens para orçamento

As demais Propostas, igualmente relevantes para a sustentabilidade do Programa, deverão ser incluídas nas agendas das respectivas esferas públicas de competência, devendo ser iniciadas ainda no primeiro ano de implantação do PRODETUR-RJ com vistas a alcançar os efeitos esperados para potencializar os resultados positivos.

Recomenda-se, ainda, que os planos de marketing dos Polos, ou demais ações de incentivo à visitação turística em destinos específicos, somente sejam implementadas após a conclusão dos estudos de capacidade de carga e após a elaboração de planos de uso público, no caso de áreas protegidas abertas à visitação pública.

O quadro 2, apresentado a seguir, reúne as Propostas de Ação para o Polo Serra e os Efeitos Esperados, segundo as Recomendações Estratégicas. Cada Recomendação Estratégica /Proposta de Ação está relacionada ao Componente / Subcomponente do PRODETUR-RJ.

Quadro 30 – Recomendações Estratégicas, Propostas de Ação e Efeitos Esperados – Polo Serra

PRODETUR-RJ Subcomponente		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
1	1.2	Todos ¹⁹	Ampliar a Rede e os Centros de Atendimento aos turistas	Elaborar estudo para estender a instalação da rede de Centros de Atendimento aos demais destinos turísticos objeto do PRODETUR-RJ	Centros de Atendimento favorecem o fluxo continuado de visitantes e contribuem para reduzir as sazonalidades
2	1.3	Vale do Café	Valorizar o antigo polo cafeeiro, desdobrando e complementando as ações previstas	Articular as intervenções em Barão de Juparanã com o Projeto do Parque do Café (Fazenda Santa Mônica) e com as atividades do Parque Estadual da Serra da Concórdia – PESC	Conjugar o resgate da tradição cafeeira na região da Serra da Concórdia com as ações de valorização do patrimônio cultural e ambiental
3	1.4	Todos ¹	Estender os projetos de revitalização a outros centros históricos e conjuntos urbanos não contemplados	Elaborar projetos de revitalização de centro histórico para Resende, Barra Mansa e Petrópolis	Conservação e valorização dos atrativos culturais de importantes centros históricos

¹⁹ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

PRODETUR-RJ Subcomponente	Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados	
4	1.4	Todos	Promover a educação patrimonial nos Centros Históricos e em locais de atrativos culturais	Realizar atividades de educação patrimonial associadas à divulgação do Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	Reforçar a identidade cultural e a noção de controle social da comunidade; e contribuir para a conservação do patrimônio
5	1.5	Todos	Promover a integração da política de desenvolvimento do turismo com as políticas de valorização e proteção dos ativos ambientais e culturais	Elaborar estudos regionais para identificação de novos atrativos culturais e naturais potenciais	Integrar as ações governamentais para desenvolvimento do Turismo nos planos Estadual e Regionais
6	1.6	-			
7	1.6	Agulhas Negras e Vale do Café	Promover o saber-fazer e as tradições das comunidades de Visconde de Mauá (4.1); e ampliá-lo para destinos turísticos com tradições culturais	Identificar e fortalecer o saber-fazer e as tradições das comunidades de Visconde de Mauá e Conservatória	Resgatar e valorizar as tradições locais nesses destinos turísticos
8	3.1	Todos ¹	Estender as experiências de regularização da informalidade aos demais destinos turísticos	Avaliar e implantar as experiências-piloto de regularização da informalidade aos demais destinos turísticos	Aperfeiçoar a qualidade do produto e da prestação de serviços turísticos e dinamizar a atividade econômica em todos os destinos turísticos
9	3.1	Todos	Fortalecer a gestão integrada como estratégia para a interiorização do Turismo	Estabelecer canal permanente de comunicação entre a UCP e as instancias regionais com a implantação de Portal web do programa	Envolver os atores municipais e regionais no acompanhamento da execução do programa
10	3.1	Todos (arranjos espaciais de	Promover sinergias entre a economia do turismo e os setores econômicos "âncora"	Realizar avaliação dos setores econômicos "âncora" quanto às oportunidades de negócios	Transformar as potenciais ameaças à atividade turística em oportunidades de

PRODETUR-RJ		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
		Subpolos)	presentes nos Polos ou em Subpolos que mantenham (ou possam desenvolver) relações funcionais entre si	correlacionados; e avaliação e apoio à formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de caráter turístico	dinamização da economia do turismo, com resultados positivos para os setores e agentes envolvidos
11	3.1	Municípios selecionados ²⁰	Fortalecer a capacidade de respostas das Prefeituras frente aos agentes de pressão sobre o ambiente e atrativos turísticos.	Incluir na capacitação do gestor público os resultados dessa AAE, especialmente no que diz respeito ao controle do uso do solo e preservação do patrimônio natural e construído	Aprimorar a gestão ambiental local
12	3.2	Todos	Fortalecer o diálogo e vinculação entre as políticas estaduais de desenvolvimento regional, ordenamento territorial e turismo	Viabilizar a participação efetiva do setor turismo na elaboração e implementação do Zoneamento Econômico-ecológico (ZEE) do estado do RJ	Reduzir as pressões sobre o patrimônio ambiental e cultural, através da compatibilização e harmonização dos vetores de evolução e transformação do uso do solo
13	4.1	Agulhas Negras e Vale do Café	Valorizar os atributos paisagísticos e ambientais da rede de circulação entre os	Estudar a requalificação como estradas-parque as rodovias com qualidades ambientais e	Valorizar ambientalmente as estradas cria novas fronteiras e atrativos

²⁰ Baseado em critérios que considerem: menor nível de preparo; maior exposição a pressões; e maior concentração de patrimônio a ser preservado.

PRODETUR-RJ		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
			destinos turísticos implantando benfeitorias típicas de estrada-parque	paisagísticas: BR 101, entre Mangaratiba e Paraty; RJ 155 (B. Mansa-Angra dos Reis); e complementação da RJ-151 ao longo do Rio Preto	
14	4.1	Todos	Promover o disciplinamento e o controle do uso do solo das áreas beneficiadas pelas melhorias rodoviárias no estado, inclusive as empreendidas fora do PRODETUR-RJ	Incluir nos processos de requalificação rodoviária a realização de estudos de impactos específicos voltados para o controle permanente das ocupações	Reduzir as pressões por ocupação urbana às margens das rodovias requalificadas com manutenção da qualidade ambiental existente
15	4.1	-			
16	4.1	-			
17	4.1	-			
18	4.1	Vale do Café	Aprimorar a mobilidade entre os destinos turísticos através da melhoria dos	Apoiar as ações de resgate de antigos sistemas ferroviários como o trem da Mata Atlântica e	Ampliar a oferta de serviços e atrativos turísticos histórico-culturais

PRODETUR-RJ		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
			sistemas hidroviário, ferroviário e de transportes aéreos	da Estrada Real no trecho Paraíba do Sul-Cavaru	
19	4.1	Vale do Café	Idem anterior	Abrir pauta para os sistemas de transportes aéreos, priorizando a ampliação e melhoria da infraestrutura aeroportuária	Atender a demanda crescente no Vale do Café; melhorias na infraestrutura favorecerão atividades de turismo e negócios no subpolo
20	4.1	Todos ²¹	Garantir a acessibilidade universal a todos os usuários dos atrativos turísticos e dos sistemas de transportes	Incentivar a implementação da Acessibilidade Universal aos destinos turísticos, iniciando com projeto-piloto para requalificação dos atrativos e meios de transporte	Garantir a acessibilidade universal é atitude ética, além de obrigação legal; a ampliação da mobilidade de PDFs favorece a atividade turística
21	4.2	Todos ²²	Promover a articulação entre o PRODETUR-RJ e os programas de saneamento do Estado na implementação	Acompanhar a execução dos programas de saneamento programados de relevância para os destinos turísticos	Potencializar os investimentos e prioridades destacados pelos programas como estratégia essencial de reforço à

²¹ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

²² Considerando regionalizações segundo comitês de bacias e consórcios propostos pelo o PEGIRS.

PRODETUR-RJ		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
			das intervenções previstas		qualificação dos destinos turísticos
22	4.2	Todos	Fortalecer a capacidade de resposta das administrações locais/regionais na gestão dos sistemas de saneamento	Apoiar e integrar programas voltados para ampliação da capacidade de gestão das prefeituras nos sistemas de saneamento básico	Garantir a capacitação dos gestores locais/regionais para gestão de sistemas de saneamento básico
23	5.1	Todos	Estender os estudos de capacidade de carga, previsto para a Ilha Grande, a destinos e atrativos turísticos para prevenção de riscos potenciais	Identificar Destinos Turísticos e UCs integrados aos roteiros de visitação que não contam com estudo de capacidade de suporte (ou plano de uso público) e viabilizar a sua realização com programa continuado de educação ambiental	Garantir o uso turístico sustentável dos recursos naturais e culturais
24	5.1	Todos	Incentivar a criação de UCs em áreas ambientalmente críticas (recursos naturais a proteger ou a recuperar)	Estudar a criação de UC em Itaipava, Petrópolis; e incentivar a criação de RPPNs em N. Friburgo e Cachoeiras de Macacu; em Barra do Pirai e Valença; em Resende e Itatiaia	Resguardar e recuperar o patrimônio natural e seus atrativos de usos indiscriminados, permitindo o uso sustentável dos mesmos
25	5.1	Agulhas Negras	Incentivar a implementação das ações propostas no Plano Estratégico de	Promover articulações institucionais para que o resultado do Plano Estratégico de Visconde de	Desenvolvimento turístico na região em bases sustentáveis

PRODETUR-RJ		Abrangência Espacial (Subpolos)	Recomendações Estratégicas	Propostas de Ação	Efeitos Esperados
			Visconde de Mauá (contemplado no subcomponente 4.1)	Mauá seja executado de acordo com o previsto	
26	5.1	Todos	Promover a gestão eficiente da energia nos municípios e nas edificações relacionadas às atividades turísticas	Elaborar cartilha para difusão das aplicações voltadas para a eficiência energética em áreas urbanas e edificações	Promover a eficiência energética nos destinos turísticos
27	5.2	Todos ²³	Assegurar o cumprimento das condicionantes ambientais do programa	Elaborar estudo para estabelecer a base dos indicadores estratégicos indicados pela AAE para monitoramento das recomendações da AAE	Implantar a base de dados estratégicos para monitoramento das recomendações da AAE
28	5.2	Todos	Assegurar o cumprimento das condicionantes ambientais do programa	Realizar mapeamentos sistemáticos das coberturas do solo e incrementar fiscalização em parceria com órgãos municipais	Garantir o uso turístico sustentável dos recursos naturais e culturais

²³ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

MONITORAMENTO DO PROGRAMA

O Programa de Acompanhamento e Monitoramento para implementação das Propostas de Ação é apresentado sob a forma de quadro onde são indicados: a Esfera Pública de Competência, Outros Agentes Envolvidos na implementação da Ação, os Meio de Verificação dos Resultados e os Indicadores Estratégicos para monitoramento. Cada Proposta de Ação está relacionada ao Componente / Subcomponente do PRODETUR-RJ.

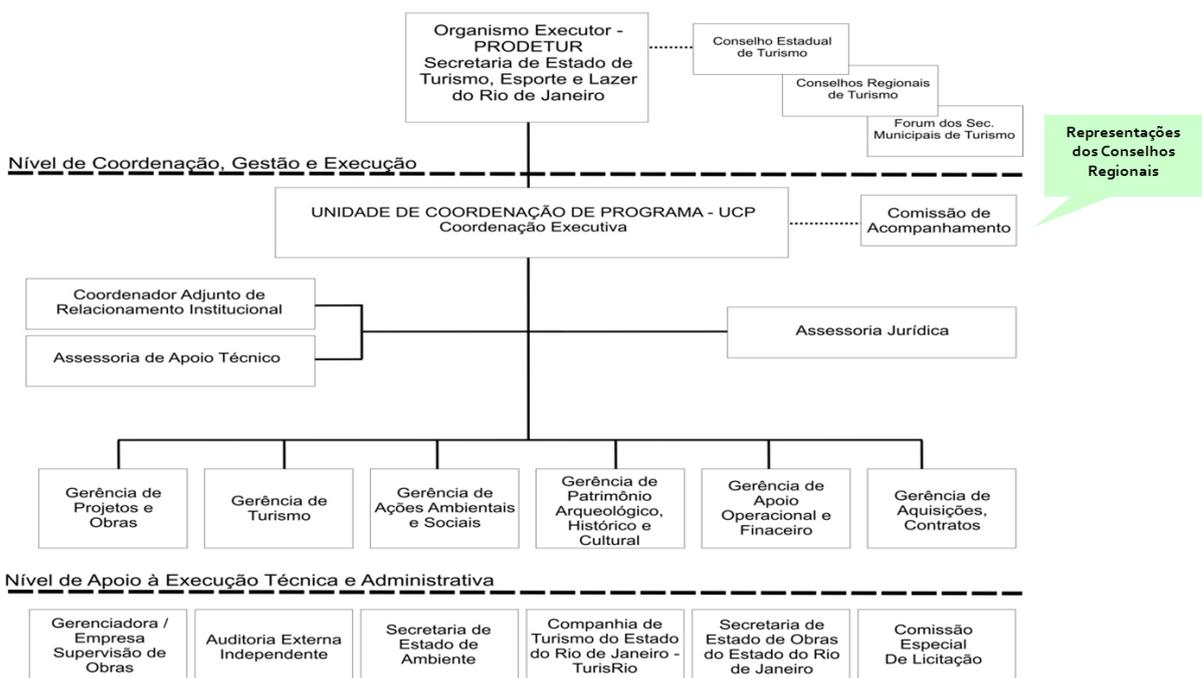
O estabelecimento dos meios de verificação e de indicadores a eles relacionados tem por objetivo estabelecer as bases de avaliação da implementação das Propostas, durante o período de execução do Programa. A linha de base ou de partida dos indicadores será indicada pelo estudo recomendado no item 27, que visa detalhar e implantar a base dos indicadores estratégicos para monitoramento das recomendações da AAE.

Os resultados da AAE também consideraram de grande importância para Monitoramento do Programa incluir as representações dos Conselhos Regionais de Turismo na Comissão de Acompanhamento prevista no organograma da Unidade Coordenadora do Programa - UCP (Dec. N.º 42.632/10), conforme figura abaixo, de acordo com o que for regulamentado.

Também deverão ter assento na Comissão instituições da sociedade civil e da comunidade acadêmica atuantes nos segmentos produtivos de turismo e meio ambiente, com vistas à participação na implementação e avaliação de resultados gerados pelo PRODETUR-RJ.

Elaboração de uma Avaliação Ambiental Estratégica nos Polos Turísticos do Estado do Rio de Janeiro ♦ Meta 3 (Etapa 3.3 / Polo Serra)

Nível Estratégico



Por fim, recomenda-se que o documento de AAE seja revisto nos anos II e IV da execução do Programa, quando também serão realizadas as Avaliações Intermediária e Final do PRODETUR-RJ.

Quadro 21 – Propostas de Ação – Programa de Acompanhamento e Monitoramento – Polo Serra

PRODETUR-RJ Subcomponente	Abrangência Espacial (Subpolos)	Propostas de Ação	Esfera Pública de Competência	Outros Agentes Envolvidos	Meio de Verificação de Resultados	Indicadores Estratégicos	
1	1.2	Todos ²⁴	Elaborar estudo para estender a instalação da rede de Centros de Atendimento aos demais destinos turísticos objeto do PRODETUR-RJ	UCP	Prefeituras, instituições e comunidades locais	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção e número de edificações (m2) e estimativa de população atendida
2	1.3	Vale do Café	Articular as intervenções em Barão de Juparanã com o Projeto do Parque do Café (Fazenda Santa Mônica) e com as atividades do Parque Estadual da Serra da	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR, TurisRio, INEPAC, INEA	Prefeitura de Valença, EMBRAPA	Relatórios da UCP	Área beneficiadas com intervenção (ha)

²⁴ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

Concórdia - PESC

3	1.4	Todos ¹	Elaborar projetos de revitalização de centro histórico para Resende, Barra Mansa e Petrópolis	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio, INEPAC	IPHAN, Prefeituras	Relatórios da UCP	Áreas de centros urbanos beneficiados (ha); área das edificações restauradas (m2)
4	1.4	Todos	Realizar atividades de educação patrimonial associadas à divulgação do Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio, INEPAC	IPHAN, Prefeituras e ONGs	Seminários e workshops de avaliação e Relatórios da UCP e instituições envolvidas	Numero de comunidades e ONGs envolvidas
5	1.5	Todos	Elaborar estudos regionais para identificação de novos atrativos culturais e naturais potenciais	UCP, Secretarias de Estado do Turismo, de Cultura e do Ambiente	Órgãos federais e municipais afins	Relatório UCP	Ações conjuntas implementadas
6	-						
7	1.6	Agulhas Negras e Vale do Café	Identificar e fortalecer o saber-fazer e as tradições das comunidades de	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio, INEPAC	Prefeituras de Itatiaia e Resende e ONGs locais	Relatórios da UCP	Numero de comunidades e ONGs envolvidas

Visconde de Mauá e Conservatória							
8	3.1	Todos ¹	Avaliar e implantar as experiências-piloto de regularização da informalidade aos demais destinos turísticos	UCP, Secretaria de Estado de Turismo – SETUR e TurisRio	Prefeituras/Secretarias de Estado de Fazenda e de Turismo	Relatórios CADASTUR Arrecadação do ISS dos municípios	Numero de prestadores de serviço cadastrados; receitas do ISS vinculadas ao setor (municípios PRODETUR)
9	3.1	Todos	Estabelecer canal permanente de comunicação entre a UCP e as instancias regionais com a implantação de Portal web do programa	UCP	Conselhos Regionais de Turismo, CET, SEBRAE-RJ, CGs, CEPERJ, Universidades	Relatório UCP e dos Conselhos Regionais	Numero de adesões / parceiros ao portal
10	3.1	Todos (arranjos espaciais de Subpolos)	Realizar avaliação dos setores econômicos "âncora" quanto às oportunidades de negócios correlacionados; e avaliação e apoio à formação de Arranjos Produtivos Locais (APLs) de caráter turístico	UCP, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços – SEDEIS	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Turismo	Sistema de Informações Geográficas (SIG) integrado a outros sistemas semelhantes existentes no plano estadual e dos municípios contemplados pelo PRODETUR	Participação do setor na composição do PIB regional

11	3.1	Municípios selecionados ²⁵	Incluir na capacitação do gestor público os resultados dessa AAE, especialmente no que diz respeito ao controle do uso do solo e preservação do patrimônio natural e construído	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Turismo	idem ao anterior	Índice de urbanização; área de cobertura vegetal em bom estado de conservação; perda de biodiversidade; área total de UCs
12	3.2	Todos	Viabilizar a participação efetiva do setor turismo na elaboração e implementação do Zoneamento Econômico-ecológico (ZEE) do Estado do RJ	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG); Secretaria de Estado de Turismo	Sistema de Informações Geográficas (SIG) integrado a outros sistemas semelhantes existentes no plano estadual e dos municípios contemplados pelo	Índice de urbanização; área de cobertura vegetal em bom estado de conservação; perda de biodiversidade; área total de UCs

²⁵ Com base em critérios que considerem: menor nível de preparo; maior exposição a pressões; e maior concentração de patrimônio a ser preservado.

PRODETUR

13	4.1	Agulhas Negras e Vale do Café	Estudar a requalificação como estradas-parque a rodovia com qualidade ambiental e paisagística: a complementação da RJ-151 ao longo do Rio Preto	UCP, DER e DNIT	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Extensão dos trechos de rodovias requalificadas como estradas-parque (km)
14	4.1	Todos	Incluir nos processos de requalificação rodoviária a realização de estudos de impactos específicos voltados para o controle permanente das ocupações	UCP	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Extensão das áreas objeto de estudos de impacto e aplicação de medidas de mitigação (km ²)
15	4.1	-					
16	4.1	-					
17	4.1	-					
18	4.1	Vale do Café	Apoiar as ações de resgate de antigos sistemas ferroviários como o trem da	UCP, secretarias estaduais e empresas envolvidas	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Estações ferroviárias em funcionamento (m ²), numero de

			Estrada Real no trecho Paraíba do Sul-Cavarú				composições e população atendidas
19	4.1	Vale do Café	Abrir pauta para os sistemas de transportes aéreos, priorizando a ampliação e melhoria da infraestrutura aeroportuária	UCP, secretarias estaduais e empresas envolvidas	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção em terminais aeroportuários (m2), número de vôos, aeronaves e população atendidas
20	4.1	Todos ²⁶	Incentivar a implementação da Acessibilidade Universal aos destinos turísticos, iniciando com projeto-piloto para requalificação dos atrativos e meios de	UCP	Prefeituras, instituições e comunidades locais	Relatórios da UCP	Áreas de intervenção atendidas (km2), número de edificações e usuários atendidos

²⁶ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

transporte

21	4.2	Todos ²⁷	Acompanhar a execução dos programas de saneamento programados de relevância para os destinos turísticos	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Prefeituras, Comitês de bacias; consórcios públicos; CEDAE; concessionárias privadas de saneamento; SAAEs	Relatórios de acompanhamento dos programas estaduais (Rio + Limpo; Lixão Zero; PSAM; BIG); produtos municipais específicos (PMSB; PGIRS)	Indicadores de Saneamento Básico no SNIS e IBGE; indicadores de balneabilidade das praias e de qualidade dos recursos hídricos do INEA
22	4.2	Todos	Apoiar e integrar programas voltados para ampliação da capacidade de gestão das prefeituras nos sistemas de saneamento básico	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Conselhos municipais de meio ambiente e de turismo, consórcios, comitês de bacias; SEBRAE	Relatórios de acompanhamento dos programas estaduais (Rio + Limpo; Lixão Zero; PSAM; BIG); produtos municipais específicos (PMSB; PGIRS)	Seminários e workshops de avaliação das estruturas e dos quadros técnicos de gestão

²⁷ Considerando regionalizações segundo comitês de bacias e consórcios propostos pelo o PEGIRS.

23	5.1	Todos	Identificar Destinos Turísticos e UCs integrados aos roteiros de visitação que não contam com estudo de capacidade de suporte (ou plano de uso público) e viabilizar a sua realização com programa continuado de educação ambiental	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente e INEA	Prefeituras e ONGs	Relatório UCP	Numero de Destinos Turísticos e UCs com capacidade de carga definida
24	5.1	Todos	Estudar a criação de UC em Itaipava, Petrópolis; e incentivar a criação de RPPNs em N. Friburgo e Cachoeiras de Macacu; em Barra do Pirai e Valença; e em Resende e Itatiaia	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA e INEA	Prefeituras e ONGs	Relatório UCP	Área de UCs (ha)
25	5.1	Agulhas Negras	Promover articulações institucionais para que o resultado do Plano Estratégico de Visconde de Mauá seja executado de	UCP, Secretarias de Estado do Turismo e do Ambiente e INEA	Prefeituras e ONGs	Relatório UCP	Ações implementadas

		acordo com o previsto					
26	5.1	Todos ²⁸	Elaborar cartilha para difusão das aplicações voltadas para a eficiência energética em áreas urbanas e edificações	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente – SEA	Prefeituras, ONGs	Relatórios da UCP	Cartilha editada
27	5.2	Todos	Elaborar estudo que detalhe e implante a base dos indicadores estratégicos para monitoramento das recomendações da AAE	UCP		Relatórios da UCP	Estudo realizado
28	5.2	Todos	Realizar mapeamentos sistemáticos das coberturas do solo e	UCP, Secretaria de Estado do Ambiente e INEA	Prefeituras e ONGs	Relatório UCP	Extensão de área florestada; número de empreendimentos

²⁸ Sendo priorizadas as intervenções selecionadas pelos órgãos responsáveis e outros agentes envolvidos.

incrementar
fiscalização em
parceria com órgãos
municipais

regularizados

REFERÊNCIAS

Fontes de consulta – Documentos Oficiais

BRASIL, Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010 – Uma Viagem de Inclusão**. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais**. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Políticas**. Brasília, 2004.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade**. Brasília, 2007.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Regulamento Operacional do Prodetur Nacional**. Brasília: 2008. Disponível em www.turismo.gov.br. Acesso em março de 2010.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo no Brasil 2007/2010**. Brasília, 2007.

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 2001.

RIO DE JANEIRO, Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Litoral**. Rio de Janeiro: 2009.

RIO DE JANEIRO, Unidade Executora Estadual do PRODETUR. **Termo de Referência para a Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica dos Polos Turísticos e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, no Âmbito do PRODETUR**. Rio de Janeiro.

Fontes de consulta – Estudos e Pesquisas

Análise e Qualificação Socioambiental do Estado do Rio de Janeiro: subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico. Diversos documentos extraídos do sítio <http://zeerj.bem-vindo.net/portal/?q=node/38>, acessado em 25 de março de 2010. GEOHECO/SEA, 2008.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Avaliação Ambiental Estratégica**. Brasília: 2002.

BRASIL, Ministério do Turismo. **Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental**. Brasília.

CINTRA, Heitor de Brito. **Indicadores de Sustentabilidade para o Ecoturismo e o Turismo Rural: Uma Proposta para Aldeia Velha, Município de Silva Jardim – RJ e Região do Entorno**. 2004. 143f. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense. Niterói: 2004.

COSTA, Helena; BURSZTYN, Maria Augusta; NASCIMENTO, Elimar. **Participação Social em Processos de Avaliação Ambiental Estratégica**. Revista Sociedade e Estado, v. 24, n. 1, pp. 89–113. Brasília: 2009.

DE PAULA, Murta Barbosa Mariana. **Desenvolvimento Desigual e Turismo no Brasil Pós 1995: Planejamento Governamental e Padrão Espacial**. 2009. 135f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009.

EGLER, Paulo. **Perspectivas de Uso no Brasil do Processo de Avaliação Ambiental Estratégica**.

FRAMEWORK for Sustainable Tourism Development in Honduras: Strategic Environmental Assessment on the Tourism Strategy for the North Coast, Bay Islands, and Copán Valley. Oslo: Econ. Analysis, 2004.

MELO, Silva Omena de Melo. **Da privatização da paisagem às tentativas de homogeneização do território: políticas públicas e conflitos na urbanização turística de cabo Frio**. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 2009.

METODOLOGIA para a elaboração de relatórios GEO cidades: Manual de Aplicação: Versão 2. Rio de Janeiro: PNUMA/Consórcio Parceria 21, 2004.

Referencias Bibliográficas

BASTOS, Diego do Nascimento, 2010, A Avaliação Ambiental Estratégica como Subsídio para o Planejamento do Setor de Turismo no Brasil: Uma Análise do Caso da Costa Norte. Tese M.Sc., Planejamento Energético, COPPE/UFRJ.

CINTRA, Heitor de Brito, 2004, Indicadores de Sustentabilidade para o Ecoturismo e o Turismo Rural: Uma Proposta para Aldeia Velha, Município de Silva Jardim – RJ e Região do Entorno. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Universidade Federal Fluminense. Niterói.

CONSÓRCIO PARCERIA 21, 2004, Metodologia para a elaboração de relatórios GEO cidades: Manual de Aplicação: Versão 2. Rio de Janeiro.

COSTA, Helena; BURSZTYN, Maria Augusta; NASCIMENTO, Elimar, 2009, Participação Social em Processos de Avaliação Ambiental Estratégica. Revista Sociedade e Estado, v. 24, n. 1, pp. 89–113. Brasília.

DE PAULA, Murta Barbosa Mariana, 2009, Desenvolvimento Desigual e Turismo no Brasil Pós 1995: Planejamento Governamental e Padrão Espacial. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e

Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

EGLER, Paulo, 2001. Perspectivas de Uso no Brasil do Processo de Avaliação Ambiental Estratégica. In Educação e Meio Ambiente.

FARIAS, C. A. P, 2003, Ideias, conhecimento e políticas públicas: Um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes. Rev. bras. Ci. Soc. vol.18 nº. 51, São Paulo.

FIDALGO, Elaine Cristina Cardoso; UZEDA, Mariella Camardelli; BERGALLO, Helena de Godoy; COSTA, Thomaz Corrêa e Castro, 2007, Remanescentes da Mata Atlântica no Estado do Rio de Janeiro: distribuição dos fragmentos e possibilidades de conexão. Anais XIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto, pp. 3885– 3892. INPE, Florianópolis, Brasil.

FUNDAÇÃO CENTRO DE INFORMAÇÕES E DADOS DO RIO DE JANEIRO (CIDE), 2002, Índice de qualidade dos municípios – verde (IQM – Verde). Rio de Janeiro: CD-ROM.

IRVING, M.A. et al, 2006, Construção de Governança Democrática: interpretando a gestão de parques nacionais no Brasil. In: IRVING, M.A (Org.). Áreas Protegidas e Inclusão Social: construindo novos significados. Ed. Aquarius, Rio de Janeiro

----- et al, 2007, Governança e Políticas Públicas: desafios para a gestão de parques nacionais no Brasil. In: Fontain G.; van Vilet G.; Pasquit, R.; (Coord.) *Políticas Ambientales y gobernabilidad en America Latina*. FLACSO/IDDRI/CIRAD, Quito–Equador

LABORATÓRIO DE GEO-HIDROECOLOGIA (GEOHECO) 2008, Análise e Qualificação Socioambiental do Estado do Rio de Janeiro: subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico. Diversos documentos extraídos do sítio <http://zeerj.bem-vindo.net/portal/?q=node/38>, acessado em 25 de março de 2010.

MELO, Silva Omena de Melo, 2009, Da privatização da paisagem às tentativas de homogeneização do território: políticas públicas e conflitos na urbanização turística de cabo Frio. 2009. 171f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e

Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional do Rio de Janeiro/UFRJ. Rio de Janeiro.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE (MMA), 2002, Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e partição dos benefícios da biodiversidade nos biomas brasileiros. Ministério do Meio Ambiente e Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Brasília, 404 p., Secretaria de Biodiversidade e Florestas.

_____, 2002, Avaliação Ambiental Estratégica. Brasília.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur), 2003, Plano Nacional de Turismo 2003/2007. Brasília.

_____, 2004, Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Diretrizes Operacionais. Brasília.

_____, 2007, Programa de Regionalização do Turismo: Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade. Brasília.

_____, 2009, Manual de Planejamento e Gestão Socioambiental. Brasília.

_____, 2010, Regulamento Operacional do Prodetur Nacional. Brasília: 2008. Disponível em www.turismo.gov.br. Acesso em março de 2010.

_____, 2007, Turismo no Brasil 2007/2010. Brasília, 2007.

PARTIDÁRIO, M.R., 2007, Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica: Orientações Metodológicas. Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente.

SANDERSON, J.; ALGER, K.; FONSECA, G.A.B.; GALINDO-LEAL, C.; INCHAUSTY, V.H.; & K. MORRISON, 2003, *Biodiversity conservation corridors: planning, implementing and monitoring sustainable landscapes*. Conservation International, Washington, DC.

SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO (SEPDET), 2001, Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO, ESPORTE E LAZER(SET), 2010, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Litoral. Rio de Janeiro.

_____, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável – PDITS: Polo Serra. Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, Izabella Mônica Vieira, 2008. O Uso da Avaliação Ambiental Estratégica no Planejamento da Oferta de Blocos para Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural no Brasil: Uma Proposta. Tese D.Sc., Planejamento Energético, COPPE/UFRJ.

UNIDADE EXECUTORA ESTADUAL DO PRODETUR (UCP), 2010, Termo de Referência para a Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica dos Polos Turísticos e Regiões do Estado do Rio de Janeiro, no Âmbito do PRODETUR. Rio de Janeiro.

VEROCAI, I. (ed.), 1990, Vocabulário Básico de Meio Ambiente. Rio de Janeiro, FEEMA/PETROBRAS, Rio de Janeiro/RJ.

ANEXOS

ANEXO I – ATORES SOCIAIS RELEVANTES

Composição do Conselho Estadual de Turismo do Estado do Rio de Janeiro – CET-RJ Fonte: TurisRio

1	PRESIDENTE CET: SECRETARIA DE ESTADO DE TURISMO
2	VICE-PRESIDENTE CET: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISTAS DE TURISMO – ABRAJET
3	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGENTES DE VIAGEM – ABAV
4	ASSOCIAÇÃO BRAS. LOCADORAS DE AUTOMÓVEIS – ABLA
5	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE BACHARÉIS DE TURISMO – ABBTUR
6	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE EVENTO – ABEOC
7	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA HOTELEIRA – ABIH
8	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DOS OPERADORES DE TRENS TURISTICOS – ABOTtC
9	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISTAS DE TURISMO
10	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO RURAL DO EST RJ – ABRATURR-RJ
11	AGÊNCIA DESENVOLVIMENTO TURISMO MACRORREGIÃO SUDESTE – ADETUR
12	ASSOCIAÇÃO DOS ALBERGUES DA JUVENTUDE
13	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TURISMO DE AVENTURA – ABETA
14	ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRANSPORTADORES DE TURISMO – ANTTUR
15	BANCO BRASIL
16	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE OPERADORES DE RECEPTIVO – BITO
17	BNDES
18	BATALHÃO DE POLICIAMENTO EM ÁREAS TURÍSTICAS – BPTUR
19	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF
20	COMISSÃO DE TURISMO DA ALERJ
21	DELEGACIA ESPECIAL DE APOIO AO TURISMO – DEAT
22	DER
23	Empresário
24	FECOMERCIO
25	FEDERAÇÃO CONVENTION & VISITORS BUREAUX-ERJ
26	FORUM ESTADUAL SECRETÁRIOS MUNICIPAIS TURISMO
27	FORUM NACIONAL CURSOS GRADUAÇÃO TURISMO/HOTELARIA
28	HOTELEIRO
29	INFRAERO
30	MINISTÉRIO DO TURISMO
31	RIO CONVENTION & VISITORS BUREAU
32	RIOTUR
33	SEBRAE / RJ
34	SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA
35	SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
36	SECRETARIA DE ESTADO DO AMBIENTE
37	SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA
38	SECRETARIA DE ESTADO DE TRABALHO E RENDA
39	SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES
40	SECRETARIA ESTADO AGRIC.PECUARIA,PESCA E ABASTECIMENTO
41	SECRETARIA ESPECIAL DE TURISMO DO MUNICIPIO DO RIO JANEIRO
42	SENAC
43	SINDICATO ESTADUAL DE GUIAS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO – SINDEGTUR
44	SINDICATO DE EMPRESAS DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO – SINDETUR
45	SINDICATO EMPRESAS LOCADORAS VEÍCULOS AUTOMOTORES/ERJ – SINDLOC RJ
46	SINDICATO DE HOTEIS, BARES, RESTAURANTES E SIMILARES DO MUNICIPIO DO RIO DE JANEIRO – SINDRIO
47	SINDICATO NAC. TRABALHADORES PROFISSIONAIS TURISMO – SINTUR
48	SINDICATO NACIONAL DE EMPRESAS AEROVIÁRIAS – SNEA
49	TURISRIO

(instituído pelo Decreto 33.334, de 05/06/2003)

(jul/2011)

Membros do Fórum Estadual de Secretários e Dirigentes do Estado do Rio de Janeiro – FEST-RJ

COMPOSIÇÃO / REPRESENTANTES	CONTATOS	
Presidente: Antonio Rossi M. Bastos (Cacheiras de Macacu)	fundmacatur@yahoo.com.br	(21) 2649-6740 / 2649-6393
1º Vice-presidente: Daniel Rabha Nunes Santiago (Angra dos Reis)	daniel.santiago@angra.rj.gov.br	(24) 3367-7866 / 3367-7518
2º Vice-Presidente: José Mauro Haddad (Niterói)	presidente@neltur.com.br	(21) 7816-4467 / 2705-7944
Secretário Executivo: Osório Luis Figueiredo (C. Macacu)	deicomturcachoeiras@gmail.com	(21) 9819-3116 / 2649-6393
Vice-Presidente Regional: Costa Verde – Daniel Rabha Nunes Santiago (Angra dos Reis)	daniel.santiago@angra.rj.gov.br	(24) 3367-7866 / 3367-7518
Vice-Presidente Regional: Agulhas Negras – Reynaldo Lombardi Raeli Resende)	reynaldoraeli@gmail.com	(24) 2108-0791
Vice-Presidente Regional: Vale do Café – Danielle Fidelis e Silva (Barra Mansa)	turismo@barramansa.rj.gov.br	(24) 9956-9956 / 2106-3480 PMBM
Vice-Presidente Regional: Metropolitana – José Mauro Haddad (Niterói)	presidencia@neltur.com.br	(21) 2705-7944 / 7816-4467
Vice-Presidente Regional: Baixada Fluminense – Daniel Eugênio Figueiredo (D.Caxias)	danieleugeniofigueiredo@bol.com.br	(21) 8894-7495 / 2672-8817 2672-8880 / 8882
Vice-Presidente Regional: Serra Verde Imperial – Antonio Rossi M. Bastos (Cacheiras de Macacu)	fundmacatur@yahoo.com.br	(21) 2649-6740 / 2649-6393
Vice-Presidente Regional: Costa do Sol – Haroldo Carneiro da Silva (Quissamã)	smde@quissama.rj.gov.br	(22) 9278-3840 / 2768-9300 / 9315
Vice-Presidente Regional: Caminhos da Mata – Cláudio Márcio Souza (Tanguá)	secmarcio@gmail.com	(21) 2747-4113 / 8509-6448
Vice-Presidente Regional: Caminhos da Serra – Mario Alfredo Vieira Botelho (Cordeiro)	ict@cordeiro.rj.gov.br	(22) 9962-9784 / 2551-4243
Vice-Presidente Regional: Costa Doce – Lúcio José de Jesus (Campos dos Goytacazes)	ljesus2010@gmail.com	(22) 9898-9250
Vice-Presidente Regional: Águas do Noroeste – Jefferson Leite (Itaperuna)	turismo@itaperuna.rj.gov.br	(22) 3824-6297
Vice-Presidente Regional: Região Caminhos das Colônias – João Marcos Gomes de Pinho	marcospinho@globo.com	(24) 2255-1729
		(instituído em 2/12/1997)

Fonte: <http://festrj.com.br> (out/2011)

Membros dos Conselhos de Turismo do Subpolo Costa Verde – Polo Litoral

FORUM REGIONAL DE TURISMO DA COSTA VERDE	COMPOSIÇÃO	REPRESENTANTES / CONTATO
Municípios e Secretarias	Angra dos Reis	Presidente: Ana Paula Ueti
	Itaquaí	(24) 3365-2865 / (24) 7812-2444
	Paraty	vueti@uol.com.br / anapaula@ilha grande.org.br
	Mangaratiba	
	Rio Claro	Secretária Executiva: Rita de Cássia C. do Sacramento
Outras Entidades	Ministério do Turismo	(24) 3369-7708
	TurisRio	tur.planejamento@angra.ri.gov.br
	Sebrae RJ	
	trade turístico	
	Sociedade civil organizada	
Data de Criação: 19 de agosto de 2008		
Estatuto: Sim		
DESTINOS INDUTORES (MTur)	COMPOSIÇÃO	CONTATO
Grupo Gestor de Angra dos Reis	TurisAngra	turisangra@angra.ri.gov.br / www.turisangra.com.br
	Convention Bureau Angra dos Res	anracvb@gmail.com
	Secretaria / Fundação de Turismo de Angra	tur.planejamento@angra.ri.gov.br
	Secretaria de Meio Ambiente	sma.apca@angra.ri.gov.br
	Setor Privado	
	Sociedade Civil Organizada	
Grupo Gestor de Paraty	Secretarias, ONGs e setor privado:	http://grupoaestormardecultura.wordpress.com/
	Convention Bureau Paraty, Trade Hoteis	
	Ass. Casa Azul, Ass. Paraty Cultural	
	Trade Bares e Restaurantes, Trade Agencias	
	Parque Nacional da Serra da Bocaina, IPHAN, FUNAI	
	Instituto Historico e Artístico de Paraty (IHAP)	
Colônia Z18, Secretarias, SEBRAE		
CONSELHOS MUNICIPAIS	REPRESENTANTES	CONTATOS
Angra dos Reis	Marcus Vinicius Barbosa e Rita Carreira	(24) 3367-7518/3367-7992 turisangra@angra.ri.gov.br
Paraty	Amaury Barbosa	http://www.comturparaty.com.br/
Mangaratiba – Projeto de Lei em Tramitação	Kelly Nascimento	(21) 3789-9036
Rio Claro – Não atuante	Fábio Valle de Oliveira	(24) 3332 3072

Fonte: TurisRio (out/2010)

Membros dos Conselhos de Turismo do Subpolo Metropolitano – Polo Litoral

CONSELHO REGIONAL DE TURISMO METROPOLITANO	COMPOSIÇÃO	REPRESENTANTES / CONTATO
Municípios e Secretarias	-	-
	-	-
Outras Entidades	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
	-	-
Data de Criação:	-	-
Estatuto:	-	-
DESTINO INDUTOR (MTur)		
Rio de Janeiro	sem informações	
CONSELHOS MUNICIPAIS	REPRESENTANTES	CONTATO
Rio de Janeiro – em formação	-	-
Niterói – inexistente	-	-

Fonte: TurisRio (mar/2010)

Membros dos Conselhos de Turismo do Subpolo Costa do Sol – Polo Litoral

CONSELHO REGIONAL DE TURISMO DA COSTA DO SOL – CONDETUR	COMPOSIÇÃO	REPRESENTANTES / CONTATO
Municípios e Secretarias	Búzios	Presidente: Octavio Mateus Martins
	Cabo Frio, Iguaba Grande	(21) 3575-0790 / 9982-8727
	Araruama, Macaé	octavio@convencional.com.br
	Arraial do Cabo, Maricá	(C&VB Búzios e Representante Regional da BITO)
	Carapebus, Quissamã	
	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras	Vice (setor publico): Decio Marco de Souza
	São Pedro da Aldeia e Saquarema	(22) 8823 3132/ dms@pero.com.br
Outras Entidades	Ministério do Turismo, Secretaria de	
	Estado de Turismo, Esporte e lazer	Vice (setor privado): Marco Navega
	TurisRio, Sebrae, Senac, ABAV	(22) 9962 8030 / marconavega@gmail.com
	Associações Comerciais, Associações setor turismo	
	Sindicato dos Guias de Turismo	Secretario: Marco Antonio Barreto Simas
	Federação do Convention Bureau	
	ABIH, ABB TUR, ABEOC, CDL	Suplente: Ana Claudia Melo Vieira
	ABRASEL, UFF, CEFET, UVA,UNESA	SEBRAE/RJ – Secretária Executiva Suplente
ABRAJET, FEST, SIND HOTEIS BARES	(22) 2643-0805 / (21) 8762-7579	
Data de Criação: 18 de dezembro de 2008		acvieira@sebraerj.com.br / rsilveira@sebraerj.com.br
Estatuto: Sim		
DESTINO INDUTOR (MTur)	COMPOSIÇÃO	CONTATO
Grupo Gestor de Armação de Búzios	Isac Tillinger – Secretaria de Turismo de Búzios	
	Janice Maria Kunrath – ABIH de Búzios	
	Sergio de Mello – TURISRIO	(22) 2220 2834 / sergio@turisrio.rj.gov.br
	Ana Cláudia Melo Vieira – SEBRAE RJ Regional Baixada Litorânea	
	Octavio Martins – CONDETUR	(22) 9982 8727 / octavio@convencional.com.br
	Thomas Weber – Sindicato dos Hotéis de Búzios e AHB – Associação dos Hotéis de Búzios	
	Sergio Rebora – Convention & Visitors Bureau de Búzios	(22) 2623 6655 / gerencia@dosreis.com.br
	Kelly Coutinho – Ass. de Passeios Marítimos de Búzios	
Enrique Alvarez – Ass. das Pousadas de Búzios	(22) 2623 6120 / acquarelapousada@globo.com	
CONSELHOS MUNICIPAIS	REPRESENTANTES	CONTATO
Cabo Frio	Presidente: Gustavo Beranger	8124-6657/gustavoberanger@yahoo.com.br
Arraial do Cabo	Presidente: Márcia Augusta Araujo	22 2622 4751 (Pousada Timoneiro)

Fonte: TurisRio (out/2010)

Representantes governamentais municipais do Polo Litoral

SUBPOLO	MUNICÍPIO	ENDEREÇO			TELEFONE		E-MAIL	WEB SITE
Região Metropolitana	1. Rio de Janeiro	Antonio Pedro Viegas F.de Mello	Pça. Pio X, 119 / 10º andar – Centro	20.040-020	(21) 2976-7310	(21) 2271-7000	valeria.riotur@hotmail.com	www.rioguiaooficial.com.br
	2. Niterói	José Mauro Chafic Haddad	Est. Leopoldo Fróes, 773 – São Francisco	24360-005	0800-282-7755	(21)2710-2727	presidente@neltur.com.br	www.neltur.com.br
Costa Verde	3. Angra dos Reis	Daniel Rabha Nunes Santiago	Av. Júlio Maria n° 10 – Centro	23.900-512	(24) 3367.7866	(24) 3368.4372	turisingra@angra.rj.gov.br	www.angra.rj.gov.br
	4. Paraty	Renata Castro	Av. Roberto Silveira, n° 1 – Centro	23.970-000	(24) 3371-1897	(24) 3371-1897	turismo@pmparaty.rj.gov.br	www.pmparaty.rj.gov.br
	5. Mangaratiba	Vitor Tenório Santos	Pç. Robert Simões, 92 – Centro	23.860-000	(21) 3789-9036	(21) 3789-9016	turismo.mangaratiba@hotmail.com.br	www.mangaratiba.rj.gov.br
	6. Rio Claro	Ronaldo Lupi	Av. João Batista Portugal, 230 – Centro	27.460-000	(24) 3332-1292	(24) 3332-1717	comunica@rioclaro.rj.gov.br	www.rioclaro.rj.gov.br
Costa do Sol	7. Armação de Búzios	Cristiano Marques	Av. José Bento R. Dantas, Km 5 – Manguinhos	28.950-000	(22) 2633-6200	(22) 2623-3966	sectucbuzios@gmail.com	www.destinobuzios.com.br
	8. Cabo Frio	Carlos Victor da Rocha Mendes	Largo Santo Antônio, 131 – Itajurú	28.905-060	(22) 2647-1689	(22) 2647-6227	turismo@cabofrio.rj.gov.br	www.cabofrioturismo.rj.gov.br
	9. Araruama	Mauri Delanes	R. República da Argentina, 502 – Parque	28.960-000	(22) 2665-5223	(22) 2665-2121	araturismo@gmail.com	www.araruama.rj.gov.br
	10. Iguaba Grande	Paulo César Rito Nunes	Rod. Amaral Peixoto n° 227 – Cidade Nova	28.960-000	(22) 2624-4466	(22) 2624-3275	sectur@iguaba.rj.gov.br	www.iguaba.rj.gov.br
	11. São Pedro D'Aldeia	Anibal Coura Junior	Av. Francisco Coelho Pereira, 255	28.940-000	(22) 2621-6376	(22) 2621-1559	turismo@pmspa.rj.gov.br	www.pmspa.rj.gov.br
	12. Casimiro de Abreu	Bruno Gonçalves Bastos	R. São João, 52 – Barra de São João	28.860-000	(22) 2774-5550	(22) 2774-5434	brunosecturcasimiro@gmail.com	www.casimiro.rj.gov.br
	13. Arraial do Cabo	Marco Antônio Barreto Simas	Rod. General Bruno Martins Km 5, Pórtico	28.930-000	(22) 2622-1949	(22) 2620-5183	turismo@arraial.rj.gov.br	www.arraial.rj.gov.br

ANEXO II – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DA EQUIPE

ALEXANDRE SANTOS – Supervisão Técnica

Mestre em Geografia Humana (IGC/UFRJ – 1989), com Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Universidade Santa Úrsula RJ – 1974), e Especialização em Desenvolvimento Urbano (ENSUR/IBAM – 1978). Sua experiência se concentra nas áreas de Planejamento Governamental, Desenvolvimento Urbano, Políticas Públicas, Gestão de Organizações Não Governamentais e Desenvolvimento Social. É sócio-gerente da Empresa Diálogo Assessoria e Consultoria em Projetos Urbanos e Sociais Ltda. e Superintendente da área de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), desde 2004. Foi assessor da Secretaria Executiva da COMUNITAS (2002/2004), Coordenador Adjunto da Unidade de Gerenciamento do Programa *Parcerias entre Sociedade Civil e Estado* – Conselho da Comunidade Solidária – Banco Interamericano de Desenvolvimento – UNESCO – (1998/2002); Assessor de Planejamento e Organização da Superintendência Geral do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM 1996/1998); Coordenador Geral de Planejamento Setorial do Ministério da Ação Social (1990/1992); Coordenador dos programas de capacitação da Escola Nacional de Serviços na área de Desenvolvimento Urbano (1992 /1996); Coordenador do Curso de Metodologia e Projetos de Desenvolvimento Municipal e Urbano – CEMUAM – Escola Nacional de Serviços Urbanos (ENSUR / IBAM 1978/1987); Assessor Técnico do Grupo Especial da Diretoria de Engenharia – GEDEN da Rede Ferroviária Federal SA – RFFSA (1975 / 1978); Membro do Grupo de Trabalho de Estudos e Proposição da Regionalização do Estado do Rio de Janeiro – GT – Fusão dos Estados do Rio de Janeiro e Guanabara – 1975. Dentro dessas instituições atuou como técnico, coordenador e colaborador de diversos projetos.

MARIA CRISTINA Tiná SOARES DE ALMEIDA – Coordenação Técnica

Pós-graduada em Gestão Ambiental pela COPPE/UFRJ (1998), com graduação em Arquitetura e Urbanismo (UFBA – 1974). Arquiteta do Governo do Estado do Rio de Janeiro (1979/2000), atuou na Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM (1979/88) e na Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários e Assentamentos Humanos do Rio de Janeiro – SEAF (1989/91). Foi Coordenadora de Planejamento e Educação Ambiental da Secretaria de Meio Ambiente da Cidade do Rio de Janeiro – SMAC (1992/96), Chefe-substituto do Parque Nacional da Tijuca/IBAMA (1997/98) e Chefe da Assessoria Técnica do gabinete da Gerência Executiva do IBAMA/RJ (1999/00). É sócia gerente da R & T Arquitetos Associados Ltda. desde 1987. Consultora de diversas organizações e instituições nas áreas de planejamento e gestão ambiental e cultural: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal; IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / 6ª SR; IBG – Instituto Baía de Guanabara; Instituto Terrazul; IPHAN/ 6ª SR Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; UNESCO Brasil; Instituto de Conservação Ambiental – *The Nature Conservancy* do Brasil; e DBE – *Société d'Études en Environnement et Communication*.

CLARICE ANTOUN MARTINHO – Assistente, Gerência de Projetos

Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ – 2009), com graduação em Ciências Econômicas (IE/UFRJ – 2006) e Pós-Graduação *latu-sensu* em Planejamento Urbano e Uso do Solo (IPPUR/UFRJ – 2006). Sua experiência se concentra na área de

pesquisa e planejamento regional, especialmente Economia Fluminense. É Consultora do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), onde atuou como consultora executiva do Plano Estratégico de Desenvolvimento Econômico Local do Município de Macaé. Atuou como consultora de outros órgãos e empresas, como Oikos Pesquisa Aplicada, Ministério da Integração Nacional, Prefeitura do Rio de Janeiro, e Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Na área acadêmica participou como pesquisadora associada do Laboratório Economia, Estado e Território (LESTE/IPPUR/UFRJ).

RICARDO MORAES – Assistente, Programação e Monitoramento

Arquiteto e Urbanista pela Universidade Gama Filho – UGF/RJ (1982), com Pós-graduação em Metodologias para o Desenvolvimento Municipal e Urbano (ENSUR/IBAM – 1988). Sua experiência se concentra na elaboração de planos diretores e legislação urbanística, incluindo a assessoria direta às equipes locais. Assessor Técnico do Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, desde 1989, e Coordenador na Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – DUMA, integrando os quadros da Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR. Atualmente coordena o tema da acessibilidade no IBAM, incluindo o Projeto Município e Acessibilidade, na parceria do Instituto com a SEDH – Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/DPDH/CORDE/Ministério da Justiça e a UNESCO. Tem experiência como técnico da SM de Planejamento da Prefeitura de Dourados/MS (82/88), na área de planejamento urbano e na chefia da Divisão de Organização e Métodos. Consultor técnico para a CORDE/SEDH/MJ na regulamentação da LF 10098, incluindo a relatoria no tema da acessibilidade na IV Conferência das Cidades (CDUI 2002).

IARA VEROCAI – Assistente, Análise de Viabilidade

Arquiteta graduada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalha no campo da política e da gestão ambiental desde 1975, tendo se dedicado ao desenvolvimento de diversos instrumentos de política ambiental, ao planejamento ambiental e à análise e ao fortalecimento institucional de entidades públicas de meio ambiente. Dos instrumentos de política ambiental, participou de diversas atividades de consultoria referentes ao desenvolvimento técnico e processual e à aplicação da avaliação ambiental estratégica.

GUSTAVO RABELLO – Suporte de Pesquisa

Psicólogo (PUC/RIO 2004), mestrando em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), sua experiência se concentra nas áreas de desenvolvimento e meio ambiente na construção coletiva e pactos de sustentabilidade e que demarcam intensa atividade de pesquisa. É consultor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) desde 2006, assumindo cargos de assessor técnico, consultor e coordenador de projetos. Entre estes se destacam: Projeto de elaboração de materiais escritos e articulação institucional para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, do Ministério do Turismo (2006); Projeto Comunidade, uma parceria IBAMA/ISER, no sul da Bahia, no contexto das ações de responsabilidade social das empresas Aracruz Celulose e Suzano Papel e Celulose (2007/2008); Técnica no Projeto Avaliação dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local – CONSAD (2008); e de Construção Participativa de Programa

de Educação Ambiental para a região da Costa Verde, Estado do Rio de Janeiro, no contexto do licenciamento da implantação da Usina de Angra 3 (ELETRONUCLEAR), no qual exerceu o cargo de Coordenação Técnica (2008/2009).

GUSTAVO ELPES – Apoio de Pesquisa

Cientista Social (IFCS/UFRJ, 2008), mestrando em Sociologia e Antropologia (IFCS/UFRJ). Sua experiência se concentra na área de pesquisa sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro, com ênfase na revisão de interpretações clássicas da formação da sociedade brasileira, assim como a dimensão heurística inerente a estas e o processo de construção cognitiva do campo das Ciências Sociais. Atuou na redação do relatório de pesquisa em projeto sobre crianças e adolescentes em situação de rua diante a prevenção do HIV/AIDS (Se essa Rua fosse Minha/Escola/UNICEF, 2010). Assumiu função de suporte a pesquisa em projeto sobre Determinantes Sociais da Saúde (EBAPE/FGV-RJ, 2009). Sua prática se estendeu, ainda, a pesquisas sobre linguagem cinematográfica, desigualdades e representações raciais no Brasil, e ao aprendizado de técnicas de realização cinematográfica (no âmbito do Instituto Brasileiro de Audiovisual/Escola de Cinema Darcy Ribeiro, 2005).

EVANELZA SABINO QUADROS – Especialista em Cartografia e Sistemas de Informações Geográficas – SIG

Geógrafa (UERJ-1997). Atuou como Assessora técnica do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (2002/2010 e 1991/1999), em diversos projetos nas áreas de Geoprocessamento, Implantação de Sistema de Informações Geográficas e Cadastro Técnico de prefeituras em projetos de Implantação de Rede de Informações, de Gestão Ambiental, Plano Diretores, entre outros, prestados para governos e empresas de diversos estados do Brasil. Foi Assessora técnica da empresa CI Consultoria e Informática Ltda. (1999/2001), onde participou da Montagem da base cartográfica digital do Município do Rio de Janeiro para o projeto CADURB da Secretaria Municipal de Urbanismo (SMU-RJ); Treinamento de funcionários da SMU-RJ para o uso dos *softwares* ARC VIEW e ATLAS-GIS, Consultoria e suporte técnico a usuários dos Sistemas de Informação Geográfica; e Supervisão de equipe de geoprocessamento voltada para a montagem de bases de dados e de bases cartográficas digitais para diversos clientes, destacando-se: IBGE, SMU-RJ, VESPER, NUSEG/UERJ, LIGHT, TSE.

CLAUDIO ANTONIO GONCALVES EGLER – Consultor para o tema “Dinâmica Regional”

Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1974) com mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979) e doutorado em Economia pela Universidade Estadual de Campinas (1993). Tem experiência nas áreas de Geoeconomia, Desenvolvimento Regional e Gestão do Território, tendo realizado estudos e pesquisas sobre a América do Sul, a Zona Costeira Brasileira e o Nordeste semiárido.

BIANCA BORGES MEDEIROS SANTOS – Consultor para o tema “Dinâmica Regional”

Especialista em Gestão Ambiental (UFRJ/2011), com graduação em BScGeografia (UFRJ/2010). Sua experiência se concentra nas áreas de Gestão e Planejamento

Ambiental do Território, Manejo de Áreas Protegidas e Geografia Regional. Atuou como Consultora Temática no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) como subsídio ao Programa de Desenvolvimento do Turismo no Rio de Janeiro (PRODETUR/RJ) no mapeamento de investimentos estruturantes no Rio de Janeiro para o horizonte de 2007–2020.

MARIA DA GRAÇA NEVES – Consultora para o tema “Governança e Desenvolvimento Local”

Doutora em Planejamento Urbano (Universidade da Califórnia – UCLA 1977), com graduação em Administração (EBAP/FGV-RJ – 1971), e mestrado em Engenharia de Produção (COPPE/UFRJ – 1976). Sua experiência se concentra em todas as atividades realizadas no campo das políticas sociais, cuja implementação é dependente da articulação entre os diversos agentes sociais envolvidos, de maneira geral, constituem projetos em administração e gestão governamentais. Possui formação complementar gerenciamento de políticas públicas, especialmente de gênero, e publicações pelo IBAM, BID, IPEA, UNICEF e PNUD, sobre os temas de descentralização, autonomia municipal e indicadores de gênero. É Assessora Técnica da Área de Organização e Gestão do IBAM desde 2002. Foi Assessora Especial da Secretaria Municipal de Urbanismo do Rio de Janeiro (1997/2000), Supervisora de Informações Gerais da FININVEST S.A (1985/1987), Técnica de Nível Superior da SUDENE (1981/1985), Assessora da Presidência e Técnica Senior de Planejamento da FUNDREM (1979).

MIRIAM DANOWSKI– Consultora para o tema “Governança e Desenvolvimento Local”

Mestre em Planejamento Urbano e Regional (PUR/COPPE–UFRJ – 1981), formação em Arquitetura e Urbanismo (FAU–UFRJ – 1973), desenvolveu sua prática profissional nos três níveis de governo. No âmbito municipal, fez parte da equipe técnica da Secretaria de Urbanismo, na Prefeitura de Armação dos Búzios, de 2001 a 2002 e de 2005 a 2008, envolvida, entre outros projetos, na elaboração do Plano Diretor Municipal e Legislação Urbanística complementar. Na administração estadual, integrou os quadros da FUNDREM, de 1977 a 1989, em atividades de assistência técnica aos municípios da Região Metropolitana do Rio, e projetos relativos à preservação ambiental, tendo chefiado o Setor de Políticas Urbanas. No presente momento, desde 2009, faz parte da Coordenadoria de Regularização Fundiária da Secretaria do Patrimônio da União, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, onde também participou da equipe do Projeto Orla, em cujo âmbito, a SPU–RJ compõe a Coordenação Estadual, juntamente com o INEA. Prestou também consultorias na área ambiental, tendo participado do Plano Diretor da Área de Proteção Ambiental do Pau–Brasil (através da Ambiental Engenharia, em 2002) e do Projeto “Rio, Paisagem Cultural”, com vistas à candidatura da cidade do Rio de Janeiro à Patrimônio da Humanidade/UNESCO (através da R&T Consultoria Ambiental e Urbanística, em 2004). Igualmente, prestou consultoria na área de Patrimônio Histórico/Cultural, com destaque para o Projeto “Caminhos Singulares no Estado do Rio de Janeiro” – Propostas de implantação de roteiros turístico–culturais a partir dos bens remanescentes do ciclo do açúcar. (UNESCO / INEPAC / SEBRAE, de 2003 a 2004) e para o Projeto Inventário das Fazendas de Café do Vale

do Paraíba Fluminense (INEPAC/Instituto Light/Instituto Cultural Cidade Viva, em 2009).

ANA MARIA SIEMS FORTE – Consultora para o tema “Produtos e Infraestrutura Turística e Gestão da Economia do Turismo”

Mestre em Projetos Sociais e Bens Culturais (CPDOC/FGV – 2005), com graduação em MUSEOLOGIA (Faculdades Integradas Estácio de Sá – 1985); pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável (CD/UNB – 2000),. É Secretária Executiva do Instituto para o Desenvolvimento da Economia do Indivíduo do Ambiente e da Sociedade (IDEIAS) que atua nas áreas de turismo e cultura. Sua experiência acumulada se concentra em projetos de turismo no Estado do Rio de Janeiro e em projetos de gestão de políticas públicas, em especial junto à EMBRATUR. Foi consultora do SEBRAE RJ nos projetos de turismo das regiões Costa do Sol, Costa Verde, Agulhas Negras, Serra Verde Imperial, com a realização de estudos, pesquisas, inventários turísticos e oficinas de planejamento estratégico orientado a resultados (GEOR). Da mesma forma atuou em órgãos como Fundação Nacional pro-Memória / Instituto Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria Nacional de Cultura, EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo e Universidade Católica de Brasília.

HEITOR DE BRITO CINTRA – Consultor para o tema “Produtos e Infraestrutura Turística e Gestão da Economia do Turismo”

Mestre em Ciência Ambiental (PGCA/UFF – 2004), com graduação em Engenharia Mecânica (Universidade Católica de Petrópolis–UCP – 1976) e Pós-graduação em Engenharia do Meio Ambiente (UFRJ – 1994). Sua experiência se concentra na área de Consultoria em projetos de turismo no estado do Rio de Janeiro e em projetos de planejamento e gestão em políticas públicas de turismo, em planos e programas de desenvolvimento turístico e em termo de ajuste de conduta relacionados a projetos que impactam ao ambientes natural, cultural e social. Serviços prestados em programas e projetos contratados ou com a chancela da EMBRATUR, SEBRAE etc. É professor assistente nos cursos de Turismo e Engenharia Civil na Universidade Católica de Petrópolis e Professor Assistente nos cursos de Turismo, Engenharia Ambiental na Univercidade, além de consultor associado da empresa Instituto Idéias.

RUI ROCHA VELLOSO – Consultor para o tema “Patrimônio Histórico/Cultural e Desenvolvimento Urbano”

Arquiteto pela Faculdade Nacional de Arquitetura (1967) da antiga Universidade do Brasil, atual UFRJ, com especialização em Projetos de Desenvolvimento Urbano pelo CENDEC/ IPEA/BANCO MUNDIAL (1979). Arquiteto do Governo do Estado do Rio de Janeiro (1977/2001), onde atuou na Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM, na Secretaria de Estado de Assuntos Fundiários – SEAF (1989/91), na Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SOSP (1991/96), no Instituto INEPAC (1996/99) e na Secretaria de Estado de Meio e Ambiente e Desenvolvimento Sustentável/SEMADS (2000/01). Professor Adjunto IV aposentado do Departamento de Arquitetura –TAR, da Universidade Federal Fluminense – UFF, onde atuou como professor em disciplinas de teoria e projeto de arquitetura e patrimônio cultural (1975/2006), Chefe do TAR (2002/06) e Membro do Conselho Universitário (2001–03). Atuou como conselheiro no Conselho Estadual

de Tombamento, da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro (1999/2005) e no Conselho Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Niterói (2001/2003). É sócio-gerente da firma R & T Arquitetos Associados Ltda., desde 1987. Consultor de diversas organizações e instituições, nas áreas de projeto de edificações e de urbanização, planejamento urbano e gestão cultural: IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal; IPHAN/6ª SR Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional; Usina Termelétrica Norte Fluminense SA; AGRAR – Consultoria e Estudos Técnicos S/C Ltda.

SONIA LUCIA PEIXOTO – Consultor para o tema “Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental”

Bióloga (Universidade Santa Úrsula, 1977), mestranda do Programa Eicos (Meio Ambiente, Cidadania e Inclusão Social), UFRJ / 2008. Pertence a Sociedade Brasileira de Economia Ecológica – ECO-ECO. Sua experiência se concentra nas áreas de gestão de unidades de conservação, e em países como Brasil, França (2005) e África do Sul (2003). Atuou como consultora do Programa Nacional para a Mata Atlântica (PNMA – 2008), professora da Secretaria de Educação do Município do Rio de Janeiro (1987/2008), Diretora do Parque Nacional da Tijuca (2001/2007), do Parque Lage (1999/2001) e Assessora Técnica da Superintendência do IBAMA/RJ (1990/1994).

FELIPE CRONEMBERGER – Consultor para o tema “Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental”

Mestre em Ciência Ambiental (UFF– 2009), com graduação em Biologia (Santa Úrsula 2004), e Pós-Graduação em Análise e Avaliação Ambiental (PUC/RJ – 2006). Sua experiência se concentra nas áreas de planejamento e gestão ambiental. Atuou como Consultor e Colaborador em diversos projetos: Ensino e Elaboração da base de dados do ZEE – Zoneamento Ecológico Econômico do Rio de Janeiro utilizando plataforma ARCGIS (INEA/SEA 2009); Projeto de elaboração de uma base de dados (geo) referenciada para a evolução histórica da malha ferroviária do Brasil (NEMESIS – IPEA / 2007); também elaboração de base de dados do Projeto Climate Change: Energy Security, projeção dos cenários climáticos, período 2000–2010 (PPE/COPPE/UFRJ – 2007/2009); Mapeamento do Uso e Cobertura do Solo no âmbito do Zoneamento Ecológico-Econômico do estado do Rio de Janeiro (UFRJ/SEA – 2008); Estudo de Impacto Ambiental do asfaltamento da estrada parque de Visconde de Mauá (FEEMA/SEOBRS – 2009); Projeto da Estrada parque Visconde de Mauá análise preliminar do projeto básico existente (SEOBRS/UERJ – 2008/2009); Projeto de Pesquisa “A Observação Internacional do Impacto do COMPERJ sobre os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs) nos Municípios do CONLESTE” (UFF – 2007/2010).

VICTOR ZULAR ZVEIBIL – Consultor para o tema “Saneamento Ambiental”

Doutor em Ciências – Políticas Públicas e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública – ENSP/FIOCRUZ (2003), com graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Mackenzie de São Paulo (1978); Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional, Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia – COPPE/ Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – 1980. Foi Secretário Nacional de Qualidade Ambiental do Ministério

do Meio Ambiente no período 2004/2007, responsável pelas políticas nacionais para o licenciamento ambiental; programas de resíduos sólidos urbanos; mudanças climáticas. De 1990 a 2010 trabalhou no Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM), como Superintendente e Coordenador Técnico da Área de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, responsável por coordenação de projetos de consultoria, preparação de planos de saneamento ambiental, através de processos participativos e compatibilizados com o novo marco legal para o saneamento básico; recuperação de sítios contaminados e revitalização urbana associados; gestão de resíduos sólidos, professor da Escola Nacional de Serviços Urbanos – ENSUR, nesses temas, entre outros ao longo dos anos que esteve no Instituto.

ANEXO III – LISTA DE PRESENÇA DO SEMINÁRIO INTERNO

SEMINÁRIO AAE/PRODETUR					
24 de março de 2010 / IBAM/RJ					
nome	instituição	cargo	e-mail	telefones	
1 Alexandre Santos	IBAM	superintendente	alexandre@ibam.org.br	2356-9750	
2 Ana Cláudia Paraneze	UCP/PRODETUR	assessora	paraenseana@yahoo.com.br	9972-3147	
3 Bruno Sasson	UCP/PRODETUR	coordenador	bruno.sasson@vicegovernadoria.rj.gov.br	2333-1484	
4 Carmen Lúcia Petraglia	SEOBRAS	coordenadora	clucia01@globo.com	2333-1485	
5 Clarice Costa Gomes Pinto	SEA/SIGA	assessora	claricecosta@gmail.com	2334-5897	
6 Denise Urias Levy	IDB/ESG	especialista	denisel@iadb.org	202 623-3111	
7 Eloisa Elena Torres	UCP/PRODETUR	superintendente	torres.elo@gmail.com	8596-5608	
8 Erika Campagnoli	INEA	assessora	erikacampagnoli@gmail.com	2332-5516	
9 Felipe Matos Cronenberger	IBAM	consultor	felipecron@yahoo.com	9103-2927	
10 Gustavo Rabello	IBAM	consultor	gustavuuu@gmail.com	9191-1494	
11 Heitor Cintra	IBAM/IDEIAS	consultor	heitorcintra@gmail.com	2522-2421	
12 Joseph C. Milewski	IDB/CBR	especialista	josephm@iadb.org	(61) 3717-4128	
13 Luciana Amado Guimarães	MTUR	analista	luciana.guimaraes@turismo.gov.br	(61) 2023-7273	
14 Manuela Torres Tambellini	INEA	assessora	manuelatambellini@yahoo.com.br	2332-5523	
15 Maria Cristina Soares de Almeida	IBAM	coordenadora	tina_almeida@terra.com.br	2221-7558	
16 Maria Graça Ribeiro das Neves	IBAM	assessora	mneves@ibam.org.br	2536-9800	
17 Paulo Costa	SEOBRAS	superintendente	pcesar@obras.rj.gov.br	2333-0896	
18 Paulo Gusmão	IBAM	consultor	ppg.gusmao@gmail.com	2710-0252	
19 Rui Velloso	IBAM	consultor	ruiveloso@terra.com.br	2221-7558	
20 Sônia Peixoto	IBAM	consultora	soniapeixoto@terra.com.br	2254-0048	

ANEXO IV – CRONOGRAMA FÍSICO

METAS/ ETAPAS	MÊS1	MÊS2	MÊS3	MÊS4	MÊS5	MÊS6
META 1 - PREPARAÇÃO DO ESTUDO						
ETAPA 1.1 Mobilização e Preparação da Equipe						
ETAPA 1.2 Planejamento do Seminário Interno						
ETAPA 1.3 Preparação de Trabalhos de Campo						
META 2 - METODOLOGIA PARA ELABORAÇÃO DA AAE						
ETAPA 2.1 Resultados do Seminário Interno						
ETAPA 2.2 Consolidação / aprofundamento dos Objetivos da AAE						
ETAPA 2.3 Detalhamento da Metodologia para a Elaboração da AAE						
META 3 - DIAGNÓSTICO INTEGRADO						
ETAPA 3.1 Consulta aos agentes sociais relevantes						
ETAPA 3.2 Linha de Base dos Polos e Regiões						
ETAPA 3.3 Diagnostico Integrado						
META 4 - CENARIZAÇÃO						
ETAPA 4.1 Visão de Futuro						
ETAPA 4.2 Construção Cenários de Referencia						
ETAPA 4.3 Construção Cenários Desenvolvimento PRODETUR						
ETAPA 4.4 Avaliação Comparativa dos Cenários						
ETAPA 4.5 Construção Cenários de Desenvolvimento e Sustentabilidade						
META 5 - VERSÃO PRELIMINAR DA AAE						
ETAPA 5.1 Conclusões e Recomendações						
ETAPA 5.2 Monitoramento do Programa						
META 6 - VERSÃO FINAL DA AAE						
ETAPA 6.1 Validação AAE						
ETAPA 6.2 Versão Final AAE						
ETAPA 6.3 Resumo Executivo						

ANEXO V – QUADROS DOS INDICADORES SEGUNDO TEMA ESTRATÉGICO

Tema: Dinâmica Regional

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FBR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
				indicador estratégico	outros indicadores				
ecológica e ambiental	edução de índices de urbanização	edução da área de cobertura vegetal em estágio de conservação	edução de índices de biodiversidade	edução da área total correspondente a UCs de proteção integral e uso sustentável		edução do uso ou ocupação do solo com destaque para usos urbanos, explicando pressões sobre remanescentes florestais e por extensão sobre os demais componentes do ambiente	mapeamentos de uso e cobertura do solo realizados pelo PROBO (MMA, 2004 - ano base 2000) e pelo ZEE do ERJ (SEA, 2010 - ano base 2007)	relacionados à necessidade de validar informações de fontes secundárias e resultados preliminares gerados pela equipe	projeções de cenários baseadas nos dados fornecidos pelo projeto Estratégias e Ações para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica do ERJ (2009) e na equação de curva espaço-área descritas por Strabourg et al. (2009) para os biomas brasileiros
econômica	edução da composição do PIB	edução da participação do setor serviços na composição do PIB	variação nos postos de trabalho do setor serviços face aos totais de postos de trabalho	apoio à formação/consolidação de Arranjos Produtivos Locais Turísticos	variação no número de visitantes e a oferta de serviços	adistribuição espaço-temporal das atividades econômicas refletida no cenário da dinâmica das regiões	Fundação CIDE (CITE/CEFER), Ministério do Trabalho (RA) e SEMBRATUR (Ministério do Turismo)	relacionados à necessidade de validar informações de fontes secundárias e resultados preliminares gerados pela equipe	não há previsão de restrições quanto à projeção de cenários
sociocultural	taxa de crescimento urbano	taxa de cobertura de serviços de saneamento	incidência de doenças correlacionadas à infraestrutura de saneamento	investimentos em infraestrutura urbana		adistribuição espaço-temporal das contingentes populacionais e da qualidade do ambiente (sobretudo nas áreas urbanas) refletida no cenário da dinâmica das regiões	Censos e contagem de população do IBGE	relacionados à necessidade de validar informações de fontes secundárias e resultados preliminares gerados pela equipe	salvo em caso de limitações impostas pelas bases de dados, não há previsão de restrições quanto à projeção de cenários
político-institucional	distribuição espacial espacial dos investimentos estruturantes que exercem influência territorial do objeto do PRODETUR	posição relativa da economia do turismo no contexto das economias dos Rios e Sítios	sinergias e conflitos entre os investimentos estruturantes e a economia do turismo (PRODETUR)	políticas públicas de ordenamento territorial em âmbito regional		adistribuição espacial dos investimentos estruturantes são considerados determinantes/condicionantes da dinâmica das regiões	Relatórios de Acompanhamento do PAC, internet, imprensa e revistas	relacionados à necessidade de validar e complementar informações de fontes secundárias	os resultados do tratamento desses indicadores serão qualitativos e o total deverão ser considerados para a construção dos cenários previstos na AAE

Tema: Desenvolvimento Urbano

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FEIR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
				indicador estratégico	outros indicadores				
ecológica e ambiental	Mudanças do uso do solo urbano	Cobertura Vegetal	Alteração de microclima e de outras condições ambientais	Utilização de terrenos e fontes de energia limpas	Ações de recuperação ambiental	A utilização de terrenos e fontes de energia limpas no setor turístico na administração pública é considerada pelo PDII como um indicador estratégico, relacionado às ações para o aumento da competitividade dos destinos turísticos	Banco de dados do IBGE, FEIS dos ZEE dos órgãos locais de licenciamento e de gerenciamento de tráfego do CPTC, Coura INMT, do PROCEL e seus programas e do RELuz	observações em campo, levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
	Taxa de monitorização								
econômica	Dinâmica econômica-características	Distribuição das atividades sobre o território	Perda de arrecadação fiscal	Incentivos fiscais/ empreendimentos e atividades turísticas		Identificar instrumentos fiscais de fomento ao turismo existentes nas administrações locais, como o conjunto de outros instrumentos existentes nas instâncias estadual e federal.	Orçamentos e contas municipais, banco de dados do IBGE, do ZEE, da Fundação CEFERJ e do SEBRAE RJ	levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
sociocultural	Assentamentos urbanos formais e informais	Qualidade do ambiente construído	Aumento da vulnerabilidade urbana	Intervenções em requalificação urbana	Intervenções em atrativos turísticos existentes	A requalificação física está entre as principais respostas ao processo de perda de qualidade do ambiente urbano, seja em relação à deterioração do quadro construído, seja em relação à vulnerabilidade de áreas urbanas a eventos naturais destrutivos	Banco de dados do IBGE, do ZEE e da Fundação CEFERJ, documentos e categorias disponíveis nas secretarias municipais de urbanismo e/ou de meio ambiente	observações em campo, levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
		Áreas de risco ocupadas			Identificação de novos atrativos turísticos				
político-institucional	Dinâmicas recentes sobre a estrutura político-administrativa	Quadro atual dos instrumentos de controle urbano	Perda de controle urbano	Plano Diretor Urbano aprovado e legislação complementar e implementação		Existência de Plano Diretor aprovado e implementação é um das condições de resposta aos aspectos observados quanto às deficiências no aparato institucional e legal e suas consequências sobre o quadro urbano e ambiental	Órgãos municipais relacionados ao desenvolvimento urbano e produção do meio ambiente, banco de dados associado ao ZEE RJ	levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas, com base no quadro político-institucional

Tema: Patrimônio Histórico e Cultural

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FEIR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
				indicador estratégico	outros indicadores				
econômica	Dinâmica econômica-características	Distribuição das atividades sobre o território	Perda de arrecadação fiscal	Incentivos fiscais/preservação do patrimônio cultural		Identificar quais os instrumentos fiscais de fomento à preservação do patrimônio cultural existentes nas administrações locais, como conjuntos de outros instrumentos existentes nas instâncias estadual e federal.	Orçamentos e contas municipais, órgãos de proteção do patrimônio (INEPAQ, IPHAN), banco de dados do IBGE, do ZEE, da Fundação CEERJ e do SEBRAE RJ	observações em campo, levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
sociocultural	Dinâmicas urbanas do patrimônio cultural	Áreas de interesse cultural protegidas Herança cultural – patrimônio imaterial	Deterioração do patrimônio	Intervenções em bens imóveis do patrimônio cultural	Proteção do patrimônio cultural material e imaterial Fomento às expressões culturais locais	Clonar em relevo as ações de valorização de patrimônios turísticos existentes e registrar as medidas de recuperação de edificações eventualmente deterioradas, reintegrar as ao ambiente construído e potencializar as suas qualidades dentro do patrimônio local; considerar pelo PDITS como um indicador estratégico para o cumprimento do Objetivo Institucional de Diversificação da Oferta de Atrativos Turísticos.	Secretarias municipais de cultura, órgãos de proteção do patrimônio cultural (IPHAN e INEPAQ), agentes e instituições culturais, pesquisadores e associações comunitárias	observações em campo, levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas e quantitativas, com base em projetos e ações
político-institucional	Dinâmicas relevantes da estrutura político-administrativa	Quadro atual da administração local	Perda de controle do patrimônio cultural	Paros de Preservação de Sítios Históricos e Conjuntos Urbanos	Aperfeiçoamento de instrumentos de proteção do patrimônio cultural	Preservar o patrimônio cultural a população e a atividade, através da consolidação de uma cultura turística relacionada ao patrimônio, pautada no planejamento, na gestão e na reabilitação urbana, bases para a preservação sustentável do patrimônio cultural.	Secretarias municipais de cultura, órgãos de proteção do patrimônio cultural (IPHAN e INEPAQ), agentes e instituições culturais, pesquisadores e associações comunitárias	levantamento de dados - aplicação de questionário	projeções qualitativas, com base no quadro político-institucional

Tema: Governança e Desenvolvimento local

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FEIR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
				indicador estratégico	outros indicadores				
ecológico-ambiental	pressões sobre o funcionamento da administração municipal face ao aumento das construções e da demanda por áreas de atividades econômicas por licenciamnto de edificações; pressões sobre o uso do solo e sobre o funcionamento da Prefeitura a arredação	evolução da quantidade de áreas e de licenças expedidas % de áreas com o dcs sobre o volume de áreas solicitadas	aumento da informalidade (zelosha) em dcs passagareiro no dcs de estado)	é o número de processos de concessão de áreas e licenças	meccanismos da administração municipal para agilizar os processos de formalização da economia e do uso do solo	examinar a capacidade de resposta da Prefeitura para atender às demandas dos cidadãos e empreendedores locais	relatórios da administração municipal; documentos do TCE	buscar informações nas unidades apropriadas das Prefeituras	depende das informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais
econômica	pressões sobre a disponibilidade de mão de obra para atuar nos setores: identificação de programas de capacitação de alta qualidade em turismo	identificação de iniciativas de treinamento no âmbito das organizações que compõem a cadeia produtiva do turismo	variação no número de empregos do setor turístico; variação na qualidade dos serviços	ajustes na capacitação e treinamento de mão de obra; desenvolvimento de parcerias para maior aproveitamento do mão de obra treinada	disponibilidade de postos de trabalho em outras cadeias produtivas preferências dos postulantes à trabalhar por cadeia produtiva	identificar o número de empreendedores do setor privado local e sua capacidade de articulação regional	Sitara; associações e federações do ramo; organismo da Prefeitura voltado para geração de empregos; IBGE	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	depende das informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais
social	pressões sobre a autonomia municipal e sua capacidade de aplicar recursos no turismo	verificação de evolução dos tributos vinculados a atividade turística (ISS...) e de outros recursos (proindcs de Conênios, transferências constitucionais, ...)	disponibilidade de recursos (tributos) para gastos de investimento e de custeio	evolução dos receitas municipais próprias, transferências e convênios de relações com os negócios de turismo	identificação de mecanismos municipais de arrecadação e controle de transferências	examinar questões relacionadas à autonomia municipal e à contribuição do turismo para a arrecadação	MUNIC/IBGE; TCE; organismos e tabelas municipais	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	variada e com o acesso nas fontes de informações secundária
político-institucional	pressões sobre a transparência das decisões e dos processos e/ou existência de atividades impactadas e/ou correlatas	identificação de Conselhos, e outras instâncias de deliberação e consulta existentes (consórcios, convênios, associações) - esp. do governo municipal	composição representativa dos Conselhos, Órgãos e instâncias deliberativas e consultivas	identificação de formulações, iniciativas e ações que atendam a diversos interesses de diferentes atores	sinergia com organizações similares de outras esferas correlatas	identificar a participação da sociedade nas decisões de governo e verificar o potencial de participação da cidadania pública às mesmas	legislação e instrumentos normativos dos três níveis de governo; MUNIC/IBGE; TCE	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	depende das informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais
político-institucional	pressões sobre a atuação dos governos municipais e estaduais no fortalecimento dos processos de descentralização, integração regional e interiorização do turismo	verificação e caracterização da estrutura organizacional estadual e dos governos municipais, de seu modo de atuação e do setor turístico	funcionamento das administrações municipais em termos de grau de descentralização, cooperação intragovernamental, elaboração e gestão compartilhada de ações e políticas	identificação de estruturas do setor turístico e correlatas (cooperação intragovernamental, disponibilidade de distribuição de recursos humanos e orçamentários, gestão) nos diferentes municípios atendidos pelo PRODETUR	comparação entre competências e atribuições dos órgãos e entidades de cada esferas de diferentes municípios que participam do PRODETUR	examinar o grau de institucionalização do setor no interior das estruturas dos governos municipais e estaduais	documentos dos governos municipais e estaduais	buscar informações nas entidades (locais ou em sites virtuais)	depende das informações obtidas através de questionários e de contato com as interlocuções locais

Tema: Infraestrutura, Produtos e Gestão do Turismo

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FEIR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção
	pressão	estado	impacto	resposta					
				indicador estratégico	outros indicadores				
ecológica e ambiental	Uso responsável de recursos naturais e culturais	% de cumprimento sustentável X empreendimentos convencionais	Perda de qualidade de recursos naturais e paisagísticos e perda de identidade cultural com consequente perda de atratividade de destinos/produtos	Empreendimentos de Turismo Sustentável	Consumo de energia elétrica, Qualidade de água, Perda de biodiversidade, reaproveitamento de energia, reprovietamento de efluentes líquidos, Uso de tecnologias limpas	Crescimento da quantidade de turistas produz crescimento de diversos consumos de recursos naturais e energéticos, que demandam por investimentos em infraestrutura, equipamentos e instalações de diversos tipos dentro de critérios de tecnologias limpas e práticas tradicionais que reduzam impactos resultantes de consumo de materiais, de energia e de mais recursos, que reduzam impactos na paisagem natural e nos sistemas naturais de destinos turísticos. É necessária a adoção de comportamentos produtivos sustentáveis e compatíveis com a manutenção da qualidade das interações funcionais nas mais diversas dimensões da sustentabilidade	Prefeituras, SEBRAE, Fundação GEFER, associações de representação empresarial, GCMUR, Conventions Bureau, ONGs ambientalistas etc	visita preliminar para estabelecer base de visitas periódicas para acompanhar e avaliar a evolução do indicador	identificação de projetos e ações voltadas à sustentabilidade de empreendimentos, menor consumo/gasto em recursos
econômica	Maior uso da Infraestrutura Turística	Quantidade de qualidade da Infraestrutura Turística disponível	Perda de qualidade de oferta de atendimento aos turistas com consequente perda de atratividade de destinos/produtos	Investimentos em Infraestrutura Turística	Oferta de empreendimentos de hospedagem, Capacidade de hospedagem de estabelecimentos, Oferta de empreendimentos e serviços turísticos	Crescimento da demanda turística deve ser acompanhado pelo crescimento da infraestrutura e equipamentos turísticos que, em alguns casos, também são utilizados pela população local; caso contrário, investimentos em recursos suficientes para a conservação de qualidade da infraestrutura turística existente e para a implantação de estruturas que atendam às necessidades locais da atividade turística, certamente haverá prejuízos à sustentabilidade econômica local e econômica	Prefeituras, bancos financeiros de atividade turística – BNDES/CEF/BB, SEBRAE, Fundação GEFER, associações de representação empresarial, GCMUR, Conventions Bureau, outras instituições do Sistema S	levantamento de dados - aplicação de questionário	identificação de projetos/ações
econômica	Maior uso da Infraestrutura de Apoio	Quantidade de qualidade da Infraestrutura de Apoio disponível	Perda de qualidade de oferta de atendimento às necessidades de moradores locais e de atendimento aos turistas com consequente perda de atratividade de destinos/produtos	Investimento em Infraestrutura de Apoio	Oferta de serviços diversos como acessos, comunicações, banheiros, segurança, saneamento etc	Crescimento da demanda turística deve ser acompanhado pelo crescimento da infraestrutura e equipamentos de qualidade que, na grande maioria dos casos, também são utilizados pela população local; caso contrário, investimentos em recursos suficientes para a conservação de qualidade da infraestrutura existente e para a implantação de estruturas que atendam às necessidades locais da atividade turística de moradores, certamente haverá prejuízos à sustentabilidade nas mais diversas dimensões	Prefeituras/Secretarias Municipais de Fazenda, Governo do Estado/Secretaria Estadual de Fazenda, SEBRAE, Fundação GEFER, TGERI, associações de representação empresarial, empreendedores privados	levantamento de dados - aplicação de questionário com documentos complementares	identificação de projetos/ações
sócio-cultural	Consentimento turístico de visitantes e população com qualidade e segurança	Quantidade de qualidade de profissionais de turismo capacitados e qualificados	Redução do fluxo de turismo em função da má prestação de serviços	Programas de capacitação e qualificação de mão de obra para prestação de serviços turísticos	Regulamentação local de turismo, Qualidade de atendimento turístico, Satisfação de visitantes como turistas locais, Censos regulares de capacitação e reeducação	A capacitação e a qualificação é um dos fatores estratégicos para uma prestação de serviços turísticos com segurança, qualidade e é responsável, em grande parte, pela sustentabilidade do desenvolvimento local do turismo. Verifica-se, a partir de observações, estudos e pesquisas, que grande parte dos profissionais de turismo possui somente formação empírica, sem ter passado por cursos que promovam a melhoria do atendimento. É necessário criar e assegurar a atuação de cadastro de atendimento turístico - nas áreas de poder público, recepção, governança, alimentos e bebidas, condução de visitantes e administração - afim de se planejar a capacitação e partir das necessidades do cadastro	Secretarias municipais de educação, SEBRAE, SENAC, SENAR, Sindicatos	levantamento de dados - aplicação de questionário com documentos complementares	quantitativa a partir de entrevistas
político-institucional	Projeções de intensificação de fluxo turístico	Capacidade atual das infraestruturas para atendimento de demanda turística	Perda de mercado por incapacidade de atendimento	Planejamento a longo prazo do turismo	Revo Diretor do Turismo, Programas de desenvolvimento local do turismo, Participação em programas governamentais de turismo	Crescimento do fluxo de turistas decorrentes das interações propostas no PROJETURRI implicam em uma necessidade maior de planejamento para que sejam minimizados os impactos negativos, maximizados os positivos em programas governamentais de turismo	Prefeitura, Câmara Municipal, Secretaria Estadual de Turismo/Turismo, Ministério do Turismo, Entidades, organizações não governamentais, integrantes e membros do GCMUR e fornecedores de serviços turísticos	levantamento de dados - aplicação de questionário	qualitativa
político-institucional	Demanda de mercado por qualidade, segurança e legalidade	Mercado turístico de estrutura e parâmetros de informalidade	Perda de arrecadação fiscal e de controle de atividade turística	Formalização de prestação de serviços turísticos	Iniciativas de apoio/incentivo a formalização	É necessário criar e assegurar os padrões de formalidade afim de evitar os custos por esse e por outras formas de regulamentação do setor turístico. A informalidade produz um série de problemas aos consumidores de serviços turísticos, e ao poder público	Prefeitura, integrantes/membros do GCMUR e fornecedores de serviços turísticos, SEBRAE	levantamento de dados - aplicação de questionário com documentos complementares	quantitativa e qualitativa a partir de políticas públicas de incentivo a formalização

Tema: Recursos Naturais, Unidades de Conservação e Gestão Ambiental

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (EAB)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção	
	pressão	estado	impacto	resposta						
				indicador estratégico	outros indicadores					
ecológica e ambiental	% de população atendida por rede de água	falta de água ou intermitência de abastecimento	riscos de transmissão de doenças por veiculação hídrica/limitações de atendimento com expansão da demanda turística	relação entre quantidade de água captada/tratada e distribuição de demanda atual/futura	projetos de ampliação do sistema de abastecimento de água (captação, tratamento e redes)	demandas por água tratada é essencial para garantir padrões de saúde pública, atendimento à população local e turismo	SNS (para municípios atendidos pela CEDAE e concessionárias privadas), Prefeitura/SVAES nos demais casos, INEA/RSBZD	será necessário identificar pontos críticos e projetos, especialmente em PMs com serviços autônomos	verificação de projetos de ampliação dos sistemas pela CEDAE/Concessionárias, FEAM/PCePM	
	% de economias ligadas à rede de esgotos	vulnerabilidade de fontes líquidas de rios e lagoas não tratadas	riscos de transmissão de doenças por veiculação hídrica/limitações de atendimento com expansão da demanda turística/cobres e aspectos visuais negativos	% de esgotos coletados e não tratados/índices de cargas de veiculação hídrica/qualidade de banabilidade de rios e praças	projetos de ampliação do sistema de esgotos sanitários (redes, ETEs e outros sistemas de tratamento)	contaminação de recursos hídricos em áreas de proteção ambiental, limitação à ampliação do turismo	SNS (para municípios atendidos pela CEDAE e concessionárias privadas), Prefeitura/SVAES nos demais casos, INEA/RSBZD	será necessário identificar pontos críticos e projetos, especialmente em PMs com serviços autônomos	verificação de projetos de ampliação dos sistemas pela CEDAE/Concessionárias, FEAM/PCePM	
	efluentes industriais não tratados	contaminação industrial em corpos d'água	contaminação dos corpos d'água, morte de peixes	aumento de cargas de veiculação hídrica, redução de atividades econômicas ligadas aos corpos d'água (passa, turismo)	autos de infração pelo INEA, índices de contaminação dos corpos d'água	riscos à saúde pública, ao meio ambiente e economia, atividades econômicas, indústrias e turismo	SEPA - autos de infração, informações locais, Ministério Público	verificação junto às secretarias de meio ambiente em municípios / Ministério Público	existência de TPC	
	quantidade total de resíduos sólidos coletados (em toneladas) e forma de disposição final	existência de lixões e lixeiras a céu aberto, sítios contaminados	contaminação de lençóis freáticos de recursos hídricos, proliferação de vetores, doenças, irradiação, riscos de deslizamentos	formas de tratamento e disposição final praticadas, aterros licenciados, perspectivas para o aterramento	projetos previstos pelo FEQRS/INEA, existência de FEQRS	resíduos sólidos é um dos principais eixos e limitações para o turismo. A ausência de sistemas adequados de tratamento e disposição final é fator grave para a saúde e o meio ambiente	FEQRS - INEA, projetos locais	verificação junto às prefeituras municipais	perspectivas para o aterramento e usos dos recursos/parceria com SEAI/INEA	
	% de resíduos atendidos pela coleta seletiva	lixão a céu aberto, queimadas, lixeiras a céu aberto, aumento da demanda sazonal como turismo	proliferação de vetores, doenças, irradiação, riscos	frequência de pontos de atendimento de serviços de coleta seletiva, capacidade de ampliação de atendimento sazonal, existência de FEQRS (plano de gestão de resíduos sólidos municipal)	iniciativas para redução de resíduos, perspectivas para universalização de atendimento, coleta em núcleos rurais, empreendimentos não urbanos	resíduos sólidos é um dos principais eixos e limitações para o turismo. A não universalização de atendimento e capacidade de expansão sazonal é limitadora.	FEQRS - INEA, projetos locais	verificação junto às prefeituras municipais	perspectivas para universalização, redução de resíduos	
	poluição hídrica	níveis de DBO e outros contaminantes	qualidade dos corpos d'água	sistemas de controle	balneabilidade de rios e praças, incidência de doenças e fatores negativos ao turismo	INEA/SEPA/CEDAE	verificação	identificação de projetos de saneamento		
	áreas sujeitas à inundação de deslizamento de encostas	ausência de sistemas de drenagem de águas pluviais, ocupação informal	riscos à vida humana e ao turismo, interrupção de acessos	sistemas e redes de drenagem de águas pluviais urbanas, respeito às linhas de drenagem na ocupação urbana, planos de contingência	planejamento urbano e licenciamento de parcelamentos adequados a evitar ocupação de margens de cursos d'água e encostas	vulnerabilidade urbana, interrupção de acessos, cargas de veiculação hídrica, transmissões, impactos no turismo	registros em secretarias municipais, INEA/SEPA, Defesa Civil estadual e municipais, corpo de bombeiros	verificação junto às prefeituras municipais	qualitativa	
	econômica	limitações em qualidade dos serviços de saneamento básico	intermitência na prestação dos serviços	redução da atratividade para o turismo	tenências, quedas de fluxo de turistas, redução de tributos locais gerados pelo turismo	redução no número de empreendimentos ligados ao turismo	Limitações ao aumento do fluxo de turismo, redução de geração de S/S/LOMS	FEAM/CEAE/SNS/FEQTS	consultas locais e regionais, PM	identificação de Projetos de ampliação e melhoria dos sistemas, dados raros e pouco confiáveis
		sociocultural	fóruns e espaços de participação social	qualidade do controle social	potencial para melhoria dos sistemas de saneamento	participação e funcionamento de conselhos de saneamento e de meio ambiente, fórum DJS agenda 21	os espaços de controle social no campo de saneamento são fundamentais à garantia da qualidade e universalização dos serviços, segundo a Lei 11.467/07	PM	consultas locais e regionais, PM	qualitativa, verificação de funcionamento dos espaços de controle social no campo de saneamento
	padrões de geração de lixo urbano		índices de geração per capita	maiores custos para coleta e disposição final	Iniciativas de redução de resíduos e CR	existência de catadores nos lixões	Perspectivas de redução de lixo gerado, geração de trabalho e renda	Degrésio/FEQRS	verificação	qualitativas
político-institucional	forma de prestação de serviços de água e esgotos (CEDAE, empresa SVAE ou autarquia)			existência de órgãos de fiscalização e planos de contingência	existência de Paros Municipais de Saneamento Básico ou FEQRS	potencial para o atendimento de emergências	Prefeitura Municipal	Secretaria de Estado, Prefeitura, SNS, SAnário ODE	planos de ação	
	forma de prestação de serviços de limpeza urbana			existência de Órgãos municipais ou articulação com CEDAE, concessionárias e formação de consórcios intermunicipais para atendimento sanitários		perspectivas de solução com sustentabilidade	INEA/SNS (região Lags)	confirmação	propostas INEA	

Tema: Saneamento Ambiental

diretrizes de sustentabilidade	categorias de análise (FBR)					justificativa	disponibilidade de fontes	trabalho de campo	possibilidade de projeção	
	pressão	estab	impacto	resposta						
				indicador estratégico	outros indicadores					
ecológica e ambiental	Ocupações irregulares em áreas internas das APPs e UGS	Redução da cobertura vegetal e perda da biodiversidade	Redução da cobertura vegetal e perda da biodiversidade	% de áreas florestadas	Índice de vulnerabilidade ambiental	Preservação da cobertura vegetal é fundamental para o ordenamento de serviços ambientais à população e para a preservação da biodiversidade. Os indicadores elencados permitem avaliar a vulnerabilidade ambiental de áreas de pessoas atrípicas e o grau de ameaça aos recursos naturais existentes nas regiões	Levantamento de trabalhos publicados pela área acadêmica, resultados de projetos governamentais e de ONGs	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (UGs)	Perspectiva de incremento do turismo sem incremento da degradação ambiental.	
	Riscos de Acidentes Ambientais	Ausência de programas de prevenção	Riscos às vidas humanas e perda de visita turística	Nº de acidentes ambientais e planos de contingência			Requisito junto aos órgãos tutelares das UGs, MMA/SBF, INEA, UERJ e UFRJ	Entrevista com Chefes de UGs (federais e estaduais) e das câmaras técnicas dos Conselhos Consultivos.		
	Emissão de CO2	Contração de CO2 em material particulado bruto	Contração de CO2	Nº de casos abaixo dos padrões de qualidade de ar (programa de monitoramento em funcionamento)			Embrapa do Fundo QDE e Instituto Biomas, SCS Mata Atlântica			
econômica	Educação de recursos financeiros para a gestão ambiental em UGS	Limitação de intermitência para prestação de serviços	Perda de oportunidade de aumento de divisas locais e turismo	Migração de recursos financeiros destinados para gestão ambiental em UGS	Investimentos oriundos do OMC e de fundos ambientais	Os indicadores elencados permitem avaliar a aplicação orçamentária (custo e investimento) público e privado em atividades de parcerias (privadas, estatais, nacionais e internacionais), como análise realizada a partir de séries históricas. Neste contexto, torna-se fundamental o levantamento e análise de recursos oriundos das compensações ambientais, sua alocação e resultados provenientes dos investimentos	Prefeituras Municipais, órgãos tutelares das UGs, câmaras de compensação ambiental do governo do Estado do Rio de Janeiro, SBF/INEA	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (UGs)	Verificação da possibilidade de sustentabilidade financeira para a gestão dos recursos naturais e das UGs, considerando equipamentos, infraestrutura, recursos humanos etc, tendo em vista a possibilidade de aumento do turismo nas regiões.	
	Quantidade de recursos financeiros oriundos dos licenciamentos ambientais	Baixa aplicação de recursos provenientes da compensação ambiental	Perda de investimentos oriundos dos licenciamentos ambientais	% de recursos oriundos dos licenciamentos ambientais						
sociocultural	Engajamento de moradores e comunidades tradicionais em turismo e proteção ambiental	Realização de engajamento de moradores e comunidades tradicionais nas ações de turismo e educação para a preservação da qualidade ambiental	Perda de oportunidade de geração de emprego e renda e divisas oriundas da visita às UGS	Programa de Educação Ambiental Agenda 21	Programa de Educatismo (recursos humanos para monitoria e implementação de atividades de turismo ambiental)		Prefeituras Municipais, órgãos tutelares das UGs, câmaras de compensação ambiental do governo do Estado do Rio de Janeiro, SBF/INEA	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (UGs)	Perspectiva de geração de emprego e renda com investimentos na área ambiental, considerando o engajamento da população e comunidades tradicionais.	
	Serviços para atendimento de demanda turística	Garantia de oferta de serviços de atendimento turístico	Perda de divisas e oportunidade de incremento do turismo	Iniciativas/projetos de geração de emprego e renda na área ambiental em UGS		Os indicadores elencados permitem a análise da capacidade de engajamento da sociedade nas ações ambientais e nas respostas às ameaças de degradação ambiental. Também permitem avaliar o potencial de geração de emprego e renda	Prefeituras Municipais, órgãos tutelares das UGs, câmaras de compensação ambiental do governo do Estado do Rio de Janeiro, SBF/INEA	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (UGs)		
	Qualidade de visitações	UGs abertas a visitação, bem como áreas privadas com atrativos naturais	Perda de recursos financeiros provenientes das taxas de serviço ingressos	Nº de UGs, indutoras de PPPs com infraestrutura e equipamentos adequados para visitação						
político-institucional	Quadro institucional normativo e executivo para a implementação de APPs	Instrumentos de planejamento, estrutura de fiscalização e de monitoramento	Conflito de gestão entre os níveis de tutela	Planos Diretores Municipais e Planos de Manejo (UGs) elaborados e implementados	Acordos de cooperação entre os 3 níveis de governo	Ações junto ao MP	Permite mapear os instrumentos e mecanismos existentes para a gestão ambiental participativa - mecanismos de governança accountability.	Ações em curso no Ministério Público, das Prefeituras Municipais e Consultivos das UGs e Membros de UGs, levantamentos de informações nas páginas digitais das Prefeituras	Levantamentos (questionários) junto a Prefeituras, Conselhos Municipais e Consultivos (UGs)	Verificar o grau de institucionalização dos municípios/regiões para a gestão integrada de APPs de turismo e proteção da natureza, bem como os espaços e fóruns de participação social
	Fóruns de participação social	Qualidade de controle social	Melhoria da gestão ambiental	Conselhos Municipais de Meio Ambiente e Consultivos (UGs) implementados em funcionamento						



ANEXO VI – MAPAS–SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA-SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO SERRA – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO AGULHAS NEGRAS

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO		
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de pequenas e médias empresas na região, o que fortalece o desenvolvimento econômico local. - Participação de empresários de turismo no processo de planejamento regional. - Diversificação de segmentos da economia do turismo. - Boa infraestrutura turística instalada em Penedo e na Região de Visconde de Mauá. - Existência de programa municipal em Itatiaia voltado para redução da informalidade da atividade. - Arranjos Produtivos Locais (APLs) de Turismo de Itatiaia e Resende atuantes, foco em Visconde de Mauá. 	<ul style="list-style-type: none"> - Sazonalidade na demanda turística. - Carência de programa para treinamento de mão de obra. - Alto índice de informalidade das atividades relacionadas ao turismo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão da atividade industrial notadamente nos municípios de Itatiaia e Resende, com repercussões positivas na economia do turismo. - Investimentos do PAC previstos para o município de Resende que poderão representar melhorias diretas para a região. - Predomínio de atividades industriais de alto valor agregado, com crescimento econômico alavancado por Resende. 	<ul style="list-style-type: none"> - Eventuais conflitos entre as atividades econômicas em crescimento com a do turismo, devido à tradicional baixa sinergia entre elas.
ECOLÓGICA e AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Boa promoção do destino turístico para o segmento de ecoturismo, fundamentalmente para o Parna Itatiaia, com adequada infraestrutura de visitação. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência ou falta de divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais. - Pouca oferta de visitas orientadas aos ambientes naturais situados fora dos limites do Parna Itatiaia. - Baixa incidência de RPPNs, se comparada com outras regiões do estado. - Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação. - Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental. - Inexistência de acesso ao Parna Itatiaia pela região de Visconde de Mauá. - Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alto índice de biodiversidade: recursos naturais abundantes, variada tipologia vegetal e existência de extensas áreas protegidas por UCs (UCs de proteção integral e de uso sustentável federais e municipais). - Criação de Parque Natural Municipal em Visconde de Mauá (Resende). - Institucionalização do Mosaico da Mantiqueira – gestão integrada das UCs. 	<ul style="list-style-type: none"> - Poucos investimentos em infraestrutura de uso público e na gestão das UCs municipais de Resende: Parque Natural Municipal do Rio Pombo, APA Municipal da Serrinha do Alambari e Parque Natural Municipal da Cachoeira da Fumaça e Jacuba. - Baixa eficiência no controle dos danos ao meio natural, principalmente florestas e recursos hídricos situados fora dos limites do Parna Itatiaia. - Avanço das áreas antropizadas (ocupações licenciadas ou não) com impactos sobre a paisagem e sobre os remanescentes florestais e ocorrência de incêndios florestais (perda de 5,5% – 1994 a 2007). - Conflitos de usos e ocupações decorrentes da falta de regularização fundiária do Parna Itatiaia. - Inexistência de infraestrutura de esgotamento sanitário (coleta e tratamentos dos efluentes), ocasionando contaminação dos recursos hídricos, um dos grandes atrativos local. - Ausência de plano de gestão integrada de resíduos sólidos para a região de Visconde de Mauá (incluindo Bocaina de Minas) – configurando altos custos de operação e riscos de poluição do solo e das águas – Protocolo de Intenções para constituição do Consórcio Intermunicipal de Resíduos Sólidos e Gestão Ambiental integrada celebrado em 2008. - Aumento da demanda turística pode comprometer ainda mais os recursos naturais, caso não haja controle do uso do solo e infraestrutura de saneamento compatíveis com previsões futuras.
SOCIOCULTURAL	<ul style="list-style-type: none"> - Forte identificação da comunidade local com os territórios turísticos e com as marcas "Penedo" e "Visconde de Mauá". - Heranças materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico do território referenciado a vários momentos do processo de ocupação da região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Pouca divulgação do legado cultural, à exceção da cultura finlandesa (Penedo). - Baixa produção artesanal local; e rara produção de artesanato de raiz. - Infraestrutura e equipamentos turísticos (públicos e privados) 	<ul style="list-style-type: none"> - Predomínio de ambientes urbanos integrados às paisagens naturais e culturais (nos territórios turísticos). - Boa localização no eixo RJ – SP. - Boa infraestrutura de acesso viário e meios de transporte regular até os portais Penedo e Parna Itatiaia no eixo Rio 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da demanda turística sem projetos de fortalecimento da identidade cultural coloca em risco a memória histórica e cultural da região. - Falta de investimentos em infraestrutura básica, principalmente de acesso e mobilidade, pode comprometer

	<ul style="list-style-type: none"> - Grande variedade de equipamentos e serviços turísticos. 	<p>sem acessibilidade universal.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Precária infraestrutura e serviços públicos de recepção e atendimento ao turista na região de Visconde de Mauá, em épocas fora da estação. - Infraestrutura de acesso e sinalização precárias; e meios de transporte irregulares até a região de Visconde de Mauá. - Inexistência de roteiros ou circuitos turísticos regionais integrados; de calendário de eventos; formatação de produtos turísticos; e de infraestrutura de acesso e mobilidade adequado interligando a região ao Vale do Café e à Costa Verde. 	<ul style="list-style-type: none"> - São Paulo (BR 116). - Potencial para implantação de estradas-parque nas RJs 163, 151 e 161. - Bons serviços municipais de limpeza urbana. 	<p>o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Precária conservação dos equipamentos e da infraestrutura urbana instalada.
<p>POLÍTICO-INSTITUCIONAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de órgãos municipais de turismo consolidados com programas e projetos em curso. - Existência de órgão regional de turismo consolidado e atuante – Conselho Regional de Turismo das Agulhas Negras–CONRETUR. - Forte organização social em torno da marca Visconde de Mauá: a MauaTur e a ACVM da Região de Visconde de Mauá. - Boa representatividade das instituições privadas nos conselhos municipais e no CONRETUR. - Apresentação das candidaturas de Itatiaia e Resende para reconhecimento como Destinos Indutores Regionais (MTur). - Destino regional divulgado na web¹. 	<ul style="list-style-type: none"> - Precárias relações de interfuncionalidade entre as administrações municipais de Itatiaia e Resende aplicadas, principalmente, à Região de Visconde de Mauá. - Falta de estudos e pesquisas e de dados sobre a atividade do turismo na região. - Inexistência de plano regional para desenvolvimento do turismo de forma sustentável. - Falta de investimentos na capacitação dos empreendedores para a gestão do turismo local e regional. - Falta de estratégia e de mecanismos para envolver maior número de empreendedores no desenvolvimento da atividade. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de estrutura pública de planejamento e gestão urbana e ambiental em Itatiaia e Resende. 	<ul style="list-style-type: none"> - Inexistência de gestão compartilhada para a Região de Visconde de Mauá (territorial e de serviços urbanos) que abrange parcela de 2 estados e 3 municípios. - Falta de integração entre as ações de gestão do turismo com as de gestão ambiental e do patrimônio cultural. - Baixa efetividade da gestão urbano-ambiental nos territórios turísticos: aumento da incidência de parcelamento do solo e ocupação de áreas rurais para fins urbanos sem licenciamento.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA-SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO SERRA – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO VALE DO CAFÉ

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO		
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Investimentos na recuperação de imóveis de valor histórico, nas áreas urbanas e rurais (antigas sedes de fazenda), que se incorporaram como ativo no turismo cultural. - Boa infraestrutura de serviços turísticos, com destaque para os hotéis-fazenda. - Opções de hospedagens diversificadas em hotéis-fazenda (segmento de Turismo Rural, mais procurado na região). - Turismo Cultural como alternativa econômica sustentável, econômica e socialmente, para o Vale do Café. - Presença de Arranjo Produtivo Local (APL) de Entretenimento (1º do país) em Conservatória/Valença. 	<ul style="list-style-type: none"> - A atividade turística não se configura como importante no contexto das atividades econômicas locais. - Sazonalidade na demanda turística. - Baixa participação dos empresários nas decisões do terceiro setor. - Altos custos de conservação e dificuldades de manutenção das instalações das fazendas históricas e de seus acervos. - Infraestrutura de atendimento precária em toda a região, em épocas fora de estações, à exceção daquelas oferecidas pelos grandes hotéis. - Carência de produtos formatados com características comerciais. - Falta de integração na comercialização dos destinos. - Ausência de empresas que atuem no receptivo turístico. - Baixa capacitação de mão de obra local para atendimento ao turista, no que diz respeito à cultura local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Potencialidade para diversificação de produtos e segmentos, como por exemplo, o turismo de habitação (rural) e o turismo de negócios. - Investimentos do PAC previstos para os municípios de Barra do Piraí e Valença, que poderão representar melhorias diretas para a região. - Existência de cursos especializados em tecnologia de alimentos e cervejarias do SENAI, em Vassouras; e de formação de Guias de Turismo, em Valença. - Expansão da atividade industrial notadamente no município de Volta Redonda, com repercussões positivas na economia do turismo da região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Eventuais conflitos entre as atividades econômicas em crescimento com a do turismo, devido à tradicional baixa sinergia entre elas. - Falta de investimentos sistemáticos (públicos e privados) na recuperação/manutenção do patrimônio histórico da região concorre para diminuição do acervo patrimonial histórico, urbano e rural. - Baixa consciência governamental local acerca da potencialidade do turismo para fortalecimento da economia em bases sustentáveis contribui para a estagnação da atividade. - Dificuldades operacionais nos negócios advindos de carências de infraestrutura logística (acessibilidade e telecomunicação).
ECOLÓGICA e AMBIENTAL	<ul style="list-style-type: none"> - Nada identificado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Número reduzido de atrativos naturais. - PE da Serra da Concórdia fechado à visitação. - Inexistência ou falta de divulgação de roteiro aos 	<ul style="list-style-type: none"> - Paisagem natural de grande valor cênico, conhecida como "mar de morros" (destacando a Serra da Beleza) e da paisagem beira rio Preto, ao longo da RJ 151 em Rio das Flores. - Aumento do turismo ecológico quando da implementação do PE da Serra da Concórdia. - Implantação do Parque Arqueológico e Ambiental 	<ul style="list-style-type: none"> - Menor percentual de área florestada dentre as regiões do PRODETUR RJ – 20% do território coberto por vegetação em bom estado de conservação; maior perda de área florestada na última década – ampliação das pastagens. - Apenas 1,5% da área do subpolo estão protegida por UCs – não atingindo o mínimo recomendável para manutenção dos serviços ambientais na região. - Perda de biodiversidade estimada em 60 espécies de

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA-SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO SERRA – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO VALE DO CAFÉ

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
	<p>poucos ambientes naturais.</p> <p>– Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações.</p>	<p>de São João Marcos, em Rio Claro, abrangido pelo subpolo Costa Verde, mas com escopo temático relacionado ao Café.</p> <p>– Prevista a criação de consórcio Vale do Café I, englobando Vassouras, Valença, Rio das Flores e Barra do Piraí (Distritos Sede e Ipiabas) – PEGIRS/RJ, para a adequada disposição final dos resíduos sólidos.</p>	<p>vertebrados ou quase 5% do total existente.</p> <p>– Contaminação dos cursos de água por efluentes domésticos e industriais, principalmente o rio Paraíba do Sul – não se identificou projeto de saneamento básico para a região.</p> <p>– Serviço de limpeza urbana precário nos fins de semana; destino final de resíduos sólidos na região sem tratamento apropriado.</p> <p>– Inexistência de campanhas de educação ambiental sistemáticas.</p>
<p>SOCIOCULTURAL</p> <p>– Heranças materiais e imateriais do patrimônio histórico-cultural do território referenciadas à cultura indígena, quilombola (Quilombo São José da Serra) e ao apogeu da cultura do café no séc. XIX (núcleos urbanos, fazendas e estações ferroviárias).</p> <p>– Variados ambientes urbanos e rurais de valor histórico-cultural.</p> <p>– Artesanato regional com alguma influência indígena e quilombola.</p> <p>– Divulgação de grupos folclóricos (Folia de Reis, o Jongo, a Capoeira, o Maculelê, a Caninha-Verde, o Calango e os Rezadores) em eventos regionais.</p>	<p>– Baixa identificação da comunidade local com a marca “Vale do Café”.</p> <p>– Falta de educação patrimonial de cunho histórico para valorização da identidade cultural da região.</p> <p>– Falta de estímulo, orientação técnica e direcionamento comercial para incrementar o artesanato de raiz (indígena e quilombola) e a agroindústria alimentícia.</p> <p>– Rede de pequenos museus (públicos e privados) sem infraestrutura e serviços adequados (ICOM/UNESCO).</p>	<p>– Facilidades de visitação pela boa localização no eixo rodoviário (RJ-SP-MG) e articulação viária com a região da Costa Verde.</p> <p>– Boa conservação dos principais bens imóveis de interesse cultural.</p> <p>– Potencial para implantação de estradas-parque nas RJs 137, 149 e 155.</p>	<p>– Aumento da demanda turística sem projetos de fortalecimento da identidade cultural coloca em risco a memória histórica e cultural da região.</p> <p>– Crescimento desordenado dos núcleos urbanos nas áreas de entorno das sedes municipais e distritais, afetam a atratividade turística.</p> <p>– Falta de investimentos em infraestrutura básica, principalmente de acesso e mobilidade, pode comprometer o desenvolvimento da atividade turística de forma sustentável.</p> <p>– Pouca divulgação oficial do patrimônio imaterial existente</p>

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA-SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO SERRA – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO VALE DO CAFÉ

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> - Promoção dos eventos: Café, a Cachaça e Chorinho e o Festival Vale do Café[1] (8ª edição), que integram o calendário turístico anual da região; e do Festival CineMúsica (4ª edição) e de apresentações de seresta em Conservatória, que contribuem para dinamizar o turismo cultural do subpolo. - Elaboração de estudo preliminar para implantação do Parque Nacional do Café na Fazenda Santa Mônica no distrito de Juparanã (convenio CONCICLO/Sebrae). 	<ul style="list-style-type: none"> - Precariedade da sinalização tanto de acesso às cidades quanto a sinalização dos roteiros turísticos e seus atrativos. - Falta de articulação entre os meios de hospedagem rurais (hotéis-fazendas) com a cidade na promoção do turismo cultural. - Precários serviços de recepção e atendimento ao turista na região, haja vista a boa rede de Postos de Informações Turísticas. - Inexistência de roteiro turístico regional integrado, de caráter permanente. - Infraestrutura e equipamentos turísticos (públicos e privados) sem acessibilidade universal. - Precária rede de infraestrutura de acesso e mobilidade interligando a região as de Agulhas Negras e Costa Verde. 		<ul style="list-style-type: none"> - Pouco investimento local na conservação do patrimônio urbano de valor histórico-cultural. - Falta de projetos para melhoria da circulação viária em Valença e em Conservatória - trânsito pesado afeta as edificações históricas. - Revisão da legislação de proteção do patrimônio material de Conservatória.
<p>POLÍTICO-INSTITUCIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização social, principalmente dos proprietários de fazendas históricas, em torno da marca Vale do Café, representada pelo Instituto Preservale. - Concepção de Projeto “Ações Estratégicas de Revitalização do Vale do Café”, tomando por partida os patrimônios culturais e ambientais com vistas a realização de Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional (Instituto Preservale/2010). 	<ul style="list-style-type: none"> - Fraca atuação dos órgãos municipais de turismo na governança local - instrumentos de gestão insipientes. - Baixa participação governamental dos municípios no Conselho Regional de Turismo - CONCICLO. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização do inventário de mais de 100 fazendas do café (INEPAC, Instituto Light, Instituto Cidade Viva); e proposta de criação de um “Selo das Fazendas Históricas”, para as fazendas inventariadas. - Atuação dos Escritórios Técnicos do IPHAN, em Vassouras; e do INEPAC, em Valença. 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldades de articulação das administrações locais com órgãos estaduais e federais - Estruturas (institucional e técnica de proteção ao patrimônio) locais deficientes, com ausência de instancias participativas.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA-SÍNTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO SERRA – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO VALE DO CAFÉ

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO	
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS
<ul style="list-style-type: none"> – Órgão regional de turismo consolidado e atuante – Conselho Regional de Turismo do Vale do Ciclo do Café – CONVICLO – Destino regional divulgado em páginas da web[i]. – Valença e Vassouras estão desenvolvendo estudos de competitividade para conseguir o reconhecimento como Destino Indutor do Turismo Regional. 	<ul style="list-style-type: none"> – Baixa integração das ações governamentais para desenvolvimento do turismo regional. – Inexistência de projeto de marketing para o Vale do Café. – Falta de investimentos sistemáticos na capacitação dos empreendedores, dos gestores e de treinamento de mão-de-obra para o desenvolvimento do turismo local e regional. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ampliação de bens protegidos – tombamentos recentes do INEPAC, em Valença na área urbana e rural. 	<ul style="list-style-type: none"> – Ausência de normas e de orientação técnica objetiva para recuperação e manutenção do patrimônio; e demora excessiva na resposta por parte dos órgãos de proteção ao patrimônio cultural. – Falta de integração entre as ações de gestão do turismo com as de gestão ambiental e do patrimônio cultural. – Baixa efetividade da gestão pública urbano-ambiental nos territórios turísticos: aumento da incidência de parcelamento do solo e ocupação de áreas rurais para fins urbanos sem licenciamento.

DIAGNÓSTICO INTEGRADO – MAPA–SINTESE DOS FATORES CRÍTICOS DO POLO SERRA – Leitura Integrada segundo Dimensões da Sustentabilidade

SUBPOLO SERRA VERDE IMPERIAL

AMBIENTE INTERNO		AMBIENTE EXTERNO		
PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS	OPORTUNIDADES	AMEAÇAS	
ECONÔMICA	<ul style="list-style-type: none"> - Diversificação de segmentos do turismo: ecoturismo, turismo de lazer e turismo de negócios. - Boa infraestrutura turística instalada nas sedes municipais de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo; em Itaipava e arredores; e ao longo dos circuitos turísticos consolidados. - Presença de Arranjo Produtivo Local (APL) de Entretenimento (2º do país) em Mury, Lumiar e São Pedro da Serra, Nova Friburgo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa articulação dos empresários do turismo com os dos outros seguimentos econômicos. - Baixa capacitação de mão de obra local para atendimento ao turista. - Falta de ações organizadas entre os empresários do setor para minimizar os efeitos da sazonalidade. - Falta de integração na comercialização dos destinos. - Pouca valorização do segmento de turismo de veraneio ou segunda residência nas políticas e programas locais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Expansão de negócios na região em razão da implantação do COMPERJ. - Crescimento da indústria da moda em Friburgo e Petrópolis. - Existência de pequenas e médias empresas na região, o que fortalece o desenvolvimento econômico local. 	<ul style="list-style-type: none"> - Alteração na dinâmica econômica da área de acesso a Cachoeiras de Macacu pela implantação/operação do COMPERJ, que concorre para eventuais conflitos de uso e ocupação do solo. - Conflitos entre os interesses da atividade econômica do turismo e da APL de moda íntima em Nova Friburgo.

<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">ECOLÓGICA e AMBIENTAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Boa promoção do destino turístico para o segmento de ecoturismo, fundamentalmente para o Parna Serra dos Órgãos, com adequada infraestrutura de visitação. - Incremento do Turismo Científico. 	<ul style="list-style-type: none"> - Baixa eficiência no controle dos danos ao meio natural, principalmente florestas e recursos hídricos situados fora dos limites das UCs de proteção integral. - Segmento do ecoturismo e do turismo de aventura ainda pouco divulgado face a sua potencialidade. - Falta de atualização e divulgação de roteiro integrado de visitação aos diversos ambientes naturais. - Indefinição da capacidade de carga para os atrativos turísticos naturais de maior visitação. - Estabelecimentos e empreendimentos de turismo utilizadores de recursos ambientais sem licença ambiental. - Falta de cultura da sustentabilidade ecológica aplicada às edificações. 	<ul style="list-style-type: none"> - Elevado potencial de recursos e atrativos naturais (2º maior do estado); e uma das maiores taxas de biodiversidade. - Investimentos em infraestrutura e serviços para melhoria do uso público no PE dos Três Picos em Cachoeiras de Macacu e Teresópolis; e no Parque Estadual Fluvial do Rio Piabanha, em Itaipava. - Iniciativas de proteção local: criação do Monumento Natural Caledônia, em Nova Friburgo; e do Parque Municipal de Teresópolis (Parque Fluvial do Paquequer). - Grande número de RPPNs criadas que poderão compor roteiros de visitação integrados aos das UCs. - Implementação da fiscalização ambiental conjunta das UCs integrantes do Mosaico da Mata Atlântica Central Fluminense (combate aos incêndios ou outros desastres ambientais). - Adequado tratamento e disposição final dos resíduos em Teresópolis; e implantação de aterros sanitários consorciados – essenciais para garantir melhorias nas condições atuais. - Implantação de estações de tratamento de esgotos previstas em Petrópolis e Nova Friburgo. 	<ul style="list-style-type: none"> - Decréscimos da área florestada a um ritmo de quase 1% ao ano em Teresópolis e Petrópolis, decorrente de pressões antrópicas. - Crescimento urbano desordenado afetando as paisagens urbanas e pressionando os recursos naturais do entorno. - Fragilidade das encostas urbanas com ocorrência de deslizamentos. - Conflitos ambientais decorrentes do uso ilegal do solo. - Precariedade de infraestrutura básica de saneamento nos municípios de Nova Friburgo, Teresópolis e Cachoeiras de Macacu, ocasionando poluição e assoreamento de cursos d'água. - Problemas no tratamento e disposição final dos resíduos em Petrópolis e Nova Friburgo. - Poucas iniciativas de proteção ambiental-urbana pelas prefeituras.
---	---	---	--	--

<p>SOCIOCULTURAL</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Heranças materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico do território referenciado a vários momentos do processo de ocupação da região. - Boa promoção dos destinos turísticos relacionados ao segmento cultural, notadamente no município de Petrópolis. - Existência de novos destinos turísticos em processo de consolidação: Brejal, em Petrópolis e em Lumiar e São Pedro da Serra, em Nova Friburgo. - Boa divulgação dos atrativos turísticos e dos principais monumentos e bens de interesse culturais municipais (Petrópolis – <i>Nosso Patrimônio é você</i>, Friburgo e Teresópolis). - Implantação de Roteiro Turístico-Histórico Integrado de abrangência regional. - Revitalização do Centro Histórico de Petrópolis, um dos principais atrativos da Região. 	<ul style="list-style-type: none"> - Infraestrutura inadequada para promoção do turismo de negócio e de eventos. - Precária oferta de serviços de recepção e atendimento ao turista na baixa temporada e durante a semana. - Precária oferta de serviços e estabelecimentos ligados ao APL de entretenimento na baixa temporada e durante a semana. - Pouca divulgação sobre a riqueza do artesanato. 	<ul style="list-style-type: none"> - Proximidade dos principais centros emissores de turistas do País (Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais). - Proximidade com a cidade do Rio de Janeiro e consequente recepção de fluxos de turistas de um dia, em especial no período dos grandes eventos esportivos previstos. - Grande maioria dos ambientes urbanos integrado à paisagem dos territórios turísticos. - Trajetos viários de grande beleza cênica com potencial para implantação de estradas-parque, principalmente nas RJs 116 (entre Cachoeiras de Macacu e Muri) e a 142 (Serramar) (entre Lumiar e Casemiro de Abreu). - Boa infraestrutura de acesso viário e meio de transporte regular aos principais destinos turísticos – sedes e subsedes municipais. - Infraestrutura de acesso interligando esse subpolo ao da Costa do Sol a ser trabalhada para implantação de circuito turístico integrado. - Conservação adequada dos principais bens imóveis de interesse cultural. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de reconhecimento e divulgação do patrimônio imaterial. - Falta de reconhecimento (apesar das ações de divulgação e do inventário em andamento) do acervo histórico-cultural ligado ao ciclo do café, importante fator de atratividade em outras regiões. - Deslizamento de encostas, curvas acentuadas e neblina na serra podem prejudicar o acesso ao subpolo. - Ênfase excessiva na indústria da moda íntima na promoção da imagem de Nova Friburgo. - Risco de descaracterização dos pequenos distritos com potencial turístico, notadamente Lumiar e São Pedro da Serra, se não respeitadas as características locais (arquitetônicas e de sociabilidade) na execução de investimentos e sua capacidade de suporte. - Pouca atenção dada à importância da preservação/manutenção da Praça Getúlio Vargas, em Nova Friburgo, como um dos principais espaços de socialização da cidade com importância cultural e histórica.
-----------------------------	--	---	--	--

POLÍTICO-INSTITUCIONAL	<ul style="list-style-type: none"> - Boas relações de interfuncionalidade entre os municípios de Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo. - Atuação efetiva dos órgãos municipais de turismo com programas e projetos em curso. - Órgão regional de turismo consolidado e atuante – Conselho Regional de Turismo Serra Verde Imperial – - Destino regional divulgado em página da webⁱⁱ. - Petrópolis reconhecida como Destino Indutor do Turismo Regional – Nova Friburgo e Teresópolis estão desenvolvendo estudos de competitividade para alcançar o mesmo reconhecimento. 	<ul style="list-style-type: none"> - Falta de estudos e pesquisas e de dados sobre a atividade e a demanda turísticas. - Ausência de um sistema de informações regional. - Poucas ações visando diversificar as opções de lazer e produtos turísticas. - Falta de um calendário turístico regional. - Inexistência de plano integrado de ecoturismo e de turismo de aventura. - Ausência de um plano de gestão e sustentabilidade das Instâncias regionais. - Descontinuidade da gestão pública do turismo para o setor. - Falta de um plano de <i>marketing</i> e turismo. - Pouca divulgação dos destinos nos principais centros emissores (Rio de Janeiro e São Paulo). - Falta de políticas de incentivos para a baixa temporada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de UCs de proteção integral e de uso sustentável federais e municipais, além de Parques Estaduais e a criação de RPPNs na região. - Presença ativa dos Escritórios Técnicos do IPHAN e do INEPAC em Petrópolis. - Inventário de circuitos turísticos que incluem fazendas da época do ciclo do café em andamento (exemplo dos Caminhos do Barão). 	<ul style="list-style-type: none"> - Estruturas (institucional e técnica) locais deficientes, com ausência de conselhos e outras instâncias participativas para gestão do patrimônio cultural. - Baixa articulação entre as políticas de turismo e de proteção ao meio ambiente. - Sinalização turística (e rodoviária) nos acessos a Cachoeiras de Macacu e Nova Friburgo ofuscada pela ocupação do espaço visual por letreiros e propagandas do Polo de Moda Íntima. - Pouca participação efetiva da população dos distritos de Lumiar e São Pedro da Serra no planejamento/execução de intervenções com potencial de modificar suas características arquitetônicas e de sociabilidade. - Falta de ações de iniciativa pública para promover complementaridade entre os setores do turismo e da moda íntima na região.
-------------------------------	---	---	--	---

ANEXO VII – QUADROS–SÍNTESE DAS DINÂMICAS DOS PROCESSOS – POLO SERRA

TEMA ESTRATÉGICO: DINÂMICA REGIONAL

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Evolução da Estrutura Econômica	<p>Discreto incremento da atividade turística se comparada com a importância do setor industrial na composição do PIB do Polo (particularmente no Médio Paraíba)</p> <p>Surgimento de APLs (envolvendo gastronomia, ecologia, confecções, etc.) lastreados por iniciativas do próprio setor produtivo e de organizações não governamentais tais como o SEBRAE</p>	<p>Tendência de continuidade do protagonismo da expansão econômica calcada no complexo urbano-industrial, nas atividades comerciais</p> <p>Tendência de expansão do turismo calcado nos embriões de APLs face às políticas específicas implementadas pelo Governo do Estado e pelo BNDES</p>	<p>Contribui para um melhor aproveitamento das oportunidades vinculadas aos atrativos turísticos localizados no Polo Litoral</p> <p>Espera-se uma variação positiva nos postos de trabalho vinculados ao setor turismo como resultado direto do PRODETUR-RJ</p>
Evolução do Uso do Solo	<p>Pressões das áreas urbanas e atividades industriais sobre o ambiente (remanescentes florestais, ar, água etc.) com consequências em termos de perda de qualidade ambiental</p>	<p>Ausência de iniciativas voltadas para o reordenamento territorial na esfera do Polo, Subpolos e municípios tende a manter as ameaças que pairam sobre os remanescentes florestais, biodiversidade e qualidade ambiental em geral</p>	<p>Relações pouco relevantes entre as ações do PRODETUR e os indicadores desse processo</p> <p>Exceção feita à perspectiva de melhoria da gestão das UCs</p>
Crescimento Populacional e	<p>Mantido um discreto crescimento populacional, destacam-se os indicadores de ocorrência de doenças de veiculação hídrica e, em</p>	<p>Dinamismo econômico verificado em alguns dos SPs permite projetar uma tendência de crescimento de arrecadação, o que pode significar a</p>	<p>Não se projeta modificação significativa desses indicadores em decorrência das ações a cargo do</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Qualidade de Vida	contraposição, o crescimento dos investimentos em saneamento e infraestrutura urbana	continuidade (e até ampliação) dos investimentos em saneamento e infraestrutura urbana, com o conseqüente aumento do número de domicílios ligados à rede e a redução dos índices de doenças de veiculação hídrica	PRODETUR-RJ. Exceção se faz naquelas localidades (como Mauá) onde o PRODETUR-RJ realizará intervenções em saneamento. Deve-se sublinhar o caráter local e não sistêmico desse tipo de intervenção

TEMA ESTRATÉGICO: DESENVOLVIMENTO URBANO

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
<p>Consolidação dos Atrativos Turísticos</p>	<p>Petrópolis é o único Município do Polo reconhecido como Destino Indutor do Turismo Regional; Itatiaia, Resende, Valença, Vassouras, Nova Friburgo e Teresópolis estão desenvolvendo estudos para obter mesmo reconhecimento</p> <p>Territórios turísticos e <i>marcas</i> com fortes apelos: <i>Penedo, Visconde e Mauá, Vale do Café, Nosso Patrimônio é você</i> (Petrópolis), <i>Um Parque com uma Cidade dentro</i> (Nova Friburgo)</p> <p>Novos atrativos: Vale do Rio Preto, (Cachoeira da Fumaça, outros ambientes naturais e antigos núcleos da região), no Subpolo Agulhas Negras; Serras da Beleza (e “<i>mar de morros</i>” no entorno), do Cavalo Ruço, da Taquara, das Coroas e da Concórdia e antigas fazendas de café, no Subpolo Vale do Café; núcleos do Brejal, Lumiar e S. Pedro da Serra, Caminhos do Barão, no Subpolo Serra Verde Imperial</p> <p>Aspectos deficientes: faltam dados e estudos sobre turismo e planos de marketing; a sinalização dos bens históricos e culturais é precária; pouca cobertura vegetal nos ambientes naturais (exceção: Serra Verde Imperial)</p>	<p>Petrópolis deverá aumentar a atratividade turística, beneficiando-se do <i>status</i> de Destino Indutor de Turismo Regional</p> <p>Itatiaia, Resende, Valença, Vassouras, Nova Friburgo e Teresópolis deverão alcançar o mesmo <i>status</i></p> <p>Prevê-se o fortalecimento das marcas turísticas, assim como o surgimento de outras, associadas aos novos atrativos</p> <p>Novos atrativos tendem a se consagrar, em função da melhoria da mobilidade nos Subpolos e do aumento da divulgação de seus atributos paisagísticos</p> <p>Apesar de alguns esforços dos poderes locais, deverão permanecer as deficiências</p>	<p>Intervenções previstas no Polo (urbanização de centros e revitalização do patrimônio cultural) contribuirão para aumento da atratividade turística daquelas cidades</p> <p>Centro de Eventos projetado para Nova Friburgo e Centros de Turismo e Artesanato em Nova Friburgo e Valença, também devem reforçar o poder de atratividade desses municípios</p> <p>Há previsão de ações sinalização turística, mas com recursos muito reduzidos</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
<p>Sistemas de mobilidade aos atrativos turísticos e sobre a acessibilidade universal</p>	<p>Rede de mobilidade e acesso viário principal articulada pelas BRs 040, 116 e 393 e RJ 116, necessitando melhorias na rede estadual intrarregional (entre os subpolos) e interregional com as principais artérias do Polo Litoral</p> <p>Obras de requalificação da RJ 155 (Angra dos Reis – Barra Mansa) – alternativa de ligação dos SPs Vale do Café e Agulhas Negras ao SP Costa Verde; RJ-116 (Itaboraí–Bom Jardim), no trecho entre Cachoeiras de Macacu e Mury; e a RJ 142 (Serramar), no trecho entre Lumiar e Casimiro de Abreu, alternativa de ligação do SP Serra Verde Imperial ao SP Costa do Sol</p> <p>Potencial para explorar o potencial paisagístico com implantação de estradas-parque na rede existente a ser requalificada (p. ex.: RJ 151 até o município de Rio das Flores; 161 Bocaina – Rio Preto, trecho Resende – Pedra Selada)</p> <p>Necessidade de melhorias nos aeroportos regionais para atender voos comerciais, favorecendo atividades de turismo e negócios no Polo</p> <p>Infraestrutura e os equipamentos turísticos (públicos e privados) não adaptados à acessibilidade universal</p>	<p>Ampliação das obras de melhorias na rede estadual voltadas para recuperação da mobilidade intra e interregional, sem intervenções requalificadoras e valorizadoras dos atrativos culturais e paisagísticos – tendência que sejam realizadas obras, sem que se promovam mudanças de qualidade</p> <p>Movimentação crescente nos aeroportos no SP Vale do Café – deficiências devem permanecer e não há previsão para intervenções na infraestrutura aeroportuária</p> <p>Tendência de que ocorram apenas adaptações pontuais e esporádicas em áreas urbanas e edificações, restringindo a mobilidade de PDFs e desfavorecendo a atividade turística – garantir a acessibilidade universal é atitude ética, além de obrigação legal</p>	<p>Requalificação de estradas-parque RJs 163 e 151 (Visconde de Mauá) no SP Agulhas Negras; das RJs 137 e 143 no SP Vale do Café; e da BR 495 e da RJ 142 no SP Serra Verde Imperial deve favorecer a mobilidade intra e interregional a favor do desenvolvimento turístico</p> <p>Não são previstos projetos de infraestrutura para os sistemas de transportes aéreos</p> <p>Não são previstos projetos relacionados à acessibilidade universal em ambientes urbanos ou atrativos turísticos nesse PRODETUR-RJ, mas sim do PDTIS</p>
<p>Qualidade do Ambiente Urbano</p>	<p>Crescimento urbano tem afetado paisagens urbanas e pressionado recursos naturais</p>	<p>Processos de expansão das cidades e núcleos nos Subpolos (decorrentes do aumento da atratividade turística ou não) devem continuar</p>	<p>As intervenções de urbanização e de revitalização urbana devem contribuir para a mitigação de impactos diretos ou</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	<p>SP Agulhas Negras perdeu 5% da área florestada entre 1994 e 2007; SP Vale do Café tem apenas 20% do território coberto por vegetação em bom estado de conservação e 1,5% da área protegida por UC; SP Serra Verde (Petrópolis e Teresópolis) têm redução de quase 1% ao ano da área florestada, por pressões antrópicas. Apenas N. Friburgo tem boa cobertura de vegetação (uma das maiores áreas de Mata Atlântica do país – áreas urbanas ocupam apenas 4% do território)</p> <p>Infraestruturas deficientes de saneamento ambiental em todos os Subpolos ocasionam poluição e provocam assoreamento dos cursos d'água</p> <p>Vulnerabilidade urbana no SP Serra Verde acarretam fragilidade de encostas, com ocorrência de deslizamentos</p> <p>Gestão de energia – são poucos os municípios do Polo Serra que realizaram Planos Municipais de Gestão de Energia Elétrica –PLAMGES: Petrópolis, Barra Pirai e Eng. Paulo de Frontin</p>	<p>a gerar impactos sobre o território, pressionando os recursos naturais, a infraestrutura de saneamento e a qualidade ambiental urbana</p> <p>Apesar dos incentivos oferecidos, há mais de uma década, pelo Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, continuam sendo poucas as administrações locais que vêm desenvolvendo ações de eficiência energética em seus municípios – esta tendência deve permanecer</p>	<p>indiretos sobre o território</p> <p>Projetos intencionados pelo PRODETUR também poderão contribuir para minimizar situações de vulnerabilidade urbana e, quando necessário e possível, contribuir para a elaboração de planos de contingência</p> <p>Não são previstos projetos relacionados a ações de eficiência energética nos municípios</p>
<p>Instrumentos legais e estruturas institucionais de gestão do território</p>	<p>Todos os municípios dispõem de Planos Diretores e os atos de sua legislação complementar estão sendo implementados</p> <p>Estruturas institucionais e técnicas de gestão do território apresentam algumas deficiências; Itatiaia, Vassouras e Rio das Flores, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu não têm Conselhos de Política Urbana</p>	<p>Quadro tende a permanecer face às deficiências institucionais já referidas e pelo reduzido controle social sobre o aperfeiçoamento e a implementação dos instrumentos de gestão do território</p> <p>Existência de órgão regional de turismo e</p>	<p>Não são previstas ações de fortalecimento institucional relacionados à gestão do território e ao controle urbano</p> <p>Projetos intencionados no Programa não evidenciam a obrigação de</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	<p>Há Conselhos Regionais de Turismo consolidados e atuantes no SP Agulhas Negras (CONRETUR), no SP Vale do Ciclo do Café (CONCICLO) e SP Serra Verde Imperial; há razoável organização social (empresários e lideranças comunitárias) em torno das marcas <i>Visconde de Mauá</i> e <i>Vale do Café</i> e suas atuações contribuem para melhorar a gestão dos recursos naturais e culturais</p> <p>Fraca atuação dos órgãos de turismo na governança local e é precário o controle sobre o território nos subpolos:</p> <ul style="list-style-type: none"> – poucas iniciativas de proteção ambiental pelas prefeituras (Serra Verde e Vale do Café) e baixa eficiência no controle de danos ambientais (A. Negras); – conflitos ambientais por uso ilegal do solo (Serra Verde) e de uso e ocupação (ex.: falta regularização fundiária e, áreas do Parna Itatiaia) – crescimento desordenado de núcleos urbanos afeta atratividade turística (A. Negras e V Café); – ocupações informais em áreas impróprias não são coibidas <p>Faltam relações interfuncionais entre Prefeituras (ex.: Itatiaia e Resende em Visconde de Mauá); há dificuldades de articulação das prefeituras com órgãos estaduais e federais</p>	<p>presença de forte organização social devem continuar influenciando na gestão dos recursos locais e poderão pressionar, de forma crescente, os poderes públicos locais</p> <p>Baixo controle social das comunidades locais sobre a gestão do território deve ter continuidade. Tendência poderá ser modificada em Resende, Valença e Petrópolis caso seus Conselhos venham a atuar de forma constante e efetiva</p> <p>Articulação entre os órgãos locais tendência dever permanecer tênues ou inexistentes</p> <p>Em Itatiaia e Resende as relações poderão ser incrementadas, em consequência das demandas geradas pelo o aumento da atratividade turística da região</p>	<p>compromissos por parte das administrações locais</p> <p>Cenário inalterado – o mesmo previsto para o Cenário Referência</p>

TEMA ESTRATÉGICO: INFRAESTRUTURA, PRODUTOS E GESTÃO DO TURISMO

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Uso não responsável de recursos naturais	A maioria dos municípios não possui empreendimentos e serviços turísticos com práticas sustentáveis	Maior número de empreendimentos turísticos com práticas sustentáveis, em razão de aspectos gerenciais da apropriação do conceito de responsabilidade ambiental e de melhor imagem e visibilidade junto aos consumidores	Não existem investimentos previstos especificamente em empreendimentos e serviços turísticos com práticas de ações de sustentabilidade
Demanda e maior uso das infraestruturas turísticas	Investimentos em recursos financeiros e humanos são insuficientes, frente às necessidades e ao grau de importância do setor	Aumento no valor de investimentos em infraestrutura turística em função do crescimento da economia e do fluxo turístico resultante da ampliação da classe média brasileira e de seu poder de consumo	Indução de novos investimentos públicos e privados nos municípios abrangidos e em eventuais municípios do entorno.
Demandas por qualidade, segurança e legalidade.	A maioria dos municípios possui programas de capacitação, porém dissociados das necessidades de qualificação do mercado	Ampliação da oferta de programas de capacitação e qualificação por diferentes instituições públicas e privadas em decorrência da dinâmica do mercado turístico	Ações de capacitação e qualificação orientarão uma melhor qualidade do produto turístico garantindo a inserção competitiva dos destinos abrangidos no mercado
Procura por serviços turísticos com qualidade e segurança.	A maioria dos municípios possui alguma ação de planejamento a curto ou médio prazo	Apenas um destino indutor contemplado no Polo com melhores resultados em função do alinhamento com os planos macrorregionais do MTur	Ações de planejamento decorrentes de estudos de oferta, demanda e estratégias setoriais

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Intensificação do fluxo turístico	Maior informalidade nos serviços e equipamentos de hotelaria, agenciamento alimentação, organização de eventos e transporte turístico.	Informalidade quase nula em decorrência da aplicação das normas legais e reguladoras do setor	Informalidade quase nula a partir das ações de formalização da atividade econômica

TEMA ESTRATÉGICO: PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
<p>Consolidação dos Atrativos Turísticos</p>	<p>Patrimônio material é forte entre os atrativos (edificações séc. XIX e XX); diversidade de segmentos turísticos; bom aproveitamento de ambientes culturais naturais; boa integração de roteiros</p> <p>Eventos culturais valorizam aspectos regionais e patrimônio local; patrimônio imaterial é mais bem divulgado no Vale do Café</p> <p>Marcas fortes com apelo turístico: “Penedo”, “Mauá”, “Vale do Café”, “Nosso Patrimônio é você” (Petrópolis)</p> <p>Novos atrativos a explorar: Rio Preto, Cachoeira da Fumaça, antigas fazendas (Vale do Paraíba); Brejal, Lumiar e S. Pedro da Serra, Caminhos do Barão (Serra Verde)</p> <p>Carência de pouca sinalização para bens materiais</p>	<p>Tendências: valorização dos atributos culturais e naturais como atrativos turísticos; eventos devem se multiplicar, promovendo manifestações tradicionais; Patrimônio imaterial tende a ser mais valorizado e melhor divulgado como atrativo</p> <p>Fortalecimento das marcas turísticas e surgimento de outras, associadas a novos atrativos</p> <p>Idem com a interação entre circuitos tradicionais e novos atrativos</p> <p>Falta de pesquisas e estudos deve permanecer, mas com algumas iniciativas isoladas</p> <p>Ações de sinalização de alcance limitado</p>	<p>Centros Culturais em N. Friburgo e Centros de Turismo e Artesanato devem reforçar poder de atratividades desses municípios</p> <p>Reurbanização e revitalização de núcleos e bens culturais contribuirão para aumento da atratividade turística e merecem ser ampliadas;</p> <p>Planos de Marketing e Sinalização Turística com recursos muito reduzidos</p>
<p>Proteção do patrimônio cultural (bens materiais e imateriais)</p>	<p>Centros históricos e conjuntos de bens culturais não sofrem pressões e estão bem preservados</p> <p>Ações de conservação têm sido mais frequentes,</p>	<p>Bens materiais protegidos, não deverão sofrer pressões e não serão alterados</p> <p>Espera-se atuação mais intensa das Prefeituras na</p>	<p>Não prevê atividades de inventário e/ou divulgação dos patrimônios material e imaterial</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	<p>em função da importância como atrativos</p> <p>Prefeituras não realizam inventários, nem fazem tombamentos exceção de Petrópolis e N. Friburgo</p> <p>Inventários recentes do INEPAC: Caminhos Singulares; Antigas Fazendas de Café; Centro Histórico de Valença, (com tombamento)</p> <p>“Ações estratégicas de revitalização do Vale do Café” (Preservale e Inst. Light)</p> <p>Importantes manifestações tradicionais de comunidades do Vale do Café devem ser protegidas e valorizadas</p>	<p>conservação dos bens culturais</p> <p>O mesmo poderá ocorrer com as atividades sistemáticas de inventariação e proteção dos patrimônios (material e imaterial), mas essas atividades continuarão sendo realizadas primordialmente pelos órgãos de tutela federal e estadual (IPHAN e INEPAC)</p> <p>Poderão ocorrer novos tombamentos (anunciados por Petrópolis e N. Friburgo)</p> <p>As manifestações tradicionais tendem se manter, mesmo sem apoio oficial</p>	<p>Centros de Memória implantados em N. Friburgo, Valença, Casimiro – referências de atividades de inventário e divulgação dos patrimônios locais – poucos para o universo a ser abordado</p> <p>Não explicita outras atividades de apoio ao saber fazer tradicional e às manifestações das comunidades locais</p>
<p>Pressões sobre os instrumentos legais e estruturas institucionais de gestão do patrimônio cultural</p>	<p>Não há cumprimento das responsabilidades municipais, previstas nos Planos Diretores, para patrimônio cultural (exceções: Petrópolis e Friburgo)</p> <p>Pequeno Controle social local sobre a gestão do patrimônio cultural – vem crescendo (Petrópolis e Friburgo estão reativando conselhos)</p> <p>A forte organização social em torno da marca “Mauá” e sua atuação no CORETUR contribuem para a gestão dos recursos naturais e culturais; idem em relação aos proprietários de fazendas históricas, associados ao Preservale</p>	<p>Pouca efetividade dos órgãos locais na proteção e valorização do patrimônio cultural – à exceção de Petrópolis (forte presença do IPHAN e do INEPAC)</p> <p>Quadro deve se modificar para melhor, face a importância dos bens culturais como atrativos</p> <p>Quadro tendencial é: manutenção do reduzido controle social sobre a gestão do patrimônio cultural; e pouca articulação entre as políticas locais de gestão do turismo e do patrimônio</p> <p>A presença do IPHAN e do INEPAC deve continuar forte nos Subpolos</p>	<p>Não explicita ações de fortalecimento institucional relacionados ao patrimônio cultural, apenas em relação à gestão do turismo</p> <p>Projetos intencionados no Programa não evidenciam a obrigação de compromissos por parte das administrações locais</p> <p>Cenário idêntico ao Cenário Tendencial</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	Controle mais efetivo sobre os bens protegidos exercido pelos principais órgãos de tutela		

TEMA ESTRATÉGICO: RECURSOS NATURAIS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Gestão de Unidades de Conservação	Grande disparidade dentro do polo: o subpolo Serra Imperial apresenta grandes UCs federais e estaduais, com uma grande área florestada, enquanto que o subpolo Agulhas Negras apresenta duas grandes UCs federais, só uma de proteção integral, apresenta uma área restrita de floresta. O subpolo Vele do Café possui o menor número de UCs (uma) e com pouquíssimas áreas florestadas	<p>Melhoria na regularização fundiária, planos de manejo, planos de uso público e infraestrutura para recepção de visitantes nas Unidades de Conservação, porém só nas de maior visitação</p> <p>Aumento das Unidades de Conservação Municipal, criadas por incentivo do ICMS-Ecológico e do fomento turístico regional, porém ainda deficiente na proteção dos ecossistemas</p> <p>Consolidação dos mosaicos porém ainda sem uma gestão integrada entre as UCs e entre os mosaicos em suas áreas e recursos</p> <p>Mosaico “Central Fluminense” consolidado em gestão integrada e planos de Sustentabilidade;</p> <p>PE Concórdia regularizado</p> <p>PN de Itatiaia recategorizado com sobreposição de categorias, plano de manejo, plano de uso público e infraestrutura para recepção de visitantes</p>	<p>PETP com plano de manejo com estruturas de visitação</p> <p>Investimentos previstos para a criação de UC em Itaipava</p> <p>PE Concórdia regularizado expandido</p> <p>Criação de um sistema de pagamento por serviços ecossistêmicos (PSA) nos mananciais das serras</p> <p>Incentivo a criação de RPPNs, em especial nos Municípios de Nova Friburgo, Cachoeiras de Macacu, Barra do Pirai, Valença, Resende e Itatiaia</p> <p>Criação de UC Estadual na Serra da Mantiqueira perímetro Resende</p>
Gestão Ambiental	O subpolo Serra Imperial possui médio grau de institucionalização e desenvolvimento no Sistema de Gestão Ambiental, enquanto que o subpolo Vale do Café possui baixo grau e o subpolo Agulhas Negras alto grau	Gestão Ambiental participativa de órgãos, colegiados, agendas regionais e organizações civis, Deve contar também com a parceria do Governo do Estado e Governo Federal	O PRODETUR não tem nenhum recurso ou atividade destinado a melhoria da gestão ambiental nos municípios ou a nível regional

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	<p>Os subpolos da Serra Imperial e Agulhas negras apresentam alto nível de integração aos demais níveis hierárquicos de governo, enquanto que o Subpolo Vale do Café apresenta baixo nível de integração</p> <p>Os subpolos da Serra Imperial e Agulhas possuem Agenda 21 Local, e poucos registros de iniciativas coordenadas por ONG, enquanto que o subpolo Vale do Café a maioria dos municípios não possuem Agenda 21 Local, e poucas ONGs</p>	<p>Aumento da arrecadação de ICMS–Ecológico e consequente aumento no repasse para as secretarias municipais de Meio Ambiente</p>	

TEMA ESTRATÉGICO: SANEAMENTO AMBIENTAL

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Abastecimento de água	<p>Na Serra Verde Imperial avaliar comprometimento das ETAs e necessidades de recuperação dos sistemas</p> <p>No Vale do Café demanda sazonal em hotéis fazenda e fazendas históricas, com sistemas de abastecimento de água independentes, não se verificam momentos de “pico” de demanda ou sazonalidades que comprometem os sistemas de abastecimento nas cidades. Apenas no distrito de Conservatória a sazonalidade é relevante.</p> <p>Em Mauá, Maromba e Maringá, sistemas isolados, com captações próximas</p>	<p>Recuperação ETAs, universalização do atendimento; novas áreas de expansão urbana</p> <p>Manutenção/expansão dos sistemas atuais;</p> <p>Fiscalização e controle dos sistemas independentes e isolados</p> <p>Novos sistemas em implantação em Maromba, Maringá e Mauá exigem solução para gestão</p>	<p>Os investimentos em esgotamento sanitário no subpolo Agulhas Negras contribuem para melhoria da qualidade das águas para abastecimento</p> <p>A ampliação dos fluxos pelo PRODETUR implica dimensionamento dos sistemas para a sazonalidade – períodos de pico de consumo</p>
Esgotamento sanitário	<p>Avaliar situação atual após os desastres, comprometimento das ETEs</p> <p>Petrópolis e N. Friburgo sistemas privatizados, tendência de universalização da coleta nos distritos principais; Teresópolis e Macacu – CEDAE – s.i.</p> <p>Vale do Café, redes precárias, sem tratamento, comprometem cursos d’água e Paraíba do Sul; apenas Rio das Flores tem 85% de tratamento</p> <p>Poluição crescente no Rio Preto</p> <p>Redes e sistemas isolados jogando <i>in natura</i> nos rios</p> <p>Sistemas em fase final de implementação, como pré-</p>	<p>Metas RIO + LIMPO – 60% dos esgotos coletados tratados; estações de tratamento de esgotos previstas para implantação pelas empresas, especialmente em Petrópolis e Nova Friburgo</p> <p>Despoluição dos cursos d’água</p> <p>Vale do Café, demanda por expansão das redes de coleta e ETEs – Conservatória e Juparanã;</p> <p>Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB (recursos FECAM/FUNDRHI) subpolo Agulhas Negras, Rio Preto e afluentes</p>	<p>Finalização dos sistemas de esgotamento sanitário nas vilas de Maromba, Maringá e Visconde de Mauá, com conclusão das Estações de tratamento de esgotos – ETEs e das redes públicas de coleta de efluentes.</p> <p>Necessidade de associação desses sistemas aos PD dos núcleos e a diretrizes de ocupação do solo que garantam adequação às limitações do suporte do ecossistema.</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	<p>requisito da pavimentação da estrada Capelinha–Mauá/Maromba.</p> <p>Aspectos institucionais de operação e manutenção dos sistemas de esgotamento sanitário nos 3 núcleos não resolvidos</p>	<p>despoluídos</p> <p>Observar exigências na captação de água e tratamento doméstico de esgotos nas áreas não urbanas (hotéis e pousadas)</p>	
<p>Manejo e disposição final de resíduos sólidos</p>	<p>Na SVI, apesar do novo aterro de Teresópolis; quantidade de resíduos de lama, demolição e detritos em geral implica locais para disponibilização/depósitos</p> <p>Soluções provisórias em Petrópolis e Friburgo</p> <p>Riscos de contaminação após as chuvas</p> <p>No Vale do Café avanço apenas em Rio das Flores, nos demais, lixões</p> <p>Nos núcleos das Agulhas Negras, coleta inadequada</p> <p>Disposição final não solucionada, com transporte pela rodovia Capelinha – Mauá até aterro de Resende</p>	<p>Na SVI recuperação das áreas de depósitos (bota-fora) com parques e planos de manejo</p> <p>A garantia de manejo/coleta de lixo adequada, significa reduzir riscos de acúmulo em encostas, que podem contribuir para deslizamentos</p> <p>Necessidade de solucionar as questões de tratamento e disposição final dos resíduos, com os aterros sanitários previstos – PEGIRS, especialmente nos casos de Petrópolis e Nova Friburgo, já que em Teresópolis a questão foi solucionada</p> <p>Avançar na coleta seletiva</p> <p>Ausência de plano de gestão integrada de resíduos sólidos para os 3 núcleos (e incluindo Bocaina de Minas), com altos custos de operação e riscos de poluição do solo e das águas</p>	<p>Não há investimentos ou iniciativas do PRODETUR nesse tema</p>
<p>Manejo de águas</p>	<p>Na SVI, fragilidade das encostas urbanas, onde os sistemas de drenagem, assim como preservação e</p>	<p>Recuperação de mata ciliar e reflorestamentos nas bacias do rio Macacu e</p>	<p>Ampliação dos investimentos pelo PRODETUR–RJ pode acelerar os processos de ocupação</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
pluviais urbanas	<p>reposição de áreas florestadas são fundamentais para prevenir deslizamentos e graves acidentes, com perdas de habitações e vidas humanas.</p> <p>Situação crítica em todos os vales (rio Bengalas, Piabanha; etc..) e encostas</p> <p>No Vale do Café relevo + favorável, menos eventos extremos</p> <p>Enchentes sazonais em Barra do Piraí em função do Rio Paraíba do Sul</p> <p>Desmatamento em todas as zonas rurais</p> <p>No subpolo Agulhas negras cheias pontuais ao longo do Rio Preto, encostas preservadas (UCs)</p>	<p>Piabanha</p> <p>APPs urbanas ao longo dos rios e córregos implantadas e fiscalizadas</p> <p>Recuperação de mata ciliar e reflorestamentos nas bacias do rio Macacu e Piabanha</p> <p>Parques fluviais do Santo Antônio e Piabanha implantados</p> <p>PD e PMSB implantados</p> <p>Sistemas de drenagem pluvial em áreas de encostas implantados;</p> <p>Investimentos para recuperação da região serrana implantados</p> <p>Cuidados com encostas em Valença, Rio das Flores e Conservatória</p> <p>Em Agulhas Negras observância das UCs, APPs, preservação das encostas</p>	<p>desordenada do solo, sobrecarregando as capacidades das administrações municipais, que ainda não fizeram frente ao cenário atual</p> <p>No Vale do Café reflorestamento em toda a região evitaria deslizamentos e assoreamento</p> <p>No subpolo Agulhas Negras, cuidados na implantação/pavimentação da Capelinha-Mauá, e Mauá-Maromba, pelos riscos de deslizamentos</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
Qualidade das águas	<p>Na SVI contaminação, comprometimento geral dos rios principais em função das chuvas e esgotos</p> <p>No Vale do Café, comprometimento total dos rios Paraíba do Sul e afluentes com poluição industrial e de esgotos; córregos em Valença idem</p> <p>Em Agulhas Negras, comprometimento em trechos do baixo Rio Preto, junto aos núcleos de Maringá e Mauá</p>	<p>Na SVI, balneabilidade dos rios que cruzam as cidades dependem das redes e ETES</p> <p>Investimentos para recuperação implantados</p> <p>APPs urbanas preservadas</p> <p>No Vale do Café depende das ações de despoluição do Paraíba do Sul – CEIVAP /AGEVAP – implantação dos PMSB (recursos FECAM/FUNDRHI)</p> <p>Em Agulhas Negras, despoluição com a implantação de redes e ETES em todos os distritos – investimentos contrapartida PRODETUR em finalização</p> <p>Fiscalização dos sistemas isolados</p>	

TEMA ESTRATÉGICO: GOVERNANÇA

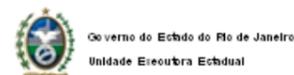
Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
<p>Gestão governamental Estadual do Turismo (SET/TURISRIO/CET)</p>	<p>Pontos fortes</p> <p>Conhecimento acumulado pela TurisRio</p> <p>Histórico vinculado ao fortalecimento das instâncias regionais de Governança do Estado</p> <p>Desenvolvimento de capacidade articuladora na promoção de parcerias público-privadas</p> <p>Pontos fracos</p> <p>Falta de renovação dos quadros técnico-funcionais</p> <p>Carência de infraestrutura e de recursos orçamentários/financeiros – Receita dependente de convênios</p> <p>Plano Diretor Estadual de Turismo desatualizado</p> <p>Insuficiente integração com os demais órgãos governamentais do Estado com interface na gestão do turismo</p> <p>Pouca capilaridade do Conselho Estadual de Turismo – CET no interior do estado</p>	<p>Perspectiva de consolidação da estrutura de gestão do turismo no estado</p> <p>Renovação e atualização do quadro técnico e dos instrumentos de planejamento e gestão</p> <p>Ampliação de recursos destinados ao setor em função do progressivo crescimento da atividade na economia global – mega eventos esportivos</p>	<p>Plano Diretor Estadual de Turismo atualizado</p> <p>Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual (SET e TurisRio); e aperfeiçoamento das instâncias participativas estaduais com a implantação de novo marco legal e de novo modelo de gestão</p> <p>Capacitação do gestor público, com pouco resultado, caso não se promova concursos públicos</p> <p>Formulação de novos projetos a serem implementados a partir do PDITS (PRODETUR II)</p> <p>Nova cultura de gestão do Turismo a partir da criação e funcionamento da UCP</p> <p>Sistema de Informações de turismo implantado como apoio à gestão</p>
<p>Gestão Regional do Turismo (instâncias participativas)</p>	<p>Pontos fortes</p> <p>Presença de um destino indutor do Turismo Regional (Petrópolis)</p>	<p>Insuficiente processo de descentralização e interiorização do Turismo no Estado, fragilizando as instâncias regionais de</p>	<p>Planos Estratégicos Regionais de Desenvolvimento do Turismo e Planos de Marketing executados</p>

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
regionais)	<p>Estudos de Competitividade nos municípios de Nova Friburgo e Teresópolis (Serra Verde Imperial), Vassouras e Valença (Vale do Café), Resende e Itatiaia (Aguilhas Negras)</p> <p>Conselhos Regionais de Turismo formados em todos os subpolos, em diferentes estágios de consolidação</p> <p>Capacitação para a governança regional²⁹ junto aos Conselhos da Serra Verde Imperial, Vale do Café e Agulhas Negras</p> <p>Organização social – destaque para o SEBRAE/RJ que atua em parcerias governamentais e não governamentais; para as associações de Visconde de Mauá e para o Instituto Preservale, relacionadas a Agulhas Negras e Vale do Café (marcas Visconde de Mauá e Vale do Café, respectivamente)</p>	<p>governança</p> <p>Governos municipais um pouco mais capacitados para atender as demandas fruto de investimentos econômicos regionais e do ingresso de novas classes sociais no mercado, principalmente os destinos indutores</p> <p>Instâncias locais mais participativas, principalmente a do destino indutor</p> <p>Implantados novos destinos indutores: Nova Friburgo e Teresópolis, Vassouras e Valença, Resende e Itatiaia</p>	<p>Fortalecimento das Instâncias Participativas de Gestão Regionais e Municipais, influenciando nas políticas públicas estaduais e municipais do setor</p> <p>Reduzida a excessiva centralidade do SP Metropolitano, com o estabelecimento de complementaridade entre esse e os demais destinos</p> <p>Investimentos realizados com recursos federais e estaduais</p> <p>Roteiros regionais integrados e estabelecidos</p>

29 Promoção do MTur, SETE/TurisRio e do SindRio, execução Instituto Ideias e apoio do Fórum Estadual dos Secretários de Turismo do Estado do RJ, em 2006

Processos	Situação atual	Cenário de Referência Situação em 2020	Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR Situação em 2020
	<p>Órgãos municipais de Turismo consolidados e atuantes com instâncias participativas; Planos Diretores municipais e legislação complementar elaborados, aprovados e em implementação</p> <p>Iniciativas de mobilização, em âmbito regional, na forma de consórcios e outras modalidades de associações intermunicipais, para assuntos de saneamento e preservação ambiental</p> <p>Instâncias participativas regionais dos Subpolos representadas no Comitê de Acompanhamento da AAE do PRODETUR-RJ</p> <p>Pontos fracos</p> <p>Inexistência de Planos de Desenvolvimento Turístico Regional e de Planos de Marketing integrado</p> <p>Recursos públicos e privados insuficientes para o desenvolvimento do turismo regional</p> <p>Insuficiência de dados, estudos e pesquisas sobre o setor turístico a nível regional</p> <p>Ações governamentais não integradas para desenvolvimento do Turismo Regional</p> <p>Baixo nível de empreendedorismo, refletindo na qualidade da gestão regional e local</p>		

ANEXO VIII – MATRIZ DE INVESTIMENTOS DO PRODETUR–RJ



Pólo	Subpólo	Item	Projetos	Fontes(US\$ X 1.000)				Total(US\$ x 1.000)		2011		2012		2013		2014		TOTAL US\$		
				BID	%	GERJ	%	BID+GERJ	%	BID	GERJ	BID	GERJ	BID	GERJ	BID	GERJ	BID	GERJ	BID+GERJ
Componente 1 Produtos Turísticos																				
Sub-componente 1.1-Parques Urbanos Turísticos- Rio de Janeiro e Niterói																				
Litoral	Metropolitano	1	Museu da Imagem e do Som - MIS	30.300,00				30.300,00		15.000,00	0,00	15.300,00						30.300,00	0,00	30.300,00
Litoral	Metropolitano	2	Torre Panorâmica - Caminho Niemayer-Niterói			11.000,00		11.000,00		11.000,00								0,00	11.000,00	11.000,00
Litoral	Metropolitano	3	Planejamento e Implantação de Roteiros Temáticos na Cidade do Rio de Janeiro para estímulo a pequenos negócios associados	700,00				700,00		700,00								700,00	0,00	700,00
Sub-componente 1.2-Redes de Centros Atendimento Turístico																				
Todos	Metropolitano,Serra Verde Imperial, Costa Verde e Costa do Sol	4	Desenvolvimento de Rede de Atendimento de Turismo e Implantação de Centros Pilotos(Rio de Janeiro,Búzios,Nova Friburgo e Valença-Conservatória)	3.000,00				3.000,00				3.000,00						3.000,00	0,00	3.000,00
Todos	Metropolitano,Serra Verde Imperial, Costa Verde e Costa do Sol	5	Elaboração de Conteúdo de Informações dos Centros Pilotos	300,00				300,00		300,00								300,00	0,00	300,00
Todos	Metropolitano,Serra Verde Imperial, Costa Verde e Costa do Sol	6	Infra-estrutura de Tecnologia da Informação dos Centros Pilotos	250,00				250,00				250,00						250,00	0,00	250,00
Sub-componente 1.3-Centros de Memória do Vale do Café																				
Serra	Vale do Café	7	Centros de Memória e Museus(Vale do Café - Valença -Museu do Café e Estação de Juparanã)	1.250,00		400,00		1.650,00		400,00	1.250,00							1.250,00	400,00	1.650,00
Serra	Vale do Café	8	Conteúdo dos Centros de Memória e Museus(Vale do Café - Valença -Museu do Café e Estação de Juparanã)	1.500,00				1.500,00					1.500,00					1.500,00	0,00	1.500,00
Todos	Vale do Café	9	Identificação de novas oportunidades de Negócios Turísticos no Vale do Café para programa de fomento-Investerio	200,00				200,00		200,00								200,00	0,00	200,00
Sub-componente 1.4-Urbanização de áreas,orlas e de Centros Históricos																				
Serra	Agulhas Negras	10	Urbanização de Visconde de Mauá-2ª Etapa ,Maromba e Maringá	3.500,00				3.500,00			3.500,00							3.500,00	0,00	3.500,00
Serra	Serra Verde Imperial	11	Urbanização da Rua Teresa-Petropolis	3.000,00				3.000,00		1.500,00	1.500,00							3.000,00	0,00	3.000,00
Serra	Serra Verde Imperial	12	Urbanização de Lumiar e São Pedro-Nova Friburgo	2.900,00				2.900,00			2.900,00							2.900,00	0,00	2.900,00
Todos	Costa do Sol, Costa Verde e, Serra Verde Imperial e Vale do Café	13	Obras de Urbanização de Orlas , Centros Históricos e Paisagísticos(Arraial do Cabo, Valença, Petrópolis, Cabo Frio , Nova Friburgo e Paraty)			12.000,00		12.000,00				12.000,00		0,00				12.000,00	0,00	12.000,00
Todos	Todos	14	Manual de Urbanização de Vilas Turísticas e Históricas	100,00				100,00		100,00								100,00	0,00	100,00
Sub-componente 1.5-Estudos Turísticos,Qualificação e Capacitação																				
Todos	Todos	15	Fortalecimento na Gestão Empresarial da Economia do Turismo	2.000,00				2.000,00			1.000,00		1.000,00					2.000,00	0,00	2.000,00
Todos	Agulhas Negras	16	Planificação Interpretativa da Estrada Parque Capelinha - Mauá	100,00				100,00		100,00								100,00	0,00	100,00
Todos	Todos	17	Atualização do Plano Diretor Estadual de Turismo	500,00				500,00			500,00							500,00	0,00	500,00
Todos	Costa Verde e Agulhas Negras	18	Identificação de novas oportunidades de Negócios Turísticos em Visconde de Mauá(Resende) e Ilha Grande(angra dos Reis) para programa de fomento-Investerio	200,00				200,00		200,00								200,00	0,00	200,00
Sub-componente 1.6-Centros Culturais,Eventos e de Exposições																				
Todos	Costa do Sol, Costa Verde e Serra Verde Imperial	19	Centro Cultural, Eventos e de Exposições(Nova Friburgo e Paraty)			9.000,00		9.000,00				9.000,00						0,00	9.000,00	9.000,00
Sub-componente 1.7-Sinalização Turística																				
Todos	Todos	20	Sinalização Turística nos Pólos Litoral e Serra-Projeto e Implantação	4.000,00				4.000,00		2.500,00		1.500,00						4.000,00	0,00	4.000,00
Total				53.800,00	62,41	32.400,00	37,59	86.200,00	46,10	20.600,00	11.400,00	42.700,00	9.000,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	65.800,00	20.400,00	86.200,00

Componente 2 Comercialização																				
Subcomponente Plano de Imagem e Marketing																				
Todos	Todos	21	Elaboração do Plano Estratégico(período Ano 1 a Ano 4)+(Estratégia de Marketing On line)	1.000,00				1.000,00		1.000,00							1.000,00	0,00	1.000,00	
Todos	Todos	22	Elaboração e Implantação dos Planos Operativos Anuais (2 Planos)	8.000,00				8.000,00		2.000,00		3.000,00		3.000,00			8.000,00	0,00	8.000,00	
Total				9.000,00	100,00	0,00	0,00	9.000,00	4,81	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
Componente 3 Fortalecimento Institucional																				
Subcomponente Fortalecimento																				
Todos	Costa do Sol, Costa Verde, Serra Verde Imperial e Agulhas Negras	23	Fortalecimento da Atividade Econômica do Turismo - Regularização da Informalidade (Ilha Grande, Visconde de Mauá, Conservatória e Búzios)	1.200,00				1.200,00		1.200,00							1.200,00	0,00	1.200,00	
Todos	Todos	24	Fortalecimento Institucional do Turismo Estadual-Capacitação do Gestor Público	900,00				900,00		900,00							900,00	0,00	900,00	
Todos	Todos	25	Fortalecimento Institucional da SETE e da TURISRIO	1.050,00				1.050,00		1.050,00							1.050,00	0,00	1.050,00	
Todos	Metropolitano	26	Sistemas de Gestão Integradas de Destinos-Desenho e Implantação de projeto Piloto Rio de Janeiro(Cartão Fidelidade Turístico e Cultural)	750,00				750,00				750,00					750,00	0,00	750,00	
Todos	Todos	27	Identificação de Melhores Práticas e proposição de Marcos Legais de Turismo no âmbito Estadual e um novo modelo de gestão	500,00				500,00		500,00							500,00	0,00	500,00	
Todos	Todos	28	Fortalecimento das Instâncias Participativas de Gestão Estadual, Regional e Municipal Estadual	500,00				500,00		250,00		250,00					500,00	0,00	500,00	
Subcomponente Núcleo de Estudos e Pesquisas Turísticas																				
Todos	Todos	29	Infraestrutura física, hardware, software e sistema de informação	700,00				700,00		700,00							700,00	0,00	700,00	
Todos	Todos	30	Pesquisas nos Pólos para monitoramento e avaliação do Programa (Ano 1 e Ano 4)	600,00				600,00		300,00				300,00			600,00	0,00	600,00	
Todos	Todos	31	Estudo de Demanda Atual e Potencial dos mercados emissores nacional e internacional para Destinos Turísticos dos Pólos Litoral e Serra	1.700,00				1.700,00		1.700,00							1.700,00	0,00	1.700,00	
Todos	Todos	32	Estudo de Oferta dos Destinos Turísticos dos Pólos Litoral e Serra	500,00				500,00		500,00							500,00	0,00	500,00	
Todos	Todos	33	Pesquisa de Ambiente Empresarial nos Polos Serra e Litoral (REVPAR da Rede Hoteleira)	600,00				600,00		600,00							600,00	0,00	600,00	
Total				9.000,00	100,00	0,00	0,00	9.000,00	4,81	7.700,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	300,00	0,00	9.000,00	0,00	9.000,00
Componente 4 Infraestrutura																				
Sub-componente 4.1-Mobilidade e Acessibilidade																				
Serra	Agulhas Negras	34	Estrada Parque Capelinha - Visconde de Mauá-Resende - RJ163	3.000,00		29.000,00		32.000,00		3.000,00	29.000,00						3.000,00	29.000,00	32.000,00	
Serra	Agulhas Negras	35	Estrada Parque - Visconde de Mauá- Maromba RJ 151	7.000,00		3.600,00		10.600,00			7.000,00	3.600,00					7.000,00	3.600,00	10.600,00	
Litoral	Costa Verde e Costa do Sol	36	Estação /Pier e Centro de Atendimento ao Turista (Búzios, Mangaratiba)	4.000,00				4.000,00			4.000,00						4.000,00	0,00	4.000,00	
Sub-componente 4.2-Saneamento e Drenagem																				
Litoral	Costa Verde	37	Saneamento Centro Histórico e Urbanização da Orla e cais dos Saveiros em Paraty	1.000,00		2.500,00		3.500,00			1.000,00	2.500,00					1.000,00	2.500,00	3.500,00	
Litoral	Costa Verde	38	Saneamento, Drenagem e Urbanização - Vila do Abraão-Ilha Grande-Angra dos Reis			5.000,00		5.000,00				2.500,00	2.500,00				0,00	5.000,00	5.000,00	
Total				15.000,00	27,22	40.100,00	72,78	55.100,00	29,47	3.000,00	31.500,00	12.000,00	8.600,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	40.100,00	55.100,00

Componente 5 Gestão Ambiental																				
Sub-componente 5.1 - Unidades de Conservação																				
Todos	Todos	39	Auditoria Ambiental de Obras selecionadas	600,00				600,00				300,00		150,00		150,00		600,00	0,00	600,00
Todos	Todos	40	Implantação das Recomendações da Avaliação Ambiental Estratégica incluindo Potencial RPPN	2.000,00				2.000,00				1.000,00		1.000,00				2.000,00	0,00	2.000,00
Litoral	Todos	41	Estudo de Capacidade de Carga e Uso Público da Ilha Grande e Implantação do Sistema de gestão dos fluxos turísticos e monitoramento	500,00				500,00		500,00								500,00	0,00	500,00
Serra	Serra Verde Imperial	42	Estudos e Implantação no Parque Fluvial Itaipava			2.500,00		2.500,00					2.500,00					0,00	2.500,00	2.500,00
Litoral	Costa Verde	43	Estudos e Implantação no Parque da Ilha Grande	5.000,00				5.000,00		2.500,00		2.500,00						5.000,00	0,00	5.000,00
Serra	Serra Verde Imperial	44	Estudos e Implantação no Parque dos Tres Picos	2.000,00				2.000,00			1.000,00		1.000,00					2.000,00	0,00	2.000,00
Total				10.100,00	80,16	2.500,00	19,84	12.600,00	6,74	4.000,00	0,00	4.800,00	2.500,00	1.150,00	0,00	150,00	0,00	10.100,00	2.500,00	12.600,00
Auditoria, Encargos Contratuais , Gerenciamento, Supervisão e Reserva de Contingencia																				
Todos	Todos	45	Auditoria Externa	480,00				480,00		120,00		120,00		120,00		120,00		480,00	0,00	480,00
Todos	Todos	46	Gerenciamento, Monitoramento e Avaliação do Programa	10.220,00				10.220,00		3.577,00		3.577,00		1.533,00		1.533,00		10.220,00	0,00	10.220,00
Todos	Todos	47	Supervisão de Obras	3.000,00				3.000,00		250,00		2.250,00		500,00				3.000,00	0,00	3.000,00
Todos	Todos	48	Operacionalização da UCP	900,00				900,00		225,00		225,00		225,00		225,00		900,00	0,00	900,00
Todos	Todos	49	Aviações Intermediária e Final do Programa	400,00				400,00				200,00				200,00		400,00	0,00	400,00
Todos	Todos	50	Publicações de Aquisições	100,00				100,00		40,00		30,00		20,00		10,00		100,00	0,00	100,00
Total				15.100,00	100,00	0,00	0,00	15.100,00	8,07	4.212,00	0,00	6.402,00	0,00	2.398,00	0,00	2.088,00	0,00	15.100,00	0,00	15.100,00
TOTAL GERAL - PRODETUR NACIONAL - RJ																				
Total Geral Prodetur				112.000,00	60	75.000,00	40	187.000,00	100,00	42.512,00	42.900,00	69.902,00	20.100,00	9.048,00	0,00	2.538,00	0,00	124.000,00	63.000,00	187.000,00
Total Geral Prodetur ACUMULADO										42.512,00	42.900,00	112.414,00	63.000,00	121.462,00	63.000,00	124.000,00	63.000,00			187.000,00
% ANUAL POR FONTE										34,28	68,10	56,37	31,90	7,30	0,00	2,05	0,00	100,00	100,00	100,00

ANEXO IX – RESULTADO DO 2º SEMINÁRIO INTERNO

Objetivos: Avaliação do Diagnóstico Integrado e da Cenarização proposta

Data: 23/02/2011

Horário: 09h00min às 18h00minh

Local: IBAM

Participantes: representantes da SEOBRAS–UCP, INEA, SEA, TurisRio e da Equipe Executora

Pontos da Pauta e principais aspectos debatidos

Tendo em vista os objetivos do Seminário Interno, expõe-se a seguir os itens de pauta e as sugestões de ajustes e complementações recolhidas durante o evento.

1. Diagnóstico Integrado Estratégico dos Polos e Subpolos recortados pelo Programa

Os resultados do Diagnóstico Estratégico, realizado com base na metodologia SWOT segundo as Dimensões da Sustentabilidade, foram apresentados de forma individualizada para o Polo Litoral e o Polo Serra.

Como resultado do debate, em uma avaliação mais ampla, constatou-se que **o PRODETUR como um todo afeta pouco a dinâmica do Estado do Rio de Janeiro**, não sendo de grande monta, nessa escala, os impactos positivos ou negativos do Programa. No entanto, na **escala de análise de subpolo ou destino turísticos, pode-se perceber uma série de possíveis impactos em suas dinâmicas internas e em suas relações funcionais** com os outros territórios.

Desse modo, tem-se como desafio **diferenciar as questões mais amplas e gerais**, em cada um dos temas relevantes, e **as questões específicas** que afetam cada um dos territórios.

2. Construção dos Cenários Tendencial, PRODETUR e de Sustentabilidade

Apresentação e debate sobre as **principais características da metodologia empregada para a construção dos cenários**.

Discussões e contribuições acerca das propostas para a **Visão de Futuro** e para os **Objetivos de Sustentabilidade**, como base para subsidiar a avaliação e a proposição de diretrizes e recomendações.

Foram feitas sugestões para revisão de alguns pontos no texto da Visão de futuro e concluiu-se pela necessidade de **cotejar os Objetivos De Sustentabilidade com as discussões já realizadas ligadas às Dimensões da Sustentabilidade e, eventualmente, condensar alguns objetivos para atingir uma redação mais sucinta e objetiva.**

A importância de se reforçar a **dimensão institucional e a questão da capacitação**

Discussão sobre as formas mais recentes da **atuação dos órgãos ambientais** – da exclusiva ação repressiva para a valorização da prevenção e do diálogo entre outros setores. Avaliou-se, no entanto, que nova postura ainda é bastante tímida.

Os **Cenários projetados** foram apresentados em quadros síntese por cada uma das Linhas Temáticas. Neles são trabalhados os principais processos/indicadores relacionados aos fatores críticos identificados no Diagnóstico Estratégico. Os quadros utilizados como suporte de análise apresentam a seguinte estrutura:

- . Situação atual – principais processos identificados no Diagnóstico
- . Cenário de Referência – Situação em 2020 – projetado em função de ações em curso ou projetadas identificadas
- . Cenário de Desenvolvimento – PRODETUR 2020 – projetado em função de ações programadas

Na apresentação do tema **Dinâmica Regional** foi destacado o **conjunto inédito de investimentos estruturantes** previstos para o Estado do Rio de Janeiro e a **capacidade limitada do PRODETUR-RJ diante desse cenário**, além dos riscos associados aos investimentos previstos, notadamente no Polo Litoral. Sobre a leitura do Polo Serra, ressaltou-se a importância de se retomar o vínculo daquele território (notadamente o Vale do Café), com o sul de Minas Gerais. O **vazio de desenvolvimento observado no Vale do Café merece um olhar específico** dado sua configuração histórica e o potencial do turismo cultural.

Com relação ao tema **Desenvolvimento Urbano** foram destacados os investimento previstos para a Costa Verde e os riscos e oportunidades a eles relacionados. Identificou-se que as pressões vão ser muito fortes e será preciso não repetir os mesmos erros que ocorreram na Costa do Sol (Macaé e em torno). Foi ressaltado o **impacto gerado pelo aumento do fluxo turístico através dos navios de cruzeiros, na Costa Verde e na Costa do Sol, e a ausência de controle social e ambiental**. Foi debatida a precariedade da gestão urbana-ambiental no nível local e a importância de se fortalecer as estruturas institucionais municipais. A **importância dos arranjos institucionais e do conhecimento da capacidade de carga dos destinos** para conter/mitigar as pressões decorrentes do aumento da visitação nos territórios-alvo do Programa foi bastante enfatizada.

A apresentação do tema **Infraestrutura e Produtos Turísticos** destacou a precariedade de informações consolidadas relativas ao setor e a **questão da informalidade** no turismo como um obstáculo para o desenvolvimento da atividade. Principais aspectos

debatidos: (i) a importância de se tratar a questão da informalidade não só no que se refere aos estabelecimentos turísticos, mas pensando na **formalização total do lugar/ambiente**, que inclui todas as pendências (ambientais, territoriais, comerciais, etc.); (ii) a dificuldade de se mapear os **vínculos entre turismo e comércio local**, definir que estabelecimentos estão realmente vinculados ao setor turismo; (iii) a questão da **sazonalidade** como um empecilho para a formalização; (iv) o pouco interesse/envolvimento encontrado na execução de projetos de combate à informalidade. Restou uma grande indagação: **a atividade econômica pode ser sustentável apoiada em ciclos de sazonalidade?** Como romper esses ciclos?

Com relação ao tema **Recursos Naturais e Gestão Ambiental** foi destacada a importância da Educação Ambiental e das **Unidades de Conservação** para a sustentabilidade da atividade. Foi lamentado o fato do RJ não associar a sua imagem à **variedade de UCs e sua diversidade ambiental**. O cenário de sustentabilidade poderia enfatizar esse aspecto e fomentar o uso público em áreas protegidas, notadamente nos parques. Foi destacada a importância do **papel a ser desempenhado pelas APAs na gestão territorial**. Foram relatados os **avanços na gestão das áreas protegidas**, como: a criação de conselhos consultivos para incrementar a gestão das UCs, a implantação de infraestrutura física voltada para a visitação nos parques estaduais, os investimentos em RPPNs estaduais, a criação dos Mosaicos, etc.

A apresentação do tema Patrimônio Histórico–Cultural destacou a má **situação do patrimônio e seu desprestígio** em termos de articulação de políticas, notadamente na sua relação com a atividade turística. Foram debatidas as diferenças de amplitude entre os inventários de oferta turística e os inventários de patrimônio; e a importância de o Estado retomar uma visão sobre a importância de se **recuperar/valorizar o patrimônio**, dada a situação precária de gestão do acervo material e imaterial.

Durante a abordagem do tema **Saneamento Ambiental** foi salientada a boa situação da questão da distribuição e da qualidade da água potável (em relação às outras dimensões do saneamento) e a **existência de iniciativas e projetos na área de saneamento favorecem uma visão otimista do setor**, não obstante a necessidade de se reforçar a estrutura/capacidade institucional.

Para o tema **Governança** foram destacados e debatidos os principais pontos fortes e fracos da gestão estadual do turismo. Registrou-se como aspecto relevante em prol do setor, a recente criação de secretaria estadual exclusiva para a administração da pasta do turismo – a SETUR.

Ao final desse item de pauta foram apresentados:

- . O esquema que sintetiza a estrutura metodológica empregada na AAE;
- . Os modelos de quadros a serem empregados na identificação dos impactos estratégicos do PRODETUR–RJ e para compilação das Recomendações e Propostas de Ação ao Programa.

3. Composição e de atribuições do Comitê de Acompanhamento do Programa

Foi apresentada a proposta da AAE de incluir na Comissão de Acompanhamento, vinculada à Coordenação Executiva prevista na estrutura da Unidade Coordenadora do Programa (UCP), representações dos Conselhos Regionais de Turismo. A proposta não recebeu qualquer adendo e será consolidada nas Recomendações.

Por fim foram destacados dois aspectos gerais de importância para a sustentabilidade do Programa, que deveriam ser implementadas pelos órgãos gestores do PRODETUR:

- . Incrementar o diálogo entre os interesses setoriais com vistas à **integração de políticas públicas** que tem interfaces com o desenvolvimento turístico nas regiões beneficiadas;
- . Promover o **fortalecimento das estruturas de governança locais e regionais**, considerado como questão-chave para o sucesso da sustentabilidade do Programa.



LISTA DE PRESENÇA		
NOME	INSTITUIÇÃO	E-mail
Alexandre C. de A. Santos	IBAM	alexandre@ibam.org.br
Alexandre Silva Ramos	TurisRio	alexandreros@turisrio.rj.gov.br
Ana Maria Siems Forte	IBAM	ana@ideias.org.br
Ana Claudia Paraense	SEA	paraenseana@yahoo.com.br
Felipe Mendes Cronenberger	IBAM	felipecron@gmail.com
Gustavo Rabello	IBAM	gustavuuu@gmail.com
Heitor Cintra	IBAM	heitorcintra@gmail.com
Iara Verocai	IBAM	iverocai@oi.com.br
Manuela Tambellini	INEA	manuelatambellini@gmail.com
Maria Cristina Soares de Almeida	IBAM	tinah.almeida@gmail.com
Miriam Danowski	IBAM	mdanowski@globo.com
Paulo César Costa	SEOBRAS-UCP	pcesar@obras.rj.gov.br
Paulo Gustavo Bastos	SEOBRAS-UCP	pgarq@hotmail.com
Paulo Gusmão	IBAM	ppg.gusmao@gmail.com
Rui Velloso	IBAM	ruiveloso@gmail.com
Victor Zveibil	IBAM	victor@zveibil.com.br

i www.visiteagulhasnegras.com.br

ii www.visitevassouras.com.br/associacoes/1619; www.preservale.com.br; www.festivalvaledocafe.com; www.cafecachacaechorinho.com.

ii <http://visiteserraverdeimperial.com.br/index.php>